

# **O Tratamento da Violência na Informação de Serviço Público: O Caso da RTP**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em  
Audiovisual e Multimédia

**Autoria:** Sara Luísa Fonseca Silva

**Orientador:** Professor Dr. Pedro Jorge Braumann

NOVEMBRO DE 2015

Aos meus pais,  
pelo amor incondicional e tudo o  
que isso implica.

## AGRADECIMENTOS

Marie Eschenbach dizia que “a gratidão é a virtude da posteridade”. É para a posteridade que quero assinalar publicamente o mais genuíno dos agradecimentos, a todos aqueles que estiveram comigo e me ajudaram a desenhar este projeto.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Dr. Pedro Jorge Braumann, por ter acreditado neste desafio, pelo profissionalismo com que me acompanhou, pelos contactos que me forneceu, pelas referências bibliográficas e pelos inúmeros *e-mails* fora de horas.

À RTP pela possibilidade de fazer um estágio curricular na sede em Lisboa, pelo período de quatro meses. Estou certa de que o contacto direto com os jornalistas e o seu ambiente de trabalho foi determinante à aquisição de conhecimentos que, por sua vez, permitiram enriquecer este trabalho de investigação.

À Rosário Salgueiro pela oportunidade que me confiou em acompanhar de perto as rotinas de produção da redação da RTP e pelo tempo que disponibilizou para responder a tantas das minhas inquietações.

À Rita Ramos pelo profissionalismo, pela sabedoria, pelos conselhos, pela humildade e por ter sido um guia fundamental nesta aprendizagem.

À Cristina Liz pela troca de conhecimentos, por acreditar em mim, pelo exemplo de coragem sem fim, pelas lágrimas, pela força, mas, sobretudo, pela amizade.

À Teresa Nicolau, à Isabel Rosa, à Lígia de Sousa, ao João Ricardo, à Lavínia Leal, à Emília Agazalho, ao Carlos Albuquerque, ao Paulo Martins, ao Alexandre Santos e a todos aqueles com quem privei - e com quem criei bons laços de amizade -, por me terem acolhido tão bem naquela que é a vossa segunda casa de há tantos anos.

Ao Luís, à Mariana e à Filipa pelo companheirismo.

À Entidade Reguladora para a Comunicação Social pela disponibilidade e pelos esclarecimentos, em especial ao Professor Doutor Alberto Arons de Carvalho, à Dr.<sup>a</sup> Luísa Roseira e às incansáveis Catarina Páscoa e Bruna Afonso.

Ao Gabinete de Apoio ao Provedor do Telespectador pela permissão no acesso a toda a correspondência existente em arquivo, e em particular ao Dr. Jaime Fernandes e ao Professor Doutor José Manuel Paquete de Oliveira pela disponibilidade.

Ao Professor Doutor José Manuel Cavaleiro por me dar as luzes necessárias, que me fizeram relativizar as dificuldades subjacentes à análise de conteúdo a que me propus nesta investigação.

Aos meus amigos e família pela força, pela amizade e pela compreensão face ao pouco tempo que lhes dediquei nos últimos tempos.

À Diana, à Liliana e ao Luís pela amizade, apoio e disponibilidade nesta reta final.

A vocês, pai e mãe, responsáveis por tudo aquilo que sou, por serem exemplos de coragem, por sentirem as minhas conquistas, por aturarem as minhas neuras e por acreditarem nas minhas escolhas. Estas últimas palavras são as mais difíceis, mas as mais reconfortantes. Escrevo-as com a certeza de que, mais uma vez, honrei a confiança que ao longo destes 23 anos depositaram em mim.

Às alegrias e às tristezas, aos encontros e aos desencontros que marcam os últimos cinco anos da minha vida e do meu percurso académico e profissional.

## RESUMO

A violência é um fenómeno multidimensional integrado no quotidiano da sociedade. Compondo parte da vida real, é inevitável não a conseguir afastar da televisão. Mas pode a violência real entrar-nos pelo pequeno ecrã sem pudor? A violência social compõe, por si só, uma violação dos direitos fundamentais. Transpor essa violência para os ecrãs da televisão deve ter em consideração os Limites à Liberdade de Programação previstos no artigo 27.º da Lei da Televisão, onde os serviços noticiosos compõem um elemento de exceção. Ou seja, a pertinência da exposição da violência real na informação televisiva está dependente de critérios jornalísticos. Os cuidados passam, essencialmente, por garantir a proteção do direito à vida e dos telespectadores mais suscetíveis.

Numa altura em que a lógica da informação televisiva e os tradicionais valores do jornalismo se apresentam em mutação profunda; onde a violência e as catástrofes do mundo ganham cada vez mais destaque nos ecrãs da televisão, percebemos que as fronteiras da violência se encontram algo indefinidas. Estas questões conduziram-nos à interrogação central deste trabalho de investigação: É possível estabelecer limites à exibição de violência na informação televisiva de serviço público?

Para dar resposta à nossa problemática de investigação entrevistámos trinta e nove jornalistas da redação da RTP, onde procurámos identificar os critérios e as limitações que se impõem pela autorregulação do operador público à exibição de violência real nos serviços noticiosos. Na nossa análise integrámos ainda as perspetivas da regulação, da correção e dos telespectadores face ao tema em análise.

Concluimos com a perspetiva de que, pese a indefinição sobre as fronteiras da violência na televisão, em parte projetadas pela subjetividade que envolve esta temática, a apresentação da violência real é limitada nos serviços noticiosos da RTP.

**Palavras-chave:** Serviço Público de Televisão, RTP, Violência Real, Jornalismo, Autorregulação.

## ABSTRACT

Violence is an integrated and multi-dimensional phenomenon in everyday society. As it is part of real life it's inevitable to push it away from the television. Therefore, can the real violence get into our small screens without any prudence? By itself social violence consists into a violation of fundamental rights. And transposing this violence to a television screen means taking into account the Limits for Programming Freedom, specified in Article 27 of the Television Law, where news services established an exception element. In other words, the relevance of the actual violence exposure on the information became part of the journalistic criteria. It should be taken into consideration for ensuring the protection of the right to life and viewers that are sensible to violence.

In a time when the logic of television information and traditional values of journalism are changing, where violence and disasters in the world are gaining more prominence on the television screens, we realize that the boundaries of violence are undefined. These uncertainties led us to the main question of this research: Is it possible to set limits to the display of violence in public service broadcasting information?

To respond to that we have interviewed thirty-nine journalists from RTP newsroom, aiming to find the criteria and the limitations imposed by the journalists self-regulation of the public operator in terms of displaying actual violence in news services. In our analysis, we also have combined the perspectives of regulation, co-regulation and viewers towards the topic under discussion.

We conclude with the perspective that, despite the uncertainty about the boundaries of violence on television, in part intended by subjectivity involved in this issue, the exhibition of real violence is restricted in the news making of RTP.

**Keywords:** Public Service Broadcasting, RTP, Real Violence, Journalism, Self-regulation.

## **ÍNDICE**

INTRODUÇÃO	1
------------	---

### **PARTE I**

#### **Capítulo I**

#### **O SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO SOBRE UM CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL**

1. Contextualização histórica do serviço público de televisão: a BBC e a RTP	6
1.1. O modelo BBC	6
1.2. O monopólio RTP	8
2. O serviço público de televisão na era digital	11
3. O vínculo da qualidade	15

#### **Capítulo II**

#### **A LÓGICA ATUAL DA INFORMAÇÃO NA TELEVISÃO GENERALISTA**

1. A luta pelas audiências refletida na informação televisiva	20
2. A espetacularização da informação televisiva	23
2.1. A constante do direto	26
3. A informação televisiva: a (re)construção social da realidade	28
4. A responsabilidade social do jornalista e da televisão	31
5. O interesse (do) público	33

#### **Capítulo III**

#### **A VIOLÊNCIA NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA**

1. A violência como fenómeno multidimensional: uma aproximação concetual	38
2. A violência do real na informação televisiva	42
2.1. A banalização da violência: um problema maior	45
3. A regulação da informação televisiva em matéria de violência	46
3.1. Considerações da União Europeia	46

3.2. O que estabelece a Lei da Televisão em Portugal?	49
3.3. A leitura da ERC face à violência nos serviços noticiosos	52
4. Questões éticas e de autorregulação em matéria de violência	55
5. Mais regulação ou mais profissionalismo?	61

## **PARTE II**

### **Capítulo IV**

#### **O TRATAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS NOTICIOSOS DA RTP**

1. Objetivos	66
2. Estratégia metodológica	67
2.1. Instrumentos de recolha	69
2.2. Técnicas de análise	70
3. Os sujeitos da análise	72
4. RESULTADOS	74
4.1. A perspetiva dos jornalistas da RTP	74
4.1.1. Importância da reconstrução da violência real na informação televisiva	74
4.1.2. Critérios que orientam o tratamento jornalístico dos casos de violência	75
4.1.3. Missão de serviço público no tratamento jornalístico da violência	78
4.1.4. Técnicas de tratamento desde a captação no terreno à sala de edição	82
4.1.5. Limites à transmissão de violência na informação televisiva	84
4.1.6. Constrangimentos que influenciam o tratamento jornalístico da violência	86
4.1.7. Perceção dos jornalistas sobre os mecanismos de autorregulação, corregulação e de regulação em matéria de violência	90
4.2. OUTRAS PERSPETIVAS	93
4.2.1. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social	93
4.2.2. Os Provedores do Telespectador da RTP	97
4.2.3. O correio do Provedor: os telespectadores da RTP	100
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Integração das diferentes perspetivas	105
SÍNTESE DOS ASPETOS MAIS RELEVANTES	112
CONCLUSÃO	115



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	133
ANEXO A – Recomendação N.º R (97) 19	134
ANEXO B – Parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social	151
ANEXO C – Atas do Conselho de Redação da RTP	159
ANEXO D – Caracterização dos sujeitos da análise	162
ANEXO E – Modelos das entrevistas semiestruturadas	163
ANEXO F – Quadros de análise de conteúdo das entrevistas aos jornalistas	166
ANEXO G – Entrevistas aos jornalistas da RTP	193
ANEXO H – Entrevistas ao Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social	364
ANEXO I – Entrevistas aos Provedores do Telespectador da RTP	371

## INTRODUÇÃO

Tudo começou no verão de 2014, quando as imagens sangrentas vindas do Médio Oriente começaram a assolar os ecrãs dos televisores das nossas casas. Eram imagens que nos viriam a consciencializar para atos carregados de amoralidade, diligenciados pelo autoproclamado Estado Islâmico (*Daesh*). Atos inimagináveis que promovem a desumanidade numa sociedade como a nossa, onde os valores da democracia europeia parecem bem enraizados. O terror e a violência transpostos nas imagens do pequeno ecrã chocaram, emocionaram, comoveram, apesar de, para muitos, não tanto, como se estivéssemos a falar de uma realidade mais próxima da nossa.

Em agosto desse ano, a RTP tornou público um comunicado da Direção de Informação, onde assumia um posicionamento claro face a esta questão: deixar de exibir imagens com origem no autoproclamado Estado Islâmico que, de alguma forma, pudessem servir de apelo ao ódio e ao terrorismo. As interrogações foram continuando a chegar, as respostas pareciam pouco exatas. Hoje, as certezas são um pouco maiores. Este trabalho de investigação não é sobre o autoproclamado Estado Islâmico, não é sobre o Médio Oriente, nem sobre o posicionamento da RTP face ao terrorismo promovido por este grupo radical. Mas este foi o ponto de partida que deu asas ao presente estudo: o tratamento da violência na informação televisiva de serviço público.

Uma vez que o nosso estudo se prende, sobretudo, com a RTP, iniciamos a nossa conceção teórica – que diz respeito à primeira parte deste trabalho de investigação –, com uma reflexão sobre o serviço público de televisão enquadrada numa perspetiva política, económica e social. Além de integrarmos uma contextualização de análise histórica, tendo por base os modelos da BBC e da RTP, refletimos sobre os constrangimentos inerentes ao posicionamento atual do serviço público de *media*.

O novo paradigma comunicacional integrado numa lógica cada vez mais mercantilista - influenciado pela abertura do setor audiovisual -, provocou alterações profundas na forma de fazer televisão, inclusivamente, nos serviços de programas que consagram em si um modelo de serviço público (Wolton, 1999: 224). Estas mutações tiveram (e continuam a ter) reflexos na forma de fazer jornalismo: “na TV do espetáculo, a atual, o jornalismo está em mutação profunda”. O espetáculo e o drama sobem ao pódio na cadeia dos tradicionais valores-notícia, onde os temas mais violentos ganham destaque (Lopes, 2015: 77).

A exploração constante das matérias mais violentas da vida humana levanta o véu à nossa problemática. A violência, por si só, compõe uma violação dos direitos fundamentais. E, é a partir de uma abordagem multidimensional sobre este conceito que seguimos para as condicionantes que se colocam à exibição de violência real na informação televisiva, desde os limites legais das diretivas europeias, aos previstos pela Lei da Televisão portuguesa. Estes limites correspondem ao traçar de fronteiras que visam, acima de tudo, proteger os públicos mais suscetíveis ou vulneráveis e os direitos de personalidade.

É inegável o grau de subjetividade subjacente a esta temática. A amplitude caracterizadora da legislação não nos permite uma abordagem clara ou, se preferirmos, mais objetiva sobre o tratamento dos casos de violência na informação televisiva. A lata amplitude do serviço público, aliada à vasta abrangência que compõe a violência, bem como a sua indefinição face à ausência de limites concretos na autorregulação da RTP, levou-nos a interrogar: É possível estabelecer limites ao tratamento dos casos de violência na informação televisiva de serviço público?

Na segunda parte deste trabalho, além de levantarmos a questão que pretende ser o núcleo central desta investigação, definimos vários objetivos tendo por base as características do nosso objeto de estudo – a produção noticiosa dos casos de violência na RTP. Entre eles, pretendemos perceber de que forma é que os jornalistas da RTP olham o tratamento noticioso de casos de violência, destacando os critérios, a autorregulação e os constrangimentos que se impõem ao tratamento jornalístico dos mesmos; considerar a perspetiva dos diferentes Provedores do Telespectador ao longo do tempo sobre o tema em questão e, através da correspondência enviada pelos telespectadores, analisar o ponto de vista do público face à violência exposta nos serviços noticiosos da RTP; compreender o ponto de vista da ERC; e, por fim, integrar as diferentes perspetivas supracitadas.

Com uma abordagem metodológica qualitativa, a opção por um método de análise hipotético-dedutivo levou-nos a colocar quatro hipóteses que pretendemos validar: H1 - Existe um cruzamento entre o legalmente exigido pelo artigo 27.º da Lei da Televisão e o tratamento jornalístico dos casos de violência no serviço público de televisão; H2 - A autorregulação jornalística da RTP coloca limites à exibição dos casos de violência na informação televisiva de serviço público; H3 - A subjetividade do tema da violência dificulta a existência de mecanismos concretos no *modus operandi* jornalístico da RTP;

H4 - Há sensibilidade por parte dos jornalistas da RTP sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva de serviço público.

As características metodológicas do estudo, bem como os objetivos a este inerente, levaram-nos a optar por dois instrumentos de recolha: entrevistas semiestruturadas e análise documental. A técnica de tratamento de dados utilizada consiste na análise de conteúdo, que nos permitiu a elaboração de grelhas de análise por categorização.

A resposta à nossa pergunta de partida, bem como aos objetivos colocados a esta investigação, tem por base a perspetiva de trinta e nove profissionais da área jornalística da RTP (redatores, repórteres de imagem e editores de imagem) – os nossos sujeitos de análise –, tal como os pontos de vista da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, dos Provedores do Telespectador da RTP e de alguns telespectadores dos seus serviços de programas televisivos.

Sabemos que a questão da violência na televisão tem sido, sobretudo desde os anos sessenta, alvo de estudos que se encaminham sobre os efeitos projetados no público. O nosso estudo não pretende sustentar nenhuma teoria sobre os efeitos da violência. Pretendemos estudar o outro lado, isto é, a perspetiva de quem produz a informação sobre violência real. Conhecer, interpretar e compreender os critérios, os valores e os limites que suportam os jornalistas do serviço público de televisão na hora de transformar em notícia, um dos fenómenos mais cruéis da humanidade, a violência real.



**PARTE I**  
**Capítulo I**  
**O SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO SOBRE UM CONTEXTO POLÍTICO,  
ECONÓMICO E SOCIAL**

Pensar os primórdios do serviço público de televisão é associá-lo diretamente ao seu antecessor, a rádio. Os Estados Unidos foram os “grandes fomentadores” da radiodifusão, apesar de na “pátria do liberalismo económico” se tenha começado pela cedência do espectro radioelétrico aos privados. A rádio chega à Europa no “limiar” da I Guerra Mundial seguindo um modelo distinto, por motivos históricos e, essencialmente, económicos. A caixa negra que revolucionou o mundo nasce “como um apêndice da rádio”, aproveitando-lhe os “profissionais”, os “recurso técnicos” e o “modelo de funcionamento” (Lopes, 1999: 23-25).

Ao contrário do que aconteceu com a rádio, as primeiras experiências com o aparelho televisivo surgiram na Europa, nos anos 20, impulsionadas pelo escocês John Baird. Porém, o progresso técnico da televisão ocorreu em diferentes países europeus – Inglaterra, Alemanha e França – e nos Estados Unidos. Este progresso viu-se, porém, abalado com a chegada da II Guerra Mundial. O fim do conflito marca oficialmente o arranque das emissões televisivas, onde os Estados Unidos, com menos mazelas do pós-guerra, lideraram o começo da mediação televisiva (Carvalho, 2009: 16).

Face ao modelo de televisão comercial americano, encarado como uma mera “atividade económica”, na Europa o audiovisual vê-se dominado por um modelo de serviço público; onde, ainda hoje, representa uma parte importante da indústria audiovisual<sup>1</sup> (Iosifidis, 2010: 5-6). A sua atividade tem por base os princípios clássicos de serviço público: continuidade, mutabilidade, igualdade e neutralidade (Lopes, 1999: 41). E veio a conhecer três eras da sua existência: o monopólio, a concorrência e a digital. Apesar das várias considerações destoantes sobre a existência deste modelo, o serviço público de televisão tem sido considerado como uma “ferramenta fundamental para a expressão dos valores europeus”<sup>2</sup> (Brevini, 2013: 8).

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora, consultada em IOSIFIDIS, Petros. (2010) Public Television in the Digital Era. City University, London. Pág. 5-6.

<sup>2</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0. Palgrave Macmillan, London. Pág. 8.

O diálogo sobre a necessidade de desenvolvimento de um serviço público de *media* global enquadrado nos moldes do ambiente web 2.0 leva-nos a refletir, neste primeiro capítulo, através de uma reconstrução histórica, sobre o papel do novo serviço público de televisão.

## **1. Contextualização histórica do serviço público de televisão: a BBC e a RTP**

### **1.1. O modelo BBC**

A associação do serviço público de televisão à British Broadcasting Corporation (BBC) é intrínseca. O “modelo BBC” serviu de exemplo e incentivo, desde logo, à criação de modelos de televisão pública. Na realidade, veio suportar as bases do monopólio Estatal e funcionou como *alibi* do fenómeno televisivo europeu. Atualmente, é vista por muitos como o modelo nacional de serviço público de televisão “mais bem-sucedido”<sup>3</sup> (Raboy, 1995: 6).

A British Broadcasting Company – nome que predominou durante os primeiros quatro anos de existência – nasceu em 1922, como emissora de rádio comercial. Só mais tarde, devido a uma sucessão de acontecimentos de várias ordens, como vamos perceber adiante, é que se constituiu como emissora de serviço público.

A mudança do modelo comercial para o do bem-essencial, foi um percurso de mudança gradual. Veja-se, no que diz respeito à ausência de publicidade no caso particular da BBC, a perspetiva de Nuno Cintra Torres (2011) ao explicar que a Sykes Committee<sup>4</sup> foi quem rejeitou a intervenção da publicidade no audiovisual, tal como procedeu à criação de uma licença de telefonia única, concedida à BBC. O que limitava e excluía a possibilidade de existência de qualquer intervenção de outras estações de rádio. Mais tarde, a Crawford Committee<sup>5</sup> - uma outra comissão que sucedeu a primeira - assumiu que o domínio do Estado no operador se tratava de uma necessidade. A liquidação da British Broadcasting Company dá lugar à atual British Broadcasting Corporation, em 1926. É aqui que se assiste à passagem de um modelo comercial, para

---

<sup>3</sup> Tradução livre da autora, consultada em RABOY, Marc. (1996) Public Broadcasting for the 21th Century. John Libbey Media, University of Luton Press, England. Pág. 6.

<sup>4</sup> Primeira comissão contratada para estudar o financiamento da BBC.

<sup>5</sup> Segunda comissão contratada para estudar o financiamento da BBC.

um novo modelo suportado pelos princípios do serviço de público<sup>6</sup>. Para John Reith, o primeiro Diretor Executivo da BBC, este modelo seria o único capaz de revolucionar o operador. Desde logo, formatou-o com alíneas diferenciadoras do até então modelo comercial, e que se conjugavam com princípios estruturantes do serviço público francês. Reith fez questão de explicar que a BBC não era um departamento do Estado, mas sim uma empresa pública, cuja identidade pertencia a toda a nação. Argumentava que “o monopólio era a única forma de incluir todas as vozes, e não de excluir algumas, era a maneira de a BBC ser o veículo de um consenso exterior à governação resultante de uma relação com o público, que seria assim exposto às grandes questões numa conjugação de interesses oposta ao Governo” (Cintra Torres, 2011: 94-95).

Na altura, a rejeição britânica pelo capitalismo ocidental, a par com os apelos nacionalistas da estação, permitiu que a BBC mostrasse ao resto da Europa a importância do aparelho televisivo enquanto “instrumento do reforço do sentimento nacional, da coesão social e da consolidação da democracia” (Vasconcelos, 2003: 43). O tríptico “formar, informar e entreter” deu-lhe forma e fez com que o serviço público de televisão chegasse aos quatro cantos do mundo.

Na Europa, o aparelho televisivo propagou-se, numa primeira fase, sobre o regime monopolista de televisão pública, algo que se justificou devido aos constrangimentos proporcionados pelo enaltecimento da rádio. Antes da emergência do aparelho televisivo, Alberto Arons de Carvalho (2009) explica que se verificou uma pressão exercida pela imprensa, face à propagação da rádio enquanto novo meio de comunicação de massas da época e, por isso, a rádio pública ficou fechada à publicidade. Além disso, “nalguns países, a rádio apenas podia difundir noticiários a partir do fim da tarde, depois de serem distribuídos os jornais vespertinos”. O facto de os governos terem criado “regras” para o espectro radioelétrico, que até então funcionava de forma anárquica, acabou por criar uma certa pretensão e imposição do Estado face à fonte radioelétrica. Os governos detinham, por isso, a “poderosa arma” de dar ou de retirar licenças às estações de rádio, ainda que fossem detentoras de alguma autonomia independente do Estado (Carvalho, 2009: 21).

---

<sup>6</sup> Para Jay Blumler (1992), há cinco aspetos que distinguem o modelo de televisão comercial dito americano, do modelo de serviço público de televisão europeu:

1. A cobertura abrangente;
2. O pluralismo;
3. A vocação cultural;
4. A relação com a política;
5. E, por último, o distanciamento do mercado (Blumler, 1992: 7-14 citado por Felisbela Lopes, 1999: 27-28).



António-Pedro Vasconcelos (2003) considera que há “três poderosas razões” que levaram à expansão do “modelo de monopólio público” de televisão na Europa. Em primeiro lugar, devido à “escassez de recurso tecnológicos” capazes de colmatar a pequena amplitude do espectro radioelétrico. Em segunda instância, graças à necessidade de assegurar uma “cobertura” abrangente aos territórios nacionais. E, por último, na sequência do “elevado custo das transmissões e dos programas”, que na altura eram insustentáveis para intervenção dos privados, dada a escassez de produtos de grande consumo no mercado, que justificassem um investimento em publicidade. Tanto que, inicialmente, a televisão vivia financeiramente dependente da “taxa paga por cada família”. Existiria sempre a necessidade de criação de uma forma de financiamento alternativa ou complementar. O que se veio a confirmar mais tarde, com a “consolidação da sociedade do consumo”, o serviço público de televisão passara a integrar a publicidade nas suas receitas. O Reino Unido mostrou-se novamente pioneiro<sup>7</sup>, todavia, a BBC manteve-se na sua “pureza original”, totalmente “financiada pela taxa” e sem acesso à publicidade. (Vasconcelos, 2003: 44).

## **1.2. O monopólio RTP**

Tal como se verificou inicialmente no resto da Europa, as iniciativas, no que respeita ao aparecimento da televisão, decorreram da rádio. Mas, entre as diversas experiências de serviço público de televisão na Europa, “a originalidade portuguesa dificilmente poderia ser maior”. Os anos vinte marcam as primeiras tentativas de transmissão imagética em Portugal, ainda que de forma “efêmera e amadora”. A primeira solicitação à Direção Geral dos Serviços Radioelétricos, para a instalação de um posto experimental de televisão<sup>8</sup>, só surgiu nos anos quarenta, pela autoria de Álvaro de Oliveira. Por sua vez, o primeiro impulso por parte da Emissora Nacional surge em 1946, à luz do projeto “Televisão – Estado Atual e Possibilidades de Instalação em Portugal”, assinado por Bordalo Machado (Carvalho, 2009: 29). Contudo, só em 1953, surge ao abrigo do Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional de

---

<sup>7</sup> Winston Churchill, em 1954, autorizou a criação de uma “network de estações regionais”, a ITV. O primeiro-ministro concedeu-lhes o uso da publicidade, mas sob um “rigoroso caderno de encargos”, que continha “obrigações e restrições muito claras em matéria de produção e difusão”. Este modelo não teve expressão em mais nenhum país da Europa, como vamos analisar adiante, a televisão manteve-se fechada aos privados até aos anos 80 (Vasconcelos, 2003: 44).

<sup>8</sup> O pedido apresentado seria para abranger apenas uma área de quinze quilómetros.

Radiofusão, um grupo de estudos encarregue da elaboração de um relatório “com vista à instalação de uma rede de televisão em Portugal” (Rodrigues, 1999: 109).

Em 1955, o Decreto-Lei n.º 40-341, de 18/10/55 veio oficializar o novo projeto português de televisão. A quinze de dezembro do mesmo ano, é feita a escritura desta sociedade anónima com a nomenclatura de RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SARL. Mas porque seria então o modelo português tão particular? Porque, ao contrário do que acontecia nos restantes países, a RTP foi constituída sobre uma estrutura de capital misto<sup>9</sup>. Embora, a participação minoritária do Estado sobre as ações da RTP - com apenas um terço - não tenha impedido a sua influência sobre o funcionamento da televisão pública (Carvalho, 2009). Inicialmente com Salazar, posteriormente com Marcelo Caetano, a RTP foi, até ao 25 de abril de 1975, uma espécie de “porta-voz do poder político”, servindo como “modelo protocolar e instrumento de propaganda do sistema político policial e censório”<sup>10</sup> (Cádima, 1996b: 19).

Tal como em Espanha, em Portugal a televisão emerge num período de “plena ditadura e ao serviço do regime” (Vasconcelos, 2003: 52). Por isso, a televisão, totalmente subordinada ao poder político, seguia uma linha pautada pela “omissão das opiniões discordantes do regime e das suas estratégias, ou tão-somente pela sua exclusão” (Cádima, 1996a: 3). Oliveira Salazar e Marcello Caetano adotaram diferentes comportamentos perante a televisão. Salazar<sup>11</sup> esteve sempre à margem do novo meio. Facto que, de acordo com Francisco Rui Cádima (1996b), se explica pelo óbvio desconhecimento das “virtudes instrumentais” da televisão, consequência do seu “provincianismo”. Além disso, acrescentam-se as múltiplas fobias do então Presidente do Conselho, sobre a tecnologia, a inovação, o público e a publicidade da televisão. Por sua vez, Marcelo Caetano fazia questão de aparecer nos ecrãs. Podemos considerá-lo um grande impulsionador da televisão, tal a importância que lhe conotava. Cedo percebeu a influência que a televisão ganhou na vida das pessoas, apresentando-se como um objeto propício à legitimação do regime perante a opinião pública.

---

<sup>9</sup> O sistema de capital misto apresentava como acionistas entidades do setor público e do setor privado.

<sup>10</sup> A RTP foi um elo fundamental para a expansão e exposição do sistema político monopartidário, dando voz ao único regime vigente. Assim funcionou até ao golpe de Estado que pôs fim aos 48 anos de ditadura.

<sup>11</sup> O comportamento de Salazar criou uma especificidade na televisão portuguesa, que contrariava aquilo que acontecia nos restantes países europeus, sobre um regime de monopólio televisivo. A televisão portuguesa excluiu-se da típica propaganda da ideologia do regime através do “culto da imagem” ou do “culto da personalidade”, funcionando sobre “legitimação de um regime “indiscutível” e de um homem “insubstituível” (Cádima, 1996a: 2).

A censura prévia, usada durante o salazarismo e o caetanismo, servia para inspecionar e controlar os meios de comunicação social; tudo era motivo de fiscalização: “os próprios telexes e material de agências, provenientes do estrangeiro, eram rigorosamente analisados e sempre que necessário censurados” (Cádima, 1996b: 36-44).

A redação obedecia a regras rigorosas de produção noticiosa que se auxiliavam com o controlo diário do próprio “chefe de divisão”. De acordo com a ordem de serviço n.º 1 da referida Direção, segundo o seu artigo 7.º datado de 14 de janeiro de 1960, eram submetidos à mesma: “Críticas ou comentários à ação do Chefe de Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo; Artigos ou noticiário visando a forma de estrutura política do Estado ou do Regime: Críticas à política económica financeira e externa do Governo; Movimento de embarques ataques e críticas à ação das Forças Armadas e de Segurança ou das Polícias” (Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascistas, 1980: 166-168 citado por Cádima, 1996a: 2).

Com a força da televisão na sociedade portuguesa<sup>12</sup>, a censura prévia foi-se tornando cada vez mais “interveniente na programação e nos telejornais<sup>13</sup>”, expondo “de maneira direta, a imagem da realidade que o regime pretendia que a RTP mostrasse aos portugueses”. Este fenómeno verificou-se na forma como a RTP fez a cobertura da Guerra Colonial: “essa influência será mais importante por aquilo que a RTP escondeu do que por aquilo que mostrou” (Rodrigues, 1999: 111).

O Golpe de Estado que pôs fim a 48 anos de ditadura acarretou mudanças, que vieram garantir a liberdade de expressão, em geral, e a independência dos jornalistas, em particular. A RTP foi nacionalizada e tornou-se uma empresa totalmente pública. Com o fim da censura prévia, a par com as alterações legislativas, emerge a Lei da

---

<sup>12</sup> Em 1960 já se registavam cerca de quarenta e oito mil aparelhos televisivos nos lares portugueses. Um valor relativamente baixo face ao resto da Europa, mas que ainda assim não deixa de ser representativo para a época (Rodrigues, 1999: 111).

<sup>13</sup> No particular caso dos telejornais, a pirâmide informativa e a importância noticiosa dividia-se sobre quatro vetores:

1. O discurso jornalístico onde predominavam os temas relacionados com a Guerra Colonial;
2. A relevância atribuída ao campo institucional, no fundo a tudo o que dissesse respeito às atividades ministeriais e oficiais em geral e de comando militar. Em destaque ficavam, claro está, os “acontecimento em Angola”. Isto era complementado com crónicas assinadas por jornalistas, responsáveis pelo setor informativo e pela sua vertente propagandística;
3. A promoção da campanha de “donativos e benemerência” para os expeditórios da Guerra. Estas campanhas ocuparam grande tempo de antena na RTP e eram feitas pela Cruz Vermelha Portuguesa e pelo Movimento Nacional Feminino;
4. As condecorações governamentais e militares feitas aos que trabalhavam na televisão pública e eram enviados pra guerra. Um cenário abrangido pela estratégia político-discursiva do regime (Cádima, 1996a: 7).

Imprensa<sup>14</sup>, em 1975, uma nova Constituição, em 1976<sup>15</sup> e o Estatuto dos Jornalistas, em 1979. O que significou o nascer de um novo ciclo que pôs fim a quase meio século, que assolou a liberdade de expressão por todo o país. Ainda assim, em Portugal, o monopólio RTP manteve-se até à década de noventa<sup>16</sup>, altura em que se assiste à emergência dos serviços de programas privados: em 1992 com a SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e em 1993 com a TVI (Televisão Independente).

## 2. O serviço público de televisão na era digital

A sociedade da informação introduziu um novo paradigma comunicacional, que conduziu à necessidade de convergência dos meios de comunicação. Bolter e Grusin (1999) classificam esta transformação como um ato de remediação, o que significa que “qualquer ato de mediação está dependente de outro, na verdade, de muitos outros atos de mediação”<sup>17</sup> (Bolter e Grusin, 1999: 56). A convergência dos meios verificou-se a três níveis: na política económica do meio, na cultura tecnológica do meio e, ainda, no conteúdo do meio<sup>18</sup> (Silverstone, 1994: 88).

A convergência dos meios impulsionada pela natureza da Web 2.0<sup>19</sup>, tornou evidente a necessidade de reforçar uma “estratégia de legitimação dos *media* públicos”, que permitisse estabelecer a “distinção do modelo e dos conteúdos dos *media* públicos face à oferta dos operadores comerciais” no novo ambiente digital (Cádima, 2011: 97). Esta necessidade, já perspectivada pelo Parlamento e Conselho da Europa nos anos noventa, levou a que o Conselho da Europa, em 2007, substituísse o conceito habitual de serviço público de televisão pelo conceito serviço público de *media* global. Algo cuja

---

<sup>14</sup> A Lei da Imprensa, além de estabelecer os “princípios e direitos constitucionais” em relação à liberdade de imprensa, “contem normas sobre a classificação das publicações e das empresas jornalísticas, sobre os seus requisitos e organização, sobre o direito de resposta e de retificação, fixando ainda as regras aplicáveis à imprensa sobre responsabilidade civil e criminal” (Carvalho *et al*, 2012: 131).

<sup>15</sup> A revisão constitucional de 1989, ao abrigo da Lei Constitucional n.º 1/89, ficou marcada pela eliminação da proibição de privatização de empresas nacionalizadas após o 25 de Abril, pelo fim do monopólio estatal RTP e pela criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, que veio, por sua vez, substituir o Conselho de Comunicação Social.

<sup>16</sup> Face ao que aconteceu em grande parte dos países Europeus, a liberalização do setor audiovisual deu-se em Portugal cerca de dez anos mais tarde.

<sup>17</sup> Tradução livre da autora, consultada em BOLTER, J. E GRUSIN, R. (1999) Remediation – Understanding New Media. The MIT Press, Cambridge. Pág. 56.

<sup>18</sup> Tradução livre da autora, consultada em SILVERSTONE, Roger. (1994) Television and Everyday Life. Routledge, London. Pág. 88.

<sup>19</sup> Conceito desenvolvido por Dole Dougherty e adotado pela empresa americana O’Reilly Media, em 2004, para designar a segunda geração de comunidades e serviços na Internet. Ainda que o termo tenha a conotação de uma nova versão para a Web, o mesmo não se refere a atualizações técnicas, mas antes ao facto de os utilizadores terem uma participação mais ativa no mundo *online*.

legitimidade deveria constar nos estatutos, cadernos de encargos e contratos de concessão dos operadores públicos, com o reforço da Recomendação n.º 2007 (3) do Comité de Ministros do Conselho da Europa, aprovada a 31 de janeiro do mesmo ano. Há quem o apelide, inclusivamente, de “serviço público de televisão 2.0”, afirmando que não se trata de uma “definição tecnocrática limitada”. Trata-se da “fase 2.0 do serviço público de televisão” inspirada na ética do serviço público de televisão antigo, com uma nova regulação aplicada ao novo ambiente digital. Porém, o entrave do “desenvolvimento tecnológico” institui-se exatamente pela nova “lógica de mercado liberal” que promove, consequentemente, a “liberalização e a desregulação”<sup>20</sup> (Brevini, 2013: 31).

Com a mercantilização do audiovisual e com a concentração do mercado, “o serviço público de televisão tornou-se notoriamente difícil de definir”<sup>21</sup> (Starks, 2013: 182). De acordo com a última revisão aos valores que orientam o novo serviço público de *media*, foram destacados seis valores essenciais:

1. **Universalidade** de acesso, através do alcance aos vários segmentos do público e das diversas plataformas, de forma a permitir a promoção da coesão social;
2. **Independência** face ao poder político, ao mercado ou a qualquer outra ideologia, bem como autonomia nas tomadas de decisão, capaz de fomentar a confiança e promover os valores da democracia;
3. **Excelência** no controlo de qualidade, na formação e aposta em novas ideias;
4. **Diversidade** de programação que permita satisfazer o maior número de públicos e, inclusive, atrair audiência jovem. A diversidade passa ainda pela de organização dos serviços e das ideias;
5. **Transparência** através da aproximação com o público. É importante fazer chegar, a quem vê, os guias orientadores do trabalho desenvolvido pelo novo serviço público de media;
6. **Inovação** dos conteúdos, inovação técnica (novos formatos, novas tecnologias, novas formas de conectar com o público), criação de parcerias e criação de

---

<sup>20</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0. Palgrave Macmillan, London. Pág. 31.

<sup>21</sup> Tradução livre da autora, consultada em STARKS, Michael. (2013) The Digital Television Revolution. University of Oxford, Palgrave Macmillan, England. Pág. 182.

estratégias que permitam implementar novas formas de inovação (formar os colaboradores e definir objetivos de trabalho)<sup>22</sup> (EBU, 2014: 3-15).

Os Estados-Membros da União Europeia têm a função e a responsabilidade acrescida de fazer com que o serviço público de *media* possa ser o espelho da “natureza democrática, social e cultural de cada sociedade”<sup>23</sup> (Iosifidis, 2010: 10). O desafio do novo serviço público de *media*, como refere Benedetta Brevini (2013), é transportar os princípios éticos do anterior serviço público de televisão para o ambiente digital. Para Pedro Jorge Braumann (2008) a utilidade dessa convergência centra-se em cinco aspetos:

1. Na importância dos serviços complementares e programas interativos;
2. Em dar resposta a uma nova lógica “nómada” e à flexibilização dos suportes;
3. Em fomentar a complementaridade entre a televisão e a web;
4. No relevo do papel do SPT no desenvolvimento da coesão social;
5. Na redução das desigualdades no acesso à sociedade da informação e do Conhecimento (Braumann, 2008: 707).

Há ainda uma questão importante que tem sido debatida no âmbito do novo serviço público de televisão: o fenómeno da globalização. Para Anthony Giddens (1996) o processo de globalização caracteriza-se pela “intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam as localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa” (Giddens, 1996: 45). Este fenómeno transpôs-se à política, à tecnologia, à cultura e à economia e teve também um enorme impacto no setor audiovisual. É uma das causas essenciais pelo qual se tornou preponderante pensar um novo serviço público de televisão. A nova competição a uma “escala global”, promovida pela formação de um modelo de mercado projetado numa economia vertical, levou à necessidade do serviço público de televisão fomentar uma relação de proximidade com o público, por exemplo, através de serviços regionais. É neste âmbito que surge o conceito “glocal” – união dos conceitos global e local. A importância em estabelecer esta proximidade passa por favorecer:

- A transmissão de informação útil;

---

<sup>22</sup> Tradução livre da autora, consultada em EBU. (2014) PSM Valeus Review The Tool [Internet] Disponível em <http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-PSM-Values-Review-Tool.pdf> [Consultado a 28 de julho de 2015].

<sup>23</sup> Tradução livre da autora, consultada em IOSIFIDIS, Petros. (2010) Public Television in the Digital Era. City University, London. Pág. 10.

- O auxílio aos cidadãos no acesso às fontes de informação;
- A fácil criação de um diálogo entre os diferentes “atores” de desenvolvimento;
- A promoção da mediação social;
- O incentivo ao conhecimento e vitalidade inovadora e empresarial;
- O aumento da capacidade de gerar auto crescimento;
- A potencialização do papel da informação na produção de bens económicos;
- Ajudar a criar um novo modelo de desenvolvimento (Braumann, 2008: 702).

Tal como considera Marc Raboy (1995), a aplicação dos conteúdos, sobre o contexto das novas tecnologias, em pequenas escalas – local e regional – é mais apropriado para a criação de uma comunicação democrática, do que a utilizada pelas convencionais instituições de serviço público de televisão com foco numa escala nacional<sup>24</sup> (Raboy, 1995: 10).

O ambiente digital promove a desregulação, como antecipou Brevini (2013). Por isso, na reconversão tecnológica imposta pelo novo serviço público de *media* urge também a necessidade de desenvolvimento de “políticas de convergência” e de uma “regulação destinada aos novos meios”. É neste sentido que o conceito de *Europeanization* tem vindo a ganhar força<sup>25</sup> (Brevini, 2013: 24), consistindo na “construção, difusão e institucionalização de regras formais e informais, e na partilha de normas definidas pela União Europeia, incorporadas num discurso de lógica nacional e regional, com estrutura política e sob uma regulamentação pública”<sup>26</sup> (Radaelli, 2004: 3 citado por Brevini, 2013: 24). A uniformização da regulamentação das políticas audiovisuais europeias é algo que se tem vindo a projetar desde 1984, com a criação da Diretiva Televisão sem Fronteiras, como ficou conhecido no Livro Verde para o estabelecimento do mercado audiovisual europeu, capaz de competir com “a forte indústria audiovisual norte-americana” (Carvalho, 2009: 63). Contudo, no que diz respeito à regulação do audiovisual europeu, Francisco Rui Cádima (2011) admite que uma das suas fragilidades passa pela “falência política” dos principais objetivos da Diretiva Televisão Sem Fronteiras.

---

<sup>24</sup> Tradução livre da autora, consultada em RABOY, Marc. (1996) *Public Broadcasting for the 21st Century*. John Libbey Media, University of Luton, England. Pág. 10.

<sup>25</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) *Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0*. Palgrave Macmillan, London. Pág. 24.

<sup>26</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) *Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0*. Palgrave Macmillan, London. Pág. 24.

De acordo com a nossa reflexão, subscrevemos Petros Iosifidis (2010) quanto aos três parâmetros que caracterizam a situação atual do serviço público de televisão:

1. Os fatores tecnológicos, económicos, políticos, reguladores e socioculturais influenciam o desenvolvimento do serviço público de televisão em cada país;
2. Os dilemas do serviço público de televisão face à convergência para a era digital;
3. As iniciativas e as estratégias desenvolvidas face à pressão competitiva das novas tecnologias, reforma organizacional e regulação/organização da programação<sup>27</sup> (Iosifidis, 2010: 18).

Segundo Arons de Carvalho (2009), o sucesso do serviço público de televisão na era digital depende da capacidade de provar que mesmo integrado num contexto em que o mercado proporciona tanta e tão diversificada oferta, continua a justificar-se a existência do serviço público de televisão. Para o fazer valer, deve o serviço público de televisão rejeitar o papel suplementar e marginal no conjunto da oferta televisiva e ser capaz de assegurar, no contexto digital, uma oferta de qualidade nos novos serviços (Carvalho, 2009: 157-158).

### **3. O vínculo da qualidade**

A questão da qualidade no serviço público de televisão “tem sido periodicamente debatida desde a introdução do setor comercial no mercado audiovisual”, todavia, o rigor da questão acentuou-se desde o começo dos anos noventa<sup>28</sup> (Scannell, 1995: 33). Como refere Pierre Bourdieu (1997) “se nos anos 50 se apelava por uma televisão cultural capaz de formar os gostos do público – uma pretensão do monopólio Estatal; chegados os anos 90 o objetivo passa por explorar os gostos do público numa tentativa de atingir o máximo de audiências possível” (Bourdieu, 1997: 50). Com a abertura do mercado audiovisual, a repercussão mais clara desta mudança verificou-se na “tipologia e na organização da programação da televisão pública”, seguindo a lógica dos “índices de audiências e do comercialismo”. Esta mudança conduziu à “criação de uma cultura

---

<sup>27</sup> Tradução livre da autora, consultada em IOSIFIDIS, Petros. (2010) Public Television in the Digital Era. City University, London. Pág. 18.

<sup>28</sup> Tradução livre da autora, consultada em SCANNELL, Paddy. (1995) Britain: Public Service Broadcasting, from National Culture to Multiculturalism, in RABOY, Marc. (ed.), Public Broadcasting For The 21st Century. University of Luton, England. Pág. 33.



caracterizada pela superficialidade, trivialidade e põe em perigo a qualidade e a diversidade da programação dos canais públicos”<sup>29</sup> (Gutiérrez Gea, 2000).

Não se trata de uma “definição estática”, o conceito de qualidade diverge de acordo com os “valores sociais e éticos e as diferentes visões da sociedade”<sup>30</sup> (Murrone e Irvine, 1997; Mulgan, 1997 citado por Brevini, 2013: 48). Francisco Rui Cádima admite que o conceito “varia em função dos diferentes níveis de percepção do público e também das diferentes concetualizações teóricas”, tal como diverge “em função de atribuições, competências e políticas de regulação, no que concerne em particular ao modelo jurídico imposto aos operadores de televisão”. Porém, há algo que é claro para este autor no que diz respeito à medição das audiências como forma de medir a qualidade: “Não podemos esquecer que quando um telefilme ou uma média metragem de autor português passa na RTP2 e obtém pouco mais de 1% de audiência, isso significa que foi vista por cerca de 100 mil telespectadores” (Cádima, s/d: 7-9).

François Heinderyckx (2006) apresenta oito critérios fundamentais que ajudam a garantir a qualidade do serviço público de televisão, onde integra a definição de qualidade como elemento complementar.

1. **Singularidade:** O serviço público de televisão deve marcar pela diferença face aos canais comerciais.
2. **Diversidade:** A diversidade de oferta permite agradar vários segmentos da população e, por sua vez, faz com que a mesma possa ser apelativa para vários nichos.
3. **Confiança:** A avaliação do nível de confiança do Serviço Público de Televisão está na oferta de notícias e de programas educativos, tal como na seleção de filmes e séries apropriados.
4. **Independência:** Distanciamento face aos poderes políticos e económicos.
5. **Pluralismo:** Manter presente a multiplicidade de ideias, ideologias e de vários pontos de vista representativos da sociedade.
6. **Identidade Cultural:** Respeitar, promover e defender a cultura local.

---

<sup>29</sup> Tradução livre da autora, consultada em GUTIÉRREZ GEA, Charo. (2000) Televisión y diversidad: génesis, definiciones y perspectivas de la diversidad en las televisiones públicas e comerciales [Internet] Disponível em <http://www.uil.es/publicaciones/latina/aa2000kjl/z31jl/84gea.htm> [Consultado a 10 de janeiro de 2015].

<sup>30</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0. Palgrave Macmillan, London. Pág. 48.

7. **Qualidade:** A percepção global de qualidade do serviço público de televisão como um todo, e por cada um dos pontos de existência em particular, passa pelo facto dos telespectadores se sentirem familiarizados com os conteúdos emitidos.
8. **Existência:** Em que medida é que o público se sente satisfeito em relação à existência do serviço público de televisão.

No entender de Heinderyckx (2006) a pertinência da existência é crucial e torna evidente não só a qualidade de um serviço público de televisão mas também a sua validade: “Defendo que se pode sentir pouca atração pelos programas de serviço público de televisão ou até os podemos evitar completamente, mas ainda assim, ser-se feliz pela sua existência”<sup>31</sup> (Heinderyckx, 2006: 8).

Particularmente importante para o nosso tema, é a reflexão que Francisco Rui Cádima faz sobre o facto de o excesso de violência afetar a qualidade da televisão pública. Os *media* transmitem a violência das sociedades através de fatores reais ou ficcionais. Contudo, a regulação feita nos *media* para “prevenir a violência gratuita” é uma forma de, em simultâneo, fomentar a qualidade da programação. Para este autor, é importante que se consiga um fator de “diferenciação” nesta matéria, entre públicos e privados, através de estudos qualitativos e análise de conteúdo que permitam ao legislador, ao decisor e ao programador da televisão pública, uma consciencialização sobre este assunto. Não menos importante, é a intervenção dos mecanismos de autorregulação dos serviços de programas (Cádima, s/d: 11-12).

Apontando para o novo serviço público de televisão, o do 2.0, Brevini (2013) garante que a qualidade deve estar ligada a três conceitos: cidadania, universalidade e veracidade. Além disso, considera que existe uma “relação forte entre qualidade e veracidade”, porque para haver qualidade tem de existir confiança, tal como refere François Heinderyckx. No novo serviço público de televisão a qualidade pode ser uma “ferramenta de resistência contra a progressiva comercialização da Internet”, tornando-se mais um instrumento de cidadania do que de comercialização<sup>32</sup> (Brevini, 2013: 47-50).

---

<sup>31</sup> Tradução livre da autora, consultada em HEINDERYCKX, François. (2006) A composite approach to evaluating the ‘quality’ of public service broadcasters [Internet] Disponível em <http://ripeat.org/wp-content/uploads/2010/03/Heinderyckx.pdf> [Consultado a 25 de janeiro de 2015].

<sup>32</sup> Tradução livre da autora, consultada em BREVINI, Benedetta. (2013) Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0. Palgrave Macmillan, London. Pág. 47-50.



## Capítulo II

### A LÓGICA ATUAL DA INFORMAÇÃO NA TELEVISÃO GENERALISTA

Como analisámos no Capítulo I, a liberalização do setor audiovisual na Europa produziu implicações profundas na forma de fazer televisão. Passámos de uma “televisão de mensagem”, cujo objetivo se centrava em “levar o conhecimento ao maior número de pessoas possível”, para uma “televisão de relação”, onde a estratégia primordial passa por manter com o telespectador uma relação afetiva de “empatia” capaz de o cativar. Essas repercussões refletiram-se gradualmente no modo de produzir e fazer informação. A “multiplicação das imagens” e o simultâneo “aumento da competição pelas audiências” conduziram à sobrevalorização do “registo emocional”. Assistimos à sobrevalorização dos temas mais sangrentos; o lado mais trágico da sociedade “deixa de ser tabu” (Jespers, 1998: 72-73). Mariano Cebrián Herreros (1998) considera que “se tivéssemos de escrever uma história exclusivamente com o que as informações que a televisão oferece, teríamos a história de uma sociedade catastrófica, convulsionada, anormal”<sup>33</sup> (Cebrián Herreros, 1998: 174).

Quebraram-se as barreiras mitológicas da “objetividade informativa” e da televisão como uma “janela aberta” à realidade. “O subjetivo impõe-se ao objetivo” e a televisão passa a ser um motor de construção de uma realidade contada ao abrigo da dramatização, numa lógica de captação de audiências<sup>34</sup> (San Miguel *et al*, 2009: 4-5).

A informação televisiva fez-se “omnipresente, confinando a tirania do instante”. O fascínio pelo contar em direto, em primeira mão, permitindo o contacto “instantâneo” com o telespectador, trouxe-nos mais informação, mais emoção, mas menos compreensão. Podemos saber de tudo o que se passa em redor, mas não temos “tempo de compreender, ou de respirar e sem saber, afinal, o que predomina, se é o dever de informar, a loucura da concorrência ou os fascínios mais técnicos, ou os três ao mesmo tempo”. A informação espetáculo produz hoje um *macrogénero* informativo. E, há quem considere que o dramatismo das imagens de violência está presente em todas as televisões do mundo: saiba-se, públicas e privadas (Wolton, 1999: 224).

---

<sup>33</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998) Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 174.

<sup>34</sup> Tradução livre da autora, consultada em SAN MIGUEL, Begoña Gutiérrez. FIDALGO, Maribel Rodríguez. SANTOS, M<sup>a</sup> del Camino Gallego. (2009) La manipulación de la opinión pública en los informativos. La evolución de su lenguaje. [Internet] Disponível em [http://www.revistalatinacs.org/09/Sociedad/actas/02begona\\_gutierrez.pdf](http://www.revistalatinacs.org/09/Sociedad/actas/02begona_gutierrez.pdf) [Consultado a 17 de Maio de 2015]. Pág. 4-5.

No Capítulo II vamos dar lugar a uma análise com base na atual lógica de informar em televisão. Partindo do pressuposto que a informação televisiva compõe um núcleo importante na construção da realidade social, abrimos espaço a uma reflexão sobre a responsabilidade social do jornalista e do meio televisivo, bem como à consideração da essência do interesse público na produção jornalística.

## **1. A luta pelas audiências refletida na informação televisiva**

A televisão ganhou um novo posicionamento com a entrada em cena dos canais comerciais. A partir dos anos oitenta, emerge na Europa uma espécie de voyeurismo televisivo, cujo “objetivo passa por explorar os gostos do público numa tentativa de atingir o máximo de audiências possível” (Bourdieu, 1997: 50).

As operadoras televisivas através da medição das audiências<sup>35</sup> tentam perceber o nível de satisfação do telespectador relativamente a um determinado programa. Mas, o que nos apresentam as audimetrias são dados meramente quantitativos. Esta tarefa não é mais do que uma reação à oferta televisiva, ao invés daquilo que procura realmente o público (Brandão, 2002; Wolton, 1999). Trata-se de uma espécie de “autismo sociométrico” em que os “*people-meters*” se limitam a saber “quem” vê o “quê”, em maior número, na grelha de programação televisiva (Cádima, 1996b: 58).

A nova política mediática está relacionada, também, com a busca pelas receitas publicitárias, que representam um importante fator financeiro da economia televisiva e cuja sua aposta passa por serviços de programas que apresentam um elevado *rating* de audiências. Por isso, os conteúdos que são emitidos pela televisão passam a depender tanto do nível de audiências, como do sucesso que se reflete na publicidade e nas suas receitas. A influência da publicidade acaba por deter uma importância dupla; não só pelo financiamento que gera à empresa de *media*, mas também pelo peso estrutural que evoca nos conteúdos emitidos. (Correia, 1997: 116). E, mais do que qualquer meio, a televisão é atingida, pela pressão do comercial em favor dos níveis de audiências (Bourdieu, 1997: 35). Isto leva a que os conteúdos “propostos pelos *media*” se alinhem

---

<sup>35</sup> As audiências permitem indicar o número de pessoas que está a ver um programa. A medição de audiências pode ser feita através da medição por *rating* de audiências, que permite medir a percentagem de indivíduos que está a ver um programa, de acordo com um determinado universo de indivíduos. Essa medição também pode ser feita através do *share*, que pretende equacionar o número de audiências de um programa ou canal. Assim sendo, permite adquirir uma comparação entre os serviços de programas da concorrência.

“pela facilidade e pelo conformismo, pelos desejos mais medíocres ou pelas expectativas menos exigentes” do público (Balle, 2003: 112).

Ao invés de criarem uma programação diversificada, os operadores televisivos abraçam o público como um todo, e fazem jus à criação de uma programação uniforme, formatada e quase indiferenciada. O que as televisões fazem é “recrutar” o “público específico”, a minoria, para o “grande público” (Cádima, 1996b: 66). Ien Ang (1991) distingue dois tipos de audiência: a audiência como mercado e a audiência como público. A primeira está diretamente associada à televisão comercial privada, que se sujeita às leis do mercado, cujo objetivo é produzir conteúdos mediáticos com efeitos lucrativos. A segunda, direciona-se para a televisão de serviço público, cujos valores se desalinham das leis do mercado, para se centrarem na responsabilidade social (Ang, 1991: 29 citado por Brandão, 2002: 63).

Outro fenómeno a ter em consideração no acentuado crescimento da tendência da “caça às audiências” é o *zapping*. Com a maior oferta de serviços de programas, facilmente o telespectador “pode fazer aparecer um outro programa à sua escolha” (Jespers, 1998: 79). O *zapping* representa o “dom da ubiquidade”, na medida em que nos permite de imediato mudar de um programa de ficção para um programa de informação: permite-nos estar em quase todo o lado, em simultâneo. Contudo, “o espetador já não observa, sonda. Já não se instala, salta. À permanência prefere o vaivém; à fidelidade, a vagabundagem; ao conhecimento, *flashes*. Não querendo perder nada, pertence a todas as histórias, a todos os discursos, mas sem verdadeiramente entrar neles, de tal modo que perde o essencial” (Pivot, 1990: 65-69 citado por Babin, 1993: 168-169).

O reflexo deste paradigma verifica-se, simultaneamente, na informação televisiva. A crescente concorrência obriga quase automaticamente a que os meios de comunicação e os jornalistas desenvolvam estratégias favoráveis à captação de público. Para Galtung and Ruge (1998) há nove critérios que determinam esta lógica de *newsmaking*<sup>36</sup>:

1. **Frequência:** se um acontecimento se produz num momento ajustado à periodicidade do meio e ao tempo de produção, é mais provável que seja transformado em notícia;
2. **Visibilidade:** é mais perceptível um acontecimento cuja visibilidade seja muito forte ou cujo significado adquira subitamente um nível mais elevado;

---

<sup>36</sup> O *newsmaking* trata-se do processo de “organização e trabalho rotineiro envolvidos na produção informativa” (Santos, 1992: 85).

3. **Ausência de ambiguidade:** quanto menos ambíguo for o seu significado maior é a probabilidade de o acontecimento ser notícia;
4. **Significatividade:** pode verificar-se por afinidade cultural ou por relevância do acontecimento. A possibilidade de seleção aumenta se um acontecimento se relaciona com os interesses e a cultura de uma determinada comunidade;
5. **Consonância:** um acontecimento terá mais probabilidades de ser selecionado se corresponder a determinadas expectativas da audiência;
6. **Imprevisibilidade:** entre dois acontecimentos parecidos terá mais hipóteses de seleção o mais imprevisível e raro;
7. **Continuidade:** todos os acontecimentos que se relacionem com outro que é notícia dão continuidade à noticiabilidade;
8. **Composição:** o conjunto de notícias divulgado por um meio de comunicação deve ser equilibrado. Isto é, os acontecimentos também são selecionados em função do conteúdo geral do meio;
9. **Valores socioculturais:** referências a pessoas, nações de elite, personalidades ou a qualquer aspeto negativo (Galtung and Ruge, 1998: 120 citado por Fontcuberta, 2010: 37-38).

A função informativa do jornalista ganhou novas dimensões. Às três tradicionais funções de “informar (refletir a realidade); formar (interpretá-la); e distrair (ocupar os tempos livres)”, acrescentam-se a da “tematização” e a da “comercialização”. A tematização trata-se do “mecanismo de formação da opinião pública, no seio da sociedade pós-industrial, através da agenda dos meios de comunicação”. Por seu turno, a comercialização reflete-se no “gradual abandono das funções sociais de informar e formar” em detrimento da prioridade dada aos “aspetos comerciais” (Fontcuberta, 2010: 28-30).

Para José Rodrigues dos Santos (1992) o trabalho do jornalista enquanto *gatekeeper* mediático, passa por dar a conhecer/selecionar as notícias que julga do interesse do seu público (Santos, 1992: 82). O estabelecimento do interesse popular como critério de noticiabilidade, enquadrada numa “visão mercantil da notícia”, coloca a “instantaneidade” e a “massificação” como “valores importantes”, face aos “critérios da verdade”, encarados como “valores menos rentáveis”. E, nestes moldes, a informação perde valor enquanto “função cívica” (Ramonet, 1999: 73-74).

O “genuflexório das audiências” e a “amarelização” dos produtos noticiosos veio fragilizar a “carapaça de princípios éticos e deontológicos que protegia a profissão”

(Alves, 2011: 38). Subordinada às leis do mercado e que tenta a todo o custo garantir competitividade face à concorrência, a televisão encontra no telespectador um consumidor e vê na informação um produto de mercantilização. Esta lógica encontra um refúgio prático na produção do seu *macrogênero*: a informação-espetáculo (Correia, 1997: 155).

## **2. A espetacularização da informação televisiva**

A mercantilização da informação televisiva trouxe à tona o seu prato principal: a informação-espetáculo ou a *infotainment*. Na informação televisiva “o paradigma do espetáculo tende a prevalecer sobre os outros na preparação das mensagens reais”. Os telejornais transformam-se em *shows*, através dos “seus cenários futuristas, efeitos especiais, linguagem enfática e apresentadores/apresentadoras/vedetas. É o que podíamos chamar a espetacularização do discurso televisivo, que tende a fazer predominar, entre as funções tradicionalmente atribuídas à televisão (informar, formar, divertir), a função do divertimento”. Uma realidade que se pode conceber para as televisões privadas, onde a essência se centra na “diversão do público com produtos de consumo”. Porém, as televisões de serviço público conhecem uma evolução sobre uma realidade paralela (Jespers, 1998: 74-75).

Mais do que “atualidade ou brevidade”, o que se procura fomentar com a informação-espetáculo, são emoções. A compreensão dá lugar ao sentir. Não existe reflexão sobre o uso de imagens de violência, por isso, “estas imagens não significam nada mais do que elas próprias, já que não permitem compreensão para além do ato violento” (Brandão, 2002: 84-86). A imagem televisiva representa um “excelente vetor de emoção”, mas que, ao mesmo tempo, conduz à criação de entraves no “raciocínio” lógico dos acontecimentos (Jespers, 1998: 72).

Através da procura pelo sensacional, a televisão faz um apelo duplo ao sentimentalismo humano: em primeiro lugar à emoção e, em segunda instância, à dramatização. A dramatização funciona como um apêndice da emoção, “é a sua primeira expressão, a sua primeira encenação”. Dramatizar passa por “condensar a emoção numa tensão, depois libertá-la bruscamente”. Existem dois critérios que



conduzem à dramatização<sup>37</sup>. “Primeiro, excita”, porque “o público tem a necessidade de sentir os medos ancestrais e de ser transportado numa grande aventura que exprima o seu próprio destino”. Em seguida, “opera-se sempre a partir de uma lei fundamental do jornalismo: só é informação aquilo que é anormal” (Babin, 1993: 65-68).

A televisão transporta para imagens “um acontecimento e exagera a sua importância, a sua gravidade e o seu caráter dramático” (Bourdieu, 1997: 12). Por conseguinte, a espetacularidade produzida pelos acontecimentos cujas imagens se dividem entre a violência e as catástrofes se sobrepõem nas questões da ordem do dia na televisão (Brandão, 2002; Ramonet, 1999). Ocorre frequentemente a valorização do “inesperado e do insólito, do fútil e do pueril, do trágico e do sangrento” (Correia, 1997: 154).

A televisão produz um forte impacto emocional, completamente distante daquele que qualquer outro meio pode provocar (Ramonet, 1999: 28). Felisbela Lopes (2008) caracteriza a televisão como uma “espécie de fagócito, que se aproveita do seu poderoso dom imagético para integrar um rol de acontecimento exteriores, capazes de aclamar a perspectiva do espetacular”, que enaltece e amplifica a imagem de um acontecimento (Lopes, 2008: 139).

A ordem informativa foi sendo paulatinamente modificada. Em Portugal, José Barata Feyo (1993) afirma que a SIC foi a “mentora” da exploração da violência na televisão portuguesa. A RTP1 apresentou-se em seguida como um dos seus “discípulos”. Não deixa de ser claro que a violência está entre o “número de coisas que vendem em televisão”, onde se insere a “violência informativa” (Barata Feyo, 1993: 159). É por isso que a televisão tende a explorar, essencialmente, as imagens mais violentas, “dramatizando os factos, levando muitas vezes à própria invasão profunda da vida privada e da intimidade dos cidadãos” (Brandão, 2002: 71).

As notícias negativas, onde “a violência assume principal destaque, são cada vez mais a regra e não a exceção dos noticiários televisivos”. Estas notícias “assumem-se com um estatuto especial de valor-notícia” (Brandão, 2002: 87). A preferência dada aos valores-notícias negativos é percecionada por Galtung e Ruge (1999) como uma forma

---

<sup>37</sup> Pierre Babin (1993) faz referência a cinco procedimentos clássicos exaltados pelos contadores de histórias desde o começo dos tempos:

1. O exageramento;
2. A oposição;
3. A simplificação;
4. A deformação;
5. A amplificação emocional (Babin, 1993: 68).

fácil de atrair o telespectador. Os autores apresentam quatro parâmetros que pretendem justificar o porquê de acharmos que “há tão pouca coisa alegre nas notícias”:

1. As notícias negativas enquadram-se melhor no critério de frequência. As notícias positivas são mais difíceis de mostrar e levam mais tempo, ao passo que o negativo é mais fácil e rápido. Para ajudar a explicar esta teoria, os autores tomam como exemplos práticos a quantidade de tempo necessário para educar e tornar sociável uma pessoa adulta e a quantidade de tempo necessário para matar alguém; ou, a quantidade de tempo necessário para construir uma casa e a quantidade de tempo para a destruir pelo fogo; e, ainda, o tempo necessário para construir um avião e o tempo para o destruir;
2. As notícias negativas são mais consensuais e inequívocas. Ou seja, um acontecimento que é positivo para uns pode não o ser para outros. Já os temas negativos permitem um maior consenso na interpretação e classificação do acontecimento como negativo;
3. As notícias negativas são mais consonantes, assistidas com algumas pré-imagens dominantes do mundo. A consonância deriva da necessidade de satisfazer algumas carências manifestadas pelo público. Os autores partem da teoria sobre a dissonância cognitiva para explicar este aspeto. Esta, por sua vez, pressupõe um alto nível de ansiedade geral, em que as notícias negativas se encaixam com bastante consonância;
4. Por fim, aquilo que é negativo passa por ser mais inesperado e, por sua vez, mais imprevisível. Ao contrário do que acontece com as notícias positivas. Por isso, os altos e baixos negativos são mais noticiáveis do que o fluxo positivo estável (Galtung e Ruge, 1965: 69-70)

A “concorrência desenfreada” coloca nos jornalistas a sede de quererem “procurar o sensacionalismo a todo o custo, a quererem ser os primeiros no terreno e a enviar de imediato imagens com força” (Ramonet, 1999: 102). A atual luta constante pelo *scoop*<sup>38</sup> está intimamente ligada com “o perturbador espetáculo da desgraça humana” (Wolton, 1999: 57). Facto que se impõem como uma limitação na qualidade do jornalismo que se pratica. Pois a “ânsia” desmedida de contar o que é “original e diferente”, coloca em evidência a “desvalorização da confirmação dos factos”, seja por “descuido” ou mesmo pela pressão do tempo (Correia, 1997: 154).

---

<sup>38</sup> Termo em inglês, mas denominado como *cacha* em português. Utilizado no meio jornalístico para as notícias de primeira mão. Ter *scoop* ou uma *cacha* é ser o primeiro a dar determinada notícia.

## 2.1. A constante do direto

A “tabloidização da informação televisiva” impôs a necessidade de estabelecer uma relação direta entre o produtor da informação e o telespectador, permitindo com que os primeiros possam testemunhar “em direto” e os segundos possam assistir “em direto” (Alves, 2011: 58). A “narradora do presente” encontra a sua forma mais pura de presencialidade no direto televisivo, que permite uma exploração da “função fática do ato comunicativo” (Lopes, 1999: 79). Há quem considere que a dinâmica do direto veio transformar os *media* em simples “suportes de escoamento da atualidade” (Nobre-Correia, 2002: 91).

Se é verdade que o direto produz de forma eficaz o contacto permanente entre o jornalista e o telespectador, não é menos verdade que este se tem produzido de “modo exagerado”. O seu efeito de multiplicação nem sempre vem acrescentar novidade, ou uma maior compreensão dos factos. (Brandão, 2002: 89). Para José Rebelo, citado por Nuno Goulart Brandão, o “culto do direto” faz da televisão uma presença “totalizante”, que nos permite o contacto permanente com “o mais escondido lugar do planeta”. Isto enquadra-se numa nova lógica hierárquica dos *media*, bem como numa “nova relação entre *media* e jornalistas”: “só existe o que passa na televisão. E o que existe só existe porque passa na televisão” (Rebelo, 1993: 670 citado por Brandão, 2002: 89). Além disso, contribuiu para reconstrução do conceito de atualidade: “a atualidade já não é o que acabou de acontecer, mas o que está ainda a acontecer” (Lopes, 1999: 80).

A atual “estética do direto” permite quebrar as “barreiras do tempo e espaço”, através do seu “imediatismo”<sup>39</sup>, suprime “os atrasos de chegada da comunicação ao telespectador” e ao mesmo tempo mostra a “realidade, no seu instante, nem antes, nem depois”. Trata-se de “um presente contínuo e ininterrupto” que transporta o telespectador para a perceção de estar presente no acontecimento. Faz com que “o telespectador se considere como um membro da multidão, ainda que esteja amparado pelas quatro paredes da sua casa” e sentado no conforto do seu sofá. A par com isso, também a “imprevisibilidade” que lhe é característica, fornece ao telespectador “uma emoção carregada de curiosidade e de ansiedade” sobre o desenlace inesperado da

---

<sup>39</sup> Segundo Mariano Cebrián Herreros (1998) o imediatismo do direto permite a construção de uma narrativa onde se cruzam quatro momentos num só:

1. Tempo do acontecimento
2. Tempo da elaboração da narrativa
3. Tempo da difusão ou distribuição
4. Tempo de receção e leitura (Cebrián Herreros, 1998: 296).

história<sup>40</sup>. (Cebrián Herreros, 1998: 294-296). Parafraseando Mariano Cebirán Herreros, o direto televisivo é a técnica que mais desperta emoção. É um espaço onde a “informação visual”, mais do que apelar à razão, comove, “impondo a sensibilidade sobre o raciocínio”. Daí que se considera que cada vez mais, pela sua constante, o direto está configurado a um espetáculo informativo<sup>41</sup> (Cebrián Herreros, 1998: 308).

O direto, muitas vezes, não passa de uma “ilusão de linguagem”, uma vez que o facto de se estar em direto apenas quer dizer que as imagens e os sons transmitidos não foram gravados com antecedência; estão a ser transmitidos no momento do acontecimento. O que não significa que aquilo que se está a transmitir tenha sempre relevância para a estória em questão (Jespers, 1998: 65).

Para Ignacio Ramonet (1999) a “representação triangular” da produção informativa, constituída entre “o acontecimento, o jornalista e o cidadão”, desapareceu. Esta triangulação deixou de existir, transformou-se num “eixo” onde de um lado se posiciona o acontecimento e, do outro, o cidadão. Já não existe “um crivo, mas apenas um vidro transparente”. Tudo se faz para pôr o telespectador em direto com um acontecimento, o que leva a que o imediatismo do direto se imponha como “o *médium* dominante”. Há até quem considere que o jornalista se deva chamar “instanteísta” ou “imediatista”. Já não há “tempo de análise e de reflexão”. Tal como a “verdade” deixou de ser um elemento decisivo nos valores da informação, essa foi sucumbida pelo “imediatista”. Um critério “perigoso” de conjugar com o da qualidade informativa (Ramonet, 1999: 60-73).

Os “trunfos” do direto são “irrecusáveis”. Consegue-se transformar o telespectador numa “testemunha visual e sonora” daquilo que está a acontecer, aproximando-o assim da realidade. Mas a “incerteza” sobre a verdade dos factos aliada à “rapidez” e à forte necessidade de “conectar”, substituem o “rigor” e a “exatidão” conotados à essência do trabalho jornalístico (Lopes, 1999: 80). Esta condição limita o exercício do jornalismo, por reduzir o seu campo de ação. O jornalista limita-se a relatar os acontecimentos e vê reduzida a sua função de “ator no processo de informação, ou seja, na sua função de interpretar o acontecimento” (Brandão, 2002: 93).

---

<sup>40</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998) Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 294-296.

<sup>41</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998), Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 308.

### 3. A informação televisiva: a (re)construção social da realidade

Unida pelas palavras, pelas imagens e pelos sons, a informação televisiva faz chegar parte da realidade do mundo aos telespectadores. Ao fazer uma interpretação da realidade, a informação televisiva está automaticamente a reconstruir a realidade. Esta interpretação permite criar com coerência um número de fenómenos que, à partida, estariam desconectados do nosso conhecimento sobre o mundo<sup>42</sup> (Arias, 2006: 21). É certo que, as características da informação televisiva têm particularidades transcendentais a qualquer outro meio, por isso, conduz-nos a uma forma diferente de conhecer a realidade.

Pela “influência”, pela “representação” e pela “visibilidade” que projeta sobre o quotidiano da sociedade podemos olhar a informação televisiva como “uma instância altamente decisiva na construção da realidade social”. A televisão fornece-nos “a principal imagem da realidade” permitindo, ao mesmo tempo, “a modificação das representações do mundo, sendo a informação televisiva que principalmente desenha os contornos da realidade” (Brandão, 2010: 148).

Antes de olharmos o meio, é importante analisarmos a atividade informativa, não como uma simples seleção de acontecimentos, procedentes do trabalho de *gatekeeping*, mas antes como uma ação encaminhada para a construção da realidade social, através das práticas quotidianas de representação do acontecido. A produção de sentido dessa realidade só é possível através das práticas e das rotinas que orientam a profissão do jornalista (Grossi, 1985: 378 citado por Saperas, 2000: 140-141). As notícias que vemos na televisão, na rádio, no jornal ou na internet funcionam como verdadeiras representações sociais da realidade, e auxiliam o público na construção dessa dita realidade. Apresentam-se como uma “janela para o mundo” que nos conta “o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber”<sup>43</sup> (Tuchman, 1983: 197-198). Os *media* têm um papel determinante, na medida em que, criam “formas de orientação da atenção pública”, a partir da construção de uma “agenda de temas dominantes que reclamam essa atenção”. A partir daqui fazem uma hierarquização com base na relevância desses temas, de acordo com a capacidade de discriminação temática

---

<sup>42</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 21.

<sup>43</sup> Tradução livre da autora, consultada em TUCHMAN, Gaye. (1983) La Producción de la Noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad. Gustavo Gili, Barcelona. Pág. 197-198.

que o público manifesta sobre os temas (Saperas, 1993: 49). Esta condição torna os *media* determinantes na “configuração da sensibilidade e opinião dos telespectadores”. Por isso é que a “representação dos acontecimentos” requer a devida “contextualização”, uma vez que determina um melhor, ou pior, “raciocínio reflexivo” por parte do telespectador (Brandão, 2010: 149-165).

A televisão padece de meios técnicos que a elava a um nível de percepção da realidade distinta de qualquer outro meio, devido à sua condição imagética. A imagem televisiva leva Felisbela Lopes (2008) a comparar a televisão como uma espécie de prótese, que, erradamente, é frequentemente encarada como um “espelho da realidade”. Aquilo que nos mostra a televisão representa uma extensão do nosso quotidiano, daquilo que somos. A primazia dada à imagem coloca como prioritária a importância de mostrar um efeito do real face ao que é real propriamente dito. A sede do imediato e a transmissão através de várias câmaras incutem no telespectador a ilusão de que ver é o mesmo que compreender. A confusão entre o olhar e o pensamento pode levar à confusão entre a imagem e a realidade (Lopes, 2008: 139-140).

Para Jean Baudrillard (1991) as imagens que nos chegam pela televisão são meras “simulações”: “A simulação já não é a simulação de um território, de um referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real” (Baudrillard, 1991: 8). O extremismo de Baudrillard, patente em “Simulacros e Simulações”, conta-nos que as imagens que nos chegam são fruto de uma construção imagética, aproximada pela tecnologia, que nos coloca sobre um mundo carregado de simulações, cada vez mais afastadas da realidade social. De acordo com este sociólogo, assistimos a uma transmissão sem referentes, cujos símbolos apenas perduram no processo de transmissão. Para Felisbela Lopes (2008) o determinismo tecnológico apresentado por Baudrillard pode ser considerado algo radical, todavia, a sua utilidade reflete-se na medida em que permite alertar para a instância recetora, enquanto parte constituinte de qualquer relação social que os *media* pretendam encetar (Lopes, 2008: 32).

As transformações na representação da realidade remontam à Era de Gutenberg. A sucessão contínua de novos meios foi transformando a forma como olhamos o mundo real. A introdução de novos meios e o “novo ambiente por eles criado”, desde “o alfabeto, o livro, o rádio ou a televisão”, transformam o quotidiano de cada um de nós, não pelos conteúdos que transmitem, mas pelos “enquadramentos e constrangimentos psico-sensoriais que a sua essência técnica exerce”. A visão de McLuhan (1995),

também retomada por Baudrillard em *Simulacros e Simulações*, quando afirma que “o meio é a mensagem”, traduz-se nos efeitos provocados pelos meios de comunicação de massas na vida das pessoas. Segundo o autor, a evolução das sociedades é determinada pela natureza dos meios de comunicação, mais do que pelos conteúdos das mensagens que estes transmitem. Deste modo, “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo escalão introduzido nas nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (McLuhan, 1995: 21-81).

Também Mariano Cebrián Herreros (1998), assume que o que a televisão nos fornece, ao nível da imagem, são “aparências da realidade”. Por isso é que os jornalistas, perante a sua atividade informativa, têm uma missão acrescida no meio televisivo em balizar a diferenciação entre o real e o ficcional “até onde profissional e tecnicamente seja possível”, tornando-as evidentes para não iludir o telespectador<sup>44</sup> (Cebrián Herreros, 1998: 167).

Jean-Jacques Jaspers (1998) ilustra como uma contextualização pode determinar a perceção da realidade. Muitas vezes, por falta de imagens e pela necessidade de melhor se esclarecer imagneticamente um acontecimento, recorre-se a representações fictícias de “acontecimentos reais”. E, neste caso, o telespectador deve ser alertado para que o que está a ver se trata de uma “ficção” ou “reconstituição”. Se assim não acontecer, o telespectador “corre o risco de não fazer a distinção entre o folhetim e a informação, entre a ficção representação jornalística da realidade” (Jaspers, 1998: 61). Esta necessidade de “reconstituição (fictícia) dos factos leva a que se confunda a verosimilhança da ficção com a autenticidade do real”. Segundo Felisbela Lopes (1999), isto ocorre devido à procura crescente “do inusitado, do nunca visto, desembocando-se, com muita facilidade o dramatismo que, na TV, se avoluma de dia para dia” (Lopes, 1999: 76). Por isso é que na informação televisiva a “produção de sentido” é tão importante para uma “correta interpretação da realidade social” (Brandão, 2010: 161).

Apesar do seu lado “espetacular”, Felisbela Lopes (2008), não deixa de encarar a televisão como um “meio de abertura da sociedade a ela própria”, na medida em que, dá forma, sentido e coloca em evidência o que transmite, o que lhe conota “uma instância simbólica que apresenta um “desenho específico da realidade” (Lopes, 2008: 113).

---

<sup>44</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998), *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 167.

Nuno Gurlart Brandão (2010), aponta para um problema neste sentido, considerando que, “na atual visão da informação televisiva, são selecionadas, em primeiro lugar, as notícias geradoras de choque ou de entretenimento, o que acaba por distorcer a percepção que os cidadãos têm da própria realidade e dos mais importantes acontecimentos que acontecem na sociedade”. A informação “espetáculo” que hoje se pratica é considerada, pelo autor, um dos aspetos mais “antagónicos” no jornalismo de hoje, uma vez que, a espetacularidade é o principal obstáculo à interpretação do jornalismo como forma de conhecimento (Brandão, 2010: 157-158).

#### **4. A responsabilidade social do jornalista e da televisão**

Se os *media* e a televisão, em particular, como vimos no tópico anterior, têm um peso importante na construção da realidade social, estes devem manter presente a responsabilidade social que lhes é atribuída enquanto mediadores de acontecimentos da vida real (Brandão, 2010: 148). Mesmo que a “enunciação televisiva” atual (diferente daquela que tínhamos “ainda num passado recente”), onde se “dá primazia ao visível sobre o inteligível (*videopolis*), que privilegia as emoções em detrimento do pensamento, que valoriza o espaço privado em relação ao domínio público, a informação televisiva mover-se-á por outros interesses”, não significa que se tenha excluído da responsabilidade social que lhe está incutida (Lopes, 2008: 120).

O debate por parte de vários “movimentos sociais de usuários e consumidores” sobre a qualidade da informação televisiva posiciona-se a respeito da sensibilização<sup>45</sup> e educação dos cidadãos. A responsabilidade social, na perspetiva de Mariano Cebrián Herreros (1998), em “Información Televisiva”, divide-se em duas análises: na qualidade da informação e na construção de uma informação que permita uma educação permanente (os dois aspetos com mais enfoque nas críticas sociais), sendo que ambas parecem interrelacionadas. Quando se centra na qualidade informativa, o autor expõe a necessidade de se refletir sobre vários aspetos:

1. Rever os critérios profissionais em todo o processo de elaboração informativa;
2. Procurar imagens que representem o ser humano no seu quotidiano e que possam contribuir para o seu desenvolvimento, e não só nas de situações extraordinárias;

---

<sup>45</sup> A ideia é que o telespectador seja previamente advertido, para ter tempo de tomar a decisão de ver ou não as imagens de choque (Cebrián Herreros, 1998: 180).



3. Construir uma informação centrada na vida da sociedade em geral, naquele que constitui o elemento básico do seu desenvolvimento, e não só naquilo que tem mais destaque;
4. Produzir uma informação que seja capaz de refletir o trabalho de cada grupo social, sem que para isso seja necessário organizar manifestações, greves ou qualquer outro feito que desperte atenção;
5. Capacitar a informação de factos sobre a vida quotidiana;
6. Promover uma informação de investigação que exponha o esforço e a contribuição de todos para a vida de um país, e não só a dos políticos ou dirigentes empresariais<sup>46</sup> (Cebrián Herreros, 1998: 180).

A “qualidade da informação” obriga a televisão a uma “responsabilidade social”, simultaneamente, através da “seleção e tratamento de determinados acontecimentos”. Uma vez que, há pessoas cuja informação que vão adquirindo provem unicamente da televisão, o trabalho de seleção e tratamento informativo torna-se determinante. E, é neste âmbito, que o Cebrián Herreros reflete sobre a importância de se difundir uma informação que permita uma aprendizagem educativa permanente. Por isso, “é responsabilidade da televisão, especialmente da pública” promover uma oferta de conteúdos que “se encaminhe na defesa do cidadão”<sup>47</sup> (Cebrián Herreros, 1998: 181-182).

Neste quadro, Felisbela Lopes (2008) considera que, os “princípios éticos e deontológicos tornar-se-ão mais exigentes; a implicação do público, uma necessidade; e a ecologia das imagens e dos discursos televisivos, um desafio a que os profissionais da televisão, nomeadamente os jornalistas, devem responder de forma positiva”. É necessário haver uma “ética de responsabilidade” que consiga envolver os “profissionais da informação televisiva” a par com os “promotores e consumidores” dos programas de informação. É importante que haja a intervenção das “fontes/interlocutores dos jornalistas” para a “construção do interesse informativo” (Lopes, 2008: 120). Deve existir um aumento do cuidado sobre a seleção das principais categorias temáticas, bem como na forma com que são abordados os acontecimentos; não menos cuidado merece o grau de importância com que são estabelecidos os critérios e opções na seleção dos temas dominantes (Brandão, 2010: 148).

---

<sup>46</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998), *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 180.

<sup>47</sup> Tradução livre da autora, consultada em CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998), *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*. Editora Síntesis, Madrid. Pág. 181-182.

Ao permitirmos a transmissão de imagens que mostram a crua violência da sociedade, apresentadas como algo desvinculado da “preservação da sociedade”, é aceitarmos “a demissão de construir ou contribuir para uma sociedade mais justa e solidária”. É preponderante que incentivemos os “valores positivos da vida social”, não só a partir do aumento da “responsabilidade social” da informação televisiva, mas também no favorecimento de valores que apelem à “cidadania” (Brandão, 2010: 53).

## **5. O interesse (do) público**

Uma das missões da televisão e, conjuntamente, da ética jornalística passa pela produção de notícias que se enquadrem nos parâmetros do interesse público. O interesse caracteriza-se por “valores que não têm a ver com o significado (político, social, cultural, etc.) do acontecimento”, mas sim pela “capacidade” que um acontecimento tem de “suscitar curiosidade”, ao mesmo tempo que, capta a “atenção do público”. Por isso, a situação ideal é quando a importância e o interesse se unem sobre um determinado acontecimento. Mas isso nem sempre acontece. O que muitas vezes leva a que se questione nas redações, o seguinte: “escolhe-se o que é importante ou o que é interessante?” (Correia, 1997: 144-145).

A seleção do que é importante ou interessante está dependente da especificidade de cada meio. Segundo Jean-Jacques Jaspers (1998), a informação veiculada pelos meios de comunicação pode ter duas finalidades:

- Ou a informação tem por único objetivo responder a necessidades sociais: curiosidade, necessidade de participar simbolicamente na vida da coletividade, sede de emoções fortes. Submetida às leis do mercado é uma informação-produto, escolhida e divulgada em função do seu valor de mercado, que diz respeito ao seu caráter cativante, atrativo, empático, singular ou espetacular. Um tipo de informação predominante, essencialmente, nos serviços de programas da televisão comercial;
- Ou a informação tem por objetivo responder a necessidades sociais ou cívicas: ajudar à ação individual ou coletiva do homem no Mundo, esclarecendo as suas opções. É a conceção de uma informação-serviço, que é suposto caracterizar os jornais de qualidade e as cadeias de rádio e televisão de serviço público ou equiparadas (Jaspers, 1998: 25).

Segundo Mar de Fontcuberta (2010), o público quando “procura e seleciona as notícias” tem por hábito orientar-se pelo “interesse pelo que acontece num local específico, pelo “interesse por atividades de pessoas e organizações específicas, e, por último, pelo “interesse por temas especiais”. O público quer saber o que se passa, essencialmente, próximo de si, geográfica, psicológica e socialmente (Fontcuberta, 2010: 36).

Porém, os vários estudos sobre os efeitos dos *media* refletem que as escolhas preferenciais do público se relacionam “intrinsecamente àquilo que lhe é oferecido”. O que nos leva a presumir que a informação televisiva “não se limita a refletir o gosto da audiência, mas também a influencia”. No caso da televisão pública, esta “deve contribuir para criar cidadãos bem informados”, permitindo-lhes a capacidade de manter um olhar crítico “sobre as questões que (in)diretamente lhes dizem respeito” (Lopes, 1999: 92).

Para Fernando Correia (1997), o que se verifica é que “a pressão do mercado e da concorrência” conduzem a que, frequentemente, se imponha – através da sobrevalorização dos acontecimentos – a “subordinação do interesse público ao interesse do público” (Correia, 1997: 145-146). Os métodos de filtragem dos acontecimentos estão já “estandardizados” de acordo com uma hierarquização-tipo, com base numa “conceção comercial” e conduzem à “uniformização da oferta informativa” (Jespers, 1998: 38-39).

A perspetiva de Nuno Goulart Brandão (2002) é a de que o reflexo que a televisão, particularmente, faz da sociedade é de acordo com “os interesses do poder socialmente dominante”; isto é, para “aqueles que, à partida lhes asseguram determinados níveis-base de aceitação, deixando para segundo plano o interesse público das necessidades sentidas pelo resto da população” (Brandão, 2002: 79).

Acontecimentos relacionadas com “a política, a cultura, a economia, a educação e a saúde” dizem respeito às temáticas que normalmente ocupam o “interesse público”. Estes exigem do telespectador “um esforço intelectual para compreender” o que está a acontecer. Daí que, a “contextualização” seja determinante para a sua apreensão e compreensão. Por outro lado, são do “interesse do público” os factos que “comovem, que suscitem curiosidade, que envolvem psicologicamente” o telespectador; pelo que não lhe exigem “grande esforço interpretativo”. Felisbela Lopes (1999) considera que o que é do interesse do público não deve deixar de ser noticiado, mas a televisão pública,

em particular, devesse ter cuidado para não fazer do “interesse humano” o valor-notícia que articula o seu trabalho (Lopes, 1999: 93-94).

A atualidade, a proximidade, a proeminência e, essencialmente, o conflito e as consequências marcam os valores-notícias atualmente dominantes (Fontcuberta, 2010: 36). Independentemente das escolhas valorativas, no entender de Petros Iosifidis (2010), o interesse público, no que diz respeito à informação televisiva, só é visível se for garantida a “precisão e a imparcialidade, especialmente no que diz respeito às notícias e aos temas de atualidade”<sup>48</sup> (Iosifidis, 2010: 13). Urge, por conseguinte, a necessidade de reflexão prévia sobre os valores éticos do jornalista para que, em casos mais extremos, este não caia na sede desmedida de informar sem pensar no interesse e na relevância que determinada estória contém. É fácil, com a velocidade com que corre a informação, que, incorretamente, se mostre o inusitado sem que seja ponderada a relevância jornalística dos acontecimentos, ou que não se esteja totalmente consciente sobre a suscetibilidade do telespectador.

---

<sup>48</sup> Tradução livre da autora, consultada em IOSIFIDIS, Petros. (2010) Public Television in the Digital Era. City University, London. Pág. 13.



### Capítulo III

## A VIOLÊNCIA NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA

A violência é uma realidade bem remota e que, sendo um facto integrante da realidade social, inadvertidamente, alcança os ecrãs da televisão. É verdade que, através da televisão conseguimos aceder a casos de violência que sem ela desconheceríamos. Não podemos negar que a imprensa ou até mesmo a rádio a podem fazer chegar até ao público, mas a verdade é que a poderosa força da televisão e as suas capacidades técnicas permitem que estes conteúdos cheguem até nós de forma mais apelativa, evidente e, sobretudo, comovente. A eficácia da televisão parece mais clara, até mesmo, na capacidade de fazer chocar.

O jornalista tem a missão e o dever de informar. Seria erróneo pensarmos em excluir a violência da informação televisiva, uma vez que isso nos desvincularia do mundo real (Rego, 1993: 281-283). Mas também sabemos que existem limites legais e éticos, ainda que nem sempre evidentes, sobre o tratamento da violência. O que é facto é que a espetacularização da informação televisiva leva à exploração destes casos, muitas vezes, de forma pouco ponderada.

A violência, embora uma parte integrante da história da humanidade, não deixa de ter importantes reflexos nos direitos fundamentais. Foi em torna da proteção destes direitos, bem como da suscetibilidade dos públicos – nomeadamente, crianças e jovens - que se desenvolveram apelos e regulamentação por parte da União Europeia, para as formas de tratamento da violência nos *media*. Esta questão reflete-se também no quadro nacional, nomeadamente, na Lei da Televisão. No quadro da regulação, foi primeiro criada a Alta Autoridade para a Comunicação Social<sup>49</sup>, que mais tarde deu lugar à Entidade Reguladora para a Comunicação Social<sup>50</sup>. Contudo, há quem sustente que mesmo a legislação e regulação são insuficientes para garantir uma boa prática do tratamento informativo de casos de violência<sup>51</sup> (Arias, 2006: 308).

Neste Capítulo III pretendemos refletir sobre a representação da violência do real na televisão, bem como sobre as restrições que se encontram na legislação em vigor a este nível, assim como na regulação. Além disso, iremos abordar a importância dos

---

<sup>49</sup> Doravante designada por AACs.

<sup>50</sup> Doravante designada por ERC.

<sup>51</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) *Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad*. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona.

Códigos de Ética, na medida em que, podem aumentar a responsabilidade ao jornalista, sem interferir com o seu direito à liberdade de expressão.

### **1. A violência como fenómeno multidimensional: uma aproximação concetual**

A violência é um fenómeno que tem caminhado lado-a-lado com a história da humanidade. Caracterizada por “fronteiras difusas e obscuras”, compõe um elemento de peso na transformação da existência humana, ao mesmo tempo que conduz o ser humano a uma “transgressão”. As suas características pouco claras e multidimensionais distanciam-nos de uma “unidade de compreensão”, por isso, definir aquilo que é a violência acarreta-nos sempre para uma missão repleta de subjetividade.

Parafraseando Franco Caviglia (2010), a dificuldade em teorizar este fenómeno reside no facto de não existir, em primeiro lugar, uma única “definição teórica que nos explique o fenómeno como tal”, uma vez que a sua abrangência multidisciplinar – com maior enfoque na sociologia, ciência política, psicologia, história e direito, com menor enfoque na antropologia, etnologia, economia, linguística e psicanálise – não ajuda a determinar de forma clara este tema; e, em segundo lugar, dado que diz respeito a um “fenómeno dinâmico” da sociedade, o seu “campo de conhecimento” abrange todo o prisma social. Este, por sua vez, em constante mutação, leva a que se vá reconhecendo e redefinindo, ao mesmo tempo que se estabelecem os “limites daquilo que é ou não é violência”<sup>52</sup> (Caviglia, 2010: 15-30).

A etimologia latina da palavra violência conduz-nos a uma primeira aproximação a este conceito. Proveniente de “*vis*”, que significa “força”, *violentia* dá lugar à criação do adjetivo *violentus*. “*Vis*” com a junção do sufixo “*lentus*” traduz-se naquele que “continuamente usa a força” (Etimologias, 1998). De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Priberam, a palavra violência, inserida na classe dos substantivos femininos, significa o “estado daquilo que é violento”; um “ato violento” ou de “violentar”; “veemência”; “irascibilidade”; “abuso da força”; “tirania; opressão”. De acordo com a jurisprudência, a violência implica um “constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação” (Priberam, 2013).

Há quem considere que a violência está enraizada na Natureza do mundo. A própria vida em si conduz-nos a um confronto pela sobrevivência, por isso, é

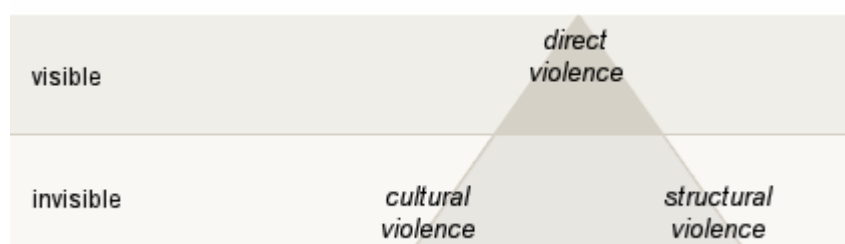
---

<sup>52</sup> Tradução livre da autora, consultada em CAVIGLIA, Franco. (2010) Violentología – Hacia un abordaje científico de la violencia, Ediciones Ciccus, Buenos Aires. Pág. 15-30.

“inconcebível” pensar a vida sem violência. Esta compõe a “natural resposta”, intrínseca a qualquer “situação de conflito” provocada pelo contacto com a sociedade (Matias, 1978: 11-16). Roger Dadoun (1998) olha a violência como parte “essencial” do carater do ser humano. Apesar da multiplicidade das formas de violência, o “núcleo duro” deste fenómeno reside no seu “eixo central”, o *homo violens*. Se, por um lado, a violência também se “irradia” no homem, é também a partir dele que encontra a sua “suspensão”. É neste segundo aspeto que se reflete a “rara virtude do *homo videns*”, na capacidade de travar a violência (Dadoun, 1998: 62-63 citado por Batista, 1999).

A violência pode ser materializada numa guerra, no seio familiar ou até nas ruas. A violência pode ser “direta, física e/ou verbal”, mas para Galtung (1969) a ação do homem nesta intervenção “não vem do nada, existem raízes” que a impulsionam. Como podemos verificar na “Estrutura Triangular da Violência”, esquematizado na Figura 1, as “raízes” da violência encontram-se evidenciadas na violência estrutural e na violência cultural e estão alojadas na base deste triângulo de forma “invisível”. Estas correspondem a uma violência indireta que suporta a violência direta, a que é visível (as mortes, os feridos, os danos materiais), apresentando-se interligadas. A violência direta vem reforçar as suas raízes (a violência estrutural e cultural) através de elementos como o ódio e a vontade de vingança, que mais tarde podem despoletar a violência direta<sup>53</sup> (Galtung, 1969).

**Figura 1** – Estrutura Triangular da Violência concetualizada por Johan Galtung, 1969.



Fonte: <http://them.polylog.org/5/fgj-en.htm#n1>

No ensaio *Violência Dilacerada*, José Tavares dos Santos (1993) identifica cinco dimensões em que pode estar inserida a violência:

<sup>53</sup> Tradução livre da autora, consultada em GALTUNG, Johan. (1969) *Violence, War, and Their Impact* [Internet] Disponível em <http://them.polylog.org/5/fgj-en.htm#n1> (Consultado a 15 de julho de 2015).



1. Violência contra a natureza: trata-se da violência como “relação de estranhamento”, a partir das dimensões simbólicas que acompanham a relação entre o homem e o mundo natural.
2. Violência rotineira/habitual: identifica-se através da dinâmica relacional entre as várias camadas da hierarquia social (classes e grupos sociais) e que podem violar as normativas legais. É a violência quotidiana, a violência doméstica, que se impõe como uma das formas de negação do direito à vida;
3. Violência política: está intimamente ligada com a “tecnologia do poder” sobre os indivíduos, onde se destacam os alvos com notória participação social capazes de protagonizar ações coletivas. Esta pode ser desencadeada pelo Estado ou contra o este, como forma de dominação. Por exemplo, através de ditaduras ou, em contra partida, de movimentos antirregime;
4. Violência programada: trata-se do efeito das ações de poder sobre os indivíduos;
5. Violência simbólica: revê-se nos discursos do poder que vêm negar o lugar de um individuo do seio da sociedade (Tavares dos Santos, 1993: 134-138).

A concepção de violência simbólica é introduzida por Pierre Bourdieu (1989), na obra *O Poder Simbólico*, e define-se através de estratégias, cujos agentes sociais tentam impor a sua “visão nas divisões do mundo”. Esta situa-se perante dois extremos: se provém de um individuo particular cujos efeitos podem ser “recíprocos”; se advém de um “ato de imposição simbólica” que tem do seu lado a “força de um coletivo, do consenso, do senso comum”, operada por um elemento do “monopólio da violência simbólica legítima”, o Estado (Bourdieu, 1989: 146).

Hannah Arendt, na obra *Sobre a Violência*, onde destaca essencialmente a violência como uma forma de poder, também identificada por Tavares dos Santos, esclarece que ninguém pode ignorar a relação que existe entre a história mundial e a política, onde, por sua vez, - ainda que muitas vezes singularizada - a violência marcou sempre presença sobre os elementos humanos. Por isso, quando tentamos encontrar sentido nas memórias do passado “é obrigatório encarar a violência como um ato marginal”. A autora afirma que os conceitos poder, potência, força, autoridade e violência estão relacionados, por possuírem a mesma função. A violência assemelha-se “fenologicamente” da potência, “uma vez que os instrumentos da violência, como qualquer ferramenta, são concebidos e projetados para multiplicar a potência natural” das coisas. Estas, por seu turno, são projetadas por um poder dominante que usufrui de

armas tão poderosas como a potência, a força e a autoridade, por sua vez materializadas em atos de violência<sup>54</sup> (Arendt, 2005: 11-63).

Yves Michaud, citado por Tavares dos Santos, entende a violência como algo multidimensional e que se divide em “estados” e em “atos”:

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de uma maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja na sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (Michaud, 1989: 11 citado por Tavares dos Santos, 1993: 140).

A concepção de Yves Michaud (1989) permite-nos uma abordagem sobre as distintas dimensões da violência – material e simbólica - que fazem parte da realidade social. A simbologia da violência encaminha-a numa “variabilidade histórico-cultural”, isto é, aquilo que a dada altura é considerado violência numa sociedade, depende da “natureza da sociedade considerada”. É, por isso, válida a ideia de que a “realidade empírica da violência” se trata de um “fenómeno polissémico e plural”. Esta perspetiva é corroborada por Maria Porto (2002) ao assumir que “não faz sentido falar em violência no singular”, uma vez que somos “confrontados com manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam a existência de tipos diferenciados de violência”. Assim sendo, é imperativo olhar a violência numa relação direta com as suas relações culturais (Porto, 2002: 153).

A violência é uma questão que tem vindo a impulsionar várias investigações no campo das ciências sociais. No final dos anos sessenta, nos Estados Unidos, desenvolveram-se os primeiros estudos sobre a representação da violência na televisão<sup>55</sup>. O objetivo seria desvendar a relação entre a violência que vemos a televisão e a “agressão interpessoal” que posteriormente se projeta entre crianças, jovens e adultos (AACS, 1997: 23-24). Se, por um lado, há quem culpe os *media* em geral por serem os grandes fautores, por promoverem o comportamento violento da sociedade atual, por outro lado, há quem os tente “ilibrar” dessa “responsabilidade”. É importante considerar os dois tipos de violência a que podemos assistir na televisão: a violência do

---

<sup>54</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARENDT, Hannah. (2005) Sobre la Violencia. Alianza Editorial, España. Pág. 11-63.

<sup>55</sup> Entre os vários estudos, destacam-se a teoria sobre os *media* enquanto cultivadores de crenças sobre a realidade social (Gerbner, 1969), a teoria da agressão recreativa (Berkowitz, 1970), a teoria catártica (Feshbach e Singer, 1971), a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1971) e a teoria associacionista (Berkowitz e Rogers, 1986) (AACS, 1997: 24).

real e a violência de ficção. É sobre a primeira que nos pretendemos debruçar no nosso estudo: a violência real nos serviços noticiosos (Paquete de Oliveira, 1993: 73-74).

## **2. A violência do real na informação televisiva**

A violência do real a que assistimos na televisão está intimamente ligada com a violência que existe na sociedade. Trata-se de um relacionamento intrínseco: “não é possível dissocia-las porque estão interligadas”. O que a televisão e o jornalismo televisivo fazem é transpor o retrato dessa violência, a partir de procedimentos prévios, para o pequeno ecrã. Se “a violência é uma questão de costumes” que estão enraizados na sociedade, então a televisão deve espelhar essa violência, de preferência de forma “crítica”. A solução não passa por “tirar à vida a sua quota-parte de violência”, uma vez que isso significaria “falsear a imagem do mundo e dar dele uma imagem redutora”. Por outro lado, se a televisão “devolve a imagem ampliada e enaltecida”, esta pode considerar-se “num agente violento”. Para Barata Feyo (1993), a questão que impera é a de “saber se é legítimo reduzir o mundo e a vida à violência, ou seja, se em vez de estarmos aquém”, tal como acontecia com a cobertura jornalística sobre a Guerra Colonial<sup>56</sup>, “não estamos a informar além da parte de violência que o mundo real comporta” (Barata Feyo, 1993: 160-161).

É inegável o “poder das imagens da televisão para influenciar a mente das pessoas”. Em última instância, pode ser ponderado o facto de a “televisão causar violência”, na medida em que pode “influenciar as pessoas já predispostas a praticar atos de violência”. Porém, pode ser “perigoso aceitar que a televisão faz parte do problema”. O que se passa quando consideram que a televisão é o problema “é que as pessoas, compreensivelmente frustradas com a sua impondência em pôr termo à violência na sociedade, se sentem tentadas, em sua substituição, a agir relativamente à televisão” (Ayre, 1993: 151-152).

A violência faz parte da vida real, bem como “o amor e o ódio”. Por isso, apesar de se apelar ao uso do necessário “bom senso”, é impossível evitar a visibilidade da violência do mundo “no pequeno ecrã” (Gameiro, 1993: 272). Excluir a violência real da televisão seria o mesmo que encarar a televisão como “o papel de uma peneira, que seleccionaria da realidade as melhores partes, expurgando as piores”. Esta ideia levaria a

---

<sup>56</sup> Ver ponto 1.2 do Capítulo I.

uma visão “errônea” da sociedade. Uma vez que a violência se trata de uma “componente da sociedade moderna” é, em simultâneo, uma “componente indispensável” nos meios de comunicação social (Rego, 1993: 281-283).

Mas deverá a violência do real ser exibida sem pudor, fornecendo a cru o lado mais sangrento e chocante da sociedade? Deve haver um “limite”. A violência que se mostra a partir das imagens pode ser revelada, “mas com contenção”, deixando de parte “banalidades, sensacionalismos “baratos”, “vedetismos” sem sentido”. No artigo *Ameaças e Desafios do Jornalismo Contemporâneo*, Daniela Santiago (2013) posiciona-se face às imagens que circularam nas televisões sobre a morte do ex-líder Líbano, Muammar Kadhafi: “não era essencial exibir os vídeos por completo, ao pormenor, sem qualquer tipo de “tratamento” prévio. Não era necessário revelar todo o conteúdo, sem qualquer edição, uma “cortina” ou um desfoque”. Este tipo de tratamento informativo incorre no “espetáculo sórdido”, um apelo ao “voyeurismo mórbido dos consumidores da (...) informação-espetáculo” (Santiago, 2013: 99-101).

A questão que se impõe aos profissionais passa pelo questionamento daquilo que se deve ou não mostrar, uma vez que, “mostrar demasiado pode ser uma invasão à vida privada de alguns” e, ao mesmo tempo, “pode incomodar os espectadores”. O “dever máximo” dos jornalistas é contar a verdade, “mostrar o mundo tal como ele é”, sendo importante que os jornalistas estejam conscientes da sua “verdadeira função”. As estações podem avisar previamente o telespectador, podem “mostrar as imagens mais chocantes a uma hora já avançada”, mas isso nunca pode substituir avaliação prévia “feita com sensibilidade e com maturidade por parte dos editores”. Não descurando que “os telespectadores têm sensibilidades diferentes”, é, por isso, possível que as opções editoriais possam não satisfazer os telespectadores na sua generalidade (Ayre, 1993: 154-157).

José Manuel Larraya (1993) admite que mais do que uma “questão de tipo ético, trata-se de um problema estético” e exemplifica-o com as imagens da Guerra do Golfo, que foram motivo de abertura de vários noticiários em todo o mundo: “era mais estético passar imagens frias e espetaculares facilitadas pelos aliados, e dominadas na propaganda militar “bombardeamento cirúrgico”, pois assemelhavam-se às imagens de um computador, dos jogos de simulação de voo com os quais os nossos filhos brincam, ou as crianças em geral, em que se pode bombardear, atacar e apontar mísseis” (Larraya, 1993: 97). O historiador Fernando Pereira (1993) considera que a “espetacularização da violência” que decorre dos seus procedimentos “estéticos” leva a

notícia a “rivalizar” com a ficção na “captação de público”. Tanto pela constante recorrência ao direto, que figura a “aparência” de uma realidade aproximada do espetáculo, bem como pelo “efeito estético produzido”. Este espetáculo conduz à “banalização” dos sentimentos de “sofrimento, do infortúnio e da própria justiça” (Pereira, 1993: 87).

Por vezes, há, de facto, um grande exagero na forma como os factos da atualidade são mostrados, o que leva à deturpação da “realidade”. Esta situação conduz a uma “falta de respeito pela pessoa” que está no outro lado do ecrã a assistir (Lopes da Silva, 1993: 288-289). O que é facto é que existe um fascínio por imagens violentas. Exemplo disso são os temas de “importância e interesse local”, que rapidamente se transformam em “notícias internacionais”. Rafael Díaz Arias (2006) esclarece-o com um exemplo prático: “nunca se dá a conhecer nas notícias o que se passa em Taiwan, mas basta que os seus legisladores se desentendam no parlamento para que os noticiários façam disso uma notícia com relevância”. E o mesmo acontece com os maus tratos policiais nos Estados Unidos, algo que se supõe de interesse local e nacional, mas que ganha destaque em vários noticiários de todo o mundo<sup>57</sup> (Arias, 2006: 91-93).

Stuart Hall *et al.* (1999), no artigo sobre o “Mugging nos Media”, consideram que a violência tem um “estatuto especial” no que diz respeito aos valores-notícia<sup>58</sup>. Trata-se do “supremo exemplo das consequências negativas” destes valores, que, por constituir o “limiar crítico na sociedade”, merece destaque noticioso. Mas a violência, por si só, representa uma “violação básica do indivíduo”, “contra a propriedade” e “contra o Estado”. A base lógica da Lei passa por “salvaguardar” uma forma correta de atuação, que se encaminhe na proteção do indivíduo e da ordem social (Hall *et al.*, 1999: 238). É importante que o jornalista tenha presente que, tal como “os atos de violência”, as “vítimas e as suas famílias” merecem “consideração” em toda e qualquer reportagem (Ayre, 1993: 158).

A violência parece ser um dos temas mais delicados de trabalhar na informação televisiva. Ao mesmo tempo que requer um cuidado especial no seu tratamento, também exige uma maior reflexão face a outros acontecimentos. A clareza quanto à sua exibição mantém-se: deve ser mostrada, mas “não deve converter-se num supremo

---

<sup>57</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 91-93.

<sup>58</sup> Stuart Hall *et al.* admitem que um tema “pode subir no topo da agenda noticiosa simplesmente porque contem um grande estouro”. Por isso, torna-se “impossível definir os valores notícia em formas que não colocariam a violência no topo, ou próximo do topo, da atenção noticiosa” (Hall *et al.*, 1999: 239).

argumento informativo”. Ao contar, ao mostrar a violência, não nos podemos esquecer de que a televisão está automaticamente a “denunciar situações que de outra forma manter-se-iam ocultas”<sup>59</sup> (Arias, 2006: 86).

### **2.1. A banalização da violência: um problema maior**

A televisão americana é considerada por José Barata Feyo (1993) como a “mais violenta de todas” e, simultaneamente, é a “sociedade americana a que mais rapidamente e melhor banaliza a violência”. A banalização da violência pela sociedade, bem como pela televisão “é, a longo prazo, a pior das violências”, por fazer “desaparecer o princípio de que ela é condenável”. Ou seja, pelo risco que existe em integrarmos atos amorais no nosso quotidiano, sob pena de os encararmos com normalidade. Quebram-se as fronteiras entre o “pudor e o despudor, entre a barbárie e a cultura”. É introduzida uma nova “ideologia dominante”, a da violência, a da “amoralidade”. Neste sentido, o “conjunto de comportamentos eticamente condenáveis”, onde se insere a violência, acabam por ser “normais” por estarem “eticamente integrados” (Barata Feyo, 1993: 161-164)

A “banalização dos atos de violência no quotidiano dos povos” é uma das “vertentes particularmente inquietantes” dentro da questão da violência (Rego, 1993: 281). O reflexo próximo dessa banalização ocorre do facto de, muitas vezes, não se entender se o que se vê nas notícias é realidade ou ficção. Ou se, por sua vez, nos apercebermos que as notícias mais sangrentas que vemos na televisão nos deixam “indiferentes” (Gameiro, 1993: 272).

Como indica Daniela Santiago (2013), “o excecional tornou-se banal”. Permanece a sensação de que “nada nos horroriza, nada nos afeta, nada nos faz pensar, questionar a realidade”. A multiplicidade de meios – os telemóveis, a internet e as redes sociais – permitem uma “nova forma de espalhar informação”. A peregrina vontade de querer mostrar o inusitado, a par com a velocidade com que é possível fazer circular a informação, veio quebrar muitas fronteiras, nomeadamente a do tempo. A instantaneidade e a rapidez, abraçadas pela digitalização, estão na ordem do dia de qualquer redação. Isto conduz a que muitas vezes se deixe de pensar, porque o tempo para refletir e filtrar o importante começa a ser inexistente (Santiago, 2013: 98-103). E a

---

<sup>59</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág.86.

violência, um tema particularmente sensível e complexo, transmitida na televisão requer tempo para refletir sobre a forma mais adequada de jornalisticamente retratar.

Rafael Díaz Arias (2006) levanta uma questão pertinente neste âmbito, a da redundância excessiva. A repetição consecutiva de uma mensagem “mantem a atenção e ajuda na sua compreensão” por parte do telespectador. A sede do espetáculo, com o consequente “abuso de imagens espetaculares”, aliado a este efeito de redundância, faz com que as mesmas imagens, as “impressionantes, impactantes, terríveis” se repitam várias vezes consecutivas<sup>60</sup> (Arias, 2006: 102). Algo que pode levar à banalização da violência, neste caso, pela quantidade de vezes que as mesmas notícias e as mesmas imagens passam no ecrã; deixam de ter impacto, não acrescentam nada de novo.

Existem várias teses que defendem, como vimos, que a violência do real deve ser mostrada pelos meios de comunicação social, não só para consciencializar o mundo, no sentido de motivar as pessoas para a “discussão destes problemas”, mas também porque o cidadão comum tem o direito de ser informado. Todavia, por outro lado, há quem considere que o erro mais nocivo ou o “efeito mais perverso” de exibir a violência na televisão é o erro de cair na sua “banalização” (Gameiro, 1993: 272). Contornar esta situação implica refletir a ética e os valores humanitários que devem ser defendidos e postos em prática pelos jornalistas.

### **3. A regulação da informação televisiva em matéria de violência**

#### **3.1. Considerações da União Europeia**

As primeiras considerações sobre a transmissão de cenas de violência na televisão surgiram em 1989, no âmbito da Comunidade Económica Europeia, com a Diretiva 89/552/CEE, de 3 de outubro, do Conselho das Comunidades Europeias. Esta diretiva foi revogada em 1997, primeiro pela Diretiva 97/36/CE, de 30 de junho, e posteriormente pela Diretiva 2007/65/CE, de 11 de dezembro. Por fim, a última revogação aconteceu com a Diretiva 2010/13/EU, de 10 de março, do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os Serviços de Comunicação Social Audiovisual. A questão da violência passa a ser abordada no artigo 27.º, inserido no capítulo XVIII,

---

<sup>60</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) *Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad*. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 102.

com o título Proteção de Menores na Radiodifusão Televisiva, designação que ainda se mantém atualmente:

#### Artigo 27.º

1. Os Estados-membros tomarão as medidas apropriadas para assegurar que as emissões televisivas dos organismos de radiodifusão sob a sua jurisdição não incluam quaisquer programas suscetíveis de prejudicar gravemente o desenvolvimento físico, mental ou moral dos menores, nomeadamente programas que incluam cenas de pornografia ou de violência gratuita.
2. As medidas referidas no nº 1 são igualmente aplicáveis a todos os programas suscetíveis de prejudicar o desenvolvimento físico, mental ou moral dos menores, exceto se, pela escolha da hora de emissão ou por quaisquer medidas técnicas, se assegurar que, em princípio, os menores que se encontrem no respetivo campo de difusão não verão nem ouvirão essas emissões.
3. Além do mais, sempre que esses programas não forem transmitidos sob forma codificada, os Estados-membros assegurarão que os mesmos sejam precedidos de um sinal sonoro ou identificados pela presença de um símbolo visual durante todo o programa.

O primeiro alerta sobre o impacto da violência no público surgiu com a Recomendação 963 (1983) da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu, com particular abordagem para a questão do terrorismo. O alerta surge tendo em conta o ênfase dado pelos media visuais e os seus “efeitos cumulativos” sobre crianças e jovens. Em 1997, o Comité de Ministros do Conselho da Europa elaborou a Recomendação N.º R (97) 19<sup>61</sup>, que vem reforçar e apelar ao especial cuidado sobre o tratamento e exposição da violência nos *media* eletrónicos. Foram várias as preocupações prévias que conduziram à escrita das orientações que se inscrevem neste documento. Saliente-se o facto de o tratamento da violência no *media* ser uma questão pertinente e com uma relevância social importante. É claro que, uma vez que se trata de uma parte “integrante da realidade social”, o público tem o direito de ser informado sobre o que se passa em seu redor. O que acontece é que “a violência é, por vezes, trivializada ou glorificada, inserindo-se numa lógica de captação de audiências”.

Segundo esta Recomendação, ainda que a violência real deva ser exibida, esta não deve ser exposta de forma gratuita, que se caracteriza pela “disseminação de mensagens,

---

<sup>61</sup> Ver no anexo A.



palavras e imagens, de conteúdo ou apresentação violenta cuja proeminência não seja justificada no contexto”. Estas preocupações encaminham-se, essencialmente, pelos efeitos negativos do “desenvolvimento físico, mental e moral do público, particularmente, nos jovens”, que pode ter como consequência “o aumento da insensibilidade face ao sofrimento, sentimentos de insegurança e desconfiança”. Por isso, é da responsabilidade dos Estados-membros da atual União Europeia:

- a. Chamar a atenção os profissionais do setor dos *media* eletrónicos, os organismos reguladores deste setor, as autoridades educativas e o público em geral, para o enquadramento político global representada pelas orientações anexas;
- b. Tomar medidas concretas para implementar essas mesmas orientações;
- c. Garantir que essas orientações são conhecidas pelas pessoas e organismos em questão, devendo incentivar o debate geral sobre o assunto;
- d. Manter a aplicação efetiva dessas orientações nas ordens jurídicas internas dos meios<sup>62</sup> (Recomendação N° R (97) 19, 1997: 100-101).

Como se lê nesse documento, a responsabilidade sobre o tratamento da violência nos *media* eletrónicos atribuída aos responsáveis dos *media* sobre os conteúdos que emitem, pelos vários setores da sociedade, pelas autoridades de regulação dos *media* nacionais e por entidades internacionais que promovam uma cooperação bilateral e multilateral sobre o tema, deixando à margem os Governos dos Estados membros. No que diz respeito aos responsáveis pelos *media*, estes devem adotar medidas “para combater a exposição de violência”, impondo-se com o objetivo de “defender o respeito à dignidade humana e à proteção de grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes, que podem ser prejudicadas física, mental ou moralmente com a exposição desta representação”<sup>63</sup> (Recomendação N° R (97) 19, 1997: 102).

A Recomendação N.º R (97) 19 não serve somente como modelo de orientação, mas também como motivo de esclarecimento de algumas questões que albergam a temática da violência. Em anexo a este documento, podemos encontrar uma grelha, onde estão inseridos uma série de parâmetros que determinam o contexto e as várias expressões de violência nos *media* eletrónicos. Sintetizando, o público tem acesso aos *media* através de várias plataformas que lhe permite acesso a um panóplia de formatos de programas. É nestes formatos que pode ser retratada a violência, desde a informação à ficção, que dita a intencionalidade com que é exibida. As suas expressões podem ser

---

<sup>62</sup> Tradução livre da autora consultada em Recomendação N° R (97) 19, Council of Europe. Pág. 100-101.

<sup>63</sup> Tradução livre da autora consultada em Recomendação N° R (97) 19, Council of Europe. Pág. 102.

retratadas através de violência física, sexual, psicológica, verbal e ameaças de violência implícita através de atos ou das consequências de atos violentos. Por sua vez, a forma com que é retratada a violência diverge entre o realístico, naturalístico, hedonístico, estético, agressivo, matéria-prima, imagens e comentário/julgamento de valor, positiva/negativa (ato violento de um herói/não-herói)<sup>64</sup>.

De acordo com a bibliografia anotada publicada em junho deste ano, pelo European Audiovisual Observatory, podemos identificar outras recomendações que surgiram até então no âmbito da proteção do público no ambiente de *media*, impulsionadas por organizações europeias. Destacamos algumas dessas recomendações:

- Recomendação 1276 (1995) sobre o poder da imagem visual;
- Recomendação 1165 (1998) sobre o Direito à privacidade;
- Recomendação N.º R (97) 20 sobre o incitamento ao ódio racial, nacional e religioso nos *media*;
- Recomendação N.º R (97) 21 sobre a promoção de uma cultura de tolerância nos *media*;
- Recomendação N.º R (2001) 8 sobre a autorregulamentação dos conteúdos *online* (autorregulação e proteção dos utilizadores contra conteúdos ilegais ou nocivos nos novos serviços de comunicação e informação);
- Recomendação CM/Rec (2009) 5 sobre medidas para proteger as crianças contra conteúdos e comportamentos prejudiciais e promover a sua participação ativa no novo ambiente de informação e comunicação<sup>65</sup> (EBU, 2015: 7-9).

### 3.2. O que estabelece a Lei da Televisão em Portugal?

A Lei da Televisão tem como objetivo regular o acesso e o exercício desta atividade, através de um conjunto de “regras” que pretendem estabelecer “alguns limites e obrigações” no que diz respeito a questões de programação televisiva (Carvalho *et al*, 2012: 132). Em Portugal, a primeira legislação sobre a exposição da violência na televisão ficou refletida no artigo 17.º com a epígrafe Programas Proibidos, na Lei n.º

---

<sup>64</sup> Tradução livre da autora consultada em Recomendação N.º R (97) 19, Council of Europe. Pág. Anexos da dita recomendação.

<sup>65</sup> Tradução livre da autora consultada em EBU. (2015) Annotated bibliography on the protection of minors in a converged media environment [Internet] Disponível em <http://www.obs.coe.int/documents/205595/8234567/Annotated+bibliography+on+the+protection+of+minors+in+a+converged+media+environment.pdf/936532b9-fac8-4b9a-86f8-3cfa5afd29d3> [Consultado a 28 de julho de 2015]. Pág. 7-9.

58/90, de 7 de setembro, um ano após a primeira legislação europeia neste âmbito. Com quatro alíneas, este artigo previa a proibição de “programas pornográficos ou obscenos”, a proibição de programas que servissem de incitamento “à violência, à prática de crimes”, ou que violassem os direitos, liberdades e garantias fundamentais. Estavam também restringidos os programas “susceptíveis de influir negativamente na formação da personalidade das crianças ou adolescentes, ou de impressionar outros espectadores particularmente vulneráveis, designadamente pela exibição de cenas particularmente violentas ou chocantes”. Aquando da exibição de cenas violentas ou chocantes, os programas deveriam conter uma advertência prévia, acompanhados do identificador apropriado (a chamada bolinha vermelha) e deveriam ser exibidos apenas em horário noturno<sup>66</sup>.

Em 1998, é retificada a Lei n.º 8/90, dando lugar à Lei 31-A/98, de 14 de julho, estando previsto no seu artigo 21.º com a epígrafe Limites à Liberdade de Programação, nomenclatura que se mantém atualmente. Por sua vez, esta Lei foi alterada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, posteriormente, pela Lei n.º 8/2011, de 11 de Abril e, mais tarde, ainda pela Lei 40/2014, de 9 de julho, que atualmente vigora. O artigo 27.º na sua forma atual refere:

### **Artigo 27.º**

#### **Limites à liberdade de programação**

1. A programação dos serviços de programas televisivos e dos serviços audiovisuais a pedido deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos, liberdades e garantias fundamentais.
2. Os serviços de programas televisivos e os serviços audiovisuais a pedido não podem, através dos elementos de programação que difundam, incitar ao ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo, pela orientação sexual ou pela deficiência.
3. Não é permitida a emissão televisiva de programas susceptíveis de prejudicar manifesta, séria e gravemente a livre formação da personalidade de crianças e adolescentes, designadamente os que contenham pornografia, no serviço de programas de acesso não condicionado ou violência gratuita.
4. A emissão televisiva de quaisquer outros programas susceptíveis de influírem de modo negativo na formação da personalidade de crianças e adolescentes deve ser

---

<sup>66</sup> O n.º 4 desse artigo estipulava como horário noturno o período após as 22 horas.

acompanhada da difusão permanente de um identificador visual apropriado e só pode ter lugar entre as 22 horas e 30 minutos e as 6 horas.

5. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social incentiva a elaboração pelos operadores de televisão de um sistema comum de classificação dos programas de televisão que preveja um conjunto de sinais identificadores dos diferentes escalões etários em função dos conteúdos apresentados e que respeite na exibição de obras cinematográficas e de videogramas a classificação da comissão de classificação de espetáculos.

6. Excetuam-se do disposto nos n.ºs 4 e 5 as transmissões em serviços de programas televisivos de acesso condicionado.

7. O disposto nos números anteriores abrange não só quaisquer elementos de programação, incluindo a publicidade e as mensagens, extratos ou imagens de autopromoção, como ainda serviços de teletexto e guias eletrónicos de programação.

8. Os elementos de programação com as características a que se referem os n.ºs 3 e 4 podem ser transmitidos em quaisquer serviços noticiosos quando, revestindo importância jornalística, sejam apresentados com respeito pelas normas éticas da profissão e antecidos de uma advertência sobre a sua natureza.

9. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social define e torna públicos os critérios seguidos para a avaliação do incumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4, os quais devem ser objetivos, adequados, necessários e proporcionais às finalidades prosseguidas.

10. Os programas dos serviços audiovisuais a pedido que sejam suscetíveis de prejudicar manifesta, séria e gravemente a livre formação da personalidade de crianças e adolescentes, tais como os de conteúdo pornográfico, apenas podem ser disponibilizados mediante a adoção de funcionalidades técnicas adequadas a evitar o acesso a esses conteúdos por parte daquele segmento do público.

11. Os operadores de televisão e os operadores de serviços audiovisuais a pedido podem adotar códigos de conduta que respondam às exigências contidas no presente artigo, ouvidos, no caso dos operadores de televisão, os respetivos conselhos de redação, no âmbito das suas atribuições.

As alterações da primeira versão do artigo para a atual são notórias. Essencialmente, porque esta nova versão do referido artigo se tornou mais abrangente e ao mesmo tempo mais clara, veja-se, por exemplo, na mudança do horário noturno estabelecido agora entre as 22h30 e as 6h (n.º 4). A primeira lei mencionava a proibição

de conteúdos chocantes, ao passo que, a atual inclui nessa inibição a violência gratuita (n.º 3) e acrescenta um novo item que proíbe o incitamento ao “ódio racial, religioso, político ou gerado pela cor, origem étnica ou nacional, pelo sexo, pela orientação sexual ou pela deficiência” (n.º 2). Tal como abre exceção aos serviços noticiosos face aos números 3 e 4 da nova versão do referido artigo, quando justificável por importância jornalística. Este artigo ora proíbe, ora condiciona a exibição dos conteúdos, ao invés do que acontecia anteriormente.

Mas questionemo-nos, afinal o que significam os atuais Limites à Liberdade de Programação? Para Alberto Arons de Carvalho *et al* (2012), a liberdade de expressão, de onde deriva o “direito-mãe” da liberdade de radiodifusão e da liberdade de imprensa<sup>67</sup>, “encontra o seu significado essencial na liberdade de programação”. De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º da Lei da Televisão, qualquer órgão de soberania está isento de “impedir, condicionar ou impor a difusão de quaisquer programas”, mas existem “restrições lícitas à liberdade de programação” estabelecidas pela Constituição da República Portuguesa<sup>68</sup> que não podem ser quebradas (Carvalho *et al*, 2012: 409-410). Portanto, podemos subentender que a autonomia de difusão dos órgãos de comunicação social prevalece sempre que não se sobrepuser a direitos constitucionalmente consagrados, como são os direitos, liberdades e garantias pessoais, a título exemplificativo.

### **3.3. A leitura da ERC face à violência nos serviços noticiosos**

Em Portugal, o debate sobre a exibição de violência nos meios de comunicação social mereceu a sua primeira reflexão através da AACS, em 1993<sup>69</sup>. Passados quatro anos, em 1997, foi assinado o primeiro acordo de autorregulação<sup>70</sup> entre a AACS, os presidentes dos conselhos da administração e os diretores de programas e de informação dos três operadores televisivos - RTP, SIC e TVI –, sobre a “representação da violência na televisão”.

---

<sup>67</sup> Artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa.

<sup>68</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 18.º “a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”.

<sup>69</sup> Estudo de Opinião sobre os Portugueses e a Violência na Comunicação Social, elaborado pela Alta Autoridade para a Comunicação Social.

<sup>70</sup> Ver no anexo B.

Já nessa data as questões que se levantavam sobre a exposição da violência na televisão visavam essencialmente a proteção do público mais suscetível. Neste documento constam reflexões que têm por base a necessidade de prévio aviso e sinalética adequada sobre os conteúdos mais violentos, de forma a permitir que o telespectador possa escolher entre ver ou não ver determinados conteúdos. E aqui agregam-se também conteúdos informativos: “no sentido de esclarecimento do público, dando-lhe uma possibilidade de escolha esclarecida e também atempada, passam a divulgar a citada sinalética comum quês nos noticiários sobre a programação distribuídos aos órgãos de comunicação social quer em programas dedicados a anunciar o conteúdo de próximas emissões”. O tratamento da violência na informação televisiva tem destaque neste acordo, onde lhe é inegável o estatuto de “exceção”:

“Sendo a violência uma realidade incontornável e só podendo a comunicação social abordá-la, de harmonia com o dever de informar, constitucionalmente consagrado, mas tendo em conta o carater chocante que aspetos dessa abordagem poderão revestir para certos espectadores mais sensíveis, os operadores reafirmam que os critérios jornalísticos assumidos pelas respetivas direções de informação se baseiam no respeito pelas regras deontológicas vigentes e atendem à necessidade de adequar a representação da violência ao seu contexto, evitando explorar a dor, os sentimentos mórbidos e o sensacionalismo” (AACS, 1997: 1-2).

Atualmente, a regulação sobre a violência na televisão compete à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, que deve garantir o cumprimento destas normas por parte dos órgãos de comunicação social (Carvalho *et al*, 2012: 412). Em 2011, o Conselho Regulador da ERC tornou pública a Deliberação 19/CONT-TV/2011, onde se inserem as suas linhas de orientação para a avaliação dos Limites à Liberdade de Programação – artigo 27.º. Neste ponto iremos analisar a leitura do Conselho Regulador da ERC face à regulação de conteúdos noticiosos que envolvam violência. Assim, em consideração nesta análise estão os n.ºs 1, 3, 4 e 8 do artigo 27.º.

É determinado que o respeito pela “dignidade da pessoa humana”, bem como os seus “direitos, liberdades e garantias”, correspondem a um “núcleo essencial” que compõe os direitos de personalidade<sup>71</sup>. A “violação da dignidade da pessoa humana e/ou direitos, liberdades e garantias fundamentais” a que se refere o n.º 1 do artigo 27º,

---

<sup>71</sup> Estipulado pela Constituição da República Portuguesa no artigo 24.º (Direito à vida), no artigo 25.º (Direito à integridade da pessoa) e no artigo 26.º (Outros direitos pessoais), destacando-se neste último preceito normativo o direito à imagem.

significa violação dos n.ºs 3 e 4 desse artigo, por “afetar a livre formação da personalidade de crianças e adolescentes” ou de públicos mais suscetíveis (Deliberação 19/CONT-TV/2011: 2-3). Face a esta interpretação, o Conselho Regulador adota os três pontos que se seguem na regulação dos conteúdos que possam interferir com o n.º1 do artigo 27.º:

- O conteúdo ou programa representou uma violação da dignidade da pessoa humana e/ou de direitos, liberdades e garantias, na perspetiva daqueles que viram esses valores serem desrespeitados;
- Independentemente da formulação de queixa, ou de lesão de pessoas concretas, constatou-se que o conteúdo ou programa representou uma violação da dignidade da pessoa humana e/ou de direitos, liberdades e garantias, com o consequente desrespeito pela ética de antena<sup>72</sup> a que o operador se encontra vinculado;
- O conteúdo ou programa representou uma violação da dignidade da pessoa humana e/ou de direitos, liberdades e garantias de uma tal gravidade que, além de afetar o visado ou visados, foi também suscetível de pôr em causa a proteção dos públicos mais vulneráveis. Nestas situações, é admissível a conjugação entre o n.º1 e os n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º da Lei da Televisão (Deliberação 19/CONT-TV/2011: 15).

No que respeita ao n.º 3 do artigo 27.º, o Conselho Regulador considera questões relacionadas com “pornografia”<sup>73</sup> e “violência gratuita” em “situações de proibição absoluta”, uma vez que se enquadram em conteúdos-tipo “suscetíveis de prejudicar manifesta, séria e gravemente a livre formação da personalidade de crianças e adolescentes”. Atendendo em particular à conceção de violência gratuita, o Conselho Regulador retoma a definição de violência gratuita inserida na Recomendação N.º R (97) 19, e acrescenta que se insere neste conceito “a exibição de comportamentos que atentam contra a dignidade da pessoa humana, como sejam a tortura e os tratamentos desumanos, cruéis ou degradantes, sempre que os mesmos sejam apresentados sem qualquer contextualização explicativa, formativa ou pedagógica” (Deliberação 19/CONT-TV/2011: 22).

---

<sup>72</sup> N.º 1 do artigo 34.º da Lei da Televisão.

<sup>73</sup> A ERC define pornografia com base na Portaria 245/83, de 3 de março de 2011, de acordo com os artigos 6.º e 7.º. Deste modo, são “espetáculos pornográficos aqueles que, explorando situações e atos sexuais com o objetivo primordial de excitar o telespectador, e apresentando baixa qualidade estética”, a par com isso, caracterizam-se “pela descrição ostensiva e insistente de atos sexuais realmente praticados, com exibição dos órgãos genitais” (Deliberação 19/CONT-TV/2011: 3).

Por seu turno, em “situações de proibição condicionada” pelo horário de exibição – das 22h30 às 6h - inserem-se a “nudez e conteúdos de natureza sexual” e “conteúdos violentos e chocantes” requerentes de uma “análise casuística”, que possa determinar se estes conteúdos “são suscetíveis de influenciar negativamente crianças e adolescentes”. Veja-se também a distinção entre os n.ºs 3 e 4 face à exposição de violência. Se no n.º 3 é proibido o uso de “violência gratuita” nos conteúdos audiovisuais (restrição), no n.º 4 os “conteúdos violentos e chocantes” passam a estar apenas condicionados (limitação). Assim, assumindo que a violência se insere no quotidiano e na “imagem que dele é refletida” tendo os *media* como veículo difusor dessa realidade, “só as suas manifestações mais extremadas, físicas ou psicológicas, são passíveis de enquadramento na expressão “violência gratuita”, para efeitos de saneamento de eventuais excessos cometidos pelos operadores televisivos” (Deliberação 19/CONT-TV/2011: 3-5).

Tal como refere o n.º 8 do artigo 27.º, os serviços noticiosos constituem uma “exceção”, aquando do uso de conteúdos com características suportadas pelos n.ºs 3 e 4 deste artigo. Dependendo dos casos, a difusão de violência pode constituir “importância jornalística”, bem como exercer “uma função normativa, na medida em que o confronto com aquele tipo de conteúdo [violento ou chocante] pode gerar um sentimento de reprobção e rejeição dos comportamentos envolvidos”. Face à leitura apresentada pelo Conselho Regulador da ERC, o “regime especial” adotado no n.º 8 do artigo 27º “não legitima” a exibição de “todo o tipo de imagens” nos programas informativos. O que se permite é a “difusão de certos conteúdos” considerados de “importância jornalística”, que garantam “o respeito pelos deveres profissionais dos jornalistas” e difundidos com advertência prévia. Neste sentido, deve ser assegurado um “equilíbrio entre a liberdade de imprensa e outros valores igualmente protegidos”, nomeadamente, “a dignidade humana”, “a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias individuais”, essencialmente no que diz respeito à proteção da identidade das vítimas e do “respeito pela reserva da intimidade” (Deliberação 19/CONT-TV/2011, 2011: 6).

#### **4. Questões éticas e de autorregulação em matéria de violência**

A função social do jornalista está presente na sua função de informar sobre os acontecimentos que jornalisticamente sejam importantes. É a partir daqui que este



profissional exerce o seu direito à liberdade de expressão e à informação<sup>74</sup>, ao mesmo tempo que cumpre o dever de informar os cidadãos. Mas, acima do direito à liberdade de expressão e à informação estão os direitos absolutos. A própria deontologia profissional é constituída com base em valores morais pré-estabelecidos na sociedade, por sua vez, suportados pelos princípios fundamentais do Direito, que visam garantir a ordem social.

A deontologia profissional - transcrita no Código Deontológico do Jornalista<sup>75</sup> - tendo em conta o “contexto social” onde se insere, tem um papel determinante, na medida em que permite guiar o profissional perante o exercício da sua atividade com base na ética jornalística (Camponez, 2011: 28), onde espelha os direitos e deveres do jornalista, ao mesmo tempo que distancia o exercício do jornalismo de “interferências governamentais”, evitando condicionalismos à liberdade de imprensa (Pina, 2000: 33-34). Essa ética ou *ethos* (como lhe chama Nelson Traquina) jornalística, expressa na deontologia, tem por base valores que espelham a essência do jornalismo, nomeadamente a liberdade, a independência e a autonomia, a credibilidade, a verdade e a objetividade (Traquina, 2002: 135-140)

Há quem considere que a ambiguidade do Código Deontológico, que reflete a ética do jornalista, compõe um entrave na afirmação da sua atividade (Camponez, 2011: 29). De facto, no que diz respeito a matéria de violência parece-nos pouco concreto, uma vez que não levanta questões diretas sobre este assunto. Além disso, embora a atividade jornalística esteja também submetida aos valores morais transpostos no Direito, as “técnicas jurídicas” nem sempre se garantem “suficientemente exatas na determinação das implicações últimas da informação”<sup>76</sup> (Arias, 2006: 308-309). A função do Direito apenas permite “sancionar” *a posteriori*, não impedindo uma má prática *a priori*.

É aqui que se destaca a importância da autorregulação inscrita nos Códigos de Ética, uma vez que pretendem impulsionar previamente os “comportamentos dignos” no jornalismo. É clara a ideia de que os Códigos de Ética não são suficientes para “melhorar a ética nas redações”, contudo, podem auxiliar o trabalho do jornalista e até

---

<sup>74</sup> Artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa.

<sup>75</sup> Com o culminar da ditadura e com a imposição do regime democrático, o Sindicato dos Jornalistas, em 1976, tornou público o primeiro Código Deontológico do Jornalista em Portugal. Este esteve em vigor até 1993, ano em que, a 4 de maio, é aprovado o novo Código Deontológico do Jornalista, ainda em vigor.

<sup>76</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 308-309.

mesmo estabelecer uma linha identitária perante o meio a que corresponde<sup>77</sup> (Avilés, 2001: 77-78).

Em 1983, em conjunto com várias organizações<sup>78</sup> foi elaborado um Código de Ética Internacional para o Jornalismo, que abarca dez princípios onde entre eles se destaca um apelo ao lado humanista do jornalista para o tratamento de casos onde se destaca a violência:

“O compromisso ético com os valores universais do humanismo apela para que o jornalista se abstenha de qualquer justificação de incitamento a guerras de agressão e da corrida armamentista, especialmente quando se trata de armas nucleares, e todas as outras formas de violência, ódio ou discriminação, especialmente racismo e apartheid, a opressão de regimes tiranos, colonialismo e neocolonialismo, assim como outros grandes males que afligem a humanidade, como a pobreza, a desnutrição e doenças. Ao fazê-lo, o jornalista pode ajudar a eliminar entre os povos ignorância e incompreensão (...), assegurar o respeito pelos direitos e pela dignidade de todas as nações, todos os povos e todos os indivíduos sem distinção racial, sexo, língua, nacionalidade, religião ou convicção filosófica”<sup>79</sup>.

O código-modelo<sup>80</sup> proposto pelo Parlamento Europeu, em 1993, parece-nos pouco conciso sobre o tratamento da violência na informação. Porém, é destacado que “no jornalismo não se deve confundir o conflito com o espetáculo”, uma vez que o jornalista em situações de conflito deve prevenir os “momentos de tensão”, devendo “favorecer a compreensão mútua e a tolerância e a confiança entre as diferentes comunidades das regiões em conflito”, ao invés de dar asas a uma exposição do conflito desvinculada da realidade. Além disso, dada a “influência” que a televisão, particularmente, tem na vida das pessoas, deve existir um especial cuidado na “exaltação da violência” sob pena de sensibilizar “crianças e jovens”.

---

<sup>77</sup> Tradução livre da autora, consultada em AVILÉS, José Alberto García. (2001) Autorregulación Profesional y Estándares en el Periodismo Audiovisual. *in* De la ética desprotegida, Ensayos sobre deontología de la comunicación. (Org.) CODINA, Mónica. Eunsa - Ediciones Universidad de Navarra. Pág. 77-78.

<sup>78</sup> As organizações intervenientes: International Organization of Journalists (IOJ), International Federation of Journalists (IFJ), International Catholic Union of the Press (UCIP), Latin American Federation of Journalists (FELAP), Latin American Federation of Press Workers (FELATRAP), Federation of Arab Journalists (FAJ), Union of African Journalists (UAJ) e Confederation of Asian Journalists (CAJ).

<sup>79</sup> Tradução livre da autora, consultada em International Principles of Professional Ethics in Journalism [Internet] Disponível em [http://ethicnet.uta.fi/international/international\\_principles\\_of\\_professional\\_ethics\\_in\\_journalism](http://ethicnet.uta.fi/international/international_principles_of_professional_ethics_in_journalism) [Consultado a 22 de julho de 2015].

<sup>80</sup> Código disponível no link: <http://www.saladeprensa.org/art162.htm>

Em agosto de 2008, a Internacional Federation of Journalists publicou o livro “To Tell You The Truth”, onde engloba vinte e seis normas de conduta ética do jornalista. Entre essas linhas de orientação no âmbito do tratamento da violência nas notícias destacam-se os seguintes pontos:

“14. Um jornalista não deve glorificar os autores de atos ilegítimos de violência, comprometidos por qualquer causa, incluído a honra e a religião.

18. Um jornalista, ao relatar sobre violência intercomunitária, étnica ou setária, não deve identificar as vítimas pela raça, etnia ou seita, a não ser que seja de interesse público. Quando for o caso, ele/ela deve assegurar que a informação não é apresentada de forma a incitar ao ódio ou à desarmonia social.

20. Um jornalista não deve publicar ou difundir imagens de extrema violência, mutilações, cadáveres ou vítimas de tragédia independentemente da causa, a menos que seja de interesse público”<sup>81</sup> (White, 2008: 179).

Os Códigos de Ética são também habitualmente formulados dentro dos próprios meios de comunicação, para servir de conduta e autorregulação interna. No caso da RTP, existe um Código de Ética para toda a empresa, no que respeita a questões relacionadas com violência nos *media*, neste momento em revisão e atualização. A par disso, existe ainda um Livro de Estilo destinado a orientar a linha editorial da redação e dos jornalistas que ali desempenham atividades, onde, por sua vez, faz menção ao tratamento da violência nas notícias:

“O recurso a imagens com violência suscetível de chocar muitos telespectadores deve ser ponderado. É indubitável que há imagens que, apesar de chocantes, são essenciais para a compreensão global de um assunto, pelo que devem ser difundidas. Porém, se a sua difusão nada acrescentar, essas imagens devem ser cuidadosamente editadas, evitando-se partes gratuitamente chocantes. É necessário recorrer a um critério de razoabilidade, mais apertado nos noticiários até às 22 horas, mais liberal a partir desse momento, mas sempre fazendo uma advertência prévia ao telespectador sobre o conteúdo eventualmente chocante das imagens. O critério de razoabilidade implica, por outro lado, cuidado para não se eliminar em excesso as imagens violentas, sob pena de se estar a tornar assética a violência e a fazer crer, mesmo inadvertidamente, que ela é inconsequente e inofensiva” (Santos, 2001: 29-30).

---

<sup>81</sup> Tradução livre da autora, consultada em WHITE, Aidan. (2008) To Tell You The True [Internet] Disponível em [http://ethicaljournalisminitiative.org/pdfs/EJI\\_book\\_en.pdf](http://ethicaljournalisminitiative.org/pdfs/EJI_book_en.pdf) [Consultado a 23 de julho de 2015].

O Livro de Estilo da RTP foi publicado em 2001 e até agora ainda não sofreu qualquer alteração, pelo que o horário “protegido” ainda se identifica até às 22 horas e não 22h30, como se encontra previsto no atual artigo 27.º da Lei da Televisão. Ainda em casos que podem suscitar violência é destacado o especial cuidado no tratamento de notícias de crime, sofrimento, mortes e desaparecimentos, suicídios, guerra e terrorismo. A proteção das crianças, enquanto públicos mais vulneráveis, é um dos destaques que merece atenção particular no dito livro:

“Para defender as crianças enquanto telespectadoras, convém consequentemente evitar a difusão de imagens consideradas chocantes devido à sua violência ou teor sexual explícito, antes das 22 horas, período em que as crianças são importantes consumidoras de televisão. Se razões editoriais relevantes obrigarem à difusão de tais imagens antes dessa hora, deve ser feita uma advertência prévia de modo a dar uma oportunidade aos pais para que protejam as crianças de tais imagens” (Santos, 2001: 35).

De acordo com a linha editorial da BBC, aplicada ao contexto da realidade britânica, a questão da violência na informação televisiva define com clareza a necessidade de proteção dos públicos mais suscetíveis. Pelo que se prevê, que entre as 5h30 e as 21h, os conteúdos transmitidos devam ser transversais a qualquer público. Embora no que diga respeito a conteúdos noticiosos exista uma particularidade que a BBC mantém: o facto de ter serviços de programas internacionais que cobrem diferentes fusos horários:

“A natureza das notícias diz-nos que nem sempre é possível evitar o material passível de afetar os nossos públicos fora do horário protegido. Nos nossos canais de notícias internacionais, normalmente, não operamos sobre uma política de divisor horário, porque a notícia é difundida ao vivo em diferentes fusos horários do mundo. Sempre que for apropriado, devemos fornecer informações de conteúdo claras e oportunas para sinalizar as imagens mais chocantes, particularmente aquelas que podem ser angustiantes para as crianças”<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Tradução livre da autora, consultada em Editorial Guidelines BBC (2010) [Internet] Disponível em [http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#Editorial\\_Guidelines\\_Issues](http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#Editorial_Guidelines_Issues) [Consultado a 13 de julho de 2015].

A linha editorial da BBC desmembra alguns casos particulares de violência, sobre os quais os seus profissionais devem prestar especial atenção, particularmente, no tratamento jornalístico dos mesmos:

- A violência é um facto da vida real, que pode refletir uma experiência pessoal, tais como a violência doméstica, as confusões em bares, o vandalismo nos jogos de futebol, o ódio na rua e os assaltos;
- A violência pode ter lugar em espaços considerados seguros, como casa de famílias e hospitais;
- Métodos incomuns ou sádicos de provocar dor, ferimento ou morte;
- Incidentes em que mulheres, crianças e pessoas mais vulneráveis são vítimas;
- Violência sem mostrar o efeito da mesma sobre a vítima ou as consequências para o agressor;
- Violência sexual;
- Agressão verbal, especialmente quando se inclui o uso da linguagem mais forte e condições discriminatórias ou sexualmente ofensivas;
- Suicídio, tentativa de suicídio ou automutilação;
- Transmitir reações a atos violentos, especialmente se incluir crianças;
- Técnicas de pós-produção, como a música ambiente, movimentos lentos, gráficos *close-ups* e efeitos sonoros;
- Ameaça sustentada ou conotada<sup>83</sup>.

Além da proteção da violência contra crianças e jovens, a BBC tem particular atenção na violência contra animais. Tal como desenvolve considerações para a proteção da dignidade humana.

Há várias perspetivas sobre a forma como são encarados os códigos que visam orientar a ética dos *media* e/ou dos profissionais da comunicação. Para uns “inúteis”, para outros “demasiado generalistas” e pouco claros sobre a “tomada de decisões”, essencialmente quando se trata de temas que estão sujeitos a alguma subjetividade, como é o caso da violência. A realidade é que os Códigos de Ética devem permitir clarificar decisões, estabelecer padrões e valores associados a cada órgão de

---

<sup>83</sup> Tradução livre da autora, consultada em Editorial Guidelines BBC (2010) [Internet] Disponível em [http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#Editorial Guidelines Issues](http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#Editorial_Guidelines_Issues) [Consultado a 13 de julho de 2015].

comunicação, ao mesmo tempo que estabelecem “critérios e limites” sobre atuação dos seus profissionais<sup>84</sup> (Avilés, 2001: 77-86).

De acordo com o que analisámos aqui, no que toca a questões relacionadas com a violência, o código mais desenvolvido parece-nos ser o da BBC. Inclusivamente, no documento datado de 2000, apelidado de Guideline’s for Producers<sup>85</sup> da BBC, podemos encontrar uma reflexão sobre o tratamento da violência indicada pela Recomendação N.º R (97) 19. A nossa leitura sobre os Códigos de Ética em análise é a de que estes não clarificam tanto uma postura a adotar, mas, sobretudo, orientam o profissional sobre aquilo que não deve fazer. Além disso, de acordo com o European Broadcasting Union (2014) os Códigos de Ética permitem tornar mais transparente o trabalho desenvolvido pelos operadores televisivos e são determinantes quando consideramos o serviço público de televisão<sup>86</sup> (EBU, 2014: 6).

## 5. Mais regulação ou mais profissionalismo?

A necessidade de se mostrar a *violência do real* na informação televisiva parece ser consensual. Porém, há vários constrangimentos que parecem estar na origem dos problemas relacionados com os retratos da violência nos meios de comunicação social. Passará a solução do problema pelo aumento do escrutínio, pela imposição de legislação e da regulação aplicada aos *media*, ou falta apenas reativar a responsabilidade social dos responsáveis da comunicação?

De acordo com o pensamento de José Gameiro (1993), o problema passa pela “falta de bom senso e de formação”, algo que não se regula, não se legisla. Num regime onde impera a liberdade de imprensa, não é possível “fazer uma triagem prévia ao que é emitido”, por outro lado, é possível um aumento do “bom senso e exigir aos profissionais uma formação mais cuidada e uma supervisão regular” (Gameiro, 1993: 273).

---

<sup>84</sup> Tradução livre da autora, consultada em AVILÉS, José Alberto García. (2001) Autorregulación Profesional y Estándares en el Periodismo Audiovisual. *in* De la ética desprotegida, Ensayos sobre deontología de la comunicación. (Org.) CODINA, Mónica. Eunsu - Ediciones Universidad de Navarra. Pág. 77-86.

<sup>85</sup> Tradução livre da autora, consultada em Producer’s Guidelines BBC [Internet] Disponível em [http://downloads.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/Legacy\\_Guidelines/2000-producers-guidelines.pdf](http://downloads.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/Legacy_Guidelines/2000-producers-guidelines.pdf) [Consultado a 23 de julho de 2015].

<sup>86</sup> Tradução livre da autora, consultada em EBU. (2014) PSM Values Review The Tool [Internet] Disponível em <http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-PSM-Values-Review-Tool.pdf> [Consultado a 28 de julho de 2015]. Pág. 6.

Para Sebastião Lima Rego (1993), o Estado e a sociedade civil devem “proteger a esfera individual dos valores, acautelando a intimidade, a privacidade, o respeito pela diferença”, contudo, impor uma moral parece ser uma via com fim à censura: “todas as censuras começaram com boas intenções e terminaram em ditaduras mais ou menos disfarçadas” (Rego, 1993: 282).

A televisão, enquanto mediadora, tem a função de “divulgar e não censurar”. Também cabe à televisão chocar quando tem de “chocar” ou até mesmo “causar ofensa”, se assim se justificar, tendo sempre por base o “interesse público”. Este poderoso livre-arbítrio da televisão deixará de existir ou ver-se-á limitado se a via for pensada no aumento do “volume de legislação e de regulamentação”. O que pode conduzir ao aumento do adultério da “versão da vida real apresentada pela televisão”. O problema da violência na televisão carece de um “julgamento feito por profissionais e não por legisladores”. Por isso, a solução passa, pelo “exercício responsável da liberdade por parte dos produtores no exercício responsável de julgar em consciência”<sup>87</sup> (Ayre, 1993: 153).

O silenciamento da realidade mais violenta pelos *media* parece ser a forma mais incorreta de contornar a exposição da violência na informação televisiva, quer através da “autolimitação”, quer através da sua limitação por identidades reguladoras. A tese de Miquel Rodrigo (1991) é a de que silenciar um facto é estabelecer uma barreira de compreensão da realidade por parte do público, algo que não se coaduna com a missão informativa dos meios de comunicação social. Admite-se que subjugados ao direito da liberdade de expressão devem estar uma série de “limitações”, que supõem, desde logo, um “tratamento seletivo” da informação. Quando fala em limitações, o autor alude-as a “autolimitações”, internas do próprio meio, uma vez que “o tratamento seletivo não deve ser imposto” por entidades de regulação<sup>88</sup> (Rodrigo, 1991: 56-62).

A evolução tecnológica que permite a consequente multiplicação de meios, plataformas, conteúdos e programas parece ser um entrave se considerarmos que o problema possa ser resolvido a partir de uma entidade reguladora - a ERC, em Portugal. Por isso, a solução passa pela atribuição aos organismos de regulação a responsabilidade de incitar o estabelecimento de uma autorregulação capaz de garantir

---

<sup>87</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) *Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad*. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 153.

<sup>88</sup> Tradução livre da autora, consultada em RODRIGO, Miquel. (1991) *Los Medios de Comunicación Ante el Terrorismo*, Icaria Editorial, S.A, Barcelona. Pág. 56-62.

“o seu próprio interesse”, o dos telespectadores e o da sociedade em geral (Hurard, 1993: 328).

Barata Feyeo (1993) fala na instituição de uma “nova cultura” que passa pelo regresso aos velhos valores de humanismo, onde seja garantido o lugar para as coisas violentas, bem como para as coisas que nos dão motivos para “gostarmos da vida” (Barata Feyeo, 1993: 165). Encaminhando a resolução do problema para a fuga a uma lógica de censura, urge a necessidade do seguimento exímio das normas “éticas, deontológicas e jurídicas”, subjacentes à missão informativa dos jornalistas e da televisão em concreto. Não obstante, destaca-se a importância da sensibilização dos mesmos para a “função social” que lhes compete. Neste sentido, Armando Leandro destaca a importância de sensibilizar e formar os responsáveis da comunicação, apelando à criação de uma “educação” para os *media*. Assim sendo, torna-se preponderante “estudar” e avaliar os efeitos da violência nos meios de comunicação. Dado o impacto permanente do audiovisual na sociedade atual, é importante ter em conta “o fator humano”. E, neste aspeto, a comunidade em geral deve intervir enquanto agentes de mudança e de proteção, apelando à recusa da “violência banalizada e gratuita” (Leandro, 1993: 298-299).

No que respeita ao tratamento da violência nas notícias, Rafael Díaz Arias (2006) apela à necessidade, por parte do jornalista, de manter o “equilíbrio entre a realidade e o perigo de sensibilizar” os telespectadores. Deve haver um pensamento ponderado, capaz de sustentar até que ponto determinada imagem, que envolva atos violentos, pode ou não ser relevante para a estória. Sem se desvincular da realidade factual, devem ser utilizadas imagens que, após a edição, possam ser vistas por grupos particularmente suscetíveis, nomeadamente crianças e jovens<sup>89</sup> (Arias, 2006: 311-312).

---

<sup>89</sup> Tradução livre da autora, consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 311-312.





**PARTE II**  
**CAPÍTULO IV**  
**O TRATAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA NOS SERVIÇOS**  
**NOTICIOSOS DA RTP**

Pretende-se neste trabalho de investigação, desenvolver não somente uma base teórica, mas também uma componente prática, partindo de várias opções metodológicas cientificamente válidas. Essas opções dependem sempre de um conjunto de escolhas feitas pelo investigador, mas que se devem enquadrar com os objetivos da investigação, bem como da tipologia dos dados com que se pretende trabalhar.

Durante a primeira parte deste trabalho de investigação desenvolvemos uma reflexão teórica sobre os vários pontos de análise que envolvem a nossa problemática: o tratamento jornalístico de casos de violência na informação televisiva da RTP.

Nesta segunda parte, pretendemos colocar em evidência o desenho metodológico que compõe este trabalho de investigação. Aqui evidenciamos os objetivos e hipóteses de análise. O fruto da recolha e tratamento dos dados recolhidos devem conduzir-nos à resposta central desta investigação: É possível estabelecer limites à exibição de violência na informação televisiva de serviço público?

## 1. Objetivos

A complexidade do tema desta investigação permitir-nos-ia traçar vários objetivos, mas que estariam sempre dependentes do caminho que pretendêssemos traçar. Nesta perspetiva, optamos por centrar esta investigação nos conteúdos jornalísticos sobre violência da RTP - o nosso objeto de estudo. A partir desta premissa de base delineamos quatro objetivos que estão na base de todas as opções por nós tomadas durante esta investigação:

1. Analisar de que forma é que os jornalistas da RTP olham a produção noticiosa dos casos de violência;
  - 1.1. Perceber os critérios que os jornalistas da RTP aplicam no tratamento dos casos de violência;
  - 1.2. Compreender a autorregulação que orienta os jornalistas da RTP no tratamento dos casos de violência na informação televisiva de serviço público;
  - 1.3. Analisar os constrangimentos subjacentes à produção jornalística dos casos de violência na RTP;
2. Considerar a perceção da correção, nomeadamente dos Provedores do Telespectador da RTP, sobre a forma como são tratados jornalisticamente os casos de violência na informação televisiva da RTP;
  - 2.1. Captar a perceção dos telespectadores da RTP sobre a forma como são representados os casos de violência na informação televisiva da RTP;
3. Aprender a perceção da ERC sobre o tratamento jornalístico dos casos de violência na informação televisiva da RTP;
  - 3.1. Interpretar os limites da regulação face à exposição dos casos de violência na informação televisiva da RTP;
4. Integrar as perspetivas dos pontos supracitados.

Por fim, levanta-se a questão primordial desta investigação, à qual se pretende dar resposta: É possível estabelecer limites à exibição de violência na informação televisiva de serviço público?

## 2. Estratégia metodológica

Foi com base nos quatro objetivos em cima definidos e no objeto central desta investigação, que procedemos ao desenho metodológico da mesma. Embora o nosso objeto de estudo tenha por base os conteúdos sobre violência nos serviços noticiosos da RTP, o que pretendemos é nomeadamente captar a perceção daqueles que produzem a informação para os serviços noticiosos da RTP, de forma a identificar os limites que se colocam à produção jornalística dos casos de violência no serviço público de televisão.

Conscientes das prioridades previamente definidas para a nossa investigação, de entre as opções metodológicas em vigor (qualitativa, quantitativa ou mista), aplicadas ao quadro das Ciências Sociais, decidimos recorrer a uma metodologia qualitativa dada a natureza do nosso objeto de estudo, dos objetivos da investigação e dos dados que pretendíamos recolher.

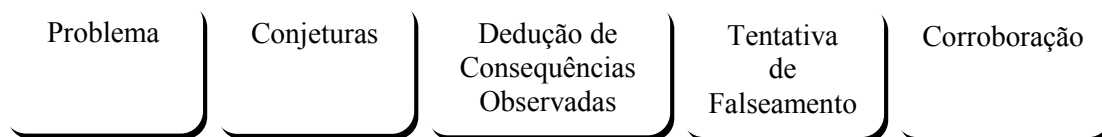
Embora não exista uma conceção precisa capaz de definir as metodologias qualitativas, Jean-Pierre Deslauriers (1997) caracteriza-as como uma diversidade de “técnicas interpretativas” que têm como objetivo “descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente”. Estas técnicas direcionam-se mais para a captação de determinados fenómenos do que para a frequência com que acontecem (Deslauriers, 1997: 294 citado por Guerra, 2006: 11). A compreensão e a interpretação são diretrizes predominantes nas metodologias qualitativas. Estas características aplicam-se quer nos métodos de recolha, quer posteriormente na análise dos dados recolhidos.

A metodologia qualitativa desta investigação insere-se num método hipotético-dedutivo<sup>90</sup>. O que se procura com este modelo metodológico é colocar no “contexto da prova” as hipóteses previamente formuladas, que podem ou não ser validadas, de acordo com os dados recolhidos (Guerra, 2006: 22-23). Para António Carlos Gil (1999) é possível estabelecer uma leitura explicativa do método de investigação hipotético-dedutivo através do esquema que se segue:

---

<sup>90</sup> O método de análise hipotético-dedutivo foi desenvolvido por Karl Popper. Conta-se evidenciado pela primeira vez na obra do autor “A lógica da investigação científica”, publicada em 1935 (Gil, 1999: 30).

**Figura 2** – Método hipotético-dedutivo por António Carlos Gil, 1999.



O problema deriva sobretudo da insuficiência de conhecimentos sobre determinado assunto, no nosso caso, sobre os critérios jornalísticos que limitam o tratamento dos casos de violência real na informação televisiva da RTP. Com base no problema de estudo são formuladas hipóteses, a partir das quais se pretendem deduzir consequências, que mais tarde devem ser “testadas ou falseadas”. Na impossibilidade de as falsearmos, devemos corroborá-las (Gil, 1999: 30-31). Para o nosso estudo colocamos quatro hipóteses de trabalho:

1. Existindo limitações que se sobrepõem à exposição da violência real nos serviços noticiosos, pretendemos testar se as ditas limitações impostas pelos jornalistas da RTP se coadunam com as previstas nos Limites à Liberdade de Programação definidas no artigo 27.º da Lei da Televisão.

**H1:** Existe um cruzamento entre o legalmente exigido pelo artigo 27.º da Lei da Televisão e o tratamento jornalístico dos casos de violência no serviço público de televisão.

2. À luz das perspetivas do nosso universo de análise pretendemos validar se a autorregulação da RTP coloca limitações à transmissão dos casos de violência na informação televisiva da operadora de serviço público.

**H2:** A autorregulação jornalística da RTP coloca limites à exibição dos casos de violência na informação televisiva de serviço público.

3. Conscientes da subjetividade que compõe o fenómeno da violência, definimos como hipótese o facto de a subjetividade desta temática ser um entrave à identificação de critérios exatos para o tratamento jornalístico da violência na informação televisiva da RTP.

**H3:** A subjetividade do tema da violência dificulta a existência de mecanismos concretos no *modus operandi* jornalístico da RTP.

4. Apesar dos constrangimentos que compõem a produção da informação televisiva atualmente, pretendemos testar se, por parte dos jornalistas, existe sensibilidade para o tratamento dos casos de violência, através do uso de mecanismos que

permitam respeitar os direitos fundamentais das vítimas envolvidas, bem como na suscetibilidade do telespectador.

**H4:** Há sensibilidade por parte dos jornalistas da RTP sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva de serviço público.

## **2.1. Instrumentos de recolha**

A resposta à nossa pergunta de partida, bem como aos objetivos desta investigação passam pela captação de perspetivas individuais - jornalistas da RTP, de membros do Conselho Regulador da ERC, de Provedores do Telespectador da RTP e de alguns Telespectadores da RTP - sobre a exibição de casos de violência na informação televisiva da RTP. Sobre este prisma, considerámos que, entre as várias opções associadas às metodologias qualitativas, a entrevista semiestruturada seria o método de recolha mais adequado, por vários motivos.

Em primeiro lugar, a entrevista, por si só, permite ao investigador “a aplicação de processos fundamentais de comunicação e de interação humana”, a partir do contacto direto entre o entrevistador e o entrevistado. Este contacto permite que o entrevistado possa exprimir as suas “perceções”, “interpretações” e “experiências” com um “grau máximo de autenticidade” sobre o tema em questão. A entrevista semiestruturada, uma variante do método de entrevista, distingue-se pela forma como se constrói e se põe em prática. É feita com base num guião com perguntas previamente preparadas, que servem de linha orientadora no momento da entrevista. Caracterizada pelo seu carácter flexível, permite ao entrevistador introduzir perguntas ao longo da “conversa”, sem ter que seguir à risca o guião previamente estruturado. A essência deste método passa por deixar fluir uma conversa que permita responder aos objetivos do entrevistador (Quivy e Campenhoudt, 1992: 193). As nossas entrevistas semiestruturadas direccionaram-se para três grupos de análise: os jornalistas da RTP (os nossos sujeitos de análise), membros do Conselho Regulador da ERC e os Provedores do Telespectador da RTP.

A necessidade de tornar mais completa esta investigação, levou-nos a introduzir um novo método, para além das entrevistas semiestruturadas: a recolha de dados pré-existentes. Este método é utilizado quando o investigador pretende aceder a dados macrossociais que estão na posse de um organismo oficial (Quivy e Campenhoudt, 1992: 201).

É facto que o jornalista exerce a sua função de informar com vista a beneficiar o seu principal alvo: o público. A forma mais direta que o telespectador tem de olhar o trabalho jornalístico é através do produto final produzido: a notícia. Por isso, considerámos importante captar a perceção de alguns telespectadores da RTP sobre a forma como veem a exibição dos casos de violência na informação televisiva da RTP. Decidimos fazê-lo através das cartas e dos *e-mails* enviados aos Provedores do Telespectador da RTP num período temporal longo, entre de 2006 e maio de 2015. Daqui seleccionamos e considerámos quarenta e oito correspondências para a nossa análise.

Ainda no âmbito da análise documental, fizemos um levantamento das Deliberações do Conselho Regulador da ERC relacionadas com casos de violência na informação televisiva dos operadores de sinal aberto, onde destacámos, dada a sua relevância, oito Deliberações. O período considerado para a análise das deliberações quase coincide com o anteriormente referido os Telespectadores, entre 2006 e 2015.

## **2.2. Técnicas de análise**

Dada a essência dos dados recolhidos, pareceu-nos clara a técnica de análise mais adequada: a análise de conteúdo<sup>91</sup>. A análise de conteúdo envolve um conjunto de técnicas que permitem interpretar um vasto domínio de “comunicações”, com vista a obter, através da descrição de mensagens feitas com base em “procedimentos sistemáticos e objetivos”, indicadores que possibilitam a “inferência de conhecimentos” relativamente às “condições de produção” ou de “recepção” das mensagens recolhidas. Estas inferências são as responsáveis pela passagem da interpretação à descrição e permitem dar sentido ao material recolhido. Com evolução no tempo e no espaço, a análise de conteúdo permite hoje, por um lado, ultrapassar a incerteza através de uma interpretação válida de uma mensagem, por outro, enriquecer a leitura através de conteúdos e de estruturas que evidenciam o que se procura apurar através de mensagens (Bardin, 1995: 29-30).

Laurence Bardin (1995) articula a análise de conteúdo em dois planos: plano sincrónico ou plano horizontal e plano diacrónico ou plano vertical. O plano sincrónico

---

<sup>91</sup> Esta técnica emergiu nos Estados Unidos no início do século XX e teve como mentor primogénito Harold Lasswell, que se direccionava, essencialmente, sobre análise de material jornalístico (Bardin, 1995:15).

diz respeito à análise descritiva dos textos, por sua vez, o plano diacrónico corresponde às variáveis inferidas<sup>92</sup> (também denominadas como condições de produção ou de receção), que correspondem à natureza de variáveis psicológicas, sociológicas, culturais, relativas à situação de comunicação ou ao contexto onde tem origem a mensagem. Por isso, o analista de conteúdo não deve fazer unicamente uma análise “à letra” dos elementos semânticos do texto, deve antes complementá-la com as estruturas do domínio psicológico ou sociológico em vigor (Bardin, 1993: 40-42).

As condições de produção da análise de conteúdo são sintetizadas por Jorge Vala (1986) da seguinte forma: o material recolhido está “dissociado” da fonte, bem como das condições em que fora produzido; o analista transporta os dados recolhidos para um novo contexto e tenta enquadrá-los de acordo com os objetivos e o objeto de estudo da investigação; por fim, para produzir inferências a partir dos dados recolhidos, o analista deve recorrer a um “sistema de conceitos analíticos”, onde a sua articulação permite a formulação das “regras de inferência”. Trata-se da “desmontagem” de um discurso que dá lugar à produção de um novo discurso através de um “processo de localização-atribuição” de elementos de significação. Estes elementos resultam da “relação dinâmica” entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (Vala, 1986: 104).

A análise de conteúdo quando aplicada ao domínio das metodologias qualitativas diz respeito a uma análise intensiva, que se prende com a análise de um “pequeno número de informações complexas e detalhadas” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 225). Como já referimos, a análise de conteúdo envolve várias técnicas, independentemente da opção escolhida é importante que esta análise seja feita a partir de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1995: 95-102).

A opção por nós tomada, no caso da análise das entrevistas semiestruturadas, é a da análise temática, direcionada para a análise categorial. O processo de categorização implica a “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação” que *a posteriori* são “reagrupados”, partindo de critérios que se coadunem com os objetivos do estudo. As categorias - semânticas, sintáticas, léxicas ou expressivas - permitem-nos a construção de uma grelha de análise, que nos conduz à formulação de

---

<sup>92</sup> Também denominado como procedimento dedutivo, executado a partir de indicadores, é habitual na prática científica. Tal como exemplifica Laurence Bardin, um médico, a partir dos sintomas que aparenta um utente, faz deduções sobre o estado de saúde do paciente. Na análise de conteúdo a superficialidade da análise baseia-se na leitura e na compreensão da mensagem em análise (Bardin, 1995: 41).



subcategorias, unidades de registo e unidades de contexto (Bardin, 1995: 117-118). Esta linha de análise permite-nos segmentar o conteúdo das entrevistas de forma breve e concisa, fornecendo destaque aos temas mais relevantes, correspondentes aos objetivos da investigação.

No que diz respeito à análise documental das cartas e *e-mails* iremos extrair os segmentos de texto capazes de revelar de forma mais exata a perceção dos telespectadores sobre o tratamento da violência na informação televisiva da RTP. Por sua vez, face às Deliberações do Conselho Regulador da ERC que extraímos como as mais relevantes, iremos identificá-las, destacar quais as medidas de coação aplicadas e verificar os possíveis limites ultrapassados pela RTP, no âmbito da exibição de casos de violência nos serviços noticiosos.

### **3. Os sujeitos da análise**

Os sujeitos da análise de uma investigação científica dizem respeito ao núcleo que se pretende estudar. São elementos essenciais a partir dos quais extraímos os dados que servem a componente prática da investigação. Este núcleo de sujeitos pode também ser denominado como o universo da investigação. Neste caso, o nosso universo são os jornalistas da RTP. Dada a quantidade significativa de entrevistas que conseguimos obter (trinta e nove), consideramos a nossa amostra como representativa, dentro de determinados limites de natureza estatística, do nosso universo de análise: os jornalistas da RTP.

Na classe dos nossos sujeitos de análise integramos redatores, repórteres de imagem e editores de imagem. Ainda que atuem de formas distintas sobre a produção noticiosa, estes detêm um papel decisivo sobre a mesma. Neste grupo de entrevistados, decidimos incluir um realizador da redação de informação da RTP, também com carteira profissional. Não deixa de ser também uma figura importante na condução das emissões informativas que vemos na televisão, e neste caso é relevante considerar as emissões em direto, que exigem uma capacidade de decisão imediata sobre os conteúdos a emitir.

Já durante a investigação tivemos conhecimento de que os editores de imagem da RTP não são obrigados a ter carteira profissional de jornalista. Isso fez-nos questionar se este grupo deveria, ou não, ser incluído na classe dos nossos sujeitos de análise responder sobre os mesmos princípios deontológicos a que um jornalista com carteira

profissional deve responder. No entanto, isso não nos demoveu da ideia inicial, e por isso considerámo-los também na nossa investigação. O editor de imagem passa pelo processo de produção noticiosa, tem decisão sobre a forma como esta é trabalhada e, habitualmente, no tratamento dos casos de violência têm um papel determinante sobre a pós-produção das imagens que vemos na televisão. Além disso, é facto que uma reportagem é sempre assinada pelos três elementos, logo assume-se que a responsabilidade sobre o produto final deva ser tripartida.

Numa base quantitativa, temos assim o correspondente a trinta e nove entrevistados, sendo a grande maioria jornalistas habilitados com a respetiva carteira profissional: vinte e seis jornalistas, seis repórteres de imagem, seis editores de imagem e um realizador.

Uma vez que a nossa investigação tem como objetivo perceber também os limites impostos pela regulação à transmissão de violência na informação televisiva, para além de fazermos um levantamento da legislação em vigor, achámos pertinente recolher a perspectiva de dois dos membros do Conselho Regulador da ERC, a saber, Alberto Arons de Carvalho e Luísa Roseira.

A importância em inserir a perspectiva da corregulação – Provedor do Telespectador - nas nossas considerações, fez-nos identificar, simultaneamente, a pertinência de introduzir o ponto de vista dos telespectadores da RTP face à forma como olham a transmissão da violência real na informação da RTP. Ou seja, fazia parte da nossa avaliação inicial a perspectiva de Jaime Fernandes, bem como o levantamento das cartas e *e-mails* dos telespectadores respeitantes ao período de 2013 a maio de 2015 – período do primeiro mandato do referido Provedor.

Após o levantamento da correspondência respeitante ao mandato do atual Provedor do Telespectador, percebemos que no âmbito particular da violência a havia um volume de correspondência numericamente pouco significativa. Por isso, decidimos ir mais longe. Alargámos o período da nossa análise da correspondência, considerando o período de 2006 a maio de 2015. Neste quadro, alargamos a nossa análise aos dois anteriores Provedores: José Manuel Paquete de Oliveira e José Carlos Abrantes. Este último acabou por não nos responder à entrevista que enviámos por *e-mail*. Por isso, contamos com dois testemunhos da corregulação através da Provedoria do Telespectador: José Manuel Paquete de Oliveira e Jaime Fernandes.

As entrevistas em análise nesta investigação decorreram entre os meses de março e agosto de 2015, nas instalações da RTP em Lisboa.

## **4. RESULTADOS**

### **4.1. A perspectiva dos jornalistas da RTP<sup>93</sup>**

A análise de conteúdo das entrevistas aos nossos sujeitos de análise segue de perto algumas das matrizes apresentadas por Laurence Bardin (1995). Construimos grelhas de análise e dividimo-las em categorias – os grandes temas em análise – que, por sua vez estão repartidas em subcategorias – tratam-se de subtemas inseridos nas diferentes categorias, de acordo com a pertinência –, em unidades de registo – segmentos textuais extraídos do conteúdo analisado – que, são melhor compreendidas e contextualizadas, nas unidades de contexto.

A análise das entrevistas aos jornalistas da RTP permitiu-nos a consideração de sete categorias de análise. A nossa análise vai debruçar-se sobre cada uma das categorias individualmente, onde, sempre que pertinente, iremos enquadrar as considerações dos nossos sujeitos de análise, com exemplos concretos por estes fornecidos.

#### **4.1.1. A importância da reconstrução da violência real na informação televisiva**

A violência é um facto da vida real e, como qualquer outro acontecimento com interesse público, merece atenção mediática (Alexandre Santos, E4). A tarefa missionária do jornalista passa por fazer chegar ao conhecimento público a realidade social. Fazem-no a partir da reconstrução daquilo que é observado. O Quando <sup>94</sup> evidencia os elementos projetados pelos jornalistas, que explicam o porquê da importância da reconstrução da violência real na informação televisiva.

**Dar voz** aos acontecimentos do mundo, tornando-os parte integrante do conhecimento público, é um dos elementos pelo qual a violência real merece lugar na atualidade informativa. Compondo um tipo de informação que merece um tratamento especial, “é um jornalismo que deve ser feito” (Armando Seixas Ferreira, E7). Em última instância, porque, a projeção mediática destes casos aproxima-os de uma resolução:

---

<sup>93</sup> As entrevistas realizadas aos jornalistas da RTP, que nos permitiram a captação das suas perspetivas sobre o tema em análise estão disponíveis no anexo G.

<sup>94</sup> Ver no anexo F.

“Veja-se o caso de Timor-Leste em que durante vinte e tal anos houve excessos entre a Indonésia e os timorenses, mas foi graças a um vídeo, e por ter sido mostrado, que se aumentou o conhecimento sobre a causa de Timor e se conseguiram os apoios junto dos Estados Unidos e das Nações Unidas para que Timor fosse independente” (Armando Seixas Ferreira, E7).

Ao dar a conhecer a realidade violenta do mundo, a televisão está, simultaneamente, a **motivar a reflexão**. Os entrevistados aludem para a capacidade que a televisão tem de fazer chocar e, simultaneamente, fomentar a reflexão social sobre um problema, representando um auxílio na “mudança de mentalidades” (Sara Cravina, E36): “às vezes o choque sem ser o flagrante e sem ser a exploração, pode ser importante para as pessoas refletirem” (Armando Seixas Ferreira, E7).

Trabalhar jornalisticamente os casos de violência é como “montar um puzzle”, onde as peças se vão encaixando entre o limbo do **interesse público** e aquilo que por necessidade deve ser contado (Pedro Pessoa, E31). Os acontecimentos violentos com relevância social merecem ser mostrados, porque o público necessita dessa perceção; uma perceção real, que muitas vezes só os *media* conseguem fazer chegar. Excluir a violência real nos serviços noticiosos conduz à partida a um problema: “ao retirarmos todas as imagens que podem ser consideradas violentas acabamos por estar a normalizar um cenário de guerra” (Armando Seixas Ferreira, E7). O que, por sua vez, conduz à criação de uma “perceção errónea do mundo” (Rosário Salgueiro, E34).

#### 4.1.2. Critérios que orientam o tratamento jornalístico dos casos de violência

Determinado que a violência deve ser reconstruída na informação televisiva, os jornalistas não deixam de evidenciar, que o facto de se tratar de um tema sensível, merece um tratamento especial (Carlos Oliveira, E11). O Quadro 2<sup>95</sup> remete-nos para a segunda categoria da nossa análise, onde expomos os critérios que orientam os profissionais da RTP no tratamento jornalístico dos casos de violência. Evidenciamos o **bom senso**, a **ética e deontologia profissional**, a **experiência**, o **humanismo**, a **sensibilidade**, a **suscetibilidade do telespectador** e os **valores-notícia**.

O **bom senso** é o considerado o critério “número um” (Adília Godinho, E1). Mas de que forma pode o bom senso influenciar a seleção da informação sobre casos de

---

<sup>95</sup> Ver no anexo F.

violência? O bom senso permite fornecer indicadores ao jornalista, que o auxiliam a determinar a fronteira daquilo que pode, ou não, ser exibido. O bom senso tem por base valores morais pré-estabelecidos na sociedade portuguesa, servindo de “alerta” consciente:

“...à partida todos nós, também tendo em conta o nosso país brando, autocensuramo-nos, autoimpomos algumas regras de funcionamento básico que são entendidas por todos, porque vivemos nesta sociedade e esse bom senso faz ver que essas regras são transversais e são, por isso, pouco discutíveis” (João Ricardo de Vasconcelos, E18).

A **ética e a deontologia profissional** regem os jornalistas na sua profissão, indicando-lhes um conjunto de normativas – embora pouco detalhadas, como verificámos no ponto 4 do Capítulo III – que devem ser tidas em consideração aquando da produção noticiosa (Adília Godinho, E1). Esses princípios éticos e deontológicos vão sendo consolidados com a experiência, bem como a sensibilidade dos jornalistas para determinados casos.

Embora a **experiência** possa não ser o critério primário exigido no tratamento jornalístico da violência, considera-se que um maior grau de experiência diminui a probabilidade de errar (Luís Filipe Fonseca, E24): “uma palavra mal dita, uma pergunta feita à pessoa errada ou no tom errado pode exaltar demais os ânimos, pode provocar mais violência, pode dar uma dimensão irreal àquela violência que estamos a ver” (Rosário Salgueiro, E34). A opinião de um jornalista sénior deve ser tida em conta por relação a um jornalista júnior quando trabalha determinados assuntos, onde é relevante problemas relacionados com a violência. A experiência coloca os jornalistas sobre um conhecimento da realidade mais claro e abrangente, preparando-os melhor para as ocorrências mais inusitadas: “Nós, os mais velhos, já conhecemos a maior parte das imagens de violência. Eu olho para ali e sei que a imagem não é nova” (António Mateus, E6).

Há quem, mais do que a experiência profissional, ponha em destaque a necessidade de o jornalista ser **humanista** (Rita Ramos, E33). Um elemento determinante que influencia a qualidade do jornalismo: “se um jornalista olhar para a estória com este sentido de valor ético, a coisa é diferente. E a violência faz parte desse registo” (Teresa Nicolau, E38). O jornalista tem na sua missão uma “mensagem subliminar” de Direitos Humanos que é fundamental (Carla Adão, E8); tem de estar

lado-a-lado com os Direitos Humanos, e neste âmbito exige-se que o profissional seja subjetivo (Lavínia Leal, E23).

Sendo a violência uma temática sensível, como adiantámos, esta requer também sensibilidade por parte do jornalista. A sensibilidade, mais do que a experiência, deve permitir que o jornalista compreenda a fronteira que determina o fim da sua intervenção num acontecimento:

“Mil novecentos e noventa e sete. Tinha um ano de profissão, não era experiente. Aconteceram umas cheias muito importantes no Alentejo. Morreram pessoas, foi horrível, terras e terras destruídas. E eu cheguei a um sítio onde a terra tinha sido destruída e tinha literalmente casas que tinham ficado cortadas a meio. E esta uma senhora, uma viúva, com a fotografia do marido, com uma farda militar. E tu sabes que quando olhas para uma cena e pensas “isto é a imagem!”. E eu aproximei-me da senhora, a senhora estava com o retrato do marido, estás a ver?! Foi a única coisa que ela conseguiu salvar da casa, mas tipo “salvei o meu bem mais precioso”. E olhei para a senhora e a senhora olhou para mim e fez-me só assim... (abanou a cabeça). E eu disse ao repórter de imagem “tu não filmas”, eu não vou por uma imagem desta senhora, porque nem se trata de obter uma autorização, é teres a sensibilidade de perceberes que aquele momento é só daquela pessoa” (Rita Ramos, E33).

Essa sensibilidade deve ser projetada sobre os envolvidos no acontecimento (vítimas de uma agressão, por exemplo), bem como naqueles que vão receber a informação, os telespectadores. Há quem explique que “antes de sermos jornalistas, somos pessoas, somos homens, somos mulheres, somos mães, somos pais” (Carla Quirino, E9) e, por isso, aquando da construção da narrativa, não o fazem sem pensar na forma como o fariam se a mesma estivesse a ser contada aos seus entes queridos (Adília Godinho, E1; Carla Quirino, E9; Rita Ramos, E33): “eu quero que as pessoas percebam a realidade, eu quero que as pessoas percebam o que é que aconteceu, mas não quero tornar a coisa gratuita e é a mesma coisa quando eu conto histórias aos meus filhos” (Carla Quirino, E9). Fazer um tratamento da informação, com o pensamento na **suscetibilidade do público** que a vai receber, torna o trabalho do jornalista mais difícil, porém é imperativo que os profissionais olhem “as notícias como telespectador” (Armando Seixas Ferreira, E7).

Os **valores-notícia** ajudam a determinar se um acontecimento merece ou não cobertura jornalística. E, neste caso, os acontecimentos que envolvem violência não são

exceção: “As coisas não podem interessar só porque é violento” (Luís Filipe Fonseca, E24). Mas o contrário também não pode acontecer: “Tu não podes tornar a violência banal ao ponto de qualquer ato de violência ser notícia mas também não é pelo facto de haver violência que deixa de ser notícia” (Sérgio Vicente, E37). Por isso, é que é importante a existência de uma “perceção clara” sobre aquilo que se enquadra nos tradicionais valores-notícia. Não obstante, esta avaliação requer “um conceito de serviço público e de informação pública muito bem definido”, que deve ser “balizado a partir da hora a que é transmitido” (Rita Marrafa de Carvalho, E32).

#### **4.1.3. A missão de serviço público no tratamento jornalístico da violência**

A missão do jornalismo é só uma, independentemente do tipo de órgão para que um jornalista preste serviços: “é informar o melhor que sabes, com o melhor enquadramento que consigas, para que na posse desses dados quem esteja a ver as notícias consiga perceber e avaliá-la; perceber não só o que está a ser dito, como compreender a sua implicação” (Adília Godinho, E1). Porém, sendo a RTP uma operadora de serviço público e tendo por base as obrigações no contrato de concessão que fazem jus à missão de serviço público - como analisámos no Capítulo I -, deve ser uma “janela” e não um “espelho” (João Ricardo de Vasconcelos, E18): “nós temos que dar serviço público às pessoas, aquilo que muitos não dão” (Pedro Martins, E30). No Quadro 3<sup>96</sup> pretendemos identificar os elementos que distinguem o tratamento dos casos de violência nos serviços noticiosos da RTP.

O **cuidado** no tratamento dos casos de violência é evidente em vários aspetos e abrange todo o setor da informação da RTP – desde a recolha de imagens ao tratamento das mesmas no momento da pós-produção (Nuno Castro, E27). Há sobretudo cuidado para que, sempre que possível, seja feita uma cobertura transversal, que permita que a informação possa ser vista por diversos públicos (Rita Ramos, E33):

“Nós nunca vemos as cabeças separadas dos assassinados no Estado Islâmico. Nunca se mostrou crianças mortas. Às vezes há terremotos em várias zonas do Mundo onde apareciam crianças mortas e houve sempre um cuidado para não mostrar. Nunca aqueles grandes planos foram mostrados” (Alexandre Albuquerque, E3).

---

<sup>96</sup> Ver no anexo F.

Os nossos sujeitos de análise não deixam de partilhar a opinião de que existiram alturas em que a RTP se “descuidou” e deixou-se levar pela vulgaridade do jornalismo praticado nos operadores comerciais. Porém, atualmente, há a perceção de que a RTP tem vindo a aumentar o cuidado face ao tratamento da violência, particularmente (Nuno Tavares, E28).

A **forma** como a RTP trabalha esta informação, determina a diferença entre um tabloide - modelo que não se coaduna com as diretrizes do serviço público de televisão - e a RTP:

“Agora não estou a dizer, por exemplo, um homem mata a mulher e os filhos. A TVI provavelmente abrirá a dizer “homem mata mulher” e, se calhar, nós temos que fazer de outra forma. E chama-lhe crime passionai, crime de faca e alquidar e nós temos que dar um tratamento enquadrado, falando de desequilíbrios... Se aquilo está a aumentar ou não está a aumentar, dizer o que é que está a provocar este tipo de coisas” (Lavínia Leal, E23).

A forma é tudo. E está dependente de um conjunto de critérios inteligentes que o jornalista deve adotar, para que não sejam violados princípios éticos e legais. Pretende-se sim, sempre que possível, construir uma informação que permita educar o telespectador:

“Lembro-me de uma história do Estado Islâmico que fiz, em que levaram uns homens para uma praia e tinha um plano ao longe e depois apareciam eles todos mortos já num plano próximo, é possível contar a história sem o plano próximo. Esse é o meu contributo para um mundo melhor. Já é muito difícil nós vermos essas imagens. Ao fim de algum tempo, no internacional, as imagens para mim já não me chocam. Há diferenças entre o serviço público e o outro, e é importante que o serviço público faça essa diferença e não entre no banal, para educar o espetador” (Vanda Freire, E39).

Aliado à forma vem o **rigor** como um critério que deve imperar, essencialmente, na verificação e confirmação dos factos. E, o atual paradigma comunicacional, caracterizado pela diversidade de meios que fazem chegar a informação com maior rapidez, exige o aumento do dito rigor na confirmação da informação. Para António Mateus (E6) o critério é simples, quando não existem certezas não se publica.

“Temos muitos exemplos desses, por exemplo na Síria... Colocam fotos no Facebook, depois vê-se que aquilo foi captado há um ano, numa situação



completamente diferente, noutro contexto, que não tem nada a ver. E depois, passado um ano com uma legenda a servir, o momento tem outra repercussão” (Rita Ramos, E33).

O rigor tal como a contextualização que pauta a informação da RTP faz com que os portugueses vejam o primeiro serviço de programas do operador público para se manterem informados sobre os casos mais paradigmáticos do mundo (Rosário Salgueiro, E34). Tal como o rigor, a **contextualização** é um dos fatores que ajuda a prender o telespectador à informação da RTP (Rosário Salgueiro, E34), por permitir que o telespectador se enquadre no tema e perceba o que é que está por trás de um acontecimento. Há uma explicação pormenorizada que evita que os casos de violência não sejam “vulgarizados” (José Ramos e Ramos, E21).

A **linha editorial** é o suporte material dos elementos que distinguem a identidade editorial da RTP. Embora os nossos sujeitos de análise sustentem que a linha editorial da RTP, não “premeia peças violentas” (João Ricardo de Vasconcelos, E18), esta conceção tem sido balanceada de acordo com os diretores que passam pela Direção de Informação da RTP, que o fazem “consoante os seus conceitos de violência ou conceito de pertinência”. Essa linha editorial dita que não se deve insistir numa exploração dos incêndios, não se mostram “partes de uma figura que possa ser identificada pelos seus familiares” (Rita Marrafa de Carvalho, E32), não se emitem “crimes de delito comum” (Samuel Freira, E35), suicídios (Paulo Dentinho, E29) e, mais recentemente, deixou de permitir a exibição de imagens violentas do autoproclamado Estado Islâmico, que sirvam de apelo ao ódio e ao terrorismo.

Apesar de ter sido um elemento considerado na análise, a imprecisão sobre este campo, por parte dos entrevistados, leva-nos a inferir que a linha editorial da RTP não se encontra totalmente definida. Esta questão leva a que os jornalistas admitem que a ausência de uma identidade editorial concretamente definida é um dos fatores que conduz à imprecisão das fronteiras em matéria de violência (Isabel Rosa, E15).

Porém, como adianta a jornalista Rosário Salgueiro (E34) existe uma linha de **responsabilidade social** que há muitos anos acompanha a redação da RTP:

“...houve uma reportagem em que acompanhava a par e passo a queda de um homem de um edifício de Lisboa. Ele esteve muito tempo em cima do edifício, ameaçando suicidar-se. Uma grande reportagem, na RTP de então, começava precisamente com esse tema: ia-se às diferentes razões que a pessoa tinha, quem

estava a ver, quem estava a socorrê-lo e a demovê-lo dessa atitude e depois a reportagem culmina com ele a atirar-se do edifício. Eu era estagiária e lembro-me que a redação mais madura e onde os estagiários participavam, uniu-se toda para que aquilo não voltasse a acontecer. É a tal responsabilidade” (Rosário Salgueiro, E34).

Por exercerem funções numa operadora de serviço público, os jornalistas da RTP admitem ter uma responsabilidade social acrescida por vários motivos:

1. A RTP é a televisão dos portugueses, por isso, os jornalistas da RTP tem de pensar no público quando produzem a informação (Paulo Dentinho, E29);
2. A RTP é a referência, por isso, não pode baixar o padrão (Margarida Neves de Sousa, E26; Teresa Nicolau, E38);
3. A RTP é mais escrutinada perante a opinião pública, e isso aumenta o grau de responsabilidade dos seus profissionais (Rita Ramos, E33);
4. A RTP, por ter de prestar serviço público, tem a responsabilidade de ter um olhar mais abrangente sobre Portugal e o Mundo (Rosário Salgueiro, E34);
5. A RTP deve ser totalmente independente, por isso, tem a responsabilidade de produzir informação de forma mais isenta possível (Isabel Rosa, E15; Sara Cravina, E36);
6. A RTP tem a responsabilidade de marcar a diferença (Jaime Guilherme, E16).

Para Rosário Salgueiro (E34) existe uma dualidade entre aquilo que audimetricamente surte bons resultados e a responsabilidade social que devem ter os jornalistas da RTP:

“Porquê mostrar as partes mais íntimas de uma criança que foi violada?! Audimetricamente seria um sucesso, mas seria de uma enorme irresponsabilidade social. Porquê mostrar as últimas palavras de alguém que se vai suicidar a seguir?! Audimetricamente seria um enorme sucesso, mas temos que ter responsabilidade social” (Rosário Salgueiro, E34).

Porém, como assume a jornalista Teresa Nicolau (E38), os jornalistas da RTP devem garantir uma responsabilidade social mais acrescida, bem como uma “consciência mais pesada” sobre o seu trabalho. Esta é também uma das missões que requer o serviço público de televisão.

#### **4.1.4. Técnicas de tratamento desde a captação no terreno à sala de edição**

O trabalho em equipa é fundamental na produção noticiosa (Nuno Castro, E27). Em televisão, este processo acontece, por norma, de forma tripartida: recolha de imagens no terreno, redação de texto e seleção de imagens e, por último, tratamento gráfico (quando necessário) e edição final.

Existem técnicas a aplicar por forma a diminuir o choque que uma informação pode provocar, garantindo, ao mesmo tempo, que a violência real é percecionada pelos telespectadores (João Botas, E17; Nuno Tavares, E28). No Quadro 4<sup>97</sup> são evidenciados os elementos técnicos usados, pelos repórteres de imagem, jornalistas e editores de imagem no tratamento dos casos de violência.

A informação que o telespectador vai receber no ecrã da televisão começa com o filtro prévio do repórter de imagem no terreno, que seleciona o que vai, ou não, captar (José Carlos Ramalho, E20). Existe uma responsabilidade acrescida por parte dos repórteres de imagem, que os incumbe de serem desde logo “muito seletivos”:

“Temos de ser muito seletivos nesse aspeto de imagens. (...) O redator poderá dizer que ali morreram pessoas, que houve vítimas mortais. Mas, se calhar, não vou mostrar o corpo no todo. Posso mostrar um sapato, em que não se vê que é corpo, mas vê-se que é um sapato, que há pessoas ali. Nós tentamos levar a que isso seja possível para que as imagens não sejam violentas” (António Antunes, E5).

Os repórteres de imagem devem garantir que as imagens que vão para o arquivo podem ser usadas no ar em qualquer altura. Por isso, deve haver um cuidado prévio sobre a captação, para que em momento algum seja violado nenhum princípio: “podemos sem querer estar a violar qualquer coisa, nem que seja, em última análise, a nossa consciência”, explica-nos José Carlos Ramalho (E20).

As técnicas adotadas durante a captação são diversas e estão sempre dependentes do contexto. Nos casos de violência, há a preferência por contar a envolvimento de um caso, ao invés de serem mostradas as caras, os corpos e o sangue das vítimas (António Antunes, E5). Opta-se pelo uso de planos abertos em detrimento de planos fechados (Pedro Martins, E30) e a recorrência constante a elementos simbólicos de apreensão imediata para contar a estória – neste aspeto é necessário ter atenção, porque a mensagem pode não ser percecionada pelos telespectadores (Samuel Freire, E35).

---

<sup>97</sup> Ver no anexo F.

Na redação, o jornalista seleciona as imagens captadas pelo repórter de imagem e é a partir daqui que orienta a narrativa da reportagem. A imagem é um elemento forte e determinante em televisão, mas a escrita carece de vários cuidados minuciosos: “na escrita, não é preciso contar uma história de forma violenta para ela ser violenta” (José Ramos e Ramos, E21):

Construída a narrativa da reportagem, o próximo passo é a edição. O editor de imagem é quem trabalha graficamente as imagens, se necessário, e faz a edição de toda a reportagem: “Às vezes, o próprio jornalista já tem uma ideia e traz imagens que foram trabalhadas nesse sentido, ou seja, já foram captadas de forma a esconder a lógica” (Carlos Felgueiras, E10).

O editor de imagem é tido como “o primeiro telespectador”, por isso espera-se que tenha bom senso para perceber e avaliar a qualidade do material selecionado de acordo com o olhar do repórter de imagem e do redator. O que acontece é que, muitas vezes, como estão ambos no terreno, ficam demasiado “toldados pelo acontecimento” e podem pôr “coisas um bocadinho descabidas”, que o editor de imagem deve prevenir (José Carlos Ramalho, E20).

Em casos de violência, o editor de imagem contém um conjunto de ferramentas que permitem, além de ocultar a violência e de prevenir o choque, ocultar a identidade das pessoas – desde a voz à sua identidade visual (Carlos Felgueiras, E10). Destacam-se o *blur*, o *freeze*, o uso do preto e branco sobre imagens que contenham muito sangue (Pedro Pessoa, E31), o *slow motion* (Samuel Freire, E35), o *fade in* e *fade out* a negro e o uso de “máscaras” (Margarida Neves de Sousa, E26). Quando existem dúvidas sobre a melhor técnica a aplicar, essa é decidida em conjunto com a Direção de Informação.

É recorrente, nomeadamente em notícias da editoria de internacional, que as imagens sejam captadas por agências de notícias. Não esquecendo, ainda, que existem circunstâncias em que as imagens chegam através de vídeos amadores, captadas pelo público. Nestes casos, o repórter de imagem da RTP deixa de ter um papel interventivo na reportagem, o que acaba por ser um constrangimento: a falta de filtro prévio do repórter de imagem da RTP na hora da captação (Margarida Neves de Sousa, E26). Além do material não ser suficientemente seletivo, por vezes, “as imagens são poucas e as poucas que chegam têm que ser editadas”, o que leva a que muitas vezes possam ir para o ar “imagens que chocam mais” (António Antunes, E5).

#### 4.1.5. Limites à transmissão de violência na informação televisiva

O tratamento jornalístico da violência real é um dos temas que suporta maior subjetividade na atividade jornalística: “...o que é que é violento ou não é muito subjetivo. A não ser a violência gratuita do sangue” (Nuno Castro, E27). Na redação da RTP esta questão é colmatada frequentemente com o debate entre os jornalistas, de acordo com os casos que vão surgindo.

Embora, os limites não estejam totalmente definidos, o Quadro 5<sup>98</sup> permite-nos identificar alguns dos limites destacados pelos jornalistas da RTP face à exibição da violência na informação televisiva da RTP. Entre eles, destacamos os **direitos de personalidade**, a **proteção das crianças**, das **mulheres**, dos **idosos** e das **vítimas**, a **violência explícita**, a **violência gratuita**, a **restrição de horário** e o uso da **advertência prévia**.

Quando se referem à proteção dos direitos de personalidade, os nossos entrevistados, revelam particular preocupação com a proteção identidade das pessoas. O jornalista deve ter a certeza que, em algum momento, compromete a dignidade da vida humana; deve proteger a intimidade das pessoas, aludindo para o direito à imagem suportado por cada cidadão comum (Rita Ramos, E33), bem como qualquer atentado à vida humana (Jaime Guilherme, E16). Os jornalistas exemplificam estes casos, com o momento da morte de alguém. Por ser uma situação “muito privada” (Adília Godinho, E1), merece um tratamento com dignidade porque pesa sempre o facto de os mortos “já terem sido pessoas quando tinham vida” (António Antunes, E5).

A proteção das crianças, das mulheres, dos idosos e das vítimas define uma das fronteiras que limitam a atividade do jornalista em matéria de violência. Com as crianças, esta questão é clara, “as câmaras desligam-se” (João Ricardo de Vasconcelos, E18). Além disso, há um cuidado para proteger as mulheres, os idosos (Pedro Martins, E30) e as vítimas em qualquer contexto (Alberta Marques Fernandes, E2; Pedro Martins, E30). Por outro lado, parece não existir pudor em revelar os culpados de um confronto: “...se mostrar as caras for para identificar as pessoas que estão a provocar a violência, isso não tenho problema nenhum em mostrar” (Pedro Martins, E30).

Na segunda categoria<sup>99</sup> falávamos sobre os elementos que orientam o jornalista na seleção das notícias sobre violência. Aqui falamos de um elemento que além de ser um

---

<sup>98</sup> Ver no anexo F.

<sup>99</sup> Ver ponto 4.1.2 do Capítulo IV e Quadro 2 no anexo F.

limite, é um apresenta-se como um elemento desalinhado da ética jornalística, a violência gratuita: “a violência gratuita é alheia ao jornalismo” (Alberta Marques Fernandes, E2). Nenhuma estória deve conter uma imagem que não faça sentido para a percepção da realidade e menos se estiver em causa a exploração da violência que em nada possa contribuir para o interesse público. Por isso, deve ser feito um balanço entre aquilo que é notícia e até que ponto determinada imagem ou informação é importante para a percepção do acontecimento:

“Tu tens que fazer o balanço entre a importância do que estás a mostrar do ponto de vista noticioso e o choque que isto pode causar. Se tu achas que a imagem é chocante e não ajuda a compreender a notícia, o acontecimento, então pode-se dizer que é uma imagem gratuita” (Adília Godinho, E1).

É gratuito ver uma execução em direto (Luís Vilar, E25), tal como aconteceu com o atentado ao jornal satírico Charlie Hebdo (José Ramos e Ramos, E21). Ou ainda, se nos referirmos à exibição das decapitações do autoproclamado Estado Islâmico (Teresa Nicolau, E38). Apesar da redação da RTP não ter impedido que se mostrasse violência chocante, capaz de sensibilizar os telespectadores mais suscetíveis, há uma certeza: “eu nunca faria aquilo que faz a TVI, que é mostrar corpos carbonizados numa varanda, como eles fizeram. São imagens gratuitas” (José Véstia, E22).

Os horários a que passam as cenas de violência são sempre tidos em conta, tal como indica o artigo 27.º da Lei da Televisão: “às oito da noite é o público geral. Se estivermos a falar das dez da noite ou da meia-noite, já podemos dar um outro tipo de imagens” (Rita Ramos, E33). A preocupação horária passa pelo facto de os “blocos de informação” da RTP abrangerem uma “linha muito transversal da sociedade”, por isso, há um especial cuidado, essencialmente, com o Jornal da Tarde, Telejornal e com o Portugal em Direto (Rosário Salgueiro, E34).

Porém, ainda que o horário possa ser um fator limítrofe relevante, há quem considere que atualmente urge a necessidade de se aplicar uma regra transversal, dada a diversidade de meios onde as notícias podem ser emitidas - canais temáticos informativos, *website RTP*... - (Helena Sousa e Silva, E14). De acordo com a jornalista Rita Ramos (E33), sempre que possível esta prática é aplicada; os conteúdos que envolvam violência devem a ser trabalhados com “véus” independentemente do horário a que são emitidos:

“...a televisão passou a ter um leque de espetadores, às mais variadas horas, muito amplo. Por isso, devemos fazer uma reportagem ou mostrar esses atos como quem escreve um livro, com véus. Uma pessoa crescida entenderá que haverá um ato de violência, uma pessoa menos adulta estará menos preparada para ver cenas difíceis, pelo que não entenderá bem” (José Ramos e Ramos, E21).

Existem casos pontuais em que é impossível deixar de mostrar imagens chocantes, “porque fazem parte de momentos importantes da história e da perceção que temos dela” (Rosário Salgueiro, E34). Chocar é um conceito muito ambíguo - “chocar é uma palavra simples que significa tudo e não traduz bem o espírito da coisa, sem ser explícitas” (Samuel Freire, E35) -, por isso, na dúvida, o limite passa por alertar previamente o telespectador para a exibição de imagens que possam ferir a sua suscetibilidade:

“...por mais que as imagens não sejam muito detalhadas, deve-se chamar sempre à atenção, porque além dos adultos, muitas vezes estão as crianças também a ver e as crianças ainda não estão naquela idade de perceber e distinguir as coisas, portanto senão tiverem acompanhamento adulto, torna-se complicado (Pedro Pessoa, E31).

#### **4.1.6. Constrangimentos que influenciam o tratamento jornalístico da violência**

Existem constrangimentos subjacentes à produção noticiosa, que atualmente se impõem, não só no tratamento dos casos de violência, mas em toda a prática jornalística. No Quadro 6<sup>100</sup> identificamos quais os constrangimentos apresentados pelos jornalistas que podem limitar a produção noticiosa sobre os casos de violência.

Na perspetiva da jornalista Rita Marrafa de Carvalho (E32), a violência “mexe com aquilo que é mais particular e que é mais íntimo do ser humano, que é o estranho, o inusitado, o bizarro, o curioso... e as pessoas têm quase uma morbidez assumida de ver e gostar de ver aquilo que a maior parte das televisões não mostra porque são imagens eventualmente chocantes” (Rita Marrafa de Carvalho, E32). Ainda que de forma não intencional, esta questão faz com que, por vezes, se dê primazia à exploração de acontecimentos dramáticos, que permitam agarrar o telespectador, conduzindo à captação de **audiências** (Alberta Marques Fernandes, E2).

---

<sup>100</sup> Ver no anexo F.

Alexandre Santos (E3) recorre a um exemplo prático para ilustrar o facto de muitas vezes os jornalistas cederem ao apelidado “voyeurismo televisivo”: “Um jogo normal, da América do Sul, raramente passa no telejornal. Mas se houver “porrada”, invasão de campo... já passa” (Alexandre Santos, E3). Os telespectadores interessam-se, cada vez mais, pela exploração a vida privada e o mesmo acontece face à violência (Sérgio Vicente, E37). Contudo, esta questão deve ser alheia à informação de referência que caracteriza o serviço público de televisão: “Há aquelas pessoas que vão ao Youtube ver aqueles vídeos de acidentes, há pessoas que têm essa necessidade – eu não tenho – e acho que é voyeurismo. A informação séria não precisa disso” (Rita Ramos, E33).

A exploração da violência de forma inapropriada – seja pela exploração massificada dos casos num curto período de tempo (Carla Adão, E8) ou pelo uso “abusivo” de imagens de violência (José Carlos Ramalho, E20) - conduz à **banalização da violência**. Há imagens de acontecimentos de tal forma banalizados que “as pessoas já não se sentem afetadas” (Alexandre Albuquerque, E3). Pedro Pessoa admite que o perigo desta banalização passa pela criação de uma informação *fast food*, que retira tempo ao telespectador para assimilar e refletir sobre o que está em causa: “Hoje transmitem um ataque na Ucrânia, tens logo os especialistas a falar a seguir sobre o que é que se pode fazer. No dia a seguir a mesma coisa no Iraque e já esqueceste a Ucrânia” (Pedro Pessoa, E31).

A mediatização massiva conduz à “perversidade da informação e da imagem” (Vanda Freire, E39). Paulo Dentinho considera que o *boom* noticioso que se constrói inicialmente em redor dos acontecimentos, aumentam o seu mediatismo, mas, por outro lado, com o passar dos dias, estes vão sendo “banalizados” pela agenda mediática e, simultaneamente, pelos telespectadores:

“Quando começaram os atentados em Bagdad, eram uma brutalidade. Isso abria noticiários e depois, passados uns meses, já era: olha outro atentado em Bagdad. Primeiro morriam vinte e cinco pessoas, depois umas trezentas e depois já nem era notícia. A partir de determinada altura, é, de facto, a banalização da violência” (Paulo Dentinho, E29).

A banalização da violência ocorre, essencialmente, quando fora do nosso alcance geográfico. A proximidade/distanciamento determina o grau de sensibilidade face a um caso de violência e isso verifica-se, também, no tratamento jornalístico.



“A proximidade étnica, geográfica, determina o modo como as imagens como são apresentadas. Porque reflete os nossos preconceitos de comunidade étnico-europeísta, uma visão eurocêntrica do mundo, é mais fácil por imagens de um autocarro que se despenha em Taiwan ou numa montanha do Peru, em que os corpos ficam expostos do que o mesmo tipo de acidente nos Alpes ou na Grã-Bretanha, Portugal ou Espanha” (João Rosário, E19).

Aos olhos dos nossos entrevistados a **concorrência** acaba por ser um fator de banalização da violência: “...banalizou-se, porque a desgraça vende mais” (Isabel Rosa, E15). Muitas vezes, informa-se porque a concorrência já o fez primeiro: “Fomos atrás do Saddam, fomos atrás de outros... do Kadhafi. Também fomos atrás dessas imagens” (Carlos Oliveira, E11).

Alberta Marques Fernandes (E2) garante que se trata de uma “jerra”, que leva a que o jornalista seja sucumbido pela “ansia de informar” e que, várias vezes, o leva a “saltar” o momento da verificação dos factos: “Já não se cruza informação nem se contacta três e quatro fontes para uma notícia. Mal se saiba e até basta ser um rumor, mete-se logo no ar. Muitas vezes nem se confirma” (Alexandre Albuquerque, E3). Os jornalistas estão conscientes de que “faz falta investigar”: “às vezes somos um pouco umas Marias-vão-com-as-outras... E eu acho que temos de ter esse profundo cuidado” (Paulo Dentina, E29).

O **direto** televisivo é apontado como um entreve. Ainda que este formato informativo contenha benefícios e seja “fundamental numa televisão” (Rosário Salgueiro, E34), são evidentes os seus constrangimentos: é impossível regular ou premeditar o que vai acontecer (Alexandre Santos, E4). Além disso, o direto televisivo “retira a capacidade de análise” e a capacidade de reflexão, o que faz com que a informação seja dada, sem antes passar pela série de procedimentos que garantem um *modus operandi* correto do tratamento da informação (Rita Ramos, E33). Muitas vezes, o direto chega a ser “apanhado pela violência” (Rosário Salgueiro, E34) e, com a ânsia de informar, o jornalista perde o limite sobre os riscos que pode correr durante o diferido (Pedro Martins, E30).

O critério usado pelos jornalistas da RTP para diminuir a possibilidade de erro em direto, perante casos de violência, é o de não dar “planos apertados”, uma vez que permite limitar a evidência de qualquer cena mais chocante (Margarida Neves de Sousa, E26). O momento de um direto depende sempre de um conjunto de opções que partem de quem está no terreno, e, independentemente, de todos os imprevistos, a equipa de

reportagem deve ter consciência da barreira que determina o fim do trabalho jornalístico nesta matéria:

“No ano passado, nas comemorações do dez de junho, quando o Presidente tem aquele desmaio, o realizador da RTP optou por não mostrar aquele momento. Na altura, foi condenado esse ato pelas privadas, porque têm uma perspetiva mais agressiva, para não lhe chamar outra coisa. É a tal história, temos de dar até um certo momento” (José Véstia, E21).

A chegada da internet refletiu-se na produção noticiosa. Seja no aumento do fator **imediatismo**, nas **inúmeras portas de entrada** de informação ou até na **falta de critério** na seleção das notícias: “O tempo internet em que vivemos tem feito com que muitas notícias e muitas imagens sejam transmitidas sem pensar, sem nos debruçarmos sobre os efeitos da transmissão dessas próprias imagens” (Daniela Santiago, E12):

“Nós mostrámos no início o tiroteio na rua do Charlie Hebdo, mas depois retirámos. Ou seja, tu vês um polícia a ser executado na rua e depois já não vês. Se calhar devia ter-se pensado antes e não se deveria ter colocado logo. Não sei se é o tempo. Pode ser o tempo, mas também pode ser uma emotividade qualquer “vamos mostrar tudo”, depois pensas duas vezes” (E38).

A informação, na internet, corre a uma velocidade “estonteante” e que a televisão não pode acompanhar. A televisão deve manter o seu tempo, “o tempo da verificação da notícia” (Alberta Marques Fernandes, E2). O facto de haver um maior número de portas de entrada de informação na internet obriga a que haja um filtro mais rigoroso na produção noticiosa (José Carlos Ramalho, E20). Há acontecimentos que circulam nas redes sociais, tornam-se virais e os órgãos de comunicação, incorretamente, “demitem-se de os certificar” (António Mateus, E6);

Os valores do jornalismo são, por vezes, “ultrapassados no operador público” (Carla Adão, E8): “Não há nada que justifique cobrir um homicídio em Algueiras de Baixo, se os contornos são sempre os mesmos. E essa falta de critério preocupa-me” (João Botas, E17). Condicionantes que conduzem à crescente descredibilização do jornalismo atual (Alexandre Albuquerque, E3).

Por último, mas não menos importante, é o destaque feito à evidente falta de profissionais experientes na redação da RTP. Para Daniela Santiago (E12) este é o “principal inimigo” do operador de serviço público, atualmente:

“O principal inimigo da RTP neste momento é a falta de pessoal, falta de profissionais, falta de profissionais experientes que possam ensinar os mais novos e portanto, esta loucura da redação esvaziada que tem de continuar a fazer aquilo que fazia com o triplo das pessoas” (Daniela Santiago, E12).

#### **4.1.7. Perceção dos jornalistas sobre os mecanismos de Autorregulação, Corregulação e de Regulação em matéria de violência**

Não existe uma “verdade absoluta e é difícil definir o que se deve ou não mostrar” (Luís Filipe Fonseca, E24). Por sua vez, o estabelecimento de normativas restritas, capazes de objetivar o tratamento jornalístico face à violência na televisão, é percecionado de forma cética por alguns dos jornalistas da RTP. No Quadro 7<sup>101</sup>, que complementa a sétima categoria da nossa análise, pretendemos evidenciar a perceção dos jornalistas da RTP face à atuação da autorregulação, da corregulação e da regulação em matéria de violência na informação televisiva da RTP.

No que diz respeito à **autorregulação** durante a nossa análise, percecionamos alguma dificuldade na sua definição. Por norma, quando surgem casos mais paradigmáticos há um enorme debate na redação e os jornalistas adotam um critério que, em conjunto, lhes parece mais coerente; por outro lado, as decisões podem partir da equipa de reportagem; ou, em última instância, tais decisões podem emergir da própria Direção de Informação que, em conjunto com o Conselho de Redação, posteriormente, as fazem chegar aos jornalistas, a partir de comunicados<sup>102</sup>.

Ainda que estas decisões vão sendo tomadas de acordo com o “bom senso e o equilíbrio” dos jornalistas (Paulo Dentinho, E29), há a necessidade de definição, de tornar tudo mais claro (Carlos Oliveira, E11), através do estabelecimento de guias úteis que possam clarificar os jornalistas face ao tratamento da violência:

“Às vezes temos dúvidas, às vezes não sabemos bem como abordar determinado assunto. Se as coisas fossem uniformizadas, se houvesse esse tal livro de estilo do que definisse o que se deve fazer e o que não se deve fazer, ajudava certamente os mais novos a perceber que às vezes não é necessário mostrar tudo, é demasiado violento” (Vanda Freire, E39).

---

<sup>101</sup> Ver no anexo F.

<sup>102</sup> Tal como aconteceu com a decisão de não serem exibidas imagens enviadas pelo Estado Islâmico que possam servir de apelo ao ódio e ao terrorismo. Consultar ata do conselho de redação no anexo C.

A questão da existência de um Livro de Estilo, como instrumento de autorregulação, foi algo evidenciada pelos jornalistas. Sabemos que o Livro de Estilo da RTP<sup>103</sup> mais recente, datado de 2001, foi escrito por José Rodrigues do Santos, num período em que este jornalista era Diretor de Informação da RTP. Com o passar dos tempos, o dito livro acabou por ir “morrendo” (Rosário Salgueiro, E34) e, atualmente, encontra-se em desuso (João Botas, E17). De acordo com o atual Diretor de Informação da RTP, Paulo Dentinho, a operadora de serviço público vai voltar a ter um Livro de Estilo, que neste momento está a ser reformulado à luz da realidade atual do Mundo em que vivemos (Paulo Dentinho, E29).

O Livro de Estilo permite auxiliar “o jornalista a afastar certos procedimentos inaceitáveis” tal como ajuda a proteger este profissional de “pressões externas” (Paulo Dentinho, E29). A definição de um padrão evita a existência de incoerências, auxiliando a RTP a manter um registo próprio: “...choca muito mais, dentro da mesma empresa, um fazer de uma maneira e outro de outra maneira. (...) Porque nem toda a gente tem sensibilidade e quando há um padrão, uma determinada norma a seguir, desde que seja uma boa regra, toda a gente a segue” (Helena Sousa e Silva, E14).

A correção é assegurada na RTP pelos Provedores do Telespectador e do Ouvinte, embora, tendo em conta o nosso objeto de estudo, seja apenas pertinente uma análise sobre o primeiro. Neste âmbito tentámos perceber, junto dos jornalistas da RTP, que tipo de interligação existe com o Provedor do Telespectador, sobre o tratamento dos casos de violência. O *feedback* recebido parece apontar para que existe uma baixa interligação entre o Provedor e os jornalistas:

“Basicamente ele recebe as reclamações e limita-se a isso. Só que pronto tem um programa de televisão, porque se não tivesse um programa de televisão, então aí ninguém sabia que ele existia. Nunca o vi na redação. Nunca vem cá à redação. Nunca falou com as pessoas aqui, quando fala é através de alguém do seu programa que vai entrevistar essa pessoa. Não vai à procura da informação. Muitas vezes, se calhar recebe a informação já trabalhada” (Pedro Pessoa, E31).

Por outro lado, na perspetiva de alguns jornalistas, “A Voz do Cidadão” – o programa do Provedor do Telespectador – não parece dar grande importância a um dos princípios básicos no jornalismo: o direito do contraditório. O Provedor do Telespectador não devia incorrer em “críticas gratuitas”, baseadas numa única queixa,

---

<sup>103</sup> Em consideração no ponto 4 do Capítulo III.

sustenta a jornalista Rosário Salgueiro (E34). A interação entre o Provedor do Telespectador e a redação de informação foi mais fluída durante os mandatos de José Manuel Paquete de Oliveira (o primeiro Provedor do Telespectador da RTP). A ligação entre o Provedor e a redação da RTP foi-se perdendo com o passar dos tempos. De acordo com os nossos sujeitos de análise, a figura do Provedor deveria ser na atualidade mais presente no quotidiano da redação da RTP, auxiliando os jornalistas no tratamento dos casos mais paradigmáticos, em última instância, através do *feedback* enviado pelos telespectadores.

Há quem garanta que as queixas que chegam ao Provedor deveriam ter uma “ação real”, deveriam ser encaminhadas para a ERC, porque quando chegam ao Provedor do Telespectador, as ditas queixas “não resultam em nada” (António Mateus, E6). Porém, a perceção de alguns dos jornalistas da RTP é a de que este órgão de regulação se apresenta como uma figura muito “passiva”, no que toca à resolução de casos de violência real nos meios de comunicação social: “Em relação a momentos chave, por exemplo, como a morte do Saddam Hussein (...) a ERC só deliberou depois de queixas. No momento histórico da comunicação social mundial, eu acho que se exigia à ERC que, mesmo antes...” (Rosário Salgueiro, E34).

De acordo com o jornalista António Mateus (E6), a ERC deveria questionar mais editorialmente, e fazer cumprir os ditames apresentados pelas Direções de Informação: “Onde está a ERC a dizer: Então, onde está aquilo que disse que ia fazer? Ai não está a fazer? Então, *skate!* Isto não existe. E não era por denúncias” (António Mateus, E6). Ainda assim, há quem considere que com a RTP, a ERC é mais interventiva, e deveria sê-lo também com os restantes órgãos de comunicação social, no que toca a excessos cometidos face à exposição da violência (Carla Quirino, E9).

As considerações dos jornalistas indicam-nos que, por sua vez, a forma de atuação da ERC, obrigando ao pagamento de coimas aquando considera haver infração, não parece a mais correta face à exposição da violência na televisão: “Não basta pagar uma multa porque a seguir, ok. Eu pago uma multa x, mas amanhã fazendo a mesma coisa consigo vender mais não sei quantos jornais, portanto o balanço não compensa a penalização, posso continuar a infringir” (Carla Adão, E8).

As soluções apresentadas pelos nossos entrevistados relativamente à intervenção da ERC na forma de regulação dos casos de violência passam por garantir profissionais da área do audiovisual com qualificações que permitam uma proximidade com a realidade do meio (Margarida Neves de Sousa, E26); trabalhar o tema da violência com

recomendações, aconselhando um *modus operandi* para determinadas situações (João Ricardo de Vasconcelos, E18); ser mais interventiva, emitindo mais considerações sobre o tratamento da violência no âmbito da informação televisiva (Rita Ramos, E33); e ser mais pró-ativa, fomentando uma aproximação da entidade reguladora com as redações dos meios de comunicação social portuguesas (José Carlos Ramalho, E20; Rosário Salgueiro, E34).

## **4.2. OUTRAS PERSPETIVAS**

### **4.2.1. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social<sup>104</sup>**

O tratamento dos casos de violência na informação televisiva da RTP não é um dos temas mais abordados nas Deliberações do Conselho Regulador da ERC. As Deliberações, em cerca de noventa por cento dos casos<sup>105</sup> devem-se a iniciativas exteriores, ou seja, a partir de queixas enviadas pelo público via *e-mail* ou através do *website*<sup>106</sup> da ERC. Portanto, só em “casos extremos” é que a ERC toma a iniciativa direta de averiguar possíveis infrações.

Quando as queixas entram na ERC são enviadas, inicialmente, para as direções de análise de *media* e para a direção jurídico. Nesta análise é tida em conta a posição do queixoso e é dado o direito de resposta ao órgão de comunicação social envolvido na dita queixa. Por fim, após o debate e tendo em conta todas os pontos de vista da análise, o Conselho Regulador toma uma decisão final formalizada numa Deliberação.

Elaborada uma pesquisa sobre o período de 2006 a maio de 2015, identificámos oito Deliberações consagradas no âmbito da violência na informação televisiva que envolveram a RTP1, a SIC e a TVI:

- Deliberação 1/LLC-TV/2007: Esta Deliberação surgiu de uma queixa do público e que abrangeu os três serviços de programas de sinal aberto – RTP1, SIC e TVI. Diz respeito às imagens violência sobre a execução por enforcamento de Saddam Hussein. O Conselho Regulador Deliberou a instauração de um processo contraordenacional somente à TVI, que se fez acompanhar com a Recomendação 1/2007.

---

<sup>104</sup> As entrevistas aos dois membros do Conselho Regulador da ERC, que estão na base deste parâmetro de análise, encontram-se disponíveis no anexo H.

<sup>105</sup> Percentagem avançada por Alberto Arons de Carvalho, na entrevista efetuada para este estudo disponível no anexo H.

<sup>106</sup> Página disponível em [www.erc.pt](http://www.erc.pt).

- Deliberação 5/LLC-TV/2007: Queixa contra a SIC relativamente à notícia “Uma campanha publicitária que está a chocar a Europa” cujo Conselho Regulador decidiu não dar seguimento, apesar de apelar a um maior cuidado face às reportagens com estas características.

- Deliberação 2/CONT-TV/2008: Queixa contra a SIC relativamente à exibição de uma notícia de um espancamento público na Índia, mas que, após a análise, o Conselho Regulador considerou não se justificar a aplicação de uma medida suplementar.

- Deliberação 21/CONT-TV/2008: Queixa contra a SIC pela transmissão de uma reportagem sobre *piercings*. O Conselho Regulador decidiu não aplicar nenhuma medida, mas não se demitiu de sensibilizar este operador para a necessidade de adotar um tratamento adequado a este tipo de conteúdos jornalísticos, que pela sua natureza podem sensibilizar os públicos mais suscetíveis.

- Deliberação 15/CONT-TV/2009: Queixa contra a TVI devido à exibição de uma notícia relativamente ao desmantelamento de uma rede internacional de pornografia infantil. Pelo facto de, alegadamente, a notícia violar as normas ético-legais da prática jornalística, que conduziram à violação da intimidade, privacidade e dignidade das crianças visadas. O Conselho Regulador reprovou a ação da TVI e elaborou a Recomendação 2/2009 – a ser lido no serviço noticioso com maior audiência da TVI – onde a ERC recomenda um maior cuidado na abordagem destes temas.

- Deliberação 16/CONT-TV/2011: Queixa contra a TVI pela transmissão de imagens chocantes de um homicídio. Após a análise do caso o Conselho Regulador deliberou a instauração de um processo contraordenacional contra a estação televisiva.

- Deliberação 5/CONT-TV/2012: Instituição de um procedimento de averiguações à RTP, SIC e TVI pela cobertura jornalística feita à detenção do alegado “estripador de Lisboa”. Desta feita, o Conselho Regulador deliberou arquivar o processo contra a RTP1 e instaurar um processo contraordenacional contra a SIC e a TVI.

- Deliberação 75/2013 (CONTPROG-TV): Queixa contra a TVI pela exibição de uma notícia sobre um ataque aéreo contra civis na Síria, que deu lugar a um processo contraordenacional deliberada pelo Conselho Regulador.

- Deliberação de 23 de setembro de 2015 sobre participação de Pedro Martins contra o serviço de programas *RTPI*, propriedade da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A., pela exibição, edição de 5 de fevereiro do Telejornal, imagens violentas no âmbito da peça “ONU acusa exército e rebeldes de torturarem, mutilarem e violarem crianças”, determinando a RTP a fazer uma advertência prévia quanto à natureza dos

elementos de programação que são suscetíveis de influir de modo negativo na formação da personalidade das crianças ou de adolescentes, quando, revestindo importância jornalística, sejam apresentados nos serviços noticiosos, com respeito pelas normas éticas da profissão. A Deliberação referida ainda não está disponível no *site* da ERC.

Os critérios a ter em conta na avaliação das Deliberações sobre o tratamento jornalístico dos casos de violência na televisão são múltiplos: “desde o tempo de duração das imagens violentas, a forma, o ênfase e a importância do aviso prévio, o tempo que medeia entre o aviso e as imagens em si, a agressividade maior ou menor das imagens, a distância maior ou menor da câmara de filmar, a hora a que é difundido, a relevância jornalística” (Entrevista a Alberto Arons de Carvalho no Anexo H). Ainda assim, há duas “matérias muito subjetivas” e complexas que precisam de ser ponderadas: o interesse jornalístico de cada caso e os Limites à Liberdade de Programação<sup>107</sup>. A principal preocupação do Conselho Regulador da ERC prende-se, essencialmente, com a proteção dos públicos mais sensíveis - em destaque para as crianças e adolescentes - e com a proteção dos direitos de personalidade.

Como vimos no Capítulo III, os serviços informativos compõem uma exceção assinalada no artigo 27.º da Lei da Televisão, que permite a exibição de casos de violência na informação televisiva, desde que o conteúdo seja constituído de relevância jornalística e que se faça acompanhar de uma advertência prévia. Portanto, há liberdade por parte dos operadores de televisão nos seus serviços informativos para escolherem a forma mais adequada de fazer chegar essa informação aos telespectadores:

“Nós não pugnamos por uma higienização da vida. Há coisas chocantes que acontecem no Mundo. Não podemos mostrar tudo, mas existindo liberdade de expressão, os responsáveis devem informar que tal coisa aconteceu. Obviamente que deverá ser contextualizado” (Entrevista a Luísa Roseira no Anexo H).

Na avaliação das Deliberações, não existe um quadro legal distintivo entre a forma de atuação do serviço público de televisão e os operadores comerciais. Juridicamente a leitura dos casos é feita à luz da Lei da Televisão, da Constituição da República Portuguesa, do Código Civil e do Código Penal. É sempre tido em consideração, por outro lado, o facto de a RTP ter uma obrigação diferente (por ser serviço público) em matéria de violência, o que prevê um tratamento jornalístico mais cauteloso e contextualizado:

---

<sup>107</sup> Artigo 27.º da Lei da Televisão, no Capítulo III.



“Eu creio que a RTP tinha obrigação, nesta matéria, da violência, de cenas mais chocantes, de quando exista imagens violentas com interesse jornalístico, terem imensa cautela na sua apresentação. Procurar fugir ao populismo fácil que é de poder exhibir cenas duras e, por outro lado, em todas estas situações contextualizar. Ou seja, a RTP não devia limitar-se a colocar as imagens, devia procurar explicar como é que é possível haver dois jovens que se agridem, ou um que agride o outro” (Entrevista a Alberto Arons de Carvalho no Anexo H).

No caso de existir uma infração a ERC não pune o jornalista, mas sim o órgão de comunicação social a que está associado. Em casos extremos, a ERC poderá remeter o caso à Carteira Profissional do Jornalista. As medidas de coação estabelecidas pela Lei da Televisão remetem para o pagamento de coimas, unicamente. Por vezes, como verificámos nas Deliberações supracitadas, podem ser adotadas recomendações por parte do Conselho Regulador da ERC.

Existe uma grande amplitude de “fatores que têm de ser ponderados” é “difícil” que se consiga estabelecer uma doutrina legislativa mais esclarecedora, uma vez que têm de ter sempre um “carater generalizado”, para que permitam diferentes interpretações. Além disso, existe o fator diversidade que compõe a questão da violência, onde se determina a impossibilidade de classificar todo e qualquer fenómeno nesta matéria:

“Não é possível estar ali tudo, porque há tanta diversidade de possibilidades, tanta variedade de situações que seria impossível criar uma Lei. (...) Eu creio que por muito que se alterasse a Lei, o legislador nunca conseguiria prever tudo, prever todas as situações, estabelecer regras estanques... Ainda por cima, não estamos perante uma coisa em que haja um risco definido” (*Ibidem*).

Se por um lado o tratamento jornalístico da violência na televisão é considerado uma matéria menos preocupante para o Conselho Regulador, isso não implica que o Regulador não tenha de intervir, quando a necessidade assim o impõe. A informação da RTP, nesta matéria, é vista como “muito similar” face ao que acontece na SIC ou na TVI (Entrevista a Luísa Roseira no Anexo H). Não existem muitos excessos e, de um modo geral, o tratamento jornalístico face aos casos de violência é visto como cauteloso. Isso justifica o número pouco representativo de Deliberações que encontrámos nesta matéria. Entre as nove Deliberações, apenas três incluíam a RTP e, em nenhuma delas, o operador público foi alvo de processo contraordenacional.

#### 4.2.2. Os Provedores do Telespectador da RTP<sup>108</sup>

O Gabinete de Apoio ao Provedor (GAP) iniciou atividade na RTP, enquanto órgão autónomo, em agosto de 2006. O estatuto e as competências dos Provedores do Ouvinte e do Telespectador foram estabelecidos pela Lei n.º 8/2007<sup>109</sup>, de 14 de fevereiro e pela Lei n.º 38/2014, de 9 de julho. Em termos práticos, podemos assumir que o Provedor do Telespectador<sup>110</sup> é um órgão de correção, que produz pareceres sobre as queixas e sugestões recebidas, dirigindo-os aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados; deve indagar e formular conclusões sobre os critérios adotados e os métodos utilizados na elaboração e apresentação da programação e da informação; e, por fim, transmitir aos telespectadores os seus pareceres sobre os conteúdos difundidos. Os pareceres e as conclusões do Provedor são sempre comunicados aos responsáveis pelos serviços e pessoas visadas, que, no prazo fixado pelos Provedores ou, na sua ausência, no prazo máximo de cinco dias, devem comunicar resposta fundamentada ao respetivo Provedor e adotar as medidas necessárias. As queixas e sugestões dos telespectadores, atualmente, podem chegar via *e-mail*, correio normal ou a partir do serviço da RTP “Fale Connosco”. A correspondência quando chega é “priorizada” pelo Provedor, que tem a função arbitrária de a valorar de acordo com o grau de pertinência dos conteúdos:

“Na generalidade, eu respondo diretamente ao telespectador... (...) Quando eu domino o assunto, sem ter que recorrer a informação de alguma das direções (de programação ou de informação), eu respondo diretamente e explico as razões... porque é que é assim e porque é que não é, do ponto de vista do telespectador. Quando tenho dúvidas ou quando não domino o assunto peço informação diretamente a cada um dos diretores (no caso dos programas ou no caso da informação)” (Entrevista a Jaime Fernandes no Anexo I).

O Provedor do Telespectador da RTP questiona e debate sobre as inquietações do público perante a operadora de serviço público, numa tentativa de as ver esclarecidas. Estas problemáticas são, por norma, e de acordo com a relevância exposta no programa do Provedor do Telespectador, “A Voz do Cidadão”. As queixas podem chegar à

---

<sup>108</sup> As entrevistas aos dois Provedores do Telespectador da RTP, que estão na base deste parâmetro de análise, encontram-se disponíveis no anexo I.

<sup>109</sup> Artigos n.º 24, 25, 26 e 27 da Lei n.º 8/2007 e Artigos n.º 34, 35, 36 e 37.

<sup>110</sup> Vamos só considerar o Provedor do Telespectador, uma vez que a nossa análise se debruça apenas sobre a televisão.

Direção de Informação e/ou ao jornalista em causa, mas os Provedores assumem que não é habitual uma grande alteração de comportamentos face ao que incomoda os telespectadores no *modus operandi* do trabalho jornalístico (Entrevistas a Jaime Fernandes e a José Manuel Paquete de Oliveira no Anexo I).

O tratamento da violência na informação da RTP é um tema que nunca levantou muitas questões, facto que se reflete nos relatórios anuais de atividade do Provedor do Telespectador no período correspondente entre 2006 e 2014<sup>111</sup>, e também é confirmado pelo primeiro Provedor do Telespectador da RTP: “a Direção de Informação era normalmente era cuidadosa sobre este assunto. Em determinados casos, lá vinha o aviso de que “este programa ou as imagens que se seguem podem conter cenas de violência não recomendáveis a pessoas sensíveis”” (Entrevista a José Manuel Paquete de Oliveira no Anexo H).

O atual Provedor do Telespectador, Jaime Fernandes, corrobora com esta tese e chega, inclusive, a determinar a matéria da violência real como um tema que o “reconforta”, uma vez que não se trata de algo que levante muitas complicações. No entanto, recorda o debate que este fenómeno mereceu aquando do aparecimento das imagens das decapitações da responsabilidade do autoproclamado Estado Islâmico:

“Não tenho praticamente reclamações sobre violência, mas tive. Foi quando começou esta questão da *Jihad*. Logo quando começaram as decapitações, a RTP deu. E eu vi aquilo e achei que ultrapassava, enfim... Tive dezenas de telespectadores chocados porque querem que as crianças vejam informação. Então tive uma longa conversa com o Diretor de Informação e acordámos que esse tipo de imagens não devia ser dado e fez-se a assunção disso. José Manuel Portugal fez um comunicado e disse: “A gente não passa mais este tipo de imagens”. Damos a notícia, não queremos que as pessoas não saibam que foi decapitado mais um jornalista; as imagens não”” (Entrevista a Jaime Fernandes no Anexo I).

De acordo com a pesquisa que fizemos de 2006 a maio de 2015, identificámos seis<sup>112</sup> programas de “A Voz do Cidadão” com referências a casos de violência na

---

<sup>111</sup> Relatórios anuais de atividade do Provedor do Telespectador disponíveis online: [http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor\\_tv/relatorioact.php](http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/relatorioact.php)

<sup>112</sup> Emissões de “A Voz do Cidadão” direcionadas para a temática da violência na informação televisiva na RTP:

1. 24 de fevereiro de 2007: Violência Real e Violência ficcional;
2. 27 de setembro de 2008: Arrastão na praia de Carcavelos;
3. 4 de abril de 2009: Violência/Imagens Violentas;
4. 19 de novembro de 2011: Morte do Muhammad Kadhafi;

informação da RTP. O último programa neste âmbito foi emitido em 31 de janeiro de 2015, tendo sido dedicado ao atentado às instalações do jornal satírico francês, Charlie Hebdo. O atual Provedor do Telespectador, Jaime Fernandes, elogia o trabalho jornalístico desenvolvido pela Direção de Informação da RTP neste caso.

José Manuel Paquete de Oliveira considera que é sempre importante que o bom senso impere, dada a inegável dificuldade que é, para qualquer operador de televisão, “gerir esta problemática” atualmente, tal como estabelecer “condicionantes” sobre o assunto:

“Numa sociedade de hoje, como a nossa, com manifestações de comportamentos violentos de natureza individual e coletiva, estabelecer doutrinas ou princípios orientadores gerais. Existem leis próprias e como tantas vezes se diz importa que o “bom senso” impere. Numa qualquer televisão hoje gerir esta problemática é difícil. A violência que marca a sociedade invade o ecrã e o discernimento adequado tem de ser imediato” (Entrevista a José Manuel Paquete de Oliveira no Anexo I).

A questão que neste âmbito suscita mais problemas relaciona-se com a “fácil exploração de sentimentos hipodérmicos” que os casos de violência permitem. Isso verifica-se no “exagero de certas situações e a especulação feita para exorbitar esses sentimentos de camadas de população por natureza ou predisposição mais-virada para a emotividade que determinadas situações despertam”. Sendo a RTP um operador de serviço público, há a ideia clara de que “deve ser evitado a fácil exposição ao exhibir de violência e de conteúdos que conquistam facilmente audiências”, através da exploração das emoções. Deve, por isso, em relação à exibição de casos de violência na informação televisiva, ser adotado um “enquadramento cultural, social e ético em relação ao seu tratamento”. Por outro lado, é determinante que haja um grande cuidado no ordenamento das notícias no Telejornal ou em qualquer bloco informativo, uma vez que “o ordenamento da grelha de notícias num Telejornal define a responsabilidade e qualidade da direção editorial de um operador de televisão”. Paquete de Oliveira explica que a RTP não pode fazer como os outros “a abrir com crimes ou situações de violência”. Além disso, salienta que este foi um dos temas com que mais se debateu, mas com “fraca correspondência” (*Ibidem*).

---

5. 29 de setembro de 2012: O uso da advertência prévia nas imagens violentas;  
6. 31 de janeiro de 2015: Atentado ao Charlie Hebdo.

A exploração da violência é vista como um motor de caça às audiências. Jaime Fernandes adianta que “a RTP deve lutar para ter audiência”, mas não o pode fazer com os mesmos meios com que o fazem os operadores privados. Por outro lado reconhece que a barreira daquilo que deve ou não deve ir para o ar, em matéria de violência na informação, é muito discutível: “Aqui há sempre aquela parte emocional que ninguém controla na altura, o ir pro ar, aquilo estava a acontecer. Estava toda a gente a dar e eu também reconheço que às vezes não é fácil de fazer” (Entrevista a Jaime Fernandes no Anexo I).

#### **4.2.3. O Correio do Provedor: os Telespectadores da RTP**

É a partir do olhar atento de quem acompanha, observa e escuta a RTP, que se configura o correio enviado para o Provedor do Telespectador. Os milhares de cartas e *e-mails* anuais colocam em evidência a existência de uma camada crítica de telespectadores, que não esquecem a missão de serviço público da RTP. Esse conjunto de telespectadores atentos pode desconhecer as diversas cláusulas que compõem o Contrato de Concessão do operador público, ou até o previsto na legislação em vigor, mas fazem questão de mencionar que a RTP é do Estado e pública; e, ser do Estado, e pública significa ser financiada por todos. Por isso, conferem-lhe obrigações que são alheias aos serviços de programas privados.

A exigência da prestação de um serviço público de televisão com qualidade, por parte dos telespectadores, está bem presente na consciência daqueles que todos os dias nos fazem chegar as notícias através da RTP1:

“Há um ex-diretor de uma televisão privada, e que já tinha sido da RTP e foi para uma televisão privada, e depois voltou e depois foi-se embora outra vez. Ele dizia que não há sítio nenhum onde se seja tão escrutinado quanto na RTP, porque parece que a comunidade pensante – não é o telespectador normal, é a comunidade pensante ou que se acha pensante – não admite um *lapsus linguae*, não admite um *lapsus dedis* quando escrevemos um título, na estação pública de televisão. Porque todos eles acham que nos pagam o salário, ainda que não o façam, porque fazemos todos, somos todos pagantes da taxa do audiovisual. Mas há esse olhar muito crítico para o operador de serviço público e com o tempo nós fomos percebendo que nós temos quase a obrigação de não errar e sofremos muito quando erramos” (Rosário Salgueiro, E34).

A análise deste tópico tem por base a pesquisa exaustiva da correspondência enviada ao Provedor do Telespectador entre o período de agosto de 2006 até maio de 2015. Esta pesquisa deu origem a uma amostra de quarenta e oito correspondências, divididas entre cartas e *e-mails*, alusivas à opinião dos telespectadores sobre a exposição da violência na informação televisiva da RTP. O número de queixas neste âmbito é pouco representativo<sup>113</sup>. As críticas, na sua generalidade, centram-se nos principais blocos informativos da RTP1: Bom Dia Portugal, Jornal da Tarde e Telejornal. É pelos telespectadores lamentado o desnível da qualidade da informação atual por diversos motivos:

“Os noticiários já não são o que eram, quer os da rádio quer os da televisão: repetem-se muito, metem muita palha, dão muitas calinadas na gramática, mostram as facas e os alguidares...”

**22/08/2006**

Os telespectadores olham para os noticiários como um espelho da desgraça humana, onde imperam as notícias mais negativas do mundo. É tido como um constrangimento para aqueles que ligam a televisão à hora do jantar, o que leva a que vários telespectadores enviem sugestões para a introdução de notícias mais positivas nos serviços noticiosos:

“No Telejornal, as notícias de violência e crimes, isto é, o aspeto negativo da existência humana, serem intervaladas com boas notícias, que felizmente ainda as há, para que o lado positivo da vida seja mais realçado que o negativo. Isto para bem da nossa saúde mental e, particularmente, da formação das crianças e adolescentes, bem como da esperança dos idosos e adultos. Por vezes mais parece um filme de terror, como é do conhecimento geral”.

**8/09/2006**

---

<sup>113</sup> De acordo com o relatório anual de 2006 do Provedor do Telespectador a violência ocupa apenas 2% das queixas emitidas nesse ano, sendo que este número engloba dados relativos à programação e à informação. (Relatório do Provedor do Telespectador, 2006: 30). Em 2007, esse número baixou para 1,8% (Relatório do Provedor do Telespectador, 2007: 53). Em 2008, a percentagem manteve-se igual à de 2007 (Relatório do Provedor do Telespectador, 2008: 30). No relatório de 2009 é destacado com uma percentagem mínima de temas abordados pelos telespectadores (Relatório do Provedor do Telespectador, 2009: 18). No relatório anual de 2010 a violência é destacada entre as temáticas abordadas pelos telespectadores, porém, não lhe é atribuída qualquer percentagem. Nos relatórios de 2011 a 2014, não é alvo de destaque.

Os telespectadores apelam a uma maior sensibilidade por parte dos profissionais da RTP face ao horário em que passam imagens chocantes.

“À noite quando a família está reunida à mesa temos que ser confrontados com imagens de uma intensidade incalculável como a morte terrorista ver mortos no chão ver “sangria” de mortos na água, acidentes brutais, etc. Será que as televisões nomeadamente a RTP não é sensível a tamanha atrocidade?

Porque não colocam esses telejornais em horários, tipo 23h, as crianças já deve estar deitadas ou a preparar para dormir, e as pessoas disfrutarem pois parece-me que é disso que se trata das barbaridades televisivas que não deixam de ser uma realidade do mundo, mas que nós não precisávamos que nos invadam a casa a horas menos próprias”

**Não Datada**

É notório, através das críticas que analisámos, que os telespectadores esperam da RTP respeito e consideração pelo público em geral. Há esse voto de confiança. Porém, essa confiança é colocada em causa quando as imagens que entram pelo pequeno ecrã não são identificadas previamente como imagens chocantes, capazes de ferir suscetibilidades. Falam do descuido face à advertência prévia. Exemplo disso foram casos marcantes da história mundial como as mortes de Saddam Hussein, de Muammar Kadhafi e de Osama Bin Laden.

“Acho inaceitável terem mostrado a fotografia do Osama Bin Laden morto, no programa Bom Dia Portugal, sem terem avisado que poderia ferir a suscetibilidade de algumas pessoas”.

**2/5/2011**

As imagens emitidas sobre a morte de Saddam Hussein foram objeto de reparo no Relatório Anual do Provedor do Telespectador de 2007, por terem sido entendidas pelos telespectadores como falta de “rigor exigido à informação” da RTP (Relatório Anual do Provedor do Telespectador, 2007: 55). E a morte do Muammar Kadhafi também recebeu destaque principal num dos programas de “A Voz do Cidadão”. Os telespectadores reconhecem o alerta prévio sobre a violência como um direito que compete aos jornalistas fazer cumprir. Quando este direito se vê “esquecido” é motivo de indignação, como aconteceu nos referidos casos.

“Venho por este meio mostrar o meu profundo desagrado ao ter sido exibido um conjunto de imagens de cadáveres no início do telejornal do dia de hoje, sem qualquer aviso prévio, tendo eu uma bebé perto da TV e não podendo antecipadamente mudar de canal para não ter que a sujeitar a um autêntico filme de terror. Calculo que o diretor de informação da RTP irá argumentar algo do género que são notícias e que devem ser mostradas, mas o bom senso (e a consideração pelos mais suscetíveis) diz que, no mínimo dos mínimos, se deve avisar que vão ser exibidas imagens impróprias para os mais sensíveis”.

**5/5/2011**

O facto de a televisão ser um elemento importante na vida de cada um, faz com os telespectadores atribuam aos jornalistas uma “enorme responsabilidade”, particularmente aquando do tratamento informativo dos casos de violência.

“Quem trabalha em televisão tem uma enorme responsabilidade na formação dos homens e mulheres do futuro. Julgo que estão conscientes disso. Uma ressalva para um jornalista da RTP – José Alberto Carvalho – que por uma vez, que eu me apercebesse, avisou sobre a violência daquelas imagens”.

**6/01/2007**

Quando o público reclama a constante violência que se verifica nas notícias, o mesmo não renuncia a necessidade de se continuar a garantir informação sobre a violência real na televisão. O que esperam é que a RTP mantenha um equilíbrio na transmissão dessas notícias, sem que o faça de forma exaustiva:

“Espanta-me que a RTP, canal público (que defendo) – com responsabilidades acrescidas ao demais – ainda exiba, passada uma semana, as imagens da agressão de que foi vítima uma adolescente. Não critico o acompanhar da evolução dos acontecimentos, mas sim o continuar a transmitir as imagens de tal agressão. (...) ...a RTP, com a exibição continuada, não está a contribuir para uma informação cuidada mas para um “voyeurismo” doentio, que apenas alimenta os seus autores. É



possível continuar o bom trabalho jornalístico, sem a exibição constante daquelas imagens”.

**29/05/2011**

A repetição massiva das imagens de violência é olhada como um apelo ao “voyeurismo mórbido”. Os telespectadores apresentam receios sobre as consequências que se podem projetar, essencialmente sobre os públicos mais jovens. Por isso, sobre esta questão a RTP deve atuar com especial cuidado:

“Tem sido difundida nos noticiários da RTP um vídeo que mostra vários adolescentes a agredir uma criança de 13 anos e ainda que considere a notícia de real importante, por denunciar os agressores e alertar a opinião pública para o problema da violência na adolescência, não posso deixar de mostrar o meu desagrado com o facto de o vídeo ser repetido vezes sem conta, nos vários noticiários das televisões, com especial insistência nos canais da RTP.

Muito embora seja importante denunciar estes focos de violência gratuita na adolescência, a repetição das imagens, perturbantes para quem as visiona, são uma perpetuação dos maus tratos contra a criança violentada e um incentivo a novos episódios de violência”

**25/5/2011**

O cuidado e o equilíbrio sobre o tratamento informativo dos casos de violência deve prevalecer, essencialmente, em horário nobre ou horários diurnos, uma vez que a RTP é um operador com serviços de programas acessível a todas as faixas etárias:

“Não compreendo como é possível passarem em horário nobre, noticiário das 20h, vídeos com agressão entre adolescentes, com conteúdos violentíssimos sem qualquer cuidado na divulgação do mesmo em canal aberto”

**25/5/2011**

Há cinco aspetos que podemos destacar após a leitura e a análise da correspondência dos telespectadores enviada aos Provedores do Telespectador entre o

período de agosto de 2006 a maio de 2015, no âmbito da violência na informação televisiva da RTP:

1. Há telespectadores que percecionam os serviços noticiosos da RTP (Bom dia Portugal, Jornal da Tarde e, essencialmente, Telejornal) como “o jornal do crime”, por considerarem que há uma exploração excessiva das notícias negativas, onde se inserem as notícias violentas;
2. Há telespectadores que consideram exagerada a frequência e a forma repetitiva com que são exibidos os casos de violência na informação televisiva da RTP;
3. Há telespectadores que alertam para a falta de cuidado no aviso prévio das imagens de violência, pois consideram-no uma forma de se protegerem, na medida em que lhes é dada a oportunidade de visualizar, ou não, a violência das imagens. Além disso, na existência de menores por perto, o aviso prévio deve permitir que os mais adultos possam impedir as crianças de assistirem;
4. Há telespectadores que consideram que o horário nobre, essencialmente, deve ser respeitado e, por isso, deve haver um cuidado extra para não serem exibidas cenas chocantes;
5. Há telespectadores que não se recusam a ser informados sobre a violência real, mas indignam-se quando os casos de violência são trabalhados de forma a apelar ao voyeurismo mórbido ou à exploração do sensacionalismo.

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Integração das diferentes perspetivas**

A violência real transposta na televisão de serviço público é vista sobre perspetivas distintas. Mas, uma das certezas em comum entre essas diferentes perspetivas parece residir na imprescindibilidade de a transpor para o pequeno ecrã. Compondo um fenómeno da realidade social, a violência merece cobertura mediática. Postular o contrário, seria, *a priori*, contrariar o legislado sobre o direito à informação, o dever do jornalista de informar, a missão de serviço público de televisão de contribuir para um conhecimento abrangente do mundo e o interesse público do conhecimento da violência, o que difere e muito é os limites ou não que devem ser impostos.

Como verificámos durante a nossa análise, trabalhar jornalisticamente a violência levanta várias questões. Estamos a falar de algo que assume uma “importância primordial e reveladora”, uma vez que, se trata de uma matéria de mediação que desperta o “voyeurismo latente” presente nos telespectadores (Jespers, 1998: 137). É,

em simultâneo, um tema que posiciona o jornalista entre a dualidade do ético, moral e legalmente correto e a ascensão audimétrica (Rosário Salgueiro, E34).

É visível para os nossos entrevistados do campo jornalístico que, usar a violência como forma de captar audiências é um comportamento que devia ser alheio ao jornalismo, bem como a qualquer operador de serviço público de televisão. Como referem Alberto Arons de Carvalho e o atual Provedor do Telespectador, Jaime Fernandes, a RTP, enquanto operador de serviço público, não pode usar os mesmos métodos, nem ter as mesmas pretensões de captação de audiências que um operador comercial (Entrevista a Alberto Arons de Carvalho no anexo H e a Jaime Fernandes no anexo I).

De acordo com o referido pela European Broadcasting Union (2012), os operadores devem sustentar uma série de valores editoriais que têm por base os princípios clássicos de serviço público de televisão: “a imparcialidade e a independência, a lealdade, a exatidão e a relevância e, por último, a ligação ao público e o respeito”<sup>114</sup> (EBU, 2012: 1-2). Estes valores devem ser aplicados em qualquer circunstância, inclusivamente no tratamento jornalístico dos casos de violência. Os meios de comunicação ao estarem tão focados em observar o que fazem os seus concorrentes acabam por construir “um mundo só deles”, que em pouco de assemelha à realidade (Kapusinski, 2008: 43), o que não se pretende do jornalismo, nem do serviço público de televisão.

Mas não é só a “caça às audiências” a única questão que a violência real na televisão levanta. Quando falamos de violência real na televisão, em consideração deve estar o facto de a violência, por si só, poder constituir uma violação dos direitos fundamentais. Por isso, os jornalistas devem garantir a proteção dos direitos de personalidade e a possível suscetibilidade dos telespectadores, suportados no artigo 27.º da Lei da Televisão. Do mesmo modo, não devem alimentar a violência gratuita. Já no que concerne à violência chocante, esta garante um lugar de “exceção” nos serviços noticiosos quando for pertinente jornalisticamente. E o que pode ser jornalisticamente pertinente em matéria de violência? Esta questão conduz-nos a uma reflexão sobre a primeira das quatro hipóteses deste estudo: Existe um cruzamento entre o legalmente exigido pelo artigo 27.º da Lei da Televisão e o tratamento jornalístico dos casos de

---

<sup>114</sup> Tradução livre da autora, consultada em EBU. (2012) Editorial Principles [Internet] Disponível em [http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Editorial%20Principles\\_EN.pdf](http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Editorial%20Principles_EN.pdf) (Consultado a 28 de julho de 2015). Pág. 1-2.

violência no serviço público de televisão (H1). O Quadro 5<sup>115</sup> permite-nos verificar que os limites apontados por alguns jornalistas da RTP face ao tratamento da violência real se coadunam com os limites previstos na Lei da Televisão. Parece existir um cruzamento entre ambos. Porém, é considerado também que a própria legislação não é totalmente específica, por permitir uma abertura a várias interpretações (Entrevista a Alberto Arons de Carvalho no anexo H). Daí a necessidade de haver autorregulação e correção.

Na RTP quando surgem casos mais paradigmáticos são aplicados, habitualmente, mecanismos de autorregulação, por forma a tentar não ultrapassar determinados limites no tratamento jornalístico de casos de violência. Geralmente, essa autorregulação depende muito do bom senso da equipa de reportagem, a par com os critérios evidenciados no Quadro 2 e no Quadro 3<sup>116</sup>. Quando surgem casos menos objetivos essa autorregulação fica dependente do debate entre a redação e a Direção de Informação. Tal como aconteceu com as imagens enviadas pelo autoproclamado Estado Islâmico, em que a Direção de Informação da RTP optou por não difundir<sup>117</sup>:

“...na questão do ISIS, nós fizemos autorregulação. No caso de outras estações, umas fizeram, outros jornais fizeram também, há *online* com os vídeos até eles desaparecerem do Youtube por uma censura internacional, estão lá, com crianças de quinze anos, como a minha filha a ver, a apaixonar-se ou não por aquele tipo de discurso” (Rosário Salgueiro, E34).

A questão da aplicação de mecanismos de autorregulação na RTP sobre os casos de violência encaminha-nos para a validação da segunda hipótese de trabalho: A autorregulação jornalística da RTP coloca limites à exibição dos casos de violência na informação televisiva de serviço público (H2). A autorregulação é aplicada com importantes limitações. Ainda assim, não existe uma autorregulação desenvolvida e consubstanciada em documentos escritos atualizados e recentes (Código de Ética e Conduta, Livro de Estilo e Estatuto Editorial), o que há são diretivas pontuais da Direção de Informação ou decisões individuais de cada jornalista aquando do momento da reportagem<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> Ver anexo F.

<sup>116</sup> Ver anexo F.

<sup>117</sup> Ver ata do Conselho de Redação no anexo C.

<sup>118</sup> Ver ponto 4.1.6. do Capítulo IV.

A subjetividade do tema que compõe o nosso foco de análise - a violência real na informação televisiva - verifica-se no tratamento jornalístico dos casos de violência. Os jornalistas da RTP consideram, inclusivamente, que os limites da violência não estão bem definidos dada a subjetividade e a imprevisibilidade que este fenómeno comporta. Parafraseando José Rodrigues dos Santos (2002) prever a história aparenta ser impossível, não só pelo inesperado, mas também pela amplitude de factos complexos que é necessário considerar. Há uma “incapacidade do sujeito chegar ao objeto” concreto e é isso que alimenta a subjetividade (Santos, 2002: 52).

Nada melhor do que o debate que envolveu a redação da RTP, aquando do tiroteio ao jornal satírico Charlie Hebdo, para percebermos quão subjetiva pode ser esta questão e, simultaneamente, levantar perspetivas distintas. A jornalista Rosário Salgueiro (E34) explica o desenvolvimento deste processo, desde que as primeiras informações entraram nos servidores da RTP:

“Eu era a responsável pela informação diária e a minha decisão com o coordenador do Jornal da Tarde e com o conhecimento informado do diretor da altura, foi: não há sangue, nós não vimos sangue, o ato deplorado daquele grupo. Não havendo... não se via o rosto do polícia, não era um ato gratuito, não era um ato de roleta russa, não era um ato gratuito, era ao longe, era do topo de um edifício cá para baixo. A nossa decisão, destas três pessoas, foi ao meio-dia e no Jornal da Tarde, quando conhecemos o vídeo vamos mostrar tal qual como ele está. Na reunião do telejornal houve uma enorme discussão entre uns editores, outros editores e eu e o Rui Alves Veloso, por exemplo, considerávamos que devíamos manter assim, o mesmo continuava a dizer o coordenador do Jornal da Tarde, o mesmo continuava a dizer o diretor de informação da altura, mas depois nós não podemos ser autistas. Eu hoje, se voltasse atrás, se fizesse *rewind* continuava a manter a decisão e continuo a manter a decisão. Mas também não podemos ser autistas e esquecer a opinião maioritária, não digo a opinião das redes sociais, não digo a opinião lá de fora, mas a opinião das pessoas com quem nós trabalhamos. E percebemos que a maioria das pessoas poderia não emitir as cenas mais violentas, umas por cautela, porque são pessoas naturalmente cautelosas, outras porque se impressionaram” (Rosário Salgueiro, E34).

É verdade que a subjetividade do fenómeno violência dificulta a existência de mecanismos concretos de decisão no *modus operandi* jornalístico da RTP (H3). Porém, consideramos que esta subjetividade poderia ser diminuída, com a aproximação dos

sujeitos de análise à matéria da violência através de um estudo mais aprofundado sobre as implicações deste fenómeno, bem como, através do estabelecimento de *guidelines* internos que sirvam de orientação aos jornalistas.

Pese o “descuido” apontado na correspondência enviada por alguns dos telespectadores ao Provedor, face ao não uso da advertência prévia aquando da exibição de imagens chocantes nos serviços noticiosos da RTP; estamos conscientes de que normalmente os jornalistas do operador público estão sensibilizados para a questão da violência real na televisão. As respostas que obtivemos por parte dos mesmos revelam-nos que habitualmente os jornalistas da RTP atendem a possíveis suscetibilidades dos telespectadores e das pessoas envolvidos nos casos de violência, projetando valores humanistas e éticos; valores fundamentais na profissão do jornalista (Kapuscinski, 2008: 39).

A experiência demonstrada pelos diferentes jornalistas entrevistados da RTP<sup>119</sup> facilita certamente alguma maturidade na abordagem destes temas. De acordo com a maioria dos nossos entrevistados, a experiência permite adquirir uma maior sensibilidade face aos casos de violência (Daniela Santiago, E12). Por isso é também sustentado que os temas como a violência – que envolvem uma grande sensibilidade - devem ser trabalhados por jornalistas seniores.

Esta questão pode ser evidenciada com o facto de nenhuma das Deliberações do Conselho Regulador da ERC apontar para um tratamento desadequado por parte da RTP face aos casos de violência. O que nos leva a corroborar com a nossa quarta hipótese de análise: Há sensibilidade por parte dos jornalistas da RTP sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva de serviço público (H1), mas fica a dúvida se nalguns casos ela será sempre a suficiente, sobretudo para os telespectadores mais sensíveis e os públicos mais vulneráveis, nomeadamente o público infantil e juvenil.

Todavia, não podemos deixar de evidenciar uma das questões levantada pelos jornalistas relacionada com a sensibilidade face à proximidade dos casos de violência. Alguns jornalistas assumem que a sensibilidade do jornalista é menor quando os casos de violência ocorrem longe da nossa latitude geográfica, cultural e social. Rosário Salgueiro admite, inclusivamente, que o âmbito do debate sobre o caso do Charlie Hebdo se prendeu mais com o facto de o cenário ser em Paris: “...discussão foi muito ao nível “estás impressionado ou estás impressionada porque são nas ruas de Paris?”,

---

<sup>119</sup> A média de idades dos jornalistas da RTP ronda a faixa etária dos 45 anos.

porque nos atentados de Aleppo, na Síria, as imagens eram muitíssimo mais violentas” (Rosário Salgueiro, E34). Trata-se de uma forma de banalização da violência (ainda que inconsciente) que acontece quanto mais distante estiver do ponto de foco da nossa zona de conforto. Uma vez que não nos afeta diretamente, há a tendência para banalizar, porque há também menos sensibilidade. Uma questão que influencia, inclusivamente, a importância que um caso de violência detém na agenda mediática:

“Temos exemplos práticos, da importância que as notícias têm, consoante a proximidade e não propriamente as vítimas e a tragédia. Nós tivemos o caso do Charlie Hebdo, que estava próximo. Na verdade, morreram sete pessoas por aí e houve este excesso de informação, considero eu, em que houve diretos, falou-se no mundo inteiro, todos eram Charlie... Depois temos um massacre no Quênia, numa escola, em que morreram centenas de estudantes, que foram massacrados” (Vanda Freira, E39).

Apesar de todos os cuidados da RTP face ao tratamento dos casos de violência na informação televisiva, os constrangimentos que alimentam a produção noticiosa atualmente cruzam-se, por vezes, com a cobertura jornalística da violência real - como podemos ver constatado no Quadro 6<sup>120</sup>. Jean-Jacques Jaspers (1998) enquadra as limitações do jornalismo televisivo pelo imediatismo, pela predominância da imagem, pelo contágio do divertimento, pela ausência de especificidade do público, pelos efeitos da competição para as audiências, na brevidade, no pensamento único, na dependência em relação à fonte, na participação pessoal do jornalista, na fugacidade do discurso, no choque transposto na imagem e no som e pela fraca credibilidade (Jaspers, 1998: 64-65).

Os jornalistas podem não estar a violar nenhum princípio, mas como refere José Manuel Paquete de Oliveira, muitas vezes trata-se da forma como estas notícias são apresentadas no alinhamento dos noticiários (Entrevista no anexo I): “Por exemplo, há dias eu via no telejornal da RTP e o que encontrava era um acidente nesta estrada, assassinato ali naquele café, para além da criança que agrediu outra criança e que a matou”. E isto é o serviço público!” (Entrevista a Alberto Arons de Carvalho no anexo H). Umberto Eco ilustra no seu último romance sobre mau jornalismo – “Número Zero” – de que forma é a produção de notícias sobre violência pode conduzir a uma perceção errónea do mundo. Um jornal faz as notícias que nos chegam, aquilo que percecionamos

---

<sup>120</sup> Ver anexo F.

depende, também, da forma como nos é apresentado. Se um telejornal abrir com cinco notícias de violência, ainda que todas elas sobre contextos distintos, isso provoca no telespectador uma advertência de que aquilo que se passa no mundo é só violência: “juntar quatro notícias diferentes, significa propor ao leitor uma quinta notícia” (Eco, 2015: 47). Esta é uma das leituras que podemos retirar da correspondência que analisámos, enviada ao Provedor do Telespectador da RTP<sup>121</sup>.

Os jornalistas devem informar com isenção, sem criarem a reconstrução dos casos de violência com base em eufemismos. “Ressaltar” e “destacar” é estar a fornecer uma “importância irreal” aos acontecimentos<sup>122</sup> (Arias, 2006: 131). É necessário estabelecer um equilíbrio entre a frequência com que um caso de violência é mediado, porque a rapidez com que se informa em televisão, não é totalmente “favorável à expressão de pensamento” (Bourdieu, 1997: 24).

“O que acontece na televisão é que nós temos uma velocidade narrativa que faz com que um espetador consuma de imediato uma grande dose de informação, que demoraria algum tempo a consumir se a lesse. Por isso, um jovem não tem a capacidade de processamento de imagem. Isso hoje em dia é muito discutido, uma síndrome de apreensão rápida, que é a capacidade narrativa das televisões... Não é uma questão de persuasão, é uma questão de impacto. Há imagens que estamos a ver e que não estamos a processar” (José Ramos e Ramos, E21).

Na incerteza sobre a necessidade de tornar mediático um caso de violência devem ser levantadas três questões: “Nós temos sempre de ponderar primeiro: é notícia? Se é notícia, merece estar no Telejornal? Merece. Posso dar a notícia sem dar o sangue? Noventa e nove por cento das vezes podemos” (Rita Ramos, E33). Esta questão é imperativa para a existência de critérios, para que a linha editorial não permita que qualquer acontecimento violento seja motivo para ser notícia.

O mesmo acontece face à seleção das imagens que se escolhem para mostrar os acontecimentos. Embora na RTP sejam usados frequentemente mecanismos que permitem tornar menos chocantes as imagens que acompanham esses casos, é necessário ponderar a pertinência de cada imagem selecionada. Em primeiro lugar, é necessário perceber, se os conteúdos que compõem as imagens são determinantes para a “compreensão do assunto exposto”. Em segunda instância, deve ser ponderado “se os

---

<sup>121</sup> Ver ponto 4.2.3. no Capítulo IV.

<sup>122</sup> Tradução livre da autora consultada em ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona. Pág. 131.



objetivos, causas e consequências do problema” em questão, são evocados no momento do acontecimento (ou posteriormente) em que está a ocorrer a mediação das imagens (Jespers, 1998: 137-138).

Com a evolução tecnológica, a facilidade e a rapidez de acesso às imagens de violência aumentou (Gameiro, 1993: 272). Atualmente, com o excesso de informação disponível acaba por ser difícil separar um acontecimento rotineiro de um acontecimento com valor mediático. Esta questão exige a redefinição de critérios, para que não se entre no campo da banalização da violência pelo facto de esta ser cada vez uma constante nos serviços noticiosos. Estamos conscientes que elementos como o imediatismo que acompanha o quotidiano das redações é um fenómeno que alimenta a falta de tempo para ponderar. Porém, parafraseando Mar de Fontcuberta (2010) pese a existência de “todas as pressões (porque as há) e de todas as rotinas (porque existem)”, o jornalista não se pode desvincular das suas funções “de informar, interpretar e analisar o que acontece” (Fontcuberta, 2010: 113).

Como vimos, a televisão e o jornalismo têm um papel determinante sobre o conhecimento que o público vai adquirindo ao longo dos tempos, por isso é importante que os conteúdos mediados possam contribuir para educar o público da melhor forma possível (Carla Quirino, E9; Vanda Freire, E39). Numa sociedade condicionada ora pelo excesso de informação, ora pela falta de informação útil, o determinante é promover “uma pedagogia da informação orientada no domínio de métodos e técnicas que permitam aos usuários e consumidores aprender a saber, a conseguir a informação necessária mediante a correlação e contraste de dados para superar a escassez; e a seleção e a crítica, para clarificar o excesso” (Cebrián Herreros, 1998: 181-182).

## **SÍNTESE DOS ASPETOS MAIS RELEVANTES**

Tendo em consideração a indefinição, a subjetividade, a ausência de uma autorregulação, correção e regulação mais debruçadas sobre o fenómeno da violência na televisão, assim como o conhecimento limitado - por parte dos jornalistas - sobre as condicionantes que a violência na televisão pode projetar a nível social, mas também, a consciência dos constrangimentos que alimentam a produção noticiosa da televisão generalista e temática de informação atual, a transmissão da violência real é sobretudo um problema dos serviços noticiosos, mas pode atravessar também a informação não diária, nomeadamente os documentários.

Os limites colocados pela autorregulação da RTP estão dependentes de variados fatores, nomeadamente, da essência de cada caso. Geralmente, essa autorregulação é aplicada de acordo com a perceção de cada equipa de reportagem ou de decisões tomadas pela própria Direção de Informação. Estas limitações têm sempre como pano de fundo as considerações previstas pelo artigo 27.º da Lei da Televisão que visa, essencialmente, a proteção dos direitos fundamentais, bem como a suscetibilidade dos telespectadores, nomeadamente crianças e jovens.

As fronteiras estão longe de se encontrar bem definidas, quer no que diz respeito à regulação – por ter de permitir apesar de tudo abertura a uma panóplia de interpretações<sup>123</sup> –, quer no que diz respeito à autorregulação e correção. Reconhece-se que a multiplicidade de questões e perspetivas que acompanha o fenómeno violência acaba por ser um entrave à sua definição mais clara, o que dificulta fortemente a aplicação de mecanismos concretos face ao tratamento jornalístico destes casos.

Francisco Rui Cádima (2011) assume que a desregulação associada ao setor audiovisual é um dos principais problemas para a definição do posicionamento do serviço público de televisão na atualidade. Podemos aplicar também esta perspetiva ao caso da violência na informação, uma vez que, de acordo com os nossos sujeitos de análise, a falta de definição e de regulação sobre aquilo que é plausível, ou não, em termos de violência real na televisão, é um dos elementos que eleva o grau de subjetividade face ao tratamento jornalístico destes casos (Cádima, 2011: 97).

A questão da violência é um fenómeno que merece um grau de reflexão elevado; necessita de ser ponderada, estudada e aprofundada por parte dos profissionais da comunicação, para que as fronteiras, sendo ténues, não sejam calcadas, conduzindo ao ultrapassar de limites éticos e deontológicos do jornalista e/ou à violação de qualquer direito protegido pela legislação ou regulação, neste âmbito.

Parafraseando François Hurard (1993) é impensável que o direito consiga acompanhar os múltiplos desenvolvimentos dos *media*, por isso, em matéria de violência, nomeadamente, deve partir dos mecanismos de regulação a função de “incitar” os meios de comunicação social à aplicação de autorregulação, onde seja projetado o interesse da entidade mediadora, “dos telespectadores e da sociedade, globalmente entendida” (Hurard, 1993: 38). Este ponto de vista foi corroborado pelos

---

<sup>123</sup> Ver entrevista a Alberto Arons de Carvalho no anexo H.

nossos sujeitos de análise com atividade jornalística, que, embora não desejem, em geral, um aumento de regulação por parte da ERC, assumem que dentro da RTP deveria haver uma autorregulação mais desenvolvida e consubstanciada em documentos escritos atualizados e recentes (Código de Ética e Conduta, Livro de Estilo e Estatuto Editorial), que permita melhor definir as fronteiras da divulgação da violência e criar uma cultura jornalística de serviço público mais evoluída.

## CONCLUSÃO

A violência é um fenômeno intrínseco à humanidade. É projetada de várias formas. É explícita, mas também é oculta. A multidimensionalidade que lhe está associada torna-a subjetiva e leva-nos a viajar por uma panóplia de teorizações, que se constroem em tentativa de aproximar este conceito a uma definição tão concreta quanto possível. Nada melhor do que o ilustre e singelo “Elsinore” de Sophia de Mello Breyner Andresen (1992), para nos fazer compreender que a violência se pode resumir a um fenômeno tão comum, quanto abstrato:

“Em Macenas o sangue era exposto  
E corria vermelho como num grande talho  
Sujando apenas as mãos dos assassinos  
E a água da banheira.  
Lá fora o rio e a luz  
Continuavam limpos e transparentes  
O crime era um corpo estranho circunscrito  
Não pertencia à natureza das coisas

Em Elsinore ao contrário o mal era um veneno subtil  
Invadia o ar e a luz penetrava  
Os ouvidos as narinas o próprio pensamento  
O amor era impossível e ninguém podia  
Libertar-se:  
O inferno vomitava sua pestilência, invadia  
As veias e os rios

No entanto o mal não se via era apenas  
Um leve sabor a podre que fazia parte  
Da natureza das coisas”

(Andresen, 1992: 68)

Questionemo-nos: Terá sentido culpabilizar a televisão pela violência da sociedade? Deve a violência ser excluída de qualquer retrato de realidade difundido pela televisão? Ou devemos antes pensar em formas de retratar a violência, que permitam

aos telespectadores uma compreensão o mais aproximado possível da realidade social, sem que sejam calcadas as fronteiras da dignidade humana?

Na primeira parte deste trabalho debatemo-nos com uma reflexão teórica sobre os vários pontos de análise que envolvem a nossa problemática: o tratamento jornalístico de casos de violência na informação televisiva da RTP. Começámos por enquadrar uma lógica de serviço público aplicada ao audiovisual, refletimos sobre o prisma atual da informação televisiva e passámos para a particularidade do tratamento dos casos de violência na informação televisiva – o nosso foco de análise. Sustentámos as nossas reflexões de acordo com várias correntes e perspetivas científicas. A segunda parte desta investigação levou-nos a cruzar as referidas teorizações com as perspetivas dos nossos sujeitos de análise, o que nos permitiu avançar para uma reflexão mais aprofundada sobre o tratamento da violência real na informação da RTP.

A violência real que nos entra pelo pequeno ecrã é fruto de uma reconstrução operada pelos jornalistas, que se consubstancia em retratos da violência do mundo, posteriormente interpretadas pelo público. A violência existe e é impossível bani-la da nossa realidade, e, conseqüentemente, dos meios de comunicação social (Rosário Salgueiro, E34). Informar sobre a violência real é determinante para garantir o conhecimento do público, para o fazer pensar, para o fazer refletir e, naturalmente, despertar consciências face aos problemas sociais que suportam o mundo atual (Kapuscinski, 2008: 30).

Vejamos, a título de exemplo. Se os meios de comunicação social não tivessem exibido a fotografia de Aylan Kurdi, ter-se-ia formado a onda de solidariedade a que assistimos? A fotografia serviu de destaque fotográfico a vários jornais nacionais e internacionais, ilustrou várias peças de telejornais de todo o mundo, invadiu os *feeds* de notícias das redes sociais, motivou o debate, a discussão e, simultaneamente, elevou a dose de consciencialização social para o grau de violência – ainda que sem sangue visível –, que tem acompanhado os milhares de refugiados que com vida tentam chegar à Europa. Foi uma criança entre milhares; uma criança entre tantas crianças anónimas que não conseguiram chegar a bom-porto. Foi o Aylan Kurdi, mas poderia ser qualquer um de nós, poderia ser um nosso filho ou neto... Aquela fotografia é tão chocante quanto simbólica. Fez parar o nosso quotidiano. E, essencialmente, consciencializou-nos para um dos fenómenos mais paradigmáticos a acontecer em solo europeu, atualmente.

Como assume Richard Ayre (1993) é necessário que a televisão e mesmo o jornalismo possam fazer chocar – como foi o caso –, sem que nunca se desvinculem do seu dever máximo que é mostrar a realidade, desde que sejam garantidos os cuidados especiais de que carece o tratamento jornalístico da violência real (Ayre, 1993: 153-154). A função do jornalista passa por informar de forma mais isenta possível, o que o permite exercer os seus direitos de cidadania. Por sua vez, a produção noticiosa requer que esse mesmo jornalista, que mantém o público informado a todo o instante, respeite também “os direitos de cidadania daqueles que informa e daqueles sobre quem informa” (Andringa, 2013: 312).

A violência comporta, desde logo, uma violação dos direitos fundamentais. Portanto, se por um lado a violência real deve ser transmitida pelos serviços noticiosos da RTP, por outro lado, existem alguns limites previstos no artigo 27.º da Lei da Televisão, que visam a proteção dos direitos fundamentais e, também, a prevenção da potencial suscetibilidade dos públicos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e jovens.

Como salientou Arons de Carvalho<sup>124</sup>, as limitações que se colocam na Lei da Televisão permitem uma abertura interpretativa algo abrangente, o que alimenta um grau elevado de subjetividade sobre as fronteiras da violência real na televisão. Objetivar estes limites cabe a cada um dos operadores de televisão, que o devem fazer de acordo com uma autorregulação que se enquadre nos ditames da respetiva linha editorial (Hurard, 1993: 328).

Na RTP, a autorregulação no tratamento jornalístico dos casos de violência baseia-se, essencialmente, em pontos de vista individuais. Tudo parte sobretudo do bom senso, da consciência e da sensibilidade de cada equipa de reportagem. Nos casos mais paradigmáticos essa autorregulação é aplicada através de diretivas provenientes da Direção de Informação (H2). As perspetivas que recolhemos evidenciam que dentro da RTP, existe alguma preocupação em não ultrapassar determinados limites na exibição da violência real, o que se revê na existência de vários debates e reflexões, nesta matéria, que envolvem toda a redação.

Pese todo o cuidado existente, para os nossos sujeitos de análise no campo jornalístico, as fronteiras e os limites face à violência real na televisão não são claros. E, embora existam algumas formas de autorregulação que se aplica de forma rotineira, esta

---

<sup>124</sup> Ver entrevista no anexo H.

não se encontra concretizada em nenhum suporte material atualizado e de uso corrente. Urge, por isso, levantar novamente a questão de partida que suporta esta investigação: É possível estabelecer limites à exibição de violência na informação televisiva de serviço público? Sim, mas com restrições, sendo que existem vários aspetos a ter em consideração, que podemos inferir da nossa análise.

Em primeiro lugar, interessa destacar que a violência real na informação da RTP raramente ultrapassa os limites habitualmente aceitáveis socialmente ou passíveis de diferentes formas de regulação. Pesem todos os constrangimentos que suportam este fenómeno, bem como toda a “indefinição” e subjetividade que envolve. Esses limites visam, quando justificáveis, sobretudo, o cruzamento do trabalho jornalístico com os limites previstos pela Lei (H1). Os jornalistas da RTP são sensíveis ao fenómeno da violência, e isso verifica-se na preocupação que demonstram face à forma como trabalham os casos de violência, destacando habitualmente a preocupação que existe em proteger, antes de tudo, a vida humana (H4).

Quando nos referimos à aplicação de limites, não aludimos a possibilidade de recurso a normativas restritas que possam subtrair a liberdade do jornalista. As diferentes perspetivas que recolhemos, fazem-nos considerar que os limites não devem ser estabelecidos sobretudo no âmbito da atividade da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) por conceberem que a regulamentação conduz sempre inexoravelmente a possíveis formas de censura (Pinker, 1993: 315). Esta questão é olhada frequentemente pelos nossos sujeitos de análise com receio. Por isso, é recorrente que o instinto de resposta se encaminhe sempre para o uso de “total liberdade, para total responsabilidade” (Alexandre Albuquerque, E3; Teresa Nicolau, E38), por parte dos mesmos.

Todavia, a subjetividade que compõe o nosso problema de análise, que dificulta a aplicação de um *modus operandi* concreto para o tratamento jornalístico da violência (H3), aliado ao paradigma informativo atual, caracterizado pelos múltiplos constrangimentos que visam sacrificar a ética profissional do jornalista “no altar das audiências” (Jespers, 1998: 63), são fatores que, aliados às possíveis “irresponsabilidades” dos jornalistas, podem contribuir para “matar o jornalismo livre, ou pior ainda a que pode ajudar a liberdade de informação a devorar a sua própria liberdade!” (Barata Feyo, 1993: 159).

Não obstante de se considerar que é comum os jornalistas da RTP reconhecerem a responsabilidade social que lhes é inerente, essencialmente, por exercerem funções na

televisão de todos os portugueses<sup>125</sup>, em matéria de violência, essa responsabilidade estará sempre presente? Não estarão os jornalistas a informar além da violência real, contribuindo para o aprimorar da irresponsabilidade profissional? E os direitos dos outros, são impreterivelmente respeitados? Para Richard Ayre (1993) a responsabilidade do jornalista, em matéria de violência implica contar uma estória, com a consciência dos efeitos que a violência pode compor “numa sociedade cada vez mais violenta e tendo em consideração os sentimentos da sua audiência e a dignidade das pessoas que aparecem nas imagens” (Ayre, 1993: 158)

Não podemos culpar a televisão pela violência que acontece na sociedade, mas podemos pensar que a forma como esta violência é reconstruída na informação televisiva, pode facilmente desvincular-se da realidade e, conseqüentemente, criar nos telespectadores uma interpretação errónea do mundo (Eco, 2015). Ou, em última instância, incorrer na violação de um direito fundamental ou de princípios éticos e deontológicos. É nomeadamente sobre estes aspetos que nos pretendemos debruçar quando falamos em limites.

As considerações dos nossos sujeitos de análise, fazem-nos olhar para a autorregulação como uma das formas mais viáveis de tornar mais objetivo o tratamento jornalístico da violência (Pinker, 1993: 315). Diluir a subjetividade das fronteiras da violência na informação de serviço público de televisão permite, sobretudo, que os jornalistas se possam proteger profissionalmente face aos prejuízos que a violência pode projetar nos telespectadores; induz a que o serviço público de televisão não esteja a alimentar formas de mediação desvinculadas dos valores que sustentam a sua missão e, por último, possibilita aproximar a RTP da construção de uma cultura jornalística de serviço público, com uma linha editorial melhor clarificada.

Além da autorregulação, há quem olhe para a importância da “sensibilização e formação” dos profissionais envolvidos na produção da informação da RTP, sobre a problemática da violência real na televisão, como elementos fundamentais. Reconhecer os efeitos, os limites legais e a importância desta temática potencia a minimização da subjetividade do tratamento jornalístico destes casos; permite uma aproximação ao objeto, tornando-o mais claro e conciso, ao mesmo tempo que alimenta a construção de uma “educação para os *media* do cidadão em geral” (Leandro, 1993: 298).

---

<sup>125</sup> Ver Quadro 3 no anexo F.



De facto, com a nossa análise, podemos inferir que a falta de literacia em matéria de violência se reflete na ausência de rotinas dos jornalistas da RTP: “...alguém que se debruce sobre os problemas, os estudos que são feitos, todas essas preocupações dos efeitos da projeção mediática de qualquer situação que seja... Não vejo ninguém preocupar-se com isso” (Daniela Santiago, E12). Contudo, a experiência que acompanha a grande parte dos profissionais da RTP facilita deter *modus operandi* adquiridos face ao tratamento da violência e que funcionam como elemento de autorregulação, através do primado da experiência. Será isso suficiente?

Para Jean-Jacques Jaspers (1998) a forma como é trabalhada jornalisticamente a violência real compromete a responsabilidade moral e profissional do jornalista (Jaspers, 1998: 137). A autorregulação deve considerar um quadro ético com enfoque na função social da RTP e dos seus profissionais, face à violência real. E, refletir sobre a função social do jornalista passa pelo primado dos valores éticos e deontológicos, com a consciência assente na célebre teoria de Ryszard Kapuscinski, que aponta para que o jornalismo deva estar do lado dos Direitos Humanos – o que no tratamento dos casos de violência é essencial<sup>126</sup>:

“Há que distinguir o seguinte: uma coisa é sermos céticos, realistas e prudentes, o que é absolutamente necessário, senão não poderíamos fazer jornalismo; outra coisa completamente diferente é sermos cínicos, uma atitude incompatível com a profissão de jornalista. O cinismo é uma atitude desumana que nos afasta automaticamente do nosso ofício, pelo menos se o levarmos a sério. Claro que aqui só estamos a falar de grande jornalismo, o único que vale a pena ocuparmo-nos, e não daquela sua má interpretação que se vê frequentemente por aí” (Kapuscinski, 2008: 39).

A contribuição para a construção de uma cultura jornalística de serviço público no âmbito da problemática da violência, não passa apenas pelo estabelecimento de limites através de mecanismos de autorregulação da RTP. É para esta questão que nos aludem os profissionais da área jornalística da RTP no último tópico da nossa análise<sup>127</sup>: uma maior intervenção por parte da correção e da regulação – sem que interfiram nas escolhas jornalísticas destes profissionais.

No que diz respeito à correção, esta pode ser aperfeiçoada, por exemplo, incrementando a uma relação direta entre o Provedor do Telespectador e a redação da

---

<sup>126</sup> Ver Quadro 2 no anexo F.

<sup>127</sup> Ver Quadro 7 no anexo F.

RTP. Não só numa perspetiva de auxílio na resolução de problemas, mas também porque consideramos que a figura do Provedor deve servir de “mediador” entre a redação e os telespectadores. É relevante que os profissionais da comunicação jornalística reconheçam, de forma construtiva, as inquietações do público para quem diariamente trabalham: os portugueses.

A consideração dos jornalistas da RTP sobre a necessidade de existir uma intervenção mais ativa por parte da ERC face ao tratamento jornalístico da violência real, leva-nos a incluir, nestas considerações finais, a intervenção da ERC, abrangendo todos os órgãos de comunicação social e não em particular apenas em relação ao operador público de televisão.

A ERC é um órgão de regulação com poder sancionatório sobre os meios de comunicação social. Porém, o seu estatuto permite que esta entidade possa apoiar o desenvolvimento da literacia, quer dos profissionais, quer do público em geral, face ao setor dos *media*. Essa intervenção poderia ser feita no caso particular da violência, através da organização de debates e colóquios, que envolvam os meios de comunicação social portugueses, assim como na publicação de obras de referência. Esta iniciativa serviria para despertar a consciência dos profissionais da comunicação para os constrangimentos subjacentes à violência real quando reconstruída e difundida pelos *media*. E, por outro lado, permitiria desconstruir e expor a leitura da ERC face à violência, bem como aproximar esta entidade dos meios de comunicação social. Existe ainda a possibilidade de ir mais além, se tomarmos como exemplo o colóquio internacional sobre a violência nos meios de comunicação social datado de 1993, organizado pela AACS, experiência que infelizmente nunca mais se repetiu.

Observar os problemas e estratégias aplicadas além-fronteiras, aproxima-nos de um olhar crítico sobre os nossos problemas, tal como fomenta um conhecimento enriquecido com base na experiência dos outros. Posto isto, seria sugestivo que a ERC elaborasse um estudo de *benchmarking*, que permitisse um conhecimento alargado sobre formas distintas de regulação - e até autorregulação e correção -, com base em experiências internacionais aplicadas ao campo da violência real na televisão.

Como revela a Recomendação N.º R (97) 19<sup>128</sup>, sobre a violência nos meios de comunicação eletrónicos, não deixa de ser fulcral o fator humano, a possibilidade de intervenção de todos os cidadãos e telespectadores, facilitando inclusive uma leitura

---

<sup>128</sup> Ver no anexo A.

mais adequada dos atos de violência por parte das crianças e dos jovens. Todos devem ser agentes de “técnicas de prevenção e formação”, que permitam auxiliar as crianças no desenvolvimento de um “espírito crítico” que as permita “avaliar e escolher o que lhe é apresentado e recusar a violência banalizada e gratuita” (Leandro, 1993: 299).

De acordo com Gustavo Cardoso e Pedro Neto (2010), a ausência de literacias é equiparada à censura, pelo facto de “deixar espaços vazios”. Esse espaço pode ser preenchido por novos conhecimentos que permitam “agência, ação, produção, criação, transmissão”. Atualmente, não só no âmbito da violência, os *media* têm o dever “inato” de contribuir para a criação de uma literacia para os *media* alargada, mas também para a audiência. Deste modo, compreender as literacias de jornalistas e audiências – “como as mesmas contribuem para a criação de autonomia comunicativa a par com o papel do serviço público de televisão nesse processo” – apresenta-se como um dos desafios contemporâneos da ação mediadora da televisão (Cardoso e Neto, 2010: 68).

Reconhecer a origem de um problema é o primeiro passo para a sua resolução. Não sendo possível solucionar o fenómeno da violência na sociedade, podemos aspirar abrir um debate alargado, que aumente a consciência sobre a violência real na televisão. O contacto direto com a RTP durante quatro meses permitiu aprofundar este problema e, simultaneamente, perceber melhor algumas formas de o abordar. Ao escrever as últimas páginas deste trabalho de investigação, estamos certos de que cada uma das trinta e nove entrevistas dirigidas aos nossos sujeitos de análise serviram, pelo menos, para os fazer refletir sobre uma questão que para alguns poderia ser pouco relevante ou sobre a qual pouco teriam refletido.

Parafraseando Diana Andringa (1993), a cultura da violência é aquela que grita “Viva a morte! Morra a inteligência!” (Andringa, 1993: 364). Por isso, impor limites ao tratamento da violência na informação de serviço público de televisão não significa atuar à luz do outrora lápis azul, mas sim promover uma cultura jornalística de serviço público, que possa dar primazia à reflexão dos problemas, que encontra mecanismos práticos para os solucionar, que procura o conhecimento, que se preocupa com a autorregulação e que se impõe face à banalização de problemas maiores da sociedade, como é o da violência.

## **Sugestões para investigações futuras**

Este trabalho de investigação permitiu-nos olhar a violência real na informação televisiva sobre um perspectiva alargada e abrangente. Conscientes sobre a multidimensionalidade que compõe este fenómeno social, estamos certos de que existe a necessidade de o estudar de forma particularizada e mais aprofundada. Esta questão levou-nos a considerar a pertinência de que no futuro se possam desenvolver estudos que permitam a categorização dos vários tipos de violência a que podemos assistir na informação televisiva.

A violência foi apontada pelos nossos sujeitos de análise como um fenómeno de grande subjetividade - um dos elementos que dificulta a aplicação de critérios sobre o tratamento jornalístico da violência na televisão. Por isso, a categorização dos diversos casos de violência real na informação televisiva é sobretudo importante na medida em que permitirá auxiliar na objetivação dos limites do tratamento jornalístico destes casos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL. (1997) Avaliação da Violência na Televisão Portuguesa. AACCS, Lisboa.
- ALVES, Dinis Manuel. (2011) Mal Dita Televisão. Mar da Palavra Edições, Coimbra.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. (1992) Ilhas. Texto Editora, Lisboa.
- ANDRINGA, Diana. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 363-364, 1995.
- ANDRINGA, Diana. (2013) Funcionários da Verdade: profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL, Lisboa.
- ARENDT, Hannah. (2005) Sobre la Violencia. Alianza Editorial, España.
- ARIAS, Rafael Díaz. (2006) Periodismo en Televisión – Entre el Espectáculo y el Testimonio de la Realidad. 2ª Edição, Bosch Comunicación, Barcelona.
- AVILÉS, José Alberto García. (2001) Autorregulación Profesional y Estándares en el Periodismo Audiovisual. *in* De la ética desprotegida, Ensayos sobre deontología de la comunicación. (Org.) CODINA, Mónica. Eunsa - Ediciones Universidad de Navarra. Pág. 69-87.
- AYRE, Richard. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 151-158, 1995.
- BABIN, Pierre. (1993) Linguagem e Cultura dos Media. Bertrand Editora, Venda Nova.
- BALLE, Francis. (2003) Os Media. Campo das Letras, Porto.
- BARATA FEYO, José. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 159-165, 1995.
- BARDIN, Laurence. (1995) Análise de Conteúdo, Edições 70, Lisboa.
- BATISTA, Angelina. (1999) A violência: Ensaio acerca do “homo violens” [Internet] Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32831999000200022&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831999000200022&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) (Consultado a 20 de julho de 2015)

- BAUDRILLARD, Jean. (1991) Simulacros e Simulações. Relógio D'Água, Lisboa.
- BOLTER, J. GRUSIN, R. (1999) Remediation – Understanding New Media. The MIT Press, London.
- BOURDIEU, Pierre. (1989) O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade. Difel, Lisboa.
- BOURDIEU, Pierre. (1997) Sobre a Televisão, Celta Editora, Oeiras.
- BRANDÃO, Nuno Goulart. (2002) O Espetáculo das Notícias. Editorial Notícias, Lisboa.
- BRANDÃO, Nuno Goulart. (2010) As Notícias nos Telejornais. Guerra e Paz, Lisboa.
- BRAUMANN, Pedro Jorge. (2008) A televisão na era digital: novos desafios. 5º SOPCOM – Comunicação e Cidadania, Braga. Pág. 701-709.
- BREVINI, Benedetta. (2013) Public Service Broadcasting Online – A Comparative European Policy Study of PSB 2.0. Palgrave Macmillan, London.
- CÁDIMA, Francisco Rui. (1996a) Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa. Editorial Presença, Lisboa
- CÁDIMA, Francisco Rui. (1996b) O Fenómeno Televisivo. Círculo de Leitores, Minho.
- CÁDIMA, Francisco Rui. (2011) A televisão, o digital e a cultura participativa. Coleção Media XXI. Comunicação, Media e Industrias Criativas, Lisboa.
- CÁDIMA, Francisco Rui (s/d) Televisão, serviço público e qualidade [Internet] Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/cadeiras/http/artigos/Televisao,%20servi%C3%A7o%20p%C3%ABlico%20e%20qualidade.pdf> (Consultado a 20 de janeiro de 2015).
- CAMPONEZ, Carlos. (2011) Deontologia do Jornalismo. Almedina, Coimbra.
- CARDOSO, Gustavo. NETO, Pedro. (2010) A Mediação do Serviço Público: Notícias e Telejornal RTP1 in Telejornais no início do Século XXI (Orgs.) SILVEIRA, Joel Frederico da. CARDOSO, Gustavo. BELO, António. Edições Colibri, Instituto Politécnico de Lisboa.
- CARVALHO, Alberto Arons de. (2009) A RTP e o Serviço Público de Televisão. Almedina, Lisboa.
- CARVALHO, Alberto Arons de. CARDOSO, António Monteiro. FIGUEIREDO, João Pedro. (2012) Direito da Comunicação Social. Texto Editora, Porto.
- CAVIGLIA, Franco. (2010) Violentología – Hacia un abordaje científico de la violencia, Ediciones Ciccus, Buenos Aires.

- CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (1998) *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*. Editora Sintesis, Madrid.
- CINTRA TORRES, Nuno. (2011) *Televisão: O Nosso Medium Preferido. Ensaios, Memórias e História*. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- CORREIA, Fernando. (1997) *Os Jornalistas e as Notícias*. 3ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa.
- EBU. (2012) Editorial Principles [Internet] Disponível em [http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Editorial%20Principles\\_EN.pdf](http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-Editorial%20Principles_EN.pdf) (Consultado a 28 de julho de 2015).
- EBU. (2014) PSM Valeus Review The Tool [Internet] Disponível em <http://www3.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/EBU-PSM-Values-Review-Tool.pdf> (Consultado a 28 de julho de 2015).
- EBU. (2015) Annotated bibliography on the protection of minors in a converged media environment [Internet] Disponível em <http://www.obs.coe.int/documents/205595/8234567/Annotated+bibliography+on+the+protection+of+minors+in+a+converged+media+environment.pdf/936532b9-fac8-4b9a-86f8-3cfa5afd29d3> (Consultado a 28 de julho de 2015).
- ETIMOLOGIAS. (s/d) [Internet] Disponível em <http://etimologias.dechile.net/?violencia> (Consultado a 13 de julho de 2015).
- FONTCUBERTA, Mar de. (2010) *A Notícia, Pistas para Compreender o Mundo*. 3ª Edição, Casa das Letras, Alfragide.
- GALTUNG, Johan. (1969) Violence, War, and Their Impact [Internet] Disponível em <http://them.polylog.org/5/fgj-en.htm#n1> (Consultado a 15 de julho de 2015).
- GALTUNG, Johan. RUGE, Mari Holmboe. (1961) A estrutura do noticiário estrangeiro *in* *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* (Org.) TRAQUINA, Nelson. Comunicação e Linguagens, Lisboa. Pág. 61-73.
- GAMEIRO, Joaquim. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 271-273, 1995.
- GIDDENS, Anthony. (1996) *As consequências da modernidade*. Celta Editora, Oeiras.
- GIL, António Carlos. (1999) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição, Editora Atlas, São Paulo.



- GUTIÉRREZ GEA, Charo. (2000) Televisión y diversidad: génesis, definiciones y perspectivas de la diversidad en las televisiones públicas e comerciales [Internet] Disponível em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000kjl/z31jl/84gea.htm> (Consultado a 10 de janeiro de 2015).
- GUERRA, Isabel Carvalho. (2006) Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Princípia, Cascais.
- HALL, Stuart. CHRISTCHER, Chas. JEFFERSON, Tony. CLARKE, John. ROBERTS, Brian. (1999) A Produção Social das Notícias: o Mugging nos Media, *in* Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias. (Org.) TRAQUINA, Nelson. Comunicação e Linguagens, Lisboa. Pág. 224-248.
- HEINDERYCKX, François. (2006) A composite approach to evaluating the ‘quality’ of public service broadcasters [Internet] Disponível em <http://ripeat.org/wp-content/uploads/2010/03/Heinderyckx.pdf> (Consultado a 25 de janeiro de 2015).
- HURARD, François. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 317-328, 1995.
- IOSIFIDIS, Petros. (2010) Public Television in the Digital Era. City University, London.
- JESPER, Jean-Jacques. (1998) Jornalismo Televisivo. Coleção Comunicação. Minerva, Coimbra.
- KAPUSCINSKI, Rizard. (2008) Os Cínicos Não servem para Este Ofício – Conversas Sobre Bom Jornalismo. Relógio d’Água, Lisboa.
- LARRAYA, José Manuel. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 95-99, 1995.
- LEANDRO, Armando. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 295-299, 1995.
- LOPES, Felisbela. (1999) O Telejornal e o Serviço Público. Minerva, Coimbra.
- LOPES, Felisbela. (2008) A TV do Real. Minerva, Coimbra.
- LOPES, Felisbela (2015) Jornalista, Profissão Ameaçada. Atlêtheia, Lisboa.

- LOPES DA SILVA, Manuel. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 285-294, 1995.
- MCLUHAN, Marshall. (1995 [1964]) Os meios de comunicação como extensões do homem. Cultrix, S. Paulo. Pág. 21- 37.
- MATIAS, Albertino dos Santos. (1978) A Violência no Mundo Moderno. 3ª Edição. Bertrand, Amadora.
- NOBRE-CORREIA, J. M. (2002) O Futuro Perante o Passado: Uma Perspetiva Histórica *in* Comunicações Apresentadas ao Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia. Livros Horizonte, Lisboa.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 73-74, 1995.
- PEREIRA, Fernando. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 85-87, 1995.
- PINA, Sara. (2000) A Deontologia dos Jornalistas Portugueses. Coleção Comunicação. Minerva, Coimbra.
- PINKER, Robert. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 311-315, 1995.
- PORTO, Maria Stella Grossi. (2002) Violência e Meios de Comunicação de Massa na Sociedade Contemporânea *in* Revista Sociologias, N.º 8, Porto Alegre. Pág. 152-171.
- PRIBERAM DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. (2013) [Internet] Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/viol%C3%Aancia> (Consultado a 27 de julho de 2015).
- QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, LucVan. (1992) Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, Lisboa.
- RABOY, Marc. (1996) Public Broadcasting for the 21th Century. John Libbey Media, University of Luton, England.
- RAMONET, Ignacio. (1999) A Tirania da Comunicação. Campo das Letras, Porto.

- REGO, Sebastião Lima. (1993) Intervenção no Colóquio Internacional A violência nos Meios de Comunicação Social. (Org.) Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Lisboa. Pág. 281-284, 1995.
- RELATÓRIOS DE ATIVIDADE DO PROVEDOR DO TELESPECTADOR (2006-2014) [Internet] Disponível em [http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor\\_tv/relatorioact.php](http://www.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/relatorioact.php) (Consultado a 2 de setembro de 2015).
- RODRIGO, Miquel. (1991) Los Medios de Comunicación Ante el Terrorismo. Icaria Editorial, S.A, Barcelona.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. (1999) As Técnica da Comunicação e da Informação. Editorial Presença, Lisboa.
- SAN MIGUEL, Begoña Gutiérrez. FIDALGO, Maribel Rodriguez. SANTOS, M<sup>a</sup> del Camino Gallego. (2009) La manipulación de la opinión pública en los informativos. La evolución de su lenguaje. [Internet] Disponível em [http://www.revistalatinacs.org/09/Sociedad/actas/02begona\\_gutierrez.pdf](http://www.revistalatinacs.org/09/Sociedad/actas/02begona_gutierrez.pdf) [Consultado a 17 de Maio de 2015].
- SANTIAGO, Daniela. (2013) Ameaças e Desafios do Jornalismo Contemporâneo – Efeitos da Projeção Mediática *in* Comunicação Pública, n<sup>o</sup>14, Revista Multidisciplinar de Comunicação. Pág. 95-134.
- SANTOS, José Rodrigues dos. (1992) O Que é Comunicação. Difusão Cultural, Lisboa.
- SANTOS, José Rodrigues dos. (2002) A Verdade da Guerra. Gradiva, Lisboa.
- SAPERAS, Enric. (1993) Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas. Edições ASA, Porto.
- SCANNELL, Paddy. (1995) Britain: Public Service Broadcasting, from National Culture to Multiculturalism. *in* Marc Raboy (ed.), Public Broadcasting For The 21st Century. University of Luton, England.
- SILVERSTONE, Roger. (1994) Television and Everyday Life. Routledge, London.
- STARKS, Michael. (2013) The Digital Television Revolution. University of Oxford, Palgrave Macmillan, England.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (1993) A Cidadania Dilacerada *in* Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 37, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pág. 131-148.
- TRAQUINA, Nelson. (2002) O que é jornalismo. Quimera, Lisboa.

- TUCHMAN, Gaye. (1983) *La Producción de la Noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*. Gustavo Gili, Barcelona.
- VALA, Jorge (1986) *A Análise de Conteúdo in Metodologias das Ciências Sociais*. (Orgs.) SILVA, Augusto Santos. PINTO, José Madureira. Edições Afrontamento, Porto.
- VASCONCELOS, António-Pedro, (2003) *Serviço Público Interesses Privados – O que está em causa na polémica da RTP*. Oficina do Livro, Lisboa
- WHITE, Aidan. (2008) *To Tell You The True* [Internet] Disponível em [http://ethicaljournalisminitiative.org/pdfs/EJI\\_book\\_en.pdf](http://ethicaljournalisminitiative.org/pdfs/EJI_book_en.pdf) (Consultado a 23 de julho de 2015)
- WOLTON, Dominique. (1999) *Pensar a Comunicação*. Difel, Viseu.

## **DOCUMENTOS LEGAIS**

Constituição da República Portuguesa (alguns artigos)

Código Civil (alguns artigos)

Deliberação 1/LLC-TV/2007

Deliberação 5/LLC-TV/2007

Deliberação 2/CONT-TV/2008

Deliberação 21/CONT-TV/2008

Deliberação 15/CONT-TV/2009

Deliberação 16/CONT-TV/2011

Deliberação 5/CONT-TV/2012

Deliberação 75/2013 (CONTPROG-TV)

Diretiva 89/552/CEE, de 3 de Outubro

Diretiva 97/36/CE, de 30 de junho

Diretiva 2007/65/CE, de 11 de dezembro

Diretiva 2010/13/EU, de 10 de março

Lei da Televisão (alguns artigos)

Recomendação N.º R (97) 19

## **DOCUMENTOS SOBRE A ÉTICA**

Código de Ética da RTP (2007) [Internet] Disponível em <http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/codigoetica.php> (Consultado a 15 de março de 2015)

Código Europeu de Deontologia do Jornalismo (1993) [Internet] Disponível em <http://www.saladeprensa.org/art162.htm> (Consultado a 13 de julho de 2015)

Editorial Guidelines BBC (2010) [Internet] Disponível em [http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#Editorial Guidelines Issues](http://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/page/guidance-violence-news/#EditorialGuidelinesIssues) (Consultado a 13 de julho de 2015)

International Principles of Professional Ethics in Journalism [Internet] Disponível em [http://ethicnet.uta.fi/international/international\\_principles\\_of\\_professional\\_ethics\\_in\\_journalism](http://ethicnet.uta.fi/international/international_principles_of_professional_ethics_in_journalism) (Consultado a 22 de julho de 2015).

Producer's Guidelines BBC [Internet] Disponível em [http://downloads.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/Legacy\\_Guidelines/2000-producers-guidelines.pdf](http://downloads.bbc.co.uk/guidelines/editorialguidelines/Legacy_Guidelines/2000-producers-guidelines.pdf) (Consultado a 23 de julho de 2015).

## **LIVROS DE ESTILO**

Livro de Estilo RTP

# ANEXOS

**ANEXO A - Recomendação N.º R (97) 19**

COUNCIL OF EUROPE  
COMMITTEE OF MINISTERS

---

RECOMMENDATION No. R (97) 19

**OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES ON THE  
PORTRAYAL OF VIOLENCE IN THE ELECTRONIC MEDIA**

*(Adopted by the Committee of Ministers on 30 October 1997 at the 607th meeting of the  
Ministers' Deputies)*

The Committee of Ministers, under the terms of Article 15.b of the Statute of the Council of Europe,

Considering that the aim of the Council of Europe is to achieve a greater unity between its members for the purpose of safeguarding and realising the ideals and principles which are their common heritage;

Recalling its commitment to the fundamental right to freedom of expression as guaranteed by Article 10 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, and to the principles of the free flow of information and ideas and the independence of media operators as expressed, in particular, in its Declaration on the freedom of expression and information of 29 April 1982;

Bearing in mind the international dimension of the gratuitous portrayal of violence and the relevant provisions of the European Convention on Transfrontier Television (1989);

Recalling that at the 4th European Ministerial Conference on Mass Media Policy (Prague, 7-8 December 1994), the Ministers responsible for media policy addressed to the Committee of Ministers of the Council of Europe an Action plan containing strategies for the promotion of the media in a democratic society, in which they requested the Committee of Ministers to "prepare, in close consultation with media professionals and regulatory authorities, possible guidelines on the portrayal of violence in the media";

Recalling that the exercise of freedom of expression carries with it duties and responsibilities, which media professionals must bear in mind, and that it may legitimately be restricted in order to maintain a balance between the exercise of this right and the respect for other fundamental rights, freedoms and interests protected by the European Convention on Human Rights;

Concerned at the overall increase in the portrayal of violence in the electronic media, which makes it an important social issue;

Recalling that violence cannot be considered a proper means for conflict-resolution of any kind, including inter-personal conflicts;

Noting, nevertheless, that violence is part of the daily reality of society and that the right of the public to be informed also covers the right to be informed about various manifestations of violence;

Noting that there are many ways in which violence may be portrayed by the media, corresponding to different contexts, ranging from information to entertainment and that, especially in the latter case, violence is sometimes trivialised or even glorified so as to attract large audiences;

Noting also that, regardless of the aim invoked, violence is sometimes portrayed in the electronic media in a gratuitous manner, in no way justified by the context, reaching unacceptable inhuman and degrading levels as well as an excessive overall volume;

Aware that this may impair the physical, mental or moral development of the public, particularly young people, by creating, for instance, growing insensitivity to suffering, feelings of insecurity and mistrust;

Noting that not all persons in charge of the various electronic media perceive the increased portrayal of violence as a problem;

Considering that the economic reasons advanced by certain persons in charge of electronic media cannot justify the gratuitous portrayal of violence;

Convinced that the various sectors of society should assume their responsibilities in regard to the portrayal of violence in the electronic media;



Convinced also that all electronic media professionals must assume their responsibilities and that they are best placed to address the question of gratuitous portrayal of violence; and welcoming efforts already made by certain professionals and sectors,

Recommends that the governments of the member States:

draw the attention of the professionals in the electronic media sector, the regulatory bodies for this sector, the educational authorities and the general public, to the overall policy framework represented by the appended guidelines;

take concrete measures to implement these;

ensure, by all appropriate means, that these guidelines are known by the persons and bodies concerned, and encourage general debate on this subject;

keep the effective application of them in their internal legal orders under review.

Instructs the Secretary General of the Council of Europe to transmit this recommendation to the governments of those States party to the European Cultural Convention which are not members of the Council of Europe.

## **Scope**

This recommendation concerns the gratuitous portrayal of violence in the various electronic media at national and transfrontier level. The gratuitous nature is to be assessed with reference to the parameters contained in the appendix to this recommendation.

## **Definitions**

For the purposes of this recommendation:

the term "gratuitous portrayal of violence" denotes the dissemination of messages, words and images, the violent content or presentation of which is given a prominence which is not justified in the context;

the term "electronic media" denotes radio and television programme services, services such as video-on-demand, Internet, interactive television, and so on, and products such as video games, CD-ROMs, and so on, with the exception of private communications which are not accessible to the public;

the term "those responsible for the content" denotes natural or legal persons responsible for the content of messages, words and images made available to the public by the various electronic media.

## **Guidelines**

### ***Guideline No. 1 - General framework***

Article 10 of the European Convention on Human Rights, as interpreted in the case-law of the European Court of Human Rights, must constitute the general legal framework for addressing questions concerning the portrayal of violence in the electronic media.

Freedom of expression also includes, in principle, the right to impart and receive information and ideas which constitute portrayal of violence. However, certain forms of gratuitous portrayal of violence may lawfully be restricted, taking into account the duties and responsibilities which the exercise of freedom of expression carries with it, provided that such interferences with freedom of expression are prescribed by law and are necessary in a democratic society.

More specifically, measures taken to counter gratuitous portrayal of violence in the electronic media may legitimately aim at upholding respect for human dignity and at the protection of vulnerable groups, such as children and adolescents, whose physical, mental or moral development may be impaired by exposure to such portrayal.

### ***Guideline No. 2 - Responsibilities and means of action of non-State actors***

#### ***Those responsible for the content***

Member States should recognise and take into account that it is first and foremost for those responsible for the content to assume the duties and responsibilities which the exercise of their freedom of expression entails, since they have primary responsibility for the content of the messages, words and images they disseminate. In particular, operators of electronic media have certain responsibilities when they decide to disseminate messages, words and images portraying violence, in view of the potentially harmful effects on the public, especially young people, as well as on society as a whole. These responsibilities have been assumed by media professionals in various ways, depending on the kind of electronic media, including, for example:

ensuring, through appropriate means, that the public is made sufficiently aware in advance of messages, words and images of a violent content which they will make available;

the establishment of *sectoral codes of conduct* which specify the concrete responsibilities of the professional sector concerned;

the establishment of *internal guidelines*, including standards for evaluating content, in the various electronic media enterprises;

the establishment, at both sectoral level and within individual media enterprises, of *appropriate consultation and control mechanisms for monitoring* the implementation of self-regulatory standards;

taking self-regulatory standards into account in contracts with other sectors, such as audio-visual producers, manufacturers of video games, advertising agencies, and so on;

regular contacts and exchange of information with national regulatory authorities, as well as with self-regulatory authorities, in other countries.

#### *The various sectors of society*

Member States should recognise and take into account the fact that various sectors of society have responsibilities in their own fields of activity. They may assume their responsibilities in various ways, for example by approaching those responsible for the content, in particular by awareness-raising campaigns; by promoting and providing media education; by promoting or undertaking research on the portrayal of violence, and so on.

As regards access to and the use of electronic media by children and adolescents at home and at school, as well as with respect to their understanding of violent messages, words and images transmitted by these media, parents and teachers have a special responsibility. They may assume this responsibility in various ways, including by:

developing and maintaining a critical attitude towards the gratuitous portrayal of violence;

using the electronic media in a conscious and selective manner, as well as by demanding quality products and services;

stimulating children and adolescents to develop a critical attitude, for example through media education within the family and in schools;

examining ways of restricting access of children and adolescents to the violence portrayed in the electronic media where this is likely to impair the latter's physical, mental or moral development.

### ***Guideline No. 3 - Responsibilities and means of action of member States***

Member States bear general responsibility for, *inter alia*, the well-being of their population, for protecting human rights and for upholding respect for human dignity. However, as concerns the gratuitous portrayal of violence in the electronic media, member States only bear subsidiary responsibility, since the primary responsibility lies with those responsible for the content.

#### *National media policy*

Member States should adopt a global approach which is not limited to those responsible for the content but addresses the professional and social sectors concerned as a whole. This approach should, where appropriate, aim to:

promote the establishment of independent regulatory authorities for the various electronic media. These authorities should be endowed with appropriate competence and means for regulating the portrayal of violence at national level;

enable electronic media consumers, both national and foreign, who criticise the violent content of certain services or products, to lodge a complaint with the regulatory authority or another competent national body;

include among the licensing conditions for broadcasters certain obligations concerning the portrayal of violence, accompanied by dissuasive measures of an administrative nature, such as non-renewal of the licence when these obligations are not respected;

establish methods to facilitate the division of responsibilities between those responsible for the content and the public (warnings, "watersheds", and so on);

raise the electronic media professionals' awareness of the problems connected with the gratuitous portrayal of violence and the public's concern about them;

promote research on the portrayal of violence in the electronic media, in particular on trends in the various media, and studies of the effects of such portrayal on the public.

#### *International co-operation*

In addition to their existing international obligations and activities carried out within the framework of the Council of Europe, member States should co-operate bilaterally and multilaterally as well as within the framework of competent international organisations, with a view to developing policies for addressing problems related, in particular, to the international dimension of the gratuitous portrayal of violence in the electronic media.

In this respect, they should facilitate the exchange of information and co-operation between competent regulatory authorities, in particular as concerns content classification and the handling of any complaints lodged from abroad.

#### *Legal measures*

Where those responsible for the content engage in the gratuitous portrayal of violence which grossly offends human dignity or which, on account of its inhuman or degrading nature, impairs the physical, mental or moral development of the public, particularly young people, member States should effectively apply relevant civil, criminal or administrative sanctions.

Member States which are not yet Parties to the European Convention on Transfrontier Television (1989) are invited to accede to this instrument. All States Parties to the Convention should ensure its effective implementation, in particular as concerns the provisions dealing with the portrayal of violence, and regularly evaluate its effectiveness. Member States are also invited to give an appropriate follow-up to Recommendation No. R (89) 7 of the Committee of Ministers on principles on the distribution of videograms having a violent, brutal or pornographic content.

#### *Promotion of non-violent quality programmes, services and products*

Within the framework in particular of the various national and European programmes of support for the production and distribution of audio-visual works, and in close co-operation with European bodies and professional circles concerned, member States

should promote the principle of non-violent quality programmes, services and products which reflect the cultural diversity and richness of European countries.

#### ***Guideline No. 4 - Shared responsibility for electronic media education***

States should consider electronic media education as a responsibility shared between themselves, those responsible for the content and the various sectors of society. Such education constitutes a particularly appropriate way of helping the public, especially the young, to develop a critical attitude in regard to different forms of portrayal of violence in these media and to make informed choices.

#### **Appendix to Recommendation No. R (97) 19**

##### ***Parameters to be taken into account for determining whether the portrayal of violence in the electronic media is justified or unjustified***

When assessing specific cases of portrayal of violence in the electronic media, different views may exist as to whether this portrayal is justified or unjustified. This variety of approaches depends in particular on the different responsibilities of the persons or institutions who make the assessment (broadcasters, parents, advertisers, self-regulatory bodies, regulatory authorities, courts, and so on). This diversity will also appear in the application of the parameters set out in the table below.

Without claiming to be exhaustive, this table brings together a number of elements (for example, the type of program - a documentary or a children's program - the viewing time, the possibility of free access or conditional access, and so on) which should be borne in mind in order to determine whether, in a given case, the portrayal of violence in the electronic media is justified by the context. Thus, the portrayal of true images of a massacre could be justified in the context of a televised information program but not in the context of an interactive video game, and so on.

1. The public and its access to electronic media	2. Types of programs	3. Acts of violence portrayed
<b>Television</b> free access (unencrypted) fee-paying access (encrypted) "professional" access (medical pay-TV) interactive television (using for example video games, CD-Rom or Internet) programming time (children's programming time/prime time/programming time after watershed)  <b>Other</b>  Internet video free access conditional access (x-rated videos)	<b>Television programs</b> news current affairs documentaries, science programs, reality shows, light entertainment, music, video-clips, game-shows, contests, etc. sport, religion, children programs fiction (feature films, drama, etc.), advertising, teleshopping trailers.  <b>Radio programmes</b> news current affairs light entertainment, music sport, religion, youth advertising	physical violence, sexual violence, psychological violence, verbal violence, implied violence, threats, act in itself (e.g. physical aggression) result only (e.g. injury or death, material damage) act and result
4. Context of portrayal of violence	5. Form in which violence is portrayed	
information education awareness-raising (charity) artistic expression entertainment social criticism, irony, humor audience attraction/sensationalism unintentional	realistic naturalistic hedonistic aesthetic aggressive raw material pictures and comment/value judgements positive/negative (violent act of the hero/anti-hero)	

\* \* \*

## Explanatory memorandum

### Why a recommendation?

The Prague Ministerial Conference referred to in the preamble highlighted the need for Council of Europe action against the portrayal of violence in the electronic media. The

Committee of Ministers of the Council of Europe adopted this recommendation by way of response. The recommendation seeks to give a concrete response to public concern about the disproportionate portrayal of violence in the media, without, however, interfering with the autonomy and editorial independence of media professionals.

### **Current situation**

The portrayal of violence in the electronic media has become an important social issue. There is a general increase in the use of violent elements in audio-visual messages, both in fiction and news programmes, as well as in the new media. One of the reasons for this increase is the fact that violence is a universal language which does not vary much in content or expression and which promises immediate access to strong sensations. However, the cumulative volume of the portrayal of violence may reach unacceptable proportions. The media, especially television, reflect culture and civilisation and offer models of social behaviour. The impact of the portrayal of violence may be felt at the level of one's attitude, perception of the world, and value system. The effect may be a completely distorted perception of reality, a weakening of one's faculties for empathy, or mounting indifference to violence sustained by others.

The preamble recalls the fundamental right to freedom of expression, which is guaranteed by Article 10 of the European Convention on Human Rights, and to the principles of the free circulation of information and ideas and the independence of media professionals.

The preamble recalls that violence in all its different forms is part of daily life and that the public has a right to be informed and to form its own opinion. Media professionals, rightly so, invoke the public's right to information - as well as other legitimate aims such as awareness raising, education, culture, or entertainment - when they portray violence. However, it must be recognised that violence is sometimes trivialised, even glorified, simply to attract a vast public. Such is the case, for example, with certain program services of the genre "information-spectacle" ("tele-truth", "reality shows", "infotainment", etc.). For this reason, it is clear that the aforementioned legitimate aims cannot be invoked when the violent content made available to the public cannot in any way be justified by the context, reaching unacceptable inhuman or degrading levels or being needlessly introduced or prolonged.

The increase in the portrayal of violence is not perceived as a problem by all those responsible for the electronic media. Certain persons responsible for the content disseminated by the media even point to economic reasons to justify their policy. Gratuitous portrayal of violence brings in money. They also claim that in the final analysis, the media portray violence because large sections of the public like to watch violent programs and are even prepared to pay to do so.



## **Aim of the recommendation**

The recommendation is intended to remind governments of the limited possibilities which they have to interfere with the freedom of expression of the electronic media. The recommendation clearly indicates that those responsible for the electronic media are in the best position to deal with the issue of the gratuitous portrayal of violence. In this respect, the Committee of Ministers pays tribute to the great efforts already deployed by certain professionals in some sectors.

The recommendation thus lays emphasis on the primary responsibility of media professionals and on the importance of education for the public. On the other hand, no reference is made to technical devices such as "the electronic chip" which make it possible to limit the portrayal of violence. It was felt that even if technical control mechanisms such as the electronic chip were a complementary tool, they nevertheless had two major drawbacks:

on the one hand, for systems such as the "electronic chip" to be effective, a European harmonisation of classification criteria for violent elements, for example in television broadcasts, would be required. However, such harmonisation is deemed not feasible for both technical and cultural reasons.

on the other hand, the electronic chip may have counterproductive effects for users: some broadcasters might consider it an authorisation to program even more violent elements, relying on technical means for protecting users against such elements. However, the effectiveness of such means remains to be proven (for example, it is not uncommon that children know how to operate them better than do their parents) and, in any case, it is unfair to shift all responsibility onto parents or users.

The preceding reflections concern not only television. It is clear, however, that television remains the most important of all the electronic media, and this explains why all broadcasters assume a particular responsibility.

The recommendation is also intended to make the public, and especially young people, aware of their own responsibilities. Confronted with the violence disseminated through the media, the public must make use of its own judgement, a factor which requires a certain level of media education. The recommendation thus highlights the various features of media education by referring not only to the role of schools but also to that of parents (see also Guideline No. 2).

## Definitions

Several key notions are defined at the outset, it being understood that these definitions only apply for the purposes of this recommendation. The Group of Specialists responsible for the drafting of the recommendation had lengthy discussions on the desirability of producing a general definition of the notion of violence. It was felt, however, that the diversity of the moral, cultural, social, etc., traditions in the 39 member States of the Council of Europe appeared to exclude the possibility to reach any universal definition of "violence". Bearing in mind the principle of *"infringement of human dignity"*, the Group retained, for the purposes of this recommendation, the notion of *"gratuitous portrayal of violence"*.

### ***"Gratuitous portrayal of violence"***

The gratuitous aspect is one of the essential elements to pinpoint. The content of this notion will depend greatly on the various types of responsibilities of persons or institutes examining it (media professionals, parents, advertisers, self-regulatory bodies, regulatory authorities, courts, and so on). In order to decide in any particular case the justified or unjustified character of violence portrayal in the electronic media, it was felt that a two-fold approach needed to be borne in mind: a quantitative analysis and a qualitative analysis.

From the quantitative point of view, the frequency with which violence is portrayed is one criterion to be taken into consideration. The approach will not necessarily be the same, depending on whether an isolated portrayal of violence is involved, or violent content frequently inserted in an electronic media, or electronic media with clearly violent content (for example, a television channel devoted to violent films or violent video games) or the cumulative effect of the violent elements made available in the electronic media of a particular country.

From the qualitative point of view, it is important to recall that the same violent message, word or image may have a different impact depending on whether it is situated in the context of news and information or entertainment, fictional or real, and depending on the intellectual, cultural, social and educational background. It is also necessary to consider the means of delivery - free to air, encrypted, subscription - and the nature of the particular media - generalist, thematic, etc.

### ***"Electronic media"***

The recommendation applies to all electronic media which are accessible to the public whether offline, such as radio and television programs, videos, video games, CD-Roms etc., or online, such as video-on-demand, Internet, teletext, etc.

The decisive criterion is the possibility of the public to have access to these programs, services and products. Thus, the following are considered to be electronic media for the purposes of the recommendation: a communication on the Internet which any user may access, a CD-Rom or a video which the public can obtain, radio or television program, etc. Private communications which are not accessible to the public are not considered to be "media" under the recommendation. The use of the term "private communications" in the definition of electronic media shall not, however, be understood as including communications between individuals for professional purposes.

### ***"Those responsible for the content"***

Those responsible for violent content available on the electronic media may be individuals (for example, a person who disseminates messages on the Internet which incite others to commit a massacre) or legal persons (for example, a television company, an audio-visual production company, a video games producer, an advertising agency, etc.).

A number of national laws stipulate that the author of the violent message is not the responsible person, rather responsibility is attributed to the person who authorised the dissemination of the message in the medium. If during a television interview, for example, an individual incites others to commit a massacre, legal action will be taken against the person responsible for the channel having broadcast the violent remarks. Other laws may take a different approach.

## **Guidelines**

### ***1. General framework***

Guideline No. 1 is intended to recall that any measure addressing the gratuitous portrayal of violence must comply with Article 10 of the European Convention on Human Rights, as interpreted in the case law of the European Court of Human Rights. In principle, freedom of expression also includes the right to communicate and receive information and ideas which constitute the representation of violence. However, in conformity with Article 10, paragraph 2 of the Convention, certain forms of gratuitous portrayal of violence may be lawfully made subject to restrictions, given the duties and responsibilities which the exercise of freedom of expression entails. There is of course a proviso: any such measures of interference with freedom of expression must be prescribed by law and be necessary in a democratic society in order to satisfy one of the legitimate aims mentioned in paragraph 2.

As regards the portrayal of violence in the electronic media, one or several of the following aims may be relevant and may form a legitimate basis for limiting the freedom to communicate or to receive information and ideas:

- the protection of health or morals;
- the protection of the rights of others;
- the prevention of disorder or crime.

The recommendation thus draws attention to the fact that in certain cases restrictions imposed on the gratuitous portrayal of violence may have the lawful aim of guaranteeing respect of certain fundamental rights and freedoms, especially respect for human dignity and the protection of vulnerable groups, including children and young people.

Specialists are divided on whether the portrayal of violence has a direct or indirect influence on behaviour or attitude, especially of children and young people. Some experts consider that the accumulation of images of violence may influence behaviour, especially the behaviour of young people. Others feel that no link between the portrayal of violence on the screen and violent behaviour has been established. Without taking up these discussions, the Council of Europe is of the opinion that the gratuitous portrayal of violence may have prejudicial effects on the physical, psychological or moral development of members of the public, especially youth. This being said, it should be noted that any measure directed against the gratuitous portrayal of violence in the electronic media must fulfil a pressing social need, be proportionate to the aim pursued, be based on relevant and sufficient reasons, have a legal basis which satisfies the requirements of foreseeability and accessibility and offer sufficient guarantees against abuse and arbitrary interference.

## ***2. Responsibilities and means of action of non-State actors***

The recommendation makes a distinction between the role of the State and the role of non-State actors, namely those responsible for content as well as the various sectors of society concerned by the problem of the portrayal of violence. Guideline No. 2 addresses the non-State actors and first and foremost those responsible for the content.

### ***Those responsible for the content***

Guideline No. 2 is intended to underscore that primary responsibility in this area falls to media professionals, who must find appropriate ways of dealing with the problem of the portrayal of violence in the media. This guideline gives examples of actions taken or being planned by the professionals themselves. For example, many of those responsible

for content ensure that the public is informed about the violent nature of the content which they will make available. With this in mind, they draw up for themselves standards for assessing the degree of violence and warn the public on that basis. Techniques for warning the public can vary: reminders in program trailers, sound and visual warnings (for example, symbols indicating the level of violence (two squares, three diamonds, etc), program schedules references on the covers of video cassettes, CD-ROM, etc. As regards certain programs, for example reality shows, certain television companies warn the public that the events shown are only a reconstitution of real occurrences. In addition, a "watershed", a time in the day after which the audience can expect violent content, may be utilised.

### ***The various sectors of society***

The gratuitous or excessive portrayal of violence is a problem which should be tackled by the electronic media, but also by the various sectors of society, including parents and teachers, through concerted action and on a voluntary basis. It is only by raising the level of awareness of all circles concerned that a proper balance can be found between the right to information and the respect of other rights protected by the European Convention on Human Rights. In this respect, the authorities of certain member States place particular emphasis on the responsibility of parents, teachers, political parties, family associations, viewers' associations, non-governmental organisations - in particular organisations for the protection of the rights of the child, women's rights and minority rights - religious institutions and groups, research and educational institutes, etc. In this context, it is felt particularly necessary to concentrate efforts to provide education in audio-visual language to children (see also Guideline No. 4).

### ***3. Responsibilities and means of action of member States***

Guideline No. 3 is intended to point out that the member States cannot abandon their general responsibility at national and international levels for the well being of their public. This does not mean, however, that the implementation of this responsibility entitles them to interfere arbitrarily with the independence of the electronic media. The independent media are first and foremost responsible in this area and States have only a subsidiary responsibility. This finds expression in national policies and national co-operation on the media, in legal measures, support (financial or other), the production of non-violent quality works, as well as the promotion of electronic media education in schools. This last strategy is often implemented in co-operation with the social sectors concerned (see also Guideline No. 4).

### ***International co-operation***

Some member States are already obliged to respect a number of international commitments (community law, European Convention on Transfrontier Television, etc.).

In addition to these obligations, co-operation is recommended, including within other fora than the Council of Europe, in order to facilitate the evolution of national classification systems (so as to seek, as far as possible, an understanding of the various perceptions as concerns "justified or unjustified" portrayal) and the handling of complaints lodged from abroad.

### ***Legal measures***

Member States must apply effectively their laws, regulations, etc. so as to combat serious offences in the area of violence portrayal. They have already taken binding and non-binding legal measures at the international level, for example, the European Convention on Transfrontier Television, or Recommendation No. R (89) 7 of the Committee of Ministers on principles on the distribution of videograms having a violent, brutal or pornographic content.

### ***Promotion of non-violent quality services and products***

Member States should develop a constructive approach to improving the quality of the electronic media without, however, necessarily engaging their financial responsibility. It should not be forgotten that the gratuitous portrayal of violence is sometimes a response to financial constraints, since certain types of violent program services can be less costly than non-violent ones. The member States should therefore encourage by appropriate means the production and broadcasting of non-violent, quality programs.

## ***4. Shared responsibility for electronic media education***

Electronic media education should also be seen as the shared responsibility of the sectors concerned by the problem of the gratuitous portrayal of violence in the media. There can be no effective education strategy in the absence of appropriate learning materials (including via the electronic media) and qualified educators. Education needs to be addressed first and foremost, although not exclusively, to young people. School is seen as an appropriate forum, although it is not the only one. The electronic media can make a very useful contribution to the education of users.

The recommendation stresses the need to promote education via the various electronic media. The phenomenon of leaving children alone in front of the television set (the electronic babysitter) is by no means a rare occurrence. Education would thus help the public, especially young people, to develop critical attitudes and to exercise reasoned choices in the face of the increasing multiplication of services offered by the electronic media. Education should also draw the attention of the public to the possibilities offered by the electronic media for building less violent societies. Furthermore, media education can contribute to the basic and ongoing training of electronic media professionals, as

well as professionals from other interested sectors, by making them aware of their responsibilities with respect to the gratuitous portrayal of violence.

Another important contribution could be the basic and further training of professionals working for the electronic media and other interested sectors. Training could be given under the direction of media enterprises either in-house or in the framework of external training courses.

Consideration should also be given to the possibility of introducing classification systems to help parents and educators to exercise their responsibility. These systems could, for example, be set up by self-regulatory bodies or by national regulatory authorities, taking due account of the different national legal traditions and in co-operation with the various interested sectors.

Finally, the Council of Europe is now examining the possibility of launching an action plan on, inter alia, electronic media education. This area is of general interest to the Council of Europe and requires proper co-ordination between the various intergovernmental sectors concerned.

## ANEXO B – Parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social



### ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### **PARECER** **SOBRE**

#### **REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA**

(Aprovado na reunião plenária de 26.FEV.97)

#### **I - CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES**

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) tem-se considerado competente quanto a problemas levantados pela representação da violência na programação e informação televisivas, conforme o artº 39º da Constituição da República Portuguesa, onde se diz que deve este órgão assegurar o direito à informação e a liberdade de imprensa, aliás, primeira das suas atribuições, conforme a alínea a) do artº 3º da Lei nº 15/90, de 30 de Junho, devendo ainda atender-se, neste domínio, ao artº 17º, conjugado com o nº 2 do artº 52º da Lei nº 58/90, de 7 de Setembro, que regula a actividade de televisão.

##### **I.1 - Actuação do órgão neste domínio**

Por assim ser, e para além da apreciação de numerosas queixas no âmbito da matéria e das consequentes tomadas de posição do órgão, promoveu a AACS, em Outubro de 1993, um colóquio internacional sobre a violência, assim como um amplo inquérito relativamente a esse fenómeno, levado a cabo em Junho do mesmo ano, uma e outra iniciativas objecto de volumes já editados.

Tal como, na sequência deste colóquio, elaborou um Quadro de Referências sobre a referida representação da violência, aprovado em reunião plenária de 17 de Novembro do mesmo ano, entregue aos três operadores televisivos e distribuído aos órgãos de comunicação social em geral.

##### **I.2 - A complexidade do conceito de violência**

Do estudo do problema, ao longo dos anos, bem como da sua recente reponderação, com audição de dezenas de especialistas - designadamente, de elementos de órgãos representativos da opinião pública, de instituições ligadas aos problemas da família, da criança e do idoso, de profissionais dos "mass media", nomeadamente da televisão, quer do domínio da programação quer da área da informação -, reafirmou-se o que há de complexo e controverso na definição do conceito de violência.

Parece comum a admissão de que a violência é uma invasão dos direitos e dos territórios individuais, sempre traumatizante para quem a sofre.

./.

9/97





## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 2 -

Há, porém, para especialistas e observadores em geral, entre outras, uma condicionante: a de que a violência e a sensibilidade de quem dela é objecto se graduam nomeadamente em função do meio, da cultura, da idade, sendo determinantes a frequência bem como o nível de "gratuidade" da sua representação.

Acresce que os estudiosos, admitindo sempre que a violência tem a vertente física e a vertente psicológica, se dividem em relação às prioridades no tratamento da questão.

Essencialmente, defendem uns que ambas devem ser de imediato consideradas por quantos se propõem recomendar medidas neste domínio, enquanto outros afirmam que, por ser particularmente complexo e fluido o tema da violência psicológica, se deve considerar, numa primeira fase, por mais imediatamente identificável, o fenómeno da violência física.

### 1.3 - A dificuldade do controlo deste fenómeno

Constituindo os operadores de televisão sediados em Portugal apenas parte dos transmissores aos quais os telespectadores portugueses têm acesso, não se encontrando a televisão por cabo enquadrada pela legislação nacional que obriga aqueles, nem o estando, obviamente, os emissores estrangeiros via satélite, para além das condicionantes introduzidas pela Directiva Europeia sobre Televisão sem Fronteiras, e sendo, ainda, o fenómeno uma confluência de vertentes sociais, económicas, culturais, educativas e outras, com múltiplos

agentes e responsabilidades diversificadas, verifica-se a complexidade e dificuldade do seu controlo.

Tal tem sido demonstrado nas abordagens à questão feitas em diversos países e nas medidas multidisciplinares que, em outras sociedades, designadamente europeias, e crescentemente no quadro comunitário, foram tomadas.

Acresce ainda que parte significativa da programação dos difusores nacionais, nomeadamente a destinada aos públicos infantil e juvenil, é proveniente de países com padrões culturais, éticos e de sensibilidade por vezes consideravelmente diferentes dos nossos.

### 1.4 - A representação da violência no domínio da informação

É particularmente controversa a questão da representação da violência no domínio jornalístico, sendo tal matéria tratada de forma muito cuidadosa nos países democráticos, em atenção ao que se encontra consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Convenção Europeia dos

./.

9700



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 3 -

Direitos do Homem, quanto à liberdade de expressão e de informação, textos que convergem com o conteúdo e os objectivos dos artºs 37º a 39º da Constituição da República Portuguesa.

É um facto que, sendo a violência uma realidade incontornável, a comunicação social só pode abordá-la, por respeito ao dever de informar e ao direito à informação.

É outro facto que, não se inserindo, obviamente, essa violência, num quadro de ficção, não sendo perspectivável como tal pelos espectadores, ela pode ser, para muitos, mais chocante.

Ocorre, porém, que, naturalmente, as referidas liberdades, conferindo direitos, impõem responsabilidades, que a lei determina e a deontologia profissional reconhece, pelo que a AACS sublinha a necessidade do cumprimento de uma e de outra, na linha do referido Quadro de Referências elaborado por este órgão, o qual adiante se explicita.

### **1.5 - A necessidade de uma acção em solidez, profundidade e amplitude**

A complexidade da análise do problema, as suas diversas vertentes, a sua mundialização, recomendam prudência quanto à eventualidade de uma acção circunscrita no espaço e no tempo, sobretudo administrativa, condicionada por forte motivação emocional, de cariz eventualmente moralista e paternalista, e pelo menos potencialmente condicionadora da liberdade de criação artística e jornalística.

Assim, a actuação que a AACS privilegia vai no sentido de um conjunto de medidas que, fundamental e simultaneamente, suscitem:

- a auto-regulação por parte dos operadores televisivos, bem como por parte dos profissionais de comunicação social televisiva, em aplicação quer da legislação quer de princípios deontológicos, designadamente os integrados no citado Quadro de Referências aprovado pela AACS, conjunto que se encontra reflectido nas propostas que o órgão apresentou aos referidos operadores, na reunião que com eles realizou em 7 de Fevereiro;

- a organização de estruturas permanentes de diálogo, de observação e de análise do fenómeno e das actuações para legalmente o enquadrar, nos âmbitos nacional e internacional, nomeadamente comunitário (estruturas mobilizadoras de sectores da sociedade civil e do Estado, interessados na ponderação do problema e, em diversos graus, responsáveis pelo esclarecimento e preparação, designadamente, dos telespectadores tidos como mais vulneráveis);

./.

9209



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 4 -

- a realização de estudos e inquéritos seja quantitativos seja qualitativos, regulares, sobre o fenómeno, nomeadamente, a análise da eventual relação entre a representação televisiva da violência e os comportamentos do público português, em comparação com idênticas investigações realizadas em outros países;

- a actuação do Estado no sentido do pleno cumprimento da legislação em vigor por parte dos operadores televisivos; do enquadramento legal da difusão da televisão por cabo; e do lançamento de um programa nacional de educação para consumo dos media.

### **II - CONCLUSÕES**

#### **II.1 - Promoção da auto-regulação**

Tendo a AACS um entendimento da sua função e, em consequência, uma prática com uma larga vertente mediadora e pedagógica, sendo sua convicção que as medidas nesta matéria só podem ser eficazes se também resultarem de um acordo e de um movimento de auto-regulação por parte dos operadores televisivos, quer as empresas quer os profissionais de informação e de programação, bem como os anunciantes e as agências publicitárias e seus criativos, deliberou este órgão renovar esforços no sentido de contribuir para a referida auto-regulação.

Assim, depois de haver promovido encontros separados com cada um dos três operadores, e verificada que foi a abertura e disponibilidade destes, a AACS suscitou uma primeira reunião conjunta para análise da questão e eventual acordo sobre um projecto de práticas tendentes à limitação dos efeitos negativos da representação televisiva da violência.

Recomendou a AACS aos referidos operadores, como primeira proposta que se encontra, neste momento, em fase de estudo, a adopção de medidas como as seguintes:

#### **A. A ADOÇÃO DE SINALÉTICA INFORMATIVA DESIGNADAMENTE SOBRE O GRAU DE VIOLÊNCIA DA PROGRAMAÇÃO**

A experiência, por exemplo, num país como a França, e as conclusões a tirar das audições recentemente promovidas pela AACS levam a concluir ser muito variável a reacção à representação da violência, pelo que se considera

./.

3890



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 5 -

útil ponderar a utilização de uma "grelha" de sinalética mais fina, diversificada e precisa.

Deste modo, a AACCS propôs aos operadores televisivos a adopção de sinais identificadores de graus de intensidade da representação designadamente de violência que esclareçam o público, permitindo-lhe, de facto, uma opção consciente e atempada.

Em concreto:

- um sinal indicador de programação não aconselhável a menores de 12 anos;
- um sinal indicador de programação não aconselhável a menores de 16 anos;
- um sinal indicador de programação que - não sendo aconselhável a menores de 16 anos - poderá chocar públicos mais susceptíveis, designadamente por excesso de violência.

### **B. DIVULGAÇÃO DA REFERIDA SINALÉTICA NOS NOTICIÁRIOS SOBRE A PROGRAMAÇÃO**

Ocupando largos espaços nos jornais e revistas a programação televisiva, tendo grande expressão publicações da especialidade, e sendo esse noticiário basicamente fornecido pelos operadores, a AACCS propôs-lhes a utilização desses meios para a identificação dos programas com a referida sinalética, nomeadamente aqueles que contêm representações de violência.

Informação semelhante pode ser facultada quando os canais disponham de programas, designadamente semanais, dedicados a divulgar o conteúdo das próximas emissões.

Propôs ainda a AACCS aos difusores televisivos o anúncio dos grupos etários a que se destina a sequência da sua programação infantil e juvenil.

### **C. CRIAÇÃO DE SPOTS PROMOCIONAIS DE FILMES E SÉRIES FILMADAS ADEQUADOS AOS DIVERSOS TIPOS DE PÚBLICOS**

Ocorrendo, com frequência, a exibição, em horários anteriores às 22 horas, de spots promocionais que, por um lado, chamam a atenção para filmes ou séries filmadas de considerável violência, por outro lado, são, eles próprios, conjuntos de sequências por vezes muito violentas, a AACCS recomendou aos operadores a criação de, pelo menos, dois tipos de spots:

- um para utilização até às 22 horas, sem esse tipo de sequências, e com a sinalética adequada;

./.



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 6 -

- outro para o que é definido por lei como "*horário nocturno*", com sequências aferidas ao tipo de público que o citado horário implica, e igualmente com o sinal identificador adequado.

### D. REAFIRMAÇÃO DE CONDUTAS RELATIVAMENTE À REPRESENTAÇÃO JORNALÍSTICA DA VIOLÊNCIA

Foi entendimento do colectivo constituído pelos operadores e pela AACCS a utilidade da reafirmação, por parte daqueles, dos princípios do direito à informação, nos quadros constitucional e legal, e das regras deontológicas, nomeadamente quanto à representação jornalística da violência, atendendo aos problemas colocados pela formação da personalidade das crianças e adolescentes, bem como pela vulnerabilidade de algumas faixas de espectadores.

Consequentemente, julgou-se adequado que os operadores reafirmassem que a representação da violência se faz apenas quando necessário, e com adequação ao contexto, sem explorar a dor, os sentimentos mórbidos e evitando o sensacionalismo.

### II.2 - Propostas gerais

#### A. ACTUAÇÃO NO SENTIDO DO PLENO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Para além da intervenção da AACCS no sentido de promover a auto-regulação, crê-se que o Estado, no seu conjunto, através de todos os órgãos e serviços com competência na matéria, deve actuar para que sejam cumpridas por parte dos operadores de televisão as determinações legais, designadamente quanto ao estabelecido no n.º 3 do art.º 17.º da Lei n.º 58/90, de 7 de Setembro, no que se refere aos programas susceptíveis de influir negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes ou de impressionar outros espectadores vulneráveis, designadamente pela exibição de cenas particularmente violentas e chocantes.

Tal actuação - que se espera tenha correspondência por parte dos operadores - em nada depende da adopção das decisões enunciadas.

./.

9892



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 7 -

### **B. EVENTUAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU/E LEGAIS PARA LIDAR COM QUESTÕES LEVANTADAS POR EMISSÕES POR CABO**

Não está o operador de televisão por cabo enquadrado pela Lei nº 58/90, de 7 de Setembro, que regula o regime do exercício da actividade de televisão, mas pelo Decreto-Lei nº 283/89, de 23 de Agosto, com alteração dos Decretos-Lei nºs 379/90, de 7 de Junho, e 165/92, de 5 de Agosto, o qual regula o funcionamento do Instituto de Comunicações de Portugal (ICP).

Ocorrendo que a televisão por cabo transmite programas que, não o sendo de direito, o são de facto, importa que o Estado, que tutela o ICP através do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, actue no sentido de que a televisão por cabo insira as suas emissões nos objectivos e parâmetros aplicáveis ao sector das telecomunicações, no que se refere às garantias de respeito dos princípios gerais vigentes.

### **C. REALIZAÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO DOS MEDIA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

A dimensão do problema e as suas implicações sociais, culturais, económicas e outras levam a AACS a recomendar a estruturação de um programa nacional de educação para o consumo dos media, designadamente por parte de crianças e adolescentes, no quadro do Ministério da Educação, para o que, desde já, este órgão inteiramente se disponibiliza em termos de colaboração.

## **II.3 - Projectos a desenvolver pela AACS**

### **A. ESTUDO QUANTITATIVO/QUALITATIVO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Está a Alta Autoridade a estruturar, com o apoio de especialistas, uma investigação que permita obter um quadro quantitativo/qualitativo de representação da violência na televisão portuguesa, a cotejar com as conclusões de outros estudos idênticos realizados em diversos países.

Uma das hipóteses a considerar pela AACS é a mobilização de interesses e participações, designadamente financeiras, de diversas entidades, para a concretização deste trabalho, o qual poderá constituir uma

./.

6863



## ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 8 -

das primeiras peças indispensáveis à compreensão actualizada e acompanhamento do problema, para além de estudos mais especificamente qualitativos.

### B. CRIAÇÃO DE UM FORUM PERMANENTE, SOB A ÉGIDE DA AACS

A violência é um fenómeno psicológico, social e cultural naturalmente evolutivo, tal como o é o comportamento dos difusores de televisão na interpretação das normas legais aplicáveis e na observância do preconizado acordo de auto-regulação.

Por tudo isto, propõe-se a AACS empreender esforços para a criação de um órgão permanente de diálogo entre os responsáveis pela emissões televisivas e representantes do Estado e da sociedade civil.

Em concreto, um Forum, sob a égide da AACS, integrando nomeadamente os operadores televisivos e os media em geral, o Conselho de Opinião da RTP, órgãos representativos da classe jornalística, associações de espectadores, técnicos de educação e de saúde pública, especialistas em psicologia, sociologia e criminologia, personalidades ligadas à criação e produção televisiva, instituições interessadas na problemática da família e nos direitos dos cidadãos, associações de municípios e associações religiosas.

Considera-se ainda a hipótese da criação de um Observatório, adstrito ao Forum, o qual acompanharia, em articulação com outros órgãos de Estado competentes na matéria, a programação e a informação televisivas e promoveria inquéritos, bem como o levantamento dos estudos internacionais e das medidas legislativas adoptadas em outros países e das recomendações elaboradas em quadros supranacionais, designadamente, o comunitário.

*Este parecer foi aprovado por maioria, com votos a favor de José Maria Gonçalves Pereira, Eduardo Trigo, Maria de Lurdes Breu (c/declaração de voto), Artur Portela, Fátima Resende, Manuela Coutinho Ribeiro, Alberto de Carvalho, Beltrão de Carvalho e José Garibaldi, e abstenção de Torquato da Luz (c/declaração de voto).*

O Presidente

José Maria Gonçalves Pereira  
Juiz-Conselheiro

/AM

9844

## **ANEXO C – Atas do Conselho de Redação da RTP**

### **I - ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE REDAÇÃO**

Os membros eleitos do Conselho de Redação (CR) reuniram-se a 12 de Maio de 2014, com o Diretor de Informação (DI). Estiveram presentes os seguintes elementos: José Manuel Portugal, José Ramos e Ramos, Mário Raposo, Paulo Moreira, Teresa Nicolau.

O DI comunicou que está a reformular a grelha de programas de Informação, criando uma nova estratégia informativa. Referiu nomeadamente a RTP Informação, onde pretende dar mais espaço a programas de Informação, mantendo sempre a vertente de notícias, com sínteses hora a hora.

Em relação ao Telejornal, justificou uma mudança de alinhamentos para dar maior atenção aos problemas sociais. Referiu que a cobertura dos acontecimentos políticos e económicos tem de ser acompanhada com a cobertura de questões sociais e de todas as vertentes da vida dos portugueses e do País. O DI frisou que quer que os alinhamentos do Telejornal sejam dinâmicos.

**O DI e o Conselho de Redação concordaram na necessidade de temas sociais como o suicídio, a anorexia, a violência doméstica, os incêndios e atos violentos ou terrorismo serem tratados com especial atenção e terem a implicação final do Diretor de Informação.**

Sobre a campanha eleitoral, o DI justificou o atual empenho porque teve garantias de mudança dos pontos de vista da Comissão Nacional de Eleições ou seja prevalecerá sempre o critério jornalísticos na cobertura dos acontecimentos.

O DI elogiou o trabalho da equipa que está a realizar no Jornal 2, recentemente retomado na boa tradição informativa da RTP, e garantiu todo o empenho no Mundial de Futebol, onde, disse, todos seremos poucos para realizar as tarefas necessárias ao bom êxito informativo deste acontecimento.

O DI informou que vão ser admitidos 10 estagiários na Redação, escolhidos entre 60, para um estágio profissional de um ano.

O DI disse estar atento à qualidade de transmissão com Teradecks, que se encontram ainda em fase de ajustamento.

A questão dos editores de imagem foi de novo abordada, tendo o DI garantido que ficam na sua dependência editorial, embora afetos à Direção de Produção. E tendo os membros eleitos reafirmado as suas anteriores posições.

Foi também referido deverá continuar a ser feita a distribuição de iPhones pelos repórteres de imagem, incluindo Centros Regionais, questão que não depende do DI.

Foi comunicado que já chegaram novas câmaras e deverão ser brevemente distribuídas pelos repórteres de imagem.

Os membros eleitos do CR felicitaram o DI pela forma como conduziu os Telejornais, serviços noticiosos e programas de Informação sobre o tema 25 de Abril e o êxito que a RTP assim obteve junto dos portugueses, tornando bem clara a necessidade da existência de uma Televisão de Serviço Público. E destacaram ainda o novo programa de Informação “5 minutos Europa” e o facto de sermos a única televisão a dar voz a todos os candidatos às Eleições Europeias.



Lisboa, 12 de Maio de 2014

Assinado: José Manuel Portugal, Jorge Vieira, José Ramos e Ramos, Mário Raposo, Paulo Moreira, Simão Martinho, Teresa Nicolau

## II - ATA CONSELHO DE REDAÇÃO

O Conselho de Redação reuniu com o Diretor de Informação para debater a queixa apresentada pelos jornalistas Carla Diogo e Pedro Ribeiro contra o presidente do Conselho de Opinião que interferiu de forma inaceitável numa reportagem em curso. Sobre este assunto CR já emitiu um comunicado.

Nesta mesma reunião com o CR, o DI anunciou que a RTP Informação vai renovar de uma forma muito inovadora a produção informativa, com o surgimento de vários programas na área da política, economia e cultura.

Nesse sentido serão convidados jornalistas, sob a forma de contrato de prestação de serviços, em tempo determinado, para programas específicos na RTP Informação. Cada contrato está agregado a programas específicos.

O DI garantiu que o programa sobre economia será da responsabilidade da RTP, com jornalistas da RTP, sendo apenas convidada para função de apresentadora- uma jornalista, que já exerce essa função com mérito reconhecido.

O DI referiu também que irá ser feito um novo concurso para a Delegação de Faro, uma vez que, no primeiro, o júri não aprovou nenhuma das candidaturas. Nesta reunião, os membros eleitos destacaram os recentes ajustamentos na carreira de vários jornalistas que estavam, há muitos anos, em níveis desajustados das suas funções, situação agora resolvida pelo atual Conselho de Administração.

**O CR manifestou entretanto o seu apoio às diretrizes da Direção de Informação no sentido de não emitir imagens que sejam propaganda e incentivo a atos terroristas.**

**O CR e o DI concordaram também que os jornalistas não podem, em circunstância alguma, entrevistar crianças fragilizadas, objeto de disputas ou envolvidas em questões judiciais.**

O CR pediu ainda um agendamento mais cedo das reportagens do dia seguinte, para que os jornalistas possam planear o trabalho e a vida familiar, de forma eficaz.

O CR e o DI reforçaram também a necessidade de manter a cordialidade entre os jornalistas, nas suas várias funções, mesmo em momentos de conflito, que são inerentes aos períodos de grande tensão que caracteriza o jornalismo.

O DI afirmou que irá estar atento aos padrões de imagem e som de forma a existir uniformidade no trabalho a emitir.

O DI informou também que os novos repórteres de imagem a trabalhar em Lisboa já podem efetuar todo o tipo de trabalho dado que já foram pedidas as carteiras profissionais de jornalistas.

O DI e o CR apelam aos jornalistas no sentido de renovarem as suas Carteiras Profissionais e apresentarem o comprovativo na Direção de Recursos Humanos.

Ass: Teresa Nicolau, Sérgio Ramos, Simão Martinho, Paulo Moreira, Paulo Jerónimo, Jorge Vieira, José Manuel Portugal, José Ramos e Ramos.

Lisboa, 15 de setembro de 2014

## ANEXO D – Caracterização dos sujeitos da análise

Caracterização dos Entrevistados				
Codificação	Nome	Idade	Profissão	Experiência
E1	Adília Godinho	48	Jornalista	23 anos
E2	Alberta Marques Fernandes	47	Jornalista	23 anos
E3	Alexandre Albuquerque	46	Jornalista	23 anos
E4	Alexandre Santos	41	Jornalista	24 anos
E5	António Antunes	45	Repórter de Imagem	20 anos
E6	António Mateus	55	Jornalista	32 anos
E7	Armando Seixas Ferreira	42	Jornalista	22 anos
E8	Carla Adão	44	Jornalista	22 anos
E9	Carla Quirino	46	Repórter de Imagem	28 anos
E10	Carlos Felgueiras	38	Editor de Imagem	10 anos
E11	Carlos Oliveira	51	Repórter de Imagem	30 anos
E12	Daniela Santiago	40	Jornalista	20 anos
E13	Gonçalo Ventura	37	Jornalista	15 anos
E14	Helena Sousa e Silva	49	Jornalista	26 anos
E15	Isabel Rosa	44	Jornalista	26 anos
E16	Jaime Guilherme	47	Repórter de Imagem	23 anos
E17	João Botas	43	Jornalista	27 anos
E18	João Ricardo de Vasconcelos	43	Jornalista	18 anos
E19	João Rosário	47	Jornalista	23 anos
E20	José Carlos Ramalho	49	Repórter de Imagem	28 anos
E21	José Véstia	47	Realizador	28 anos
E22	José Ramos e Ramos	X <sup>129</sup>	Jornalista	39 anos
E23	Lavinia Leal	44	Jornalista	20 anos
E24	Luís Filipe Fonseca	43	Jornalista	18 anos
E25	Luís Vilar	40	Editor de Imagem	18 anos
E26	Margarida Neves de Sousa	43	Jornalista	24 anos
E27	Nuno Castro	48	Editor de Imagem	24 anos
E28	Nuno Tavares	44	Repórter de Imagem	23 anos
E29	Paulo Dentinho	56	Jornalista	34 anos
E30	Paulo Martins	45	Jornalista	25 anos
E31	Pedro Pessoa	36	Editor de Imagem	14 anos
E32	Rita Marrafa de Carvalho	38	Jornalista	17 anos
E33	Rita Ramos	40	Jornalista	20 anos
E34	Rosário Salgueiro	46	Jornalista	23 anos
E35	Samuel Freire	42	Editor de Imagem	18 anos
E36	Sara Cravina	42	Editor de Imagem	24 anos
E37	Sérgio Vicente	39	Jornalista	17 anos
E38	Teresa Nicolau	42	Jornalista	28 anos
E39	Vanda Freire	48	Jornalista	26 anos

<sup>129</sup> Idade não identificada por opção do sujeito de análise em questão.

## **ANEXO E – Modelos das entrevistas semiestruturadas**

### **Modelo de Entrevista Semiestruturada**

#### **Jornalistas da RTP**

1. Qual a sua perceção sobre a transmissão de casos de violência na informação televisiva de serviço público?
2. Que critérios tem em conta quando é necessário de trabalhar jornalisticamente casos de violência?
3. Que imagens sobre violência é que não se enquadram na linha editorial da RTP?
4. Se falamos em imagens sobre violência, também nos podemos referir a discursos textualmente violentos. Há algum cuidado a ter no discurso?
5. As imagens provenientes do autoproclamado Estado Islâmico foram motivo de debate na redação e conduziu, inclusivamente a uma Diretiva da Direção de Informação. Qual a sua perceção sobre este caso específico?
  - 5.1. Revê-se na tomada de posição da Direção de Informação e do Conselho de Redação?
6. Falemos, por exemplo, no caso do ataque terrorista ao jornal satírico Charlie Hebdo. Perante a chegada imediata de vídeos amadores que assinalavam a morte de um polícia, um vídeo que acompanhou a notícia por parte de vários meios de comunicação. Como se posicionou a RTP face a isto? Houve alguma reticência em dar as imagens?
7. Considera que deve haver um limite sobre aquilo que é exibido?
8. A missão da RTP no tratamento jornalístico dos casos de violência deve posicionar-se de forma distinta?
  - 8.1. Neste âmbito, o que é que a diferencia face a um operador privado?
9. A falta de cuidado na forma como é exibida a violência real na informação televisiva, poderá levar, tendencialmente, a uma banalização da violência aos olhos dos telespectadores?
10. Quais são os maiores constrangimentos à produção noticiosa dos casos de violência?
11. Sob a ausência de critérios definidos relativamente ao tratamento dos casos de violência na informação televisiva de serviço público, considera que a solução pode passar pela formulação de um conjunto de recomendações, que orientem os jornalistas e que tornem mais transparentes as opções editoriais da RTP?
12. Como vê o posicionamento da ERC face à regulação dos casos de violência na informação televisiva?

**Modelo de Entrevista Semiestruturada**  
**Conselho Regulador da ERC**

1. Qual o procedimento de análise das queixas desde que chegam à ERC até à sua Deliberação final?
2. As Deliberações do Conselho Regulador da ERC têm apenas por base as queixas do público?
3. Como é feita a leitura de queixas sobre notícias que envolvem casos de violência?
4. Que legislação se enquadra nesta análise além do artigo 27.º da Lei da Televisão?
5. Que outros fatores têm em consideração?
6. A leitura das queixas é feita de forma diferente quando dirigida ao operador público?
7. Como perceciona, atualmente, o tratamento dos casos de violência na informação televisiva da RTP?
8. Considera que deveriam ser criados mecanismos entre os operadores de televisão e a ERC para objetivar as fronteiras do tratamento dos casos de violência na informação televisiva?

## **Modelo de Entrevista Semiestruturada**

### **Provedor do Telespectador**

1. Qual o procedimento desde que recebe uma queixa dos telespectadores?
2. São recorrentes as queixas relativamente à exposição de violência na informação televisiva?
3. Quando existentes é seu dever dar a conhecer à Direção de Informação?
4. Se sim, essas queixas influenciam o tratamento noticioso por parte dos jornalistas?
5. Consegue recordar alguma situação concreta de uma queixa respeitante ao uso de violência chocante na informação?
6. Qual a sua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva da RTP?
7. A decisão da anterior Direção de Informação sobre a não exibição das imagens provenientes do autoproclamado Estado Islâmico foi influenciada por alguma queixa que tenha surgido nesse âmbito?
8. Que relação existe entre a Direção de Informação e o órgão de correção que é o Provedor do Telespectador?
9. Considera que o abuso do uso da violência, a par como a exibição da mesma na ausência de um contexto, pode condicionar a qualidade da informação, bem como do serviço público de televisão?
10. Crê que o cuidado no tratamento da violência na informação carece de autorregulação ou regulação que possa objetivar as fronteiras ao tratamento jornalístico destes casos?
11. No relatório apresentado no ano passado sustenta que conciliar a obrigação de formar, informar e entreter, “com a necessidade de atender às audiências, imposta pelas leis do mercado, é ao mesmo tempo o grande desafio e o maior anátema da RTP”, porquê?
12. O relatório de 2014 refere que as questões recebidas pelo Provedor do Telespectador “mais do que duplicaram, relativamente ao ano anterior”. Estes dados são reveladores de alguma insatisfação por parte do público face ao serviço público de televisão?

## ANEXO F - Quadros de análise de conteúdo das entrevistas aos jornalistas

**Quadro 1. A importância da reconstrução da violência real na informação televisiva**

Categoria		
A importância da reconstrução da violência real na informação televisiva		
Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
<b>Dar Voz</b>	<p><b>E4.</b> Se não estiver uma câmara a mostrar é mais um episódio. <b>E5.</b> O papel da reportagem na resolução de problemas. <b>E7.</b> É graças a esses trabalhos que muitas guerras acabam. <b>E9.</b> Se houvesse repórteres de imagem na altura do Nazi, se calhar não morriam tantos judeus. <b>E13.</b> Se o confronto em Guimarães se não tivesse sido mostrado, nunca tinha tido a repercussão que teve.</p>	<p><b>E4.</b> “Se eventualmente não estivesse lá uma câmara de televisão, seria mais um episódio em que aquele indivíduo é agredido, seria-lhe aberto um processo, seria inquirido como agressor, quando toda a gente viu que não é bem assim”; <b>E5.</b> “Quantos trabalhos já fiz que deram resultados excelentes? Quantas coisas tiveram por se resolver anos e após a reportagem ir pro ar se resolveu naquela hora? Quantas reportagens já fizemos que ainda antes de chegarmos à redação, já estávamos a ter <i>feedback</i> e a ser resolvidas?”; <b>E7.</b> “Se tivermos algum cuidado é um jornalismo que deve ser feito, porque também é graças a esses trabalhos que muitas guerras acabam. Porque há muitas guerras que existem, não são mostradas e continuam anos e anos e anos até serem resolvidas”; <b>E9.</b> “Agora esse tipo de assuntos, onde estão a acontecer atrocidades, têm que se fazer, para se perceber o que é que está a acontecer no mundo. Se calhar, se houvesse repórteres de imagem na altura do Nazi, quando havia as matanças dos judeus, de calhar não morriam tanto”; <b>E13.</b> “O exemplo do miúdo de Guimarães: a RTP não tinha aquela imagem, mas tinha o Correio da Manhã, que tem uma linha editorial diferente da nossa. Mas se aquilo não fosse mostrado, não tinha tido a repercussão que teve. E a pessoa que o fez não seria julgada, pois nem haveria testemunhas”.</p>
<b>Motivar a Reflexão</b>	<p><b>E8.</b> O choque pode servir para as pessoas refletirem. <b>E31.</b> É preciso chocar, para que se originem soluções. <b>E36.</b> Há</p>	<p><b>E8.</b> “...às vezes o choque sem ser o flagrante e sem ser a exploração, pode ser importante para as pessoas refletirem”; <b>E31.</b> “Às vezes temos de chocar as pessoas. Só a partir daí é que as pessoas têm uma reação e só a partir dessas reações é que se originam soluções (manifestações ou obrigamos o Estado a</p>

	assuntos que quanto mais mostrares mais mentalidades vais mudar.	reagir perante a Comunidade Europeia)”; <b>E36.</b> “...há assuntos que quanto mais realidade tu mostrares mais mentalidades vais mudar. Tens um caso que aconteceu quando foi o massacre de Timor, mostrou-se imensas coisas que não que se costumam mostrar e aquilo teve como consequência o fim dos massacres que estavam a haver lá...”.
<b>Interesse Público</b>	<p><b>E7.</b> É necessário perceber se a forma como estamos a captar acrescenta alguma coisa ao público. <b>E21.</b> É importante que as pessoas vejam o acontecimento em si, não vamos mostrar uma nuvem cor-de-rosa. <b>E31.</b> É preciso mostrar a violência ainda que exista um cuidado para não chocar. <b>E34.</b> Se ocultarmos estamos a dar uma perceção errónea da realidade. <b>E37.</b> Não debes mostrar o momento de uma execução, mas tens de mostrar qualquer coisa para que as pessoas percebam.</p>	<p><b>E7.</b> “Eu acho que é sempre difícil nós escaparmos a cenários de violência, porque a violência existe. Há é, se calhar, formas de mostrar essa violência. Nós somos um filtro, e nós devemos realmente avaliar se essa violência que nós captamos ou a forma como estamos a captar, se realmente acrescenta alguma coisa ao público”; <b>E21.</b> “...é importante que as pessoas vejam o acontecimento em si, não vamos por uma nuvem cor-de-rosa em tudo e às-duas-por-três não vê guerras, discussões, nada”; <b>E31.</b> “Existe um cuidado para não chocar as pessoas e também é quase um jogo, um puzzle que tens que montar. Ou seja, tens que ter o cuidado para não chocar as pessoas, mas também tens que transmitir a noção da violência”; <b>E34.</b> “O mais recente, tudo o que envolve o ISIS, como no passado a detenção do Saddam Hussein, a morte do antigo presidente Líbio... Se nós tivéssemos ocultado estávamos a fazer autocensura e estávamos a dar uma perceção irreal da história, daqueles momentos são históricos e isso obrigou-nos a repetir até à exaustão, inclusivamente, colocar em oráculo, por exemplo”; <b>E37.</b> “É assim, eu acho que nunca debes mostrar um momento de uma execução como é óbvio. Como é óbvio. Mas por outro lado, tu também para mostrares o grau de desumanidade daqueles atos, tu também tens de mostrar qualquer coisa. Para quem está em casa perceba”;</p>



**Quadro 2 – Critérios que orientam o tratamento jornalístico dos casos de violência**

Categoria		
Critérios que orientam o tratamento jornalístico dos casos de violência		
Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
<b>Bom Senso</b>	<p><b>E1.</b> O bom senso é necessário para perceberes que imagem podes pôr ar. <b>E17.</b> Embora não existam indicações, o que impera é o bom senso. <b>E18.</b> O sangue não se vê porque é do bom senso ou o senso comum profissional não mostrar. <b>E23.</b> O bom senso é fundamental na seleção da informação. <b>E25.</b> Não há um livro de estilo, há o bom senso da equipa que está no terreno. <b>E37.</b> Tens de ter bom senso e livre arbítrio.</p>	<p><b>E1.</b> “Quando tu tens uma imagem muito violenta precisas de ter bom senso para perceberes se pões esta imagem no ar”; <b>E17.</b> “...embora não existam indicações específicas. O que impera, de facto, é o bom senso e quando há dúvidas tiramos diretamente com quem está a coordenar”; <b>E18.</b> “Sangue ou o órgão de alguém que foi mutilado, já desposto, são coisas que não se veem porque é do bom senso ou senso comum profissional que não se exibam essas imagens”; <b>E23.</b> “Cada pessoa vai ter uma interpretação diferente da mesma estória, por isso tu tens mesmo de ter muito bom senso quando escolhes, porque pode estar a entalar pessoas”; <b>E25.</b> “Não há de facto um livro de estilo, não há algo que te diga que na empresa determinados assuntos são tratados de determinada forma. O que é que há? É o bom senso da equipa que está no terreno”; <b>E37.</b> “Acho que tu tens de ter livre-arbítrio e bom senso, ponto. Tens de ter liberdade de colocar aquilo que entendes ser mais correto. E assumir a responsabilidade de colocares ou não, ponto”.</p>
<b>Ética e Deontologia Profissional</b>	<p><b>E1.</b> O jornalista é regido pelos princípios éticos e deontológicos. <b>E3.</b> Existe a ética jornalística. <b>E13.</b> Temos o código deontológico do jornalista. <b>E15.</b> Impera a minha deontologia. <b>E23.</b> O código deontológico funciona como critério.</p>	<p><b>E1.</b> “...tu própria tens os teus princípios. A profissão do jornalista é regida por princípios éticos e deontológicos, é isso que nos rege a todos”; <b>E3.</b> “Já existe a ética jornalística”; <b>E13.</b> “Já temos uma coisa que nos ajuda imenso e que nem sempre é respeitado: código deontológico do jornalista”; <b>E15.</b> “Sim, impera a minha deontologia. É muito subjetivo e não há uma diretiva”; <b>E23.</b> “Os critérios são o código deontológico”.</p>
<b>Experiência</b>	<p><b>E6.</b> Os mais velhos já conhecem a maior parte das imagens de</p>	<p><b>E6.</b> “Nós, os mais velhos, já conhecemos a maior parte das imagens de violência. Eu olho para ali e sei que a imagem não é nova”; <b>E12.</b> “Um jornalista com</p>

	<p>violência. <b>E12.</b> Um jornalista com experiência tem de ser tido em conta para fazer determinados temas. <b>E21.</b> Confiamos muito nos jornalistas da RTP, são pessoas experientes, têm maior sensibilidade. <b>E22.</b> A maior parte dos realizadores já viram muita coisa, tem a ver com a experiência. <b>E24.</b> Quanto mais experiência temos, mais próximos estamos de não errar. <b>E26.</b> Ter experiência e alguém que te arrume a cabeça. <b>E34.</b> A experiência é determinante no tratamento destes casos. <b>E39.</b> Os seniores têm mais noção e autonomia sobre o que podem pôr no ar.</p>	<p>vinete anos [de experiência] tem de ser tido em conta em relação ao estagiário para fazer determinados assuntos, porque é absolutamente natural. (...) ...com o passar dos anos fui-me tornando cada vez mais sensível a determinadas questões e a ser bastante inconformada e a ver as coisas de uma forma muito crítica”; <b>E21.</b> “...nós confiamos muito nos jornalistas da RTP. (...) ...são pessoas com já alguma idade, (...) a idade ajuda na sensibilidade, têm bastante experiência”; <b>E22.</b> “Tem a ver com a experiência que as pessoas têm aqui na empresa. A maior parte dos realizadores que estão aqui na informação têm muitos anos disto. Logo, já viram muita coisa”; <b>E24.</b> “Aqui há uma particular sensibilidade. A maior parte da redação é experiente. No direto estamos mais próximos do erro. Quanto mais experiência temos, mais perto estamos de não errar”; <b>E26.</b> “A experiência e teres alguém que te ajude às vezes a arrumar a cabeça. (...) E outra coisa, apesar de estar nisto há vinte anos, faço sempre o texto do Telejornal, passar pela Luísa Bastos, ou pela Adília ou pela Rosário, porque duas cabeças pensam melhor que uma”; <b>E34.</b> “A experiência é determinante no tratamento destes casos. Porque muitas vezes uma palavra mal dita, uma pergunta feita à pessoa errada ou no tom errado pode exaltar demais os ânimos, pode provocar mais violência, pode dar uma dimensão irreal àquela violência que estamos a ver”; <b>E39.</b> “... penso que os seniores têm mais noção do que podem pôr e não podem por, e podem decidir isso pôr eles próprios”.</p>
<b>Humanismo</b>	<p><b>E6.</b> É necessário questionar o valor humanizante do jornalista. <b>E8.</b> O jornalista tem uma mensagem subliminar de Direitos Humanos. <b>E23.</b> O jornalista tem de estar do lado dos</p>	<p><b>E6.</b> “Quando reduzimos cada vez mais as coisas, nós não damos um conteúdo real para aprofundamento do espectador. E nós temos de dar um passo atrás no nosso trabalho e questionar o valor humanizante do nosso trabalho que atualmente é zero”; <b>E8.</b> “Há essa mensagem subliminar. É uma mensagem de Direitos Humanos, é uma mensagem fundamental, portanto eu acho que o jornalista também tem esse papel”; <b>E23.</b> “Em relação àquilo que viola os Direitos Humanos</p>

	<p>Direitos Humanos. <b>E30.</b> Antes de sermos jornalistas somos humanos. <b>E33.</b> Se não tiveres um lado humano, só vais estar à procura do <i>scoop</i>. <b>E38.</b> Se não fores humanista e universalista não és um bom jornalista.</p>	<p>tens claramente a posição do lado dos Direitos Humanos, mas isso eu não tenho dúvidas nenhuma de que não posso estar a ser “ah não, os nazis até podiam ter alguma razão”... Não há cá isso, há uma violação dos Direitos Humanos e eu acho que o jornalista, tenho a certeza neste caso, tem que ser subjetivo”; <b>E30.</b> “Nós antes de sermos jornalistas somos humanos e como seres humanos temos que nos por no papel das outras pessoas e saber até onde é que aquilo que damos é notícia”; <b>E33.</b> “...tu podes ter muita experiência, mas se não tiveres um lado humano, não consegues criar empatias e não te colocares um bocadinho na pele do outro, não te serve de nada a experiência, porque só vais estar a procura do <i>scoop</i>, da melhor notícia”; <b>E38.</b> “Se tu não fores humanista, universalista e tiveres os valores certos na tua cabeça tu não chegas lá; não és um bom jornalista, não chegas lá. (...) se um jornalista olhar para a estória com este sentido de valor ético, a coisa é diferente. E a violência faz parte desse registo”.</p>
<b>Sensibilidade</b>	<p><b>E2.</b> Tem a ver com a sensibilidade de cada um. <b>E5.</b> Durante a formação aprendemos técnicas, depois existe muito a sensibilidade. <b>E14.</b> Temos de ter sensibilidade para contar sem mostrar imagens muito violentas. <b>E24.</b> A violência passa muito pela sensibilidade.</p>	<p><b>E2.</b> “...às vezes tem a ver com a sensibilidade de cada um. Quer dizer eu vejo ali o ultrapassar do risco e há outras pessoas que não veem”; <b>E5.</b> “Durante a formação aprendemos todas as técnicas e ao longo do tempo vamos aprendendo com os colegas que já têm mais experiência. O que deves ou não fazer. E depois existe muito a sensibilidade”; <b>E14.</b> “...temos de ter sensibilidade para conseguir contar a verdade, mas não mostrar imagens que sejam demasiado violentas, se for desnecessário para contar a tua história”; <b>E24.</b> “A violência passa muito pela sensibilidade. Há coisas chocantes que mostram a realidade e sem exploração. (...) Não podemos contar realidade cor-de-rosa. Temos de ter consciência”.</p>
<b>Suscetibilidade do Telespectador</b>	<p><b>E7.</b> Nunca devemos perder a forma de ver as notícias como telespectador. <b>E9.</b> Conto a realidade como se o fizesse para os</p>	<p><b>E7.</b> “É muito difícil para o jornalista se tiver essas imagens e não as utilizar, só porque vão ferir quem está lá em casa. É claro que nós temos de pensar que quem está lá em casa não são só adultos, também estão lá crianças, há muita gente que vai ver aquilo. (...) Nós nunca devemos perder a forma de ver as</p>

	<p>meus filhos, sem tornar gratuito. <b>E17.</b> A preocupação é sempre o espectador. <b>E28.</b> Meto-me do outro lado, porque aquela pessoa também tem família.</p>	<p>notícias como telespectador”; <b>E9.</b> “...eu quero que as pessoas percebam a realidade, eu quero que as pessoas percebam o que é que aconteceu, mas não quero tornar a coisa gratuita e é a mesma coisa quando eu conto histórias aos meus filhos”; <b>E17.</b> “...a minha preocupação é sempre o espectador”; <b>E28.</b> “Tento evitar filmar detalhes ou algo que possa chocar, porque também é verdade que me meto do outro lado, que é: aquela pessoa tem familiares, tem filhos, tem pais, e se fossem os meus pais, se fosse algum familiar meu eu também não gostava que estivessem a ser expostos daquela maneira”.</p>
<b>Valores-notícia</b>	<p><b>E24.</b> Não podemos noticiar só porque é violento, tem de prevalecer o valor-notícia. <b>E32.</b> A informação violenta depende da pertinência do valor-notícia em causa. <b>E33.</b> Temos de ponderar se é notícia. <b>E37.</b> Tens de ter uma perceção clara daquilo que é o valor-notícia do acontecimento.</p>	<p><b>E24.</b> “...o que tem de prevalecer é o valor notícia. As coisas não podem interessar só porque é violento. (...) Agora, violência doméstica, guerra... não podemos apagar as notícias do mapa”; <b>E32.</b> “Para conter informação violenta tem que ser sempre pertinente e justificar-se para estar em antena. Essa avaliação requer obviamente muito bom senso e um conceito de serviço público e de informação pública muito bem definido. Balizado a partir da hora a que é transmitido, pelo público-alvo e pela pertinência do valor notícia que está em causa”; <b>E33.</b> “Nós temos sempre de ponderar primeiro: é notícia? Se é notícia, merece estar no Telejornal? Merece. Posso dar a notícia sem dar o sangue? Noventa e nove por cento das vezes podemos”; <b>E37.</b> “Tu não podes tornar a violência banal ao ponto de qualquer ato de violência ser notícia, mas também não é pelo facto de haver violência que deixa de ser notícia para não se banalizar. Ou seja, tu tens de ter aqui uma perceção clara do que é que é o valor-notícia do acontecimento...”.</p>

**Quadro 3 – A missão de serviço público no tratamento jornalístico da violência**

Categoria		
A missão de serviço público no tratamento jornalístico da violência		
Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
<b>Contextualização</b>	<p><b>E21.</b> É preciso contar a história com contextos, de maneira a não banalizar. <b>E33.</b> Tem de haver um enquadramento. <b>E34.</b> A contextualização permite que o telespectador fique mais atento à nossa estação. <b>E39.</b> Contextualizar é importante até para as audiências, as pessoas querem coisas descartáveis.</p>	<p><b>E21.</b> “...é preciso contar essas histórias com contextos de modo que as pessoas percebam - e essa é uma missão do serviço público de informação - de maneira a não banalizar”; <b>E33.</b> “não se pode resumir a violência doméstica a um <i>off</i> com os resultados finais, com os números do final do ano, não podes. Por outro lado, tens que medir que se há um crime de violência doméstica ou uma morte – não há por semana, mas há quase – também não vais estar a pôr uma todas as semanas, porque deixa de ser notícia, não é?! Portanto, tem que haver aqui às vezes aqui um enquadramento”; <b>E34.</b> “...temos de explicar ao telespetador o que é que é o ISIS. (...) Essa contextualização vai fazer com que o telespetador fique sentado ou mais atento à nossa estação, porque se não vai procurar noutro lado. E senão vai procurar noutro canal, vai procurar na <i>net</i> e vai desligar-se de nós”; <b>E39.</b> “Contextualizar a história e não dar por adquirido que toda a gente sabe do que estás a falar. Isto acontece muitas vezes. Quando a pessoa não percebe ela desliga-se, isto até para as audiências é fundamental. Ou percebes a história ou desligas, daí agarrar o espetador na primeira frase. As pessoas querem coisas descartáveis, ninguém quer ficar a pensar, ninguém quer coisas complicadas”.</p>
<b>Cuidado</b>	<p><b>E3.</b> A RTP enquanto televisão de referência e serviço público deve ter um especial cuidado. <b>E7.</b> Temos bastante cuidado. <b>E15.</b> Na RTP há um cuidado e responsabilidades acrescidos. <b>E27.</b> Há mesmo um grande cuidado para não deixar</p>	<p><b>E3.</b> “Eu acho é que a RTP, enquanto televisão referência e serviço público, deve ter um especial cuidado. O próprio pivô deve alertar para isso. É o mínimo”; <b>E7.</b> “Eu acho que nós já temos. Nós temos bastante cuidado com isso”; <b>E15.</b> “Mesmo assim penso que na RTP há algum cuidado e responsabilidades acrescidos. Não há violência gratuita, como em alguns canais”; <b>E27.</b> “Eu acho que a nível de setor mesmo, há um cuidado grande em não deixar passar coisas desde as coisas mais simples, como tapares matrículas quando não as</p>

	<p>passar desde as coisas mais simples. <b>E28.</b> Da parte da RTP há muito cuidado para não mostrar violência gratuita e gráfica. <b>E30.</b> Temos de dar serviço público e nesta questão da violência temos de ter muito cuidado. <b>E33.</b> Existe uma abordagem transversal. <b>E35.</b> Há um cuidado em garantir que ninguém fica lesado com o que estamos a contar. <b>E38.</b> É preciso ter muito cuidado como se mostra a violência.</p>	<p>deves mostrar, tapar cara de crianças, em que não podem aparecer. Tens sempre muito esse cuidado”; <b>E28.</b> “E acho que da parte da RTP está a haver cada vez mais um cuidado para não mostrar esse tipo de violência gratuita e gráfica na televisão”; <b>E30.</b> “Agora nesta questão da violência no serviço público de televisão temos de ter muito cuidado, porque nós somos vistos como um modelo, para o bom e para o mau”; <b>E33.</b> “Nós na RTP tentamos ter uma abordagem transversal, tentamos estabelecer critérios que sirvam a todas as horas, em todos os canais, para essa decisão não ficar nas mãos de uma pessoa”; <b>E35.</b> “Há um cuidado permanente de garantir que nem espetadores, nem vítimas possam sair sensibilizadas ou feridas na perceção do que estamos a contar”; <b>E38.</b> “Requer, efetivamente, um tratamento especial. Por isso é que, e isto não é ser moralista nem preconceituosa, a banalização dos jogos de violência nas <i>playstations</i> desta vida, faz com que os miúdos achem normal matar, esmagar um crânio, dar um tiro a... É preciso ter algum cuidado na forma como se mostra violência”.</p>
<b>Forma</b>	<p><b>E16.</b> Há vários tipos de olhar que podem mostrar a violência. <b>E19.</b> A notícia é sempre dada, a questão está na forma como é apresentada. <b>E21.</b> O jornalista de serviço público tem um ângulo e um <i>modus operandi</i> diferente das televisões comerciais. <b>E23.</b> A forma como a informação é tratada marca a diferença. <b>E30.</b> É sempre possível ter noção dos limites, mas depende da forma como</p>	<p><b>E16.</b> “Há vários tipos de olhar. Para mostrar uma coisa não é preciso mostrar pelo lado mais banal, mais violento, pode-se mostrar a mesma coisa e fazer sentir ao telespetador que é uma situação violenta mas de outra forma”; <b>E19.</b> “A notícia dá-se sempre, a questão é como a apresentamos. Se tu tens uma situação em que alguém é vítima de alguém, não vais mostrar, eu não devo mostrar, mas posso contar o que aconteceu”; <b>E21.</b> Agora, o serviço público, um canal público como a RTP tem obrigações redobradas. Não quero dizer que a SIC não faça uma boa reportagem, ou que sejam todas boas, eles têm bons profissionais. Mas o ângulo deles é completamente diferente do nosso. (...) Um jornalista de serviço público tem um <i>modus operandi</i> que deve ser diferente das televisões comerciais”; <b>E23.</b> “A forma como é tratada, sim é a diferença. Isso faz a diferença entre tabloides... olha</p>

	<p>contamos a história.</p> <p><b>E39.</b> É possível dar a notícia sem chocar.</p>	<p>por exemplo a TVI e a RTP”; <b>E30.</b> “Temos regras definidas do que podemos fazer. Não podemos sair muito dos nossos parâmetros, mas depende da maneira como contamos a história. É sempre possível ter noção dos limites. Se olhares para estes momentos como um desafio. (...) E olhando para determinado assunto a tentar suplantá-lo, se calhar, a barbaridade de determinadas imagens sem expor essa violência gratuita, quase obsessiva, que surge diante de nós”; <b>E39.</b> “É possível dar a notícia sem chocar. Consegues sempre mostrar a história, não há necessidade. Até porque muitas vezes tens planos próximos, planos mais ao longe e podes mostrá-los”.</p>
<b>Linha Editorial</b>	<p><b>E1.</b> A linha editorial define o trabalho que fazemos, é claro que a da RTP é diferente do Correio da Manhã TV.</p> <p><b>E12.</b> A linha editorial dos privados em relação à RTP é diferente. <b>E13.</b> A linha editorial da RTP continua um pouco à frente dos restantes.</p> <p><b>E18.</b> A linha editorial da RTP não premeia as peças violentas. <b>E23.</b> Já era tratado com especial atenção, mas não existe uma linha. <b>E24.</b> A diferença está na linha editorial, naquilo que vai para o ar. <b>E32.</b> Temos <i>guidelines</i> que podem mudar com a Direção de Informação, mas que se mantêm homogêneos. <b>E34.</b> Seguimos uma linha de responsabilidade social.</p>	<p><b>E1.</b> “...a linha editorial das direções é que definem a forma como nós fazemos esse trabalho, ou como mostramos esse trabalho com o público, ou como pomos esse trabalho no ar. É claro que a linha editorial da RTP é diferente da linha editorial da Correio da Manhã TV, e isto é claro”; <b>E12.</b> A linha editorial cabe a cada estação defini-la. Obviamente que a linha editorial dos privados em relação à RTP é diferente”; <b>E13.</b> A linha editorial, essa sim, é diferente. Acho que a RTP tem uma obrigação diferente e deve fazer escola. (...) A RTP continua um pouco à frente dos restantes nessas coisas. Mas há coisas com que não concordo. Mas isso tem a ver com o interesse público e a linha editorial, que são separados por uma linha tênue. <b>E18.</b> “A linha editorial que temos, ainda assim, não é uma linha editorial que premeie as peças violentas em primeiro lugar. O problema é que muitas vezes o que acontece é que só tens crime, crime, crime...”; <b>E23.</b> “Já era tratado com especial atenção. Eu acho que já era, individualmente. Não há propriamente uma linha definida, não. Nesse sentido, se calhar devíamos ter um livro de estilo. Mas também um caso não são casos”; <b>E24.</b> “Acho que temos alguma consciência. Até porque somos o serviço público. Mas como isto é fluído e os limites não são estaques, creio que a missão é a mesma. Depende da linha editorial. Na</p>

	<p><b>E35.</b> Nós não damos crimes de delito comum, a TVI dá bastante.</p>	<p>recolha, nem sempre, mas sim no que vai para o ar”; <b>E32.</b> “Acima de tudo, a maior parte das empresas de comunicação social têm uma espécie de <i>guidelines</i> internos. Nós na RTP temos. É certo que os Diretores de Informação têm alterado, consoante os seus conceitos de violência ou conceito de pertinência, ao logo dos anos e... mas quase todos um pouco homogéneos no que diz respeito a temas que não são fraturantes como por exemplo, não dar notícias de suicídios”; <b>E34.</b> “...nós seguimos uma linha, a tal linha de responsabilidade social, porque não há lei que nos proíba de o fazer. Há, há muitos anos, uma responsabilidade social”; <b>35.</b> “...não passamos o crime de delito comum, aquela coisa que faz manchetes por exemplo numa imprensa escrita, a RTP não dá isso. A TVI dá bastante, por exemplo. Ao não dares isso já estás a subtrair bastante, já estás a diferenciar... desses operadores. (...) é uma questão editorial mais do que outra coisa”.</p>
<b>Responsabilidade Social Acrescida</b>	<p><b>E15.</b> A RTP tem responsabilidades acrescidas por ser serviço público. <b>E16.</b> A RTP enquanto serviço público tem uma responsabilidade social diferente. <b>E26.</b> Temos uma responsabilidade diferente, somos a referência. <b>E29.</b> A RTP tem uma responsabilidade social maior, porque é a televisão dos portugueses. <b>E33.</b> A responsabilidade é diferente porque somos mais escrutinados. <b>E34.</b> Vivemos na dualidade entre a audimetria e a</p>	<p><b>E15.</b> “Fugimos do sensacionalismo, até porque temos a responsabilidade de sermos serviço público”; <b>E16.</b> “Por exemplo, a RTP como serviço público, uma identidade com uma responsabilidade social diferente, poderá de alguma forma regular, ou seja, mesmo que não faça regulação marca a diferença em relação aos outros”; <b>E26.</b> “Temos uma responsabilidade, um papel diferente, para além de tudo, somos a referência. E como somos a referência não podemos baixar o padrão”; <b>E29.</b> “Tem uma responsabilidade social maior, porque a RTP é a televisão dos portugueses, são eles que a pagam. (...) Nós trabalhamos para os portugueses, tal como os outros, mas nós temos de pensar neles e naquilo que eles poderão esperar de nós”; <b>E33.</b> “...a responsabilidade é que é diferente. Porque nós somos mais escrutinados e temos que responder mais perante a opinião pública”; <b>E34.</b> “Vivemos muitas vezes na dualidade entre sabemos que audimetricamente vai ter um grande impacto, porque todo o ser humano tem esta vontade voyeurista. (...)”</p>



	<p>responsabilidade social. <b>E36.</b> A televisão Estatal tem a responsabilidade de informar o mais possível. <b>E38.</b> Devemos ter uma responsabilidade mais acrescida porque somos serviço público.</p>	<p>...mas ao mesmo tempo temos que ter consciência social e responsabilidade social”; <b>E36.</b> “...a televisão Estatal tem a responsabilidade, mais que as outras todas, de ser completamente independente, de informar mais possível as pessoas e não entrar na propaganda como todas as outras andam”; <b>E38.</b> “Eu acho que nós como serviço público temos uma responsabilidade acrescida porque somos, efetivamente, serviço público. Eu não posso, nem quero, nem devo, ser apontada como jornalista da RTP por ter feito uma coisa gratuita, por ter mostrado violência de uma forma gratuita. Por ter colocado o nome de uma pessoa, sem ter a prova”.</p>
<b>Rigor</b>	<p><b>E4.</b> A RTP tem de fazer o trabalho que sempre fez: idóneo, equidistante e factual. <b>E6.</b> Na dúvida não publicas. <b>E12.</b> É importante ter sem por cento certeza da veracidade da notícia. <b>E29.</b> Temos a obrigação de dar assuntos de forma equilibrada, isenta e rigorosa. <b>E33.</b> É preciso ter atenção na verificação da origem, da fonte e no interesse dessa fonte. <b>E34.</b> A realidade é um puzzle tão grande, que nós temos de ser o mais rigorosos possível.</p>	<p><b>E4.</b> “A RTP não tem que olhar para o lado. Tem que fazer o trabalho que sempre fez, que me parece idóneo, equidistante, factual quando tem que ser factual e opinativo quando tem de ser opinativo”; <b>E6.</b> “As imagens que andam no Youtube em sítios onde andam jornalistas da RTP, vocês devem validá-las com eles. (...) Isto é uma regra que aplicamos e é fácil. Na dúvida não publicas”; <b>E12.</b> “O português pensa muito naquela história de onde há fumo, há fogo. E tenho a noção que se lançar uma notícia, mesmo que a seguir a venha desmentir, muitos dos que ouviram a notícia já não vão ouvir o desmentido e a notícia já foi dada. Portanto, é ter sem por cento certeza”; <b>E29.</b> “...nós podemos, com certeza, dar determinados tipos de realidade, mas temos essa missão de dar os assuntos de forma equilibrada, isenta, rigorosa, enquadrada... Não esquecendo as diferentes realidades deste país”; <b>E33.</b> “Portanto, eu acho que sim, temos de ter sempre atenção, verificar a origem, a fonte e o interesse dessa fonte, porque não há fontes desinteressadas”; <b>E34.</b> “Nos grandes momentos a RTP está e aí parece que os jornalistas da RTP não têm emoção, são factuais, são claros. E portanto é no rigor que está neles. As pessoas vêm aqui ao primeiro canal sobretudo nestes momentos e por isso temos de parar para pensar e dar o mais próximo da realidade, porque nunca a damos toda.</p>

		Porque a realidade é um puzzle tão grande, que nós damos um ângulo, mas esse ângulo tem de ser o mais rigoroso possível”.
--	--	---

**Quadro 4 – Técnicas de usadas desde a captação no terreno à sala de edição**

<b>Categorias</b>		
<b>Técnicas usadas desde a captação no terreno à sala de edição</b>		
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de Registo</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>Recolha das imagens no terreno</b>	<p><b>E5.</b> Mostro pormenores da gravidade do acidente, mostrando a envolvimento.</p> <p><b>E14.</b> Fazes planos abertos.</p> <p><b>E30.</b> Uso de planos gerais em detrimento de planos mais apertados. <b>E35.</b> Recorrer a símbolos de apreensão imediata.</p>	<p><b>E5.</b> “Faço um melhor trabalho com vários pormenores da gravidade do acidente, em mostrar a envolvimento, se forem diversas viaturas, se tiverem pessoas a ser socorridas... Consigo fazer um excelente trabalho sem mostrar rostos, pedaços, corpos e etc. Nada que possa ferir as pessoas. E as pessoas chegam ao fim, vão ver aquele trabalho percebem, foi um acidente grave, mas sem imagens que as chocassem. E a informação está toda lá, não falha nada”; <b>E14.</b> “Por exemplo, um acidente de carro em que morre uma família. Há pessoas que são decepadas. Não tens de mostrar um plano de uma cabeça no alcatrão. Fazes uns planos mais abertos. É muito violento”; <b>E30.</b> “Quando se fala em número de mortos, pode-se dar planos mais gerais, evitar dar os planos mais apertados, porque qualquer pessoa não olha para um corpo mutilado e fica indiferente”; <b>E35.</b> “Recorremos a símbolos de apreensão imediata. (...) O peluche para o caso, diz-nos que a vítima é uma criança. Toda a gente associa de imediato, é disso que se trata. Toda essa violência é sempre ou deve ser sempre, simulada e identificada permanentemente”.</p>
<b>Seleção das imagens e a construção da narrativa</b>	<p><b>E13.</b> Posso contar uma história sem mostrar a pessoa a morrer. <b>E19.</b> É usar mais a sugestão para ilustrar.</p> <p><b>E21.</b> É preciso ter cuidado na narrativa, para não violentar as pessoas. <b>E23.</b></p>	<p><b>E13.</b> “Eu consigo ou não contar numa peça o que aconteceu em Paris, no Charlie. Consigo ou não contar com a violência e a mostrá-la. Acho que não. Posso contá-lo, posso dizê-lo. Basta esconder a cara da pessoa. Eu consigo contar a história sem mostrar a pessoa a morrer. (...) Há histórias que se contam por si próprias sem</p>

	<p>Temos de dar um tratamento enquadrado. <b>E26.</b> Logo no terreno seleccionas as imagens que queres captadas, para isso contas com a sensibilidade do repórter de imagem.</p>	<p>precisar de mostrar violência”; <b>E19.</b> “Às vezes usar mais a sugestão, se tiveres um sapato à beira da estrada para ilustrar um acidente grave, o facto de esse sapato estar ali quer dizer que ele saltou, que foi parar longe de quem pertence, dá-te a noção”; <b>E21.</b> “...mesmo na escrita, não é preciso contar uma história de forma violenta para ela ser violenta. Muitas vezes há narrativas violentas que não têm nenhuma imagem. Há é que ter a precaução de não violentar as pessoas, contando a história”; <b>E23.</b> “...por exemplo, um homem mata a mulher e filhos. A TVI provavelmente abrirá a dizer “homem mata mulher” e, se calhar, nós temos que fazer de outra forma. E chama-lhe crime passionai, crime de faca e alguidar e nós temos que dar um tratamento enquadrado”; <b>E26.</b> ”Logo no momento da reportagem, tu filtras as imagens que queres captadas. (...) E obviamente aí contas muito com a sensibilidade do repórter de imagem que te acompanha, que sabe o impacto das imagens que faz. E há maneiras de contar uma história sem ter que recorrer e sem ter que exhibir aquela violência”.</p>
<p><b>Trabalho gráfico e a edição da imagem</b></p>	<p><b>E10.</b> Os editores têm um conjunto de ferramentas que permite proteger a identidade das pessoas. <b>E17.</b> Há muitas formas de atenuar o choque das imagens. <b>E20.</b> O editor de imagem sendo o primeiro telespectador pode alertar para uma melhor construção de estória. <b>E27.</b> Podes fazer qualquer coisa na imagem. <b>E30.</b> Pôr a imagem a preto e branco. <b>E35.</b> Fazem-se <i>slow motions</i>, desfoques, arrastamentos, coisas que sugeram o que está a</p>	<p><b>E10.</b> “...nós temos um conjunto de ferramentas ao nosso dispor para esconder alguns elementos que permitem não identificar, nomeadamente adulterar a voz e a imagem (com <i>blur</i> ou com manchas sobre a imagem)”; <b>E17.</b> “Há muitas formas de atenuar isso para o espectador. Mostrar imagens em que as pessoas percebem a violência e, com recursos tecnológicos simples, tornar coisas visíveis menos visíveis. O desfoque, o <i>blur</i>... que seja”; <b>E20.</b> “...editor de imagem, sendo o primeiro espectador, pode-nos ajudar bastante a construir melhor a estória e a tratar melhor estes casos de violência”; <b>E27.</b> “É assim tu podes naturalmente, como nós fizemos, podes dar aquilo, mas cobrir de uma certa forma (vá, não quero ver a cabeça do homem a</p>

	<p>acontecer. <b>E36.</b> Nós tentamos balançar um bocadinho as coisas que nos chegam a partir do olhar do câmara.</p>	<p>explodir, naturalmente), fazeres qualquer coisa na imagem, de maneira que tu te apercebas do ato, mas não tens que ver...”; <b>E30.</b> “Se tivermos um cenário cheio de sangue e isso tudo, o vermelho chama muito à atenção e as pessoas ficam mais sensível. Então podemos por a imagem a preto e branco”; <b>E35.</b> “Fazem-se <i>slow motions</i>, fazem-se desfoques, arrastamentos, coisas que sugiram o que está a acontecer, mas que não mostram o que está a acontecer. Ou seja, aqui sim há um bocado de abstracionismo”; <b>E36.</b> “...nós aqui recebemos, já um bocado o olhar deles, não é a realidade é a realidade vista pelo olhar deles e acabamos por ver as coisas um bocadinho por cima e depois tentamos balancear um bocadinho a coisa”.</p>
--	--	---

**Quadro 5 – Limites à transmissão de violência na informação televisiva da RTP**

Categoria		
Limites à transmissão de violência na informação televisiva da RTP		
Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
<b>Direitos de Personalidade</b>	<p><b>E1.</b> O momento da morte. <b>E5.</b> Mortes e pessoas a sofrer. <b>E7.</b> Não pôr em causa a dignidade das pessoas. <b>E13.</b> A identidade da pessoa deve ser sempre salvaguardada. <b>E16.</b> Tudo o que seja atentado à vida humana não deve passar. <b>E19.</b> Na RTP fazemos bem as coisas no sentido de proteger a dignidade humana. <b>E33.</b> O direito à imagem. <b>E35.</b> Há um cuidado permanente em proteger a dignidade da vida humana. <b>E38.</b> Há que</p>	<p><b>E1.</b> “O momento em que uma pessoa é morta, de preferência, não deve ser mostrado. É uma coisa... para além de violenta, é uma coisa muito privada”; <b>E5.</b> “Vamos falar do Haiti que foi o cenário mais complicado onde estive porque tinha muitos mortos, tinha muitas pessoas a sofrer. E termos de mortos... os mortos estão mortos têm de ser enterrados. Agora temos que fazer um trabalho com alguma dignidade, porque aquelas pessoas também já foram pessoas quando tinham vida...”; <b>E7.</b> “...o jornalista deve ter algum cuidado na escolha das imagens para não pôr em causa a dignidade das pessoas”; <b>E13.</b> “A preservação da intimidade e da pessoa deve ser salvaguardada. (...) Devemos informar, mas se fere a esfera privada, devemos evitar”; <b>E16.</b> Acho que se tem de ter o discernimento que tudo o que for atentado à vida humana... deve haver um filtro e isso aconteceu por exemplo nos atentados de Paris”; <b>E19</b> “Nesse sentido fazemos bem as coisas, bem no</p>

	<p>haver respeito pela privacidade e pela dignidade humana.</p>	<p>sentido de estar de acordo com a proteção da dignidade humana e com a ideia de que não é preciso veres tudo para dizeres o que aconteceu”; <b>E33.</b> “O direito à imagem é básico. Não colocares pessoas que estão numa situação frágil”; <b>E35.</b> “O que impera é a dignidade da vida humana. (...) Há um princípio que é permanente que é nós não damos a morte de pessoas, nós raramente damos a vida, há colegas que põem partos na boa, eu prefiro não os ver, acho que fazem parte da intimidade e a violência é sempre ocultada, ou seja, aquilo que resulta da violência, mortes, cadáveres das guerras...”; <b>E38.</b> “Há que haver respeito pela privacidade humana e acima de tudo pela dignidade humana. É por isso que quando faço a reportagem do <i>jihadista</i> eu não digo quem ele é. Não digo propositadamente porque tenho uma família atrás a proteger”.</p>
<p><b>Proteção de crianças, idosos, mulheres e vítimas</b></p>	<p><b>E2.</b> Proteger a identidade da vítima. <b>E18.</b> Em relação às crianças é relativamente claro, as câmaras desligam-se. <b>E30.</b> Tento proteger as vítimas. <b>E35.</b> A nossa preocupação primária é as crianças.</p>	<p><b>E2.</b> “Quando há violência há um agressor e uma vítima, e o jornalista deve proteger a vítima, proteger a identidade logo em primeiro lugar”; <b>E18.</b> “Em relação às crianças acho que aí é relativamente claro. Violência contra as crianças ou a imagem das crianças apareçam sejam elas alvo de violência, por norma as câmaras desligam-se”; <b>E30.</b> “Em primeiro de tudo tento evitar ao máximo a exposição de crianças, de mulheres, de pessoas mais idosas e se vir que a informação não necessita de mostrar caras, não mostro as caras, evito. (...) Tento proteger acima de tudo as outras pessoas, os inocentes que não têm culpa... Se houver feridos, se houver mortos isso então nem pensar. Isso no máximo só em planos gerais”; <b>E35.</b> “...quando nos confrontamos com uma imagem de grande violência, pensamos sempre nas crianças em primeiro lugar, ainda que haja adultos que possam ficar suscetíveis com aquilo que veem, esses têm recursos para lidar com isso. As crianças não têm e essa é sempre a nossa preocupação, portanto não há... eu diria que tu não encontras às oito da noite,</p>

		violência explícita... dificilmente encontra”.
<b>Violência explícita</b>	<p><b>E1.</b> Tiramos do ar se houver imagens de violência explícitas.</p> <p><b>E17.</b> Costumo salvar as imagens de violência explícita.</p>	<p><b>E1.</b> “Há corpos despedaçados, coisas por aí, mesmo que se esteja a receber essas imagens em direto, nós na régie estamos com atenção e tiramo-las do ar, se por exemplo houver imagens violentas explícitas. Os tais corpos despedaçados, um braço para ali, uma criança em sangue”; <b>E17.</b> “O que costumo fazer é: salvar as imagens de violência explícita...”.</p>
<b>Violência gratuita</b>	<p><b>E1.</b> A imagem é gratuita se não ajuda a compreender o acontecimento. <b>E2.</b> A violência gratuita é alheia ao jornalismo. <b>E9.</b> Não deixar que a violência seja tratada de forma gratuita. <b>E21.</b> O atentado ao jornal satírico foi desnecessário e gratuito. <b>E22.</b> Nós não branqueamos, mas também não mostramos corpos carbonizados. <b>E25.</b> É gratuito estar a ver alguém a ser executado em direto. <b>E33.</b> Não dar uma imagem gratuita sem contexto. <b>E34.</b> A violência gratuita não é necessária no serviço público. <b>E38.</b> Tem de haver um propósito, a partir do momento que é gratuito, não vale a pena.</p>	<p><b>E1.</b> “Se tu achas que a imagem é chocante e não ajuda a compreender a notícia, o acontecimento, então pode-se dizer que é uma imagem gratuita”; <b>E2.</b> “Uma imagem violenta só pode ser colocada no ar por alguma razão. Se fizer sentido para a história e se for imprescindível para contar a história, a violência gratuita é alheia ao jornalismo, ou deve ser alheia ao jornalismo”; <b>E9.</b> “...algum cuidado para não desenvolver e não deixar que a violência seja tratada de forma gratuita”; <b>E21.</b> “Neste caso francês daquele atentado ao jornal satírico há uma altura em que eles saem e dão um tiro num polícia que parece que já está ferido até. Esse tipo é violência desnecessária e gratuita...”; <b>E22.</b> “Nós, realizadores da RTP, não ajudamos a meter lenha na fogueira. Mas não branqueamos. (...) Mas olha: eu nunca faria aquilo que faz a TVI, que é mostrar corpos carbonizados numa varanda, como eles fizeram. São imagens gratuitas”; <b>E25.</b> “Acho que é gratuito estar a ver alguém a ser executado em direto. Não me parece que acrescente muito mais. (...) Acho que por respeito à família e à própria dignidade humana, porque eu acho que esse também é o limite que temos de ter à censura que fazemos dos outros que cometem esses atos”; <b>E33.</b> “...acho que devemos ter um critério que é: não dar uma imagem gratuita sem contexto”; <b>E34.</b> “...a violência gratuita não é necessária na antena do serviço público de televisão”; <b>E38.</b> “Uma decapitação não vale a pena, porque aqui estamos a fazer exatamente o que eles querem: que é dar voz à</p>

		propaganda islâmica que é “nós somos muito maus, por isso tenham medo, be fêar!”. E aí não podemos fazê-lo, é gratuito. A partir do momento em que é gratuito não vale a pena”;
<b>Restrição Horária</b>	<p><b>E9.</b> Tem que haver um limite nas <i>eight o'clock news</i>. <b>E10.</b> Tem de haver um limite porque tudo o que fazemos passa a horas a que qualquer pessoa pode ver. <b>E25.</b> Tendo em conta que os principais jornais vão à hora do almoço, não é benéfico transmitir imagens demasiado gráficas. <b>E26.</b> O limite é saber o impacto que a televisão tem nas horas a que os noticiários vão para o ar. <b>E33.</b> Às oito da noite não ponho aquilo que não quero que as minhas filhas vejam. <b>E34.</b> Procuramos ter muito cuidado o Jornal da Tarde, Portugal em Direto e Telejornal. <b>E35.</b> Há um cuidado para não colocar imagens muito violentas, porque os jornais vão para o ar em horários em que toda a gente pode ver.</p>	<p><b>E9.</b> “Nas <i>eight o'clock news</i> tem que haver um limite. Eu não digo que não se faça programas fora dessas horas, que tentem contar um bocadinho mais para além de...”; <b>E10.</b> “Neste momento a nossa ética e a nossa moral, definidas pela educação social que nós temos, determinam que se calhar nós não mostramos nudez a uma determinada hora, não mostramos imagens de violência explícita”; <b>E25.</b> “Partindo do princípio que a maior parte dos jornais e pelo menos os principais vão à hora do almoço, pessoalmente, não acho que seja benéfico, nem necessário, transmitir essas imagens que sejam demasiado gráficas”; <b>E26.</b> “O limite é o bom senso e é um sentido de responsabilidade enorme perceber o impacto que a televisão tem, à hora a que os noticiários vão para o ar, seja durante a tarde, seja o telejornal às oito da noite”; <b>E33.</b> “Eu costumo dizer - eu tenho duas filhas pequenas - que, por exemplo, às oito da noite eu não ponho aquilo que eu não quero que as minhas filhas vejam. De facto, às oito da noite é o público geral. Se estivermos a falar das dez da noite ou da meia-noite, já podemos dar um outro tipo de imagens”; <b>E34.</b> “Nós procuramos ter muito cuidado, sobretudo com o Jornal da Tarde e o Telejornal, porque estes programas – e o Portugal em Direto, também – abarcam uma linha muito transversal da sociedade. E, é obrigação nossa, temos que cumprir a Lei; <b>E35.</b> “O grosso dos jornais são emitidos em horários diurnos em que toda a gente está a ver, ou potencialmente toda a gente pode ver televisão, e há um cuidado muito grande em não colocar imagens muito violentas”;</p>
<b>Advertência Prévia</b>	<b>E17.</b> Quando há imagens que não podemos deixar de dar, avisa-se sempre o telespectador.	<b>E17.</b> “O espectador é avisado para o teor das imagens nesse sentido. Aquelas que não se podem mesmo deixar de dar. Faço o aviso prévio no pivô e no próprio texto; <b>E26.</b> “...antes de uma reportagem,

	<p><b>E26.</b> Alertar o pivô para o aviso de imagens chocantes. <b>E31.</b> Devemos chamar a atenção para as imagens violentas, porque além de adultos podem estar crianças a ver. <b>E32.</b> Tem de se avisar o telespectador com antecedência para que ele tenha a oportunidade de mudar de canal.</p>	<p>nós muitas vezes dizemos ao José Rodrigues dos Santos, ao João Adelino Faria ou à Cristina Esteves, ao António Esteves, seja quem for o pivô, avisa que há imagens eventualmente chocantes”; <b>E31.</b> “Acho que tem que se ter cuidado, ou então passar as imagens todas, mas fazeres um pré-aviso, no pivô dizer “as próximas imagens podem chocar as pessoas mais sensíveis”; <b>E32.</b> “Se há alguma coisa que pode ferir ou melindrar o telespectador tem que ser avisado com antecedência. Daí colocarmos a informação em pivô “as imagens que se seguem podem chocar o telespectador”. Até para proteger o jornalista. A pessoa a partir daquele momento tem o livre arbítrio de mudar de canal”;</p>
--	--	---

**Quadro 6 – Constrangimentos que influenciam o tratamento jornalístico dos casos de violência**

Categoria		
Constrangimentos que influenciam o tratamento jornalístico dos casos de violência		
Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
<b>Audiências</b>	<p><b>E2.</b> Às vezes os caem na tentação de prender o telespectador pelo lado da emoção. <b>E3.</b> Se houve porrada num jogo normal da América do Sul, é motivo para passar no Telejornal. <b>E31.</b> Às vezes temos de sugar o sangue todo até ao tutano para conseguirmos fazer notícia e ter audiência. <b>E32.</b> A violência é um chamariz para atrair audiência.</p>	<p><b>E2.</b> “A televisão é um meio que mexe com as emoções, e às vezes os jornalistas caem na tentação de explorar esse lado da emoção, prender o telespectador pelo lado da emoção e não pelo lado da informação, que é isso que devemos fazer”; <b>E3.</b> “Se calhar é por isso que como estamos numa sociedade competitiva ao nível das audiências, provavelmente, há quem ceda. (...) Um jogo normal, da América do Sul, raramente passa no Telejornal. Mas se houver porrada, invasão de campo... já passa”; <b>E31.</b> “Às vezes nós temos uma sanguessuga, temos de sugar o sangue todo até ao tutano, para conseguires para fazeres notícia, para teres audiência”; <b>E32.</b> “...sem dúvida nenhuma que é utilizado como um chamariz, um <i>freakshow</i>... sempre resultou porque [a violência] mexe com aquilo que é mais particular e o que é mais íntimo do ser humano que é o estranho, o inusitado, o bizarro, o curioso... e as pessoas têm quase esta morbidez assumida de ver e gostar de ver aquilo que a maior parte das televisões não mostra porque</p>



		são imagens eventualmente chocantes”.
<b>Banalização da violência</b>	<p><b>E3.</b> Já é tão corriqueiro que as pessoas não se sentem afetadas. <b>E15.</b> Banalizou-se porque a desgraça vende mais. <b>E18.</b> Há uma banalização da imagem da violência, sobretudo se for longe de nós. <b>E20.</b> A banalização da violência passa pelo uso abusivo das imagens violentas deixam de nos impressionar. <b>E21.</b> A violência é grave, mas pior do que isso é a sua vulgarização. <b>E29.</b> Quando começaram os atentados em Bagdad eram uma brutalidade, depois deixaram de ser notícia. <b>E31.</b> A violência é uma coisa banal do dia-à-dia. <b>E37.</b> O que está a ser banalizada é a “cusquice” à volta da violência.</p>	<p><b>E3.</b> “Há sempre aquelas imagens que são muito corriqueiras, mesmo de bombas no Médio Oriente... Aquilo já é tão corriqueiro que as pessoas não se sentem afetadas”; <b>E15.</b> “A partir do momento em que tens concorrência, banalizas mais. Tu não dás, mas o outro dá. O caso do CMTV é emblemático. (...) Enquanto até determinada altura conseguias determinar uma ação de educação democrática e de civismo... banalizou-se, porque a desgraça vende mais”; <b>E18.</b> “Há uma banalização da imagem da violência, sobretudo se for longe de nós. (...) Porque há menos filtros, há menos preocupações de ordem profissional”; <b>E20.</b> “O uso abusivo das imagens violentas torna-se ela própria uma violência. E ao transformarmos a violência numa banalidade... É quase como transformar a violência em pornografia, é quase isso. Aquilo torna-se tão banal, que queremos mais, e ao querermos mais estamos a subir o patamar de exigência. Portanto, já não nos mete impressão a cabeça decepada ou as crianças a arderem... já achamos banal”; <b>E21.</b> “Para além do aspeto da violência, que é grave, porque a pessoa de repente apanha um baque, é a vulgarização. E quando criam uma certa vulgarização de imagens de violência, às-duas-por-três a pessoa está a dizer “mais uma””; <b>E29.</b> “Quando começaram os atentados em Bagdad, eram uma brutalidade. Isso abria noticiários e depois, passados uns meses, já era “olha outro atentado em Bagdad”. Primeiro morriam vinte e cinco pessoas, depois umas trezentas e depois já nem era notícia. A partir de determinada altura, é, de facto, a banalização da violência”; <b>E31.</b> “Hoje transmites um ataque na Ucrânia, tens logo os especialistas a falar a seguir sobre o que é que se pode fazer. No dia a seguir a mesma coisa no Iraque e já esqueceste a Ucrânia. (...) é um bocadinho a informação <i>fast food</i>”; <b>E37.</b> “Eu acho que não é a violência que está a ser banalizada, eu acho que o</p>

		que está a ser banalizada é a “cusquice” à volta da violência, porque tu tens um crime e o que tu procuras dar é aquilo que as pessoas anseiam, que é a cusquice à volta daquilo (...) ...e isso é que nos leva muitas vezes a dar uma história de violência”.
<b>Concorrência</b>	<p><b>E2.</b> Impulso de informar a par com a concorrência. <b>E3.</b> Com a ânsia de ser o primeiro a dar a notícia, muitas vezes nem se confirma. <b>E8.</b> Às vezes corre-se mais pela necessidade da concorrência. <b>E10.</b> Com a concorrência as barreiras foram esbatidas. <b>E11.</b> Somos levados pelos outros órgãos e temos de fazer isso porque eles também já filmaram. <b>E17.</b> A concorrência não dá tempo para pensar. <b>E24.</b> Os valores-notícia devem imperar, mas às vezes com a pressão da concorrência. <b>E36.</b> As pessoas querem dar a notícia e valoriza-se mais o entrar primeiro, do que entrar bem feito.</p>	<p><b>E2.</b> “É uma tentação muito grande até porque estamos em concorrência e a concorrência já pôs em rodapé e nós ainda não pusemos. Isto é uma “jerra”. (...) Eu prefiro esperar uns minutos e dar depois nos outros, mas dar bem, com rigor do que correr o risco de dar uma notícia que não é rigorosa”; <b>E3.</b> “Já não se cruza informação nem se contacta três e quatro fontes para uma notícia. Mal se saiba e até basta ser um rumor, mete-se logo no ar. Muitas vezes nem se confirma. A RTP ainda vai tendo algum cuidado. (...) A ânsia de ser o primeiro a dar a notícia, as pessoas tendem a perder o limite disso”; <b>E8.</b> “Nós sabemos que às vezes corre-se mais pela necessidade da concorrência, pela tentativa de estar mais em cima do acontecimento, de se empolgar e tentar mostrar. Se calhar estamos às vezes horas em direto na Praia do Meco a julgar pessoas, por essa necessidade da concorrência”; <b>E10.</b> “...eu acho que desde que houve mais concorrência, mais órgãos de comunicação, se calhar, essas barreiras foram um bocadinho esbatidas”; <b>E11.</b> “...o que pode acontecer é que vamos para o terreno e somos levados pelos outros órgãos e temos que fazer isso porque eles também já filmaram. (...) Fomos atrás do Saddam, fomos atrás de outros... do Kadhafí. Também mostrámos essas imagens”; <b>E17.</b> “Eu não aceitei a questão de ser perigoso passar. Apesar de não ser uma execução - um tiro na cabeça -, é um momento explícito. Eu nunca utilizei as imagens limpas, mas tens sempre de mostrar as imagens. Isso levanta alguns problemas e a concorrência não deixa tempo para pensar”; <b>E24.</b> “Os valores notícia devem imperar, mas às vezes é complicado, pois está a passar em outros canais. É uma pressão, essa</p>

		concorrência”; <b>E36.</b> “...a informação vive muito do tempo, do momento e as pessoas querem ser as primeiras a dar a notícia e às vezes até acaba-se por dar notícias falsas, como tu sabes, cada vez mais, não se vai investigar e eu acho que já nem há jornalismo de investigação à seria em Portugal, por causa disso mesmo. (...) ...valoriza-se mais o entrar e entrar primeiro do que entrar mais bem feito”.
<b>Direto</b>	<p><b>E13.</b> Perderam-se alguns valores com o direto, porque te retira tempo para tratar a informação.</p> <p><b>E17.</b> Abusa-se dos diretos, espreme e não está lá nada. <b>E22.</b> O direto não é previsível, o que acontece, nós mostramos. <b>E26.</b> Não tens tempo para pensar, não tens hipótese de filtrar nada. <b>E29.</b> Com a ansiedade de querer mostrar e informar, nem nos lembramos da nossa integridade física. <b>E26.</b> Em direto não temos hipótese de filtrar. <b>E30.</b> O direto não permite um grande cuidado no tratamento da notícia. <b>E33.</b> Tira a capacidade de análise, mostras tudo. <b>E34.</b> O direto é apanhado pela violência.</p>	<p><b>E13.</b> “Hoje fazes um direto em qualquer lado. E isso era impensável há uns anos. O que te impede muitas vezes de preparar o direto. Basta carregar num botão e estás no ar para todo o Mundo nesse momento. Isso tem coisas ótimas, mas outras muito más, tais como, a falta de tempo para tratar a informação”; <b>E17.</b> “Acho que se usa e abusa dos diretos sem que nada o justifique. E depois acho que até aí a crise ou o argumento da crise se têm feito grandes disparates. Fácil e barato. Mas quando esprememos as coisas e não está lá nada”; <b>E22.</b> “Tudo o que é em direto não é previsível. A questão é que nós não temos tempo nem essa política de ligar à chefia. Basicamente o que fazemos, a maioria das vezes, é não branquear nada. O que acontece, nós mostramos”; <b>E26.</b> “Quando estás lá e vais para direto, nem tens muito tempo para pensar. Não tens tempo nenhum porque aliás tu estás a descrever aquilo que vês e o teu repórter de imagem está em direto e não temos hipótese de filtrar nada, porque não há nenhuma máscara que tu possas pôr”; <b>E30.</b> “...a verdade é que não há grande cuidado em termos de tratamento ou no sentido de evitar essa violência, porque basicamente acontece quase sempre em direto”; <b>E33.</b> “É um constrangimento, porque te tira a capacidade de análise. (...) Estás em direto mostras tudo o que se está a passar à volta. Portanto, esses passos que tu deves ter de cuidado, de “olhe estou a fazer isto”, identificares-te... Às vezes num direto, numa situação de emergência, acabam por ficar um bocadinho para trás”; <b>E34.</b> “O direto às vezes é inimigo do bom, mas é</p>

		fundamental numa televisão. (...) O direto é apanhado pela violência e não ao contrário”.
<b>Falta de Critério</b>	<p><b>E17.</b> É tudo igual, preocupa-me a falta de critério. <b>E10.</b> Existem medidas diferentes dentro da empresa. <b>E39.</b> Deixámos de ir ao essencial: dois homens mortos em Algés não é notícia.</p>	<p><b>E17.</b> “Eu não estou a dizer que não se deve dar. Mas por isso é que existe o CM e também existe o Público ou o DN. Agora, de repente é tudo igual? Não há nada que justifique fazer um homicídio em Alguidares de Baixo, se os contornos são sempre os mesmos. E essa falta de critério preocupa-me”; <b>E10.</b> “Poderá haver, aquela imagem pode passar uma vez e, se calhar, a segunda vez já não passa, porque entretanto alguém viu. (...) Portanto, depois de uma promoção usaram as imagens dele, aí mostra que na mesma empresa poderão haver medidas diferentes”; <b>E39.</b> “Agora, o que é notícia: Dois homens mortos em Algés não é notícia em televisão. Isso é notícia para um direto? (...) Mas sim, deixámos de ir ao essencial. Há muitas coisas que podíamos fazer e deixámos de ir ao essencial para nos focarmos no espetáculo, e tenho muita pena que isso aconteça”.</p>
<b>Imediatismo</b>	<p><b>E2.</b> A velocidade com que corre a informação na internet. <b>E10.</b> Não sei até que ponto há tempo suficiente para haver uma espécie de sensor. <b>E12.</b> O tempo internet leva a que muitas notícias sejam transmitidas sem pensar. <b>E26.</b> Precisas de tempo para perceber o impacto que aquilo vai ter. <b>E39.</b> A sociedade está mais violenta devido ao excesso, tudo é notícia, tudo é imediato.</p>	<p><b>E2.</b> “O tempo da televisão tem que ser um tempo um pouco mais lento que a <i>net</i>, porque a rapidez com que as notícias falsas se tornam virais na <i>net</i>, o tempo da televisão tem que ser outro, tem que ser o tempo da verificação da notícia”; <b>E10.</b> “Vamos supor, tu vens aqui editar a peça comigo e agente constrói e tem imagens violentas. Nós mostramos, fazemos a reconstrução com essas imagens, não sei até que ponto é que existe tempo suficiente para haver uma espécie de sensor aqui dentro para dizer “têm que refazer aquilo, aquela imagem não pode aparecer”; <b>E12.</b> “O tempo internet em que vivemos tem feito com que muitas notícias e muitas imagens sejam transmitidas sem pensar, sem nos debruçarmos sobre os efeitos da transmissão dessas próprias imagens e isso leva-nos para caminhos muito perigosos”; <b>E26.</b> “É o tempo, porque tu precisas de tempo para perceber o impacto de uma coisa e tu às vezes estás aqui à espera de imagem e então o Jornal da Tarde trabalha na rede, trabalha</p>

		com envios de internacional muito em cima da hora”; <b>E39.</b> “...acho que a nossa sociedade está a tornar-se mais violenta devido a este excesso. Diz-se assim: aumentou os casos de pedofilia, ou de violência doméstica. Hoje tudo é notícia, tudo é imediato”.
<b>Inúmeras portas de entrada informativa</b>	<b>E20.</b> O acesso às imagens de violência com a chegada da internet exige um maior filtro. <b>E24.</b> Com a quantidade de coisas que estão nas redes sociais e no Youtube, os órgãos demitem-se de certificar as notícias. <b>E29.</b> É preciso peneirar muito o que chega das redes sociais. <b>E37.</b> Não se pode passar ao lado de uma estória que foi partilhada milhões de vezes numa rede social. <b>E39.</b> Não quer dizer que a violência tenha aumentado, há é uma exposição muito maior.	<b>E20.</b> “O acesso às imagens de violência mudou muito com a chegada da <i>net</i> . (...) Nem tudo o que está na <i>net</i> é notícia. Isso é um problema mais para os jornalistas. Ainda mais. Porque temos mais informação e ao termos mais informação temos de a filtrar melhor”; <b>E24.</b> “Hoje é uma crueldade para os jornalistas, porque com as redes sociais e a quantidade de coisas que estão no Youtube é muito difícil. (...) Por vezes, as notícias tornam-se virais. Os órgãos demitem-se de certificar as notícias, porque elas já estão em outros sítios”; <b>E29.</b> “É preciso peneirar muito o que chega através das redes sociais. Ter muito cuidado com essa intoxicação. São vários tipos de propaganda que chega diariamente”; <b>E37.</b> “Mas não te podes esquecer que existe aqui um fenómeno novo que são as redes sociais. Não podes passar ao lado de uma história que foi partilhada milhões de vezes numa rede social e que depois, às oito da noite no Telejornal, não dás”; <b>E39.</b> “Se não tiveres uma câmara tens um iPhone, filmas, pões nas redes sociais, hoje em dia não podes dar um passo... é muito mais complicado. Não quer dizer que as coisas tenham aumentado, há é uma exposição muito maior”.
<b>Profissionais experientes em falta</b>	<b>E3.</b> Falta nas redações portuguesas pessoas com mais idade. <b>E12.</b> O grande inimigo da RTP é a falta de profissionais experientes.	<b>E3.</b> “Havia pessoas mais velhas antes, quando eu cheguei ao desporto, em noventa e dois, que estavam sempre a dar conselhos. E isso faz falta”; <b>E12.</b> “Mas acho que o principal inimigo da RTP neste momento é a falta de pessoal, falta de profissionais, falta de profissionais experientes que possam ensinar os mais novos. E, portanto, esta loucura da redação esvaziada que tem de continuar a fazer aquilo que fazia com o triplo das pessoas.

		Esse é um grande perigo”.
--	--	---------------------------

**Quadro 7 – Percepção dos jornalistas sobre os mecanismos de autorregulação, correção e de regulação em matéria de violência**

Categoria		
Percepção dos jornalistas sobre os mecanismos de autorregulação, correção e de regulação em matéria de violência		
Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de Contexto
<b>Autorregulação</b>	<p><b>E1.</b> O limite não deve ser uma proibição, mas tem de haver ideias editorialmente claras sobre isso. <b>E8.</b> Faz falta definir a linha editorial e a identidade da RTP. <b>E10.</b> O livro de estilo pode ser importante para termos uma noção até onde podemos ir. <b>E11.</b> Isto tem de ser tudo muito mais claro. <b>E14.</b> Nem toda a gente tem a mesma sensibilidade e quando há uma norma a ser seguida toda a gente segue. <b>E17.</b> Faz falta um livro de estilo que esteja atualizado. <b>E18.</b> É importante haver discussão na redação, mas podia-se ir mais longe e atualizar o livro de estilo. <b>E28.</b> Cada órgão deve ter o seu próprio livro de estilo para orientar aquilo que se põe no ar. <b>E29.</b> O livro de estilo é importante como baliza, como proteção do</p>	<p><b>E1.</b> “Limite tipo proibição não. Mas tem que haver ideias muito claras editorialmente sobre isso”; <b>E8.</b> “Tivemos umas notas feitas pelo José Rodrigues dos Santos há uns anos, temos algumas orientações que vão saindo em ordens de serviço, em comunicados para assuntos pontuais, mas falta de facto uma definição de toda uma linha editorial do canal e que não mude conforme muda a direção, ou conforme muda a chefia; que ajude a criar a identidade da RTP e um padrão de informação”; <b>E10.</b> “Provavelmente o livro de estilo pode ser um espantado, na medida em que quando montas alguma coisa tem de ser assim, assim e assim e não se pode fugir disto. (...) ...mas eu acho que sim, que seria muito importante para todos os envolvidos (repórteres de imagem, jornalistas e editores de imagem), para termos uma noção até onde podemos ir e o que é que não podemos fazer”; <b>E11.</b> “Isto tem que ser tudo muito mais claro. Porque eu posso dizer “o sangue tem que aparecer”, o jornalista também diz que sim e depois o editor de imagem diz que não. Se isto não for claro, quem é que razão ou quem é que não tem razão? E o que é que se deve pôr? Eu, em todo o caso, chamo sempre o Diretor de Informação”; <b>E14.</b> “Acho que choca muito mais, dentro da mesma empresa, um fazer de uma maneira e outro de outra maneira. (...) Porque nem toda a gente tem sensibilidade e quando há um padrão, uma determinada norma a seguir, desde que seja uma boa regra, toda a gente a segue”; <b>E17.</b> “...eu acho que deveria haver um livro de estilo. Ele existe mas não está aplicado. É como se não</p>

	<p>jornalista. <b>E30.</b> Deviam existir <i>guidelines</i> que me indicassem até onde posso ir. <b>E39.</b> O livro de estilo podia ajudar a esclarecer o que devemos ou não fazer.</p>	<p>houvesse. (...) Os dilemas dos dias de hoje há uma parafernália de assuntos que obrigaria a ter um livro de estilo. Mas um a sério e não um daqueles para ficar e ser estanque. Porventura estar atualizado”; <b>E18.</b> “...provavelmente, o que tem que haver é maior articulação entre quem chefia, a coordenação e o jornalista encarregue da reportagem. Para saber que limites é que existem em relação ao tratamento daquela estória. Eu acho que se poderia ir mais longe, poder-se-ia atualizar o livro de estilo”; <b>E28.</b> “Eu acho que cada órgão de comunicação social deve ter os seus próprios <i>guidelines</i>, o seu próprio livro de estilo para orientar aquilo que se põe ou não no ar. Eu não posso exigir que, por exemplo, um jornal tabloide ou um canal de televisão tipo o Correio da Manhã que tem outro tipo de abordagem à notícia, seja igual ao que a RTP faça”; <b>E29.</b> “É, como referencial, como baliza e como proteção do próprio jornalista. Face a pressões externas. Perante determinada situação, se o livro de estilo for bem elaborado, ele pode ajudar o jornalista a afastar certos procedimentos inaceitáveis”; <b>E30.</b> “Mas pelo que me vou apercebendo não há qualquer <i>guideline</i>, não há qualquer linha por onde se deve ir, porque - se houvesse eu saberia - estou no terreno e nunca me disseram “vais só até ali e não exploras essa violência”. Acho que não existe, mas realmente devia existir”; <b>E39.</b> “Acho que nos faz falta um bocadinho esse guia, se lhe quiseses chamar livro de estilo. Até porque nós perdemos muito recentemente muitos jornalistas seniores, que eram as nossas referências e em quem nós confiávamos quando tínhamos alguma dúvida. Os que ficaram também estão um bocadinho como nós, estão todos os dias a aprender”.</p>
<b>Corregulação</b>	<p><b>E6.</b> As coisas que chegam ao Provedor não resultam em nada. <b>E31.</b> O Provedor devia estar mais presente na</p>	<p><b>E6.</b> “O Provedor não serve para nada (...). Não falo em específico, mas a função, em Portugal. Ele não provem nada. Ele não tem poderes reais. O Provedor é uma figura redundante sobre a ERC”; <b>E31.</b> “Acho que o trabalho dele com a própria</p>

	<p>redação. <b>E34.</b> Não se faz o direito do contraditório, na Voz do Cidadão. Não se pode basear o programa numa crítica.</p>	<p>redação devia ser mais direto e por isso eu acho que ele devia estar mais presente na redação”; <b>E34.</b> “Nesse tipo de programas [“A Voz do Cidadão”] não se faz aquilo que nós consideramos que é básico para o jornalismo, que é o direito do contraditório. (...) E um programa que tem, como é o caso do Telejornal, entre oitocentos e cinquenta mil telespectadores (nos seus piores dias, um milhão e duzentos mil), não pode basear o programa do telespectador numa crítica, não pode”.</p>
<b>Regulação</b>	<p><b>E6.</b> Sempre que há desvios devia haver uma retroação. <b>E8.</b> Falta qualquer coisa para que haja mudança. <b>E9.</b> Tem que se manter um bocadinho mais próxima. <b>E12.</b> A ERC não é uma entidade que regula, preocupa-se com coisas acessórias. <b>E13.</b> Passa-se para lá da linha e nada acontece. <b>E18.</b> A ERC podia determinar recomendações para a comunicação social em geral. <b>E20.</b> A ERC devia ser mais exigente com os outros operadores. <b>E26.</b> A ERC está muito desligada da realidade, deviam ter pessoas da área. <b>E33.</b> A ERC devia ter mais opiniões sobre o uso da violência. <b>E34.</b> Cabe à ERC ser muito mais pró-ativa. <b>E35.</b> O trabalho da ERC depende quem lá está. <b>E38.</b> A ERC não devia</p>	<p><b>E6.</b> “Não digo que o Diretor de Informação da RTP devesse ser chamado lá com regularidade, mas acho que sempre que há desvios, devia haver uma retroação. Sem que houvesse denúncia. (...) Onde está a ERC a dizer: Então, onde está aquilo que disse que ia fazer? Ai não está a fazer? Então, <i>skate!</i> Isto não existe. E não era por denúncias”; <b>E8.</b> “Mas o que vejo é que, apesar dessa atuação falta qualquer coisa para que depois haja mudança. Não basta pagar uma multa porque a seguir, ok. Eu pago uma multa X, mas amanhã fazendo a mesma coisa consigo vender mais não sei quantos jornais, portanto o balanço não compensa a penalização, posso continuar a infringir”; <b>E9.</b> “Fica sempre a sondar, demora muito tempo a reagir. Acho que tinha que estar mais próximo das estações, dos jornalistas, das redações, tinha que participar mais”; <b>E12.</b> “A ERC muitas vezes preocupa-se com coisas completamente secundárias e com as essenciais não se preocupa. Porque a Lei também está feita de uma forma que as televisões privadas preferem pagar multas a respeitarem a Lei”; <b>E13.</b> “Acho que a ERC podia ter um poder mais alargado. E até na punição do jornalista. Ou uma instituição que analisasse estas situações. Um conselho de jornalistas, por exemplo. Passa-se para lá da linha e nada acontece”; <b>E18.</b> “Se estamos a falar da comunicação social em geral, se calhar tratar o tema da violência com recomendações da ERC, se calhar é isso que tem que se fazer”; <b>E20.</b> “Há coisas que são admitidas</p>



	regular em matérias de jornalismo. <b>E39.</b> Se as pessoas não se queixarem, eles não tomam iniciativa.	<p>aos outros, que não são admitidas à RTP. (...) Acho que [a ERC] devia ser mais exigente com os outros, porque no fim de contas somos todos jornalistas, são critérios jornalísticos que estão em causa”; <b>E26.</b> “Eles estão muito desligados da realidade, se calhar deviam ter pessoas mais práticas, tipo pessoas que tivessem trabalhado em televisão, terem consultores de televisão, de rádio e de jornais”; <b>E33.</b> “Parece-me que a ERC funciona um bocadinho na base da denúncia e não da iniciativa. (...) Agora a ERC também não é um gabinete de censura, para estar constantemente a vigiar e a controlar. Mas acho que sim, devia ter mais opiniões sobre o uso da violência, imagens com crianças...”; <b>E34.</b> “Eu acho que cabe à ERC ser muito mais pró-ativa. (...) Evitava-se erros de todos nós e mostrava que eles estavam mais junto a nós, que não eram só um órgão de punição, que muitas vezes é o que nos parece que são, são um órgão de punição e são um órgão de consultadoria quando alguém tem alguma dúvida.”; <b>E35.</b> “Isso depende de quem está na ERC. Esta ERC agora, dirigida pelo Carlos Magno, não faz nada... a ERC anterior do Azeredo Lopes foi uma boa ERC, uma ERC muito interveniente, muito ativa, com muitas orientações e com uma grande intervenção que a meu ver, a maior parte das vezes era bastante positiva”; <b>E38.</b> “...não considero que a ERC devia regular, ou ter algum papel nas matérias do jornalismo, tenho dúvidas, honestamente. Está tudo baralhado, está tudo misturado, é tudo do mesmo saco. Acho que devia haver uma coisa à parte”; <b>E39.</b> “Vão muitas vezes atrás das queixas e o que acontece é que se as pessoas não se queixarem, não são eles que tomam a iniciativa de partir para a frente do terreno. Acho que eles aí poderiam fazer um papel muito mais pró-ativo, de antecipação às coisas”;</p>
--	---	---

## **ANEXO G – Entrevistas aos jornalistas da RTP**

### **Adília Godinho (E1)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva da RTP?

**AG:** Em termos de imagem, que se calhar é o mais fácil de abordar, em termos de imagens nós RTP não transmitimos tudo. Isto é, mesmo que se esteja a receber... Se calhar é mais simples dar-te exemplos. Imagina que há imagens de um rescaldo de um atentado na Síria ou no Iraque. Há corpos despedaçados, coisas por aí, mesmo que se esteja a receber essas imagens em direto, nós na régie estamos com atenção e tiramo-las do ar, se por exemplo houver imagens violentas explícitas. Os tais corpos despedaçados, um braço para ali, uma criança em sangue.

**SS:** Já te aconteceu uma situação semelhante enquanto fazias a coordenação de um Telejornal?

**AG:** Em direto não, mas em todas as peças, por exemplo, do internacional. Há dias a Raquel estava a editar isso e estivemos a ver as imagens. Quando temos dúvidas é sempre uma coisa consensual. Nesse caso, eu tive a última palavra que, por acaso, coincidia com a da Raquel. Que é, quando a imagem é chocante não se põe no ar. Não podes cair no erro contrário que é, falar da guerra e de um atentado e mostrar ruas, imagens inócuas, porque não é isso infelizmente a guerra. A Rita costuma dizer uma coisa que é isso mesmo. Imagina que a tua filha está a ver televisão, não mostrar uma coisa que faça chocar a tua filha. Por exemplo, voltando ao exemplo da peça da Raquel, que é uma coisa recente e que eu me recordo perfeitamente. Estava uma imagem de uma criança nos braços de um familiar, completamente em sangue, e aquilo não foi para o ar, como é evidente, porque era uma imagem demasiado chocante. Apesar de ser bem exemplificativa do que é um atentado na Síria.

**SS:** O que é que impera?

**AG:** Bom senso, ponto número um. É o que se tem que ter, bom senso. Quando tu tens uma imagem muito violenta precisas de ter bom senso para perceberes se pões esta imagem no ar.

**SS:** E a forma como a pões?

**AG:** Sim, a forma como a pões. Ela pode ser trabalhada graficamente, e podes optar por não pô-la de todo.

**SS:** Que tipo de critérios é que te indicam as coisas que não deves exibir concretamente?

**AG:** Continua a ser o bom senso. Tu tens que fazer o balanço entre a importância do que estás a mostrar do ponto de vista noticioso e o choque que isto pode causar. Se tu achas que a imagem é chocante e não ajuda a compreender a notícia, o acontecimento, então pode-se dizer que é uma imagem gratuita. E, nesse caso, estamos a falar de imagens absolutamente chocantes; nesse caso não a pomos ou tentamos não a pôr. É difícil controlar tudo a todo o tempo, a toda a hora, a todo o segundo. Mas os jornalistas estão alertados para isso também. Nós próprios quando achamos que há uma imagem que pode ser violenta -

não para nós, que se calhar já vimos muita coisa, apesar de tudo continuas a chocar-te - ouves sempre a opinião de alguém, de um colega, do teu superior hierárquico.

**SS:** Uma vez que coordenas o Telejornal há algum tempo... Já aconteceu achares que um jornalista possa ter trabalhado uma peça deste género com menos cuidado?

**AG:** Já aconteceu quando foi o ataque ao jornal francês Charlie Hebdo. Houve uma enorme discussão, porque houve várias opiniões... No Jornal da Tarde foram mostradas umas imagens em que, quando os assaltantes estão a sair do edifício, no vídeo em que matam um polícia. No Jornal da Tarde essas imagens foram mostradas assim e no Telejornal, depois de uma grande discussão, porque houve pessoas que acharam que se podia mostrar aquilo e houve pessoas que achavam que não se devia mostrar aquilo daquela forma, aquele vídeo todo. E eu fui da opinião que não se devia mostrar. Aquilo chocou-me. O momento em que uma pessoa é morta, de preferência, não deve ser mostrado. É uma coisa para além de violenta, é uma coisa muito privada. O momento em que uma pessoa morre assassinada no meio da rua, apesar de ter sido no meio da rua, precisamente, mas é uma coisa que não tens necessidade tal e qual como ele foi filmado. Portanto, o que se fez no Telejornal, logo a seguir, foi trabalhar essas imagens. Acho que se cortou o vídeo, não se meteu o momento do disparo, salvo erro. É um risco que se corre, tu vês tantas imagens... Muitas vezes o internacional que nós trabalhamos é muito violento, sobretudo agora com a história do ISIS, há muita guerra, há muitos atentados, muitos corpos... Outra coisa que temos de ter sempre presente de que isto não é um filme. O que tu estás a mostrar às pessoas não é um filme, não é um videojogo, é vida real. Portanto, são vidas de pessoas que podiam ser teus conhecidos, podiam ser teus vizinhos, só não são porque nós estamos na Europa e eles não. Ou no caso do Charlie Hedbo sim, ainda mais próximo.

**SS:** Achas que a proximidade é uma condicionante para se mostrar mais ou menos? Para se ter mais ou menos pudor...

**AG:** Não, não.

**SS:** O tratamento é igual independentemente disso?

**AG:** É. Estou a pensar no meu entendimento, é a minha opinião, sim. Admito que isso seja capaz de influir, estou a pensar na história do ISIS e enfim...

**SS:** Sobre a questão do ISIS, revês-te nas decisões tomadas pela anterior Direção de Informação e Conselho de Redação sobre o não passar imagens que servissem de apelo ao terrorismo ou que funcionassem como propaganda?

**AG:** Não totalmente, e na altura disse ao então diretor que era o José Manuel Portugal. Isto é, revejo-me nessa afirmação que disste em que os jornalistas não podem ser veículos de propaganda, e nesse sentido não podes mostrar os vídeos tal como eles nos chegam. São vídeos fabricados, são vídeos de propaganda, ponto final. E, portanto, não deves mostrar esses vídeos, não deves mostrar as decapitações, evidentemente. Não deves mostrar o que eles nos querem mostrar. Ou seja, não deves ser o veículo. Isto é muito claro. No entanto, nós somos jornalistas e o nosso trabalho é tratar o que nos chega. Não significa

isto mostrar decapitações, mostrar vídeos, pôr a “musiquinha” que eles impigem, pôr os vídeos que eles fazem a apelar à violência, seja o que for. Mas tens que tratar aquilo de uma forma jornalística, é esse o nosso trabalho, tens um papel de intermediário também.

**SS:** Na altura deixaram de fazer esse tipo de tratamento?

**AG:** Não deixámos, mas contivemo-nos muito nas imagens todas, sim. Houve uma grande contenção do que nos chegava via ISIS, via propaganda ISIS. Usámos muito mais, por exemplo, em vez de usar vídeos, usávamos *frames* dos vídeos.

**SS:** O Sérgio Vicente contou-me que mesmo no caso da Revista do Ano se conteve muito a mostrar essas imagens...

**AG:** Sim, usas apenas fotogramas. Escolhias um fotograma, que quase não identificasse. Tivemos muita contenção. Ou seja, essa diretiva foi seguida, foi uma diretiva da Direção de Informação e foi seguida.

**SS:** Achas que deve haver um limite?

**AG:** O limite do bom senso, como temos estado a falar. Limite tipo proibição não. Mas tem que haver ideias muito claras editorialmente sobre isso.

**SS:** Achas que funcionam melhor os debates quando surgem casos mais específicos?

**AG:** Quando surgem casos pontuais é muito claro, ou seja, quando são casos muito extremos, como as decapitações, toda a gente sabe que não vais mostrar aqui. Depois, há ali, às vezes, uns meios-termos em que a discussão é mais acesa.

**SS:** Achas que podiam haver critérios ou uma linha que vos ajudasse a transparecer o tratamento destes casos mais chocantes?

**AG:** Não. Não há critério nenhum que te ajude a encontrar isso, porque cada notícia que tu trates tu partes do zero. Isto é, regulamentar demasiado é sempre uma coisa errada, porque que critério é que vais criar? Isto é uma redação onde trabalhamos ao lado uns dos outros, onde os diretores estão constantemente na redação, onde todos sabemos o que é que um de nós está a fazer. Não há critério que te ajude mais do que isso que é, trabalhas em *open*. Isto é, eu estou aqui, os editores estão na redação, os diretores estão na redação... Se há dúvidas tens sempre a quem perguntar. Acho que não estou a ver que tipo de critério é que tu podes criar, porque tu própria tens os teus princípios. A profissão do jornalista é regida por princípios éticos e deontológico, é isso que nos rege a todos.

**SS:** Consideras que o jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um jornalista de um canal privado?

**AG:** Não, e se há essa perceção é porque alguém está a trabalhar mal. A função do jornalismo e dos jornalistas é sempre a mesma: informar. A forma como o faz, a linha editorial das direções é que define a forma como nós fazemos esse trabalho, ou como mostramos esse trabalho com o público, ou como pomos esse trabalho no ar. É claro que a linha editorial da RTP é diferente da linha editorial da Correio da

Manhã TV, e isto é claro. Mas acho que a nossa função, dito de uma forma abstrata, não, que um jornalista quer trabalhe na RTP, quer trabalhe na Correio da Manhã TV. Que é informar o melhor que sabes, com o melhor enquadramento que consigas, para que na posse desses dados quem esteja a ver as notícias consiga perceber e avaliá-la; perceber não só o que está a ser dito, como compreender a sua implicação.

**SS:** Consideras que a ERC tem um papel mais ou menos passivo na regulação dos meios de comunicação social neste contexto da violência?

**AG:** Acho que podia ter uma papel bastante mais ativo, também acho que o Conselho Deontológico podia ter um papel mais ativo. Não precisam de ficar à espera de uma queixa.

**Alberta Marques Fernandes (E2)**

**SS:** Alberta, qual é a sua perceção sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva da RTP? É preciso ter algum tipo de cuidado?

**AMF:** Claro que sim, claro que sim. Para já proteger a vítima, porque quando há violência, há um agressor e uma vítima, e o jornalista deve proteger a vítima, proteger a identidade logo em primeiro lugar. Agora, a realidade é esta, quando o caso de violência acontece perto de nós, nós temos muito mais tendência a proteger de que quando o caso acontece do outro lado do mundo.

**SS:** Acha que a proximidade é um fator?

**AMF:** A proximidade é um fator, claro. Nós olhamos para uma situação às vezes de extrema violência com outros olhos se aconteceu na China.

**SS:** Não nos sentimos tão sensibilizados?

**AMF:** Exatamente. E portanto a latitude com que tratamos uma imagem de violência na China, é diferente se tratarmos aqui em Lisboa, ou no Porto, ou em Braga. Completamente diferente, até porque somos nós e eles, não é? E há aquele “eles” que nos permite, de facto, outra latitude. Embora, eu defenda, pessoalmente, que mesmo que seja na China, nem tu é... Vamos lá ver uma coisa, uma imagem violenta só pode ser colocada no ar por alguma razão.

**SS:** Se fizer sentido para a história...

**AMF:** Se fizer sentido para a história e se for imprescindível a contar a história, a violência gratuita é alheia ao jornalismo, ou deve ser alheia ao jornalismo. Estamos a falar de uma forma muito geral, porque a violência assume muitas características.

**SS:** Que critérios é que imperam no tratamento desse tipo de informação por parte dos jornalistas?

**AMF:** Tem de ser o bom senso, a sensibilidade... Olha eu acho que o critério devia ser, se a minha filha estivesse a ver isto tudo, se podia ver esta imagem...

**SS:** Transpõe-se ao papel de telespectador?

**AMF:** Ai sim, completamente. E para a hora que estamos a passar, a hora que estamos a fazer... Já aconteceu às vezes eu estar a tarde inteira ou a manhã a dar notícias, o meu coordenador não vê por exemplo as peças todas que vão para o ar, eu também não vejo, e de repente há uma peça ou uma imagem que me chama a atenção e eu penso “é pá... isto não vai passar mais, não pode passar mais”.

**SS:** Já aconteceu no ar?

**AMF:** Sim, no ar.

**SS:** Consegue lembrar-se de algum caso específico?

**AMF:** Não me consigo lembrar de nenhum caso específico mas sim, já chateei coordenadores por causa disso, mas eles a concordarem comigo.

**SS:** Acha que devia de haver outro tipo de cuidado para verificar essas peças antes?

**AMF:** Não é uma questão de outro tipo de cuidado, às vezes tem a ver com a sensibilidade de cada um. Quer dizer eu vejo ali o ultrapassar do risco e há outras pessoas que não veem.

**SS:** E acha que deveriam haver uma espécie de *guidelines* ou critérios para que não existisse esse ultrapassar o risco? Porque quer dizer, a sensibilidade e o bom senso de cada um é muito subjetivo não é?! Como disse, o que é para si chocante, para mim pode não ser...

**AMF:** Claro, exatamente. Mas deve haver. Quanto aos critérios, um deles é a proteção da vítima. Eu acho que sim que devem existir, existem critérios para isso... Mas estamos a falar de uma latitude violenta. É violenta uma imagem de um choque de comboios com corpos todos esfaqueados, como é violento um homem a bater numa mulher, assim como uma criança maltratada. A violência pode ser muita coisa.

**SS:** A Alberta revê-se na diretiva da anterior Direção de Informação que proibiu as imagens enviadas pelo ISIS que servissem de apelo ao terrorismo e de propaganda?

**AMF:** Sim, perfeitamente, porque nós jornalistas estávamos sem querer a fazer exatamente aquilo que os terroristas querem, não é? Porque é que eles filmam aquilo? É para passar. Filmam uma decapitação que é para passar na televisão, e nós devíamos dizer assim “não passamos”, porque é uma imagem terrível, basta imaginar, basta dizer decapitação, e nós não vamos fazer o jogo do medo que é onde joga o terrorismo. Mas isto é em relação ao terrorismo, como é em relação a qualquer outro tipo de propaganda, nós devemos estar atentos às rasteiras que nos colocam, para não irmos atrás. Nós caímos em imensas rasteiras, passamos a vida nisso.

**SS:** Considera que a missão de informar é a mesma para todos os jornalistas, porém, face à RTP a responsabilidade é diferente?

**AMF:** Não acho. Acho que a responsabilidade do jornalista é igual na RTP, na SIC ou na TVI, é exatamente igual.

**SS:** Porém a estação em si tem um vínculo diferente...

**AMF:** Eu continuo a achar o jornalismo serviço público, ponto. Seja feito por privados seja feito por públicos, e portanto há mau jornalismo e bom jornalismo, mas é sempre serviço público, por isso não acho que nós jornalistas da RTP tenhamos que ter especial cuidado em nada, só temos que ser bons jornalistas.

**SS:** Tendo em conta uma visão mais global daquilo que se faz quer em estações privadas quer nas públicas, acha que se tem caído na banalização da violência?

**AMF:** Acho que sim, às vezes sim, explora-se demasiado. Não só os casos de violência exploram-se os casos dramáticos, exploram-se as emoções, a televisão é um meio que mexe com emoções e às vezes os

jornalistas caem na tentação de explorar esse lado da emoção, prender o telespectador pelo lado da emoção e não pelo lado da informação, que é isso que devemos fazer.

**SS:** A ERC deveria ter um papel mais ativo ou menos passivo nestes casos?

**AMF:** Não... Acho que faz o seu trabalho. Quem tem que fazer depois o trabalho de escolha é o telespectador, que tem várias possibilidades de escolha, e depois o telespectador também não é parvo, vê o que quer e sabe muito bem distinguir essas linhas editoriais, e graças a Deus há linhas editoriais diferentes umas das outras.

**SS:** Com a quantidade de meios e com a velocidade com que nos chega a informação diariamente, de várias fontes, que muitas vezes não são reveladas, o jornalista tem um papel de *gatekeeper* muito mais acrescido?

**AMF:** Tem mesmo. Nós temos que ter cuidados brutais. A coisa que mais odeio é dar uma notícia falsa, uma notícia errada.

**SS:** Já aconteceu?

**AMF:** Já, claro. Vinte e quatro anos de jornalismo sempre no ar, eu sou a cara do noticiário e obviamente que tenho de confiar na informação que me chega. Mas, por exemplo, quando o Papa Bento XVI abdicou, era a coordenadora a dizer-me e eu “não acredito, não é verdade não abdicou nada”. Fiquei ali um tempo até aceitar que tinha mesmo abdicado e dar a notícia no ar, porque eu estava no ar nessa altura, porque não estava a acreditar no que a minha colega estava a dizer. Mas é importante *checkar* as coisas.

**SS:** Sente que tem uma responsabilidade acrescida por dar a cara?

**AMF:** Sim, claro. Somos nós o veículo da informação, é a nossa voz, a nossa cara.

**SS:** E nessa questão das notícias falsas, não se consegue lembrar de alguma situação em específico?

**AMF:** Não.

**SS:** Como é que consegue dar a volta depois?

**AMF:** Aí assumo o erro, claro. Imediatamente assumo o erro e peço desculpa e corrijo. Às vezes nem são falsas, é mais falta de rigor na forma como se transmite a informação e o rigor é importantíssimo. Eu queria introduzir um fator com que nós trabalhamos hoje em dia e que não podemos ser alheios, que é o fator *net* e a velocidade com que a informação corre, e a informação corre com uma velocidade tão estonteante que a televisão não pode ir atrás, não pode nem deve. Esta é a minha opinião, não pode nem deve ir atrás. O tempo da televisão tem que ser um tempo um pouco mais lento que a *net*, porque a rapidez com que as notícias falsas se tornam virais na *net*, o tempo da televisão tem de ser outro, tem que ser o tempo da verificação da notícia. Apesar de a *net* ter a importância do *talk* que tem hoje em dia, a televisão tem que ter o tempo de verificação da notícia, não pode dá-la só porque está na *net*. Nem mesmo num *site* conhecido, o jornalista tem de verificar. É uma tentação muito grande até porque estamos em concorrência e a concorrência já pôs em rodapé e nós ainda não pusemos. Isto é uma “jerra”. Mas eu



também não tenho essa tarefa de decidir de quando damos quando é que não damos. Dou a minha opinião, às vezes mais vale esperar uns minutos, eu prefiro esperar uns minutos e dar depois nos outros, mas dar bem, com rigor, do que correr o risco de dar uma notícia que não é rigorosa.

**SS:** E agora que falávamos no imediato e no instantâneo, achas que o direto muitas vezes também dificulta o vosso trabalho? A constante do direto...

**AMF:** A constante do direto não dificulta, há técnicas para fazer um direto, é repetição a partir de um determinado momento. Desde que a informação que se dê seja certa e rigorosa o direto não tem problema nenhum. O problema é quando a pessoa não tem experiência e começa a entrar por campos que não deve, mas um jornalista experiente pode ficar uma hora a fazer um direto, com todo rigor e repetir-se de cinco em cinco minutos tudo.

**SS:** Já lhe aconteceu?

**AMF:** Já claro acontece a todos, há técnicas para isso sem abdicar do rigor informativo.

### **Alexandre Albuquerque (E3)**

**SS:** Qual a sua percepção sobre o tratamento da violência na informação da RTP?

**AA:** Eu acho que há um grande filtro, devo dizer. É uma grande preocupação de todos nós para que não seja mostrada violência nua e crua. Mas muitas vezes é complicado. Eu já tive esse dilema uma vez. Não tem propriamente a ver com violência, tem mais a ver com imagens violentas. Um ciclista teve um acidente grave e cortou a zona do pescoço e aquilo era muito feio. E depois tínhamos seis meses depois, uma reportagem com o médico que o havia tratado. O ciclista tinha sobrevivido, mas devido a essa queda, ele perdeu um rim, pois perdeu muito sangue. E a minha dúvida era: como posso mostrar a gravidade desta lesão se não mostro as imagens? Acabei por não as mostrar, porque aquilo era muito mau. Impressionava bastante o golpe na zona do pescoço. Parecia que estava a sufocar e acabei por não as usar e não sei se as pessoas tiveram a noção real da gravidade daquilo. Mas deu uma história engraçada. Ele não recebeu o médico com muita simpatia, apesar do médico lhe ter salvado a vida. E ele estava-se mesmo a queixar: “Não percebo o que fez. Perdi um rim!”, estava mais aborrecido do que propriamente feliz pelo médico lhe ter salvo a vida. Há sempre aquelas imagens que eu acho que são muito corriqueiras, mesmo de bombas no Médio Oriente... Aquilo já é tão corriqueiro que as pessoas não se sentem afetadas.

**SS:** Tem a ver com a proximidade ou distanciamento?

**AA:** Acho que com o distanciamento. As pessoas pensam no conflito israelo-árabe, provavelmente o maior cancro do Mundo, mas aquilo já não vai ter solução. Existe há mais de dois mil anos. Mesmo Jesus Cristo não conseguiu resolver aquilo... Enfim.

**SS:** Há uma banalização dessa temática?

**AA:** Acho, sim. Nós vivemos tempos violentos. Repara naqueles tipos, americanos ou não, mesmo nós não vendo os tipos do Estado Islâmico a cortar as cabeças, apesar de haver aí imagens, aquilo já é violento ele estar ajoelhado. Já sabemos o que lhe vão fazer. Ele vai perder a vida e vai ser assassinado da forma mais violenta possível. E não precisamos de mostrar essa violência. A pessoa que vai morrer está ajoelhada, com um fato cor-de-laranja. Basta isso, às vezes basta mais sugerir do que mostrar e isso já demonstra violência. Se fores a ver bem, a violência está em todo o lado. Esse é que é o dilema e a inteligência do repórter, ele decidir, sozinho ou em conjunto, para que se mostre realmente a gravidade da situação sem ser tão chocante. Há coisas inevitáveis.

**SS:** O que é que impera nesse tratamento?

**AA:** Muitas vezes é a audiência. Quanto mais chocante melhor. Mas espera. Na RTP há um cuidado nesse sentido. Até foi aqui decidido não se mostrar essas imagens.

**SS:** Concorda com isso?

**AA:** Concordo. Porque hoje em dia as pessoas não estão dependentes só do Telejornal para se informarem. E essas imagens que são corriqueiras basta irmos à internet para as vermos. Algumas delas no Youtube e sem qualquer aviso. Eu acho é que a RTP, enquanto televisão referência e serviço público,

deve ter um especial cuidado. O Próprio pivô deve alertar para isso. É o mínimo. Depois, eu falava no dilema. É uma questão de autocensura. O jornalista deve fazer isso. Quer dizer, num Mundo ideal deveria refletir e ter tempo para isso, mas muitas vezes não há tempo para isso. Às vezes os responsáveis pelo Telejornal não viram as imagens e dizem que é necessário meter. Recordo-me de outra situação, convém não dizer nomes, mas aconteceu com os Jogos Olímpicos de Atlanta, em 96, nos Estados Unidos. Houve uma bomba que rebentou e pessoas ficaram feridas. Houve imediatamente gente a dizer que era um tentado terrorista. E a RTP lá, no local, não tendo as imagens, creio que as comprou. E cá em Lisboa estavam sistematicamente: “Metam essas imagens no ar!”. E aquilo acho que não era nada de especial.

**SS:** Crê que se espetacularizam esses temas?

**AA:** Há essa tendência. Tratar as coisas com sensacionalismo. Há coisas que são sensacionais por elas próprias. Eu acho que nós estamos aqui, não creio estar a compreender a tua área de análise, se é a guerra, violência, morte... Não sei, mas acho que os estagiários tentarem ficar aqui pode ser uma ação agressiva. A sociedade é muito agressiva. Estamos a viver tempos muito maus e isso pode tornar as pessoas violentas. O facto de não terem emprego, serem mal pagas, não terem segurança no que fazem. Isso torna-as violentas.

**SS:** Achas que não há critérios definidos sobre como se deve tratar a violência nos *media*?

**AA:** Há, evidentemente que há. Outros que têm de ser definidos. Mais não seja a consciência do próprio repórter. Nós nunca vemos as cabeças separadas dos assassinados no Estado Islâmico. Nunca se mostrou crianças mortas. Às vezes há terremotos em zonas várias do Mundo onde apareciam crianças mortas e houve sempre um cuidado para não mostrar. Nunca aqueles grandes planos foram mostrados.

**SS:** Existem um conjunto de critérios que vos orientem nesses casos?

**AA:** Nunca foi preciso. Já existe a ética jornalística.

**SS:** Mas da parte da empresa?

**AA:** Há um livro de estilo, escrito, salvo erro, pelo Rodrigues dos Santos, mas uma coisa muito simples. Deve haver esse cuidado do jornalista, mas nunca ofuscando a verdadeira história. É a nossa própria consciência. Liberdade total para a responsabilidade total. Cabe a cada um definir esses critérios. É a coisa mais simples e evidente que podes fazer. Podes dizer que há pessoas que não têm escrúpulos e metem tudo, mas isso é penalizado pelo próprio público. Porque ele quer saber, mas não quer, acho eu, que essa violência seja mostrada de forma gratuita. Dizemos que houve pessoas que tiveram problemas, mas não é necessário mostrar corpos desmembrados. Por exemplo, o telejornal é transversal a todas as classes e idades. Todo o tipo. Temos de ter um pouco, senão mesmo máxima, neste caso. Agora, muitas vezes, um jogo normal, da América do Sul, raramente passa no telejornal. Mas se houver “porrada”, invasão de campo... já passa. Já é mais fácil. Há aqui uma exploração.

**SS:** Como é que isso surge?

**AA:** Por exemplo, a violência vende e é apelativa. Estávamos a falar de cortar cabeças, mas duas pessoas à “porrada” chama a atenção. Se calhar é por isso que como estamos numa sociedade competitiva ao nível de audiências, provavelmente, às vezes, há quem ceda. Às vezes, isso acontece. Um jogo entre equipas argentinas raramente passa, a não ser que seja por alguns nomes sonantes, mas se tiver uma invasão de campo, adeptos a baterem uns nos outros, jogadores e árbitros... isso passa de certeza. É mau. Não, mas é mostrar o lado da violência no desporto. É como nas corridas de automóveis, se houve um acidente espetacular, rodas pelo ar e assim, entra de certeza. É mesmo assim.

**SS:** Já teve algum momento, em direto, alguma coisa mais grave que depois visse e achasse demasiado?

**AA:** Em direto... alguns casos, mas eu não estava em direto. Houve aquela do varandim de Alvalade. Era um Sporting-Porto e o Sporting estava a chegar no autocarro e por cima restava um varandim e acumularam-se ali adeptos do Sporting, só que aquilo cedeu e eles caíram. E logo o médico do Porto tentou ajudar e foi criado ali um ambiente muito mau. Muitas vezes o que fazemos é chegadas de claques, comigo nunca se passou nada. Por vezes há umas pedradas e a indicação é logo para ficar em direto. Há conflitos nessas coisas. Eu não tenho um caso particular. Uma situação em que a violência agarra as pessoas. As claques têm tendência para muitas realidades. Nós só fazemos esses diretos quando há grandes jogos. Nada de especial comigo. Mas sei de alguns colegas que, ali em Alvalade, estavam em direto e começaram a chover pedras. Era um jogo com o Atlético de Madrid. Os do Atlético responderam, houve um momento tenso. Caiu uma tocha em cima do carro de exteriores. Houve ali aflição. Mas continuaram a dar o direto. Foi com o Pedro Martins. Lembro-me disso. Por exemplo, estava na final da Taça do *verylight*. Isso já foi há mais tempo e eu andava com camara solta a fazer reportagem. A dada altura acalmámos e fomos ver um pouco do jogo. É quando vejo uma onda de pessoas a ir embora e a dizerem que mataram alguém.

**SS:** Acha que com a velocidade com que a informação corre, o jornalista tem uma maior responsabilidade?

**AA:** Evidentemente que sim. Não só ele, como o coordenador do jornal. Muitas vezes, hoje em dia, já não se cruza informação nem se contacta três e quatro fontes para uma notícia. Mal se saiba e até basta ser um rumor, mete-se logo no ar. Muitas vezes nem se confirma. A RTP ainda vai tendo algum cuidado. Lembro-me uma vez que o Expresso disse que o Pinto da Costa estava internado num hospital muito mal de saúde. Quase que tinha morrido e houve pessoas a insistirem com o desporto para darmos essa notícia. Porque tínhamos confirmado que não era verdade. As nossas fontes disseram que nada daquilo tinha acontecido. Mas havia outras, que estavam a coordenar o telejornal, da área da política e diziam que o Expresso não podia ser tão leviano. Se fores à internet matam diariamente pessoas famosas. A ânsia de ser o primeiro a dar a notícia, as pessoas tendem a perder o limite disso. Tenho outro caso: houve um jogador dos juniores do Benfica que sofreu um ataque cardíaco enquanto jogava, tinha 18, 19 anos. Foi levado para o hospital. Mais ou menos a meio surge o rumor de que ele tinha morrido. Eu liguei para um médico do Benfica para confirmar que tinha morrido. Entretanto, a apresentadora já tinha dado a notícia sem confirmar sem nada. Quase de certeza que estava morto? Eu nem sabia se os pais tinham sabido disso. Essa coisa leva à descredibilidade. É querer ser o primeiro em tudo. O primeiro a dar. Quando

somos jovens temos essa coisa de “ei, dei algo que mais ninguém deu”. Mas depois se é falso... Temos sempre de cumprir aquelas regras éticas. Não fomos o primeiro, mas demos a notícia como deve ser. Acho que é preferível isso.

**SS:** Acha que a ERC tem feito um bom trabalho?

**AA:** Não me interessa muito isso. A ERC faz um papel quase rainha de Inglaterra. Não supervisiona nada. Passa multas. Mas creio que as queixas em Portugal são mais sobre o Big Brother. Não tem muito a ver com questões jornalísticas. É evidente que tem que haver um organismo que fiscalize. Mas para isso já há os tribunais. Se alguém se sente ferido, e isso acontece quase diariamente, pois há pessoas que se julgam quase feridas por isso, recorrem aos tribunais. O jornalista vai lá e defende-se. Os tribunais são a última instância para decidir isso, acho eu.

**SS:** Crê que o trabalho da ERC é importante?

**AA:** Sim, mas não resolve os problemas mais graves da profissão. A ERC multa a RTP porque o telejornal, em vez de acabar às vinte e uma, acabou às vinte e uma e dois. Acho que eles têm-se centrado em boas questões, também. Por exemplo, estive aqui na mudança da administração. Quis saber, porque, com quem... Isso sim. Há pareceres que são vinculativos. Pessoas não podem ocupar certos cargos. Há pessoas que se sentem ameaçadas e caem em armadilhas e sem razão. Mas existem os tribunais. Por isso é que a sociedade funciona. Não estou a ver o Passos Coelho ofendido com uma notícia a recorrer à ERC. Entendes? Houve casos mais recentes... A ERC não atua apenas e só no jornalismo.

**SS:** Cerca de noventa por cento das queixas são do telespectador...

**AA:** Mas o que implica isso? Tem havido punições?

**SS:** Por exemplo, se a queixa for direcionada à TVI, a ERC averigua se há outros órgãos a fazer o mesmo.

**AA:** Sim, mas envolve sempre uma autorreflexão. Qualquer coisa, será que estamos a ir longe de mais, ou não. Depois um superior vir dizer que deveríamos ter feito isto ou aquilo... Sabes o que falta nas redações portuguesas? Pessoas de mais idade. Com experiência e que digam, atenção! Havia pessoas mais velhas antes, quando eu cheguei ao desporto, em noventa e dois, que estavam sempre a dar conselhos. E isso faz falta. Às vezes eu acho que há pessoas que ficam muito perdidas na profissão. Não sei se sentes isso. Falta-lhes orientação. Isto cada vez está mais agressivo e rápido.

**SS:** Acha que há muitos condicionalismos?

**AA:** Há questões que, por exemplo, eu não consigo entender como é que um jornal da RTP tenha tantas peças feitas por estagiários. Não quer dizer que eles sejam maus. Mas é preciso, nalgumas matérias, os seniores fazerem. Porque eles têm a obrigação de ter alguma informação menos corriqueira. Há coisas que são menos controláveis. Há sempre aqui maneiras de se fazer isso. Começa logo na decisão de a quem se atribui os trabalhos. Mas para isso são precisos vinte anos para se perceber.

#### Alexandre Santos (E4)

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva da RTP?

**AS:** Há aqui mais do que um ponto de análise. Há aquela violência inesperada, ou seja, vamos acompanhar um evento qualquer e a violência acontece, pura e simplesmente porque um episódio qualquer a degenera. E há aquela violência televisiva que é mais ou menos prevista. Porque vais para um cenário de violência, não vais para lá esperar outra coisa. Agora vamos falar daquilo que me respeita, que tem que ver com o ambiente desportivo. Cada vez mais é um ambiente violento e nós preparamo-nos para isso e para essa eventualidade. Último caso, e aquele foi conhecido e que motivou horas e horas de diretos e reportagem televisivas e não só, por exemplo, o episódio do pai e do avô agredidos em Guimarães em frente a uma camara da CMTV. Embora seja claramente um episódio de um dia de tensão, porque já se tinham verificado outros episódios de violência naquele mesmo sítio, estamos a falar dos momentos que antecedem o Vitória de Guimarães-Benfica e dos momentos que o precedem. Estamos a falar das claques e tudo mais que é cada vez mais tenso e cada vez mais violento. Aquilo que acontece, na minha perspetiva, é um repórter de imagem que está ali e está a ver uma criança com dificuldades porque estava com sede e ele apontou a camara para lá e aquilo degenerou um episódio de violência inesperado. Um episódio de grande violência. Assim foi tanto que marcou a agenda informativa durante dias. Há aqui duas questões que se colocam. Muitas vezes há quem diga que é um pouco ingrato o nosso papel, porque cada vez que um episódio é violento, nós usamo-lo até à exaustão porque a violência gera audiência. E eu tento colocar a questão ao contrário: se eventualmente não estivesse lá uma camara de televisão, seria mais um episódio em que aquele individuo que é agredido, seria-lhe aberto um processo, seria inquirido como agressor, quando toda a gente viu que a história não é bem assim. Portanto, a violência como qualquer coisa da vida merece um tratamento idêntico, distanciado. E não podemos olhar para o lado só porque é violento e também não podemos focar em demasia só porque é violento. E aqui já não estou a falar só daquele tipo de violência, falo de toda. Violência é um facto da vida e que merece atenção informativa. E se merece atenção informativa, merece um tratamento informativo como outra coisa qualquer.

**SS:** Não achas que são casos específicos que merecem especial atenção no seu tratamento?

**AS:** Eventualmente sim. Neste caso sim porque não acredito, e estando a falar do caso de Guimarães que a árvore que é o agente policial, que incorre naquele exagero, que representa a floresta. É uma chamada de atenção. E não me parece que tenha sido exagerado o destaque que, depois de aquilo ter acontecido, se deu ao longo de dias. Acho que se deu destaque que se deveria ter dado.

**SS:** Como disseste, muitas vezes a violência incorre em as televisões se exponham demasiado ao sensacionalismo. Não achas que a RTP se deve posicionar de forma diferente face aos canais privados que ambicionam elevados números de audiências?

**AS:** Como se posicionou. Não tem que se posicionar face aos canais privados de forma alguma. A RTP não tem que olhar para o lado. Tem que fazer o trabalho que sempre fez, que me parece idóneo, equidistante, factual quando tem que ser factual e opinativo quando tem de ser opinativo. Porque existem

comentadores que aqui vêm à RTP e não podemos olhar só para o tratamento noticioso. E eu acho que a RTP não tem que se gerir, nem nenhum canal, por base daquilo que a concorrência faça. O jornalista, e estamos a falar do primeiro tratamento da matéria informativa, depende só do jornalista. E será ele em primeira e última análise, em última análise é um pouco exagerado, porque qualquer empresa ou qualquer grupo redatorial tem depois uma figura de estilo ou tem a tal linha orientadora. Mas eu acho que não devemos olhar para a concorrência para fazer o que temos de fazer. Temos de fazer o que temos vindo a fazer.

**SS:** Achas que a criação de recomendações especiais para o tratamento da informação violenta seria uma forma de transparecer o tratamento informativo?

**AS:** Há logo aqui uma coisa que não é regulável, que é o direto televisivo. Tu estás a apontar uma câmara para ali porque estás a acompanhar um grupo de pessoas, eventualmente uma claqué, e de repente aquilo degenera em pancadaria. Isto não é regulável. Aquilo está acontecer. O que tu fazes é virar para lá a objetiva, porque aquilo é notícia, e narrar os acontecimentos, seja pela imagem, seja pela tua visão das coisas. Portanto, isto não é logo em si regulável. Já no tratamento que se faz *a posteriori* das reportagens, eu não creio que tenha que haver aquilo um balizamento por parte da ERC, seja em que sentido for.

**SS:** Não falo especificamente da ERC, isso poderia surgir internamente...

**AS:** Isso é debatido. Temos reuniões de coordenação e nós percebemos que linha é que temos ou não de seguir.

**SS:** Por exemplo, como o que aconteceu no que diz respeito às imagens terroristas do ISIS. Revês-te?

**AS:** Estava a referir-me a isso. Também existem diretrizes no caso dos barricamentos, porque houve há uns anos um na RTP. Pessoas que praticam estes casos violentos pretendem o foco da atenção informativa e matam pessoas para que isso aconteça. Matam de forma violenta, gratuita... aquilo é terrorismo. Por isso concordo com isso. Concorde que não devemos alinhar com aquelas pessoas, porque o que estamos a fazer é que o plano terrorista deles acabe por resultar. Portanto, à que noticiar o facto “mais um jornalista foi decapitado por tal movimento”, mas fazer da notícia um recurso constante e repetitivo a essas imagens não.

**SS:** Agora que falas na repetição das imagens, as de Guimarães...

**AS:** Não há forma. Estamos a falar daquele facto. Aquele facto recorda-nos aquele acontecimento. Aquele acontecimento foi público por causa daquela imagem. Portanto não vejo ponta de exagero. Se a notícia está a acontecer e se a notícia se mantém atual em dois, três, quatro, cinco dias... aquilo que a suporta é aquela imagem. Portanto não me parece que a partir daí tenha havido um exagero. E vou-te falar do nosso próprio constrangimento. Ao fim de três dias eu tenho de fazer uma peça porque se apurou mais alguma coisa daquele episódio e não há outra maneira de eu fazer uma peça sobre essa matéria sem eu ter o recurso àquela imagem. Seria perfeitamente idiota. “Mas este gajo está a falar de quê? Fala de uma coisa e não mostra a imagem... mas estamos a falar de quê?” Logo aí há um primeiro constrangimento. E como tu estás a dar os primeiros passos no jornalismo e na televisão, tu notas que é assim. Quando queres

falar de um tema, o que fazes primeiro – e estamos a falar de jornalismo televisivo – é suportar o teu texto com aquela imagem, com a imagem daquele acontecimento. É claro se se fazem três ou quatro peças sobre aquele acontecimento, é claro que aquela imagem vai passar três ou quatro vezes num mesmo bloco informativo.

**SS:** Quando estás a trabalhar este tipo de informação pensas na notícia ou na suscetibilidade do público que a vai receber?

**AS:** O jornalismo às vezes é uma coisa sanguínea demais para nós pensarmos naquilo que vai ser a reação do público. Quem pensa nisso pode perder-se na tradução.

**SS:** Não consideras importante que o jornalista se coloque no lugar do telespectador?

**AS:** Não há dúvida do que tens de o fazer. Até para perceber aquilo que é interesse público, do que não é interesse público. Agora, tomar por bom esse lado e a reação que as pessoas vão ter isso pode ser perverso, porque não estamos aqui só para dar boas notícias. Sejam elas boas, más ou assim-assim. O que tens de fazer é perceber onde está a notícia em determinado acontecimento e dar a notícia.

**SS:** Quanto ao trabalho de regulação da ERC?

**AS:** Prefiro não comentar.

**SS:** Sobre a criação de normativas, achas que o podiam fazer?

**AS:** Não. Isso diz respeito à consciência de cada um. Cada pessoa que tem a sua carteira profissional tem que ficar ao critério de cada pessoa que deve honrar a sua profissão e não, não tem que haver uma entidade que regule isso. Acho que a consciência de cada um.

**SS:** A ERC regula apenas a estação, não os profissionais...

**AS:** Eu sei, mas não. Porque estar a regular a estação, está contas feitas mais à frente estar a regular o profissional. Aquilo que me regula é a minha própria consciência profissional. Como em vinte e três anos de profissão não me dei mal e como acho que é assim que eu devo guiar a minha vida... Não acho que a ERC deve ou não deve, acho que a consciência de cada um deve estar acima disso.

**SS:** Achas que acima de qualquer normativa está a consciência profissional de cada um?

**AS:** Exatamente.



### **António Antunes (E5)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva da RTP?

**AA:** A violência na informação televisiva pode ser vista de vários pontos. Podem ser imagens que choquem e serem violentas. Depende do telespectador, há pessoas mais sensíveis, há pessoas menos sensíveis. Depende do encaixe que cada um de nós consiga ter quando vê as imagens no ar.

**SS:** E a tua perceção qual é?

**AA:** No terreno nós temos uma carapaça, porque a nossa profissão é o dia-à-dia e conseguimos proteger-nos daquilo que vemos e tentamos ser seletivos nalgumas imagens que, à partida, já sabemos que há pessoas que são sensíveis e que não vão poder ver aquelas imagens.

**SS:** Já te viste inibido de captar determinada imagem por ser demasiado chocante?

**AA:** Por exemplo, vamos falar do Haiti que foi o cenário mais complicado onde estive porque tinha muitos mortos, tinha muitas pessoas a sofrer. Em termos de mortos... os mortos estão mortos têm de ser enterrados. Agora temos que fazer um trabalho com alguma dignidade, porque aquelas pessoas também já foram pessoas quando tinham vida... Aqueles corpos foram pessoas enquanto tinham vida. Podemos mostrar que está um corpo no chão, se o fizermos à distância, mas não precisamos de dar pormenores de rosto, como é que aquele corpo está, se está intacto, se está em pedaços por ter sofrido vários esmagamentos... Quem diz no Haiti diz em caso de acidentes. Em que não devemos mostrar o corpo em si. Podemos mostrar o acidente, o carro que está muito danificado. O redator poderá dizer que ali morreram pessoas, que houve vítimas mortais. Mas, se calhar, não vou mostrar o corpo no todo. Posso mostrar um sapato, em que não se vê que é corpo, mas vê-se que é um sapato, que há pessoas ali. Nós tentamos levar a que isso seja possível para que as imagens não sejam violentas.

**SS:** Tentas contar a realidade através de símbolos que encaminhem as pessoas na desmistificação da estória?

**AA:** Tal e qual. Quando existe um acidente mas ainda há pessoas que ainda estão vivas... Desencarcerar uma pessoa de um veículo, eu não vou mostrar o rosto dessas pessoas, grandes partes do corpo dessa pessoa, porque se calhar até tem cortes graves e está a perder muito sangue o sangue pode impressionar as pessoas em casa. E o que é que nós vamos captar? As equipas de salvamento que tenham lá chegado sejam médicos do Inem, sejam os bombeiros que tenham chegado primeiro... Podemos ver uma mão, se não tiver sangue. É tentar mostrar qualquer coisa sem mostrar grande coisa. Se eu mostrar um rosto de uma pessoa, pode estar um familiar em casa a ver e aquilo é um choque - ver que alguém da sua família teve um acidente grave, ou até já morreu. Nós não devemos ser os primeiros a dar essas notícias [à família].

**SS:** Existe algum tipo de *guidelines* que adquiriste?

**AA:** Durante a formação aprendemos todas as técnicas e ao longo do tempo vamos aprendendo com os colegas que já têm mais experiência o que deves ou não fazer. E depois existe muito a sensibilidade.

**SS:** Achas que é um trabalho que depende muito da sensibilidade de cada um?

**AA:** Sim, depende muito. Eu já vi coisas no ar, não cá em Portugal, mas noutros países, que eu jamais, como editor que já fui... jamais deixaria passar aquilo para o ar.

**SS:** Já te recusaste a captar algum tipo de imagens?

**AA:** Já. Já tive situações em que disse “eu não faço essas imagens”.

**SS:** E que casos em concreto?

**AA:** Em acidentes de viação. Porque é assim, isto é informação, não pode ser informação espetáculo. Espectáculo de sangue não podemos dar. Temos de ser muito seletivos nesse aspeto de imagens. Há tantas maneiras de mostrar um acidente, a sua gravidade, sem ter que mostrar...

**SS:** A imagem é muito importante na televisão...

**AA:** A imagem é muito importante. Faço um melhor trabalho com vários pormenores da gravidade do acidente, em mostrar a envolvimento, se forem diversas viaturas, se tiverem pessoas a ser socorridas... Consigo fazer um excelente trabalho sem mostrar rostos, pedaços, corpos e etc. Nada que possa ferir as pessoas. E as pessoas chegam ao fim, vão ver aquele trabalho percebem, foi um acidente grave, mas sem imagens que as chocassem. E a informação está toda lá, não falha nada.

**SS:** Contas muito com o trabalho da edição daquilo que captas ou quando captas fazes como se aquilo pudesse ir totalmente pro ar?

**AA:** Vou-te dar o exemplo de uma coisa que já fiz e que sabia que aquilo não ia pro ar, era eu o editor na altura e portanto isso ajuda logo imenso. Estava eu no Haiti, era repórter e editor e sabia o que ia selecionar, mas tinha que fazer algumas das imagens para ficarem para arquivo histórico daquilo que se passou lá. Sabia que estava a fazer imagens que jamais iriam pro ar, nalguns casos. Mas era necessário documentar. Aqui em Lisboa vou ser apenas repórter de imagem, não serei editor porque existem editores na estação. Tenho algum cuidado para algumas imagens não irem pro arquivo, porque tenho sempre receio que mais tarde alguém com menos cuidado possa deixar escapar alguma daquelas imagens.

**SS:** Confias na sensibilidade dos teus editores?

**AA:** Sim, confio na sensibilidade dos editores. Todos os editores já foram meus colegas, foi daquele núcleo que eu saí, portanto conheço-os a todos e confio plenamente nestes editores. Mas uma imagem que vá para arquivo pode não ser utilizada aqui, poder ser utilizada noutro lugar qualquer. E de repente acaba por ir para o ar uma imagem que nós não queríamos que fosse.

**SS:** Achas que a imagem tem um grande impacto?

**AA:** Tem. Eu em casa, na hora do Telejornal nós desligamos a televisão. Aliás a Vanda proíbe-me de ver o Telejornal. Já sabe algumas coisas que vão passar e ela diz “não vejas isto que isto hoje vai ser horrível”. Tem imagens que chocam. Podem ser mais chocantes para crianças... Há imagens que podem

ferir mais a suscetibilidade de algumas pessoas ou de crianças. Obviamente que eu estou habituado a ver tudo o que possa ser mau. Vamos aos acidentes e vemos as pessoas no local a sofrer. E nós estamos a ver mas não vamos mostrar. Vamos a zonas de conflito onde há grande sofrimento. Mas sofrimento não é só ver pessoas mortas ou a rever sangue de acidentes... o que custa imenso é ver pessoas vivas sem capacidade de se alimentarem, em deficientes condições de habitabilidade e nós temos isso no nosso país. É violento ver esse tipo de imagens in loco. Isso choca imenso.

**SS:** Achas que vocês têm uma responsabilidade importante?

**AA:** Muito importante.

**SS:** Achas que isso se tem vindo a perder?

**AA:** Não. Muito pelo contrário. Quantos trabalhos já fiz que deram resultados excelentes? Quantas coisas tiveram por se resolver anos e após a reportagem ir pro ar se resolveu naquela hora? Quantas reportagens já fizemos que ainda antes de chegarmos à redação, já estávamos a ter *feedback* e a serem resolvidas?

**SS:** Tiveste alguma situação em direto em que tivesses mostrado e mais tarde te tivesses arrependido?

**AA:** Nunca me aconteceu, por acaso. Mesmo em situações muito complicadas. As mais complicadas que mostramos são sempre acidentes. Nunca me aconteceu mostrar algo que me tivesse arrependido mais tarde. Porque antes de entrar em direto tentamos perceber o que vamos ou não mostrar.

**SS:** Achas que, tendo em conta uma visão geral, as televisões aproveitam a violência para captar audiência?

**AA:** Algumas sim, na RTP não. Estou a falar de trabalhos feitos pela RTP, e quando digo que a Vanda desliga isso, estou a falar daquilo que vem de fora, o que vem do internacional. O que vem do internacional não é seletivo a esse ponto. As imagens são poucas e as poucas que chegam têm que ser editadas. Não há muito para selecionar e acabam por ir algumas imagens que chocam mais... Eu como editor já estive traumatizado. Foi numa reportagem que a Mafalda Gameiro fez. Já não me recordo quem era o repórter de imagem. Era uma mãe que engravidou, teve o seu filho, na altura quando a criança nasceu, ela nasceu só com um pedaço de um membro. Não tinha pernas, nem tinha um braço e tinha um “cotozinho” que era o único membro. O resultado daquilo foi um medicamento que a mãe tomou enquanto estava grávida. Foi visto que a criança não tinha membros na ecografia mas a médica não contou nada à mãe. Ou seja, deixou aquela criança nascer, quando a mãe podia ter tomado a opção antecipada de fazer. Ela achava muito estranho, as outras mães dizerem que os filhos se mexem e ela nunca sentiu nada, é óbvio que a criança não tinha membros. Na altura ainda estava a Manuela Moura Guedes a trabalhar na RTP. Eu estava a editar a peça com a Mafalda e quando a Manuela entrou perguntou se não havia imagens da criança despida. E eu senti-me tão indignado porque já bastava ver a criança vestida para se perceber que não tinha membros. Fui chamar o José Rodrigues dos Santos, que era quem estava a apresentar o Telejornal nesse dia e o Zé concordou perfeitamente comigo. Bastava ver-se a criança vestida que percebia-se perfeitamente que não tinha membros, quanto mais estar a expor a criança nua para realmente se perceber que não tinha membros. Chocou-me imenso essa história, andei uma

semana a “bater mal”, como se costuma dizer. Tive que ganhar defesas, porque o meu ponto fraco são sempre as crianças, quando vejo crianças a sofrer venho sempre muito incomodado.

**SS:** Achas que as televisões não tem sensibilidade para isso hoje em dia?

**AA:** Têm, mas cá está, depende das redações. Há televisões que gostam mais de explorar o sofrimento e não há necessidade disso. Nós somos fortes, mas nem sempre... Mas também somos um cristal de cartas. Quantas vezes já dei por mim a chorar. Sobretudo com as crianças. Eu posso ver um “gajo” todo destripado aí ao lado, não me custa nada. Não o vou filmar destripado, vou-me afastar. Se tiver que dar um pormenor dou um pormenor do sapato, que é um pé que está quieto no chão. Não vou mostrar rostos, nem pares do corpo que estão expostos...

**SS:** Exemplo disso até foi aquela reportagem que fizeste com a Rosário Salgueiro sobre a agência funerária...

**AA:** Isso são imagens que se não fossem muito bem cuidadas, muito seletivas logo na altura quando as fazes, podem chocar. É preciso muito cuidado com aquilo que metemos no ar.

### **António Mateus (E6)**

**SS:** Qual a sua perceção sobre como é tratada a violência no jornalismo televisivo?

**AM:** É feito de uma forma muito cuidada. Por exemplo, já fui editor da política internacional da RTP e sempre tivemos (fui também correspondente da RTP durante 16 anos em zonas de conflitos). Sendo que a RTP é feita em sinal aberto e nós não conseguimos fazer um levantamento criterioso sobre quem está a ver o quê, temos, à partida, de fazer essa seleção. Uma adequação pelo nível pedagógico que temos por senso comum: não tornar gratuito o sofrimento. As fronteiras são mais subjetivas e é uma questão de senso comum. Não mostramos, por exemplo, cadáveres, para não banalizar o sofrimento das pessoas.

**SS:** Tendo em conta um conhecimento geral, crê que essa banalização acontece?

**AM:** Aconteceria se permitíssemos. Por exemplo, no meu caso, eu vi muita gente, durante muitos anos, a morrer à minha frente. Em Angola... Tenho muitos amigos que são repórteres de guerra permanentes. Andam sempre em conflitos. E isso é tema de debate entre nós, para sabermos que efeito tem isso entre nós. Porque uma coisa é aquilo que nós nos apercebemos num conceito direto ou até mesmo no subconsciente, de que forma aquilo nos afeta a médio e longo prazo. Vou dar um exemplo: quando vieram as primeiras imagens de execução de pessoas sequestradas em zonas como aquelas ocupadas pelo Estado Islâmico e até antes, quando era a guerra do Iraque ou a Al-Qaeda que raptava e cortou o pescoço a um jornalista americano eu vi as imagens até ao fim. E foram imagens que me perturbaram muito, pese embora eu já tivesse visto muita coisa na vida real, inclusivamente. E é nesse tipo de situação que os jornalistas seniores, mais velhos, regulamos o que vai para o ar. Não precisamos de não permitir, porque os jornalistas que servem a RTP à partida sabem definir bem isso. Mas nós temos o cuidado de ir rever as imagens e quando os editores ou coordenadores sabemos que há imagens que à partida são muito duras, vemos a peça antes da mesma ir para o ar. Não é por censura, é para termos o cuidado e explicamos por que não se deve fazer. Por exemplo, a Reuters, nos envios que faz, coloca lá “*sensitive*” e nós sabemos que as imagens são duras em cima da média. Já sabemos quando passamos algo assim a um jornalista nós vamos ver sempre. Eu vejo sempre. Normalmente nunca tenho de interferir, porque os jornalistas têm essa noção muito clara.

**SS:** Disse há pouco que não acha que devem existir critérios, porque o que impera é o senso comum...

**AM:** Sim.

**SS:** Não acha que para transparecer melhor essa ideia, que devem existir algumas recomendações?

**AM:** Sim, mas elas são dadas, por exemplo. Eu fui durante muitos anos editor de internacional, não só política.

**SS:** Mas existem onde?

**AM:** Elas não estão escritas. Há-de haver no livro de estilo. Mas ouça, muito poucos órgãos de comunicação social aplicam aquilo que se chama o livro de estilo e em televisão ele é muito fluído. Por

exemplo, nós na RTP temos uma coisa que é não mostrar imagens que são fornecidas pelo Estado Islâmico. Independentemente de conterem ou não violência.

**SS:** Revê-se nessa decisão?

**AM:** Completamente. O nível de barbaridade que é ali cumprida é feita para fins estritamente promocionais e de choque. Se dermos eco a isso, estamos a ser pés de microfone do produto que eles querem difundir. Se todas as cadeias do mundo se abstivessem de colocar imagens dessas no ar, provavelmente, - não digo que eles os poupassem - já não fariam aquilo. Por exemplo, esta semana recebemos imagens deles a afogarem numa jaula oito reféns, depois no dia a seguir recebemos imagens de eles a meterem colares armadilhas à volta do pescoço, colocando as pessoas a andar e depois explodiam por controlo remoto... São coisas absolutamente insanas. Hoje em dia não conheço nenhuma televisão no mundo que coloque aquelas imagens no ar. Antigamente, nós ainda chegámos ao momento que era “agora ele vai cortar” e não metíamos a imagem, mas isso não chega, tem de haver um critério que é: imagens do Estado Islâmico não vão para o ar. Nós em televisão... isso para o telespectador pode parecer uma coisa simples, mas não é. O Estado Islâmico é a única entidade que envia imagens reais daquela zona do Mundo. As outras são imagens de porcarias porque os jornalistas saíram todos dali. Não há imagens dos confrontos que falamos todos os dias, a não ser os que nos são dados pelo Estado Islâmico. Nós não colocamos imagens do Estado Islâmico no ar. Ponto final. Mesmo que não tenhamos imagem, dizemos ao telespectador: “Não vamos mostrar imagens, por causa da política de não divulgarmos as ações deles.” Os espectadores compreendem isso bem. E a reação deles é muito simpática. Eles concordam.

**SS:** Estamos a falar dos critérios. Eles não estão escritos. É daquilo que vão falando?

**AM:** É a experiência. Eu sou jornalista há trinta e dois anos. Sei bem do que estou a falar. Eu sento-me sem problemas com um jornalista e digo: “Isso não entra por isto, isto e isto”. E as pessoas concordam. Leva-se na boa. Não é preciso discutir. As pessoas que cumprem estágio connosco apercebem-se, de facto. Isto é pedagógico. Nós somos jornalistas porque gostamos da nossa profissão. E regemo-nos por princípios éticos que montam a nossa profissão. No dia em que não fazemos isso, estamos na profissão errada.

**SS:** A vossa missão é diferente dos privados?

**AM:** Eu trabalhei nas três televisões. Em nenhuma delas fui censurado. E não é por eles saberem que não me manipulam, porque não manipulam, mas porque não há mesmo essa ação.

**SS:** Mas não sente que aqui há uma missão diferente?

**AM:** Enquanto a RTP ainda tinha dinheiro, eu podia fazer coisas independentemente das audiências. Agora já não é bem assim. O dinheiro é o maior constrangimento...

**SS:** O que é que falta?

**AM:** Não podemos fazer reportagens a sério, a fundo. O Olhar o Mundo, programa que foi votado como o melhor de relações internacionais, eu tenho orçamento zero para o fazer. Zero! Se tivesse outros fundos, fazia algo melhor. Reportagens enormes. Eu usei a minha inteligência e o meu prestígio. Fui ter a Euronews a Lyon e fiz um protocolo direto com eles, que quando eu entrevisto personalidades grandes do Mundo dou-lhes as entrevistas. E eles aceitam-nas. E quando preciso de material deles, eles dão-mo. É custo zero para os dois lados. Hoje entrevistei o Josef Weiler, um dos grande pensadores mundiais sobre a Europa, sediado nos EUA e a Euronews absorveu logo a entrevista. São doze minutos de crédito para nós. Em contrapartida, eles dão-me tudo o que quiser. Na semana passada eles fizeram uma reportagem extraordinária sobre os migrantes africanos, que custaria uma fortuna à RTP e a única coisa que tenho de dizer é que aquilo é um exclusivo da Euronews para a RTP. Temos de ser inteligentes a contornar estas coisas. Neste aspeto o dinheiro é muito penalizador. Mas também vai ser muito mais duro para o futuro. A rentabilidade destas televisões generalistas está condenada a acabar. É mesmo. E não tem drama. As pessoas é que fazem disso um drama. Quando eu comecei a ser jornalista saíamos quatro pessoas. E agora somos dois. E qualquer dia é só um. Já estive em sítios em que o colega da CNN andava sozinho. Metia o tripé e até o vivo era ele que o fazia, montava ele e enviava tudo. Sozinho!

**SS:** Pensa na suscetibilidade do público quando está a tratar este tipo de informação?

**AM:** Como, em violência? Em violência penso sempre. Mas eu sou muito “maricas” nisso. Eu andei dez anos com o Mandela. Todos os dias. E apercebi-me de como o caminho em que todos estávamos como jornalistas estava completamente errado. Completamente! Porque nós abstraímos-nos completamente do valor humanista do nosso papel. E se nós trabalharmos nessa perspetiva, abrimos janelas de oportunidade às pessoas no olhar para as coisas. Quando reduzimos cada vez mais as coisas, nós não damos um conteúdo real para o aprofundamento do espectador. E nós temos de dar um passo para trás no nosso trabalho e questionar o valor humanizante do nosso trabalho e que atualmente é zero. Se virmos um Telejornal, de qualquer uma das televisões, é um depressor do sistema nervoso. Nós vemos aquilo e apetece-nos enforcar-nos. Eu nas reuniões chegava e dizia: “olhem, eu venho numa de anglo-saxónico”. Eu trucidaria estes jornais. Eu ia reduzir a política nacional a cinco minutos. No máximo! Porque eles não dizem nada. Acrescentam zero! E nós deveríamos fazer a política nacional em títulos.

**SS:** Sente que há falta de política internacional?

**AM:** Completamente. Mas o Paulo Dentinho vai virar isso.

**SS:** Acredita nesta direção?

**AM:** Não acredito nesta direção. Acredito e sou muito claro nisso. Eu sou amigo do Paulo há muitos anos. Não acredito no diretor, acredito na pessoa. Há uma diferença muito grande. Primeiro sei que o Paulo não está agarrado ao cargo. E isso é muito importante. Ele tem uma visão do Mundo. Olho para Portugal como uma peça pequena e nunca como algo isolado. Eu acho que um dos grandes culpados por estarmos a ficar tão paroquiais é por causa do jornalismo que é praticado. Não digo que temos o dever de educar, mas de abrir janelas. É diferente. Ontem, à última hora, o Alves Veloso pediu-se se eu ia ao Durão Barroso, que ele estava no Estoril, ele vinha a uma conferência na Católica sobre os 800 da Magna

Carta. Estavam lá uma série de oradores brilhantíssimos. Eu percebo inglês como se fosse português, portanto não teria qualquer problema. E isto, porque ontem era a reunião do Eurogrupo. E ele pediu-me para ir porque eu levo o background do mundo. Não pergunto o que ele acha do Passos Coelho, que é o que os jornalistas normalmente fazem. Eu estou-me nas tintas para o que ele faz ou diz. Ele, no Mundo, é um pelo nas costas. O Mundo é duzentas vezes mais interessante. Ele disse que a Grécia vive num terror. É preciso Olhar o Mundo. Eles pediram-me para pegar no programa porque ele estava moribundo. Eu disse que pegava no programa só com duas condições; a primeira é que eu faria o que quisesse com o programa. Eles disseram que não haveria problema, mas eu disse que sim, havia, porque a segunda questão é: eu escolho quem vai ao programa e ninguém interfere nisso. E eles, é pá, mas isso eu queria propor. Nada disso, ou eu pego no programa, ou fazem-no vocês. A condição é fácil: se ninguém me vier dizer que este ou aquele convidado é do partido x... estou-me nas tintas para isso. Eu vou escolher os convidados pela sua qualidade humana. Só. Estou-me nas tintas. A RTP foi bombardeada por eu ter duas deputadas e queriam que eu as identificasse como tal e eu disse que não. A Ana Drago, pessoa com quem eu tenho uma relação pessoal muito porreira, perguntou-me por que razão eu não a levava ao programa e eu respondi: tens o perfil humano errado: és muito agressiva, tens tolerância zero e estás sempre a vender-me cassetes. Eu digo isto porque sou honesto. És muito gira. Ponto final. És uma seca de ouvir no parlamento. Gritas por tudo e por nada e ainda não sabes ouvir. Esperas que os outros se caíem para falares. E o meu programa é a antítese disso. Eu nunca interrompo o candidato. Na minha educação é falta de educação. O programa é de pessoas que sabem ouvir. Se alguém faz perguntas, quero ouvir a resposta. Se tenho um convidado super inteligente para quê interrompê-lo para dizer zeros? Em televisão, a maioria das entrevistas, quando são interrompidos, parece que as pessoas não se sabem ouvir. Parece que não sabemos ouvir e é legítimo destratar as pessoas. Depois ficamos espantados que os nossos filhos se comportem como uns energúmenos, quando a televisão é a maior escola de energuminisse que existe no Mundo. Se vires bem, é. Aqueles programas da TVI, as coisas do Mal... eu desligo logo a televisão. Aqueles debates do parlamento... aquilo é logo o bichano. Deviam vir com bolinha vermelha. Eixo do Mal! Falam todos ao mesmo tempo uns por cima dos outros... não! E depois dizem que é o jornalismo moderno que se pratica e eu digo: mas jornalismo moderno que se pratica onde?

SS: Com a rapidez com que se movimenta a informação, o jornalista tem o papel de *gatekeeper* acrescido?

AM: Tem, porque o que é disponibilizado naqueles vídeos não são contextualizados. Vou dar um exemplo: nós, os mais velhos, já conhecemos a maior parte das imagens de violência. Eu olho para ali e sei que a imagem não é nova. Em Angola eu estava a ver imagens de polícias a espancarem pessoas e aquilo estava a servir para os meios internacionais provarem que a polícia tinha espancado um “gajo” até à morte em Luanda. Foi numa altura em que até o Público tinha publicado aquilo. Eu estava a ver aquilo distraído e perguntei por que razão aquilo estava no ar e a Isabel disse: “oh, pá são as primeiras imagens que descobrimos na internet sobre o que aconteceu em Luanda”. E eu, de repente, vi os cartazes de campanha eleitoral que estavam lá atrás, na parede, e eram cartazes das primeiras eleições. Das primeiras! Mas vocês validaram as imagens? Não, tirámos do Youtube e metemos no servidor. E eu: “Como? As imagens que andam no Youtube em sítios onde andam jornalistas da RTP, vocês devem validá-las com



eles. É fácil, num sítio onde está um correspondente ou alguém que conheçam e liguem-lhe, ou enviem as imagens”. Isto é uma regra que aplicamos e é fácil. Na dúvida não publicas. Este tipo de situação não aconteciam com as outras gerações. As grandes agências de imagens do Mundo, como a Reuters, elas fazem essa verificação. E quando não têm a certeza, eles metem no *script* essa informação. É muito importante que os jornalistas aqui leiam isso. E ninguém lê. Outra coisa é: estas imagens podem ser usadas em todo o lado, exceto em Portugal e tu metes aquilo no ar. Levas uma porrada! E quando as imagens não são verificadas: é algo sobre Angola, a Reuters não tem lá ninguém, mas tu tens! Portanto, tens razão nessa reparação. As novas gerações têm uma responsabilidade acrescida.

**SS:** A ERC tem um papel muito passivo na regulação dos órgãos de comunicação social?

**AM:** A ERC tem o carácter de... depende muito das pessoas que lá estão. É claramente um órgão regulador feito à medida e semelhança do *modus* de pensar de quem lá está. Em teoria, o quadro de referência deles é vinculativo. Tem latitude real. Vou dar um exemplo: é um pouco como o eleitorado português a escolher o Passos Coelho. Ele faz uma série de promessas, é eleito, mas não é obrigado a cumprir, porque só volta a eleições dali a cinco anos e não é obrigado a cumprir e até pode fazer tudo ao contrário. A ERC tem um diretor de informação e ele pode não cumprir nada do que lhes disse, porque não há retroação. Não digo que o diretor de informação da RTP devesse ser chamado lá com regularidade, mas acho que sempre que há desvios, devia haver uma retroação. Sem que houvesse denúncia. Na regra, se sabes que houve uma infração, o que se sabe é que a ERC vai ouvir. O que tu metes no ar... Por exemplo, o Provedor, não serve para nada, é um palhacinho. Não falo em específico, mas a função, em Portugal. Ele não provem nada. Ele não tem poderes reais. O Provedor é uma figura redundante sobre a ERC. Por exemplo, é como o conselho de opinião. As queixas ao Provedor poderiam ir para a ERC se tivessem ação real. As coisas que chegam ao Provedor não resultam em nada, para além de aparecer no ar. Eu que sou editor, nunca vejo o Provedor. Estou-me nas tintas. Se eles disserem que o Olhar o Mundo é uma grande “merda”, eu nem sei, porque não vejo. Se me enviarem um *e-mail* é um dos quatro mil que ali caem e eu nem vou vê-lo. Estou a ser super honesto. No mundo anglo-saxónico, onde fiz mais de metade da minha vida profissional, se me perguntares o que há lá em alternativa de melhor, digo: montes de coisas. A Comissão da Carteira Profissional lá e não esta taralhoquice que é aqui em Portugal, porque podemos escrever uma data de atoardas como o Eduardo Cintra Torres escreve sobre a RTP e não perdes a carteira. Num país a sério, ele já tinha deixado de ser jornalista. Já lhe tinham tirado a carteira. Já lhe disse isto na cara: “Ouve lá andas a escrever sobre a minha empresa, onde é que tu inventaste que os comentadores ganham fortunas?” “Ai eu sei de fonte segura!” “Sabes o quê? Chupaste no dedo entre duas bejecas? Sabes onde? Eu sei que não é verdade”. Os antigos eu assinava-os e agora eu sei que não são pagos. E há contestação dentro da RTP, enfim, somos presos por ter cão e não ter. Por um lado dizem que nós deixamos de ser relevantes porque não temos audiências, mas depois se vamos buscar comentadores com mais ênfase, nós não lhes podemos pagar porque não são políticos, então ficamos em quê? Enchemos o ar de nada. E dizem que a RTP não faz sentido existir. E eu: “ah, não faz? Porquê? Porque os “gajos” que te pagam o ordenado, já que não conseguem esmagar a RTP por mérito, querem fazê-lo na secretaria”. E ele cala-se. O que acontece é que se a Comissão da Carteira estivesse mais ligada ao Conselho Deontológico, que devia estar, o que faria em Portugal era, dava-lhes um papel menos burocrata

e institucional, porque aquilo é uma cambada de incompetentes, que não percebem nada de jornalismo, que te cobram uma fortuna por uma coisa que não serve para nada. Uma das coisas é o que acontece com a inibição dada aos estagiários. Quem faz parte da Comissão não percebe nada de jornalismo. E não tens isso em mais nenhuma outra profissão. Só aqui. E isto acontece porque esta Comissão foi imposta por um governo, não interessa qual e foi feita para os amigos deles. O presidente da Comissão foi um juiz. Um juiz? A propósito de quê? Imaginem que metiam um jornalista na comissão da carteira profissional dos magistrados? Não ficaria toda a gente doida? Claro. A carteira só serve para te penalizar se não a pagares. Eu o que faria, era reforçar o quadro de referência da Comissão e ia aproximá-la da ERC. Eles têm que trabalhar próximos, mas têm que ter dentes para morder. São braços do mesmo corpo. Os jornalistas não são aferíveis, para além dos seus próprios pares. Se violarmos os termos da carteira, tiram-te a carteira. A única maneira é se fizermos textos como o Eduardo Cintra Torres, se publicarmos notícias falsas no Telejornal ou se forem notícias persecutórias, ou se mostrares caras de meninos vezes de mais e isso for mal interpretado... esse tipo de coisas devem ser policiadas, não em termos de censura, mas de forma pedagógica. E ninguém faz isso. Anda tudo dependente do que eu ou tu achamos. É o critério do “achanso”.

**SS:** Daí em falar em critérios definidos...

**AM:** Como é que os impões? Quando constróis uma casa, o plano tem de ser aprovado pela câmara municipal. E há dois tipos de planos: projeto de arquitetura e outro de engenharia. Antes de ser passada a licença de habitação ao prédio, tu tens de ter uma inspeção que te dá a licença, ou seja, uma entidade que vai verificar se foram cumpridos todos os requisitos na construção. Ou seja, o mesmo se passa quando nomeamos uma direção de informação e ele diz: “vou dar mais valor ao internacional...” e onde é feito o afervento disto? Onde está a ERC a dizer: Então, onde está aquilo que disse que ia fazer? Ai não está a fazer? Então, *skate!* Isto não existe. E não era por denúncias. Isto não deveria ser acionado só porque um jornalista qualquer queria fazer algo internacional e o público denunciou. Isto deveria ser feito por norma. Quando a ERC questionou, e bem, o deus do ficar na área dos programas, que eu nunca deixaria passar e não tenho medo de o afirmar: é inadmissível que alguém que tinha a maior casa produtora de programas da RTP e que teve o desplante de o passar para a mulher e depois veio para diretor e a ERC deixa passar isto? Isto é um tiro no pé da credibilidade. E eu, que sou da RTP penso isso, imagino o que pensam os “gajos” de fora... Eles descredibilizam-se a si próprios. Não é só o fora. A ERC deveria levar até às últimas consequências este tipo de situação. Independentemente do que se pensar. A ERC deveria dar-se mais ao respeito. Nestas duas maneiras. Os pilares reais, de ética, deveria ser mesmo ativos. Eu sei que houve pressões na ERC para eles aprovarem a nova administração da RTP. É impossível não ter havido. Aquilo nunca deveria ter passado. Qualquer pessoa com dois neuróticos, um à frente do outro, diz: não é possível. Não é preciso ser o António Mateus a dizer, acho que qualquer pessoa diria isto. A ERC prestou atenção e chamou para segunda audição. Mas deixou passar porquê? No dia em que deixou passar isto, deixei de prestar atenção à ERC.

### **Armando Seixas Ferreira (E7)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão da violência na informação televisiva?

**ASF:** Eu acho que isso é sempre difícil nós escaparmos a esses cenários de violência, porque a violência existe. Há é se calhar formas de mostrar que essa violência. Nós jornalistas somos um filtro, e nós devemos realmente avaliar se essa violência que nós captamos ou a forma como estamos a captar, se realmente acrescenta alguma coisa ao público. Porque cada um de nós é capaz de ver os factos de maneira diferente, é a tal subjetividade que existe, também na avaliação desses factos. É claro que se for em direto e ela estiver a acontecer à nossa frente, em televisão é muito difícil desligarmos a câmaras. Está tudo a acontecer e nós vamos mostrar. Quando existe a possibilidade de analisarmos essas gravações e vermos realmente quais são as imagens que nós devemos escolher, aí sim o jornalista tem mais tempo para avaliar e na minha opinião não devemos cair na tentação de mostra a violência gratuita só porque o boneco é melhor. Devemos sempre realmente ter algum cuidado porque são pessoas que estão ali, são pessoas que se vão sentir envergonhadas. E tentar sempre fazer a troca de papéis, nós sentirmos: Será que aquela imagem, se fosse connosco, será que nós nos íamos sentir mal se víssemos essas imagens? E, se realmente isso acontecer, o jornalista deve ter algum cuidado na escolha das imagens para não pôr em causa a dignidade das pessoas.

**SS:** Estiveste no Iraque, num ambiente de guerra, quando tinhas que fazer reportagem e passar a informação para cá, tu pensavas primeiro em dar a informação ou na suscetibilidade do público que a iria receber?

**ASF:** Isso é sempre algo que nós temos de ter como elementar. Nós temos sempre que ver se o público vai estar preparado para ver aquelas imagens. Em situações de guerra, nós temos que perceber que, se tirarmos toda a violência que existe de um cenário de guerra, nós estaremos a dar uma informação de que a guerra se trata de uma guerra limpa. E aquilo que se passa já não é guerra, é espetáculo. Alguma da violência da guerra vai ter sempre que se mostrada. Porque se não as pessoas não vão sentir a realidade que as outras pessoas que vivem nesses ambientes vivem. Existe esse problema, que é, ao retirarmos todas as imagens que podem ser consideradas violentas acabamos por estar a normalizar um cenário de guerra. Eu lembro-me de dar algumas imagens que vi até com pessoas bastante feridas e pensar que realmente eu tinha que por aquelas imagens, porque se não ia parecer um cenário igual a um cenário que nós encontramos aqui e isso não é guerra. Se nós fizermos isso, estamos a afastar da realidade, não estamos a mostrar o que se está a passar. Mas isso também é diferente de mostrarmos gratuitamente imagens com pessoas mortas... Existe sempre esse cuidado, mas isso depende de jornalista para jornalista. Porque quando vamos fazer uma história, cada jornalista vai abordar a sua história de maneira diferente. É muito difícil para o jornalista se tiver essas imagens não as utilizar, só porque vão ferir quem está lá em casa. É claro que nós temos de pensar que quem está em casa não são só adultos, também estão lá crianças, há muita gente que vai ver aquilo. Mas se tivermos algum cuidado é um jornalismo que deve ser feito, porque também é graças a esses trabalhos que muitas guerras acabam. Porque há muitas guerras que existem, não são mostradas e continuam anos e anos e anos até serem resolvidas. Veja-se o caso de Timor Leste em que durante vinte e tal anos houve excessos entre a Indonésia e os timorenses, mas foi

graças a um vídeo e por ter sido mostrado que se aumentou o conhecimento sobre a causa de Timor e se conseguiram os apoios junto dos Estados Unidos e das Nações Unidas para que Timor fosse independente.

**SS:** Não ponho em causa o dar a informação... estou a tentar perceber que tipo de cuidados é que vocês jornalistas têm.

**ASF:** O cuidado é um pouco o bom senso de cada um. É obvio que nós quando estamos enviados num local vamos avaliar as coisas pelos nossos olhos depois o trabalho chega à redação haverá sempre quem vê o trabalho e vai avaliar se essas imagens são fortes ou se são desnecessárias. Normalmente, o que costuma acontecer é que quando o trabalho chega cá é emitido. Porque o jornalista no local tem todas as condições para avaliar se as imagens são excessivas ou não. E não creio que um jornalista vá publicar imagens demasiado fortes. Porque corre também o risco de na própria redação lhe pedirem para fazer uma coisa diferente, porque se passou dos limites, mas eu creio que todos os jornalistas têm esse cuidado de avaliar se essas imagens depois acrescentam ou não ao público informação.

**SS:** Achas que os jornalistas de serviço público devem ter uma missão diferente dos jornalistas que trabalhem para canais privados?

**ASF:** Eu acho que nós já temos. Nós temos bastante cuidado com isso. O que pode acontecer às vezes, e isto é do que eu vejo não só como jornalista mas como telespectador. Nós nunca devemos perder a forma de ver as notícias como telespectador. Eu acho que no caso do polícia que bateu no adepto do Benfica. Na minha opinião aquelas imagens - e acho que não foi só um problema da RTP, acho que foi geral, privadas, inclusive - repetimos vezes demais essas agressões. Como é que se dava essa notícia? Podíamos a partir do segundo dia ou do terceiro, colocávamos imagens do estádio, do próprio jogo, da polícia. Escusávamos de ter visto aquele pai a ser espancado por um polícia com o filho a ver... Porque eles também viram essas imagens de certeza nos dias que se seguiram. E isso não é fácil. Não acrescenta nada. Pareceu-me demais. Preferia ter visto menos vezes. Não estou com isto a culpar a atitude do polícia que deve ser a pessoa que está mais arrependida. Mas nós, por ser mais fácil, são estas imagens, vamos pôr isto. Se calhar poderíamos ter dado a notícia na mesma, que o polícia estava com um processo disciplinar, o caso estava em tribunal, sem recorrer à brutalidade daquelas imagens.

**SS:** Revês-te na tomada de posição do Conselho de Redação e da Direção de Informação anteriores relativamente às imagens do ISIS?

**ASF:** Isso foi uma posição da direção de informação anterior que, depois o Conselho de Redação anterior decidiu subscrever. Eu não pertencia a esse Conselho de Redação, pertenço ao atual. Mas o que te posso dizer é que na altura quando essas notícias saíram, eu como jornalista não me revi nada nessa tomada de posição, porque é óbvio que não há ninguém que seja a favor de radicalismos, de terrorismo, muito menos do Estado Islâmico. Mas eu acho que a RTP, e tendo nessa altura jornalistas no Iraque a fazer notícias sobre o Estado Islâmico, foi um risco muito grande a RTP ter tomado uma posição contra um dos lados do conflito, neste caso o Estado Islâmico. A minha opinião é que a RTP ao posicionar-se de um dos lados do conflito, se esses nossos jornalistas tivessem sido apanhados pelo Estado Islâmico, podiam estar em muito maus lençóis, porque poderiam ser confrontados pelo facto de dizerem que a RTP estava contra o

Estado Islâmico. A RTP na minha opinião ou qualquer jornal, rádio ou televisão, creio que não têm que se posicionar oficialmente se é a favor desta ou da outra notícia, deve dar as notícias. Se esse é o ângulo, a tomada de posição, então devemos fazer isto mas sem tornar público que é assim. Porque eu acho que isso pode trazer alguns dissabores aos jornalistas.

**SS:** Mas a ata do Conselho de Redação não proíbe essa informação, pede uma especial atenção ao tratamento dessa informação... Mas houve algum tipo de proibição?

**ASF:** Houve realmente. E eu estava a fazer notícias sobre isso, aliás estávamos todos os do Telejornal. Não se falava de outra coisa na altura. E realmente não se podiam dar notícias que pudessem conduzir a um recrutamento por parte do Estado Islâmico. Sobretudo imagens que tivessem sido captadas pelos próprios *jiihadistas*, que as tivessem colocado na internet e nós não as poderíamos usar. É óbvio que nós nunca iríamos usar imagens de decapitações, não vale a pena mostrar porque isso sim era estar a dar voz ao terrorismo, porque o terrorismo funciona assim, em aterrorizar o público. Quanto mais notícias se derem nesse sentido mais as pessoas vão ficar aterrorizadas. E eles atingem os seus objetivos. Ninguém aqui na RTP estava a dar esse tipo de imagens. O que aí se quis fazer foi acompanhar outros jornais que também fizeram essa declaração e a RTP também acabou por participar nisso. Eu chamo a atenção é que na altura tínhamos lá dois jornalistas: o José Rodrigues dos Santos e o Nuno Tavares. E se tivesse corrido mal a reportagem deles no Iraque, eles poderiam estar mesmo em risco de vida, porque poderiam ser confrontados com o facto de estarem a trabalhar para uma televisão que é contra o Estado Islâmico. A RTP pode ser contra e acho que todos podem ser, mas acho que ao declarar oficialmente estamos a arranjar problemas desnecessários, porque a RTP não tem que declarar de que lado é que está. Nós somos jornalistas e nós para podermos ir aos sítios e voltar em segurança não podemos. E tenho a certeza que o José Rodrigues dos Santos só não esteve do lado do Estado Islâmico a fazer reportagem, porque seria logo preso. Não dá. Antigamente nós podíamos ir aos dois lados da barricada como se costuma dizer. Quando eu estive com os portugueses mas também estive com os iraquianos. Agora é muito difícil estar dos dois lados da barricada. Agora está muito mais difícil para um jornalista trabalhar num sítio desses. Agora o jornalista é o alvo. Eles, se apanharem o jornalista, têm dez, vinte, trinta vezes mais o impacto na notícia do que se tiverem a decapitar um soldado. Se calhar seria importante confrontares essas pessoas que tomaram essa posição com o facto de termos lá jornalistas nessa altura. E se as coisas corressem mal...Era a mesma coisa que agora tomávamos uma posição contra Israel, não vamos mostrar imagens dos bombardeamentos em Israel, já não podíamos entrar mais em Israel para fazer reportagem. Ou não vamos mostrar mais imagens do Hamas, em Gaza. Se fossemos a Gaza já íamos ser mal vistos. Eu acho que isso dificulta mais o nosso trabalho do que ajuda. É óbvio que a RTP está contra o terrorismo.

**SS:** Em vez destas tomadas de posição sobre temas que vão acontecendo, achas que seria importante fomentar um trabalho mais transparente através da criação de recomendações face ao tratamento deste tipo de informação?

**ASF:** Eu acho que nós jornalistas já somos jornalistas há tantos anos, se nos apoiarmos no bom senso e se realmente conversarmos uns com os outros poderemos rapidamente chegar a uma decisão. Acho que não é necessário... Eu não sinto a falta de ter um conjunto de regras, para te ser sincero, que indiquem o que é

se pode dizer e o que e que não se pode dizer. Porque basta conversarmos uns com os outros, mesmo com as direções. Essas dúvidas acontecem, é verdade, mas nunca vai ser possível ter uma resposta para tudo, cada caso é um caso, cada guerra é uma guerra. Nunca ninguém iria imaginar que aquele polícia iria bater. Há uns anos seria impensável acontecer uma coisa daquelas. Eu acho que as coisas como estão têm funcionado. Não vejo que na RTP tenha havido grandes excessos com imagens que vão para o ar. Mas é uma ideia e se não fosse um conjunto de regras muito fechado, porque depois se elas existem, estes casos vão aparecer, até onde é que vai essa limitação. Não sei até que ponto é que essa limitação, depois também para quem vê... Não vai pensar, “ah é regras a mais, não mostram o que se está a passar”.

### **Carla Adão (E8)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva da RTP?

**CA:** Eu penso que o jornalismo vai um bocado arrastado pelas circunstâncias da sociedade e, portanto, se temos períodos em que há um aumento da violência nomeadamente da criminalidade urbana, isso reflete-se também nas notícias. É claro que depois haverá que ter o cuidado da forma como se trata essas notícias e há um bocado a dúvida de minha parte também, se por vezes há esse aumento da criminalidade, ou se há um aumento das notícias sobre determinado assunto. Não te sei dizer, mas é uma questão que às vezes me coloco: se neste momento há mais notícias de crime ou se de facto há um aumento da criminalidade.

**SS:** Não consegues perceber?

**CA:** Não, também não é a área que eu trabalho e, portanto, nunca me debrucei, mas terá que haver de facto esse levantamento estatístico para se perceber se a criminalidade aumenta numa altura em que nos apercebemos que há mais notícias sobre crimes, se de facto há um aumento da criminalidade e as notícias estão a refletir os factos e o que acontece. Às vezes são correntes. Porque aconteceu um rapto, nós se calhar durante um mês andamos a noticiar raptos, se calhar já aconteceu antes, mas passaram sem ser notícia. Às vezes questiono-me sobre isso.

**SS:** Quando fazes o tratamento desse tipo de informação que critérios é que tens em conta? O que é que impera?

**CA:** Eu acho que acima de tudo tem que imperar o bom senso, evitarmos alarmismos em alguns casos. O exemplo que eu te posso dar mais concreto, que é o que nós trabalhamos aqui, no meu caso na RTP África, foi as situações dos raptos em Moçambique. Nós demos sempre, desde o princípio em que houve os primeiros raptos - que começaram por ser na comunidade indiana -, mas portanto dávamos conta, porque muitas vezes já sabíamos da informação, mas era ou pelas embaixadas que nos pediam, porque são situações em que estão a haver negociações ou investigações e que às vezes, a própria notícia pode prejudicar esse trabalho que está a ser feito e estão vidas de pessoas em jogo, portanto é preciso termos essa perceção. Mas na RTP África nós noticiámos desde o início. Quando em Portugal se começa a aperceber que começa a acontecer com cidadãos portugueses, nós mesmo na RTP deparámo-nos com isso, de repente havia um alarmismo no Telejornal porque já queriam as notícias, quando era um fenómeno que não era novo, já existia há um ano.

**SS:** O que é que consideras que falhou?

**CA:** Às vezes falha no sentido de estarmos muito focados em órgãos ou serviços de informação, que estão muito focados num assunto e que, de repente, se deparam com uma coisa que pode ser interessante, mas não houve esse acompanhamento anterior e, portanto... Depois, se calhar, esse tratamento é mais mediático ou mais empolgado, sem ter que o ser.

**SS:** Achas que se fosse tratado gradualmente não causaria esse alarmismo?

**CA:** Exatamente. Nós demos sempre, mas demos sempre... Nos caso às vezes do que se podia dar, dávamos um *off* a dizer “aconteceu isto”. Damos quando são detidos, ou quando há um evoluir das situações, mas não fazemos um programa especial à volta de um assunto, porque nós não temos nem podemos às vezes ir mais fundo. Por serem casos que estão a ser investigados, porque as famílias não querem falar, porque as pessoas estão em risco. Eu acho que às vezes há um tratamento exagerado.

**SS:** O jornalista de serviço público tem uma missão diferente de informar face aos que trabalham para canais privados?

**CA:** Nestas situações não. Eu defendo que há jornalismo, não há bom nem mau. O jornalismo tem que ser bom.

**SS:** Consideras que os diferenciam depende da linha editorial de cada órgão, apenas?

**CA:** Sim, poderá haver orientações da linha editorial, mas essencialmente é assim, se o tratamento da informação for bem feito, e é o que deve ser, seja num canal privado, seja num canal de serviço público. Portanto aí não haverá nada a apontar. Nós sabemos que às vezes corre-se mais pela necessidade da concorrência, pela tentativa de estar mais em cima do acontecimento, de se empolgar, e tentar mostrar. Se calhar estamos às vezes horas em direto na Praia do Meco a julgar pessoas, por essa necessidade da concorrência. Nesse sentido acho que sim, a televisão pública deveria dar o exemplo, não pode ir pela bitola de que está toda a gente lá e portanto temos de estar lá, se de facto já tivermos ultrapassado o limite da informação, se já estivermos na especulação. E acho que às vezes esses limites são ultrapassados no operador público.

**SS:** Tendo em conta um panorama geral, consideras que as televisões têm provocado a banalização da violência, por aquilo que falavas há pouco, da exploração exaustiva de determinados casos?

**CA:** Sim, eventualmente, sim. Estás a pôr-me a pensar em coisas que nós, por vezes, não pensamos... Não sei responder.

**SS:** Quando estás a trabalhar esse tipo de notícias pensas na suscetibilidade do público que a vai receber? Transportas-te ao papel do telespectador?

**CA:** Sim. Eu trabalho na RTP África e neste caso nós temos outro tipo violência, mais violência até, não é?! E embora eu pense nisso também acho que há coisas que devem ser mostradas. Por exemplo, nós temos muitas imagens que às vezes... Por exemplo, quando foram os massacres do Ruanda, os confrontos na República Centro Africana ou no Burundi em que morre de repente setenta, oitenta, noventa pessoas. É claro que vou evitar, se calhar, pôr as imagens em que tenho os corpos espalhados pelo chão, mas eu acho que é difícil e é subjetivo, mas que há momentos em que é preciso haver alerta também, para aquilo fazer um clique. Porque acho que às vezes choque sem ser o flagrante e sem ser a exploração, pode ser importante também para as pessoas refletirem. Neste caso, como me dirijo especificamente ao público africano onde aquilo está a acontecer... Acho que é importante haver ali um bocadinho o elemento choque, mas como digo, sem ser gratuito, para despertar consciências, para pensarem “não queremos que



isso aconteça”. Nós também temos esse papel, de fazer as pessoas pensarem. Isto já aconteceu aqui, ali, não queremos que aconteça mais, é isto o resultado destas ações, destes confrontos.

**SS:** A responsabilidade social do jornalista também passa por aí? É esse alerta e o tentar travar guerras?

**CA:** Sim, claramente. Há essa mensagem subliminar. É uma mensagem de Direitos Humanos, é uma mensagem fundamental, portanto eu acho que o jornalista também tem esse papel.

**SS:** Achas que a ERC tem tido uma postura mais ou menos passiva na regulação dos órgãos de comunicação social, atualmente?

**CA:** O que eu acompanhei mais, que me tentei informar, porque é uma área que me interessa também, foi em relação à violência de género e sei que sim, tem havido várias denúncias, a ERC tem tentado atuar, mas acaba por ser um papel de regulador que acaba por ser limitado também. Acho que as transgressões depois continuam. Porque é assim: paga-se uma multa e ok. No caso do Correio da Manhã tem denúncias constantes e alertas constantes e multas constantes da ERC, por causa das fotos das meninas peladas, por causa da maneira como apresentam a informação com discriminação de género. E não vejo que isso mude. O que eu noto é que a ERC tem atuado, mas o que eu vejo é que, apesar dessa atuação falta qualquer coisa para que depois haja uma mudança. Não basta pagar um multa porque a seguir Ok. Eu pago uma multa de X, mas eu amanhã fazendo a mesma coisa consigo vender mais não sei quantos jornais, portanto o balanço não compensa a penalização, posso continuar a infringir.

**SS:** Revês-te na decisão tomada pela anterior direção de informação e, consequentemente, pelo conselho de redação sobre a inibição da exposição das imagens que servissem de propaganda ou de apelo ao terrorismo (na altura referiam-se ao ISIS)?

**CA:** Sim, acho que foi uma decisão sensata, porque o que nós temos ideia é que com o género de atuação destes grupos terroristas, eles querem mostrar-se e difundir a sua mensagem e, portanto, isso é uma maneira de estar a colaborar, a dar-lhes voz com as intenções deles, que no fundo são grupos terroristas, portanto acho que foi uma boa decisão.

**SS:** Consideras que faz falta um conjunto de recomendações que possam ajudar a transparecer o tratamento deste tipo de informação?

**CA:** Faz, faz falta. Já ouvi agora dizer aqui na RTP que está-se outra vez a pensar em definir um livro de estilo.

**SS:** O de dois mil e um está em vigor?

**CA:** Nós nunca tivemos um livro de estilo. Tivemos umas notas feitas pelo José Rodrigues dos Santos há uns anos, temos algumas orientações que vão saindo em ordens de serviço, em comunicados para assuntos pontuais, mas falta de facto uma definição de toda uma linha editorial do canal e que não mude conforme muda a direção, ou conforme muda a chefia. Que ajude a criar a identidade da RTP e um padrão de informação.

**Carla Quirino (E9)**

**SS:** Qual é que é a tua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva?

**CQ:** Na RTP ou no geral?

**SS:** A tua perceção sobre aquilo que tu fazes, na RTP.

**CQ:** Olha, eu tenho e eu acho que nós na reportagem e trabalhando com a imagem eu acho que nós temos que ser um filtro, temos responsabilidades acrescidas para captar e deixar que vão coisas para o ar que possam violentar as pessoas em casa. Portanto, nós quando captamos eu acho que temos que ter uma responsabilidade acrescida, temos que ter muito cuidado para aquilo que nós estamos a captar. Nós somos os primeiros filtros, nós estamos no sítio, onde mais ninguém está, nós temos que mostrar aquilo que está a acontecer mas temos que ser também, sendo nós os olhos das pessoas, que não estão no sítio e que vão ver aquele acontecimento através de nós. Nós temos que ser ok, muito reais, temos que nos basear nos factos, temos que captar os factos, temos que perceber o que é que está a acontecer, temos que contar a história com imagens mas naquilo que nós pudermos educar, sermos produtores na ação final temos que ter, acho eu, algum cuidado para não desenvolver e não deixar que a violência seja tratada de uma forma gratuita. Eu não vou estar a captar imagens que exageradamente possam empolar determinada situação só porque chama mais a atenção. Daí eu dizer que temos responsabilidades acrescidas, por isso, temos que ser o primeiro filtro. Nós que estamos no terreno somos o primeiro filtro. Portanto, haverá situações que se calhar faz sentido mostrar para que se tenha a consciência que está de facto a acontecer determinada coisa, outras vezes se calhar, com crianças, se calhar não temos que mostrar determinadas coisas com crianças, mas podemos sugerir, captar de forma a que não se torne uma coisa gratuita.

**SS:** O que é que impera na seleção dessas imagens?

**CQ:** Eu acho que as nossas vivências, o nosso bom senso. Temos que enquadrar consoante o contexto, portanto não pode ser só detalhes. Não pode ser só detalhes, tem que haver planos à volta da história para que faça sentido. O que é que impera? Eu acho que o nosso bom senso, o nosso conhecimento, as nossas vivências, as nossas relações humanas. Nós desenvolvemos afeto, nós somos um bocadinho, todos os dias acrescentamos coisas à nossa personalidade. E a nossa personalidade na nossa profissão, sendo jornalistas, sendo frios não sei quantos, não sei quantos. Geralmente não somos, porque antes de sermos jornalistas, somos pessoas, somos homens, somos mulheres, somos mães, somos pais e acho que quando nós transmitimos aos nossos filhos, nós tentamos transmitir ideias ou ideais ou coisas construtivas, reais mas construtivas, e acho que na nossa profissão quando nós contamos a história, que vão imensas pessoas ver através de uma plataforma que é a televisão, o computador, seja lá, multimédia que reúne imagem e som, imagem e vídeo e áudio. Eu quero que as pessoas percebam a realidade, eu quero que as pessoas percebam o que é que aconteceu, mas não quero tornar a coisa gratuita e é a mesma coisa quando eu conto histórias aos meus filhos da minha vivência do dia, “olha aconteceu isto, vi estes meninos assim, vi senhores com dificuldades”.

**SS:** Não te pões muito no papel do telespectador?

**CQ:** Eu acho que sim. Eu tenho que sentir que o meu trabalho acrescenta alguma coisa ao dia, para melhor. Mas eu tenho que sentir que o meu trabalho acrescenta alguma sempre alguma coisa ao dia para as pessoas, que estão em casa que não estiveram no sítio onde eu estive, que compreendam e que vejam e que tenham também, se calhar, algum espaço para tirarem as suas próprias conclusões.

**SS:** Já te recusaste a captar algum tipo de imagens neste contexto? De alguma forma te tenham pedido, olha aproxime mais o plano...

**CQ:** Felizmente, eu não preciso de me recusar porque eu ponho as barreiras, ou seja, felizmente tenho uma boa relação com os colegas e confiam em mim se eu disser que para esse campo eu não vou - vou manter o plano aberto, ou vou manter assim - confiam em mim e chegam à conclusão que eu até estava correta. Portanto, felizmente nunca tive nenhum *stress*, de contratempos do dia.

**SS:** Quando captas a informação, captas tudo? Num acidente, num sítio qualquer onde há alguma violência. Captas tudo ou já captas as coisas com o máximo cuidado possível e depois na edição precise de pouco tratamento...

**CQ:** Eu tento filtrar logo muitas coisas. Infelizmente, já vi acidentes com crianças, onde há uma fralda caída, onde há uma chupeta caída ou um boneco, não vou... pessoalmente não me agrada se eu estivesse em casa, se os meus filhos estivessem em casa eu acho se calhar faz mais sentido a sugestão de uma chupeta, de uma fralda, de uns óculos partidos.

**SS:** Através de simbolismos contas a história...

**CQ:** Exatamente, não vou gravar sangue. Sei lá, obvio que quando nós estamos na confusão, às vezes nem sempre temos capacidade para estar com grandes escolhas, vai depender muito do ambiente, dos polícias.

**SS:** O direto... é por exemplo um momento em que não há muita escolha, ou seja, não há tempo para pensar. Já te aconteceu fazer um direto, captares alguma coisa que não querias ter captado? Se tivesses tido tempo para pensar bem...

**CQ:** Não. Por acaso não. Eu acho que nós somos muito treinados a defender-nos. Nós estamos muito treinados para ter alguma margem.

**SS:** Mas não existem critérios concretos de como fazer? Vocês tem os próprios *guidelines* que foram adquirindo com a experiência?

**CQ:** É assim, aqui na empresa eu acho que há algum cuidado e há algumas conversas, umas regras, sim umas *guidelines*. Acho que sim. A cena do chorar ou do aproximar. Eu acho está mais ou menos instituído. Mas eu acho que há mais ou menos... as ideias acho que têm passado de forma a que não seja, a que não se transforme tudo numa lógica gratuita.

**SS:** Achas que os jornalistas da RTP têm uma missão diferente dos jornalistas dos canais privados?

**CQ:** Eu acho que a missão devia ser mais ou menos igual. Já vi tudo.

**SS:** E achas que a RTP deve manter esse registo mais rigoroso?

**CQ:** Seguramente que sim. Seguramente que sim. Eu acho que todos deveriam. Os colegas que são hoje da SIC amanhã são os da RTP. Os colegas da RTP são hoje da RTP e amanhã são SIC ou TVI e não devem mudar de carácter profissional porque passaram... não, não me parece. Acho que há é a possibilidade de construir e ser melhor a fazer o trabalho. Não deverá sair dessas margens, não se devem deixar cair na lógica da audiência, de mais gratuito é o que vende, é o que chama mais à atenção. Eu acho que não deveriam.

**SS:** Achas que há um limite? E que é possível contar uma história sem ter de mostrar tudo?

**CQ:** Eu acho, sobretudo, tem que haver algum limite nas *eight o'clock news*. Nas *eight o'clock news* tem que haver limite. Eu não digo que não se façam programas, fora dessas horas, que tentem contar um bocadinho mais para além de ... Agora, eu acho que vai sempre depender disso porque naturalmente noutros canais internacionais há programas específicos onde se aborda outro tipo de trabalho com mais violência. Sei lá, das drogas. Tem que se mostrar; as pessoas que querem saber mais podem ver. *Why not?* Eu acho que deverá haver essa liberdade, essa possibilidade de mostrar mais, mas se calhar não às horas onde há muitas outras pessoas.

**SS:** Deviam ser criados um conjunto de critérios, de recomendações que orientassem os jornalistas em como fazer?

**CQ:** Eu acho que existem essas recomendações. Eu acho que inclusive, a RTP. Eu já li recomendações.

**SS:** Sim, individuais. Revês-te nesta do ano passado, por exemplo, que foi assinada pela anterior Direção de Informação e, posteriormente, também pelo Conselho de Redação em que diz que não devem ser emitidas imagens que sejam propaganda e incentivo a atos terroristas. Isto surgiu na sequência das decapitações do ISIS. Revês-te nesta decisão?

**CQ:** Eu acho que sim. Sobretudo se for a horas onde a maior parte da população está a assistir. Eu acho que é importante saber que isto acontece no mundo, porque é muito mau se nós deixarmos de poder ter acesso a essa informação. Porque qualquer dia, se andarmos uns anos para trás, na segunda guerra, enquanto os outros senhores andavam a fazer as matanças aos judeus, não chegava cá informação nenhuma. Agora, chega informação a mais, agora tem é que se ter cuidado, tem que haver programas onde se possa definir e explicar melhor o que se passa no mundo, porque isso acontece. Portanto, se isso acontecer temos que saber.

**SS:** Devem ser balizadas?

**CQ:** Tem que ser balizadas por tudo, às horas de informação da massa.

**SS:** Tu achas que no geral das televisões portuguesas, canais de sinal aberto, achas que se assiste muitas vezes à banalização da violência?

**CQ:** Confesso que eu acho que a RTP está muito mais cuidada. Eu acho que já esteve pior. Já houve piores dias, eu acho que estão todos a recuperar um bocadinho esse cuidado. Já houve muito mais... e era uma loucura, eu acho que agora percebe-se perfeitamente a distância das três televisões, eu acho que estão quase, não sei se estão a par, mas a RTP estará sempre à frente, no melhor tratamento a essas coisas, em relação a alguns jornais. São diferenças abismais, portanto, eu acho que a RTP, a SIC e a TVI já tiveram piores dias e acho que estão muito melhores.

**SS:** Achas que a ERC devia ter um papel mais ativo?

**CQ:** Ah, completamente. Sim, mais rápida. Não era só ativa, era ativa e rápida. Mais rápida, muito em cima. Não é daquele mês é que vem declarar que achava que... não mais rápida. Não é andar sempre a questionar editorialmente, mas tem que se manter um bocadinho mais próxima, não pode ficar lá no alto à espera, a ver, a sondar. Fica sempre a sondar, demora muito tempo a reagir. Acho que tinha que estar mais próximo das estações, dos jornalistas, das redações, tinha que participar mais. Acho eu.

**SS:** Tens muito cuidado na forma como captas, ou seja, no tipo de planos que adequas a essas situações? Além desses tais simbolismos que há pouco falavas.

**CQ:** Sim, isso tento o máximo. Agora esse tipo de assuntos, onde estão a acontecer atrocidades, tem que se fazer. Para se perceber o que é que está a acontecer no mundo. Se calhar, se houvesse repórteres de imagem na altura, do nazi, quando havia as matanças dos judeus, se calhar não morriam tanto.

**SS:** Achas que vocês em vários casos, já serviram como a voz de vários conflitos e isso resolveu-se mais rapidamente?

**CQ:** Não sei se resolve ou não, o facto é que se tem conhecimento mais rápido. Temos o caso de Díli, aquelas barbaridades todas de cemitério, senão houvesse um repórter lá no meio do cemitério, se calhar nunca se saberia que tinha havido aquela matança daquela maneira. E é um exemplo, mas esse Díli era o óbvio de uma imagem vale mais que mil palavras. Por mais que nós gostemos de palavras, palavras bonitas.

**SS:** Qual é a maior dificuldade para o repórter de imagem na captação deste tipo de casos?

**CQ:** Provavelmente não se deixar ir a baixo psicologicamente. Eu acho que é por aí, porque nós somos muito treinados para sermos um bocadinho mais frios, não nos envolvermos.

**SS:** Criam uma carapaça?

**CQ:** Uma espécie disso. Nós temos quase que descolar da terra para percebermos que a nossa função está ali para registar. Registar, nós somos os olhos mais à frente alguém vai ver. Vai perceber. E muitos alguéns poderão fazer alguma coisa pelo mundo, se nós mostrarmos aquela história. Vamos dar instrumentos, para se saber um bocadinho mais. Daí eu digo que todo o meu trabalho, no fim do dia, tento sempre acrescentar alguma coisa, porque alguém vai ver. Poder fazer qualquer coisa por um mundo melhor.

**SS:** O jornalista tem esse papel, a responsabilidade social?

**CQ:** Nós temos essa vontade. Não se alguém vai ver e vai ajudar dessa maneira mas eu acho que nós temos essa vontade e especialmente ok, manter o conhecimento real do terreno porque há muitas pessoas que não fazem ideia. Agora saiu um trabalho num sábado feito por mim e pela Lavínia, editado pela Paula. As pessoas não sabiam, por exemplo, que aquilo era uma questão que tinha que ver com os refugiados em Portugal. Muitas pessoas não têm noção de como é que as pessoas vivem e eu acho que nós acrescentamos qualquer coisita.

**SS:** Sim e levantaram várias questões, vários problemas que existem face a esse acolhimento dos refugiados.

**CQ:** Como se tentou falar com todos os lados, não é propriamente assim uma denúncia. Há coisas piores, sei lá, vamos denunciar determinada coisa que está a acontecer, mas demos visibilidade, construiu-se uma história para se perceber que há um grupo de pessoas, assim como nós se tivéssemos um problema e tivéssemos que fugir, tivéssemos uma infelicidade e matar-nos a todos, e meia dúzia de nós conseguíssemos também queríamos ter ajuda lá fora noutro sítio qualquer, com crianças... E essas pessoas são assim, têm que fugir com crianças ao colo, mortes certas, uma série de atrocidades que acontecem nas terras deles; e que sempre foram úteis, sempre foram honestos e gostavam de continuar a sentirem-se honestos e integrados e a trabalharem para terem muita dignidade, para manterem a dignidade.

**SS:** Também esse tema teve que ter um tratamento diferente porque é um caso sensível não é? A forma como trataste...

**CQ:** Temos que ter muito ouvido. Temos que ouvir muito, temos que saber ouvir e encaixar bem as peças para conseguir depois reproduzir e contar a história sem que se criem maus juízos. Eu acho que o jornalista tem que ter ouvidos muito bons e olhinhos melhores ainda, então se for televisão, convém ter olhinhos mesmo muito melhores.

**SS:** Com a diversidade de meios e com a velocidade em que chegam os conteúdos, o jornalista tem que ter um papel de *gatekeeper* ainda mais acrescido?

**CQ:** Eu acho que sim. Muito mais. Isto não para.

**SS:** Muitas dessas imagens não chegam a vocês, para um repórter de imagem da RTP chega pela internet...

**CQ:** Claro, o facto de nós andarmos no terreno ajuda-nos a perceber melhor, o que é que chega lá de fora, para conseguirmos completar o puzzle.

### Carlos Felgueiras (E10)

**SS:** Qual é a tua perceção sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva da RTP?

**CF:** A sensação que eu tenho é que existe um cuidado... A primeira imagem que me vem à cabeça sobre isso é o cuidado que há em proteger, em alguns casos, a identidade das pessoas. Por exemplo, eu montei há pouco tempo uma peça em que um miúdo foi com os amigos para uma discoteca, o Main, e depois andou à “porrada” com umas quantas pessoas. No dia seguinte houve uma entrevista que foi feita à mãe e ao amigo e ao amigo que estava lá. E pronto, houve o cuidado de não se mostrar imagens das caras deles. E a sensação que eu tenho é que em casos de violência existe muito esse cuidado, do anonimato, de proteger... Agora não tenho a sensibilidade de estar no exterior (se calhar um jornalista pode informar-te melhor sobre isso), de se é uma coisa que é solicitada pelas pessoas, se o próprio jornalista tem essa sensibilidade e lhes pergunta. Enquanto editor, nós temos um conjunto de ferramentas ao nosso dispor para esconder alguns elementos que permitam não identificar, nomeadamente adulterar a voz e a imagem com *blur* ou com manchas sobre a imagem.

**SS:** Existe algum tipo de critérios definidos daquilo que não se deve mostrar, sobre estes casos em particular?

**CF:** Se existem eu, enquanto novo aqui...

**SS:** Como é que funciona esse tratamento cuidado?

**CF:** Eu como sou mais ou menos estagiário, eu sempre que tenho dúvidas nesse aspeto viro-me para o lado e pergunto, e alguns editores mais experientes nisto dizem “olha, se calhar aqui um *blur* funciona melhor, se calhar esconder a imagem”. Vou buscar um bocadinho da sabedoria que já existe. Às vezes, o próprio jornalista já tem uma ideia e traz imagens que foram trabalhadas nesse sentido, ou seja, já foram captadas de forma a esconder a lógica. Recordo-me de um caso de um homem que era jogador compulsivo em casinos. A entrevista tinha sido feita de forma a ele ter pouca luz na cara, mas se a imagem não fosse trabalhada ainda era possível reconhecer a cara dele. Em alguns casos sei que eles chegam a alterar, ou seja, em termos de imagem elas são gravas em sítios em que é possível destorcer o ambiente que está por trás. Não sei o que é que determina que tu muitas vezes possas ter só a voz, ou seja, não teres imagem e teres só a voz. Outras vezes tens corpo e imagem, mas a cara está destorcida. Outras vezes tens voz destorcida e cara destorcida. Outras vezes tens tudo destorcido e é apenas uma ideia de qualquer coisas que esta lá para trás.

**SS:** É possível construir uma estória sem mostrar grande parte das imagens chocantes que vos chegam?

**CF:** Aí eu posso ir buscar um bocado da minha experiência da rádio. Tu podes, no caso em que tenhas poucas imagens, utilizar um bom texto para descrever isso. Por exemplo, imagina o que é que é tu descreveres a chegada do Papa a Lisboa na viagem, desde que ele saí do aeroporto, isto tudo em rádio – houve uma emissão da Antena 1 que foi feita assim – portanto, descrever: ele vem, estão não sei quantas pessoas, como é que ele está vestido, como é que é o carro... E aí é possível, de facto, contar, mas cabe ao jornalista ter a capacidade de contar.

**SS:** Deve haver um limite sobre aquilo que se mostra?

**CF:** Eu acho que deve haver um limite, porque tudo o que nós fazemos muitas vezes passa a horas a que qualquer pessoa pode ver e, sobretudo, existe uma sensibilidade. Neste momento a nossa ética e a nossa moral, definidas pela educação social que nós temos, determinam que se calhar nós não mostramos nudez a uma determinada hora, não mostramos imagens de violência explícita, mas eu sei que se calhar noutros países isso aí é bom. Por exemplo, eu lembro-me que no caso, entre o onze de setembro e o que houve em Fortaleza (uma série de assassinatos). E o que aconteceu no onze de setembro foi uma captação feita por americano que tu em parte não vias corpos, vias coisas muito ao longe, havia ali uma proteção da identidade das pessoas, um respeito muito grande. No caso de Fortaleza tu vias as pessoas a serem enterradas, vias a imagem explícita. Eu acho que são sociedades com morais diferentes que escolhem a forma como se mostra. A sociedade portuguesa, eu acho que desde que houve mais concorrência, mais órgãos de comunicação, se calhar, essas barreiras foram um bocadinho esbatidas.

**SS:** Achas que se tem vindo a banalizar a violência?

**CF:** Eu, por acaso, pergunto-me, ainda não tinha muito bem essa noção, se calhar por ser novo aqui. Vamos supor, tu vens aqui editar uma peça comigo e a gente constrói e tem imagens violentas. Nós mostramos, fazemos a construção com essas imagens, não sei até que ponto é que existe tempo suficiente para haver uma espécie de sensor aqui dentro para dizer “têm que refazer aquilo, aquela imagem não pode aparecer”. Poderá haver, aquela imagem pode passar uma vez e, se calhar, a segunda vez já não passa, porque entretanto alguém viu. Houve o caso da morte do Kadhafi, o Samuel montou a peça toda e teve o cuidado... Portanto, depois de uma promoção usaram as imagens dele, aí mostra que na mesma empresa poderão haver medidas diferentes.

**SS:** O tempo é um constrangimento neste aspeto?

**CF:** Sim. Isso em qualquer trabalho, sobretudo quando estamos a montar *hard news*, as notícias que vai para os noticiários da hora, tu estás a trabalhar em que a tua eficiência tem que estar no pico, ou seja, fazer o melhor possível, com o menor tempo disponível. Por exemplo, esta semana foi necessário... Não era um caso de violência doméstica, mas era o caso dos polícias que iam investigar a casa do Ricardo Salgado. Foi necessário esconder matrículas e as caras deles e o jornalista chegou e já vinha com a sensibilidade de “temos de montar isto até às dezanove e quarenta, porque das dezanove e quarenta às vinte horas (era a primeira peça do noticiário) vamos ter que esconder as imagens”. Se fôsse uma peça de violência doméstica, para abrir, tínhamos que ter ali pelo menos um certo tempo mínimo para garantir que a peça entrava no alinhamento à hora que era suposto entrar, mas que se privilegiava justamente a questão do anonimato. O pior que pode acontecer é a peça ir-se atrasando, mas isso em termos de alinhamento de noticiário é péssimo. Há essa pressão do tempo. Agora, pessoalmente, eu sei que sou um perfeccionista, eu gosto de polir melhor os sons, polir as transições, mas pronto já sei que é assim, há de facto esse constrangimento, é inegável.

**SS:** Dizias que pessoas cá dentro podem ter opiniões diferentes... Achas que se existem normas ou condutas podia ajudar a transparecer e a clarificar o modo de fazer?



**CF:** Eu acho que era importante, só que, lá está, provavelmente o livro de estilo pode ser um espartilho. Na medida em que quando montas alguma coisa tem de ser assim, assim e assim e não se pode fugir disto. Depois, se calhar, se queres ser um bocadinho mais criativo está dentro das balizas para o ser. É claro que estamos a falar aqui de balizas diferentes, estamos a falar de balizas para peças muito específicas, mas eu acho que sim, que seria muito importante para todos os envolvidos (repórteres de imagem, jornalista e editores de imagem) para ter uma noção até onde podemos ir e o que é que não podemos fazer.

**SS:** Trabalhar este tipo de informação na televisão tem uma responsabilidade mais acrescida do que na rádio por causa da imagem, essencialmente?

**CF:** O fator imagem é, neste caso específico de privilegiar o anonimato, por exemplo, é um fator importantíssimo. Há coisas que identificam as pessoas. É certo que o som identifica, mas distorce-se, é essa a preocupação na rádio. Mas na televisão a preocupação passa por decidir se queres ter imagem, se calhar retirar elementos que não permitam identificar onde é que a pessoa vive, se calhar na hora de identificar uma entrevista, que não seja em casa da pessoa, executá-la no sítio que não tenha nada a ver onde a pessoa habita, para não ser identificado... Depende muito do que se passa. Nos casos de violência doméstica então isso deve ser obrigatório.

**SS:** Achas que a ERC tem feito um trabalho de regulação mais ou menos correto em relação aos órgãos de comunicação?

**CF:** Não acho que esteja muito bem informado para dizer. Se calhar se fosse fazer uma opinião enquanto cidadão, diria que acho que às vezes eles são um braço um bocado politizado. E tenho a sensação de que eles poderiam ter um papel que não fosse muitas vezes, quase que dizer “sim”. Eu nunca sinto que eles se oponham a nada.

**SS:** Achas que deveriam ser mais firmes especificamente nestes casos?

**CF:** Sim. Eu acho que deveriam ser mais ativos. Tenho a sensação que são um órgão muito passivo em tudo. Seja em darem pareceres sobre mudanças de direções, e sobre casos de violência nem os ouço muito. Esta identidade, portanto... A ideia que eu tenho é que eles poderiam ser melhores, poderiam fazer um trabalho melhor, mas não sei muito bem como, porque não conheço muito bem o trabalho deles, é um bocado injusto. É como seres cidadão e dizeres “o primeiro-ministro tem a responsabilidade de fazer uma coisa melhor”, mas eu não sei a responsabilidade do que é ser um primeiro-ministro.

**Carlos Oliveira (E11)**

**SS:** Qual é que é a tua percepção sobre a transmissão de violência na informação televisiva?

**CO:** É um tema demasiado sensível e que tem de se ter alguma preocupação, e que tem uma fronteira, às vezes, muito ténue e é preciso ter algum cuidado. Nós como repórteres de imagem temos algum problema nisso, que é, estamos no terreno e temos de pensar muito rápido se devemos filmar isto ou filmar aquilo. Porque depois de estar filmado aquilo pode ir para o ar e nós às vezes não temos a percepção se aquilo deve ir mesmo para o ar ou não. Sabemos algumas coisas... Se está uma pessoa morta não convém mostrar essas coisas. Sangue também é duvidoso, portanto é preciso ter algum cuidado.

**SS:** Que critérios é que imperam no tratamento dessa informação?

**CO:** O critério é contar a estória sem ser preciso mostrar coisas muito agressivas num acidente, por exemplo. Podemos mostrar um pneu rebentado, podemos mostrar um rádio todo torto, um vidro partido... E o sangue é duvidoso, mas por vezes também se mostra para dizer que foi mais forte. Não quer dizer que tenha que ser na dimensão de um plano muito apertado, pode ser um plano mais largo.

**SS:** O que é que não deve ser mostrado, segundo a tua percepção?

**CO:** Não deve ser mostrado caras das pessoas que estejam magoadas, membros que às vezes se soltam, coisas desfiguradas acho que não se deve mostrar, por várias razões, porque podemos estar a mostrar em primeira mão e a família pode não saber, e por serem imagens muito agressivas.

**SS:** Há pouco falávamos na dificuldade que o repórter de imagem tem por ter de pensar no imediato. Já te aconteceu num direto teres mostrado algo que não querias ter mostrado por ser demasiado chocante?

**CO:** Se calhar sim, mas não me recordo. Mas se foram, não foram muitas, porque eu quando chego ao terreno tento perceber o que é que posso filmar antes de pegar na câmara.

**SS:** Qual é o limite? Há um limite?

**CO:** O limite é o que te dizia... é não mostrar pessoas que estejam desventradas ou que estejam mortas... Tem que se mostrar que o acidente ocorreu ali, o local, a maneira como ocorreu o acidente, já essas imagens dos carros, das chapas, mostram a violência do acidente. Eu não preciso de estar a mostrar a cara de uma pessoa que esteja morta ou de uma pessoa que esteja a deitar muito sangue da cabeça ou de uma pessoa que ficou sem um braço. Porque a notícia é sobre um acidente em que morreu uma pessoa e eu não preciso de estar a dizer “morreu uma pessoa” e mostrar uma pessoa que está morta.

**SS:** Já te aconteceu que um jornalista te tenha pedido para fazeres uma captação que te tenha recusado dada a violência daquilo que seria captado?

**CO:** Sim. Isso faz parte.

**SS:** Porquê?

**CO:** Primeiro é raro eles pedirem isso, às vezes pedem porque já vão instruídos ou porque viram outros órgãos de informação que até mostram essas coisas ou porque aparece em jornais. Chegam ao pé de nós e dizem “filma isto filma aquilo...”, levados pela emoção, se calhar também. Só que nós temos que gravar ou não gravar. É aquele momento, senão perdemos. E nós já temos mais ou menos isso na cabeça, no nosso código de ética, mas também na sensibilidade e no bom senso. Nós jornalistas da caneta ou jornalistas de câmara temos todos um pouco, às vezes o que pode acontecer é que vamos para o terreno e somos levados pelos outros órgãos e temos que fazer isso porque eles também já filmaram. Houve um caso agora há pouco tempo em que houve um miúdo que foi assassinado e a única coisa que viram foi o sangue, quando eu estava a falar com a mãe no café, estava a mãe a dizer-me “ainda agora mostraram parte do meu filho”. O que é que mostraram? O sangue. E só estamos a falar do sangue. Não mostraram cara, não mostraram nada, mostraram o sítio onde o miúdo foi assassinado e mostraram só sangue. Só que a mãe, familiar, quando viu o sangue soube que era o sangue do filho. E não mostraram cara nenhuma, só aquilo já arrepia. Quando nos dizem “é pá... nem filmaste o sangue”. Não, nós às vezes não temos de filmar o sangue, aquilo já é muito agressivo para as pessoas que são mais próximas daquilo que aconteceu ali.

**SS:** Falavas no facto de os outros fazerem e vocês terem de ir atrás. Isso é recorrente?

**CO:** Sim, infelizmente é. Sim, a RTP às vezes também se cuida um bocado. Cuida-se! Mas, às vezes nos incêndios por exemplo não damos muita coisa. No caso da ISIS começámos a não pôr essas imagens das decapitações, porque nós cuidamo-nos um bocadinho, não vamos atrás. Mas não sei até que ponto muitas pessoas não vão atrás, não só disto, mas de outras, não tão fortes, que às vezes vamos atrás. Fomos atrás do Saddam, fomos atrás de outros... do Kadhafí. Também mostrámos essas imagens.

**SS:** Consideras que os critérios daquilo que devia ou não ser mostrado deviam ser mais explícitos para vos ajudar e transparecer o vosso trabalho?

**CO:** Sim, isto tem que ser tudo muito mais claro. Porque eu posso dizer “o sangue tem que aparecer”, o jornalista também diz que sim e depois o editor de imagem diz que não. Se isto não for claro, quem é que tem razão ou quem é que não tem razão? E o que é que se deve pôr? Eu, em todo o caso, chamo sempre o Diretor de Informação. Mas se isto estiver tudo bem claro, conforme as situações, porque as situações não se podem por todas iguais. Se calhar, a pessoa se não morrer e mostrar o sangue, se foi só um ligeiro corte, até sou capaz. Conforme o contexto, pode-se pôr... Foi por aqui que ele seguiu porque está aqui o rasto de sangue, não sabemos quem é, nem ninguém sabe quem é. Aí ficamos na dúvida, isso já me aconteceu, ir para o Cacém em que ouviram tiros, e depois filmamos os tiros ou não filmamos os tiros? Filmamos onde as balas bateram, onde há vidros. Há pingas de sangue no chão porque o rapaz que foi baleado passou para o outro lado e nós aí temos que fazer ali o circuito, não quer dizer que vou aproximar sempre na gotinha de sangue. Nós repórteres de imagem, temos outra coisa, não é só filmar por filmar. Podemos filmar quase tudo. É a dimensão do plano, é a força que damos àquilo que está a acontecer.

**SS:** Revê-te na decisão da anterior Direção de Informação e do Conselho de Redação sobre duas atas em que numa apelavam ao cuidado no tratamento de casos que envolvessem violência e noutra proibiam a exibição de imagens do ISIS que servissem de propaganda ou de apelo a atos terroristas?

**CO:** Sim, mas eu acho que isso faz parte, nem era preciso sair em comunicado. Eu acho que isso deve fazer parte. Nós temos que denunciar os casos, temos é de saber como se denunciam os casos. Na parte da captação, continuo a dizer a mesma coisa, eu posso filmar coisas de uma maneira em que posso não estar a mostrar pessoas, mas as minhas imagens podem ser muito violentas, corroidas com sons e etc. ainda mais violentas podem ser. No caso das crianças, nós não devemos mostrar crianças, mas não quer dizer que eu não vá a um sítio onde se mostre que ali passam crianças ou que as crianças gostam de estar ali, que sejam uma parte do confronto e que foram incomodadas. A maneira de captar para mim é tudo. É como um livro. A maneira como se escreve um livro, tu parece que estás a viver situações ou não. E às vezes num livro se não tiver lá desenhos não está lá nada com violência, estão as palavras que às vezes são mais violentas, também é verdade.

**SS:** Quanto ao trabalho que a ERC faz de regulação, considera-lo mais ou menos passivo?

**CO:** Eu não estou muito a par, é verdade, mas sei que a ERC não tem mão na evolução da comunicação social. Não tem. E nós vemos quando chegam as eleições de quatro em quatro anos, nada está resolvido como é que vai ser acompanhada a propaganda ou a campanha dos partidos. Tanto pela estação pública, como pelas outras estações. Depois é mais fácil dizer a seguir “não, não, têm que acompanhar todos”. Então se têm que acompanhar todos, então todos tinham direito ao mesmo dinheiro, porque os partidos com mais representação têm mais dinheiro e os outros não têm dinheiro nenhuma porque vão concorrer agora, só têm dinheiro depois dos votos. Quer dizer... Ou os partidos têm representação ou não têm. Ou então dão um minuto a cada um ou não dão, quer dizer... Tinha que haver ali uma posição. Tinham que ter uma posição e não têm. Depois demoram muito tempo a resolver as coisas. Resolvem sempre pela aquela parte que é sempre bom, que é politicamente bem feito.

**Daniela Santiago (E12)**

**SS:** Perante a tua experiência profissional e a tua perceção enquanto jornalista, o que pensas acerca da transmissão de casos de violência na informação televisiva da RTP?

**DS:** Penso que todo o cuidado é pouco, O tempo internet em que vivemos tem feito com que muitas notícias e muitas imagens sejam transmitidas sem pensar, sem nos debruçarmos sobre os efeitos da transmissão dessas próprias imagens e isso leva-nos para caminhos muito perigosos. Ao longo dos últimos anos, mais de dez anos, eu tenho-me debruçado muito nos efeitos da projeção mediática em situações de tragédia e não só. Aliás, um dos últimos artigos que escrevi, e até foi uma lição para defender o título especialmente de jornalista na universidade, tinha a ver com a projeção mediática de determinados acontecimentos e na altura até questionava as imagens da morte do Kadhafi em direto. Não foi em direto, foi em diferido, mas no fundo nós vemos o homem morrer ali. A minha questão é se, de facto, não estamos a acabar por ceder àquilo que sempre criticámos e acho que não há filtros. Deveria haver filtros. Porque a comunicação social e especialmente a televisão, no meu entender, continuo a filtrar, acho que nem todos os órgãos, nem todos os *media* têm o mesmo peso. A televisão ainda tem um peso muito grande. A internet tem um peso enorme em termos de passar a informação, mas nesta questão de mexer com consciências, sentimentos, formação de opinião, a televisão continua a ter um papel fundamental. E a questão de não haver filtros, de haver uma grande ausência de *brainstorming* nas redações sobre “vamos mostrar isto, mas qual poderá ser o efeito de mostrarmos isto?”. Muitas vezes podemos abrir uma caixa de pandora ou estamos a obter e a conseguir efeitos absolutamente adversos e diferentes daqueles que achávamos que iríamos obter. Ou seja, não estamos apenas a informar ou até podemos estar a informar mal e podemos estar a levar a comportamentos de mimetismo muito perigosos. Porque há uns anos era proibido, havia um acordo em não transmitir imagens ou notícias de suicídios, de barricadas, porque se sabia que isso levava ao mimetismo e à imitação desses atos. A questão é que os atos de violência desde *bullying* a violência doméstica, à violência doméstica no sentido mais dramático de assassinatos e seguidos de suicídio ou não por o outro cônjuge, muitas vezes, ainda não há estudos específicos, mas conheço vários relatos de forças de segurança que se deparam com situações de indivíduos que matam as mulheres e que em casa têm recortes de jornal de outros assassinatos onde está escrito “se foram capazes eu também sou”. Temos de ter muito cuidado com o que mostramos, não só a informação, os próprios *talk-shows*, os programas... Anda tudo em roda livre.

**SS:** O jornalista tem um papel muito social. É importante que fossem criados *guidelines* para orientar a produção de informação especificamente violenta?

**DS:** Um estilo de um código de conduta? Acho que mesmo se existisse não seria seguido porque há sempre... O filtro está acima de tudo dentro de cada um de nós e a questão é essa.

**SS:** Depende da sensibilidade de cada um?

**DS:** Depende um bocado da sensibilidade, uma sensibilidade construída. Daí que se costuma dizer que o jornalismo não é um posto. Um jornalista com vinte anos tem de ser tido em conta em relação ao estagiário para fazer determinados assuntos, porque é absolutamente natural. Não quer dizer que haja

jornalistas com trinta anos de experiência que tenham uma maior sensibilidade do que outros. Às vezes há situações em que uma grande experiência pode levar a uma maior insensibilidade. Não é isso que noto no meu caso. Mas que com o passar dos anos me fui tornando cada vez mais sensível a determinadas questões e a ser bastante inconformada e a ver as coisas de uma forma muito crítica. Mas há pessoas que vão ganhando resistências, capas, depende um bocado da forma. Agora, o facto de todos os jornalistas com mais experiência terem começado a deixar as redações, por uma questão que eu lamento em Portugal, mas parece que uma pessoa aos quarenta e pouco já é velha e tem que entrar sangue novo, não porque seja melhor porque não entendo que seja assim. Entendo que o sangue novo é essencial para agitar uma redação, mas é sangue barato ou que não representa custos para a empresa e é muito mais fácil do que manter [os mais velhos]. As redações portuguesas nos últimos anos sofreram uma fuga de pessoas experientes, que serviam no fundo para ensinar os mais novos. Esses mais novos vêm sem qualquer tipo de baliza, precisam de alguém que os ensine e ninguém os ensina. Porque muitas vezes as pessoas que restam nas redações têm visões economicistas das coisas e só das audiências. Portanto, não se questiona de uma imagem deve ou não ir para o ar, se aquele assunto deve ser tratado assim ou assado. Nem sequer estamos a formar jornalistas. Depois tem a ver com os valores da sociedade, como as pessoas crescem, como não crescem. Mas esses tais filtros são coisas que vamos adquirindo com a experiência e com estudo, que é outra coisa que lamento. Sempre durante a minha de jornalista e estou há quase vinte anos na RTP, sempre apostei na minha carreira académica por mais difícil que isso seja e por mais tempo que isso nos roube. Isso é uma coisa que praticamente não acontece.

**SS:** O jornalista deve-se atualizar?

**DS:** Olho para o lado e não vejo mais ninguém que tenha feito isso. Há o José Rodrigues dos Santos que fez o doutoramento dele há muitos anos e que escreve livros. Agora, alguém que se debruce sobre os problemas, os estudos que são feitos, todas essas preocupações dos efeitos da projeção mediática de qualquer situação que seja... Não vejo ninguém preocupar-se com isso. Vejo é as pessoas a olharem para as audiências, a criticarem isto, a fazerem uma reportagem em cima do joelho, porque não há tempo para mais. Há poucas pessoas na redação, por isso, em vez de se fazer uma reportagem em dois dias, fazem-se duas num dia. Portanto, vai-se atrás de uma notícia e muitas vezes nem se confirma. Não se faz o contraditório, não se vai ouvir a outra parte. Esta coisa, como eu dizia, do tempo internet, associada à falta de pessoas e muitas vezes à falta de escrúpulos, associada a pessoas novas que estão nas redações que não podem questionar ou dizer “recuso-me a fazer uma coisa sobre esse ângulo porque não acho correto”, porque têm medo de quando acabar o contrato já não lhe o renovarem, não é? Tudo isto condiciona. Não sei se houvesse um código de conduta ou umas linhas, porque já houve várias tentativas aqui na RTP, mesmo em termos de livros de estilo. Isso cai sempre em saco roto. Não sei até que ponto é que isso poderia ou não vir a ajudar. Sou consultora até de um projeto que no fundo é a versão portuguesa do *Pew* americano para a excelência no jornalismo e também elaborámos uma série de princípios que deveriam regular a profissão e aquilo não teve grande eco. Infelizmente, anda tudo à solta.

**SS:** Durante os teus vinte anos de experiência na RTP de certeza já assististe a uma mudança de paradigma. Sentes que a RTP está a cair nesse caminho das audiências, no que acabaste de descrever?

**DS:** Noto que a RTP não é aquilo que eu conheci há vinte anos. Acho que sou aquilo que sou hoje porque aprendi com muita gente boa e já não há um único cá. Sinto que os princípios de notícia e os cuidados eram muito maiores do que são agora, muito maiores. Não acho que se possa dizer que a RTP esteja a cair no caminho das privadas, das audiências, mas já estivemos mais longe. Mas acho que o principal inimigo da RTP neste momento é a falta de pessoal, falta de profissionais, falta de profissionais experientes que possam ensinar os mais novos e, portanto, esta loucura de uma redação esvaziada que tem de continuar a fazer aquilo que fazia com o triplo das pessoas. Esse é um grande perigo.

**SS:** O jornalista de serviço público tem um papel diferente no tratamento da informação de um jornalista de canal privado?

**DS:** Todos os jornalistas deveriam ter a mesma preocupação, todos. Aquilo que o jornalista no serviço tem é que é muito mais escrutinado do que os outros. Porque eu estando na política há tantos anos, sei que se cometer um erro qualquer a ERC vai-me cair em cima. Enquanto os outros não. Se eu não puser o Partido Ecologista – Os Verdes podem-me chamar à atenção, à SIC e à TVI nunca põem, a menos que tenhamos uma Heloísa Apolónia que manda ali uma boca fantástica, que entra quase como *fait-diver*. De resto, a questão da proporcionalidade, tudo isso não entra. Agora, a preocupação de ter um grande poder nas mãos e como o usar e dar a notícia deveria ser um princípio comum a todos, absolutamente. Um jornalista no serviço público ou no privado é um jornalista. Acima de tudo têm de se reger pelas mesmas regras de qualquer outro, aí não vejo qualquer diferença.

**SS:** Porém a linha editorial que segue a direção de informação deve ser diferente?

**DS:** A linha editorial cabe a cada estação defini-la. Obviamente que a linha editorial dos privados em relação às da RTP é diferente. No jornal é muito mais pequeno. O jornal da SIC e da TVI tem mais meia hora. No fundo, eles têm tempo para aquelas peças que geralmente as pessoas gostam mais, que são mais leves, mais *fait-divers*, nós no fundo temos que nos cingir à notícia pura e dura. Porque temos cinquenta minutos de jornal.

**SS:** O direto e a banalização do direto veio transformar a produção informativa?

**DS:** Veio, muito. Porque o tempo que teríamos para estar em reportagem, às vezes até para estarmos a ganhar confiança com o entrevistado antes de fazer a entrevista. Depende das situações, conquistar o entrevistado, quebrar um bocado aquela barreira de gelo que às vezes existe. Temos de estar a fazer diretos hora a hora sem informação que o justifique, esse é que é o grande problema.

**SS:** Em casos de violência particularmente pode fazer com que o jornalista dê alguma coisa que mais tarde, pensando bem, não queria dar?

**DS:** Sim. Na vertigem de dar tudo em cima da hora é muito maior o risco de errarmos. Mas o direto sempre teve essa questão, esse problema. O direto a partir do momento em que nos dão alguma informação é avançar com ela, a questão da *cacha*, da primeira mão. Agora, uma coisa era estarmos em direto à uma e às oito, outra coisa é estar em direto a qualquer momento. Isso corta-nos os movimentos

em termos de fazer reportagem e corta-nos essa ponderação, principalmente para quem tem menos experiência.

**SS:** É algo que é exigido pelos canais temáticos de televisão?

**DS:** É algo que a cabo veio impor. A partir do momento em que passámos a ter a RTP Informação, sim.

**SS:** Quando tens uma notícia para dar, pensas primeiro em dá-la ou na suscetibilidade do público que a vai receber?

**DS:** Da forma como a vou dar, ao ter a notícia. Primeiro se é notícia e depois... Aliás, se estiver a fazer um direto e tiver uma informação que não consigo confirmar a cem por cento ou que me coloca dúvidas, se calhar nesse direto não vou essa informação. Darei no direto a seguir. Para ter tempo, para ponderar. Não só para me proteger. Tenho a perfeita noção que um nome quando entra em circulação não há volta a dar. Porque isso é um bocado como a história dos jornais e quando lançam uma notícia e depois fazem um desmentido. Ninguém vai ler o desmentido. O português pensa muito naquela história de onde há fumo, há fogo. E tenho a noção que se lançar uma notícia, mesmo que a seguir a venha desmentir, muitos dos que ouviram a notícia já não vão ouvir o desmentido e a notícia já foi dada. Portanto, é ter cem por cento certeza. Depois também tem a ver com a nossa experiência e com as fontes que temos para confirmar. Se for uma coisa política nós também já conhecemos como é que as coisas são. Há coisas que se calhar não questiono pela perspetiva e experiência que tenho no terreno disso e há outras que, claro que sim, vou questionar.

**SS:** O papel social do jornalista está-se a ver um bocadinho esquecido pelos constrangimentos?

**DS:** Sempre tive noção do tamanho gigante do papel social que o jornalista tem. Acho que grande parte dos jornalistas não têm noção do papel que têm, até chegam a dizer que não têm essa função social e há pessoas que confundem o papel social com o jornalismo justiceiro. Não tem nada a ver. Que é muito por exemplo o jornalismo que a TVI faz. Uma questão é o jornalismo social, outra é sermos justiceiros. Isso há que distinguir. Há cada vez menos jornalistas com a noção da função social que têm, até podem dizer que têm mas confundem a coisa. Confundem com protagonismo deles próprios. Há muitas pessoas que acham que estão a fazer um grande jornalismo social e a ajudar a mudar o mundo e no fundo só estão a trabalhar para a imagem deles. E há casos muito graves, por exemplo, a grande batalha da Manuela Moura Guedes na TVI, em que usam e gerem os seus ódios pessoais para os resolver devido ao poder que têm. Por exemplo a relação que a Moura Guedes teve com o Sócrates, com o Marinho Pinto, era isso mesmo. Acham que estão a fazer justiça mas no fundo estão a resolver querelas pessoais. Isso é muito perigoso.

**SS:** A ERC enquanto entidade reguladora dos órgãos de comunicação, tem feito um bom trabalho no sentido de os regular e impedir que caiam em vias menos próprias de fazer comunicação?

**DS:** Acho que não. A ERC muitas vezes preocupa-se com coisas completamente secundárias e com as essenciais não se preocupa. Porque a Lei também está feita de uma forma que as televisões privadas preferem pagar multas a respeitarem a lei. Há imensas coisas que são completamente proibidas em termos



legais e que eles continuam a fazer. Porque com a audiência e a publicidade que ganham em fazê-la podem pagar dez multas. Há uma Lei fraca, há uma ERC que muitas vezes se preocupa com coisas acessórias, que não acho que se preocupe muitos com essas questões sociais e com a função social e com os efeitos que determinadas notícias podem provocar na sociedade e alterar comportamentos. “Ah mas é o serviço público”. Mas porquê? O serviço público e os outros não podem influenciar, quando têm o dobro das audiências? Não, as coisas não são assim.

### **Gonçalo Ventura (E13)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva da RTP?

**GV:** Prefiro falar de casos práticos. Não me aconteceu, não só na rádio, como também na televisão. Quando vejo alguém em perigo, no câo não se consegue defender, há essa preocupação, que não é só minha, é da escola da RTP, que é não mostrar. Mas já aconteceu, há duas semanas, uma manifestação na Avenida da Liberdade, onde estavam dois colegas nossos e eu, se fosse comigo, não teria mostrado aquelas imagens. Estava um senhor, que ficou maldisposto, caiu no chão e ficámos a mostrar a imagem da cara do senhor. Não concordo. Deve-se preservar a intimidade das pessoas. Deve ser preservado também, que está a ver a televisão nesse momento. Quando estamos em horário nobre, por exemplo, não mostrar a crianças que nos podem estar a ver. Passa por aí.

**SS:** Que critérios usas quando estás a fazer a produção de uma notícia sobre um caso de violência?

**GV:** Depende de várias coisas. Mas nunca partir do princípio que alguém é culpado e a vítima. Primeiro, reportar: trata-se de crianças? Isso é logo um fator. A preservação da intimidade e da pessoa deve ser salvaguardada. Devemos preservar sempre ao máximo o que é importante para a notícia. Devemos informar, mas se fere a esfera privada, devemos evitar. É algo decidido no momento e que merece sempre a nossa atenção. Não é fácil, a preservação da pessoa, mas deve ser salvaguardada. Devemos mostrar o que é interessante para a notícia, mas se fere e entra no esquema mais privado, não devemos mostrar.

**SS:** Vocês vivem muito no imediato. Isso limita o vosso trabalho?

**GV:** Nunca estás sozinha. Se estiveres em direto, estás a pensar com quem está na régie e a coordenar. O exemplo do miúdo de Guimarães: a RTP não tinha aquela imagem, mas tinha o Correio da Manhã, que tem uma linha editorial diferente da nossa. Mas se aquilo não fosse mostrado, não tinha tido a repercussão que teve. E a pessoa que o fez não seria julgada, pois nem haveria testemunhas. Cá está, a diferença é ténue e não avaliamos sozinhos estas coisas. Se o meu coordenador me disser para mostrar e se o câmara, que também é jornalista, o quiser mostrar, eu aí tenho um problema para resolver e em direto.

**SS:** Já te vista numa situação dessas?

**GV:** Nunca tive esse problema. Aliás, uma vez, foi na rádio. Foi na morte do Miklos Fehér. Houve um realizador que teve uma atitude fantástica, que foi a partir do momento em que percebe que o senhor estava já inconsciente e atenção que ele tinha as imagens dele morto, mas não as meteu no ar. Eu fui fazer as cerimónias fúnebres todas e houve uma ordem superior, em direto, que me disse para entrevistar pessoas, a família... eu disse que não o fazia e não o fiz. Foi uma questão de consciência. Mais uma vez, estamos a respeitar. Eu ponho-me sempre no lugar de quem está a ser entrevistado.

**SS:** A missão jornalística de um jornalista do canal público é diferente da de um privado?

**GV:** Não. O interesse público é o mesmo para todos. A linha editorial, essa sim, é diferente. Acho que a RTP tem uma obrigação diferente e deve fazer escola. Interesse público é diferente de serviço público. Se a RTP o segue? Sim, a maioria das vezes. A RTP continua um pouco à frente dos restantes nessas coisas.

Mas há coisas com que não concordo. Mas isso tem a ver com o interesse público e a linha editorial, que são separados por uma linha ténue. Se algo não tiver interesse público, deixa de ser notícia. Às vezes, há coisas que para mim não são notícia e passam.

**SS:** Não há um critério para estes casos, mas são muito subjetivos. Achas que existe uma conduta específica para este caso?

**GV:** Já temos uma coisa que nos ajuda imenso e que nem sempre é respeitado: código deontológico do jornalista. E isso já lá está. Se devíamos ir para a lei? É complicado, porque entramos no campo da liberdade de imprensa.

**SS:** Mas falo de normas internas, da empresa...

**GV:** Mas aqui há. Há um livro de estilo.

**SS:** Sim, mas não é explícito na questão da violência...

**GV:** Posso dar outro exemplo. Aquela história dos distúrbios na festa do Benfica. Houve coisas que eu não quis mostrar, porque achei que não tinham relevância noticiosa. Mas há outras questões, que eu acho que não se deve mostrar. Agora, aquilo promove a violência, porque se não tiver lá uma câmara de televisão aquilo acaba muito mais depressa. Quando se liga a luz da câmara, então na área do futebol, liberta tudo o que as pessoas têm, de bom e de mau. Se não houvesse câmaras, aquilo tinha acabado muito mais cedo. Mas, cá está. Tem interesse público. Desde o PREC ou da manif nas escadarias na AR que não conhecia uma coisa daquelas. Sem nós, não teria acontecido, mas estávamos em direto e tínhamos de reportar.

**SS:** Isso também vos coloca em risco...

**GV:** Sim, várias vezes. É um botão encarnado da câmara que quando liga, tal como o foco, a partir desse momento, estamos em perigo. Se eu desligar aquilo, ninguém me chateia. É um botão que detona as emoções das pessoas. No futebol, privilegia as más. Naquele momento, o que estiver com as pessoas, vem cá para fora. Isto é inexplicável. Porque nós estamos ali para reportar o que vemos às pessoas. Já corri perigo, recentemente.

**SS:** As câmaras dão voz a vários assuntos. Revê-te nas posições da estação, por exemplo, na questão do ISIS?

**GV:** É simples: eu consigo ou não contar numa peça o que aconteceu em Paris, no Charlie. Consigo ou não contar com a violência e a mostrá-la? Acho que não. Posso contá-lo, posso dizê-lo. Basta esconder a cara da pessoa. Eu consigo contar a história sem mostrar a pessoa a morrer. Se é a isso que te referias...

**SS:** Isto foi na altura das decapitações. Precisas das imagens para contar a história...

**GV:** Depende. Há histórias que se contam por si próprias sem precisar de mostrar violência. Um jornalista quando está num vivo pode estar a mostrar imagens que chegaram pelas agências internacionais e isso ter um ser humano a ser abatido. Não vejo essa necessidade. Mas há quem tenha outro tipo de

opinião e que acha que se nós não as mostrarmos, para além de não estarmos a mostrar algo grave, não contamos ao mundo que aquilo se passa. Eu defendo que não se deve mostrar. Nunca. É a perda da vida humana.

**SS:** Já tiveste algum caso concreto?

**GV:** Sim, imensas vezes. Falei no caso do Fehér, que foi estudado em algumas faculdades. Eu acho que é um caso lapidar. Não se deve mostrar. Podemos contar, mas não mostrar. Esse caso passou-me para as mãos, porque tive de montar uma peça a assinalar o aniversário da morte do senhor, tinha as imagens e preferi não as mostrar.

**SS:** Por que achas que certas televisões têm a necessidade de mostrar essas imagens?

**GV:** Audiências. Só isso. É a lei. Há outra história: imagina que estou a coordenar o telejornal da RTP. Há um nos outros canais todos. Eles dão as imagens e eu não dou... é uma decisão difícil de tomar, mas corajosa. O que as pessoas vão ver? Essa imagem violenta, ou o telejornal da RTP, que conta a história, mas não a mostra?

**SS:** Achas que o vosso trabalho ficou dificultado nesse campo por culpa dos vídeos amadores difundidos pela internet em larga escala?

**GV:** Revolução completa. Cada um de nós pode ser jornalista. Pode mostrar, através dos *smartphones*, qualquer coisa em qualquer lado. Para o bem e para o mal. Todos se tornaram jornalistas. Ou melhor, alguém que capta imagens pode exercer poder sobre o jornalista. Porque passámos a ter um papel que, há dez anos, era impossível ter. Esse poder existe, porque tenho de decidir se ponho no ar. Mas que isso veio trazer para nós uma pressão imensa... acredito que sim.

**SS:** Crês que a ERC tem feito um bom trabalho neste campo?

**GV:** Não. Acho que a ERC podia ter um poder mais alargado. E até na punição do jornalista. Ou uma instituição que analisasse estas situações. Um conselho de jornalistas, por exemplo. Passa-se para lá da linha e nada acontece.

**SS:** O que achas que leva o jornalista a passar dessa linha?

**GV:** Imediatismo, o querer ser conhecido e esquecer-se das linhas do código. E os ordenados baixos. Isso ajuda. Porque se eu tiver um exclusivo, se calhar é mais fácil pôr no ar e ganhar notoriedade, dentro de alguns órgãos.

**SS:** Achas que o jornalista, com toda esta revolução digital, entrou em descrédito?

**GV:** Entrou. Mas temos o papel de filtrar a informação. Temos de exercer bem a nossa função. Como sempre. O imediatismo que as redes sociais trouxeram obriga-nos a filtrar mais. Saber o que é notícia ou, no nosso caso, o serviço público.

**SS:** Dizes que nunca sofreste pressão para tratar o assunto, mas nos privados pode acontecer?

**GV:** Sim, creio que sim. Mas isso leva-nos para outro campo: o poder económico. As empresas de *media* que são subsidiadas por empresas de comunicação, que muitas vezes têm outro tipo de interesses económicos. Há um exemplo de uma televisão privada ter feito uma notícia aberrante sobre a RTP em que dos três minutos de peça não tinha uma linha. Não é só um interesse económico, mas esse é outro campo.

**SS:** Crês que o jornalista tem perdido os valores de outrora?

**GV:** Não se pode generalizar. Mas perderam-se alguns. Por causa do imediatismo. Por causa do *teradek*. Hoje fazes um direto em qualquer lado. E isso era impensável há uns anos. O que te impede muitas vezes de preparar o direto. Basta carregar num botão e estás no ar para todo o Mundo nesse momento. Isso tem coisas ótimas, mas outras muito más, tais como, a falta de tempo para tratar a informação.

**SS:** Achas que a violência está a ficar banalizada no tratamento de informação?

**GV:** A banalização do direto televisivo ajuda a tudo isso. Nós fazemos acompanhamentos de claque. O que fomentamos com isso? A violência. Antigamente eles faziam o mesmo percurso e havia um distúrbio ou outro. Agora não. São mais, por causa das câmaras. Não é notícia. Só o é de haver alguns desacatos. Lá chegaremos depois. Isso ajudou à violência.

**Helena Sousa e Silva (E14)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão de violência na transmissão televisiva da RTP?

**HSS:** Todos nós quando estamos a tratar essa informação nos questionamos do grau da violência. É uma dicotomia. Por um lado deve ser mostrado, um jornalista deve mostrar aquilo que aconteceu. Por outro lado, acho que deve ser bem doseada. Não é preciso estar sempre a passar, pode ser violento demais. Por exemplo, há pouco tempo aquele rapaz que foi agredido pelos colegas da escola. Foi uma grande discussão. Temos de contar a forma como as coisas acontecem, é essa a nossa missão e foi isso que aconteceu. Mas a toda a hora é desnecessário. O estares a mostrar aquelas imagens não ensinas as pessoas a fazer aquilo, há pessoas que vão por aí. Eu pessoalmente não concordo. Depois acho que todos nós temos de ter sensibilidade para conseguir contar a verdade, mas não mostrar imagens que sejam demasiado violentas, se for desnecessário para contar a tua história. Há vezes há situações que são complicadas. Por exemplo, um acidente de carro em que morre uma família. Há pessoas que são decepadas. Não tens de mostrar um plano de uma cabeça no alcatrão. Fazes uns planos mais abertos. É muito violento.

**SS:** Quando te passa pelas mãos casos destes pensas primeiro na informação que tens de dar ou na suscetibilidade do público que a vai ver? Tendo em conta que, por exemplo, no telejornal da noite há muitas crianças que estão a acompanhar.

**HSS:** Nós hoje em dia não podemos pensar assim, porque as peças que nós fazemos tanto podem passar no telejornal como noutro horário qualquer. Há sempre crianças, adultos e idosos a ver. Tens é de aplicar esta regra em geral.

**SS:** As televisões muitas vezes ocorrem na repetição constante do mesmo caso.

**HSS:** Hoje em dia acontece isso porque nós temos canais de informação de vinte e quatro horas, temos noticiários de hora a hora e por aí há muita repetição de imagens, às vezes pode ser tão simples quanto isso.

**SS:** Achas que na RTP, embora os jornalistas tenham a mesma missão porque se regem pelo mesmo código deontológico, mas achas que enquanto profissionais de serviço público devem ter um cuidado diferente daqueles que trabalham para os privados?

**HSS:** Não. Acho que somos todos jornalistas, não devemos é ser sensacionalistas.

**SS:** Acho que a RTP não o é atualmente, ou não incorre?

**HSS:** Não, não de todo. Acho que se faz muito bom jornalismo e sério. Não exploras situações, nenhuma situação e trabalho cá há vinte e seis anos.

**SS:** É um tema muito subjetivo, é difícil trabalhá-lo e regulá-lo. Achas que a existência de normativas que pudessem orientar o vosso trabalho poderiam permitir uma maior transparência do tratamento dos mesmos?

**HSS:** Às vezes pode ser útil. Pode até depender mais da própria chefia, neste caso a Direção de Informação, ter uma espécie de livro de ética para algumas situações.

**SS:** Vocês têm um livro de estilo...

**HSS:** Nem sei, é da altura do José Rodrigues dos Santos. Acho que choca muito mais, dentro da mesma empresa, um fazer de uma maneira e outro de outra maneira.

**SS:** O facto de não haver uma regulação ou recomendação...

**HSS:** Da ERC se houver bom senso, o pior é se não há. Na altura dos incêndios foi combinado entre as estações não passar imagens nenhuma porque poderia haver os incendiários, que adoram ver fogo... isto é muito complicado.

**SS:** Achas que essas recomendações deveriam partir da Direção de Informação?

**HSS:** Se calhar. Não sei até que ponto há sensibilidade por parte da ERC para regular. Isso também pode ditar regras diferentes para as diferentes televisões. Depois aqui pode mudar com a mudança de direção.

**SS:** Daí a existência de um livro de estilo que transparece melhor essa situação?

**HSS:** Acho que sim.

**SS:** O vosso livro de estilo nunca foi aprovado?

**HSS:** Acho que sim, mas há muita gente que o conhece. Não sei se está em vigor, lembro do José Rodrigues dos Santos, de há muitos anos. Às vezes é preciso mostrar imagens porque não há outras para mostrar, há outras que não é preciso, mas o mundo não é cor-de-rosa, há coisas más para mostrar.

**SS:** És apologista que se devem mostrar imagens, não havendo exagero, e que devia partir da Direção de Informação a criação de normativas par ao tratamento destes casos?

**HSS:** Porque nem toda a gente tem sensibilidade e quando há um padrão, uma determinada norma a seguir, desde que seja uma boa regra, toda a gente a segue.

**SS:** Sobre uma visão global, sobre o tratamento destes casos. Achas que a ERC está a fazer um bom trabalho no que toca à informação violenta?

**HSS:** Nem sei o que é que faz.

**Isabel Rosa (E15)**

**SS:** Qual a perceção sobre o tratamento e a transmissão da violência na informação da televisão da RTP?

**IR:** Duas situações distintas têm a ver quando essa violência, não se pode considerar violências, mas é transmitida em direto, ou seja quando não há possibilidade de filtrar a informação e em que se recebe de uma forma muito crua, e por vezes há acusações... fica a dúvida. Se se para de emitir, se se continua, se as pessoas têm direito de conhecer cruamente. Quando não é em direto, depende do critério de quem coordena. Como uma jornalista sem poder editorial, haveria coisas que, às vezes, eu não transmitiria. Penso que deve haver um respeito quer as pessoas se encontrem na casa ao lado, ou seja, um colega ou um familiar, como de alguém que vive no fim do mundo. Eu acho que se as editorias pensassem, às vezes, que estavam a passar uma violência qualquer numa informação que estão a dar, se fosse sobre algum familiar, se calhar tinham outra forma de tratar. Mesmo assim, penso que na RTP há algum cuidado e responsabilidades acrescidos. Não há violência gratuita, como em alguns canais. Fugimos do sensacionalismo, até porque temos a responsabilidade de sermos serviço público. Não há é um formato ou critério definido, porque nos falta um pouco de identidade para sabermos, quando se passa determinada coisa, como lidar com ela.

**SS:** Achas que o jornalista do público tem uma missão diferente do canal privado?

**IR:** Acho. Sinto que a responsabilidade é maior, porque não respondemos perante um poder económico, não temos um patrão, mas somos alvo de todas as críticas e critérios. Creio que somos de facto portadores de responsabilidade diferente e na maior parte dos casos assumimos essa responsabilidade.

**SS:** Outra questão, relacionada com a falta de identidade. Que queres dizer com isso?

**IR:** São raras as vezes, até agora. Acontecia isso há uns anos, quando as equipas eram maiores e não havia a RTP Informação, em que tens notícias de hora a hora e tens a possibilidade de colocar num curto espaço a informação, havia um maior rigor no critério, mais a ideia de uma chefia mais atenta e que se diluiu um pouco. Eu não sei se posso, de repente, nas imagens que estou a editar para um *off*, em que há imagens de violência, se as posso pôr ou não. Não tenho uma referência a alertar-me para isso. Acho que se confiou um pouco na sensibilidade de cada um.

**SS:** Crês que é isso que impera?

**IR:** Sim, impera a minha deontologia. É muito subjetivo e não há uma diretiva.

**SS:** Achas que era importante que houvesse?

**IR:** Acho. Por um lado, gosto da liberdade de poder seguir a minha perceção, mas receio, por exemplo, ter, porque somos muitos, e que a mesma informação passe num canal pelo qual eu dou a cara, que passem coisas que creio serem chocantes e que não deveriam ir para o ar. Sem que existam chamadas de atenção. Embora não tenha de haver, pois não existe uma diretiva.



**SS:** No ano passado, o Conselho de Redação e a Direção de Informação tomaram a decisão de não passarem imagens do ISIS. Revê-te nessa decisão?

**IR:** Rever-me-ia se fosse uma situação geral. Ou seja, acho que aqui há, de repente, um grupo alvo, que tem as características que tem, de violência enorme, mas não deixa de ser um fator mediático. Há outros grupos que passamos e acho que isto é um pouco na sequência do que se assumiu no resto da Europa. Acho que deveríamos ter essa noção, não só em que estamos a ser alvo de propaganda, porque no fundo o não reportar é não nos deixarmos ser alvo disso, mas estamos a ser desse grupo, que é terrorista. Daqui a pouco tempo é um Estado. Enquanto dura, temos de tomar uma facção, mas eles quando o fazem, é com alguma crença ou fé. Há outros movimentos que têm outra violência e faz falta algum discernimento quando somos muitas vezes pombos-correio.

**SS:** Faz falta tomar este tipo de posições para outras coisas?

**IR:** Acho que deveria haver uma atenção maior sobre a forma de violência que há. A história da Grécia, que nos está próxima, parece que há aqui um avaliar da posição da Europa poderosa e em que de repente há aqui coisas que surgem em que nós não deixamos de ser os correios de... Não temos de continuar em falta de esclarecimento. Posso ter de tratar de um assunto e sinto falta de alguém que me ajude a passar a informação de forma menos tendenciosa possível. E isso sinto, quer na violência, quer em outras coisas. É terrorismo o que afeta os grandes. Mas quando os grandes atacaram o Iraque, qual foi a nossa posição? Há ações políticas que são de uma violência brutal e nós ficamos limitados a papaguear o que surge. Falta trabalho bom de base, mas faltam pessoas e chefias que deem essas indicações.

**SS:** Quando tratas este tipo de informação pensas na suscetibilidade do público?

**IR:** Penso. Muito. E fico imensas vezes na dúvida. Há imagens fortes que me chocaram, mas que permitem mostrar a atrocidade do que se passou. Ao ser um meio, ao reportar isso, o que é que eu me posso colocar, para achar que eu tenho direito a essa informação e sou eu que seleciono o que os outros podem ou não ver. Houve uma altura em que os horários em que se passavam as coisas interessavam, agora, com os canais por cabo, essa informação pode passar a qualquer hora. Já não será esse o limite que me pode definir. Haveria coisas que davam para passar. O que não se coloca é antes do jornal é um aviso a dizer que há imagens chocantes. Normalmente, só quando sabes que existem imagens violentas. Mas os limites da violência não estão bem definidos. Como é que isso é avaliado. Os miúdos hoje têm acesso a situações de violência muito mais graves. Por vezes os meus filhos, em idade permeável, estão ver televisão e isso faz-me pensar. Mas o que me faz pensar é como lhes posso dizer que há pessoas assim, mas o mundo não é assim. Explicar o que é a dor. Estou a acabar de dizer que não há monstros, mas como lhes explico as coisas sem que tenham pesadelos na vida real?

**SS:** Achas que se banalizou a violência?

**IR:** A partir do momento em que tens concorrência, banalizas mais. Tu não dás, mas o outro dá. O caso do CMTV é emblemático. É um tipo de jornalismo muito criticado. Quando era de imprensa escrita, e já se pensava que fosse para a televisão com esse tipo de filosofia, no entanto, o CM é dos jornais mais

vistos. Também há aqui uma sede. Enquanto até determinada altura conseguias determinar uma ação de educação democrática e de civismo... banalizou-se, porque a desgraça vende mais.

**SS:** É por isso que se dá muita informação sobre crimes?

**IR:** Eu acho que se deve dar. Eu trabalhei num programa, o “Histórias da Noite” e tudo aquilo era violento. A parte de acompanhar os bombeiros e a polícia, tudo era muito violento. O programa tinha audiência. O que acontecia era que, especialmente nos bairros mais complicados, as autarquias não gostavam muito que essas zonas fossem referidas, pois dá má fama. Mesmo que se veja a polícia a atuar, mostra que existe muita criminalidade. E o que aumenta? Aquilo sempre existiu, mas faz aumentar o sentimento de insegurança. E quando se reporta qualquer coisa, de repente, parece que aconteceu a primeira vez. E essa responsabilidade é muito grande. Há aqui um empolgar da notícia quando se vai quase ao tutano de coisas simples. Há uma banalização. De notícias de internacional, então é demasiado. Porque há a noção de que o que está distante é menos chocante.

**SS:** Achas que a ERC está a fazer um bom trabalho de regulação destes casos?

**IR:** Não consigo responder muito bem, porque não tenho a noção. Acredito que façam um esforço para regular, mas não consigo dizer se fazem bem ou mal.

**Jaime Guilherme (E16)**

**SS:** Qual é que é a tua perceção sobre a transmissão de casos de violência na informação televisiva?

**JG:** A perceção que eu tenho é que tem de se mostrar que existe violência mas não de uma forma gratuita, ou seja, na captação tem que se ter algum cuidado também porque há vários tipos de violência. Estamos a falar de violência corporal, entre pessoas, uma imagem de um acidente... existem várias categorias de violência e a pessoa que está no terreno tem que ter uma perceção daquilo que esta a captar... Se for em direto é uma situação, se for para editar é outra. Se for em direto a pessoa tem que ter consciência que vai sem filtros para o ar.

**SS:** Ou seja, os cuidados são redobrados?

**JG:** Acho que tem de se ter algum cuidado na questão do direto porque se pode estar a mostrar imagens, que previamente nem foram alertadas ao telespetador que essas imagens são chocantes, e tem que se ter algum cuidado na captação porque a pessoa está a ver televisão e de repente é confrontada com uma situação de extrema violência.

**SS:** Já te aconteceu?

**JG:** Em direto não. Algumas situações de confrontos mas nada que seja de uma violência extrema. Na questão da captação de imagem para futura edição aí o repórter de imagem tem que ter a consciência, além das imagens que está a captar, elas poderão ter um filtro *a posteriori*.

**SS:** Dá mais abertura?

**JG:** Dá. Anda assim tenho algum cuidado na captação de imagens que possam levar a uma violência extrema e essa violência não pode ser só... Por exemplo, estou a lembrar-me de uma situação que fiz. As imagens eram tão fortes em termos de violência psicológica. Ou seja, se a pessoa estiver a ver aquela imagem - a captação de um bebé que tinha uma doença rara na pele - e então em termos de sofrimento para aquele bebé que ali estava à minha frente através da câmara até porque o repórter de imagem tem ali algum filtro que é: está a captar uma realidade através de uma objetiva ainda assim há ali algum filtro que nos separa da realidade. Mas aquela captação que eu fiz da bebé, que infelizmente acabou por falecer, em termos de sofrimento humano era uma coisa com extrema violência.

**SS:** Porque envolvia crianças e a situação era delicada?

**JG:** Era delicada. À partida tive o cuidado, para já de não revelar a identidade da criança (captei pormenores da mão, sem revelar a identidade mas também tive a preocupação de não captar a imagem diretamente – a criança tinha a pele em ferida uma doença que não tinha proteção) e tive a preocupação de não mostrar ostensivamente aquelas partes das feridas. A pessoa conseguia ficar com uma ideia do extremo sofrimento daquela criança que estava a sofrer naquele momento mas sem mostrar realmente a ferida e o sangue. Acho que não é necessário...

**SS:** Há um limite. Não tem que se mostrar tudo para se contar uma história?

**JG:** Basta que a pessoa compreenda a mensagem que nós queremos passar, mas não é necessário explicitamente mostrar o que se está a passar.

**SS:** Que critérios é que vocês têm sobre aquilo que não podem passar?

**JG:** Tudo o que seja de atentado à vida humana não deve ser captado.

**SS:** De que é que depende essa captação?

**JG:** Para já são situações de enorme pressão, adrenalina e decisão imediata mas acho que se tem de ter o discernimento que tudo o que for atentado à vida humana deve haver um filtro, e isso aconteceu por exemplo nos atentados de Paris. Depois essas imagens foram eliminadas, ou seja, a pessoa quando estava no chão e o terrorista disparou sobre ela. Acho que essas imagens serem mostradas... Foi o que foi feito *a posteriori*. Bastava só ouvir o som do tiro, não era necessário mostrar o ato mas acho que se tem de ter aí alguma.

**SS:** Não têm critérios exatamente definidos sobre aquilo que podem passar... É impossível prever o que pode ou não acontecer. O que impera é o bom senso de cada um?

**JG:** O bom senso, a sensibilidade de cada um e pronto é uma questão de respeito pela vida humana. Se por acaso captar isso acho que depois devia ser tratado na edição. Se não for uma situação em direto e por algum motivo essas imagens forem captadas – como no atentado em Paris –, acho que isso deveria ter sido tratado de forma a impedir que essas imagens fossem visualizadas.

**SS:** Essas imagens chegaram através de um vídeo amador. Achas que a emergência de meios e cada vez mais a existência de fontes que chegam através da internet exigem um maior filtro pelo jornalista e de quem trata a informação?

**JG:** No mundo em que vivemos qualquer pessoa tem um telemóvel com câmara e cada pessoa é uma possível “repórter no terreno”. Cada um pode captar o momento mas acho que isso depois deve ser tratado de uma forma mais cuidada, quando essas imagens são recebidas em bruto.

**SS:** A anterior Direção de Informação e Conselho de Redação tomaram em duas atas diferentes duas decisões diferentes. Uma que apelava à necessidade de especial cuidado no tratamento de temas como suicídios, violência, etc... e outra que fala especificamente na questão do ISIS. Ou seja, é mesmo uma diretiva que diz que não se podem emitir imagens que sejam propaganda e incentivo aos terroristas. Revês-te nessas tomadas de posição?

**JG:** Sim, porque isso vai ao encontro daquilo que estava dizer. A captação do que for situações que atentem contra a vida humana - o suicídio está incluído nisso - revejo-me nessa diretiva e nessas conclusões que foram retiradas.

**JG:** Tendo em conta uma visão geral do que vês na televisão achas que se tem assistido a uma banalização do tratamento da violência?

**JG:** Pode-se entrar nessa tentação porque poderá haver uma... da parte do telespetador algum voyeurismo, alguma tentação de ver uma situação de violência extrema. Poderá haver essa tendência. E face a isso as televisões tentam... revistas ou televisão possam cair na tentação em busca de audiências e em busca de maior visibilidade entrar por um caminho que eu acho que não é o correto. Por exemplo, a RTP como serviço público, uma entidade com uma responsabilidade social diferente, poderá de alguma forma regular, ou seja, mesmo que não faça regulação marca a diferença em relação aos outros.

**JG:** Achas que deviam existir critério específicos que apelassem à não exibição de casos extremos?

**JG:** Acho que na RTP, de uma forma geral, temos consciência e se calhar pode acontecer um caso ou outro mas o que vai para o ar tem o cuidado de não ferir a suscetibilidade do telespetador.

**SS:** Achas que vocês, jornalistas de serviço público, têm uma missão diferente... A missão de informar é a mesma, a responsabilidade é diferente?

**JG:** A missão de informar é a mesma. Temos de relatar o que existe não podemos mascarar as coisas mas a forma como mostramos pode ser de alguma forma diferente. Há vários tipos de olhar, para mostrar uma coisa não é preciso mostrar pelo lado mais banal, mais violento pode se mostrar a mesma coisa e fazer sentir ao telespetador que é uma situação violenta mas de outra forma.

**SS:** Achas a ERC na regulação destes casos em particular deveria ter um papel mais ativo?

**JG:** Sim... Poderia exercer a sua forma por recomendações.

**SS:** Achas que devia criar recomendações para alertar no tratamento?

**JG:** Poderia servir de regulador... Deveria se calhar de uma forma mais intensa e atenta regular certas situações que às vezes são mais agressivas para o telespetador.

### João Botas (E17)

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva?

**JB:** Complicado. Complexo, melhor dizendo. Posso falar no que diz respeito ao meu trabalho: há uma preocupação crescida nos temas de internacional no que diz respeito à violência. Infelizmente, muitos dos temas abordados têm uma componente violenta. Há uma preocupação prévia na seleção de imagens violência explícita. Essa tenho eu e os meus colegas especial atenção, pese embora não existam indicações específicas. O que impera, de facto, é o bom senso e quando há dúvidas tiramos diretamente com quem está a coordenar. O que posso dizer é que temos muito zelo e, muitas vezes, um dilema. Se estamos a falar da informação e se a queremos fidedigna, então torna-se complicado estar a transmitir uma determinada informação violenta.

**SS:** Mas na televisão é um dilema maior?

**JB:** É, porque numa situação em que houve centenas de mortos e se estamos a mostrar imagens em que está tudo calmo, há alguma coisa que não joga. Cada caso é um caso. O que costumo fazer é: salvaguardar as imagens de violência explícita e, se não consigo mostrar imagens, a minha preocupação é sempre o espectador. É raro acontecer, mas quando acontece, é, no texto, que reporta as imagens, chama-se a atenção disso mesmo. Avisa-se diretamente que há imagens que não podemos deixar de dar. O espectador é avisado para o teor das imagens nesse sentido. Aquelas que não se podem mesmo deixar de dar. Faço o aviso prévio no pivô e no próprio texto. Há muitas formas de atenuar isso para o espectador. Mostrar imagens em que as pessoas percebem a violência e, com recursos tecnológicos simples, tornar coisas visíveis menos visíveis. O desfoque, o *blur*... que seja. Essas, como te digo, deve valer-se caso a caso, mas já se relativa muito da nossa parte. Outras, talvez a que me preocupa mais, é a violência não explícita. Ou seja, há situações em que... há imagens que matam e ferem. Aquele plano, quando recebemos envios internacionais, temos sempre por onde escolher. Dentro dos planos que escolhes, não o fazes de ânimo leve e muitas vezes temos de abdicar por imagens que valem por si só, mas tenho a noção clara que a imagem tem um poder imenso e muitas vezes também se recorre aos silêncios. Deixar respirar as imagens. A última que me ocorre foi uma situação de guerra na Ucrânia. Mas também da Síria, com os milhares de civis que se veem obrigados a deixar o país para a Turquia. Há um caso em que no norte, já perto do Iraque, onde o Estado Islâmico está a atacar, houve montes que fugiram e chegaram à fronteira com a Turquia e a mesma estava fechada. Vários dias a quarenta graus. Sem comer e sem beber. Quando se recebe essas imagens, são as que nos preocupam mesmo sobre como a forma de as contar. Não queremos fazer daquilo uma coisa romanesca, mas essas imagens são muito violentas. Muitas vezes essa violência clara, já me sinto mais à vontade para as pôr hoje. Mas famílias inteiras a lutarem por uma garrafa de água por três ou quatro... Se forem enquadradas, são mais umas que estão ali. De resto, estou já perfeitamente habituado a tratar este tipo de informação.

**SS:** Há pouco falavas que não havia quaisquer critérios da Direção de Informação. Crês que era importante haver?

**JB:** Acho que sim, mas porque eu acho que deveria haver um livro de estilo. Ele existe mas não está aplicado. É como se não houvesse. Há um projeto que houve para aí. Este seria um dos pontos. Os dilemas dos dias de hoje há uma parafernália de assuntos que obrigaria a ter um livro de estilo. Mas um a sério e não um daqueles para ficar e ser estanque. Porventura estar atualizado. Não está nada em vigor.

**SS:** O jornalista de serviço público tem uma obrigação diferente do dos canais privados?

**JB:** De grosso modo diria que não, mas num ou noutro aspeto, sim. Diria que os privados também estão obrigados a uma componente de serviço público. Se queres que te diga, na minha opinião, há demasiadas coisas restritivas que nunca ninguém vai cumprir e não vale a pena e em outras é o contrário. Mas no sentido mais lato, acho que não.

**SS:** Revê-te nas decisões sobre as imagens do ISIS?

**JB:** Em teoria não tenho nada contra. Acho lamentável que essas decisões sejam tomadas quando pessoas como eu, que trabalham com isso diretamente, não tenham sido ouvidas. Não vou cometer a indelicadeza de o dizer. Sendo uma matéria complexa, o feitiço pode virar-se contra o feiticeiro. Não sou a favor de se passar, claro, mas depois passamos imagens fixas? Foi um critério... um alerta do senso comum e depois creio que deveria ser concretizado. O que é isso? Qualquer imagem que venha deles pode ser considerado propaganda. O que são imagens de propaganda? São todas ou só algumas? Não está aí explícito. De ser salvaguardada uma coisa que é a realidade e esta não deve ser moldada para nos servir. Em televisão quando não tens imagens, mostras o quê? Eu acho que se deve colocar a dúvida a cada situação que surja.

**SS:** Já foste obrigado a passar imagens que achasses menos corretas?

**JB:** Não. Já me vi obrigado a fazer finca-pé para impor a minha opinião sobre uma imagem que me parecia imprescindível mostrar. Como disse há pouco com o desfoque. Era qualquer coisa de um massacre. Estava minuto e meio a contar uma história e precisava de imagens. No limite, não mostrar era desvirtuar. Depois dessa tomada de decisão, houve um caso de uma mulher no Mundo árabe executada na via pública acusada de prostituição. Eu nesse caso acho que, por exemplo, não sei bem até onde podemos ir. Uma coisa é as pessoas já terem sido executadas e colocares lá umas imagens de plano aberto, desfocadas... Outra é as pessoas estão vivas e tu estás a captar esse momento. A narrativa está lá toda. Não tenho a ideia de que tudo o que vem das agências é bom, mas passa por um grande filtro.

**SS:** E achas que os vídeos amadores vindos da internet são uma ajuda ou um entrave para os jornalistas?

**JB:** Depende, é caso a caso. Há um vídeo que começa a circular na internet e se ninguém apura a sua veracidade, a coisa pode correr mal. Se não há tempo para apurar? Não se põe. Temos de ter bom senso. Apesar de tudo, e por pior que seja, não estamos a dizer nada de novo, com uma pertinência tal, que tenhamos de passar uma execução. Os vídeos amadores é outra história. É sempre preciso veracidade. Não me lembro de um caso em concreto, mas sei de casos de canais de televisão e mesmo de agências que são ludibriadas. As agências internacionais têm sempre vários alertas. Nunca é nada do que lá está. No que diz respeito a locais e horas diz-se "*set to be*". É alegadamente.

**SS:** Trataste o caso do Charlie Hebdo. As imagens do polícia baleado que chegaram por um vídeo amador?

**JB:** Não era assim tão amador, porque quem o filmou até trabalhava para uma produtora. Eu não aceitei a questão de ser perigoso passar. Apesar de não ser uma execução, um tiro na cabeça, é um momento explícito. Eu nunca utilizei as imagens limpas, mas tens sempre de mostrar as imagens. Isso levanta alguns problemas e a concorrência não deixa tempo para pensar. Já que falamos de violência. Um bom exemplo: durante os festejos do Benfica, ao que tudo indica, os ânimos incendiaram-se quando imagens de Guimarães em que um adepto do Benfica foi agredido pela polícia. Se aquelas imagens não tivessem sido exibidas, nada teria acontecido, porventura. O esgotar até à exaustão, no que diz respeito dos canais televisivos - e nem falo do Correio da Manhã, que para mim é um caso à parte -, claro que levanta questões. Esta coisa desenfreada de querer fazer tudo tem de ser razoável.

**SS:** Banaliza-se o que é sensacionalista e o que é violência?

**JB:** Acaba-se por banalizar, sim, vai tudo para o mesmo saco. As pessoas, muitas vezes, veem a faca e alguidar e não têm pachorra e mudam. Uma coisa que eu até gosto muito, que é a informação da SIC, aquilo foi uma coisa mostrada até à exaustão. Dois minutos e tal de peça de numa situação normal, julgo eu, através da Correio da Manhã TV, aquilo não aconteceria. Eu não estou a dizer que não se deve dar. Mas por isso é que existe o CM e também existe o Público ou o DN. Agora, de repente é tudo igual? Não há nada que justifique fazer um homicídio em Alguidares de Baixo, se os contornos são sempre os mesmos. E essa falta de critério preocupa-me.

**SS:** Perderam-se os valores de notícia?

**JB:** Sim, sim. Tem-se vindo a perder muita coisa, não só isso. E o que se ganha em contrapartida nem é assim tão bom. Acho que se usa e abusa dos diretos sem que nada o justifique. E depois acho que até aí a crise ou o argumento da crise se têm feito grandes disparates. Fácil e barato. Mas quando esprememos as coisas e não está lá nada. E na era pré-canais vinte e quatro horas de notícias, muitas das coisas que se fazem agora, não se fariam. Como é que nos espaços informativos, que são cada vez mais curtos, se dá tanta importância aos pré-matches e pós-matches? Uma coisa é reportar o jogo outra é dar tanta importância. Que interessa, semana a semana, o que o Jorge Jesus ou o Rui Vitória têm a dizer sobre o jogo. Anteciparem uma coisa que ainda nem aconteceu! E damos espaço a tempo de antena a coisas que não são assim tão importantes.

**SS:** Achas que a ERC tem feito um bom trabalho na regulamentação?

**JB:** Não. O que é a ERC? Não conheço! Não sei e tenho dificuldades em perceber os limites e os poderes dessas coisas, bem como da Comissão da Carteira Profissional.



**João Ricardo de Vasconcelos (E18)**

**SS:** Qual é a tua perceção enquanto jornalista sobre a transmissão de violência na informação na RTP?

**JRV:** No meu percurso de jornalista a regra de ouro que sempre me foi inculcada, e que acho que é a melhor prática do jornalismo, é a regra do bom senso. Partido daqui sabendo que somos um povo de brandos costumes, também não estamos habituados a cenários de violência, pelo menos interna, que nos ponham grandes dilemas ou problemas, quando fazemos a transmissão televisiva dos factos. A minha perceção é a de que não fugimos à realidade, talvez por termos pouca experiência enquanto meios de comunicação social a viver no meio em que a violência é prática diária, talvez por não termos essa pressão, quando ela existe também não temos muitos filtros e pomos-la, regra geral, com a crueza que ela acontece. Os filtros, muitas vezes, vêm posteriormente. A peça passa uma vez ou duas, de repente, alguém se lembra que é preciso ocultar a identidade de alguém, que é preciso ganhar alguma distância, que se calhar aqueles planos de um polícia a esbofetear alguém ou de alguém a bater, no caso de violência doméstica, numa senhora, ou até mesmo nos simulacros das representações que se fazem. Portanto, as pessoas quando fazem essas reconstituições, as chamadas imagens *alibi* quando se contratam atores, também se tenta manter essa espécie de nojo. Ou filmam-se os bonecos, ou filmam-se os atores de costas. Eu lembro-me que houve um problema relacionado com a violência de outra forma, que tem a ver com os incêndios. A determinada altura achou-se que era bom ganhar distância, porque achou-se que isso poderia ser uma forma de encorajar os atos de repetição. E criou-se uma espécie de acordo entre as diferentes televisões, depois dos grandes incêndios de dois mil e três/dois mil e cinco, e entendeu-se que só os incêndios com grande dimensão, com mais de cem bombeiros envolvidos, em que a área protegida ou habitações estivessem em risco ou obviamente a vida das pessoas, mereciam transmissão televisiva. Resumindo, somos um país de brandos costumes e o nosso bom senso permite-nos algum filtro na forma como tratamos a violência. Ainda assim, como ela não acontece com tanta frequência como acontece noutros países, como ela para nós não é normalizada, quando ela acontece tentamos extrair o máximo dela. Se somos melhor ou piores do que os outros? Acho que temos uma prática de bom senso que mesmo que se cometa algum erro inicial, depois ganhamos alguma distância e conseguimos enquadrar a notícia, prescindindo ou não das imagens mais violentas, da parte mais violenta da estória.

**SS:** Há pouco falavas em filtros, com base no bom senso, mas isso não é sobretudo claro. Consideras que a criação de recomendações sobre o tratamento deste tipo de informação podia de permitir um trabalho mais uniforme, transparente e que evitasse essas precipitações sobre aquilo que vai ou não para o ar?

**JRV:** Como acontece por exemplo para os suicídios, nós não damos suicídios. A não ser quando a imagem é direta temos filtros associados. Por exemplo, em relação às crianças acho que aí é relativamente claro. Violência contra as crianças ou a imagem das crianças apareçam sejam elas alvo de violência, por norma as câmaras desligam-se. A imagem não é transmitida e depois arranjam forma de veicular a estória. Se os filtros automáticos resultam? Eu acho que tem que haver sempre um conjunto de regras. Obviamente que discutíveis, ou não, dependendo da circunstância, dependendo do jornalista que escreveu o texto, do que quer dizer, como vai dizê-lo. Mas acho que à partida todos nós, também tendo em conta o nosso país brando, autocensuramo-nos, autoimpomos algumas regras de funcionamento básico que são

entendidas por todos, porque vivemos nesta sociedade e esse bom senso faz ver que essas regras são transversais e são, por isso, pouco discutíveis. Sangue ou o órgão de alguém que foi mutilado, já desposto são coisas que não se veem porque é do bom senso ou senso comum profissional que não se exiba essas imagens.

**SS:** Porém, a sensibilidade diverge de pessoa para pessoa...

**JRV:** O público quer ver! Nós pomos mais filtros do que aquilo que o público pede, que o telespectador pede. E depois na luta pelas audiências é isso que se nota. O veículo televisivo que mais violência mostra, que menos filtros põe é o que mais conquista audiências. Nós temos sempre a viragem do acidente queremos sempre ver se a pessoa morreu, se não morreu, se ficou muito ou pouco ferida, se ficou sem um olho.

**SS:** Achas que a RTP tem um papel especial neste tratamento de informação ou deve ter?

**JRV:** Eu acho que sim, principalmente quando apareceram as privadas e depois dos *reality shows* e haver a necessidade da tabloidização, a RTP conseguiu, de vez em quando deixando-se arrastar, mas conseguiu média de maior consistência no tratamento da informação no que toca a questão do que é que se pode mostrar daquilo que não se pode mostrar, o que é que se deve mostrar, ainda que isso seja violento. No caso recente das decapitações e do Estado Islâmico a Direção de Informação decidiu manter a distância, veicula a informação essencial sobre as guerrilhas, o avanço dos ataques, inclusive o massacre a povos. Mas depois, os atos de chantagem como as ameaças de morte a jornalistas ou a outros reféns, essas imagens ou essas informações não veiculamos.

**SS:** Revês-te nessa tomada de posição?

**JRV:** Sim, no serviço público de televisão acho que devemos ser a janela e não devemos ser o espelho. Portanto, não devemos mostrar aquilo que as pessoas querem ver ou aquilo em que as pessoas se reveem, senão não estamos a acrescentar nada. Eu acredito na informação e acho que a avaliação que se deve fazer quando se escolhe como dizer a notícia, perceber que aquilo que vamos dizer, que impacto que vai ter na vida das pessoas, a médio ou a longo prazo.

**SS:** Quando estás a dar a notícia pensas primeiro em dar em primeira mão ou na suscetibilidade do público que a vai receber?

**JRV:** Penso em dá-la e penso muito como telespectador e como é que as pessoas a vão ver. Sendo que qualquer jornalista informado como telespectador é difícil às vezes ver qual é a média. Nos somos um país envelhecido, ainda somos um país, não de analfabetos, mas de pessoas iletradas. Se olharmos para os alinhamentos, se calhar é isso que revelam. Vêm muito os assuntos criminais à cabeça, eventualmente as questões de justiça e política.

**SS:** E concordas com esse tipo de linha editorial refletida nos alinhamentos?

**JRV:** A linha editorial que temos, ainda assim, não é uma linha editorial que premeie as peças violentas em primeiro lugar. O problema é que muitas vezes o que acontece é que só tens crime, crime, crime...

**SS:** Achas que a violência está a aumentar?

**JRV:** Os números dizem que não. Acho que há um maior número de denúncias, a violência é mais conhecida, também por culpa dos meios de comunicação social que a veiculam. A violência é mais conhecida. Se formos a ver em termos de números gerais da polícia, os crimes de violência, estamos a falar de violência estamos a falar também de crimes. Nós, regra geral, relatamos matéria criminal quando falamos de violência ou de guerra; mas também violência contra crianças, o caso atual do *bullying*, violência psicológica, violência familiar, violência na escola... Tornou-se mais comum falar dela, mas os tempos são outros. Há vinte anos não se falava, porque se calhar há vinte anos o comportamento das crianças na escola era diferente. Tínhamos outros problemas, segunda guerra, ditadura... Portanto, acho que não falamos nem mais nem menos, falamos de acordo com a circunstância em que vivemos. Curiosamente, acho que temos a sorte de não estar num país violento e talvez por isso a nossa abordagem seja primária, quase instintiva à violência. Se ela existe, vamos filmá-la. Como é mais raro vamos sempre atrás dela. Se calhar depois ganhamos alguma distância à segunda ou à terceira vez em que a peça é exibida. Acontece muito isso. Acho que é claro que em relação às crianças guardamos sempre a distância e raramente falhamos. Provavelmente em relação a outras coisas, às vezes sim, poderíamos dar menos força ao tema. Talvez por ser raro...

**SS:** Achas que basta que o jornalismo viva dependente do senso comum e da experiência para o tratamento destes casos?

**JRV:** Existe uma regulação/legislação e a legislação diz-te que tipo de imagens podes transmitir e a que horas se podes pôr ou não pôr palavrões, portanto violência verbal. Ainda há dias houve uma discussão sobre palavras chocantes que foram utilizadas num programa da RTP, se poderiam ir para o ar às vinte e uma horas. Essas palavras chocantes faziam parte de um relatório de uma comissão de proteção de jovens e menores. E achou-se que as palavras que as pessoas usavam eram aquelas, estavam no relatório, estavam escritas e era importante mete-las tal e qual. As regras existem, a lei já te diz. É sempre um exercício difícil a fronteira, perceber até que ponto se pode forçar uma regra fazendo com que deixe de haver a flexibilidade no tratamento da notícia. Mas sim, acho que se poderia determinar em termos legislativos, se quiseses, poderia ir-se um bocadinho mais longe, em que relação à privacidade, provavelmente.

**SS:** E internamente, não seria suficiente? Talvez a partir do livro de estilo...

**JRV:** O nosso livro de estilo não é corrigido há muito tempo. Se calhar somos a única televisão que o tem, depois do jornal Público, somos a única televisão que o tem, desde dois mil e um. É um livro de estilo, não é normativo, ninguém é disciplinarmente sancionado se não o cumprir. E vêm lá muitas normas sobre a violência, sobre as crianças, sobre o tratamento de notícias que envolvam cenários de guerra, mortes... Mecanizar demasiado a relação que tu tens com aquilo que tu escreves, com aquilo que dizes e com as imagens que captaste, também torna-te insensível em relação àquilo que viste, porque de uma forma matemática sabes que tens que olhar para aquele tipo de estória sempre da mesma maneira. Portanto, eu prefiro que haja discussão na redação. Eu acho é que provavelmente, sabendo-se que é um

tema quente do dia, provavelmente, o que tem que haver é maior articulação entre quem chefia, a coordenação e o jornalista encarregue da reportagem. Para saber que limites é que existem em relação ao tratamento daquela estória. Que no caso da RTP até temos um livro de estilo. E o livro de estilo até é bastante claro em relação a alguns temas: a mortes, ao facto de alguém ter pedido um familiar próximo, se deve ou não se deve entrevistar. Não é que seja cumprido, porque é a tal história também não pode ser impositivo. Não há sanção disciplinar por não haver cumprimento.

**SS:** A tua opinião é que essas recomendações são interessantes, mas consideras que cada caso é um caso e portanto se deve discutir de forma independente...

**JRV:** Eu acho que se poderia ir mais longe, poder-se-ia atualizar o livro de estilo. Agora, se estamos a falar de transversalidade ou se estamos a falar da redação da RTP, provavelmente recuperar o livro de estilo e torná-lo mais próximo, mais atual. Se calhar faria sentido. Se estamos a falar da comunicação social em geral, se calhar tratar o tema da violência com recomendações da ERC, se calhar é isso que tem que se fazer. Tomar a dianteira, uma atitude de preto no branco e dizer como é que tem que se fazer em determinadas circunstâncias.

**SS:** Generalizando, qual é a tua visão global sobre o tratamento da violência nas outras televisões? Achas que se usa a violência para dar espetáculo?

**JRV:** Continuo a achar que não temos grande experiência desse tratamento. Alguns órgãos de comunicação social vivem só disso, toda a gente sabe do que é que eu estou a falar. Mas também acho que na maioria dos órgãos de comunicação social existe bom senso. Se fores observar os alinhamentos das principais rádios, das principais televisões e dos principais jornais, o pensamento sobre aquelas notícias é relativamente transversal e semelhante. Significa que nós pensamos enquanto povo, enquanto jornalistas mais ou menos da mesma maneira. E o que é importante eu não dar também é importante o jornal na escrever. E isso dá-me alguma tranquilidade. Eu acho que o nosso problema principal em relação à violência é esse: vivemos num meio pouco habituado à violência e quando a damos, damos de uma forma quase infantil, quase ingénua, não é por maldade, mas acho que ainda não fizemos nada de muito grave.

**SS:** Dizias que há órgãos de comunicação que vivem muito da violência para dar espetáculo. Achas que a ERC pode fazer mais neste aspeto?

**JRV:** Não. O problema disso é estar a criar leis ou regras à medida de uma entidade. E isso parece-me que funciona *a posteriori*. Se cometeste alguma incorreção na forma como deste a notícia. O problema é depois também perceberes que notícia mesmo apresentando o extremo da violência, não deixa de ser factual. E isso cria-te um problema de... se a pessoa está a sangrar na rua, porque é que não mostro a pessoa a sangrar na rua? Mostro o chão depois lavado sem sangue. E isso põe-te questões enquanto jornalista porque estás obviamente também a esquematizar a realidade. O problema é sempre uma boa gestão de bom senso. Se tens realmente estações de televisão, rádio e jornais que levam ao extremo a violência, as relações conflituosas entre as pessoas, as agressões, também tens quem não o faça. É óbvio que isso se reflete nas audiências, mas não me parece que faça muito sentido fazer uma regulação que seja

feita *a priori*, acho que tem de ser feita *a posteriori*. Acho que tem de haver é uma entidade que consiga estar sempre em cima dos mais comportamentos das televisões, das rádios, dos jornais e dos jornalistas. Se calhar devíamos ter um observatório.

**SS:** Achas que a ERC enquanto reguladora não está a regular como devia?

**JRV:** A ERC atua, recomenda, impõe medidas, obriga o direito do contraditório, mas regra geral as soluções passam pelos tribunais. Provavelmente, teria que se reformular a Entidade Reguladora para a Comunicação Social ou teria que se saber que mais do que regular *a priori*, devia de haver uma espécie de observatório atento. Como nós temos o Provedor, o Provedor da rádio e da televisão, que recebem queixas e chegam ao pé de ti e que perguntam o porquê de teres escrito dessa maneira. O que fazem habitualmente as chefias quando estão a ver o teu trabalho, às vezes é difícil verem todas as peças antes de elas irem para o ar... mas se calhar é isso, menos recomendação, mas maior observação e maior capacidade de reação. Eu acho que não temos falta de regulação, não tenho essa sensação.

**João Rosário (E19)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a violência na informação televisiva?

**JR:** O que eu costumo ver é que há uma forma dual de tratar a violência. Se a violência nos diz respeito a nós enquanto portugueses, europeus, ela é tratada de acordo com, a maior parte das vezes, os princípios deontológicos que todos aprendemos na escola. Se a violência vem em imagens captadas do outro lado do mundo, em África, na Ásia profunda, atingindo os mais miseráveis, há pouco pudor em aplicar os mesmos princípios deontológicos de forma geral. Ou seja, é mais fácil haver uma primeira página de um jornal de referência como o Público mostrar uma criança na Etiópia com a barriga de malnutrição, do que um menino sérvio, louro de olhos azuis nas mesmas circunstâncias.

**SS:** Achas que a proximidade das pessoas com os acontecimentos determina o tratamento?

**JR:** A proximidade étnica, geográfica, determina o modo como as imagens como são apresentadas. Porque reflete os nossos preconceitos de comunidade étnico-europeísta, uma visão eurocêntrica do mundo, é mais fácil por imagens de um autocarro que se despenha em Taiwan ou numa montanha do Peru, em que os corpos ficam expostos do que o mesmo tipo de acidente nos Alpes ou na Grã-Bretanha, Portugal ou Espanha.

**SS:** Achas que esse tipo de tratamento dual é o mais correto?

**JR:** Não. Estou a falar de forma genérica, não estou a especificar. Aquilo que estou a dizer tem a ver com a perceção que tenho depois de muitos anos a olhar para jornais, para telejornais, aqui e noutros países. O modo correto é aquele que aprendemos na escola, evitar a exposição, até por questões da dignidade das pessoas. A exposição daqueles corpos ou das pessoas que estão feridas ou em sofrimento. Às vezes usar mais a sugestão, se tiveres um sapato à beira da estrada para ilustrar um acidente grave, o facto de esse sapato estar ali quer dizer que ele saltou, que foi parar longe de quem pertence, dá-te a noção.

**SS:** Não é preciso mostrar para fazer um enquadramento?

**JR:** Não, de todo. O nosso cérebro encarrega-se de montar aquela imagem com a perceção que nós temos de um momento violento. Às vezes é preciso mostrar, mas de uma forma... há uma banalização da imagem da violência, sobretudo se for longe de nós.

**SS:** Porque é que achas que está banalizada?

**JR:** Porque há menos filtros, há menos preocupações de ordem profissional. Não acredito no que nos dizem do imediatismo. Fazer jornalismo também é lidar com o imediatismo, há vinte, trinta ou quarenta anos. Não é pelo facto de haver internet e de qualquer um por qualquer imagem a circular que nós jornalistas tenhamos que fazer o mesmo.

**SS:** Que critérios é que estão em cima da mesa quando um jornalista tem que fazer o tratamento de informação que envolve violência?

**JR:** Dignidade da vítima.

**SS:** Antes de dar a notícia pensas na suscetibilidade?

**JR:** Não é antes de dar a notícia. A notícia dá-se sempre, a questão é como a apresentamos. Se tu tens uma situação em que alguém é vítima de alguém, não vais mostrar, eu não devo mostrar mas posso contar o que aconteceu. Porque há um reforço, se tu dizes que aquela pessoa foi violada e mostrar o rosto da pessoa, há um reforço que é desnecessário, podes mostrar as mãos daquela pessoa, o vulto, sem ter de a mostrar. Quem está a saber daquela informação deve, dentro de si, fazer a correlação entre o tipo de violência de que aquela vítima foi alvo a partir daquilo que lhe estou a dizer. Não preciso mostrar.

**SS:** É importante a existência de *guidelines* ou critérios/recomendações para o tratamento?

**JR:** Elas já existem. O código deontológico faz um apelo ao bom senso, “*common sense is not common*”, como dizem os ingleses, mas faz um apelo ao respeito para com as pessoas que são alvo daquelas notícias no sentido de encontrarmos em nós um melhor modo de contar aquilo sem ferir a integridade daquelas pessoas. Portanto, as *guidelines* já existem. Se calhar é preciso uma adaptação e agora colando com o que eu disse há pouco. O código deontológico foi feito antes do advento da internet, era importante ter uma nota ou ter como princípios das orientações dos órgãos de comunicação social qualquer coisa que dissesse que o facto de haver informação de imagens de corpos estropiados no Facebook, na internet, não quer dizer que nós os mostremos também.

**SS:** O jornalista perdeu o papel de *gatekeeper* com a internet e os vídeos amadores e o cidadão consumidor e produtor de conteúdos?

**JR:** Não, de todo. Porque uma coisa é a difusão e a outra é a procura da informação, tu podes difundir tudo o que tu quiseses, mas quando vais procurar não vais procurar tudo o que existe. Ou seja, queres fazer um trabalho sobre a pornografia, ias à internet escreves “pornografia” e tens quilos de informação que não te interessam. Não é por haver tanta informação sobre pornografia que vais atrás dela. Vais procurar, como estás a fazer um trabalho sobre pornografia vais filtrar aquilo tudo e vais procurar as abordagens que vão de encontro ao teu trabalho e essas abordagens não vão estar nos vídeos pornográficos, como poderão estar como ilustração daquilo que procuras, mas não é aquilo que procuras. Esta analogia serve para dizer que na hora de te queres informar sobre qualquer coisa vais procurar os jornalistas, não vais ao universo de informação sobre seja o que for que invade as redes sociais. É o que vai continuar a acontecer.

**SS:** O jornalista de serviço público no tratamento destes casos e de outros em geral tem uma missão de diferente de um jornalista de um canal privado?

**JR:** Não. O código deontológico aplica-se a todos, não acho que haja uma facilitação pelo facto de os outros não trabalharem... porque a informação em si é sempre serviço público. A forma como ela chega é que é diferente. Nós não estamos mais obrigados do que os outros, eles é que devem estar mais próximos de nós do que nós deles.

**SS:** A linha editorial encaminha-se noutro sentido, ou deve?

**JR:** Sim. Encaminha-se no sentido de estar mais próximo. O *mainstream* tornou-se, deixou de ser a informação de referência e tal, meio acinzentada e baixou de grau para se popularizar. O que é bom, deixou de ser uma coisa elitista e popularizou-se com as técnicas dos meios comerciais. O que não é mau, desde que haja critérios que tenham a ver com verdade e seriedade no tratamento da informação.

**SS:** Revês-te nas decisões tomadas pelo conselho de redação e pela Direção de Informação o ano passado, quando começaram a chegar vídeos das decapitações do ISIS e em que, nas atas do Conselho de Redação fazem referência a que as imagens transmitidas não devem servir de propaganda e incentivo a atos terroristas, bem como deve haver uma especial atenção para o tratamento de casos que envolvam violência, suicídios, etc.?

**JR:** Revejo-me, sim. Aquelas imagens brutais das decapitações nunca as passámos, não conheço nenhum órgão de comunicação social português que as tenha passado. Foram feitas com aquela intenção, em mostrar o poder do ISIS e nós estávamos, ao mostrá-las a corresponder, não aos objetivos de informar as nossas pessoas, mas mais aos objetivos do ISIS.

**SS:** Esta tomada de decisão tenha levado a que a RTP se tenha colocado contra o Estado Islâmico?

**JR:** Não. São dois campos diferentes. Eles fizeram aquilo com um determinado objetivo, a informação sobre aquilo que foi dado não correspondeu àqueles objetivos. No início podia estar muito próximo daquilo, eles queriam propaganda e tiveram-na, nós estávamos a ser a propaganda. A dada altura, com essa decisão deixámos, a tónica saiu do ISIS e passou a estar na vítima. Não foi mais uma decapitação do ISIS, foi mais um turista ou jornalista decapitado pelo ISIS. Isso muda completamente a coisa.

**SS:** A ERC enquanto entidade reguladora tem feito um bom trabalho no filtro e na análise e na regulação sobre o tratamento da violência na informação televisa?

**JR:** Não tenho conhecimento suficiente para te responder a isso. Das duas, uma, ou não há problemas no modo como os órgãos de comunicação social portugueses, de forma geral, tratam a violência. Portanto, as queixas não chegam à ERC porque não as há. Ou então se há um mau tratamento da informação relacionado com a violência somos todos pacíficos e não nos estamos a queixar à ERC. Não tenho conhecimento que a ERC tenha tomado decisões, dado pareceres por causa destes casos ou outros de extrema violência.

**SS:** Deve haver um maior cuidado para o tratamento destes casos em específico?

**JR:** Acho que medidas como essa que a direção tomou a propósito de um novo fenómeno de execuções em direto e repetidas, notam que fazem pensar que estamos a tomar bem as decisões em função de novos fenómenos de violência. Não será preciso mais regulação, existe o código deontológico, depois é preciso atuar em função do que é novo. É bom que estas coisas aconteçam para pensarmos o que estamos a fazer, porque é que estamos a dar isto assim. Ao mesmo tempo, aquele discurso, a minha análise sobre a forma como a violência é tratada nos nossos órgãos de comunicação social mantém-se. Mais facilmente se mostra uma execução fora do nosso universo conhecido étnico, do que cá dentro. Nem sequer penso...



**SS:** Estamos menos sensíveis às coisas que nos estão mais distantes, é isso?

**JR:** Estamos menos sensíveis a olhar para aquela pessoa como uma pessoa, para aquela morte violenta como uma morte violenta, é quase como “isto dá um bom boneco”, sem pensar onde é que é e sem pensar que se isto fosse aqui em Torres Vedras nós não íamos pôr esta imagem, não íamos pôr esta pessoa.

**SS:** A sensibilidade do jornalista também atua nestes casos?

**JR:** Ou não atua, no caso, não atua. Depois há aqui outras dificuldades, pode ser que atue, mas depois vem um editor ou um alguém acima e diz “usa esta imagem que é muito boa”, mesmo que ele diga não vou usar porque isto fere.

**SS:** Já te negaste a usar algum tipo de imagens?

**JR:** Nunca me aconteceu. No sentido de alguém dizer “usa” e eu dizer não. Aconteceu-me outra situação que não tem a ver com violência. Já estive a ver brutos das agência internacionais com corpos e montei a minha peça sem usar aquilo, mais do que uma vez. Também sei que a maior parte dos meus colegas faz isso. Não costumo ver corpos desventrados na informação da RTP e há sempre algures no mundo um acidente dramático, uma guerra e as imagens são captadas pelas agências internacionais e chegam aqui, como chegam a qualquer outro sítio e aqui não são usadas. Nesse sentido fazemos bem as coisas, bem no sentido de estar de acordo com a proteção da dignidade humana e com a ideia de que não é preciso veres tudo para dizeres o que aconteceu.

**José Carlos Ramalho (E20)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva?

**JCR:** A violência faz parte do nosso dia-a-dia, portanto, quer se queira quer não, não se pode tirar dos ecrãs por decreto. No entanto, não deve ser uma violência gratuita. Não se deve por a violência, por violência. Devemos ter algum cuidado e o primeiro cuidado passa por nós, repórteres de imagem. Logo na captação somos o primeiro filtro e ao sermos o primeiro, temos que no local escolher o que captar e o que não captar. Em especial porque as imagens entram em servidor e entram em arquivo e ficam praticamente eternas. Apesar de nós podermos pensar “ok, eu gravo esta imagem porque quero mantê-la pra história”... Temos de ter em conta que ao entrar em arquivo nós perdemos o controlo da imagem, ela pode ser usada noutra situação qualquer menos correta. E podemos sem querer estar a violar qualquer coisa, nem que seja, em última análise, a nossa consciência.

**SS:** Desmistifica esse cuidado. Que critérios é que a adotam sobre o que deve ou não captar?

**JCR:** Ponto número um: tenho que pensar se gostava de ver aquilo na televisão.

**SS:** Transportas-te ao papel de telespectador?

**JCR:** Tem de ser! Ponto número dois: Quero que os meus pais ou os meus filhos vejam isto? Os meus pais e os meus filhos podem ver isto? Os meus podem ver isto? Se nós pensarmos sempre nos nossos e transpusermos isso, acho que é o melhor filtro. É [pensar] se queremos isto para nós. Se eu como telespectador se quero ver, se quero que os meus filhos vejam, se acho que é uma mais-valia ou não mostrar isto. E isto não é autocensura é, no fim de contas, pormos uma autorregulação em que nos impede de passar a linha, porque a linha é muito fácil de transpor. Eu lembro-me há uns bons anos, ainda não havia telemóveis, nem televisões privadas, não havia nada disso. Eu estava perto de Cantanhede e recebi uma chamada num *bip*, não havia telemóveis, um *bip* era uma coisinha que se punha ao peito e se me mandassem um bip a única coisa que eu sabia é que tinha de ligar para a RTP. Fui a um café, liguei para a RTP e disseram-me “vocês estão em Cantanhede? Houve aí um assassinato!” (estava com o meu colega José Cruz). E nós estávamos a dois ou três quilómetros, chegámos ao local do crime primeiro que a GNR e do que a polícia judiciária, eu entrei na cena do crime ilegalmente – é verdade –, meia hora depois de o crime ter acontecido. Estavam duas pessoas mortas numa casa e eu estive lá dentro dois minutos, nesses dois minutos gravei quarenta segundos de imagem, porque não se podia mostrar mais do que aquilo. Era tão forte, tão forte e mesmo assim tive o cuidado de não mostrar as partes que poderiam chocar mais. Estavam dois corpos, cada um na sua cama, tinham sido assassinados à facada, tentei não mostrar as feridas, os rostos, o sangue... Foi o filho que matou a avó e o tio.

**SS:** O que é que à partida não se pode mostrar?

**JCR:** O que for chocante. O que é chocante? Rosto... É, no fim de contas, a maior parte dessas pessoas são pessoas anónimas, ninguém sabe quem são. É um cidadão comum. E há grande preocupação na proteção da imagem das pessoas conhecidas e acho que tem de haver uma preocupação ainda maior das pessoas desconhecidas, porque também têm direito à privacidade. Um corpo depois de morto continua a

ter identidade. Identidade jurídica, possivelmente, não tenho a certeza, mas terá identidade jurídica, possivelmente. O cadáver também tem identidade jurídica, não sei quais é que são os limites, mas não perde a identidade por estar morto. O morto não pode dizer que não quer ser filmado, por acaso juridicamente não sei como é que isto se passa, mas não pode dizer, porque está morto, mas deve ter direitos, apesar de tudo. E nós aí temos que respeitá-lo como se estivesse vivo. Só não pode dar resposta e como não pode dar resposta temos de manter a privacidade. A não ser que seja uma figura conhecida, ok... Houve várias imagens que me choraram imenso, uma delas foi a do Jonas Savimbi, a morte e a exposição do cadáver do Jonas Savimbi. Era um general, foi um grande guerrilheiro, goste-se ou não se goste da fração que ele tinha. E houve uma exposição demasiada das próprias autoridades, mas uma coisa que se repetiu em vários países, não estou a falar de Angola... O Kadhafi, por exemplo, foi uma exposição para mostrar que no fim de contas que eles também morrem, deixam de ser eternos.

**SS:** Consideras que essas exposições foram e são desnecessárias?

**JCR:** Essas exposições são necessárias para o regime, para o espectador, se calhar, eram desnecessárias. Como exposição política para o regime, aquelas exposições eram altamente necessárias. Se matasse o meu grande adversário uma das coisas que eu faria era expor... Expor - e isto faz-se desde a antiga Roma e até antes disso - o cadáver do inimigo. E foi mais ou menos o que fizeram, só que fizeram na forma mediática da altura: é expô-lo para televisão, é expô-lo para a net, é expô-lo para todo o lado. Aí também temos de fazer o nosso filtro. Como é que se mostra isso? Mostra-se o rosto, mostra-se a cara, não se mostra a cara? Não sei mesmo. Não sei se algumas direções não mostrariam...

**SS:** Foste assistindo a essa mudança de direções e consequentemente de linhas editoriais?

**JCR:** Sim, assistimos todos. Então com a chegada das privadas sentimos... Aconteceu uma coisa muito engraçada na altura. Eu já era repórter de imagem com a chegada das privadas. E aconteceu uma coisa numa terra chamada Meda de Mouros, uma coisa horrível. Uma educadora levou sete crianças ao rio, com água pelos tornozelos e das sete crianças morreram cinco e morreu a educadora. O rio levou-as, com a água pelo tornozelo. A corrente foi tão forte... Foi uma coisa horrorosa. A SIC tinha aberto há pouco tempo, há seis ou sete meses. A SIC chegou lá primeiro do que nós, por uma questão de sorte, porque o pivô principal tinha nascido naquela terra e sabia exatamente onde é que era. Na altura não havia GPS, nem nada disso. Fomos ao mapa para ver onde é que estávamos... E quando chegámos lá, vimos aquele cenário horroroso onde uma aldeia de sete crianças perde cinco e os jornalistas, onde eu me incluo, perfeitamente loucos à procura da notícia e tudo ali... Quase a espumar de contentes por terem uma notícia daquelas. Isto é ridículo! E sentimos ali uma competitividade perfeitamente parva e uma exploração gratuita da dor, da emoção e da imagem. Houve uma pessoa que me propôs (não vou dizer o nome dela) que eu fosse para cima de helicóptero para cima do funeral... E eu disse, não! Ele disse: “Ah mas tem que ir para cima de um helicóptero fazer imagens lá de cima”. Na altura não havia *drones*, nem nada disso. E eu disse “não me meto num helicóptero, no meio de um funeral onde morreram cinco crianças... está uma aldeia inteira a chorar. Não vou!”.

**SS:** Ia mesmo perguntar isso... se já te tinhas recusado a captar imagens ou a fazer algum tipo de reportagem por envolverem momentos de violência?

**JCR:** A primeira vez que fiz um acidente, tinha muito pouco tempo de RTP, estava na delegação de Coimbra, em oitenta e oito. E recebemos um telefonema da delegação... “um autocarro virou-se na autoestrada”. Lá fui eu e a minha colega para a autoestrada, pela A1, ali perto de Condeixa. E eu ia no caminho e pensava “não quero ver mortos, não quero ver mortos. Tinha vinte e dois anos. Quando chegámos lá, parámos na autoestrada (algo que não se pode fazer agora, fazia-se tudo na altura) e de repente há um senhor que diz “uma senhora perdeu um braço” e eu pensava “não quero ver uma senhora sem um braço”, entretanto foi levada para o hospital e “felizmente não vi a senhora sem o braço”. Depois há alguém que diz “vamos procurar o braço” e eu pensei “não quero ver um braço, não quero ver um braço fora do corpo”. De repente há um senhor que diz “achei” e eu pensei “ai vou ter que ver um braço fora do corpo...”. De repente olhei para aquilo e não me fez impressão nenhuma. Olhei para a câmara, para aquilo que estava a filmar e percebi que as pessoas não iam perceber que aquilo era um braço. Percebi que se arranjasse um bom ângulo podia contar a mesma estória - dizer que se tinha perdido um braço, que tinham tentado recuperar o braço; porque mais importante do que perder o braço ou dizer que se achou o braços, é dizer que se pode recuperar o braço - conseguia não chorar. É muito importante a perspetiva, é muito importante saber o sítio onde se escolhe, como se põe... porque quase tudo se pode mostrar, têm é de se saber mostrar. Eu acho que isso é uma coisa que se vai percebendo ao longo do tempo.

**SS:** A experiência é importante para o tratamento destes casos em específico?

**JCR:** É, sem dúvida.

**SS:** E o bom senso?

**JCR:** O bom senso nem se fala. Mas o bom senso é uma coisa que deve imperar em qualquer jornalista. Eu acho que quando chegamos ao jornalismo chegamos todos muito cedo (eu cheguei mais ou menos com a tua idade, por aí), mas como é lógico vivemos cheios de sonhos e há um monte de sonhos que nos são cortados pela nossa chefia. Por aquelas pessoas de quem estamos à espera que sejam o nosso travão e às vezes até são as pessoas que nos empurram para as piores coisas.

**SS:** Isso já aconteceu contigo?

**JCR:** Sim, como já disse há pouco, com aquela pessoa que não vou dizer o nome respeitosamente, porque foi uma má decisão na altura. Se calhar, com outra pessoa com menos formação e com menos bom senso. É que eu nem tinha experiência, era jornalista há quatro anos, não é nada de especial.

**SS:** E em direto, já te aconteceu mostrar imagens mais agressivas e depois quando foste rever a gravação achaste que não as devias ter mostrado?

**JCR:** Eu lembro-me que estava uma vez em direto no Iraque e rebentaram umas bombas atrás de nós. Em manifestações, tudo à pancada. Vou ser sincero, não me lembro nestes anos todos que tivesse acontecido uma situação em que eu achasse... Mas há sempre um truque, que é o plano geral. O plano geral é sempre

um bom truque porque mostra-se o acontecimento, mas não se mostra o pormenor do acontecimento. Muitas vezes, algumas pessoas perguntam-me e falam muito na carga dramática que há no plano de pormenor, na lágrima a escorrer, no sangue, essas coisas todas. Eu acho que a carga dramática depende muito da nossa cultura. Por exemplo, se for uma pessoa de etnia cigana, se lhe aconteceu uma desgraça, se lhe morreu um filho, não vamos conseguir filmar-lhe nenhuma lágrima, mas vamos conseguir filmar uma mulher a gesticular. E a carga dramática está muito mais no plano geral do que no plano de pormenor, porque no plano de pormenor não vais conseguir ver nada de especial. Nós temos que nos adaptar muito à cultura do local, da situação, do que se está a filmar. E temos de ter essa perceção. O plano apertado é plano dramático? Não, o plano apertado pode não ser, depende de cada momento. Mas também pode ser a nossa defesa. Há umas imagens de um desastre aéreo que houve no Algarve, em que lembro-me perfeitamente do plano geral em que se mostrava restos de pedaços de avião, muito mais impressionante do que um pedaço do corpo e no entanto estava lá tudo. É como aquela estória perto da aldeia de Cantanhede, quarenta segundos de imagens que fiz, chegou perfeitamente para tudo. Alimentou os jornais durante o tempo todo.

**SS:** Há confiança no trabalho que é feito em pós-produção pelo editor de imagem?

**JCR:** Tem que haver. Tem que haver, à partida, confiança no redator também.

**SS:** Mas deve haver um cuidado prévio por parte do repórter de imagem ou não?

**JCR:** Tem que haver esse cuidado prévio. Não quer dizer que haja. Há uma grande diferença entre nós, repórteres de imagem, e os redatores. Nós selecionamos e recolhemos. Ou seja, eu chego aqui a esta sala e vejo o que é que tem valor notícia e vou buscar o que quero aqui da notícia. E o redator pega no meu material, no material que eu fiz e recolhe-o e depois seleciona. Portanto, é um processo diferente: eu seleciono e recolho, ele recolhe e seleciona. Vão sendo feitas muitas triagens. E, como é lógico, tem de haver muita partilha no local, a profissão não é estanque.

**SS:** Tem que haver trabalho de equipa?

**JCR:** Tem que haver muito trabalho de equipa, não quer dizer que haja. Eu se vir uma coisa mal escrita digo ao meu colega que está mal escrito, se ele vir uma coisa mal filmada, eu espero que os meus colegas me digam a mesma coisa. O editor de imagem, à partida, é o primeiro espectador, e sendo o primeiro espectador, também se espera que ele tenham algum bom senso. Às vezes as pessoas estão no terreno, e estão tão toldados pelo acontecimento que podemos por coisas um bocadinho descabidas, mas isto para o bom e para o mau. E o editor de imagem quando está a montar a peça pode aquele toque “olha não estou a perceber o que está a acontecer”... Porque nós por estarmos no local, por vezes, achamos que as pessoas todas entendem o que está a acontecer. E o editor de imagem, sendo o primeiro espectador, pode-nos ajudar bastante a construir melhor a estória e a tratar melhor estes casos de violência.

**SS:** Consideras que o jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um jornalista que trabalhe para uma estação privada?

**JCR:** Não, não considero. O que eu considero é que os diferentes tipos de padrões consideram que o jornalista é diferente nas duas situações. O jornalista, sendo jornalista, é sempre o mesmo em qualquer situação. Seja que padrão tiver, seja o Estado, seja o Serviço Público, seja um canal comercial. Mas a função dele como jornalista é sempre a mesma. E a atitude dele perante a notícia deve ser sempre a mesma. O grande problema é que quem está acima dele não acha isso. Porque, enquanto nós, no caso da RTP, porque a RTP é a estação de serviço público, se calhar temos mais alguma liberdade, porque se calhar conseguimos ser mais jornalistas, porque estamos mais perto daquilo que será a pureza do jornalismo. Porque não temos que ligar a alguns tipos de compromissos que, se calhar, têm que se preocupar alguns jornalistas de alguns tipos de canais.

**SS:** Falas dos constrangimentos económicos?

**JCR:** Falo disso. Lembro-me que há uns anos a SIC fez umas reportagens, muito bem feitas por sinal, era jornalismo puro, em que o anunciante retirou a publicidade. Porque a publicidade era contra o anunciante. E há constrangimentos! Enquanto aqui não temos tanto esse problema, podemos sempre falar no constrangimento que há no fator político. Mas eu sempre achei que a RTP sempre manteve algum distanciamento.

**SS:** Tendo em conta uma visão geral daquilo que se faz nas televisões, achas que se tem assistido a uma banalização da violência na televisão?

**JCR:** O acesso às imagens de violência mudou muito com a chegada da *net*.

**SS:** E dado esse fenómeno, achas que o jornalista tem uma responsabilidade de filtro ainda mais acrescida?

**JCR:** Muito mais. Nem tudo o que está na *net* é notícia. Isso é um problema mais para os jornalistas. Ainda mais. Porque temos mais informação e ao termos mais informação temos de a filtrar melhor.

**SS:** E voltando à questão que coloquei sobre a banalização da violência, achas que isso se revê?

**JCR:** O uso abusivo das imagens violentas torna-se ela própria uma violência. E ao transformarmos a violência numa banalidade... É quase como transformar a violência em pornografia, é quase isso. Aquilo torna-se tão banal, que queremos mais e ao querermos mais estamos a subir o patamar de exigência. Portanto, já não nos mete impressão a cabeça decepada ou as crianças a arder já achamos banal.

**SS:** Revês-te na decisão da Direção de Informação e do Conselho de Redação sobre a violência nas imagens e propaganda pelo ISIS?

**JCR:** Sim, principalmente porque aquelas imagens são feitas para propaganda, não são feitas para mais nada. O não uso das imagens acho que é uma medida acertada. No entanto, aquilo tem que ser noticiado obrigatoriamente. Não podemos tapar o sol com a peneira. Mas acho que o não uso das imagens foi uma boa decisão, assim como é uma boa decisão continuar a dar-se a notícia, de outra forma. Não recorrendo àquele momento, mas há todo um momento que se pode mostrar, o antes, o depois. Agora o durante, o

momento da morte... Parece um jogo de computador e as pessoas começam a achar que aquilo é normal e não é.

**SS:** E a ERC achas que tem funcionado de forma mais ou menos ativa na regulação destes casos?

**JCR:** A ERC com a RTP tem sempre um tratamento muito ativo, mas no geral... Porque a RTP é o órgão de comunicação mais escrutinado de todos. Há coisas que são admitidas aos outros, que não são admitidas à RTP. É mais exigente com a RTP. Acho que devia ser mais exigente com os outros, porque no fim de todos somos todos jornalistas, são critérios jornalísticos que estão em causa. A RTP tem por norma cumprir as normas, os outros nem sempre.

**SS:** Consideras que a RTP tem feito um bom trabalho, é isso?

**JCR:** Não tem feito um mau trabalho. Não vou dizer que somos os melhores, nem nada disso.

**SS:** O filtro tem sido bem feito?

**JCR:** Eu vou só falar por mim. Eu, no meu caso, tenho tentado fazer um bom filtro. Vi coisas na RTP também que não gostei. O facto de uma vez terem usado imagens de crianças abusadas por pedófilos... Usaram as imagens só porque estavam na *net*. Não pode. Claro que não sabemos quem é que elas são. Está na *net*, não é público. Isto também é violência. Já vi coisas menos boas na RTP, é a tal estória do bom senso, saber parar para pensar e saber dizer não.

**José Ramos e Ramos (E21)**

**SS:** Qual é a perspectiva do José sobre a violência na transmissão televisiva?

**JRR:** A questão da violência é complexa, ela existe, deve ser retratada, mas é preciso ter em conta que às vezes não é necessário mostrar o ato de violência em si. Porque é chocante, desnecessário e gratuito. Também porque os públicos de televisão são públicos diversificados. Ao contrário do que as pessoas dizem, que há um botão para ligar e desligar, o problema é que as pessoas ligam e mesmo com o comando ao pé não têm a rapidez para desligar e mudar de canal quando o grau de violência é insuportável para o conjunto de pessoas que está a ver os programas. Como sabe, a televisão passou a ter um leque de espetadores, às mais variadas horas, muito amplo. Por isso, devemos fazer uma reportagem ou mostrar esses atos como quem escreve um livro, com véus. Uma pessoa crescida entenderá que haverá um ato de violência, uma pessoa menos adulta estará menos preparada para ver cenas difíceis, pelo que não entenderá bem. Neste caso francês daquele atentado ao jornal satírico, há uma altura em que eles saem e dão um tiro num polícia que parece que já está ferido até. Esse tipo é violência desnecessária e gratuita e que pode ter muitos aspetos, por exemplo, o tiro em si pode vir a acicatar questões de ordem religiosa, pode ter uma leitura complexa... Por estarmos na presença de pessoas islâmicas. Não é que os islâmicos no Corão não transportem uma grande dose de violência, se o ler com atenção verá lá que as mulheres são inferiores aos homens porque Deus assim o quer. É um versículo. Mas de facto é preciso ponderar as imagens que se põem no ar e as imagens de violência devem ser sempre ponderada. Não é como num jornal, em que uma pessoa abre e fecha. Não é uma questão de poder, porque não se trata de minimizar os jornais. Há imagens de jornais muito fortes, como aquela da guerra civil espanhola, que não se sabe se é verdade, que há um tipo a levar um tiro. O que acontece na televisão é que nós temos uma velocidade narrativa que faz com que um espectador consuma de imediato uma grande dose de informação, que demoraria algum tempo a consumir se a lesse. Por isso, um jovem não tem a capacidade de processamento de imagem. Isso hoje em dia é muito discutido, uma síndrome de apreensão rápida, que é a capacidade narrativa das televisões... Não é uma questão de persuasão, é uma questão de impacto. Há imagens que está a ver e que não está a processar, depende do seu grau de imagens de violência. São comparáveis às imagens subliminares, que foram proibidas, que eram imagens no meio dos anúncios que não as conseguia processar do ponto de vista visual, mas elas existiam e estavam lá e provocavam sensações nas pessoas. Mas sobretudo, resumindo, a televisão hoje está aberta a todas as horas, as pessoas estão à volta da televisão, que é um problema, porque a televisão deve ser consumida, ver um programa ou outro, e não servir de lareira às pessoas, há muitas crianças em várias idades a ver televisão e por isso até mesmo o telejornal, sobretudo o telejornal tem de ser editado com muito cuidado. Essas imagens entram rapidamente na imaginação das crianças e na sua perceção e elas não chegam a dissecar, não percebem o que é que viram. Não sei se fui claro.

**SS:** O jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um jornalista que presta serviço a um canal privado?

**JRR:** O jornalismo é sempre ou bom ou mau. Mas há bom jornalismo, a revista Caras é um bom exemplo de jornalismo de social. A revista Lux também. Há diversos tipos de jornalismo que podem ser muito



bem-feitos mas cujo objetivo é completamente diferente de uma empresa pública de televisão. Como sabe, até os próprios canais privados de televisão têm objetivos e é-lhes posta... Se for ver a Lei que dá origem aos dois canais privados, um que era para ser religioso e só há dois anos é que mudou o objeto social, a Lei estipulava obrigações às pessoas que tinham televisão. A televisão é um meio com grande impacto. A pessoa quase que não precisa de ler, absenta-se, fica passiva e é bombardeada por uma série de imagens e não consegue estabelecer nenhuma interatividade. As televisões privadas têm obrigações que lhes foram estipulados. Agora, o serviço público, um canal público como a RTP tem obrigações redobradas. Não quero dizer que a SIC não faça uma boa reportagem, ou que sejam todas boas, eles têm bons profissionais. Mas o ângulo deles é completamente diferente do nosso. Não diria que a missão é diferente, mas o objetivo. A missão dá a impressão que há uma obrigatoriedade de mentalizar as pessoas num determinado sentido. Um jornalista de serviço público tem um *modus operandi* que deve ser diferente das televisões comerciais. Fiz uma reportagem há muito tempo que era uns tipos que tinham subido para os telhados da prisão de Alcoentre, um motim e estavam as três televisões, a SIC, a TVI e nós. Para a SIC aquilo era um problema de trânsito, porque eles tinham cortado as estradas todas à volta de Alcoentre, aquilo tinha-se transformado num caos, o ângulo deles era claramente a questão dos distúrbios que aquilo causava. Da TVI era a confusão que havia à volta da prisão, para nós era diferente. O nosso ângulo era porque é que aquilo tinha acontecido. Havia ali um guarda que estava a discutir com uma senhora, a dizer que tinha entregue o dinheiro para se comprar a droga e o guarda dizia que não havia dinheiro nenhum, que era uma falsidade e havia ali um problema que o jornalista de serviço público tem obrigação de ir mais... Isto cola com o problema dos *budget*, para fazer jornalismo de serviço público é preciso um determinado dinheiro, demora mais tempo, é preciso falar com as pessoas. Mas é proveitoso, porque só assim e que faz sentido. Para um jornalista que se entusiasma muito com o jornalismo e está menos preocupado com o champanhe e as inaugurações, com a vida faustosa que a determinada altura alguns canais cultivaram em Portugal, fazem umas galas e atribuem uns prémios, também faz parte da vida. Quando o jornalista se entusiasma mais, está mais preocupado em ir ao fundo da questão e saber as causas das coisas e não propriamente ficar a um outro nível.

**SS:** Voltando à questão da violência, o José fazia ainda parte do Conselho de Redação e ainda faz, mas falo no sentido de duas atas que falam no cuidado no tratamento da violência na informação. Isto surgiu porquê?

**JRR:** Já não me recordo muito bem, mas esse problema é recorrente. A violência na informação não é uma questão apenas de uma pessoa que pega numa arma, como o caso do Hebdo, e dá um tiro a uma pessoa que está no chão. A violência é mostrar a cara de uma criança que por acaso está envolvida num conflito de interesses, a violência pode ser um tipo que foi agredido barbaramente e até se põe a questão: “Até que ponto é que as imagens do polícia a bater no tipo do Benfica e depois a dar dois murros no velhote são violência?”. É evidente que aquilo é uma coisa que é preciso pesar com muita cautela. É preciso saber se isso é muito violento, se se justifica. Acho que naquele caso se justificava e sem os dois murros não havia história. Mas já tivemos aí casos de crianças que foram alvos de rapto parental e depois aparece a cara da criança a ser entrevistada, isso é uma violência. O jornalismo é sempre uma violência, quer queira quer não, é uma intromissão. É uma terceira pessoa que aparece para contar uma história de

uma ou de duas. O jornalismo tem de ser cuidadoso, de forma a não violentar a pessoa que é o objeto da história, e a contar de modo que o espetador em casa possa ter segurança ao ver a história, segurança familiar.

**SS:** O cuidado que fala também se relaciona com a sensibilidade do jornalista, que pode ter ou não. A RTP não tem *guidelines* pré-definidos para esse tipo de casos. Acha que seria importante estabelecer?

**JRR:** Nós já tentámos fazer isso. Já pertenci a três Conselhos de Redação, este é o quarto, será o último. O que acontece é que tivemos um caso emblemático que era a passagem daquelas imagens repetidas do Estado Islâmico, que degolavam as pessoas. O problema que se pôs aí é, como se faria aquilo, é apenas a simulação da degolação, ou seria passado mais tarde. Acho que há coisas que necessitam de ser mostradas tal como são, a degolação deve ser mostrada com aviso e a horas que são consideradas. Aquilo pode passar no Telejornal com todas as cautelas não mostrando o ato em si e pode passar mais tarde, com prévio aviso muito sublinhado. Porque é importante que as pessoas vejam o acontecimento em si, não vamos por uma nuvem cor-de-rosa em tudo e às-duas-por-três não vê guerras, discussões, nada. Agora, tem de ter em conta que isso deve ser passado só a partir de determinadas horas, pode ser pré-passado em horas normais, como o Telejornal, que se transformou muitas vezes numa novela da vida real, que toda a família assiste. Mas passar com cuidado para que a violência não se banalize. Porque o maior problema da violência e do mostrar a violência não é só a violação do espetador mais novo ou mais velho, que se sente violentado pela violência da imagem. Pode ser uma criança que não...

**SS:** Falamos em violência da imagem, mas até o texto deve ser redigido com algum...

**JRR:** Sabe que em televisão o texto é muito secundarizado. A história deve ser contada por imagens. Para além do aspeto da violência, que é grave, porque a pessoa de repente apanha um baque, é a vulgarização. E quando criam uma certa vulgarização de imagens de violência, às-duas-por-três a pessoa está a dizer “mais uma”. Por exemplo, o caso das mulheres mortas. Há muitas mulheres que, infelizmente, por razões que devem ser estudadas, mortas pelos companheiros. E é preciso contar essas histórias com contextos de modo que as pessoas percebam, e essa é uma missão do serviço público de informação, de maneira a não banalizar. É muito mau quando o espetador começa a banalizar. O Telejornal deve ser todos os dias um produto único, não no sentido comercial, mas deve ser único e deve ser feito todos os dias com muito cuidado, notícia a notícia, como se fosse a última notícia que fosse feita sobre aquele tipo de assunto, que é a violência.

**SS:** Mas acha importante a criação de recomendações?

**JRR:** Sinceramente, acho que deve haver uma recomendação como está aí nessa ata, genérica, para que os jornalistas tenham cuidado. O resto deve ser deixado ao critério do jornalista e do grupo em que ele está inserido. Porque cada caso é um caso, não é possível definir em rigor. Temos um caso dos suicídios, não se fala em suicídios porquê? Tem de se falar, uma ou duas pessoas por dia suicidam-se. Ora, é preciso que a pessoa que fala sobre isso o possa fazer. E nós confiamos muito nos jornalistas da RTP. Os outros não sei que os conheço relativamente bem ou mal. Mas são pessoas com já alguma idade, por isso os jornalistas da RTP, a idade ajuda na sensibilidade, tem bastante experiência. Esses assuntos quando

acontecem acabam por ser do conhecimento geral e quase toda a redação dá um contributo no sentido do não ponhas assim, faz assim... O trabalho do jornalista às vezes é solitário, mas muitas vezes quando a coisa é mais fora do normal, claro que... o melhor é não por essas *guidelines* porque isso depois não se percebe se ultrapassa... ficamos a discutir se ultrapassou ou não ultrapassou quando cada caso é um caso. Mas deve haver um perceção generalizada. Suicídios, imagens de guerra, crianças não devem aparecer em quaisquer circunstâncias nem ser filmadas, a dar depoimentos, nem com autorização dos pais, que é um erro que também temos aqui. O pai ou a avó deu autorização, não! Se for consultar o direito, as normas, as leis, o menor tem um direito próprio que não lhe pode ser... Por exemplo, uma pessoa diz “dou-lhe autorização para me matar, dê-me um tiro”, não, isso não é possível. O menor está muito protegido na Lei portuguesa. A Comissão de Proteção de Menores, que às vezes falha muito, porque burocratiza muito e tem uma pessoa à frente já muito idosa, o juiz Armando Leandro.

**SS:** A ERC enquanto órgão regulador está a fazer um bom trabalho?

**JRR:** Em frente da ERC está um jornalista muito conceituado e pelo que tenho visto tem-se esforçado muito para, neste campo, conter as coisas. É evidente que nós temos um problema, que são as audiências e outro que é uma certa ansiedade... Algumas televisões são mais agressivas e a ERC até agora tem feito um papel bom. Se bem que eles também às vezes procuram um equilíbrio excessivo, procuram um bom senso exagerado. Sou sincero, não conheço assim em pormenor o trabalho deles neste campo, mas genericamente parece-me bem. Mas sublinho, a questão é a redação, uma boa redação, com uma boa direção, com bons editores e sobretudo os próprios jornalistas. Também não podem fazer um jornalismo de preconceito, como diz o Baptista Bastos, que é “eu não faço, porque se calhar vai dar buraco”. O Baptista Bastos chama isto de jornalismo de precaução, a pessoa está sempre com precaução e acaba por se autocensurar. Estes problemas de violência são problemas que qualquer pessoa deteta. Não são coisas subtis, são claras. E quando isso acontece o jornalista deve ter a humildade de falar com outros colegas, com o editor, com o diretor e perguntar como fazer isto. Para evitar a banalização e o impacto negativo que é ter crianças desde os quatro anos a ver. E sobretudo porque, mesmo na escrita, não é preciso contar uma história de forma violenta para ela ser violenta. Muitas vezes há narrativas violentas que não têm nenhuma imagem. Há é ter a precaução de não violentar as pessoas, contando a história. Porque essa deve ser contada.

**José Véstia (E22)**

**SS:** Qual a sua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva?

**JV:** A minha é a da maior parte dos meus colegas. Nós na RTP temos uma espécie de código que é, basicamente, mostrar aquilo que nós vemos. Quando estive no exterior, agora estava a lembrar-me: eu estive na transmissão da primeira vez que houve aquela tentativa dos indignados subirem as escadas da Assembleia. E nessa altura percebemos que a coisa ia mesmo dar-se. Como tal, no meu caso, naquele momento nós não temos apoio. O realizador está sozinho lá para tomar as decisões. E como é em direto, não é aquele tipo de trabalho em que ligamos ao nosso chefe a perguntar como devemos fazer. Tudo o que é em direto não é previsível. A questão é que nós não temos tempo nem essa política de ligar à chefia. Basicamente o que fazemos, a maioria, é não branquear nada. O que acontece, nós mostramos.

**SS:** E quando se trata de violência?

**JV:** Temos de mostrar até um certo ponto. Violência gratuita, não. Tem a ver com a experiência que as pessoas têm aqui na empresa. A maior parte dos realizadores que estão aqui na informação têm muitos anos disto. Logo, já viram muita coisa. Um exemplo, no ano passado, nas comemorações do 10 de junho, quando o Presidente tem aquele desmaio, o realizador da RTP optou por não mostrar aquele momento. Na altura, foi condenado esse ato pelas privadas, porque têm uma perspetiva mais agressiva, para não lhe chamar outra coisa. É a tal história, temos de dar até um certo momento. Quando morreu o Miguel Portas, eu estive na festa que fizeram em sua honra. Estavam lá a família e os filhos. Optei por não abusar em nada do choro. Fiz uma transmissão *clean*. E até o Paulo Portas deu os parabéns à RTP por não se ter aproveitado. Eu trabalho aqui há vinte oito anos, por isso, tenho essa experiência.

**SS:** Acha que era importante haver linhas orientadoras para esse tipo de assuntos?

**JV:** Eu acho que as pessoas têm de saber bem o que andam aqui a fazer. Há uma linha e quando se cruza a linha, tem de se perceber o que aconteceu. Aqui há uns tempos estava cá uma jornalista do DN e no final do Telejornal veio dar-me os parabéns, porque ao contrário das privadas, onde já tinha feito trabalhos, aqui as pessoas não gritavam, não diziam asneiras, que estava tudo muito sossegado. Eu disse que o segredo era porque as pessoas trabalhavam em equipa há muitos anos e que não precisavam de estar aos gritos. Há condições mínimas que deveriam ser exigidas. Chegas a uma altura da vida, quando tens alguma experiência, essa pesa muito na balança. Um programa em direto é difícil. É como os aviões: quando descola, não sabes o que vai acontecer. Aqui é o mesmo. Quando se arranca uma transmissão, como essa do Cavaco, ninguém previa que o senhor se ia sentir mal. No jornal é a mesma coisa. Aqui na empresa não percebem, pois nós, os realizadores, temos muita responsabilidade. Quando vejo entrevistas de pivôs nas revistas cor-de-rosa, eles falam, mas muitas vezes não sabem quem está por trás. Quem diz para eles fazer o que fazem, somos nós. Há uns meses, estava na régie do Grande Jornal. Temos monitores com vários *feeds*. Eu, de repente, olhei e vejo uma imagem de um grupo de pessoas à porta de uma casa. Comecei a perguntar e disseram que disseram que era a porta da casa do Mandela. Fiquei logo com as antenas no ar. Fiz a piadola que o Mandela tinha morrido. Depois veio um telex a dizer que o presidente da África do Sul ia falar à nação. Começou uma espiral de loucura. Diretos com os

correspondentes, com o António Mateus, o especialista do Nelson Mandela... a experiência fez com que soubéssemos logo o que podia acontecer ali. Uma vez, um jornal da Informação, quando amarrou o avião no Rio Hodson, nós tínhamos um alinhamento de duas horas, faltavam cinco ou dez minutos quando aquilo acontece, e o alinhamento morreu.

**SS:** Como com o Manoel de Oliveira...

**JV:** Se algo acontece antes do Telejornal, tens tempo de arranjar qualquer coisa, mas se acontece durante, exige que tu ponhas a máquina a funcionar rapidamente.

**SS:** Crê que o vosso trabalho não é reconhecido?

**JV:** Não.

**SS:** O José tem carteira profissional?

**JV:** Sim, porque vem do tempo em que era assistente. Mas isso não faz diferença. Por isso é que a RTP incorre numa falsidade. A propósito de um livro editado por um jornalista sobre o cercado de José Sócrates. Ele conta as horas e assim. Aquela entrevista que ele cita do José Rodrigues com o Sócrates, eu era o realizador. E muito antes dessa entrevista, fui eu que o marquei. Fui eu que coloquei a câmara, etc. Criei aquela tensão. Porque se eu quisesse, não dava. O realizador marca o ritmo.

**SS:** E na questão da violência?

**JV:** Nós, realizadores da RTP, não ajudamos a meter lenha na fogueira. Mas não branqueamos. Mostrei eles a partirem montras, queimarem caixotes. Eu não omitia coisas. Mas olha: eu nunca faria aquilo que faz a TVI, que é mostrar corpos carbonizados numa varanda, como eles fizeram. São imagens gratuitas. Por exemplo, às vezes os nossos correspondentes estão fora em situações extremas e já me aconteceu avisar o coordenador a dizer que a peça X não podia entrar. Não acrescenta nada. Nós aqui, os realizadores, são funcionários da empresa. E isso marca muito. Vestimos esta camisola. O peso da responsabilidade. Não encaramos isto como algo de ir ali ganhar cinco horitas.

**Lavínia Leal (E23)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva da RTP?

**LL:** Eu acho que a violência faz parte da informação e temos que falar dela. A forma como é tratada, sim é a diferença. Isso faz a diferença entre tabloides... olha por exemplo a TVI e a RTP. Agora não estou a dizer, por exemplo, um homem mata a mulher e os filhos. A TVI provavelmente abrirá a dizer “homem mata mulher” e, se calhar, nós temos que fazer de outra forma. E chama-lhe crime passionai, crime de faca e alquidar e nós temos que dar um tratamento enquadrado, falando de desequilíbrios... Se aquilo está a aumentar ou não está a aumentar, dizer o que é que está a provocar este tipo de coisas. Mas não podemos ignorar! Há pessoas que dizem que os crimes de faca e alquidar não podem entrar a informação, mas eu acho mesmo que têm mesmo que entrar na informação. É a realidade. Senão não somos jornalistas.

**SS:** Consideras que a importância ou o cuidado deste reside na forma e não tanto no conteúdo?

**LL:** Sim, principalmente na forma. O conteúdo é dado, mas o cuidado passa pela forma como é trabalhado.

**SS:** Há pouco falavas na diferença entre a TVI e a RTP. Consideras que o jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um jornalista de um canal privado?

**LL:** Não. Eu acho que os jornalistas têm todos a mesma missão. Há é linhas editoriais diferentes. A missão do jornalista é informar, não é desinformar. E às vezes o que acontece é que quando se puxa mais para um lado do que para o outro, está-se a desinformar. Está-se a dar a ideia, por exemplo, que todos os imigrantes são assassinos ou são delinquentes. Só para te dar um exemplo, no sábado a minha colega Carla Diogo foi fazer a reportagem sobre a explosão de carros que houve ali na artilharia e depois ela dizia “épá falei com uma senhora e a senhora dizia que ouviu falar brasileiro antes dos alegados autores fugirem, ela ouviu falar brasileiro”. E ela perguntou “ponho isso ou não ponho?” e eu disse “não, não pões, com isso já estás a apontar para um estereótipo”. Depois toda a gente vai dizer “lá estão cá os imigrantes outra vez”. É nesse tipo de coisas que temos de ter cuidado. Agora, se houver vários crimes seguidos em que situações em que há sempre alguém a falar brasileiro, se calhar não somos nós que temos de o dizer, mas temos de arranjar forma das autoridades dizerem que este tipo de crimes está a começar a ser associado a este tipo de pessoas. Ou seria o ideal falares com alguém, com um brasileiro qualquer, representativo de uma comunidade a dizer que infelizmente há estas pessoas que estragam a nossa imagem, mas nós estamos perfeitamente integrados. Porque se não corre-se o risco, que está a acontecer muito hoje em dia, por exemplo em relação aos refugiados. “Nós chegamos cá já temos tão pouco trabalho e não sei o quê...” Quando na realidade os imigrantes e os refugiados contribuem muito mais para a segurança social do que o peso que têm na segurança social. Nós estamos a ganhar com eles cá.

**SS:** Que critérios é que tens em conta quando está a fazer o tratamento de informação que envolva violência?

**LL:** Eu uma vez fiz um caso horrível. Foi um miúdo de Odivelas que foi assassinado por dois colegas. Aquilo foi macabro. Queimaram-no vivo e foi horrível! Desfiguraram-lhe a cara... Aquilo foi muito mau. E eu lembro-me que depois de ter feito a reportagem eu achei que devia referir alguns detalhes, porque faziam parte do relatório da polícia. Achei que devia referir porque aquilo tinha contornos invulgares. Não era uma coisa normal, não era chegar ali e deram-lhe um tiro. Não, eles torturaram o miúdo até o matarem. Deram-lhe com coisas na cabeça e depois queimaram-no. Como se não bastasse ainda lhe deitaram fogo. Ainda hoje estou na dúvida em saber se fiz bem ou mal, porque na altura depois fui criticada, houve colegas que disseram que aquilo era macabro, que eu não tinha que ter feito essa descrição toda e eu defendi e disse que por causa dos contornos do crime, fazia todo o sentido referir esses detalhes. Hoje já não tenho assim tanta certeza, se calhar podia ter referido um ou outro, mas não todos. Depois de eu ver essa estória, eu acho que o bom senso é que tem de prevalecer. Tem que olhar e pensar e agora analisando essa estória, se calhar bastava ter dito que ele foi torturado, em vez de dizer que o queimaram. Se calhar diziam que foi torturado com fogo, não sei. Às vezes é a linguagem, agora nós não podemos deixar de dizer as coisas. Não podemos mesmo. Não sou a favor do Correio da Manhã, mas sou a favor das notícias que o Correio da Manhã traz. E isto é completamente contra prudente. O conteúdo também é importante, porque tu não podes dar coisas isoladas. Tu não podes em vez de referir só os detalhes todos, que isso é conteúdo, podes acrescentar no conteúdo que é um caso único em Portugal ou naquela zona aconteceram mais não sei quantos.

**SS:** A importância do tratamento do conteúdo também passa por evitar algum tipo de vocabulário?

**LL:** Por exemplo, em relação aos chamados crimes passionais... Crime passionai é coisa que nunca se deve dizer, porque o amor não provoca mortes. Aquilo é um crime, ponto. Isso é uma coisa que se usava muito, há muito tempo.

**SS:** O bom senso e a sensibilidade dos jornalistas são no fundo os critérios?

**LL:** É super importante. O bom senso é fundamental, então em televisão em que tu tens de seleccionar os vivos e tens que escolher aquilo que vais dizer e provavelmente aquilo que vai... Cada pessoa vai ter uma interpretação diferente da mesma estória, por isso tu tens mesmo de ter muito bom senso quando escolhes, porque pode estar a entalar pessoas. O bom senso é mesmo. Tens de saber contar a estória, ser verdadeira e ter muito bom senso na escolha das coisas.

**SS:** Era importante a existência de critérios para transparecer o vosso trabalho neste aspeto e para vos ajudar a orientar neste tratamento noticioso?

**LL:** Os critérios são o código deontológico.

**SS:** Mas na própria estação...

**LL:** Ah, um livro de estilo? O que fazer perante determinadas situações? Eu não acho, porque cada caso é um caso. Acho que há um código deontológico, tem que haver um livro de estilo, sim, mas...

**SS:** O vosso ainda está em vigor?

**LL:** Não, há ali muita coisa que já não se faz.

**SS:** Mas consideras que seja importante por marcar, por exemplo, a identidade da linha editorial da estação?

**LL:** Isso é, mas em relação à violência, as coisas têm que se tratadas caso a caso.

**SS:** A esse respeito, queria perguntar se te revês nas decisões tomadas pela anterior Direção de Informação e Conselho de Redação sobre as imagens do ISIS?

**LL:** Eu acho que não era necessário um comunicado destes, porque isso tem a ver com o tal bom senso. Não pões ninguém numa peça a cortar a cabeça a outra pessoa. Não podes pôr! Se calhar de houvesse um livro de estilo a funcionar não estaria lá claramente “não pôr pessoas a cortar cabeças umas às outras”, mas se calhar não colocar imagens gratuitas de violência. E isto é violência gratuita, mas isso aplica-se a tudo. E este comunicado, se por um lado eu concordo, porque dar voz a coisas que... porque os jornalistas têm que ser muito objetivos, mas em relação a certas coisas não tens que ser objetiva nada. Em relação àquilo que viola os direitos humanos tens claramente a posição do lado dos direitos humanos, mas isso eu não tenho dúvidas nenhuma de que não posso estar a ser “ah não, os nazis até podiam ter alguma razão”... Não há cá isso, há uma violação dos direitos humanos e eu acho que o jornalista, tenho a certeza, neste caso tem que ser subjetivo, ponto.

**SS:** É por aqui que passa a responsabilidade social do jornalista?

**LL:** Exatamente. Agora declaração... eu acho que foi mais uma.

**SS:** Numa outra ata mencionam a necessidade de existir cuidado no tratamento de tema que envolvam violência... Isso já era tratado com especial atenção ou só depois dessa ata é que começou a ser?

**LL:** Já era tratado com especial atenção. Eu acho que já era, individualmente. Não há propriamente uma linha definida, não. Nesse sentido, se calhar devíamos ter um livro de estilo. Mas também um caso não são casos. Como se as miúdas a morrer por causa da anorexia? Se calhar não temos é que falar de dietas. Mas é importante, há coisas que não podes ignorar, não podes deixar de falar nas coisas só porque... Não podes deixar de dar a notícias que aumentaram os suicídios. Há coisas que não podes evitar, tens que dizer. E se calhar porque depois há entidades a fazerem alguma coisa, não é? Se não formos lá por o dedo na ferida, ninguém faz nada.

**SS:** Regulação da ERC? Mais ou menos passiva?

**LL:** Não estou muito a par. A ERC parece uma coisa que está ali... Olha, um lago com águas paradas, depois atiras para lá uma pedra e aquilo faz assim umas ondas e depois fica estagnado. Isso não é nada.

**SS:** De acordo com uma visão geral sobre aquilo que vês nas televisões, achas que o tratamento da violência se tem vindo a banalizar?

**LL:** Não. Depende dos canais. Na TVI é. Mas as pessoas gostam, não é banal porque chama a atenção das pessoas. Torna-se banal a partir do momento em que deixa de chamar audiência, é porque é banal,



passou a ser banal. Se as pessoas continuam a ver é porque não é banal. O que queres dizer da banalização tem a ver com qualquer coisa de violência tratam na mesma quer se justifique, quer não se justifique, certo? Mais na parte do tratamento do que na parte do efeito?

**SS:** Exatamente.

**LL:** Algumas coisas acho que não se justificavam fazer. Mas não na RTP. Por acaso na RTP acho que as opções de tratamento da violência costumam ser corretas. Talvez haja uma ou outra exceção, mas acho que costumam ser boas. Acho que as opções costumam se corretas.

**SS:** Não achas que as televisões usam a violência como uma via de sensacionalismo para atrair audiência?

**LL:** Sim, mas isso era de acordo com aquilo que falávamos há pouco. Temos de tratar os assuntos, mas depende da forma como os tratamos. Mas também existe essa mania que as pessoas gostam disso assim e eu acho que se subestima muito o público em geral. É muito subestimado. Às vezes os jornalistas acham que as pessoas são pouco inteligentes e não são. Às vezes os jornalistas acham “ah não, as pessoas gostam é disto” e não é assim. As pessoas gostam de facto de saber as coisas, porque todos nós temos uma costela voyeurista.

**SS:** Vocês têm algum papel educativo?

**LL:** Não, ninguém tem que educar ninguém, isso é presunção do jornalista. Nós temos é que fazer o nosso trabalho. Ter bom senso, seguir as regras de ética e deontologia e perceber o que é que as pessoas querem ver. Se juntarmos isto tudo não estamos a educar ninguém. As pessoas gostam de saber sobre crimes e essas coisas, mas também gostam de saber porque é que as coisas acontecem. Quando chegas a uma sala de espera de um salão de cabeleireiros ou quando chegas a um café, no dia seguinte o que as pessoas comentam são coisas concretas, não é só o macabro. Não é só o sangue que correu, acrescentam coisas. E isso é a prova, o melhor laboratório é o café no dia a seguir ao noticiário, é ver o que interessa às pessoas. As pessoas falam dos crimes, das cabeças do ISIS, falam disso, mas depois juntam outras coisas. Isso é só como se fosse a ponta do iceberg, todo o resto as pessoas fala também. E só podem falar porque alguém lhes deu o resto da informação, senão não fariam.

## **Luís Filipe Fonseca (E24)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva?

**LFF:** Varia muito de história para história. Depende muito de órgão para órgão. Há uns que fazem muita seleção e outros não. Não tenho qualquer verdade absoluta e é difícil definir o que se deve ou não mostrar. Por exemplo, não mostramos suicídios.

**SS:** É uma questão particular da RTP?

**LFF:** Por princípio, não se mostra. Fala-se nisso, mas não é de interesse público. Há uns anos, a Cândida Branca Flor cometeu suicídio e houve aqui essa questão, sobre como deveríamos tratar isso. Foi falado, mas é uma figura pública. Tratou-se enquadrando o problema e não banalizando. Se for noticiado sem cuidado, pode entrar na esfera privada. A questão do Estado Islâmico é interessante.

**SS:** Revês-te na decisão da anterior Direção, em não mostrar imagens do ISIS?

**LFF:** Sim, sim. Eu ia falar disso. O grande problema é saber o que é ou não propaganda. Óbvio que ninguém vai mostrar uma decapitação. É uma fronteira óbvia. Não devemos censurar que houve uma decapitação, mas calma. Nunca se deixa de noticiar, mas não se mostra as imagens. Se quisermos mostrar crueldade de um regime, por exemplo, e tivermos imagens disso, passamos imagens que em outras circunstâncias não passariam. Não há uma análise absoluta. A violência tem de ser revista no seu contexto. Lembro-me da Chechénia, que foi propaganda e contrapropaganda toda ela. Houve um ataque aos chechenos, atribuído aos russos e depois houve imagens alegadamente dos chechenos a torturarem os russos. Mas eram umas imagens explícitas. Soldados degolados. Ninguém passou aquilo. Primeiro por culpa da dúvida quanto à veracidade das imagens e depois por culpa da violência. Quanto muito pode-se falar, mas ninguém passa imagens com aquele calibre. O não dar a notícia, temos de ter algum cuidado. Temos de a certificar.

**SS:** Isso implica, nos dias de hoje, uma maior atenção da vossa parte?

**LFF:** Hoje é uma crueldade, para os jornalistas, porque com as redes sociais e a quantidade de coisas que estão no Youtube é muito difícil. Os jornalistas não se podem demitir do seu trabalho. Os valores notícia devem imperar, mas às vezes é complicado, pois está a passar em outros canais. É uma pressão, essa concorrência. Isso acontece, mas arrisco mais na certificação dos factos. Por vezes, as notícias tornam-se virais. Os órgãos demitem-se de certificar as notícias, porque elas já estão em outros sítios. Isso teve um caso muito conhecido. Não tem a ver com a violência, mas com aquele senhor que foi ao Expresso da Meia-Noite. Ele já tinha sido credibilizado por outros órgãos e etc., e a dada altura, alguém facilita um pouco mais. Corremos esse risco e há o erro que se comete. É um dos desafios de hoje em dia.

**SS:** Tem-se banalizado a violência?

**LFF:** Desde que entrei que se fala nisso. Tenho grande dificuldade em discutir esse tema. A concorrência abre esse fator. Mas há quem viva disso e explore mais isso. Mas o que tem de prevalecer é o valor notícia. As coisas não podem interessar só porque é violento. Lembro-me de uma questão que aconteceu

numa estação de televisão, sem defesa possível: foram passadas umas imagens da América do Sul, salvo erro da Colômbia, de uma pessoa cujo carro se incendiou no trânsito. Havia imagens do condutor, em chamas. Alguém tentou ajudar, mas a pessoa desistiu e afastou-se. Aquilo passou apenas por ser uma pessoa a arder. É o limite de tudo. Agora, violência doméstica, guerra... não podemos apagar as notícias do mapa.

**SS:** O que deve imperar?

**LFF:** As regras do jornalismo. Em consciência. Bom senso e perceber o que tem ou não valor. Há imagens gratuitas. Mostrar um morto porque sim... É mais fácil de analisar, mas, por outro lado, é impossível haver aqui uma regra. Eu não sou nada... quer dizer, depende do horário das notícias, mas há coisas que são tão importantes que devemos mostrar. A violência passa muito pela sensibilidade. Há coisas chocantes que mostram a realidade e sem exploração. Houve imagens dos bombeiros, eu nem queria fazer essa peça, dos bombeiros que morreram nos incêndios no ano passado. As imagens eram muito duras. Tentámos mostrar aquilo sem explorar, mas quisemos mostrar a aflição daquelas pessoas que ali lutavam. Se tirássemos isso, ficávamos sem qualquer conteúdo. Foi uma questão discutida depois. Não podemos contar realidade cor-de-rosa. Temos de ter consciência.

**SS:** Colocas-te no papel de espectador?

**LFF:** Claramente, são pessoas que ali estão. Temos a consciência de que estão pessoas a ver. O que se tenta é não mostrar crueldade. É tentar não entrar no campo da exploração.

**SS:** Qual a tua perceção sobre o trabalho da ERC?

**LFF:** Acho que não existe. Poderes exercidos de vez em quando e são utilizados. Não há regulação. Se formos a ver o código deontológico e quais os órgãos que o seguem, há uma autorregulação e outra feita pelo público. E eu acho isso bom, porque podia cair-se no campo da censura. Não acho que haja regulação. Os poderes, às vezes, mexem-se, mas normalmente não acho que esteja presente.

**SS:** Cada empresa se regula?

**LFF:** Sim, há critérios editoriais. Houve algumas televisões com umas tentativas de aproximação. No caso dos incêndios até houve uma convergência, pois houve uma escalada na espetacularidade. Houve um consenso. Houve uma escalada brutal disso numa altura, com jornalistas a fugirem do fogo. Tentou-se parar isso. E conseguiu-se. Mas, de resto, cada um regula-se por si.

**SS:** Crês que a RTP está bem nesse campo?

**LFF:** Há defeitos, como em todo o lado, mas creio que há bom senso. Conversamos sem problemas. Toda a gente falha. Aqui há uma particular sensibilidade. A maior parte da redação é experiente. No direto estamos mais próximos do erro. Quanto mais experiência temos, mais perto estamos de não errar. Se começarmos a autocensurar muito, perdemos o valor notícia.

**SS:** A RTP tem um papel diferente em relação aos privados?

**LFF:** A missão é igual. Acho que temos alguma consciência. Até porque somos o serviço público. Mas como isto é fluido e os limites não são estaques, creio que a missão é a mesma. Depende da linha editorial. Na recolha, nem sempre, mas sim no que vai para o ar. Já vi falhas graves, aqui. Mas todos nós falhamos. Vou dar um exemplo de algo que nunca faria e que fiz e ficou bem feito, digo eu. Uma vez fiz uma reportagem sobre uma antiga glória do futebol. O filho pródigo foi morto numa rixa de trânsito e aquilo foi uma desgraça. A família convidou-me para fazer uma coisa que eu, à partida, nunca faria, que era filmar num cemitério, numa visita deles, que era uma rotina. O caso ainda estava a ser julgado e eles queriam mostrar isso. A reportagem, de certa maneira, ficaria incompleta sem isso. Eu nunca iria propor invadir um momento tão privado como esse. As pessoas precisam disso, de exorcizar a sua dor. Mostrámos o peso que aquilo tinha para as pessoas. Um momento, para mim, incómodo, pois era privado. Aquelas imagens bem-feitas e sem explorar a dor e aquilo dependeu do que captámos. Não esconder a dor. Uma pessoa a chorar, depende, se estivermos lá três segundos, era sem problemas. Era uma reportagem sobre o Nelinho. Teve várias amarguras na vida. Antigo jogador do Benfica. Ele teve um momento intenso, quando voltou ao estádio, em que colocaram o hino do Benfica e ele chorou. Essa lágrima podíamos colocar dez segundos a escorrer. No cemitério, se calhar já não, pois isso já seria explorar o sofrimento. Vai um pouco pela sensibilidade. Fizemos bem, mas eu, à partida, não faria aquilo.

**Luís Vilar (E25)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva da RTP?

**LV:** Há duas proximidades diferentes. Quando tu estás longe, ou seja as imagens que tu recebes e que tu tratas aqui cai-se um pouco nessa “banalização” de que há pouco estávamos a falar. É verdade que tu estando longe e depois também conforme a sensibilidade de cada um. Mas a proximidade de tu estares o local dá-te uma perceção diferente, porque sentes as coisas de forma diferente. Tocas, cheiras, principalmente. Aqui não. Estando à distância dos envios internacionais, indignas-te com as imagens, mas essa indignação acaba quando passas para outra notícia. Então se for desporto ou outra notícia as pessoas esquecem-se rapidamente.

**SS:** Que critérios tens em conta na hora de trabalhar e editar as imagens violentas?

**LV:** Partindo do princípio que a maior parte dos jornais e pelo menos os principais vão à hora do almoço, pessoalmente não acho que seja benéfico, nem necessário transmitir essas imagens que sejam demasiado gráficas. Para já, é uma hora muito sensível para a maior parte das pessoas, e depois porque acho que não há necessidade. As pessoas hoje em dia, não só por causa dos filmes, mas porque veem noutros meios de comunicação social ou nas redes sociais... Acho que não tens a necessidade de mostrar ou de ser mais credível numa informação se mostrares uma mão decepada, se vires alguém a mostrar a cabeça, percebes? Não me parece que acrescente.

**SS:** Não precisam de ser evidentes para que as pessoas possam perceber a estória?

**LV:** Acho que não precisas de mostrar tudo.

**SS:** Recordaste de algum momento no teu trabalho em que tenhas censurado imagens por achares demasiado chocante?

**LV:** Sim. Olha no final do conflito nos Balcãs em que se cortavam gargantas e pulsos e havia alguns envios internacionais em que vias isso. Acho que é gratuito. É como esta questão agora do ISIS. Acho que as pessoas sem cabeça ou sem pulso, já é informativo o suficiente para tu perceberes a gravidade das coisas. Acho que não precisas de ver o ato em si. Aliás, como eu achei, por exemplo quando houve o assalto ao Charlie Hebdo em que o polícia levou o tiro na cabeça, eu não acho... Não é que eu não seja sensível. Mas eu acho que é gratuito estar a ver alguém a ser executado em direto. Não me parece que acrescente muito mais. Aliás eu acho que a maior parte, pelo menos os estrangeiros censuraram essa parte. Tens de facto a intenção, tu vês ele a pôr a arma, mas não vês ele a puxar o gatilho. Acho que por respeito à família e à própria dignidade humana, porque eu acho que esse também é o limite que temos de ter à censura que fazemos dos outros que cometem esses atos. Acho que é mesmo esse o ponto que difere.

**SS:** É importante ter em conta a sensibilidade de quem vai ver?

**LV:** Sim, claro. Mas lá está... Eu não sou de censurar, mas acho que tem que se balizar ou pelo menos tem que haver um bom senso em algumas coisas. Eu não defendo proibir...

**SS:** Mas achas que tem de haver um limite?

**LV:** Não tem que haver um limite. Tu podes transmitir da mesma forma a mensagem... E eu acho que isso foi um pouco a evolução que a humanidade tem tido. Mesmo na própria guerra deixou de se usar armas químicas, há uma série de outras... Embora uma guerra seja algo muito complicado e é um ponto muito extremo em que de facto não se sabe pensar se as pessoas vivem ou se morrem, mas mesmo a morte ou a forma como executas a morte há ali um limite na forma como o fazes. Nós é verdade que ao longo dos anos, se pensares há quinhentos anos se desses um tiro ou uma machadada numa pessoa era uma coisa normal e as pessoas aceitariam é verdade... Mas hoje em dia não! Hoje em dia as pessoas já estão sensibilizadas o suficiente. Já ouviram, já leram... Não precisam de ver evidentemente, na minha opinião.

**SS:** Que cuidados é que tu tens no tratamento deste tipo de informação?

**LV:** Em *hard news*... Não é seres o mais básico, mas é seres o mais direto possível, na forma como tu mostras a imagem. Ou seja, para que a informação seja assimilada rapidamente e sem grande floreios.

**SS:** E os planos? Há alguma preferência?

**LV:** Eu tenho uma conceção estética muito contrária ao que se faz aqui, porque acho que não há muitas vezes a perceção do que se informa mesmo. Ou seja, tu na fotografia tu consegues informar muitas coisas. É verdade que tu aqui em televisão não podes constantemente... Há um paralelismo, há uma proximidade mas não é a mesma coisa. A complementaridade que tu fazes dos vários planos servem para tu ires reforçando, ou pelo menos para ajudares a definir algumas informações. O que eu acho é que muitas vezes a maior parte das coisas não só não... Ou seja, imagina eu estava agora a fazer a greve do metro e pronto, também não sei qual era a intensão da reportagem, mas tens dois planos da greve do metro. É verdade que não te acrescenta nada veres grades e coisas fechadas, mas faz algum sentido, em vez de veres uma placa que diz greve, faz algum sentido tu veres uma porta fechada. E depois vês aqui a carris e todos os outros. Acho é que muitas vezes tu estares a gravar para um lado ou para o outro é quase a mesma coisa. Eu sou muito sensível à imagem. Foi uma área a que me dediquei muito, em perceber a dialética. Acho que isso é um “calcanhar” daqueles. Não todos, mas te garanto que grande parte... Também se calhar pela quantidade e volume de trabalho e pelo pouco tempo que tu tens para a reportagem.

**SS:** O que é que falta? Diversidade?

**LV:** Não é diversidade. O que eu acho é que tu não tens um olhar muitas vezes jornalisticamente... Fora um pouco daquilo que é a perspetiva artística. Muitas vezes eu acho piada àquilo que tu suprimes e não àquilo que tu mostras. Mas na informação não, é precisamente o contrário. Tu tens que condensar no enquadramento que tu fazes ou a intencionalidade que tu tens de informar. Nesta área aqui, na informação. Acho que cada plano que mostres tem que ter uma intencionalidade.

**SS:** Não deve estar ali por acaso, é isso?

**LV:** É verdade que a maior parte das vezes, por exemplo, aqui com estas imagens que tínhamos aqui do autocarro tu tens pessoas paradas, pessoas a andar, pessoas na fila, planos abertos, planos fechados... É verdade que não te exige grande capacidade artística, porque também não há muito para mostrar, é aquilo. O que eu acho é que podes ter um olhar diferente. E vez de estares de lado ou de frente para as pessoas, podes ter um olhar mais próximo. Eu acho que é isso que, em alguns canais e até mesmo nossos, mas principalmente alguns canais estrangeiros, a maior parte dos planos não são feitos com *zoom*. És tu que lá estás ao lado das pessoas e esse tamanho, o tamanho que te aparece do ecrã, aproxima o telespectador da notícia. É verdade que há situações em que não podes lá estar, mas a maior parte das vezes tu podes estar mais próximo das pessoas e eu não acho isso na maior parte das vezes. Acho que estás numa perspetiva voyeurista, não estás numa perspetiva participativa ou estando lá mesmo...

**SS:** Eu falava nos planos, porque por exemplo, como tu dizias, os planos aproximados aproximam-te mais daquilo que está a acontecer, mas no caso da violência isso tem uma particularidade diferente.

**LV:** Eu prefiro sempre planos muito mais próximos. Eu normalmente uso planos abertos quando preciso ou de englobar uma série de informações que eu já fui dando noutros planos ou na perspetiva de direcionares ou localizares o telespectador na reportagem ou no sítio onde tu estejas a mostrar. Mas por norma prefiro sempre usar planos o mais próximos possível.

**SS:** Quando aparecem corpos destroçados pelo chão ou mortes... Como fazes? Tentas ser menos evidente usando planos mais abertos?

**LV:** Sim, que não sejam demasiado evidentes. Eu não sou uma pessoa demasiado evidente. E eu sei que se calhar é um erro, porque em *hard news* tens de ser assim.

**SS:** Pensas na suscetibilidade do telespectador que vai ver lá em casa este tipo de informação?

**LV:** Penso.

**SS:** Já estiveste em algum ambiente de guerra, por exemplo, mesmo para depois fazer o trabalho de edição de imagem?

**LV:** Guerra, guerra não estive, mas estive em Timor. Foi um ambiente muito tenso no fim. Eu não posso dizer que estive alguma vez em perigo. É verdade que tu tens um problema quando estás no terreno. Da mesma forma que tens uma sensibilidade maior a informar e a mostrares as coisas, tens muitas vezes um problema que é: perdes a noção do perigo. Porque tu estás tão próximo, não é que seja banalizado, mas...

**SS:** Relativizas mais?

**LV:** Não relativizas, mas aquela tua ansia... Eu por acaso só montava, mas eu tenho fotografias fantásticas de algumas manifestações que havia das melícias. Houve um cortejo que eu fui no meio deles. E a ansiedade que tu tens ou vontade que tu tens de mostrares e de estares no acontecimento é tão grande que tu perdes um bocado a noção do perigo e só depois quando ao fim do dia ou no dia seguinte, com alguma distância é que tu percebes: “Estive ao lado daqueles tipos, se aqueles tipos em algum momento se chateiam, acabou-se a reportagem”. Isso não significa que deixes de ser mais sensível. Aquela tua

ansiedade de informar e de mostrar as coisas faz-te eliminar essa noção do perigo algumas coisas. Contra mim falo, porque quando fui para Timor estava aqui há, provavelmente, ia fazer dois anos. Eu fui militar e tinha essa perceção do descontrolo que há em conflitos, principalmente nestes em que tu... a maior parte das pessoas não percebiam porque é que queriam ser integracionistas ou porque é que queriam ser independentes. A maior parte das pessoas andavam drogadas e pronto. Quer dizer uma pessoa com quem tu estavas e falavas, no outro dia, poderias já não estar. Como da mesma forma que a pessoas com quem falavas, podiam estar do outro lado e já ser um inimigo para ti, alguém com quem tu tinhas estado a falar e no dia seguinte tu vais fazer uma volta qualquer e te controla.

**SS:** É difícil fazer o tratamento da informação violenta pelo tema em si ser subjetivo e por não haver critérios definidos, uma linha orientadora?

**LV:** Pois, não... Houve provavelmente há dez anos ou há mais uma intenção de haver um livro de estilo. Eu acho que nunca foi revogado, nunca foi totalmente aceite, mas eu acho que ainda se mantém. Não há de facto um livro de estilo, não há algo que te diga que na empresa determinados assuntos são tratados de determinada forma. O que é que há? É o bom senso da equipa que está no terreno.

**SS:** Achas que o facto de não haver limita a transparência do vosso trabalho?

**LV:** Aqui há sempre aquela sensação de que (principalmente em Portugal e os latinos, eu acho) sempre que tu tentas homogeneizar ou pelo menos balizar de determinada forma, se entra no campo da censura ou da obrigatoriedade e te retira algum espaço como jornalista na tua decisão. Eu não vejo assim. Acho é que tem de haver bom senso acima de tudo e eu acho que sensibilizar as pessoas, se as pessoas perceberem que consegues informar sem mostrar, sem ser muito gráfico ou ser demasiado evidente, acho que sim... Mas pronto, eu acho que haverá sempre alguém que passará os limites e outros que não passarão. E eu acho que esses equilíbrios é que nos vão dando algumas balizas para outras coisas.

**SS:** Revês-te na decisão do Concelho de Redação e da anterior Direção de Informação sobre o cuidado a ter com o tratamento de casos de violência e, conseqüentemente, na proibição da exibição das imagens do ISIS?

**LV:** Sim, revejo-me. Revejo-me no cuidado, não me revejo na proibição de tu teres essa liberdade, que eu acho que foi isso que aconteceu.

**SS:** Então porquê?

**LV:** Porque eu acho que se proibiu o uso de imagens, não acho que tenhas de proibir, até porque é em paralelo... Executou-se um polícia em direto e não me pareceu que houvesse problemas nisso.

**SS:** Foi contraditório de certa forma?

**LV:** Foi, porque eu não percebo porque é que tu proibes a decapitação – eu nunca poria uma decapitação, eu, mas lá está é com cada um. Eu acho que não é preciso dizer a um jornalista que não podes pôr determinada imagem, eu acho que há sensibilidade suficiente para perceber nas pessoas, que não vais pôr aquela imagem. Principalmente quando eu depois vejo imagens – e vi uma peça em que o polícia é



executado em direto e é legendado – quer dizer acho que mais evidente do que isto não existe. Já depois dessas proibições de decapitações do ISIS. E não vi ninguém da direção dizer alguma coisa sobre isso. Portanto... Mas acho que sim, tem de se apelar ao bom senso. Não proibir, mas eu acho que tem de haver o apelo ao bom senso.

**SS:** Numa tentativa de não se criarem esses contraditórios...

**LV:** Claro!

**SS:** Consideras que a ERC está a atuar de forma mais ou menos correta sobre estes casos, tendo em conta o espetro das estações de sinal aberto?

**LV:** Eu sou sincero eu acho que a televisão já passou por um período muito negro em relação aos conteúdos e na forma como se mostram as coisas. Mas é assim... eu só vejo duas coisas em direto na televisão: vejo desporto e vejo notícias. O resto que eu consumo são coisas que eu decido e que escolho e que... Eu não tenho nenhuma conceção elitista sobre a informação, mas acho que aquilo que nós mostramos, condiciona aquilo que as pessoas veem. É verdade que a maior parte das pessoas são mais sensíveis a um tipo de notícias do que outros. Sejam com conteúdo mais refinados e que te obriguem a pensar mais do que outros. E eu acho que a regulação da ERC... Parece-me que eles têm feito um bom papel. Ou seja, eu acho que intervêm quando as coisas são demasiados evidentes e quando as coisas são demasiado chocantes e não intervêm nas outras. Eu não defendo que se proíba coisa nenhuma, não acho que se tenha que proibir nada. Acho e que se tem que mostrar e fazer perceber as pessoas que há outras formas de mostrar as coisas, porque eu acho que nunca se resolveu nada através da proibição. Por isso, eu acho que eles intervêm quando têm que intervir, mas lá está eu também não acompanho muito, mas aquilo que eu tenho acompanhado...

**SS:** Há alguma experiência que tenha sido mais marcante e que ajude a ilustrar melhor o que aqui falamos?

**LV:** A única experiência que tive no estrangeiro e em que não trabalhei para aqui. Foi uma participação que fizemos com a Eurovisão – que às vezes fazíamos, mas agora já não fazemos – nos Jogos Olímpicos, em Sidney. Foi uma experiência engraçada porque trabalhei com outros jornalistas e eu acho que muitas vezes nós... Não há uma identidade do jornalismo em Portugal em termos televisivos. Se calhar geograficamente porque nós estamos de costas para a Europa e estamos virados para os Estados Unidos e Brasil, para a América principalmente, e esquecemo-nos de que estamos na Europa. Depois eu acho piada que muitas vezes assumimos a BBC como um padrão de qualidade jornalística, a todos os níveis, não só na captação de imagem, na edição, mas como na própria construção do texto, mas depois aquilo que montamos ou aquilo que gostamos de mostrar é um género informativo americano. É verdade que depois também tens a Sky News e etc., mas não me parece...

**SS:** Achas que queremos seguir, mas depois distanciamo-nos disso?

**LV:** Não, acho que não. Acho que depois não segues nem a escola francesa, não segues aquele padrão informativo (uma coisa muito concisa e muito certinha), que a BBC tem e, curiosamente, embora seja

anglo-saxónica, não tem nada a ver com o padrão de comunicação anglo-saxónico; muito menos alemão. Se vires os canais e principalmente Norte Americanos as imagens e toda informação é dada com uma rapidez muito grande, tirando algumas exceções. Nas próprias edições a informação é muito rápida, os planos são muito concisos. Eu não sei se os americanos conseguem assimilar tanta informação em tão pouco tempo, que eu duvido, mas parece-me que é um bocado esta estratégia de dizeres que informas, mas depois não estás muito interessado em informar. Estás interessado em entreter as pessoas na generalidade.

**SS:** Achas que a informação hoje é muito assim?

**LV:** Acho. Eu estou à vontade porque eu não sou jornalista, embora eu ache que todos temos o quê de jornalista. Mas acho que todos nós temos um bocadinho de jornalista, porque todos nós ouvimos uma história e a seguir contamos a outro e contamos mais um ponto. Normalmente é assim. E acho que não se percebe muitas vezes aquilo que tu queres. Muitas vezes pedem-me, nas peças grandes, música e frequentemente eu pergunto porquê e as pessoas não sabem dizer porquê. Porque pronto é uma forma de aquilo se poder consumir. A maior parte das vezes o que me chateia, e às vezes com pessoas com muito mais experiência do que eu, é isso mesmo. As pessoas pedem porque ouvem música ou porque querem uma coisa mais rápida.

**SS:** Há pouco falavas disso em relação aos planos, que deviam ter um motivo para estar ali.

**LV:** Na informação... Muitas vezes podes não ter que contar. Acho que a grande vantagem da televisão é essa mesma.

**SS:** As imagens poderem contar...

**LV:** Exatamente.

**SS:** Achas que por vezes se escolhem as coisas sem motivo concreto?

**LV:** Nem todos...

**SS:** Falta um olhar crítico?

**LV:** Não sei se é um olhar crítico. Por exemplo, esta última equipa de estagiários ou até mesmo a outra, porque a formação também é diferente. É verdade que quando eu entrei havia poucos jornalistas com formação superior ou pelo menos licenciados em comunicação social. Muita gente vinha do Cenjor, outras pessoas estavam licenciadas noutra área mas depois também tinham feito o curso de jornalismo. Havia uns cursos de formação quando tu entravas para perceberes todo o funcionamento da televisão, desde que saias em reportagem até chegares. E mais... havia uma leitura daquilo que tu vês na televisão ou que tu vias no enquadramento. Acho que estas duas últimas gerações vêm muito mais bem informados, para já porque já sabem montar, têm uma dinâmica e um perceção diferente. Estão muito mais abertos a sugestões de outras áreas, porque as conhecem. É o que eu acho.

**SS:** Há falta de formação?

**LV:** Acho que falta poder de encaixe. Durante muitos anos criou-se aqui a ideia de que, pessoalmente, não tenho razão de queixa, mas quando entrei eu devo ter no final de umas lutas que havia, porque os editores não se davam com os jornalistas, os operadores de camara tinham que se dar com os jornalistas porque iam em reportagem.

**SS:** Não havia um bom trabalho de equipa?

**LV:** Não havia um trabalho de equipa, nem havia tão pouco um convívio. Acho que hoje em dia... Eu quando entrei é o que eu te digo, não tenho razão de queixa, aliás dou-me bem com muitas pessoas ali na redação. Acho que se confundia e ainda se confunde com algumas pessoas a amizade profissional com a amizade pessoal. E aqui se não és amigo... acho que às vezes era um bocado confuso, hoje em dia acho que já não. Continuo a achar é que há pessoas ali em baixo que continuam a cometer os mesmos erros que cometiam há dez ou quinze anos quando entraram.

**SS:** Falta abertura?

**LV:** Não sei se falta abertura. Eu acho que aí é mais do que abertura, isto é mesmo de cada um. Eu acho que as pessoas não tem que nascer ensinadas. Eu não nasci ensinado, mas quer dizer, se me trouxeres uma coisa nova para eu aprender eu acho que tenho de ficar contente, independentemente de seres mais nova ou mais velha. Acho que somos isso mesmo, até morrermos temos de estar sempre a aprender e nem sempre isso acontece aqui.

**Margarida Neves de Sousa (E26)**

**SS:** Qual é que é a tua perceção sobre o tratamento de casos de violência em geral na informação televisiva?

**MNS:** Isto nem sempre é fácil, tu chegas a um local de extrema violência, seja um acidente na estrada, seja por exemplo a explosão que houve em Setúbal que era... as imagens eram uma violência enorme, porque via-se tudo destruído, havia pessoas feridas. Tu tens de pensar muito bem o que é que podes fazer. Quando estás lá e vais para direto, nem tens muito tempo para pensar. Não tens tempo nenhum porque aliás tu estás a descrever aquilo que vês e o teu repórter de imagem está em direto e não temos hipótese de filtrar nada porque não há nenhuma máscara que tu possas pôr. Aquilo que nós fazemos e que seguimos é em direto ninguém faz planos apertados porque isso é uma das formas de não exibir ao pormenor, e nem é não exibir. É nós não sabemos que tipo de pormenor e de que forma é que isso pode indiciar às pessoas. Por exemplo, as vítimas, eu lembro-me de um acidente, aqui há uns anos, para aí há uns dez anos ou mais se calhar, houve um carro com quatro jovens que tava a tentar fazer uma corrida com um comboio e chega ali a Alcântara e atravessa-se porque achava que conseguia vir a acelerar e passar à frente do comboio. O carro foi apanhado pelo comboio e os quatro jovens morreram. E não morreram imediatamente, morreram ao longo de várias horas a tentarem ser desencarcerados e eu lembro-me de uma jornalista aqui da RTP na peça do Jornal da Tarde e do Telejornal ter posto um plano apertado de um relógio de uma mão, que ainda se notava a mão a mexer. E eu lembro-me que aquilo chocou-nos a todos porque nós dissemos “eu não sei quem é, mas o pai de certeza que sabe, a mãe sabe quem é, os irmãos sabem quem é”. E eu lembro-me que nós depois falamos muito sobre isso e debatemos muito isso porque é só com casos concretos que tu também vais aprendendo.

**SS:** Achas que a experiencia é muito importante nesse aspeto?

**MNS:** É, é, obviamente que é. Nós às vezes vamos para sítios... Eu a Rita Ramos fomos uma vez para um acidente de carro, em que as vítimas tinham ficado presas dentro do carro e portanto o carro tinha-se incendiado. Aquilo era um cheiro absolutamente horrível, as imagens eram horríveis. Aquilo que na altura combinei com o repórter de imagem, que estava a trabalhar comigo, e ela com o repórter de imagem que estava a trabalhar com ela (as duas sem combinar uma coisa com a outra), foi “não faças imagens que possa haver tentação de usar”. Logo no momento da reportagem, tu filtras as imagens que queres captadas. E nem é tanto arquivo, aquilo é emitido para o carro dos três que chega aqui, alguém monta a correr, dá um *in and out* e mete imagens não editadas no ar para termos alguma coisa e isso pode... O tempo faz tudo, agora como não há tempo, as pessoas têm de pensar muito bem. E, obviamente, aí contas muito com a sensibilidade do repórter de imagem que te acompanha, que sabe o impacto das imagens que faz. E há maneiras de contar uma história sem ter que recorrer e sem ter que exibir aquela violência. Se eu acho, por exemplo, que a violência deve ser mostrada - acho porque acho que a realidade tem de ser mostrada nós não vamos esconder a realidade e este debate, nós voltamos aqui a repetir quando foi aquele... As decapitações para nós era claro não mostrar, nem houve polémica quanto a isso. Não mostrar, não adianta nada, tu contas a tua história, a pessoa sabe que a aquela pessoa foi, mas não exhibes digamos assim aquela imagem que é um profundo choque. Esse debate voltou, se mostramos a violência

ou não mostramos a violência, voltou a acontecer quando aquele avião foi bombardeado na Rússia ou pelos russos e o DN e o Correio da Manhã puseram na capa, os destroços do avião e ainda se viam bebês e ainda se viam pedaços de corpos de pessoas. Isso estava na capa do DN e do Correio da Manhã. No Correio da Manhã as pessoas já estão há espera de tudo, mas pronto. E nós voltamos a pensar, que tipo de imagens é que eu posso meter no ar? Porque se tu avisas antes de uma reportagem, nós muitas vezes dizemos ao José Rodrigues dos Santos, ao João Adelino Faria ou à Cristina Esteves, ao António Esteves, seja quem for o pivô, “avisa que há imagens eventualmente chocantes”. Tu quando estás com uma capa de um jornal à frente, tu não, não tens tempo de avisar ninguém, aquilo está na capa. E eu lembro-me que nós fizemos muito esse debate aqui, em conversas da redação, nos almoços, nas salas de edição, em reportagem que é, até onde é que podemos ir? O limite é o bom senso e é um sentido de responsabilidade enorme perceber o impacto que a televisão tem, à hora a que os noticiários vão para o ar, seja durante a tarde, seja o Telejornal às oito da noite. Agora, se eu acho que a violência deve ser mostrada. Acho que deve ser mostrada, deve ser é contextualizada e explicada.

**SS:** Mas a questão da queda do avião que falavas, como é que trabalhaste essa informação?

**MNS:** Chegava a pedir apoio ao internacional. E numa das vezes optámos por não pôr todas as imagens que estavam disponíveis nas agências internacionais. Mais grave ainda, aquilo não é captado por um repórter de imagem. É captado por um tipo da Reuters, ou um tipo das EVN, da Eurovisão, capta a imagem para ser difundida para todo o mundo. E obviamente que ele trabalhando para agências, não filtra tanto o tipo de imagem porque não sabe que tipo de imagens é que... Aquilo estava demasiado à vista, era muito difícil tu esconderes numa imagem.

**SS:** Na edição tentaste fazer algum tipo de desfoque?

**MNS:** Não, fizemos foi uma espécie de mascarazinha e percebia-se que havia ali qualquer coisa, não se percebia era o que era. E focávamos mais, por exemplo, lembro-me que nessa, focávamos mais ursos de peluche e animais.

**SS:** Criavam simbolismos que associavam?

**MNS:** Na das máscaras, naquele atentado, por exemplo do Charlie Hebdo. Aquelas imagens em que se vê o tipo a matar o polícia no passeio fui eu que montei essa peça. Aquilo que fizemos foi, havia duas hipóteses, ou fazíamos, quando ele aponta a arma, fazíamos *fade out* a negro e *fade in* a negro e via-se o corpo já pelo chão. Ou fazia-se uma máscara, aqui a Direção de Informação optou por pôr uma máscara à volta.

**SS:** Até foi uma questão que levantou alguma polémica, porque no Jornal da Tarde passou sem máscara...

**MNS:** Porque a imagem tinha acabado de chegar. É o tempo. É o tempo, porque tu precisas de tempo para perceber o impacto de uma coisa e tu às vezes estás aqui à espera de imagem e então o Jornal da Tarde trabalha na rede, trabalha com envios de internacional muito em cima da hora. Aquilo eram dez e tal da manhã, as primeiras imagens foram relatos de rádio que começaram a chegar às onze e muito. E as

primeiras imagens chegaram, pode-se ir ver o dia, mas chegaram entre o meio-dia e meia e o um quarto para a uma.

**SS:** Sendo que tu a determinada altura, com temas demasiados violentos, já vais tentar perceber de que forma é que tu fazes as coisas, não é?

**MNS:** Quando fui agora para o caso do miúdo que tinha morrido em Salvaterra de Magos. Que o tipo disse-me: “ah, o corpo está lá em cima no prédio. Suba as escadas”. E eu disse ao vizinho: “olhe se não se importa, venha que é para eu não estar a subir”.

**SS:** E o corpo ainda lá estava?

**MNS:** Não, o corpo não estava. A PJ já tinha tirado o corpo lá para às cinco e tal da manhã, mas estava uma enorme mancha de sangue, com um cheiro... E eu fui com o Hugo Antunes, repórter de imagem e o Hugo faz, quer dizer, um *travelling* que tinha sangue desde os degraus até lá. Mas quer dizer, nós pusemos a imagem a subir pelos degraus, a virar e a ficar aqui, a mancha de sangue era aqui, vê-se a mancha de sangue ao longe mas quer dizer não avançamos até aqui. Depois reparei que fui a única que fiz isso. A Luísa Bastos disse-me ficas ali, não mostras nenhum plano apertado de sangue nem nada. Depois reparei que tanto a SIC como a TVI, está bem, a CMTV meteu em direto, meteu a imagem toda. Como meteram a imagem toda, quando eu cheguei ao bairro para falar com a mãe, a mãe tinha acabado de ver aquilo e acabou por não querer falar connosco. Porque tinha estado no local da morte do filho e foi assim que soube. E eu mandei para cá imagens por carro de exterior. As imagens são violentas e foi a Ana Santos que as meteu primeiro no ar e deu-lhe um corte e penso que também optou por não pôr logo. Mas depois quando eu cheguei cá às seis e meia da tarde para montar a peça para o jornal foi esta a indicação que me deram. Já não iria utilizar. Já só iria utilizar parte do *travelling* e portanto.

**SS:** Uma vez que nessas decisões o que impera é o bom senso do jornalista e a sensibilidade aliada à experiência, para saber como trabalhar cada caso, achas que deviam ser criadas uma espécie de recomendações ou critérios?

**MNS:** As recomendações no modo do jornalismo na RTP estão inerentes. As recomendações como a CMTV ou eventualmente uma TVI serão diferentes, ou seja, eles não terão tanto preconceito em pôr determinados...

**SS:** Achas que um jornalista de serviço público tem uma responsabilidade diferente?

**MNS:** Claro, obviamente. Eu normalmente costumo dizer que ser da RTP é ter total liberdade, mas total responsabilidade.

**SS:** Liberdade total para total responsabilidade?

**MNS:** Temos a mesma liberdade que os outros, mas temos mais responsabilidade. Temos uma responsabilidade, um papel diferente, para além de tudo, somos a referência. E como somos a referência não podemos baixar o padrão.

**SS:** Achas que a RTP ainda continua a ser a referência?

**MNS:** Sim, claro isso percebe-se. Tu olhas em alturas em que acontece alguma coisa. Num país, assim, um grande acontecimento internacional ou nacional, tu olhas para a audiência no dia seguinte e percebes que a RTP foi claramente o telejornal mais visto. Mas assim de longe porque temos mais que os outros não têm. Porque temos uma capacidade de mobilização graças aos meios que temos.

**SS:** E de saber fazer?

**MNS:** Eu acho que o saber fazer neste momento já todos sabem fazer. Isto está tudo bem montado. O facto de teres uma cobertura regional, uma melhor cobertura internacional e teres uma capacidade de resposta, que é cada um de nós sabe quando acontece um acontecimento. É importante, há determinadas coisas que deixaram de valer a pena, é aquilo que interessa.

**SS:** A consciência da notícia achas que ainda impera muito aqui?

**MNS:** Sim, sim, claramente. Claramente, e depois é tu perceberes que de facto, somos menos do que eramos aqui há uns tempos e aprendemos a desdobrar-nos. Por direto, por ir fazendo reportagens no meio dos diretos e tentando fazer tudo. E na maior parte das vezes até quando vamos para o terreno, o jornalista da RTP é o único, e grande parte das outras estações de televisão têm mais do que uma pessoa, porque vão fazer várias coisas e tu tens que ter a tua cabeça muito bem estruturada para não falhar nada. Para não falhares no direto, não falhares nenhuma informação e teres cá o material suficiente para se montar uma peça para o Telejornal, que é o top, é o teu menu do dia. Serve-se no Telejornal. O resto é aqueles petiscozinhos que nós comemos antes de começar uma refeição.

**SS:** Fazendo uma visão dos vários canais portugueses, não só a RTP, achas que no geral se tem assistido a alguma banalizada, daquilo que é a violência e vai para o ar?

**MNS:** Sabes que curiosamente eu já achei mais isso do que acho agora. Acho que agora temos um... vamos descontar a CMTV porque não amadureceu. É uma televisão muito recente. É uma televisão que era de uma herança de um jornal popular com fortes ligações; um tabloide mas atenção, um tabloide muito bem feito, porque eles de facto, eles se há coisa que eles têm, eles dão notícias e a informação que eles dão não é desmentida, coisa que acontece nos jornais ditos de referência. Estou a referir-me muito ao DN e ao Público. Há informações que eles dão que nós depois vamos tentar confirmar uma notícia. Uma notícia que vem no Correio da Manhã, quando te mandam fazer, sabes que a notícia é verdadeira. Nos outros lados pode ter sido uma fonte a tentar passar a notícia. Porque os tipos do Correio da Manhã cingem-se a determinados temas, e nesses temas são de facto muito bons. Eles têm grandes fontes na polícia, têm grandes fontes a nível de tribunais. Têm grandes fontes nos hospitais, porque eles andavam à porta e têm agora uma fonte absolutamente extraordinária nos impostos que eu não sei quem seja mas grandes planos do governo de mudar e subir impostos são eles a dizer, não é um jornal económico, por exemplo. Não é o diário económico ou o jornal de negócios, são eles curiosamente. E a informação às vezes é tipo tubo de ensaio, vamos lançar no Correio da Manhã vamos lá ver qual é o impacto que o público ou que o povo devem pensar. Eles fazem mais, aumentar um IVA ou subirmos as tabelas de retenção do IRS, para depois saberem se aquilo vai para a frente ou não. Mas sabes que aquilo que eles fizeram é aquilo que os tipos estão a pensar instalar e impor. Isso é muito importante. Banalização da

violência acho que houve há algum tempo. Houve durante algum tempo, houve principalmente no aparecimento das televisões privadas.

**SS:** Sentiste isso?

**MNS:** Como espetadora sim. Eu estava a iniciar o curso de jornalismo quando abriu a SIC em mil novecentos e noventa e um, já era jornalista na rádio, no CMR, no Correio da Manhã Rádio e depois na Rádio Comercial e isso percebia-se. E depois houve uma altura de acalmia. Depois quando a TVI começou a querer passar à frente das audiências houve uma nova. Porque se tu puxares por temas mais populares, mais popularuchos, era outro tipo de temas, obviamente que as audiências sobem. Isto é inevitável. Depois a SIC começou a ter um tratamento de referência, a TVI começou a ser encarada como uma televisão mais popular, mais sensacionalista. Depois a TVI estabilizou e a SIC estava a perder audiências, voltou a subir esse parâmetro. É um bocadinho por mudanças na estrutura da redação, ou seja, a SIC começou com um conjunto de pessoas de referência que já trabalhavam em rádios e eram uns jornalistas muito experimentados, sei lá, um José Manuel Mestre, Anabela Neve, um Pedro Coelho. A partir do momento em que estes são desviados para grande reportagem, eles recebem muitos estagiários e muita gente nova na redação. E aí notou-se claramente.

**SS:** Está aqui a experiência como fator determinante?

**MNS:** A experiência e teres alguém que te ajude às vezes a arrumar a cabeça. Eu muitas vezes faço isso com a Adília. Agora do Telejornal, que estivessem cá quando eu cheguei, há vinte anos, está cá a Adília, está a Rosário Salgueiro, está a Luísa Bastos, está o António Nabo. A Rita Ramos foi depois de mim. Que não sejam chefes, acho que é o Nabo e eu. Não estou a ver mais ninguém. E eu muitas vezes arrumo a minha cabeça com a Adília. E outra coisa, apesar de estar nisto há vinte anos, faço sempre o texto do Telejornal, passar pela Luísa Bastos, ou pela Adília ou pela Rosário, porque duas cabeças pensam melhor que uma. A maior parte das vezes não corrigem nada, outras vezes dizem “ah se calhar devia estar aqui”. É tão simples quanto isso. Não é fraqueza, nem insegurança, é uma profunda segurança que nós sabemos.

**SS:** É muito importante o trabalho em equipa?

**MNS:** O debate. E nós normalmente, aqui nesta ilha, estava eu, estava a Rita Ramos, estava a Ana Rita Freitas, estava a Ana Candeias, que depois foi para editora de sociedade da TVI. Estava a Sandra Duarte que está agora como na Procuradoria-Geral da República como assessora de imprensa da Joana Marques Vidal. Estava a Rita Marrafã de Carvalho e o Luís Fonseca. E nós todos lemos os textos uns aos outros e dizíamos “então e ele? Então e vê lá se esta frase é melhor para começar, ou se esta frase não é melhor para acabar, ou não mostravas isto e mostravas aquilo”. Esse debate é muito importante.

**SS:** Faz-te refletir...

**MNS:** É muito importante. Várias pessoas pensam melhor do que uma. E nós às vezes estamos demasiado emaranhados num tema e tu tens que estar dentro da árvore. Tu tens de às vezes olhar de fora e ver a floresta e perceberes o impacto que aquilo tem. E eu questiono muito, muito, o trabalho. E estou constantemente a pensar nas coisas, também se calhar por causa da via académica. Houve pessoas que



chegaram aqui de outros cursos, ou chegaram pela prática. Eu cheguei pela prática mas ao mesmo tempo fiz o curso e, portanto, fui abrindo a cabeça a esses níveis e de facto gosto de questionar e gosto de comparar o trabalho que é feito cá. Em televisão, às vezes, deixo gravar em casa, tipo uns jornais americanos, franceses, espanhóis, italianos, tudo... Ingleses, para perceber de que forma é que as coisas são feitas. De que forma é que o teu trabalho e o fazer televisão nos dias de hoje muda constantemente. Eu quando fiz o curso nos Estados Unidos, em Boston, em jornalismo e televisão, apercebi-me de coisas em noventa e nove, que agora são regra. Mas quando eu cá cheguei e as dizia e era muito por instinto. Eles olhavam para mim, e eles diziam “mas tu fazes isso porquê?”. Faço por instinto. Nas outras televisões na altura, as pessoas fazem durante trinta segundos no ar. E eu não. Eu dizia “a pessoa tem de dizer aquela frase, se não as coisas perdem forças”. Quando eu cheguei à RTP em noventa e cinco, as pessoas falavam dois minutos antes de pôr o início de uma peça. Não havia sons a vivo, não havia essa preocupação. E eu chego da rádio e há uma atenção tão grande ao som e eu tento pôr o som ambiente nas peças. Por instinto. Quando fui fazer o curso eu percebi, que isso é regra, ou seja, nós temos é que estar atentos à televisão que se faz por todo o lado, para perceber como as coisas são feitas. E no tratamento da violência, vi televisões de referência a pôr as mesmas imagens que o DN e o Correio da Manhã puseram nas capas de jornais. Passa muito por isso, por bom senso e por muita responsabilidade.

**SS:** Achas que um jornalista como uma diversidade de meios e com a velocidade com vos chega conteúdos a toda a hora e de fontes muitas vezes desconhecidas tem um trabalho de *gatekeeper* muito mais acrescido?

**MNS:** Modo de filtrar e de escolher e de seleccionar as notícias. Acho que tu tens de saber ao que vais e que pessoas é que pões a falar, não tens tempo para tudo. Tens assistido a uma enorme preocupação com o tempo das nossas peças para Telejornal. Eu por exemplo, ontem na Lusófona, tinha uma lista que falava de vários nomes conhecidos. Saí de manhã a contactar toda a gente que nós tínhamos o contacto e que sabíamos onde é que estavam. Chega à uma da tarde e dizem: “ah a tua peça para o Telejornal tem de ter dois minutos”. Esse trabalho tu vais fazendo, vais seleccionando, vais apurando o grau com que chegas a determinada pessoa, a determinado enfoque. Porque o enfoque é nosso. Mandam-nos fazer uma peça sobre medicamentos, que os velhotes não têm medicamentos. E tu vais para a rua. Há determinadas fontes que tu tens de ouvir e depois vais à procura de casos e aí é pelos teus olhos que as pessoas conhecem aquele tema. Nesse sentido, és tu que fazes aquela “cena” do cavalo. Vais estreitando.

**SS:** Quanto ao papel na ERC na regulação dos meios de comunicação e mesmo concretamente nestes casos, achas que devia ter um papel mais ativo?

**MNS:** Eu acho que a ERC é de fundamento da política e está muito desligada da realidade. O tipo de recomendações que são feitas, o tipo de atenções... Eu lembro-me uma vez, uma recomendação feita à RTP. É que compararam um *off* que a RTP deu na abertura do Telejornal com imagens não editadas de peças a que a SIC e a TVI puseram no final do jornal, ou *offs* que puseram no final do jornal. Nós demos primeiro. Eles não podem comparar imagens não editadas postas a abrir um jornal, porque o tema assim justificava, com uma coisa que demora cinquenta ou sessenta minutos a fazer e tu tens todo o tempo do mundo a fazer aquilo. E eles compararam as duas coisas. Eles estão muito desligados da realidade, se

calhar deviam ter pessoas mais práticas, tipo pessoas que tivessem trabalhado em televisão, terem consultores de televisão, de rádio e de jornais.

## Nuno Castro (E27)

**SS:** Qual a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva?

**NC:** No caso da violência física tu tens muitas opiniões, como a estória que houve do ISIS, do que se deve mostrar do que não se deve mostrar. A minha opinião pessoal é que eu acho que deve-se mostrar, mas compreendo perfeitamente que não seja agradável estares a jantar e veres aquilo... mas a forma como se trata aqui é não mostras, como tu sabes. Não se mostra!

**SS:** És contra essa decisão?

**NC:** Sou. Eu acho que se deve mostrar porque é assim, tu estás a esconder coisas que hoje em dia tu consegues ver onde quiseses, consegues ver na internet... A imagem é demasiado chocante, tu não tens que a mostrar, mas lá está, imagina eu posso dar o ato e eu não sou apologista que se mostre a cabeça a saltar fora, mas tu podes mostrar o ato com uma máscara por cima, em que vês o homem a cortar, que não vês por causa da máscara. Agora podes-me falar noutra questão que é: Não dás para fazer publicidade? Porque a publicidade atrai mais pessoas para fazer. Como no caso dos fogos, quanto mais fogo havia, mais incendiários havia. Eu isso tudo bem aceito. Aceito mais que me digam não podem dar por isso, porque há uma reação...

**SS:** Sim na ata do Conselho de Redação fala nisso mesmo.

**NC:** Eu aí aceito mais do que o proibir, por causa do choque das pessoas. Porque era aquilo que eu dizia, tu tens um filho com quinze anos e ele vai ver na internet, não vale a pena.

**SS:** Mas não consideras que as televisões e em particular os jornalistas devem continuar a ser um filtro mesmo perante a diversidade de meios?

**NC:** Mas tu não és filtro. Eu acho que não és filtro, porque se tu não mostras... Vamos imaginar que tens um filho que tem acesso às internet e etc., ele não vê, qual é a reação dele automaticamente? Quer ver, vai à internet ver. Eu acho que nós há muitos anos fazíamos... E já passámos por várias guerras e já mostrámos coisas horrendas, naturalmente. Nós mostrámos imagens de guerra onde mostras corpos estropeados, aquelas coisas todas. Não tens que mostrar logo. Tu podes mostrar as coisas sem serem tão expostas. Deve haver um cuidado nesse sentido para não haver um efeito cadeia: eu mostrei há mais homens a quererem ter os seus quinze minutos de fama. Nesse aspeto eu aceito mais esta decisão, do que da parte do proibir por proibir, porque é muito violento.

**SS:** Mas isso é um filtro, ou não?

**NC:** É um filtro teu, da tua forma de trabalhar. Em todas as notícias tens um filtro, como sabes. Porque tu podes gostar de umas coisas, o teu colega pode gostar de outras, em tudo tem um filtro, se analisarmos por esse prisma. Duas coisas feitas sobre a mesma coisa, por duas pessoas diferentes, saem duas coisas diferentes.

**SS:** Voltando à questão das decapitações... Não consideras que deve haver um limite daquilo que se mostra?

**NC:** Eu se calhar expliquei-me mal. Eu acho que deve haver um limite, mas não um limite imposto, percebes? Deve haver um limite na tua consciência, na tua perceção. Eu não vou mostrar, naturalmente, um homem a espetar-te uma faca na garganta em grande plano.

**SS:** Mas não consideras que estes alertas ou até mesmo a criação de recomendações sejam importantes para orientar o vosso trabalho ao mesmo tempo que ajudam a estabelecer a identidade da RTP?

**NC:** É assim eu acho que deve haver, naturalmente, uma linha (não é o anúncio da NOS, da linha que separa) máxima até onde é que se pode ir. Mas depois a partir daí não é cortar logo à partida tudo. Tu podes achar interessante ver uma cena de violência que não seja gratuita e se estiver proibido à partida não podes.

**SS:** Falavas na forma como se mostra. Os editores de imagem farão logo à partida o primeiro filtro daquilo que se transmite, tentando captar as imagens de forma a não chocar...

**NC:** Sim, claro. Tu podes transformar uma imagem, tu podes tapá-la, podes fazer qualquer efeito na imagem para que não percebas tão bem a violência.

**SS:** E vocês aqui tentam fazê-lo?

**NC:** Sim. Eu acho que neste momento é o contrário. Neste momento está-se demasiado prurido para mostrar coisas. Sinceramente acho. Eu estou a comparar em relação aos vinte anos que eu tenho disto. Já se mostrou muita coisa gratuita demais.

**SS:** Agora estão mais contidos nesse aspeto?

**NC:** Eu acho que hoje é o contrário daquilo que acontecia. Hoje não se pode mostrar nada. Está-se no polo oposto por causa da opinião pública, por causa do diz-que-diz, por causa de todas essas coisas.

**SS:** E achas que esse trabalho também não é importante para garantir o respeito pela integridade dos telespectadores que estão lá em casa?

**NC:** Eu vou-te dar um caso mais novo que se passou. Lembras-te naturalmente quando foi a questão do Charlie Hebdo. Lembraste do polícia no chão? Achas que se não mostrasses isso tu percebias o que é que tinha acontecido? É assim tu podes naturalmente, como nós fizemos, podes dar aquilo, mas cobrir de uma certa forma (vá, não quero ver a cabeça do homem a explodir, naturalmente), fazeres qualquer coisa na imagem, de maneira a que tu te apercebas do ato, mas não tens que ver o melão da cabeça a explodir. Não podes cortar a pessoa de saber o que aconteceu. Dás a imagem do homem com o tiro na cabeça, mas não mostras naturalmente a cabeça. Metes um efeito, qualquer coisa a tapar, uma máscara, de maneira a que não mostres a cena toda, o sangue, etc. Se não mostrares o que aconteceu tu em casa como espectador, não tens acesso aos *feeds* não sabes o que aconteceu. Percebes? É nessa parte que eu acho que a proibição é sempre demasiado...

**SS:** Consideras então que se deve mostrar tudo trabalhando a imagem?

**NC:** Sim, claro.

**SS:** Já te viste impedido de dar algum tipo de imagem a pedido dos jornalista?

**NC:** Não. Tens um caso em que havia diretivas para isso, quando foi dos assassinatos dos homens a cortar a cabeça em que não se podia mostrar.

**SS:** Tentas fazer um tratamento ao máximo colocar as máscaras de que tens vindo a falar, para não ferir a suscetibilidade dos telespectadores?

**NC:** Claro, isso faço, ao máximo. Ainda por cima, o Telejornal é à hora do jantar...

**SS:** O tempo é um constrangimento para se estar atento a esse tipo de pormenores?

**NC:** Nesse tipo de coisas tens sempre algum cuidado. Nesse tipo de coisas tu por estar em cima da hora não podes mandar aquilo por tratar.

**SS:** Já te aconteceu fazê-lo alguma vez?

**NC:** Não, por acaso não. Sempre tive tempo de acabar, mas é uma coisa que não te podem dizer “é pá não dá tempo”. Para aquilo tem que haver tempo. Se for uma coisa que tens que tapar, não podes mandar para o ar sem tapar. Não podes! Não está pronto, não vai. Estamos a falar nestes casos mais extremos do ISIS. Se a decisão for não mostrar não podemos desculpar-nos com “é pá viu-se a cabeça porque um “gajo” não teve tempo”.

**SS:** Até porque a peça também é assinada por ti...

**NC:** Claro, mas nem que não fosse é uma questão de brio.

**SS:** É o bom senso que impera no tratamento neste tipo de informação?

**NC:** Muito, muito, muito é bom senso. Porque se eu tiver dez colegas, os dez colegas trabalham de maneira diferente, naturalmente.

**SS:** Na falta de *guidelines* específicos, o trabalho em equipa é importante?

**NC:** É fundamental. Se eu estiver aqui contigo a trabalhar uma imagem eu quero saber a tua opinião sobre a imagem. Não chego aqui, não tapo isto e não te digo no final que já está. Tenho que saber a tua opinião sobre isto, naturalmente.

**SS:** Recordaste de algum caso específico em que tenha sido mais difícil?

**NC:** Eu nestes anos apanhei tantas coisas complicadas... As coisas mais marcantes que eu tenho até hoje na minha memória são o massacre de Díli, é a guerra em Angola, que para mim são as imagens mais atroz que eu alguma vez vi. Depois tens aquela cena sempre muito coisa das Torres Gémeas, mas isso não é tanto por... porque aí está, se meteres um corpo no meio dos escombros já mostras, aí já não tens o prurido da pessoa em casa. É a tal história, o que é que é violento ou não é muito subjetivo. A não ser a

violência gratuita do sangue e etc. Tu tens coisas muito duras, vamos falar assim, mas depois é o que eu te digo, ao fim de uns anos tu comesças a ver as coisas, ou melhor eu tento ver (que é para não ir para casa a pensar nessas coisas) numa perspetiva de imagens, não de acontecimentos, percebes? Se não vais para casa a pensar “bem aquelas imagens...”, se fores mais suscetível nem dormes com algumas das imagens que vês aqui às vezes... Como sabes, recebes os *feeds* e pões no ar o que queres. Há imagens que não metes no ar, porque são muito violentas ou até mesmo pela qualidade técnica, por variadíssimas coisas. Mas neste tempo todo de uma maneira geral se meti no ar alguma coisa que não tenha tratado, de uma maneira geral, digo-te que não me lembro. Eu acho que a nível de setor mesmo há um cuidado grande em não deixar passar desde as coisas mais simples, como tapares matrículas quando não as deves mostrar, tapar caras de crianças, em que não pode aparecer. Tens sempre muito esse cuidado.

**Nuno Tavares (E28)**

**SS:** Qual é que é a tua perceção, enquanto repórter de imagem e que inclusive já estiveste em várias zonas de conflito, sobre a transmissão de violência na informação televisiva?

**NT:** Quando tu me dizes que já estive em zonas de conflito, naturalmente, aí a violência está sempre presente, vamos sempre encontrar situações onde existe guerra e morte e por muito que tentemos evitar que passe cá para fora, a nossa profissão é relatar factos e se aquilo acontece temos que mostrar. Portanto, doa a quem doer está sempre presente nessas situações a violência. Tentamos sempre minimizar e contamos sempre com os editores para avaliarem e para fazerem o filtro daquilo que pode ser colocado no ar. Até hoje tudo o que é gráfico em zonas de conflito ou em zonas em que possa ter havido violência, nunca me lembro de ter deixado de ir para o ar aquilo que eu tenha captado.

**SS:** Tentas captar uma imagem que seja perceptível daquilo que está a acontecer sem ser chocante?

**NT:** Cada caso é gerido no momento, eu pelo menos tento sempre evitar, por exemplo, crianças, imagens muito gráficas que sejam captadas. Eu não vou deixar de captar uma imagem, porque eu tenho de mostrar o que se está a passar, a realidade. Tento ao máximo evitar captar algo que seja muito gráfico. Se acontecer naquele momento uma imagem que eu tenha que gravar e que apareça não te vou dizer que não vou gravar, vou gravá-la, mas uma vez mais vou esperar que haja bom senso da parte dos editores, que percebam que poderá ser demasiado gráfica. Dou-te o exemplo aqui em Portugal, sempre que eu vou fazer uma reportagem em que possa haver um acidente, onde possam estar pessoas encarceradas, cadáveres, que seja uma coisa grave. Tento evitar filmar detalhes ou algo que possa chocar, porque também é verdade que me meto do outro lado, que é: aquela pessoa tem familiares, tem filhos, tem pais, e se fossem os meus pais, se fosse algum familiar meu eu também não gostava que estivessem a ser expostos daquela maneira. Há maneiras de tentar gravar as coisas, há maneiras de tentar esconder entre aspas as imagens mais gráficas, mas sempre com elas presentes, porque estamos a relatar o que se está a passar. Se naquele momento é um acidente grave, ou um bombardeamento, ou alguma coisa parecida de violência não podemos deixar de mostrar. Tento sempre ter discernimento daquilo que estou a fazer, nem sempre consigo. Dou-te o exemplo de manifestações ou de cenas de pancadaria entre claques, polícias e etc... A confusão é tanta, a violência é tanta, por muito que tentemos esconder ou adaptar é sempre complicado, se está mesmo presente, está mesmo à nossa frente, temos de mostrar o que está a acontecer. Em direto então...

**SS:** Já te aconteceu em direto mostrares alguma coisa que fosse menos própria ou mais chocante?

**NT:** Não em direto não me lembro de ter estado numa zona complicada, mas a última vez que houve violência entre polícia e manifestantes foi na Assembleia da República nas escadarias, naqueles dias quentes, em que estava em direto, eu e uma série de colegas nossos estávamos em direto e tivemos que mostrar porque na realidade era o que estava a acontecer, mas não foi assim tão gráfico, não foi violento ao ponto de envolver mortos ou feridos graves e etc. Mas foi o que se passou e foi o que nós mostrámos.

**SS:** Já te aconteceu alguma situação em que o jornalista te tenha pedido que tu captasses determinada imagem mas por algum motivo disseste que não por ser demasiado chocante?

**NT:** Não, nunca me aconteceu. Eu gravo tudo o que me aparece à frente. Depois na edição poderei ir ter com o jornalista e, geralmente, isso acontece sempre, para o jornalista tal como eu, não deixamos de ser humanos, não deixamos de ter sentimentos. E tentaremos evitar colocar no ar no caso de ser muito gráfico. Agora, é um trabalho de equipa será sempre decidido entre os dois. Até hoje, depois destes anos de carreira que levo na RTP, nunca fui condicionado a deixar de colocar alguma imagem no ar por ser demasiado gráfica. Uma vez mais são sempre pessoas a falar e conseguimos chegar a um acordo daquilo que podemos fazer.

**SS:** Achas que há um pensamento mútuo entre a informação que se vai dar e a suscetibilidade do público que a vai receber?

**NT:** Eu acho que cada vez mais a comunicação social, e falo pelo menos pela parte da RTP, onde trabalho, há cada vez mais um cuidado em não chocar as pessoas. Dou-te o exemplo das decapitações do ISIS. A RTP deixou de exibir qualquer tipo de barbárie, eu também concordo. Uma vez mais é o que está a acontecer, mas concordo perfeitamente com que não se passe esse tipo de imagens. E acho que da parte da RTP está a haver cada vez mais um cuidado para não mostrar esse tipo de violência gratuita e gráfica na televisão.

**SS:** Revês-te nessa decisão?

**LT:** Completamente.

**SS:** Achas que deviam existir *guidelines* que pudessem orientar o vosso trabalho nesses aspeto?

**NT:** Eu acho que cada órgão de comunicação social deve ter os seus próprios *guidelines*, o seu próprio livro de estilo para orientar aquilo que se põe ou não no ar. Eu não posso exigir que, por exemplo, um jornal tabloide ou um canal de televisão tipo o Correio da Manhã, que tem outro tipo de abordagem à notícia, seja igual ao que a RTP faz. Acho que sim, deve haver sempre o bom senso em determinadas coisas. Não chocar, não criar aquela repulsa no telespectador que está a ver uma imagem que é gráfica. Se valia a pena haver *guidelines* para todos? Sim, podia haver. Mas acho que não vai haver, porque, como te disse, há órgãos mais sensacionalistas que querem ter essa fatia do mercado e mostrar esse tipo de imagens. E nunca vão concordar em que se aparecer uma coisa grave à frente, não a mostrarem.

**SS:** Achas que a RTP nesse sentido tem feito um bom trabalho e em tentar proteger o público que a vê todos os dias?

**NT:** Sim, acho que a RTP está a fazer um excelente trabalho. Hoje em dia só não vê quem não quer, tudo vai parar à internet e raramente desaparece dali. Se quiseses alguma coisa específica, podes demorar algum tempo a encontrar, mas acabas por encontrar. Portanto, mesmo que um canal de televisão como a RTP não mostre, mesmo que seja uma coisa muito gráfica, a partir da internet, quem quiser mesmo ver, vai poder vê-las. Por isso, a RTP tem que mostrar sim, mas tudo o que seja muito gráfico, tudo o que seja muito violento, deve ter um pouco de controlo de não exibir na televisão.



**Paulo Dentinho (E29)**

**SS:** Qual a sua percepção sobre o tratamento da violência na informação televisiva?

**PD:** Eu diria que no serviço público de televisão tem que haver muito cuidado no tratamento da violência. Pois a violência engendra violência. Porque é usada também como comunicação. Lembraremos que certos grupos terroristas usam a violência como uma forma de comunicação. É preciso ter uma precaução muito grande na forma como se mostra a violência. Eu lembro-me, por exemplo, quando estive na Líbia, quando mataram Kadhafi, uma das coisas que eu pedi ao Pinota, foi que nunca filmássemos o rosto do senhor. Era desnecessário, não vale a pena e de nada adianta. Seria apenas um voyeurismo mórbido. Aquilo não faz sentido, do ponto de vista do que é a notícia. Nada acrescenta. Era inútil e não fazia sentido.

**SS:** Há um limite?

**PD:** Tem que haver. Eu recordo que há muitos anos, quando eu praticamente comecei na minha profissão, houve uma manifestação - lembro-me perfeitamente dessas imagens, que chegaram da África do Sul - alguém aponta para uma mulher, puseram-lhe um pneu à volta, pegaram fogo... Aquilo era uma imagem absolutamente horrível. Nós todos conversámos para saber se fazia algum sentido mostrar aquelas imagens e a sua brutalidade. Entendemos que não. Era demasiado perverso, pavoroso...

**SS:** O jornalismo reporta a realidade social e não podemos fingir que a violência não existe. O jornalismo não a pode negar...

**PD:** Não, claro que não, mas é a maneira como se conta. A realidade é demasiado crua e cruel. Muitas vezes ultrapassa a própria ficção. É tudo, inclusivamente, também na violência. E veja-se, no Estado Islâmico: a crucificação... A decisão sábia de várias estações europeias em não mostrar...

**SS:** Ia falar sobre isso: revê-se nessa decisão da RTP?

**PD:** Essa sim é uma decisão tomada por várias estações europeias. Não é apenas nossa. Parece-me uma decisão do mais elementar bom senso.

**SS:** Considera que as televisões ao darem essas imagens dão voz a essas organizações?

**PD:** Era o que dizia: a comunicação. Eles estão a utilizar isso como forma de comunicação e nós fazemos informação e temos de perceber até que ponto eles não nos estão usar para o seu fim último, usando essas execuções como forma de propaganda. Isto é comunicação em forma de propaganda.

**SS:** O jornalista passou a ser o alvo?

**PD:** Não. Eles tentam diluir o que é a propaganda deles na informação. Quando conseguem isso, eles vencem. É precisamente isso que é válido para nós enquanto profissionais da informação - hoje em dia há mais gente a fazer informação do que jornalistas: as agências de comunicação para tudo e mais alguma coisa, por exemplo. Falo de comunicação no sentido de propaganda, porque há comunicação institucional e os jogos de... *agenda-setting*, *storytelling*... são tudo formas de comunicação. E a violência pode ser

uma forma de comunicação. Por exemplo, esta praticada pelo Estado Islâmico. E é isso que nós temos de ter uma grande cautela. E depois, eu não creio que a exposição dessas imagens possa adiantar muito à informação. É uma questão de equilíbrio e bom senso. Um bocado como tratar o suicídio. A RTP tem particular cuidado. No nosso livro de estilo falamos um pouco sobre isso.

**SS:** Que critérios imperam neste tipo de informação?

**PD:** Como tudo na vida: bom senso e equilíbrio. O jornalista tem de ter, face à voracidade da informação, uma capacidade de distanciamento grande e tempo para pensar. Hoje, dada a quantidade de informação que há, faz com que as pessoas tenham pouco tempo para pensar. Mas isso é ótimo e faz bem.

**SS:** A banalização dos momentos de direto vieram travar os momentos para pensar?

**PD:** Sim, o direto hoje faz-se com uma facilidade estonteante. Deixou de haver o jornalismo... eu ainda sou daquelas pessoas que pensa o jornalismo como uma missão e não um negócio. O problema é que hoje é muito mais um negócio do que uma missão. Falo de uma missão especial. Dar às pessoas os instrumentos necessários para que elas possam pensar o seu tempo, o seu país, o seu Mundo. O jornalista tem uma responsabilidade social. Transmitir da forma mais isenta possível, embora não haja discursos isentos. Quando eu escolho uma imagem, já estou a fazer uma seleção. Passa por proteger as pessoas, as vítimas, o respeito à família das vítimas, às vítimas e por todas as outras pessoas.

**SS:** O respeito continua a existir?

**PD:** Considero que é muito fácil uma certa deriva. Cabe-nos a nós travar essa deriva.

**SS:** De que forma?

**PD:** Nessa reflexão permanente sobre aquilo que é a nossa função social.

**SS:** Neste caso, falando agora também sobre o livro de estilo, passa também por marcar a linha editorial. É importante manter os critérios?

**PD:** É, como referencial, como balizas e como proteção do próprio jornalista. Face a pressões externas. Perante determinada situação, se o livro de estilo for bem elaborado, ele pode ajudar o jornalista a afastar certos procedimentos inaceitáveis. Isso é uma função do livro de estilo.

**SS:** Deve existir?

**PD:** Eu não sou do tipo de pessoa que acha que deve existir regras para tudo e mais alguma coisa. Tem de haver um mínimo. A grande maioria delas é mais para proteger o jornalismo. Regras de isenção e rigor necessárias para o desempenho digno da função.

**SS:** Na questão da violência, considera que é importante que as normas estejam escritas?

**PD:** Eu acho que tem de haver algo escrito, mas não tem de ser profundamente detalhado. Esse algo escrito deve funcionar essencialmente como algo que desperte em nós essa sensação para ter algum cuidado com determinado tipo de situações. Estamos a reformular o antigo livro de estilo, com mais umas

adendas. Porque é importante ter. Ela já está refletida no livro de estilo, vamos apenas... Tem a ver com outras questões que surgiram nos últimos anos. Face a determinadas realidades, vamos adaptando.

**SS:** A violência é muito subjetiva e se calhar não há ainda uma norma definida.

**PD:** Sim, claro. Posso contar uma história que se passou comigo na Líbia. Na altura ainda estava o Kadhafi, passámos no âmbito do regime, que tinha a sua própria narrativa sobre o que se estava a passar. Eu e o Pinota desmontávamos os cenários que eles nos colocavam à frente. Fomos presos três vezes. Não estávamos numa democracia. Havia riscos reais. Houve um dia em que eles nos disseram... eles eram algo ingênuos na forma como lidavam connosco. E os jornalistas funcionavam ali, eram muito poucos, e eram controlados. No fundo aquilo éramos nós a ultrapassar os constrangimentos. Uma das coisas que aconteceu foi uma vez, em que vieram ter connosco e havia uma história em que eles estavam disponíveis para nos dar só a nós, que era entrevistar uns “gajos” da Al-Qaeda. Porque a narrativa do regime era que a Al-Qaeda estava presente na oposição. A realidade veio mostrar que até era verdade, mas eu expliquei-lhes que eu nunca iria entrevistar um prisioneiro e não o fiz. No dia seguinte eles reuniram todos os jornalistas para nos levarem a um determinado sítio. Nós bem tentámos sair daquele espartilho... Uma vez eu e a France Press metemo-nos num táxi e fomos até ao aeroporto e fomos logo presos. Fomos presos também por fazer um trabalho numa mesquita... enfim. Não podíamos sair daqueles parâmetros e, se saíssemos, só acompanhados. Voltando atrás: nesse dia, pegaram em nós e levaram-nos para um sítio e nós percebemos finalmente que eles iam mostrar-nos o tal prisioneiro da Al-Qaeda. E o Pinota dizia que não iria fazer aquela história. Eu disse-lhe: “Tem confiança”. Estava chateado comigo. Eu disse: “filmamos a chegada, filmas os jornalistas a ouvirem, nunca vais filmar o homem”. A decisão deveu-se ao facto de um jamais ir fazer aquilo que eles queriam que eu fizesse. Porque não posso entrevistar um prisioneiro, pois ele vai sempre dizer o que lhe mandarem. Mesmo em democracia, entrevistar um prisioneiro não é razoável. Levanta mútuas questões. Levanta um grau de violência. Esta é outra forma de violência. Eu conto a história toda e terminei a dizer que nós não entrevistámos prisioneiros. A reação foi ótima. Um colega pegou naquilo e mostrou aos seus alunos, porque de facto aquilo é jornalismo sénior. Tem a ver com o lado do bom senso. A tal questão do tempo. Pensas: como é que eu saio disto e não ponho em causa os meus próprios valores e da minha sociedade? Encontrei esta forma, que creio que funcionou. Tem a ver connosco, a forma como nós estamos e tentamos fazer a diferença.

**SS:** Pensa na suscetibilidade do público quando constrói uma história assim?

**PD:** Vamos lá a ver: eu quando construo uma história, o meu objetivo é ir à procura de uma história interessante e ilustrativa da minha realidade. E que permita, a quem está em casa, perceber o que está em causa. E como nós, na televisão, temos algo de cineastas, de romancistas, porque usamos as palavras e o cinema, mas não somos escritores, nem realizadores. Somos um pouco como o artesão. Temos regras definidas do que podemos fazer. Não podemos sair muito dos nossos parâmetros, mas depende da maneira como contamos a história. É sempre possível ter noção dos limites. Se olhares para estes momentos como um desafio. Dou um exemplo: Um realizador de documentários que era filho de uma grande amiga da Marlene Dietrich, um ícone do cinema, já muito velhota, só que ela não queria que a imagem dela aparecesse. Foi dos documentários mais impressionantes que vi na vida. E então ela aceitou

dar aquela entrevista, de fim de vida, de balanço. A verdade é que tens uma porta, um sofá, tu ouves ela a falar com ele e nunca a vês. Aquilo é fascinante. Ela está lá, mas nunca aparece. Ela tinha expressões, porque conhecia-o desde miúdo, tais como “estás a ser muito impertinente, a tua mãe não te educou como deve ser”. Tem tudo a ver com a maneira como contamos a história. E olhando para determinado assunto a tentar suplantar, se calhar, a barbaridade de determinadas imagens sem expor essa violência gratuita, quase obsessiva, que surge diante de nós.

**SS:** O jornalista *gatekeeper* tem agora uma missão acrescida na era da digitalização, com a chegada constante de vídeos amadores, por exemplo?

**PD:** O Mundo vai mudando. Hoje temos uma quantidade brutal de informação, muito mais do que tínhamos. Eu acho que tem. E creio que o futuro do jornalismo passa essencialmente pela credibilidade do jornalista e do órgão a que pertence. Pois há uma seriedade em quem faz, que será determinante para o órgão de comunicação social. Hoje encontra-se tudo. Há gente que mete determinadas coisas, por exemplo, no Facebook, e atribuem a determinado autor e que aconteceu agora e tu escreves que aconteceu há três anos e não é nada assim. É preciso peneirar muito o que chega através das redes sociais. Ter muito cuidado com essa intoxicação. São vários tipos de propaganda que chega diariamente.

**SS:** Mas esses vídeo são importantes, quando o jornalista não está lá para ver. Lembro-me do Charlie Hebdo...

**PD:** O vídeo da execução do polícia é uma brutalidade. Isso não se passa. Nós mandamos, fazemos um *blur* da imagem e pronto. Passa muito por aí.

**SS:** Tendo em conta as várias mudanças do jornalismo, quais são os principais que o jornalismo atravessa atualmente?

**PD:** Os desafios são sempre os mesmos: tentar ir atrás daquilo que é a comunicação... Eu acho que o maior desafio ao jornalismo hoje são os “gajos” que procuram organizar a liberdade de imprensa. E a maneira como hoje se tenta fazer isso, através das agências de comunicação, que limitam o trabalho dos jornalistas... porque depois há cada vez menos jornalismo de investigação. Por isso é que aquela ideia de o jornalista, às vezes, se não tiver cuidado, é um mero reproduzidor daquilo que estas agências vão dizendo. Se pegarmos naquilo que foi a maior falácia dos últimos anos, aquele *storytelling* da Guerra do Golfo, das armas de destruição maciça do Saddam Hussein e até o Colin Powell foi às Nações Unidas e eu papei aquilo tudo, porque era o Colin Powell, homem de credibilidade imensa. E eu achei que se ele estava a dizer que sim, tinha de ser. Era uma grande... Faz falta investigar, às vezes somos um pouco umas Marias-vão-com-as-outras... E eu acho que temos de ter esse profundo cuidado.

**SS:** Acha que a ERC está a fazer um bom trabalho?

**PD:** Eu acho que é a tal coisa: ter demasiada rigidez e constrangimentos não é solução. Creio que a ERC é importante existir, pois a ideia da autorregulação pode funcionar. E agora todos os diretores estiveram de acordo, creio que nunca tinha acontecido. Mas não chega, ou chega... ter demasiadas coisas pode ser contraproducente. Acho que sim, a ERC é importante.

**SS:** Acha que restringe demasiado?

**PD:** Acho que há certos aspetos que são, talvez, demasiado... sim. Eu às vezes vejo aqui... É bom que exista a ERC. Uma entidade que permita a que se recorra, caso alguém se sinta lesado. Tem que haver uma entidade qualquer, a não ser que sejam apenas os tribunais, mas a justiça no nosso país leva muito tempo e se calhar através da ERC as coisas sejam mais rápidas. Talvez, ainda não sei. Estou cá há pouco tempo para saber já isso. Eu tive que ir à ERC. Toda a direção de informação teve de ir. Eu, *a priori*, acredito que as pessoas têm, de forma inata, algum bom senso, mas posso estar errado. Se calhar é mesmo necessário existir algo que possa servir para regular.

**SS:** Tendo em conta uma visão geral das televisões portuguesas, crê que esta questão da violência pode estar, de certa forma, a ser banalizada em alguns casos?

**PD:** É curioso. Vou dar um exemplo: quando começaram os atentados em Bagdad, eram uma brutalidade. Isso abria noticiários e depois, passados uns meses, já era: olha outro atentado em Bagdad. Primeiro morriam vinte e cinco pessoas, depois umas trezentas e depois já nem era notícia. A partir de determinada altura, é, de facto, a banalização da violência. No livro do Umberto Eco é engraçado. Tens um tipo que matou alguém. Depois, no dia a seguir, outro tipo matou alguém. Na perceção da opinião pública estamos perante uma vaga de assassinatos. E isso não corresponde à realidade. Como esta coisa dos autocarros. Tivemos três de seguida ou dois e uma carrinha. Não deixa de ser notícia. Voltamos sempre ao mesmo. A RTP tenta ter isso e tem de tentar.

**SS:** Acha que o jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um que trabalhe para um canal privado?

**PD:** Acho que tem uma responsabilidade diferente. Não tem uma missão diferente.

**SS:** Mais responsabilidade social?

**PD:** Tem uma responsabilidade social maior, porque a RTP é a televisão dos portugueses, são eles que a pagam. Não é a televisão de um grupo de acionistas. É dos portugueses. Nós trabalhamos para os portugueses, tal como os outros, mas nós temos de pensar neles e naquilo que eles poderão esperar de nós. Afinal de contas, são eles que mantêm a RTP e nesse aspeto nós podemos, com certeza, dar determinados tipos de realidade, mas temos essa missão de dar os assuntos de forma equilibrada, isenta, rigorosa, enquadrada... Não esquecendo as diferentes realidades deste país. Angola, com certeza, é muito importante, a cultura, o internacional... Nós não estamos só no Mundo. Há temas internacionais que são absolutamente relevantes para o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos... Não podemos estar sempre a dar as mesmas coisas. Temos de estar disponíveis para outras vozes. Para o pluralismo.

**SS:** É esse o desafio da nova direção de informação?

**PD:** Deveria ser o desafio de qualquer uma.

**SS:** O que se pretende mudar?

**PD:** A RTP... vou dar uma imagem: é como um transatlântico. Já navega há muitos anos e teve diferentes armadores. Todos tentaram usá-lo, durante décadas, em função dos seus interesses pessoais. E foram mudando de comandante, a tripulação foi muito reduzida, alguns comandantes andaram com o navio para o polo norte, outros resolveram ir para o triângulo das Bermudas e a empresa andou um pouco numa deriva. Por culpa, não da empresa, nem dos portugueses, mas em função das opções do armador, que foram tendo, ao longo de décadas, por culpa de uma certa indefinição. O que gostaríamos era de ter um rumo, que se modifique calmamente. Se o transatlântico mudar de rumo de repente, toda a gente começa a vomitar. Não vale a pena. Podemos ir mudando, muitas vezes eu disse que não sou um revolucionário, mas sim um reformista. Podemos ir mudando. Às vezes gostava de mudar mais depressa, mas temos de o fazer gradualmente. Tentar fazer aqui uma cultura de responsabilidade, da forma como mostramos os diferentes pontos de vista, damos lugar a todos, mesmo aqueles que acham que a RTP não devia existir e sim fechar. A grandeza da liberdade. Ser rigorosos na nossa informação, muito sérios. Não sisudos, atenção! Mas ter um rumo muito próprio e definido, colocando questões... dar às pessoas instrumentos para elas pensarem.

**SS:** Um apelo à diversidade...

**PD:** Um apelo a olhar para isto com romantismo, paixão... uma missão.

**SS:** Para os profissionais e para o público?

**PD:** O público não tem de olhar para isto com romantismo, mas tem de sentir confiança. Que o nosso trabalho é credível. Que a nossa empresa é deles e que eles se revêm. Que a RTP é dos portugueses.

**Pedro Martins (E30)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão e o tratamento da violência na informação televisiva da RTP?

**PM:** Eu falo na minha área que é a área que eu conheço melhor, que é a área do desporto, sobretudo do futebol. Onde infelizmente já senti na própria pele essa violência e a verdade é que não há grande cuidado em termos de tratamento ou no sentido de evitar essa violência, porque basicamente acontece quase sempre em direto, está lá a gravar. Nos jogos de futebol temos uma coisa que são os pré-matches e pós-matches, em que fazemos muitas vezes diretos do estádio e já várias vezes aconteceu que esses diretos viraram autenticamente batalhas campais. Estamos a transmitir tudo em direto e continuamos. Não há um cuidado de tentar evitar que essa violência passe na televisão, pelo contrário, eu acho que até é explorada de mais e devia haver um maior cuidado. E tenho a sensação que muitas vezes as pessoas que se envolvem nessa violência nos estádios de futebol está lá uma camara de televisão e ao estar lá uma camara de televisão fazem realmente tudo para que essa violência seja ainda mais exposição. É um pouco como o efeito dos incêndios, se calhar se não fossem exibidos, os incendiários não teriam tanto prazer em incendiar florestas.

**SS:** Achas que devia haver um limite sobre aquilo que se mostra isto é... Se houvesse critérios definidos sobre aquilo que se pode ou não mostrar, uma espécie de linha orientadora, isso transparecia mais o vosso trabalho e até onde é que pode ir?

**PM:** Sim... Eu não sei muito bem como é que se podia passar à prática, mas esses limites deviam existir. Se calhar até devia haver uma maior interligação, uma maior colaboração entre as televisões e os jornalistas neste caso, e entre a própria polícia, os responsáveis pela segurança, por assim dizer. Eu falo no futebol porque é a área que conheço melhor e onde há cada vez mais cuidados e maior investimento na polícia para que a violência não aconteça tanto dentro como fora do estádio, com as tais caixas de segurança que levam os adeptos de um estádio ao outro. Eu penso que se houvesse essa colaboração, haveria menos exposição, não daríamos tantos minutos em direto, reportagem e etc... Se calhar o trabalho da polícia também seria mais facilitado. Agora acho que isso passa por um acordo entre a polícia e os órgãos de comunicação social e entre os órgãos de comunicação social inclusive, já que hoje em dia com três canais de info diária, há realmente essa preocupação de tentarmos fazer melhor ou mais do que a concorrência. E isso leva a casos extremos de estarmos a acompanhar em direto, durante largos minutos, o transporte da polícia em caixas de segurança com os adeptos de um estádio para o outro. Acho que isso não é notícia, não devia ser tão explorado. Isso parte de uma reunião, uma combinação entre a polícia e os órgãos de comunicação social.

**SS:** Achas que esses critérios dentro da própria RTP deviam ser estabelecidos?

**PM:** Sim. Acho que era fundamental. Acho que não existem, não sou a pessoa mais habilitada para falar sobre isso, porque não sou da Direção de Informação nem tenho qualquer cargo de estrutura. Mas pelo que me vou apercebendo não há qualquer *guideline*, não há qualquer linha por onde se deva ir, porque - se houvesse eu saberia - estou no terreno e nunca me disseram “vais só até ali e não exploras essa violência”.

Acho que não existe, mas realmente devia existir. Mas continuo a achar que antes de existir na RTP tem de existir em toda a comunicação social portuguesa no geral. Tem que haver uma colaboração, os órgãos de comunicação têm que remar todos para o mesmo lado, para que alguém não se aproveite, porque infelizmente hoje em dia há canais que vivem para isso, para a violência, para os casos de tragédia e realmente se não houver uma ação concertada entre todos...

**SS:** Achas que o viver para isso por parte de certos órgãos de comunicação social, como dizias, tem levado à banalização da violência?

**PM:** Sem dúvida. E lá está, o aparecimento desses órgãos de comunicação social, que já existiam um pouco em jornal e agora passaram para a televisão, tornaram ainda mais banal essa questão da violência. É verdade que se costuma dizer que a comunicação social dá aquilo que as pessoas querem ver, mas as pessoas só veem aquilo que nós queremos dar. E, lá está, em Portugal, onde há uma grande preocupação das pessoas conhecerem a vida dos outros, a tragédia, a desgraça alheia, realmente as pessoas adoram ter esse espetáculo. Nós é que temos que filtrar essa informação, filtrar essas imagens e não dar tudo o que as pessoas querem ver. Se há alguém que explora essa questão ao máximo, se há alguém que vive para a violência, a tragédia, a desgraça alheia, torna-se mais difícil.

**SS:** Achas que o jornalista de serviço público tem uma missão diferente de um jornalista que trabalhe para um canal privado?

**PM:** Sem dúvida, indiscutivelmente, para o bom e para o mau. Ou seja, se nós temos de dar tudo o que é serviço público, e serviço público é uma definição muito abrangente, vai a muitas áreas, mas nós temos que dar serviço público às pessoas, aquilo que muitos não dão. Mas também temos o outro lado, que é o lado de sermos um pouco vistos como o exemplo a seguir. E nesta questão da violência eu tenho consciência que se a RTP der algo de violência em primeiro lugar que os outros, provavelmente será criticada porque o fez, porque é o serviço público e temos que ter cuidado. Agora se for um canal privado a fazê-lo em primeiro e se a RTP for atrás já ninguém é criticado, porque já acham normal, porque é um canal privado. É verdade que o serviço público na questão da violência devia ser igual para todos. É uma questão que devia cruzar todos os órgãos de comunicação social. Agora nesta questão da violência no serviço público de televisão temos de ter muito cuidado, porque nós somos vistos como um modelo, para o bom e para o mau.

**SS:** Quando estás a trabalhar um tipo de informação que envolva violência, no recente caso de Guimarães por exemplo, pensas na suscetibilidade do público que vai receber essa informação?

**PM:** Penso, porque eu antes de ser jornalista sou ser humano, antes de ser jornalista sou pai e sou um filho e, por exemplo, se tivesse o assunto de Guimarães nas mãos eu não sei... Aquele canal de televisão estava em direto e em direto já não há nada a fazer. Agora se estivesse depois como coordenador eu iria pensar e reunir toda a equipa, reunir com a direção e saber até que ponto devias continuar a explorar ao máximo essa notícia. Porque antes de sermos jornalistas como pais, somos avós... E eu não gostaria de ver o meu pai naquela situação, sempre que coloco alguma cena de violência no ar, eu antes de falar como jornalista coloco-me na pele daquelas pessoas. Porque se eu estivesse na pele daquelas pessoas eu não



gostaria de ver aquelas imagens no ar. Eu dou um exemplo que aconteceu recentemente: um acidente com um autocarro na A2, em que a Helena Figueiras foi a primeira a chegar lá e estava em direto no Telejornal a tentar recolher depoimentos de testemunhas, e chegou ao pé de um senhor que foi o primeiro carro a chegar e que viu tudo. O senhor disse logo “eu não quero falar, eu estou em estado de choque”. E a Helena percebeu e ela própria disse e muito bem “temos de respeitar a dor desta pessoa”. Eu também se estivesse no lugar dele não iria falar. Lá está... nós antes de sermos jornalistas somos humanos e como seres humanos temos que nos pôr no papel das outras pessoas e saber até onde é que aquilo que damos é notícia.

**SS:** Achas que o direto é uma condicionante, no sentido em que passas coisas que se tivesses tido tempo para pensar não passarias?

**PM:** Sem dúvida. Eu já vi dois momentos delicadíssimos em termos profissionais em direto com violência em estádios de futebol, num Benfica-Porto e no Sporting-Atlético de Madrid. Mas violência mesmo muito forte, tanto numa como noutra. E eu, por exemplo, no Benfica-Porto dou por mim a ser apedrejado com as pedras a serem lançadas de um lado e doutro, com a polícia no meio. E eu e o repórter de imagem nem nos lembramos, estávamos totalmente desprotegidos e fomos sempre atrás da polícia a relatar aquilo em direto, com os polícias a servir de nosso escudo humano. Mas esquecemo-nos de um pormenor: os polícias tinham capacetes, tinham um escudo... Há uma altura em que um polícia se vira para nós e pergunta: “Vocês sabem o que é que estão aqui a fazer? Vocês são uns inconscientes, vocês podem levar com uma pedra e caem para o lado, podem morrer”. Só quando o polícia nos disse isso é que nos lembramos que estávamos a ser completamente imprudentes. Lá está era aquela ansiedade do direto, de querer mostrar, de querer informar, nem nos lembramos da nossa integridade física, o polícia é que nos alertou. Este é um exemplo do perigo do direto. O outro foi no Sporting-Atlético de Madrid, foi uma situação idêntica. Estava em Alvalade em que a dada altura estou a relatar um lançamento de pedras e petardos de um lado e do outro, e reparo que o carro de satélite da RTP estava a começar incendiar, porque uma tocha tinha caído em cima da antena e estava lá um colega meu dentro. Eu entrei em pânico, apesar de tudo estava em direto, mas disse “não temos condições para continuar em direto” e fechei ali o direto. A minha preocupação foi logo tentar socorrer, tentar saber como é que estava o nosso colega. Mas lá está, isso foi despoletado porque aquelas pessoas viram que nós, RTP, estávamos em direto e a forma de se vingarem foi tentar incendiar o carro. E mais uma vez o perigo do direto... Provavelmente se não estivéssemos em direto não correríamos aquele risco, não estaríamos ali naquela altura.

**SS:** Achas que as pessoas quando veem uma câmara tem mais tendência a criar esse tipo de desacatos?

**PM:** Sim, indiscutivelmente, a câmara é para o bom e para o mau também. A câmara pode ser muito importante noutro tipo de situações para relatar e mostrar casos que ninguém conhecia, porque a camara tem muita força para o lado bom, mas também tem muita força para o lado mau. Porque as pessoas e os grupos de pessoas nos estádios de futebol tornam-se autênticos heróis quando percebem a câmara, porque acham que mostrando os seus atos de violência, que vão marcar terreno para com o adversário. É claro que não são todos assim. Há aqueles que é o contrário, há aqueles que veem uma camara e se retraem e se refugiam, e até evitam a câmara. Mas a maioria, e sobretudo as claques de futebol, ganham força com as

televisões, com as câmaras, elas vão procurar mostrar a sua força, porque sabem que aquelas imagens depois vão ser vistas pelo chamado inimigo. É muito complicado e nós devíamos ter cuidado para não servirmos exatamente de condutor de mensageiro para aquilo que eles consideram o inimigo, as claques dos clubes de futebol.

**SS:** Que critérios tens em conta quando estás a dar informação em direto?

**PM:** Em primeiro de tudo tento evitar ao máximo a exposição de crianças, de mulheres, de pessoas mais idosas e se vir que a informação não necessita de mostrar caras, não mostro as caras, evito. Agora se mostrar as caras for para mostrar as pessoas que estão a provocar a violência, isso não tenho problema nenhum em mostrar. Acho que até devemos mostrar e não devemos ter receio em fazê-lo, com o medo, com o perigo de sofrer retaliações dessas pessoas. Acho que se há pessoas que estão a provocar desacatos, se estão a provocar violência só temos que mostrar isso a toda a sociedade.

**SS:** No ano passado, o Conselho de Redação e a Direção de Informação anterior determinaram que não se podiam emitir imagens que fossem alvo de propaganda ou de incentivo ao terrorismo, isto surge no âmbito das decapitações do ISIS, revês-te nesta posição?

**PM:** Sem dúvida, totalmente de acordo. Acho que ainda mais nós, como já há pouco falamos, que somos serviço público, devemos ser quase um modelo de televisão em Portugal, nós mais do que nunca, não podemos ir atrás dessas imagens. Não podemos ser um veículo publicitário de algumas facções políticas, religiosas... Acho totalmente louvável essa decisão. Revi-me logo nessa decisão, tanto do Conselho de Redação como da Direção de Informação anterior, que é não irmos atrás de mensagens políticas, religiosas. São claramente mensagens que não nos dizem respeito, ainda para mais para Portugal. Um país muito católico, um país religioso, não faz sentido estarmos a explorar essas mensagens que são claramente mais localizadas naquela parte do mundo.

**SS:** Quanto ao trabalho da ERC achas que neste âmbito é mais ou menos passivo?

**PM:** Confesso que não estou tão dentro do assunto. Eu sei que a ERC quando há situações de violência condena, procura condenar essas situações. Eu penso que ERC devia condenar no sentido contrário. Devia ser mais firme para com alguns órgãos de comunicação social que exploram ao máximo a violência. A ERC não tem só que nos defender, como também tem que nos criticar, tem que ser firme para aqueles que ultrapassam o limite e acho que aí, sem conhecer muito bem o papel da ERC nessa área, por aquilo que leio, por aquilo que vejo, acho que a ERC é pouco firme e permite que se ultrapassem os limites.

### Pedro Pessoa (E31)

**SS:** Qual a tua percepção sobre o tratamento de violência na informação televisiva?

**PP:** Existe um cuidado para não chocar as pessoas e também é quase um jogo, um puzzle que tens que montar. Ou seja, tens que ter o cuidado para não chocar as pessoas, mas também tens que transmitir a noção da violência.

**SS:** O papel do editor de imagem não deixa de ser importante nesta questão, na medida em que passa por vocês o trabalho das imagens de forma a não chocar, certo?

**PP:** Sim, claro.

**SS:** De que forma é que o fazem?

**PP:** Por exemplo, se tivermos um massacre numa escola, só o facto de serem crianças poderá chocar muito mais, do que se for um adulto. Tem a ver com a natureza do próprio ser humano. E nesse caso temos que arranjar uma maneira. Ou limitamos o número de imagens onde as crianças estão visíveis, ou seja, se for uma escola, tentas dar planos de uma escola destruída e o jornalista depois diz no texto X crianças morreram ou ficaram feridas. Ou então temos que recorrer sempre a tapar as imagens, a desfocar as imagens para que não seja visível, por exemplo, as feridas ou uma criança que não tenha um braço...

**SS:** Isso acontece essencialmente em imagens de internacional?

**PP:** Sim. Normalmente, quando são envios de internacional nós recebemos as *dropshots* onde vem descrito o que é que cada plano tem, o que é que os entrevistados dizem, etc. Para o jornalista isso é um trabalho como o de uma reportagem normal, que tem de ser feita pelo próprio jornalista, tem que visionar o material. Havendo essa *dropshot* já não existe essa necessidade, a não ser que se queira fazer uma coisa mais elaborada, procurar um som específico para pôr na peça, porque de resto a pessoa olha para a *dropshot* e a partir daqui consegue escrever a peça. Evitando assim de ver as imagens. Portanto, a pessoa só acaba por ver as imagens quando chega à sala de edição. Com o trabalho que temos hoje em dia torna-se difícil também para o jornalista acompanhar, por vezes, a edição. Ou porque tem de pôr oráculos, ou tem de escrever títulos. Muitas vezes cai no colo do editor ter que visionar o material todo e criar a peça através das imagens. Ou seja, filtrar as imagens que à partida criem impacto, mas que não choquem muito as pessoas. Isto é, que transmitam a imagem de violência que houve num crime ou no que quer que seja, mas sem mostrar o sangue e sem mostrar essas coisas.

**SS:** O que é que impera aquando dessa seleção?

**PP:** É o senso comum da pessoa. Eu ao ver uma imagem, eu não sou nenhum *robot*, portanto, se eu vir uma imagem de uma criança sem braço, não é a mesma coisa do que ver um corpo ao longe, ao fundo de um avenida em que não consigo ver os detalhes. Normalmente, é isso, são os detalhes que vês na imagem. Quanto mais detalhes tiveres, pior é.

**SS:** Optar por planos abertos é uma estratégia?

**PP:** Sim, porque nós também estamos sempre condicionados ao texto. Quando se fala em número de mortos, pode-se dar planos mais gerais, evitar dar os planos mais apertados, porque qualquer pessoa não olha para um corpo mutilado e fica indiferente.

**SS:** O que é que evitam mostrar?

**PP:** Depende do tipo de reportagens. Numa grande reportagem nós somos quase obrigados a utilizar o material todo. E aí temos truques. Ou seja, se tivermos um cenário cheio de sangue e isso tudo, o vermelho chama muito à atenção e as pessoas ficam mais sensíveis. Então podemos pôr a imagem a preto e branco. Isso é uma técnica bastante usada no cinema, por exemplo. Tens um filme que é o Kill Bill em que tens um cenário de luta, com espadas e a cortarem-se uns aos outros que, de repente, vira a preto e branco e como não consegues distinguir as cores, todo o sangue que voa de um lado para o outro e que mancha as paredes, já não tem aquele impacto como se fosse a cores. Portanto, já não choca tanto. Mas sim, recorrer ao preto e branco, desfocar e depois, em último caso, é evitar mostrar. Ou então, frisar mesmo as imagens se for, por exemplo, um assassinio, alguém a cortar uma cabeça a outra pessoa... Claro que nós acabamos por ver a imagem toda, só que depois o que vai para o ar, nós temos a necessidade de mostrar a pessoa a perder a cabeça.

**SS:** Consideras que deve haver um limite?

**PP:** Como profissional acredito, mas como ser humano acho que se devia mostrar tudo e a pessoa depois em casa faz o seu próprio juízo de valor. Porque a barreira entre o não mostrares e o mostrares é muito grande. Nós como profissionais vemos cenários em que a barbárie é tão grande que só mostrando é que, às vezes, é possível que as pessoas tenham a perceção. Acho que às vezes também é preciso chocar as pessoas, embora a gente tente evitar ao máximo. Uma pessoa só chocada é que vai reagir. A maior parte das vezes as pessoas não reagem, como já estão habituadas a ver cenários terríveis em filmes, já misturou isso com a realidade. Portanto, ficção e realidade misturam-se um bocadinho, já não choca tanto. Por isso é que depois há discussões em que “então como é que no Telejornal vocês passam um corpo mutilado tapado, mas logo a seguir passam um filme com pessoas a perderem a cabeça e a perderem outros membros?”. Acho que tem que se ter cuidado, ou então passar as imagens todas, mas fazeres um pré-aviso, no pivô dizer “as próximas imagens podem chocar as pessoas mais sensíveis”. Eu acho que isso devia ser sempre feito, por mais que as imagens não sejam muito detalhadas, mas deve-se chamar sempre à atenção, porque além dos adultos, muitas vezes estão as crianças também a ver e as crianças ainda não estão naquela idade de perceber e distinguir as coisas, portanto senão tiverem acompanhamento adulto, torna-se complicado.

**SS:** Revês-te nas decisões tomadas pelo anterior Conselho de Redação e Direção de Informação sobre a proibição da transmissão das imagens do ISIS, uma vez que poderiam servir de apelo a atos terroristas ou à propaganda?

**PP:** Eu pessoalmente não concordo, mas tenho que seguir.

**SS:** Porque é que não concordas?

**PP:** Há muita gente que poderá achar esta comparação um bocadinho extremada, mas se nós dermos imagens de missas católicas e de tudo e mais alguma coisa, de todo o tipo de religiões, damos os bombardeamentos no Iraque também, os ataques a norte americanos no Iraque e noutros países... Se mostramos isso, porque é que não vamos mostrar o resto? No fundo é informação, portanto acho que se deve mostrar a realidade. Se eles andam a fazer isto, nós temos de mostrar isto. Lá está, era o que dizia há pouco, às vezes temos de chocar as pessoas. Só a partir daí é que as pessoas têm uma reação e só a partir dessas reações é que se originam soluções (manifestações ou obrigamos o Estado a reagir perante a Comunidade Europeia). Se vamos começar a limitar as imagens que passamos do ISIS então também tínhamos que fazer a mesma coisa para todos os tipos de combates que existem.

**SS:** Achas que se devia aplicar a mesma fórmula, de mostrar, a tudo o que se passa?

**PP:** Sim, senão também teríamos que deixar de dar manifestações em que a polícia reage, ou pessoas que atiram tochas...

**SS:** É importante a criação de critérios que pudessem estabelecer uma linha que vos oriente e que vos possa auxiliar no tratamento efetivo dos casos de violência em concreto?

**PP:** Bem, felizmente não somos nós que decidimos isso, porque cada editor tem a sua visão do assunto. Temos editores que concordam em que se deva mostrar tudo, temos outros que não, que não se pode mostrar nada, outros é um meio-termo.

**SS:** Daí consideras importante estabelecer uma forma que uniformize o tratamento da violência, capaz de garantir, sobretudo, a identidade da RTP?

**PP:** Sim, para isso é que as pessoas são pagas, para estabelecerem essa diretivas e nós temos que simplesmente segui-las.

**SS:** Achas que devam ser estabelecidas desde já, ou acreditas que funcione melhor o método da aplicação normas à medida que os casos vão surgindo, como aconteceu nesta questão do ISIS?

**PP:** É difícil ver caso a caso, porque muitas vezes são acontecimentos inesperados... Hoje é o ISIS, amanhã tens um crime ali na esquina com um homem que cortou a cabeça à mulher. E o que é que fazemos? Por não ser o ISIS então podemos mostrar é?

**SS:** Achas que o jornalista de serviço público tem aqui uma missão de informar diferente de um jornalista de um canal privado?

**PP:** A CMTV porque eles vivem disso, não é? Tudo aquilo em que nós temos o cuidado de não mostrar, eles põem ali porque, no fundo, é o que as pessoas querem ver. É por isso que também acho que o cuidado que nós temos aqui, às vezes, também afasta um bocadinho os telespectadores. Os telespectadores querem ver o que realmente aconteceu. Se nós dizemos que “fulano tal perdeu a cabeça” e nós damos um *off* com imagens genéricas, no momento a seguir as pessoas ligam o computador e vão à procura dessas imagens na internet. Só mesmo as pessoas que não têm internet é que não conseguem

fazer isso. Portanto, a nossa autocensura, por assim dizer, às vezes é excessiva, mas a maior parte das vezes leva as pessoas a recorrerem a outros meios para chegarem a essa informação.

**SS:** Achas que esse mostrar sem pudor, e tendo em conta uma visão geral das televisões, conduz à banalização da violência?

**PP:** Não só em Portugal, em todo o mundo, porque tens a violência um bocadinho em todo o lado, no cinema, nos jogos.

**SS:** Falo na questão da informação que expõe uma violência real. É suportado que quando acontece um caso de violência depois exploram-se vários casos dentro desse mesmo caso de forma exaustiva...

**PP:** Na questão da informação isso às vezes é o rastilho para depois uma sequência de investigações. Às vezes nós temos uma sanguessuga, temos de sugar o sangue todo até ao tutano, para conseguires para fazeres notícia, para teres audiência. As pessoas, a partir do momento em que lhes é dado uma coisa para as mãos, elas hoje estão sedentas de informação, querem saber o máximo, o problema é que nós não sabemos pôr um travão nisso. Não sabemos ter um peso e uma medida.

**SS:** Achas que devia existir no geral?

**PP:** Sem dúvida.

**SS:** Achas que devia ser a ERC a criar esse “travão”?

**PP:** Sim, poderia ser a ERC ela já atualmente faz isso.

**SS:** Ou achas que isso deve funcionar de forma independente por cada órgão?

**PP:** Os órgãos têm que ser independentes, mas podem, como uns já seguem, seguir regras da ERC. Portanto, um programa que tenha X tempo, não pode ter mais que X tempo se a ERC não souber disso. Imagina que se hoje um membro do governo morresse, logo a seguir ia-se ao arquivo todo procurar todos os membros que tivessem sido assassinados ou mortos e fazias grandes reportagens, diretos de não sei aonde, reações de pessoas... Tudo isso é muito concentrado. E uma coisa que hoje está moda é fazer debates “a torto e a direito” e trazeres mil e uma pessoas para estúdio para estares horas e horas sobre o mesmo assunto sem acrescentar nada. Basicamente é o que nós chamamos “encher chouriços”, é encher a emissão. Acho que isso é excessivo. Se tiveres uma reportagem de trinta minutos sobre o assunto é o suficiente. Não precisas de estar um dia inteiro numa “emissão especial”, como eles gostam de chamar a falar do assunto e a repetir peças, a fazer diretos.

**SS:** Achas que funcionaria melhor se fossem abordando os assuntos gradualmente ao invés de a tratarem hoje de forma consistente e amanhã já não se toca no assunto?

**PP:** Sim, é um bocadinho a informação *fast food*. Dás a notícia que desenvolves até ao tutano e amanhã segues para outra.

**SS:** Em questões de violência achas que isso acontece?

**PP:** Sim, a violência é uma coisa já banal do dia-à-dia. Hoje transmites um ataque na Ucrânia, tens logo os especialistas a falar a seguir sobre o que é que se pode fazer. No dia a seguir a mesma coisa no Iraque e já esqueceste a Ucrânia.

**SS:** Achas que a ERC tem feito um bom trabalho de regulação no âmbito da exposição da violência quando há casos de exagero extremo e que muitas vezes atropela os limites legais?

**PP:** Eu não tenho visto grande coisa da parte da ERC, até porque a ERC como os provedores da RTP às vezes só reagem quando alguém reclama e se não houver uma reclamação por parte de alguém, deixam passar. Varrem aquilo.

**SS:** Consideras que essa forma de atuação é errada?

**PP:** Sim, porque não deve partir da população, eles têm que ser pró-ativos, portanto, não podem estar ali numa passividade à espera que alguém levante o braço e diga que está mal, “ah está mal, então nós vamos ver, vamos averiguar”. E a partir daqui é pronto “vamos fazer umas recomendações para coisas não se repetirem”. Sendo a ERC acho que teria sempre muito mais impacto, do que sendo por exemplo o Provedor da RTP que é mais fogo-de-vistas. Aparece e é “sim, sim”. Uma pessoa que veja o programa do Provedor até ao final vê que ele nunca tira uma conclusão. É “ah vamos aconselhar a direção de informação”, mas não passa disso. Basicamente ele serve para receber as queixas das pessoas e não sabemos muito bem como é que essa informação é trabalhada pelo Provedor e passa para a direção respetiva. Se for um programa de informação, para o Diretor de Informação da RTP não sabemos como é que ele é informado e como é que ele depois pega nessa informação e a transpõe para a redação. Portanto, eu digo que basicamente ele recebe as reclamações e limita-se a isso. Só que pronto tem um programa de televisão, porque senão tivesse um programa de televisão, então aí ninguém sabia que ele existia. Nunca o vi na redação. Nunca vem cá à redação. Nunca falou com as pessoas aqui, quando fala é através de alguém do seu programa que vai entrevistar essa pessoa. Não vai à procura da informação. Muitas vezes, se calhar recebe a informação já trabalhada. Acho que o trabalho dele com a própria redação devia ser mais direto e por isso eu acho que ele devia estar mais presente na redação. Está fechado no seu gabinete e pronto.

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a transmissão de violência na informação televisiva da RTP?

**RMC:** A violência é um conceito abrangente. Tanto pode ser violência no conteúdo, como na forma, ou seja, pode representar-se por imagens como pelo peso da informação que está a ser transmitida. Sem o recurso à imagem, mas a própria informação em si. Para conter informação violenta tem que ser sempre pertinente e justificar-se para estar em antena. Essa avaliação requer obviamente muito bom senso e um conceito de serviço público e de informação pública muito bem definido. Balizado a partir da hora a que é transmitido, pelo público-alvo e pela pertinência do valor notícia que está em causa.

**SS:** Achas que o jornalista da RTP tem uma missão diferente de um jornalista de um canal comercial?

**RMC:** Tem um escrutínio muito mais elevado. É muito mais alvo de avaliação tendo em conta as potencialidades sociais que lhe estão atribuídas por estar a trabalhar no serviço público. Por isso sim, tem um enfoque diferente. Nem que seja pela obrigação de um caderno de encargos e de obrigações a que está vetado.

**SS:** Esta questão da violência na informação é um tema muito subjetivo. Esta subjetividade causa dúvidas muitas vezes naquilo que pode ou não ir para o ar. Achas que essa subjetividade tornar-se-ia mais transparente se vocês tivessem recomendações?

**RMC:** Existem recomendações quer aquelas que estão estabelecidas pelo horário e que, por isso mesmo, como é anterior às onze da noite não pode ter determinado tipo de linguagem, imagens suscetíveis de atingir os telespetadores mais sensíveis e, obviamente, falamos aqui das crianças. Acima de tudo, a maior parte das empresas de comunicação social têm uma espécie de *guidelines* internos. Nós na RTP temos. É certo que os Diretores de Informação têm alterado, consoante os seus conceitos de violência ou conceito de pertinência ao longo dos anos, mas quase todos um pouco homogêneos no que diz respeito a temas que não são fraturantes como, por exemplo, não dar notícias de suicídios.

**SS:** Quais é que são esses *guidelines*?

**RMC:** Não insistir naquilo que se chama o conceito do bel no incêndio. Não mostrar partes de uma figura que possa ser identificada pelos seus familiares, quando já cadáver, mas existem outras ideias que são sempre alvo de discussão e que levam a que muitas vezes as pessoas discutam e conversem na redação. E, apesar de ter sido tomado uma decisão os colegas não concordarem. Eu, por exemplo, não concordei com a imagem que pusemos da Rosalina Ribeiro. Era uma fotografia que não acrescentava minimamente nada de conteúdo informativo, era absolutamente gratuito, apesar de não ter sangue, não ter nada que pudesse indiciar que aquela mulher tinha sido alvejada. Em contra partida, por exemplo, a forma como o Saddam foi tratado, tem conteúdo noticioso. As críticas que foram sempre feitas a uma facção ou a outra... Depois repetiu-se alguns atos que eram condenados quando era o Saddam a comete-los. Apesar de ser muito mais imagético, muito mais visual, acrescenta muito mais informação do que o corpo da Rosalina Ribeiro. Mas haverá sempre vozes dissonantes, a partir do momento que somos seres dissonantes isso acontece.



**SS:** Revê-te nas decisões tomadas pelo Conselho de Redação e pela Direção de Informação anterior sobre o ISIS?

**RMC:** Sim, eu acho que a partir do momento em que são redundantes não faz sentido absolutamente nenhum mostrar o ato em si, o ato em si, o rosto da pessoa, sabemos o que é se passa... Eu recordo-me de um dos últimos vídeos, eles aprimoraram aquilo a que se chama de propaganda e sabem o que estão a fazer. E isso é até interessante do ponto de vista jornalístico e social, porque eles começaram a usar *drones* e as gruas para construir um conceito quase... tal como fez Hitler com Riefenstahl. Criar o conceito do poderio da imagem, do poderio... Num dos últimos vídeos não pusemos a decapitação, mas havia umas imagens que era o sangue a deslizar pela areia e a juntar-se ao mar. É uma imagem violentíssima mas muito simbólica. Se calhar era suficiente, tendo em conta o ato que tinha sido cometido e que não mostrámos. Mas sim, revejo-me perfeitamente nessa decisão.

**SS:** Achas que a RTP se orienta muito na sensibilidade do jornalista, mais do que qualquer *guideline* ou pela experiência?

**RMC:** Pela experiência e por aquilo a que se chama de análise social. Eu até posso achar que aquela imagem faz sentido surgir, mas eu sei que o meu público, ou na generalidade, as pessoas não têm necessidade de a ver. E tomar uma decisão tendo em conta, obviamente, sempre o público.

**SS:** Pensas na suscetibilidade do público que vai receber a informação que vais transmitir?

**RMC:** Sim. E por isso é que temos atenção... se há alguma coisa que pode ferir ou melindrar o telespectador tem que ser avisado com antecedência. Daí colocarmos a informação em pivô “as imagens que se seguem podem chocar o telespectador”. Até para proteger o jornalista. A pessoa a partir daquele momento tem o livre arbítrio de mudar de canal.

**SS:** Achas que a violência é usada para socorrer o sensacionalismo?

**RMC:** Sim, sem dúvida nenhuma que é utilizado como um chamariz, um *freakshow*... Sempre resultou porque mexe com aquilo que é mais particular e que é mais íntimo do ser humano, que é o estranho, o inusitado, o bizarro, o curioso... e as pessoas têm quase uma morbidez assumida de ver e gostar de ver aquilo que a maior parte das televisões não mostra porque são imagens eventualmente chocantes. E há opções de alguns canais em assumir isso sem qualquer pudor. Eu acho que todas as linhas editoriais são plausíveis desde que sejam assumidas. Ou seja, não podemos ter um jornal de exceção, de elite, sério, rigoroso, sensato e depois não seguir minimamente nenhuma destas diretrizes. A partir do momento em que tens um meio de comunicação a dizer “isto é o que nós somos, não temos pretensões de ser mais”, é plausível existir. E fazem falta existir o outro lado do campo para que as pessoas percebam o que é o bom senso daquilo que é o sensacionalismo. Mas sem dúvida nenhuma que são formas, são formas, são ingredientes, para se buscar público.

**SS:** Achas que a ERC tem feito um bom trabalho de regulação neste sentido?

**RMC:** Acho que está a regular bem. Muitíssimo bem. Há algumas coisas que excecionalmente poderão falhar ou por engano ou por uma decisão mal tomada. A RTP tem sido sempre muito equilibrada nestas decisões.

**Rita Ramos (E33)**

**SS:** Rita, qual é a tua perceção sobre o tratamento de violência na informação televisiva da RTP?

**RR:** Nós na RTP tentamos ter uma abordagem transversal, tentamos estabelecer critérios que sirvam a todas as horas, em todos os canais, para essa decisão não ficar nas mãos de uma pessoa, não é?! Porque aí, obviamente, entram as sensibilidades individuais de cada um. Eu costumo dizer (eu tenho duas filhas pequenas) que, por exemplo, às oito da noite eu não ponho aquilo que eu não quero que as minhas filhas vejam. De facto, às oito da noite é o público geral. Se estivermos a falar das dez da noite ou da meia-noite, já podemos dar um outro tipo de imagens. Ainda assim, acho que devemos ter um critério que é: não dar uma imagem gratuita sem contexto. Dou um exemplo: para mim não é notícia, só pelo valor da imagem, dar a imagem de um autocarro que fez uma travagem brusca – como já vi – na China, em que um dos passageiros sai pelo para-brisas. É uma imagem fantástica, mas é de uma violência... para mim não é notícia! Nós temos sempre de ponderar primeiro: é notícia? Se é notícia, merece estar no Telejornal? Merece. Posso dar a notícia sem dar o sangue? Noventa e nove por cento das vezes podemos. Tu podes dar quase toda a ação até àquele momento de extrema violência em que tu vês sangue. Tu consegues mostrar imagens, por exemplo, de um resgate após o colapso de um prédio, sem mostrar a criancinha ensanguentada ao colo do bombeiro. Tu às vezes com uma expressão de horror, de alguém que está no cenário ou as ambulâncias, com a imagem ao longe, já de costas, consegues mostrar isso, não precisas de mostrar a criança com a cara desfeita. Muitas vezes a tentação é grande, porque é uma imagem que entre aspas vende. As pessoas têm aquela ideia “isto é a imagem do dia”, mas pode não ser. Porque da mesma forma que nós podemos achar que aquele é o boneco que mostra toda a dor e sofrimento causados por aquele desastre, ao mesmo tempo também temos que ter a perceção que se eu estivesse em casa, se calhar mudava de canal nessa altura, porque é demasiado.

**SS:** É na suscetibilidade do telespectador que tu pensas antes de dar esse tipo de notícias?

**RR:** Penso na suscetibilidade do telespectador e se é gratuito; se não é um bocadinho de voyeurismo. Há aquelas pessoas que vão ao Youtube ver aqueles vídeos de acidentes, há pessoas que têm essa necessidade – eu não tenho – e acho que é voyeurismo. A informação séria não precisa disso.

**SS:** Estavas a falar do que se tem vindo a dar... Achas que o facto de a violência criar audiência, porque a pessoas têm mais suscetibilidade ao diferente e ao inédito, achas que isso conduz à banalização da violência?

**RR:** Por um lado conduz, mas a violência já é banal por si. Porque se nós formos ler o Diário de Notícias de há um século nós vemos violência. A violência, o perigo sempre foi notícia, mas sempre houve violência e crime. Mas se me perguntas se hoje em dia há mais violência, eu não acho que haja mais violência. Não acho que seja por ver mais nos jornais, se calhar não vês, se calhar já havia, já se dava, não é? O que não havia era a informação vinte e quatro horas por dia, tu já davas, não é? Já aparecia nos jornais. Mas hoje em dia tens internet, é mais difundido, parece que se multiplicam mais. Mas não quer dizer que não houvesse essa cobertura jornalística da violência, sempre houve a do crime. Agora, por um lado é importante dar, por exemplo, um crime de violência doméstica é importante mostrar. Tem que se

mostrar, não se pode resumir a violência doméstica a um *off* com os resultados finais, com os números do final do ano, não podes. Por outro lado, tens que medir que se há um crime de violência doméstica ou uma morte – não há por semana, mas há quase – também não vais estar a por uma todas as semanas, porque deixa de ser notícia, não é?! Portanto, tem que haver aqui às vezes um enquadramento. Não vais fazer aquela senhora que morreu de violência doméstica, mas se calhar, de três em três meses tens que fazer uma peça a dizer que estão a aumentar os crimes de violência domestica, tens que enumerar alguns casos, acho que é uma boa estratégia.

**SS:** São esses os critérios que existem que acabaste de enumerar ou existem outros?

**RR:** Sim, eu acho que dentro da RTP é mais ou menos esta a perceção. Alguns estão escritos, outros não estão escritos, mas acho é mais ou menos esta a perceção.

**SS:** Achas que era importante que estivessem escritos?

**RR:** Estão escritos. Há um livro de estilo que foi elaborado há alguns anos, que é o que está em vigor, mas que está em alteração.

**SS:** Há quem assuma que está em vigor, há quem diga o contrário...

**RR:** Está, até ser revogado está em vigor.

**SS:** Achas que o jornalista, nesta questão particular, de serviço público tem uma missão diferente daquela que tem um jornalista que trabalhe para um canal privado?

**RR:** A missão é a mesma, a responsabilidade é que é diferente. Porque nós somos mais escrutinados e temos que responder mais perante a opinião pública. Mas há princípios básicos que fazem parte do nosso estatuto de jornalista e está tudo regulamentado, e acho que muitas vezes não se segue, mas tem de se seguir. Por exemplo, o direito à imagem, é básico. Não colocares pessoas que estão numa situação frágil. Por exemplo, uma imagem de umas cheias (estou sempre a falar de imagens que me estou a recordar), tu por exemplo pões uma senhora a ser salva que vem em cuecas e soutien. Não dás um plano apertado, tens de ter essa atenção porque é uma pessoa que ali está. Ela está a ser resgatada e tu não lhe foste pedir o consentimento, quer dizer...

**SS:** A experiência do jornalista nestes temas particularmente é importante para o tratamento destes casos?

**RR:** A experiência é muito importante, mas é sobretudo importante a humanidade e o bom senso. Porque tu podes ter muita experiência, mas se não tiveres um lado humano, não te conseguires criar empatias e não te colocares um bocadinho na pele do outro, não te serve de nada a experiência, porque só vais estar a procura do *scoop*, da melhor notícia. Eu vou-te dar um exemplo prático que me aconteceu há muitos anos. Mil novecentos e noventa e sete. Tinha um ano de profissão, não era experiente. Aconteceram umas cheias muito importantes no Alentejo. Morreram pessoas, foi horrível, terras e terras destruídas. E eu cheguei a um sítio onde a terra tinha sido destruída e tinha literalmente casas que tinham ficado cortadas a meio. E esta uma senhora, uma viúva, com a fotografia do marido, com uma farda militar. E tu sabes que quando olhas para uma cena e pensas “isto é a imagem!”. E eu aproximei-me da senhora, a senhora estava

com o retrato do marido, estás a ver?! Foi a única coisa que ela conseguiu salvar da casa, mas tipo “salvei o meu bem mais precioso”. E olhei para a senhora e a senhora olhou para mim e fez-me só assim... (abanou a cabeça). E eu disse ao repórter de imagem “tu não filmas”, eu não vou por uma imagem desta senhora, porque nem se trata de obter uma autorização, é teres a sensibilidade de perceberes que aquele momento é só daquela pessoa

**SS:** Achas que essa sensibilidade do jornalista se tem vindo a perder?

**RR:** Eu acho que pelo facto de nós estarmos sempre em direto, sim.

**SS:** É um constrangimento?

**RR:** É um constrangimento, porque te tira a capacidade de análise. Isto que eu te estou a contar, eu nunca contei aqui, porque se eu contasse a algumas pessoas era “ai perdeu a notícia”. Não! Tu tens que ter a noção de quando é que acaba o teu trabalho jornalístico, de quando é aqui é o ser humano, percebes?! E tu tens que ter esse respeito, nunca podes perder o respeito.

**SS:** Já te aconteceu graças ao direto ou ao imediatismo dar alguma coisa que afinal não querias ter dado daquela forma, quando mais tarde pensaste?

**RR:** Seguramente. Não me consigo lembrar, mas seguramente. Mas, por exemplo, estás em direto de um bairro em que houve uma situação qualquer – basta isto -, confrontos com a polícia, um exemplo normal. E tu, por exemplo, estás em direto, estás em plano geral e estás a mostrar pessoas que estão ali e se calhar nem tiveram nada a ver com a situação. Enquanto tu, se estiveres a editar o material podes isolar o grupo: “Foi este grupo que fez isto”. Na edição consegues controlar um bocadinho a perceção que as pessoas vão ter, não é?! É a imagem daquelas pessoas e tu estás em direto, não controlas, não vais pedir autorização, “olhe estou aqui por causa disto pode aguardar?” Estás em direto mostras tudo o que se está a passar à volta. Portanto, esses passos que tu deves ter cuidado, de “olhe estou a fazer isto”, identificares-te... Às vezes num direto, numa situação de emergência, acabam por ficar um bocadinho para trás.

**SS:** Com as novas tecnologias e com crescente chegada de vídeos amadores, de várias situações, o jornalista deve ter uma responsabilidade acrescida de filtro?

**RR:** Tem que ter. Porque é muito fácil, tu vais ao Facebook e sacas um vídeo, e a origem? Quem filmou? Com que objetivo? Quando? A data que lá está é real? Temos muitos exemplos desses, por exemplo na Síria... Colocam fotos no Facebook, depois vês que aquilo foi captado há um ano, numa situação completamente diferente, noutro contexto, que não tem nada a ver. E depois, passado um ano com uma legenda a servir, o momento tem outra repercussão. Portanto, eu acho que sim, temos de ter sempre atenção, verificar a origem, a fonte e o interesse dessa fonte, porque não há fontes desinteressadas.

**SS:** Tu enquanto jornalista tens um papel determinante na filtragem dos temas e das imagens que queres dar. Já censuraste imagens de extrema violência, porque achasses que aquilo não devia passar?

**RR:** Ah, claro. Não é censurar, é escolher, selecionar... Eu a partir do momento que tenho cinco planos, se ponho um, estou a censurar os outros planos. Não, estou a escolher um. Em vez de dizer que estás a

censurar quatro, podes dizer, estás a escolher um. Na escolha sim, obviamente. Olha vou-te dar um exemplo que te vai parecer disparatado, mas não é. É a diferença entre erotismo e pornografia. Tu fazes um filme com extremo erotismo em que tu dás a imagem até àquele momento, mas não fazes pornografia. Não é? É a mesma coisa. Tu podes dar as notícias sem ser pornográfica com a violência. Não acho que é uma imagem que as pessoas percebem, não é?

**SS:** O que pensas sobre o trabalho desenvolvido pela ERC na regulação destes casos em particular.

**RR:** Parece-me que a ERC funciona um bocadinho na base da denúncia e não da iniciativa. Muitas vezes eles reagem também, se calhar têm tantas queixas que, se calhar, o tempo é gasto mais a fazer a análise das queixas, mas eu diria que neste momento, a ERC deveria agir mais do que o que age. Deveriam eles próprios fazer a análise. Agora a ERC também não é um gabinete de censura, para estar constantemente a vigiar e a controlar. Mas acho que sim, devia ter mais opiniões sobre o uso da violência, imagens com crianças...

**SS:** Já estiveste em muitos cenários que envolvessem alguma violência, achas que esses cenários te trouxeram uma visão diferente também a nível pessoal?

**RR:** Sim. Nos primeiros anos de jornalismo nós fazemos muitos acidentes e eu costumava brincar, às vezes. Eu comecei a conduzir devagar, eu também não conduzo muito bem, mas conduzo devagar. E eu respondo: “olha que eu já vi mais acidentes num ano, do que tu a vida toda”. E é verdade, a violência marca-nos nesse aspeto. Pessoas que são indiferentes e que criam o hábito e que quase “ah, não é nada e tal”, mais um tiro, mais uma facada. Mas, se tu fizeres jornalismo com capacidade de surpreender e de absorver aquilo que tu estás a ver, claro que as coisas te afetam. É normal.

**SS:** Quão difícil foi ver aqueles refugiados a chegarem à Catânia?

**RR:** Isso é diferente...

**SS:** Não é um violência explícita, mas não deixa de ser chocante...

**RR:** Eu quando digo que as coisas nos afetam, afetam a nossa forma de estar e a abordagem perante a vida. Mas não vejo isso como uma dificuldade para nós, porque difícil é a situação que eles vivem e acho que nós, se nos colocarmos nós no papel de “ah eu estou aqui a presenciar esta situação tão difícil...”. É ridículo! Aquelas pessoas é que sofrem, eu não sofro, eu estou ali a assistir. É como eu vou fazer uma reportagem com um sem-abrigo. Eu não vivo na rua, eles é que estão mal, eu vou visitar as pessoas que ali estão naquela situação. Mas no dia a seguir volto para a redação, volto para a minha casa, tenho o meu conforto. Portanto, é um bocadinho ridículo nós acharmos que por fazermos uma reportagem já somos... Como se houvesse ali um processo de osmose, que tu estivesses a sentir o sofrimento daquelas pessoas. Não estás.

**SS:** É uma lição...

**RR:** Claro que é uma lição, tu relativizas aquilo que se passa na tua vida. Se calhar queixaste menos... “Ai não vou ao cinema há dois meses”, já não vou há dois anos, só vejo filmes infantis. Mas “já não vou

ao cinema...”. Ok, e?! Há vidas muito piores e eu acho que o jornalismo nos dá essa capacidade de relativizar, não é só colocar a pele dos outros, mas é nós conseguirmos perceber que há vidas mais difíceis e que temos a sorte de termos nascido no lado certo do planeta. O azar geográfico...

### **Rosário Salgueiro (E34)**

**SS:** Rosário, qual é a tua perceção sobre o tratamento da violência em geral na informação televisiva?

**RS:** Nós procuramos ter muito cuidado, sobretudo com o Jornal da Tarde e o Telejornal, porque estes programas – e o Portugal em Direto, também – abarcam uma linha muito transversal da sociedade. E, é obrigação nossa, temos que cumprir a Lei. Nenhuma imagem deve ser chocante antes das vinte e duas horas, mas nos últimos anos há imagens que nós não podemos deixar de dar, até pela sua violência, porque fazem parte de momentos importantes da história e da perceção que temos dela. O mais recente, tudo o que envolve o ISIS, como no passado a detenção do Saddam Hussein, a morte do antigo presidente Líbio... Se nós tivéssemos ocultado estávamos a fazer autocensura e estávamos a dar uma perceção irreal da história, daqueles momentos históricos e isso obrigou-nos a repetir até à exaustão, inclusivamente colocar em oráculo, por exemplo. Quando foi a morte do Saddam Hussein de que as imagens era chocantes, porque do ponto de vista humano – independentemente de concordarmos ou de deixarmos de concordar com o tipo de política e da ação daqueles ditadores – era, de facto, muito violento. Se não tivéssemos dado nós não poderíamos ter como entrar na discussão, que *a posteriori* se fez sobre a barbárie que se praticava naqueles países. E, por isso, nós temos essa obrigação de dar.

**SS:** Aí o papel do jornalista passa por retratar a realidade...

**RS:** É retratar a realidade. Por exemplo, em relação ao ISIS, a anterior direção tomou uma decisão que...

**SS:** Ia perguntar-te se te revês nessa decisão...

**RS:** Sim, completamente. Se calhar, a história vai mostrar mais tarde que nós estávamos a fazer a censura, mas ali... E, se calhar, na verdade estamos de alguma forma a fazer.

**SS:** Uma censura consciente?

**RS:** Uma censura consciente! Porque ao termos esta atitude estamos ao mesmo tempo a impedir uma propaganda de uma facção do nosso mundo e de um olhar do nosso mundo, desumano, violento e com uma noção da comunicação como muitos grandes profissionais da comunicação anglo-saxónica, que são os grandes exemplos, não têm. Profissionais da comunicação anglo-saxónica democrática não têm. E isto foi uma forma também de nós não contribuímos para a propaganda, porque ver um ocidental ou um não muçulmano de extremo – porque felizmente há muçulmanos muito decentes – e não ver, não mostrar pessoas vergadas pela violência, pela violência física e pela violência psicológica, não emitir palavras de pessoas que estão à beira da morte que, consciente ou inconscientemente, têm essa noção, dizer que estão a favor de um movimento daqueles, foi uma forma que nós tivemos na altura de não estar a contribuir para esta propaganda. E foi uma censura consciente.

**SS:** Que tipo de critérios é que imperam no tratamento destes casos?

**RS:** Neste caso em particular... Nós vivemos muitas vezes na dualidade, não é?! Vivemos muitas vezes na dualidade entre sabemos que audimetricamente vai ter um grande impacto, porque todo o ser humano tem esta vontade voyeurista. Há neurocirurgias que explicam muito bem o desconforto, mas o



desconforto desejado de quem está na comodidade do seu sofá. E, portanto, é este desejo voyeurista, mas ao mesmo tempo temos que ter consciência social e responsabilidade social. Porquê mostrar as partes mais íntimas de uma criança, que foi violada?! Audimetricamente seria um sucesso, mas seria de uma enorme irresponsabilidade social. Porquê mostrar as últimas palavras de alguém que se vai suicidar a seguir?! Audimetricamente seria um enorme sucesso, mas temos que ter responsabilidade social.

**SS:** A RTP inclusivamente adotou um tratamento especial em relação aos suicídios...

**RS:** Sim, nós seguimos uma linha, a tal linha de responsabilidade social, porque não há lei que nos proíba de o fazer. Há, há muitos anos, uma responsabilidade social. E há muitos anos eu já estava na RTP quando isso, a partir de uma determinada reportagem, os jornalistas uniram-se e os coordenadores e os diretores na altura. Porque houve uma reportagem em que acompanhava a par e passo a queda de um homem de um edifício de Lisboa. Ele esteve muito tempo em cima do edifício, ameaçando suicidar-se. Uma grande reportagem, na RTP de então, começava precisamente com esse tema: ia-se às diferentes razões que a pessoa tinha, quem estava a ver, quem estava a socorrê-lo e a demovê-lo dessa atitude e depois a reportagem culmina com ele a atirar-se do edifício. Eu era estagiária e lembro-me que a redação mais madura e onde os estagiários participavam, uniu-se toda para que aquilo não voltasse a acontecer. É a tal responsabilidade. E isto coincidiu com a entrada das televisões privadas. Houve aqui um período de grande desequilíbrio.

**SS:** Sentiste essa diferença, quando as privadas entraram no mercado?

**RS:** Eu comecei já com as privadas no mercado. O que eu assisti foi precisamente à discussão dos velhos jornalistas com aquilo que nós passámos a fazer. Com o que nós, RTP, passou a fazer e aquilo que se exigia à RTP para acompanhar as privadas. Houve aqui algum tempo de barbárie informativa, eu acho que posso utilizar essa expressão. Até que a redação da RTP colocasse os pés assentes na terra... Nós olhávamos sobretudo para SIC, porque a SIC era todos os dias uma pedrada no charco a que nós portugueses não estávamos acostumados. A TVI era da igreja na altura, tinha uma visão ainda mais conservadora do que a televisão pública tinha. Mas a verdade é que a televisão pública era detentora das vitórias audimétricas até determinada altura, até mil novecentos e noventa e cinco. Até ao casamento do Senhor D. Duarte. E aí mudou precisamente. Foi a primeira vez que a RTP perdeu, foi com uma reportagem de uma hora sobre os preparativos do casamento do D. Duarte. Reportagem que eu fiz em parte com um colega que já não está cá. E não é que a reportagem estivesse mal feita... Mas na concorrência foi dado um Big Brother ou uma coisa qualquer. Mas eu assisti, tive o privilégio de assistir a essas discussões internas, com as pessoas mais velhas e diziam que isto não era possível. Eu lembro-me que houve três adolescentes que morreram afogados no Tejo, à frente de Alhandra e me pediram para ir fazer o velório, mas com uma indicação muito clara que era, eu tinha que entrar dentro de onde os pais velavam os corpos dos três miúdos, e tinha que ir questionar os pais e os familiares dentro da igreja. E eu fiquei com um ar muito apavorado, com os meus vinte e três anos, com uma incapacidade natural de argumentar e porque era estagiária e foram os mais velhos que disseram “não, não, nós na RTP não fazemos isso”, sendo que a coordenadora que me estava a mandar fazer isso era da RTP sempre. Só que também havia indicações de quem mandava na altura de que nós tínhamos de ser mais agressivos nas

abordagens, só que lá está, a agressividade na abordagem não significa necessariamente a violação do direito do outro. E o que me estavam a pedir para fazer a mim e a outro jornalista que ia fazer o funeral propriamente dito, era que eu violasse, que agredisse o espaço que estava em sofrimento e que estava fragilizado. Nessa altura houve essa discussão, como houve outras. Na altura da cobertura do bloqueio da ponte, eu lembro-me de estar quase a meio de chegar à ponte para o bloqueio e me terem mandado regressar, porque eram as várias frentes e as várias correntes que pensavam dentro da estação que uns diziam que devíamos ir fazer, outros diziam que devíamos ir fazer de outra.

**SS:** Era nessas contradições que sentias esse desequilíbrio?

**RS:** Havia discussão e de gente que estava acostumada a discutir, no sentido positivo da coisa, que era porque tinham acompanhado o pré vinte e cinco de abril, o vinte e cinco de abril, o PREC. Portanto, era uma redação muito combativa nessa discussão e que de pois se estendeu aos anos noventa nesta altura. “Não, não vai fazer, sim vai fazer” e os próprios coordenadores pertenciam a linhas de pensamento diferentes e nós jornalistas – estagiários uns, outros com anos [de experiência] – sem responsabilidade no momento da decisão, andávamos às vezes um bocadinho em juguete. Depois a maturação de todo este processo, nestes vinte e poucos anos, fez com que tudo se estabilizasse. Hoje é muito mais tranquilo trabalhar e este período de discussão durou ali cinco anos, porque depois houve uma estabilização, audimetricamente também houve uma estabilização. Aí a RTP percebeu qual era o seu espaço. Não temos necessariamente que ir atrás dos outros. Temos uma responsabilidade acrescida. Temos que olhar para as comunidades portuguesas fora do país, que os outros não têm.

**SS:** O jornalista de serviço público tem um papel diferente de um jornalista que trabalhe para um canal privado?

**RS:** O papel é o mesmo, o dever é o mesmo, é o dever de informar. Nós somos mais escrutinados. Há um ex-diretor de uma televisão privada, e que já tinha sido da RTP e foi para uma televisão privada, e depois voltou e depois foi-se embora outra vez. Ele dizia que não há sítio nenhum onde se seja tão escrutinado quanto na RTP, porque parece que a comunidade pensante – não é o telespectador normal, é a comunidade pensante ou que se acha pensante – não admite um *lapsus linguae*, não admite um *lapsus dedis* quando escrevemos um título, na estação pública de televisão. Porque todos eles acham que nos pagam o salário, ainda que não o façam, porque fazemos todos, somos todos pagantes da taxa do audiovisual. Mas há esse olhar muito crítico para o operador de serviço público e com o tempo nós fomos percebendo que nós temos quase a obrigação de não errar e sofremos muito quando erramos. Em relação à violência houve uma discussão muito grande quando... no Charlie Hebdo. Houve discussão outra vez.

**SS:** Qual é que é a tua perceção sobre o que se passou?

**RS:** Eu era a responsável pela informação diária e a minha decisão com o coordenador do Jornal da Tarde e com o conhecimento informado do diretor da altura, foi: não há sangue, nós não vimos sangue, o ato deplorado daquele grupo. Não havendo... não se via o rosto do polícia, não era um ato gratuito, não era um ato de roleta russa, não era um ato gratuito, era ao longe, era do topo de um edifício cá para baixo. A nossa decisão, destas três pessoas, foi ao meio-dia e no Jornal da Tarde, quando conhecemos o vídeo

vamos mostrar tal qual como ele está. Na reunião do telejornal houve uma enorme discussão entre uns editores, outros editores e eu e o Rui Alves Veloso, por exemplo, considerávamos que devíamos manter assim, o mesmo continuava a dizer o coordenador do Jornal da Tarde, o mesmo continuava a dizer o diretor de informação da altura, mas depois nós não podemos ser autistas. Eu hoje, se voltasse atrás, se fizesse *rewind* continuava a manter a decisão e continuo a manter a decisão. Mas também não podemos ser autistas e esquecer a opinião maioritária, não digo a opinião das redes sociais, não digo a opinião lá de fora, mas a opinião das pessoas com quem nós trabalhamos. E percebemos que a maioria das pessoas poderia não emitir as cenas mais violentas, umas por cautela, porque são pessoas naturalmente cautelosas, outras porque se impressionaram. E a discussão foi muito ao nível “estás impressionado ou estás impressionada porque são nas ruas de Paris?”, porque nos atentados de Aleppo, na Síria, as imagens eram muitíssimo mais violentas.

**SS:** É a proximidade?

**RS:** A proximidade e o facto de o polícia ser branco e ser europeu toca-nos mais. Nós ficamos horrorizados com aquilo que nos é próximo e foi a primeira vez. Aconteceu o mesmo no nine/eleven, em Nova Iorque. No trucidar da máquina do dia, nós repetimos até à exaustão as imagens dos desgraçados a cair das Torres Gémeas e as pessoas a fugir, mas fizemo-lo com consciência e porque era no coração do mundo. Antes disso e depois disso, nós mostrámos imagens muitíssimo mais violentas de combates na Síria, no Iraque, na Líbia e olhámos com maior indiferença. Não são católicos, não são brancos e olhamos para aquele povo como um povo tradicionalmente acostumado àquela violência, e quase que somos indiferentes a ela. Avisamos porque temos a consciência de que a Lei nos obriga, por exemplo, em relação aos atentados de Aleppo, aos ataques em Aleppo, avisámos vezes sem conta que as imagens eram violentas. Mas, para nós, aquilo era quase mecânico, dizemos porque temos uma obrigação legal. E sim, ao trabalharmos as peças sentimo-nos incomodados, mas não senti as pessoas tão violentadas como vi com aquele tiro naquele polícia de Paris, que veio a saber-se depois que era muçulmano - aqui não interessa muito o credo. A reunião do Telejornal nunca mais acabava nesse dia, por causa dessa discussão. Há uma hipocrisia ocidental, era em Paris, como foram nos atentados de Madrid. Os atentados de Madrid tiveram importância por esta proximidade, mas porque podia ser na nossa rua, podia ter sido na nossa rua, podia ter sido o nosso familiar, todos nós já fomos a Madrid, podíamos estar lá em Madrid. Eu fui um ano depois fazer um ano dos atentados e estive lá uma semana a fazer reportagem, fizemos lá um Telejornal e eu via que as pessoas ainda se incomodavam. E cada vez que repetíamos aquelas imagens havia um calafrio. Se repetirmos as imagens dos atentados de Aleppo, quase que parece que é noutra década, não se sente nenhum calafrio, mas se voltarmos a repetir mesmo as imagens com o *blur* do Charlie Hebdo as pessoas ficam incomodadas, porque voltam os medos e nós vivemos sempre este incómodo dos medos. E com medo, o terrorismo, “ai se fosse cá”. Depois sempre aquela ideia de Paris é a segunda maior cidade portuguesa. E essa discussão fez com que quem tinha decidido mostrar claramente, decidíssemos na democracia pôr um *blur*.

**SS:** Esse vídeo do Charlie Hebdo era um vídeo amador. Com a diversidade de meios, com a rapidez com que chega a informação, o jornalista tem um papel de *gatekeeper* ainda mais acrescido?

**RS:** Mais acrescido e mais responsável, porque todos nós agora na rua podemos fazer agora aquilo a que os americanos chamam de *air report*. Nós usamos isso... num dia de tempestade, usamos para as coisas boas, por exemplo, mande-nos fotografias das suas férias, conte-nos onde vai passar as suas férias. Mas como usamos para as coisas menos agradáveis. A primeira coisa que nós fazemos quando chegamos a um sítio onde houve um incêndio de uma casa, hoje em dia, é “alguém tem um vídeo amador?”. Impensável há dez anos. Impensável há vinte anos. Porque já há mais telemóveis do que pessoas e, portanto, a máquina de hoje é melhor do que a do mês passado e as pessoas gostam de registar. Eu há dois ou três dias assisti a uma crónica por causa do turismo, e alguém me lembrava uma experiência que eu tive há uns dois ou três anos em Paris, em que queria mostrar a Mona Lisa à minha filha. A primeira vez em que eu tinha ido lá a Mona Lisa era quase só para mim e estavam ali centenas de pessoas à volta da Mona Lisa, mas muitas delas estavam de costas para a Mona Lisa a tirar uma *selfie*, porque as pessoas queriam dizer “eu estou aqui”, não é “eu estou a ver a Mona Lisa”. É esta necessidade de participar e de dizer “eu estou aqui”. E quando as pessoas nos mandam um vídeo de um incêndio num prédio ou quando fazem para elas e depois nós pomos um título a dizer se viram ou depois gritamos lá no local... As pessoas sentem orgulho em participar nesta coisa de fazer notícias e de fazer informação. Sentem ali um orgulho nelas próprias, porque depois vai aparecer “vídeo amador” e depois vão dizer a um amigo que entregaram aquele vídeo amador, “aquele vídeo amador é meu”. O mesmo fazemos com as cheias. O que acontece aqui e que depois nós temos que fazer uma triagem, nós temos que dizer aquilo que presta e aquilo que não presta, temos que apertar o funil. E às vezes dá muito trabalho, mas depois o resultado em antena é melhor.

**SS:** Foi difícil fazer essa triagem quando estiveste no Haiti?

**RS:** Foi. Foi seguramente a experiência mais difícil, ainda hoje o arquivo da RTP tem imagens que são irreproduzíveis em antena. Podem perguntar “mas porque é que trouxeram?”. A mortandade era tanta, o nosso desespero humano até, era tanto que nós não tínhamos nem cabeça para pensar o que devíamos ou não devíamos gravar. E muitas vezes nós próprios nos surpreendíamos à noite quando estávamos a montar a peça para o dia a seguir, com aquilo que nós tínhamos filmado. Na máquina trituradora de fazermos reportagem era tanta coisa, era tanto edifício, nós não parávamos muito para pensar. E depois só quando estávamos a olhar para o ecrã dizíamos “isto não pode ir”. Mas o engenho do António Antunes fazia com que ele tivesse sempre o ângulo violento e o ângulo menos violento. Demorávamos, por isso, muito mais tempo na edição; eu demorava muito mais tempo a visionar. E tínhamos que fazer pausas, porque cada imagem tinha som, tinha cor e tinha muito cheiro, muito cheiro. Foi um cheiro que tanto ao António como a mim – não cometo nenhuma inconfidência se partilhar este momento – demorou mais de ano e meio a desaparecer. Fez agora cinco anos e demorou mais de ano e meio a desaparecer. Aqueles cheiros demoraram mais de ano e meio a desaparecer.

**SS:** Foi possível filtrar essa realidade para os telespectadores sem deixar de mostrar o que estava ali a acontecer?

**RS:** Foi difícil filtrar mas ao mesmo tempo acabou por... Como era os acontecimentos associam-se naquelas três semanas. Na primeira semana é a dimensão da tragédia e sempre pontuada por momentos de

tentativa de salvar mais alguém que estava. E depois era tentar perceber como é que aquela gente iria pôr a cabeça fora dos destroços e a ajuda humanitária também era tão grande que acabámos por ter ângulos diferentes da história. Lembro-me que depois houve um momento em que se discutia as crianças que estavam a ser roubadas (ponho entre aspas porque muitas não eram roubadas), era a própria família que as dava, que as vendiam e que se discutia isso com a UNICEF. E o acampamento português estava muito próximo de um hospital de campanha onde havia mesmo muitas crianças. E lembro-me de discutir com uma colega da TVI, porque tínhamos uma de duas soluções: ou ficávamos arrasados no terreno e chorávamos e agarrávamo-nos às pessoas e passávamos momentos humanos muito difíceis, ou então criávamos uma carapaça de cimento e de pó e fazíamos o nosso trabalho - e quase que criávamos uma distância de toda aquela violência humana - e seguíamos em frente. Discutíamos isso e disse: “não vale a pena chorar aqui” e a verdade é que quem não chorou lá, chorou muito mais cá, do que aqueles que choraram lá e tentaram resolver os problemas do dia-a-dia lá. Eu fui das que não chorei lá e a coisa cá não foi fácil. Porque ao contrário dos médicos e enfermeiros e voluntários que lá estavam, eles quando regressaram a Portugal foi mais fácil. É uma vantagem e uma desvantagem ser jornalista. Eles, quando chegaram cá, foram para a vida deles. Fizeram terapia rápida, mas voltaram a apagar incêndios, para os helicópteros e para as ambulâncias do INEM; mas nós, pelo menos durante quinze dias, continuámos a lidar com aquelas imagens, porque todos nós trouxemos material para montar uma reportagem de vinte minutos, de quarenta, de cinquenta. Três semanas a continuar a lidar com aquele drama e isso fez com que prolongássemos aquela violência nas nossas cabeças e ao prolongarmos isso, mesmo estando no nosso conforto, fez com que tivéssemos depois dificuldade em lidar com o pós-trauma e é impossível. Não há! O Anderson Cooper por mais experiências de cenários de guerra que tenha, é impossível dizer que se é indiferente e que se trata aquilo como se fosse o acidente ao fundo da nossa rua. Impossível! Estamos a falar de milhares de mortos, de uma cultura, ainda que cristã, completamente diferente da nossa e aí aquele tipo de violência naquele contexto coloca à prova qualquer jornalista, porque nós levamos às nossas costas tudo aquilo que somos. Somos cristãos, da nossa cultura judaico-cristã e estamos à espera de ver pessoas chorar, porque achamos que é isso que vai acontecer, mas eles não choram, eles cantam. Porque têm uma influência budista e africana muito assente, apesar de ser naquelas paragens. E a primeira coisa, há um fenómeno de rejeição que é “mas esta gente não chora? Está toda a gente a morrer”. Milhares de mortos, vidas completamente destruídas, se não morreram não têm casa, e esta gente não chora. E nos primeiros dias lidamos com um misto de *feelings*. Eu, só ao fim de vinte e quatro horas percebi porque é que eles não choravam, cantavam. E o momento de maior choque, para mim e para o António, foi estarmos numa rua em que não havia um prédio em pé, conseguíamos ainda ver o rosto de pânico e sofrimento de quem tinha morrido. E nessa rua, ainda hoje me consigo lembrar dos olhos azuis do homem que lhe caiu a parede em cima e ele ficou agarrado à bicicleta. E como ficou a bicicleta... E o que restava dele ficou emparedado e só o lado direito dele é que ficou destruído. O lado esquerdo era visível... a expressão. Mais à frente havia um carro descapotável, a pessoa que estava no lugar do morto não era visível, mas a pessoa que ia no lugar do motorista era visível, tinha morrido e conseguíamos ver a expressão. Mas, nos dois prédios que restavam, havia um magote de gente nos escombros. E nós pensámos: “há gente viva ali debaixo dos escombros, por isso é que aquela gente lá está”. E quando chegámos lá e dissemos “quem é que está aí?”, eles disseram, com uma tranquilidade,

que para nós foi chocante: “Não aqui ninguém mais sobreviveu, isto era um escritório de advogados e estão aqui processos internacionais muito importantes e temos de os salvar”. Eles não estavam preocupados em salvar os restos mortais daquelas pessoas que tinham sucumbido ali, mas sim os processos. Para quem tem uma cultura como a nossa isto é muito difícil de entender. O papel, o documento, o dinheiro, numa tragédia daquela magnitude, era de menos importância. E nós levámos ali vários murros no estômago naquela rua. E depois quando estamos a visionar há um momento em que temos de visionar e dizer “calma, isto acontece por uma razão”. E para não transmitir uma realidade diferente daquela que é, para não defraudar também o nosso telespetador, porque nós somos os olhos, os ouvidos, e as pessoas depois escreviam para cá a dizer para termos cuidado, e quando nos encontravam na rua quando regressámos diziam: “ah, deve ter sofrido imenso”. E eu dizia sempre: “não aquelas pessoas sofreram muito mais que nós”. E, em momentos desta importância, confiam sobretudo no serviço público de televisão. Não significa que os nossos colegas extraordinários da concorrência façam pior trabalho, mas é uma perceção histórica. Nos grandes momentos a RTP está e aí parece que os jornalistas da RTP não têm emoção, são factuais, são claros. E portanto é no rigor que está neles. As pessoas vêm aqui ao primeiro canal sobretudo nestes momentos e, por isso, temos de parar para pensar e dar o mais próximo da realidade, porque nunca a damos toda. Porque a realidade é um puzzle tão grande, que nós damos um ângulo, mas esse ângulo tem de ser o mais rigoroso possível, o mais rigoroso possível.

**SS:** É importante que o jornalista se transponha ao papel de telespetador quando está a trabalhar este tipo de casos?

**RS:** É importantíssimo que nos coloquemos no lugar de quem está no sofá, porque é para eles que trabalhamos. Eu não gosto particularmente de violência, mas sei que tenho que a dar, porque sei que o meu telespetador vai precisar de a ver. Nos tempos mais recentes há determinadas discussões que se fazem. Ainda vou dar o exemplo de ontem numa grande discussão na reunião de Telejornal, sobre a proposta do arquiteto Manuel Salgado, de fazer com que a estação de Santa Apolónia deixe de receber comboios e passe a ser um jardim. Isto para já não passa de uma hipótese, mas a verdade é que a discussão na cidade foi tão grande com os movimentos cívicos nas redes sociais, na radio, nos jornais, que nós não podemos estar alheados desta discussão, sob pena de o nosso telespetador sentir que estamos a fazer alguma espécie de limpeza de imagem. Eu não uso a estação de Santa Apolónia, acho que nenhum jornalista da RTP usa a estação. Mas temos de nos colocar no lugar de quem a usa. E temos que, depois no nosso papel de perguntadores e tentar descobrir se há alguma coisa por trás e tentar descobrir soluções. Porquê? E para onde vão aqueles milhares de pessoas? Temos de fazer um pouco a figura do advogado do diabo. E quem diz para uma coisa muito simples como esta, diz quando temos de explicar ao telespetador o que é que é o ISIS. A Al-Qaeda, toda a gente já sabia. O Bin Laden e os seus sucessores podiam, mas sabiam que havia um líder que sucedeu a Bin Laden, porque era a Al-Qaeda. E de repente surge um movimento de uns homens vestidos de negro, quase uns Sandokan daquelas paragens que desatam a ter... nós temos de explicar às pessoas. Porque essa contextualização vai fazer com que o telespetador fique sentado ou mais atento à nossa estação, porque se não vai procurar noutro lado. E se não vai procurar noutro canal, vai procurar na net e vai desligar-se de nós. E há as audiências, não devem ser importantes para o serviço público de televisão, mas o serviço público faz-se para o público e pelo público. Claro que

é importante, é importante do ponto de vista da estação porque tem público e continua a ser relevante porque tem... mas depois individualmente para cada jornalista, para cada repórter de imagem, para cada realizador, para cada assistente, para cada profissional é importante nós termos público. Porque é a nossa autoestima profissional. Ninguém gosta de trabalhar para um nicho de mercado, para isso estávamos todos a trabalhar na televisão lá do bairro, do condomínio. E por isso é importante, e até para sabermos o que é que o nosso telespetador pensa, quais são as suas ansiedades. O que é que ele espera de nós, o que é que ele espera de nós televisão, de nós rádio, é colocarmo-nos no lugar do outro.

**SS:** E por falar em telespetador... Que relação é que existe entre o Provedor do Telespetador e aquilo que lhe chega dos telespetadores e a direção de informação?

**RS:** Eu conheço muito mal este... muito mal, não, conheço muito bem profissionalmente este Provedor, mas nunca tive que falar para este. Mas lembro-me do Professor Paquete de Oliveira, quando foi nosso Provedor, olhar para a televisão - ele próprio confessou – de uma forma muito teórica, mas foi um homem que nos ajudava imenso e ele próprio procurava perceber o porquê disto ou o porquê daquilo e eu nunca via que um programa do Provedor se baseasse em apenas uma queixa.

**SS:** E agora sentes que isso acontece?

**RS:** É isso que está reproduzido nos programas do Provedor do Telespetador.

**SS:** Não existe uma relação/conversa com a direção de informação para alertar?

**RS:** Nem na anterior nem nesta direção.

**SS:** Nunca surgiu nenhum alerta mesmo relacionado com estas questões de violência sobre o *feedback* dos telespetadores?

**RS:** Não. Nem nesta nem na anterior. E, de resto, muito raramente a direção... Nesse tipo de programas não se faz aquilo que nós consideramos que é básico para o jornalismo, que é o direito do contraditório, o direito ao contraditório.

**SS:** Devia existir na “Voz do Cidadão”?

**RS:** Naturalmente. Devia existir porque se há um telespetador a criticar... Temos um exemplo desta semana, por exemplo. Esta semana telefonaram ao João Adelino Faria. O João Adelino Faria disse que Almodôvar era (foi uma notícia de última hora) no Algarve. E há um telespetador algarvio que sente incomodado, ofendido, porque o dizer isso... Era um acidente de autocarro e, portanto, que se estava a por em causa o paraíso turístico que era o Algarve, mas desta vez vai perguntar-se ao João Adelino o que é que aconteceu. Lembro que há muito pouco tempo - o que resultou numa indignação minha transmitida ao Diretor de Informação, e o Diretor de Informação transmitiu a quem de direito. Houve toda uma peça de uma jornalista da RTP sobre o acordo ortográfico que foi escarpelizada, criticada, insultada parágrafo a parágrafo, por uma professora de linguística, sem que em momento algum, em momento algum o jornalista, o coordenador, o diretor fosse questionado. Sendo que, eu ao ver aquilo, tenho questões para colocar à professora de linguística. Professora essa que foi convidada para o Jornal 2 e que também faz

críticas imensas ao pivô, ao João Fernando Ramos, numa tentativa de justificar a sua má performance nesse direto. E, em momento algum, o Diretor de Informação, o coordenador, o João Fernando Ramos é questionado sobre aquilo, as críticas, os disparates, que a senhora disse que nós dissemos. Porque a senhora utilizou expressões deste género: “um disparate, uma parvoíce”. Utilizou linguística. E em momento algum... É apenas um exemplo em que não houve contraditório. É apenas um exemplo. Já houve tantos outros em que não houve contraditório, mas neste Provedor, como no anterior. O único que foi fazendo o seu caminho, que foi fazendo o seu caminho [foi o Pacote de Oliveira], e que se preocupou em aprender o que é o fenómeno televisão, o por que é que se diz, e que perguntava ao próprio, ele próprio perguntava ao jornalista mandando um *mail*, usando uma coisa tão básica quanto isso. Por exemplo, houve pessoas, em relação ao Haiti, houve alguns telespectadores que mandaram *mails*... Apesar de toda aquela triagem que fizemos no terreno, houve pessoas que se sentiram ofendidas pela violência das imagens. E, houve um ou dois... dois programas do Provedor em que eu fui justificar. E quem diz esse, diz o “Mudar de Vida”, houve (para falar só do meu caso pessoal) pessoas que não gostaram, houve pessoas que gostaram de me ver como sem-abrigo, outras que não gostaram tanto, achavam que eu estava a fazer teatro, outras que duvidavam que eu tivesse passado uma semana como sem-abrigo. E eu fui justificar, fui mostrar, porque o programa do Provedor também tem de ser um programa esclarecedor para o telespectador. As pessoas têm direito à crítica, claro que sim, nós somos melhores quando criticamos, quando discutimos, quando debatemos, mas não pode ser uma crítica gratuita. E um programa que tem, como é o caso do Telejornal, entre oitocentos e cinquenta mil telespectadores (nos seus piores dias, um milhão e duzentos mil), não pode basear o programa do telespectador numa crítica, não pode.

**SS:** Falavas no direito do contraditório... A ERC, por exemplo, usa-o nas suas deliberações. Consideras que a ERC tem um papel muito passivo ou mais ativo na regulação dos órgãos de comunicação social?

**RS:** Está sentado no seu sofá e recebe as queixas e depois manda o *e-mail* ao contrário a dizer: “respondam lá, têm tantos dias para responder”. E nós respondemos. Se gostarem da resposta... Por regra, nós aqui fazemos com o apoio dos serviços jurídicos, e não temos problema nenhum em admitir quando erramos. Acabei de o fazer em relação ao INEM. A peça está inatacável, mas o pivô extrapola uma conclusão que não está na peça. E o pivô é tão válido, é tão importante, e se calhar para algumas pessoas até é mais importante, mas é o pacote inteiro. E eu depois de ter mandado as minhas considerações para os jurídicos disseram que os senhores têm razão por causa de uma expressão usada no pivô. E eu disse muito bem, a solução que apresento é... Por regra não gosto de direitos de resposta, porque acho que nem o queixoso ganha nada com isso, porque vai ser ali um texto que nunca mais acaba, nem a estação de televisão ganha nada com isso. Neste caso, por exemplo, eu sugeri que o senhor presidente venha à RTP e nos dê uma entrevista. Ele vai esclarecer melhor a opinião dele e nós vamos, seguramente, tirar notícia daí. Portanto... Junta-se o útil ao agradável. Mas, para ir à tua pergunta, a ERC tem uma atitude muito passiva, tem uma atitude muito passiva. Em relação a momentos-chave, por exemplo, como a morte do Saddam Hussein, a detenção do Saddam Hussein e a sua morte, a ERC só deliberou depois de queixas. No momento histórico da comunicação social mundial, eu acho que se exigia à ERC que, mesmo antes...



**SS:** Facto mais recente, a questão do ISIS...

**RS:** Ou na questão do ISIS, nós fizemos autorregulação. No caso de outras estações, umas fizeram, outros jornais fizeram também, há *online* com os vídeos até eles desaparecerem do Youtube por uma censura internacional, estão lá, com crianças de quinze anos, como a minha filha a ver, a apaixonar-se ou não por aquele tipo de discurso. Eu acho que cabe à ERC ser muito mais pró-ativa.

**SS:** Achas que a ERC podia criar uma série de recomendações para os órgãos de comunicação sobre esta questão da violência?

**RS:** Um livro de estilo para a violência para a comunicação social portuguesa.

**SS:** Era importante?

**RS:** Era importante. Evitava-se erros de todos nós e mostrava que eles estavam mais junto a nós, que não eram só um órgão de punição, que muitas vezes é o que nos parece que são; são um órgão de punição e são um órgão de consultadoria quando alguém tem alguma dúvida. Por exemplo, em relação à Lei eleitoral. Mal houve a primeira ideia dos partidos políticos a ERC devia ter vindo... Devia ter sido a ERC a tomar... “Não, nós somos os guardiões da boa imprensa, portanto somos nós que vamos ajudar”. Não, foram os diretores dos órgãos de comunicação social que se juntaram numa união rara, numa união rara, para (e que suponho que vá perdurar no tempo) fazer aqui o contrabalanço ao poder político. Devia ter sido a ERC a tomar a dianteira, a Entidade Reguladora da Comunicação Social.

**SS:** Quanto ao livro de estilo da RTP, vai ser atualizado...

**RS:** Na verdade vai voltar a ter, porque houve uma altura, de facto na primeira direção e até à segunda direção do José Rodrigues, que teve um livro de estilo e depois a direções seguintes, umas não lhe ligaram muito, outras não concordavam com o que estava escrito e, portanto, ele foi morrendo até ao momento em que alguém considerou que a RTP não tinha um livro de estilo. Perguntarás: “Sentiram falta dele?”

**SS:** Não te esqueças do que vais dizer. Eu fui perguntando aos jornalistas e a perceção que tenho das entrevistas que já recolhi é que as pessoas não sabem muito bem se existe. Sabem que existiu um projeto qualquer, mas acham que não está em prática.

**RS:** Não existe, de facto. Não houve maiores problemas, porque como a redação é velha ou experiente e trabalhamos todos uns com os outros há muitos anos, nós tornámo-nos... Nós entrámos aqui, a esmagadora maioria, jovens-adultos, tornámo-nos adultos...

**SS:** Há muito debate na redação?

**RS:** E há muito debate na redação. Há muito debate na redação. Estando uns em lugares de decisão, estando outros na redação e mais no terreno, mas como temos quase todos a mesma idade, crescemos todos uns com os outros, resulta esta discussão. E a experiência fez com que nós tivéssemos aprendido do passado, que aprendamos com os erros do presente e, por isso, há sempre muito equilíbrio e não houve

maiores erros por causa disso. Nós, por exemplo, sentimos muita... Quando há coisas novas, sentimos alguma dificuldade, por exemplo, quando há nomes estranhos e que temos que normalizar. Dizemos: “Como é que se diz?” E aprendemos uma coisa com o José Rodrigues que é, quando não temos a certeza como é que se diz, se ligarmos para a embaixada de origem a pessoa vai dizer-nos como é que se diz. E então tentamos normalizar assim, mas isso resulta do velhinho livro de estilo do Zé e do facto de ele estar aqui. Não dizemos, por exemplo... O Zé, os nomes árabes, pronuncia-os à árabe, nós tentamos não fazer isso, porque Mohamed é mais difícil de dizer. Mas é importante porque nós também queremos que a redação se renove. Nós não vamos durar sempre e de hoje para amanhã não sabemos quem vem para aqui. Hoje estamos no lugar de decisão e amanhã estamos na redação, mas não sabemos quem vem. E é importante, por exemplo, em relação à questão se paga ou não paga aos políticos. Para uns, fazer comentário, para outros vender a sua ideologia. Há muito que isto devia estar nas *guidelines* da RTP, independentemente daquilo que eu considero, que o José Rodrigues considera, que a Rita Ramos considera, que a Luísa Bastos considera... Há muito tempo que devia estar normalizado, está nos *guidelines* da BBC, está nos *guidelines* da CBS, está nos *guidelines* da CNN, porque é que não está nos *guidelines* da televisão pública portuguesa? Mas vai passar a estar.

**SS:** Até porque o livro de estilo é uma forma de evidenciar e criar a identidade da RTP... Porque muita gente me disse que vocês têm *guidelines*, mas são apalavrados, eles não estão escritos, isso perdeu-se.

**RS:** Perdeu-se. E depois há estas questões concetuais e que fazem a tal identidade da estação A ou da estação B. Em dois mil e oito quando eu estive a estagiar na CNN, a primeira coisa que eles nos mandam fazer foi ler as *guidelines* da estação. Foi curricular, não foi para a antena, foi para a antena do centro de formação da CNN, mas para nós sabermos o que era ser um jornalista CNN, nós tínhamos que ler as *guidelines* e nos *workshops* matinais eles punham-nos à prova, para perceber se nós lemos as *guidelines*, era a bíblia deles. A da BBC tem quinhentas páginas, o nosso vai ser mais pequeno. Este é um bocadinho maior do que o antigo, mas vai ser mais pequeno do que isso. Mas tem que lá está... Alguém que vem de novo, tem que saber o que é que nós somos e ao ler o livro de estilo é mais percecionável aquilo que nós somos. Hoje já sabes mais o que é que nós somos, mas se calhar se te tivéssemos dado as *guidelines* logo no início... E para além disso, para quem pensa e para quem gosta de fazer crítica televisiva boa ou má, se tivesse as *guidelines*, se calhar muitas vezes pensava naquilo que nós fazemos e porque é que o fazemos. Mas é uma discussão que vai ser feita e eu acho que todos os jornalistas vão ter que ler e vão ter que dar algum contributo. Ele não está fechado, é verdade, não está fechado, mas acho que todos nós vamos ter que contribuir para ele, porque a identidade da estação também se faz com os *inputs* de cada um. É isso que é o quadriculado e puzzle que todos os dias vai para o ar.

**SS:** Na questão da parte que diz respeito à violência pretendem acrescentar alguma coisa de novo?

**RS:** Eu acho que em relação a essa matéria vamos ter que fazer uma ressalva para que o próprio livro de estilo esteja preparado para novos movimentos da história. Vai ter que estar... Sendo sempre com a salvaguarda de que a violência gratuita não é necessária na antena do serviço público de televisão.

**SS:** Tendo em conta uma visão geral sobre a televisão portuguesa, achas que se vem a assistir a uma banalização da violência através da exploração dos casos sobre o efeito de multiplicação?

**RS:** As televisões profissionais e mais antigas são muito equilibradas, aquela que era mais popular que é a TVI, e acho que também nos últimos anos com a entrada, com o envelhecimento e com a maturação da própria estação foi criando esse equilíbrio. E porque se nos primeiros anos a crítica e dizer “parece que se ganha público com a crítica e com o rotulo de que se é popular”, a partir de uma determinada altura, com a abertura ao cabo e com a abertura a um sem número de estações, ser popular ou popularucho não é bom para a audimetria, não é bom para a perceção da audiência, pelo menos. Depois daqueles anos loucos, a própria SIC e a própria RTP até dois mil e um, houve aqui muita turbulência, o onze de setembro começou a fazer pensar nestas coisas. Houve uma determinada geração que tinha algum receio de regulação, foram pessoas que viveram durante a censura, durante o antigo regime, e muitas vezes falar-lhes de regulação significava falar-lhes de velhos fantasmas. Essa geração, infelizmente, muitos deles, já foram descansar para a reforma. Eu digo infelizmente porque eram referências, eram referências de conhecimento, das coisas que se sente mais falta na televisão pública, são essas referências, porque hoje em dia as referências somos nós (sou eu, o Paulo Dentinho, o Vítor Gonçalves) e sentimos falta dessas referências mais antigas, porque eram pessoas que tinham uma vivência tão diferente das nossas. Eles tiveram uma vivência tão mais intensa, lutaram tanto por esta coisa de ser jornalista, de ser o reproduzidor das realidades, que faziam com que as redações pensassem muito. Mas essa geração tinha medo dessa regulação, não era medo, era receio, tinham receios dessa regulação, porque fazia lembrar esses maus momentos da história nacional. Passado isso, as estações foram-se autorregulando, agora há estes novos canais por cabo que querem ganhar espaço e acham que vão concorrer com as estações nacionais, nacionais/internacionais que é o que nós as três somos. E aí muitas vezes não se olha como para se conseguir mais audiência, mais uma citação no jornal. O caso do Meco foi paradigmático. A exploração da dor, a exploração de um trauma e de pais que estavam incapazes de fazer um luto tranquilo por toda a violência daquelas mortes, fez com que muitas estações se perdessem completamente nessa tranquilidade do puzzle dos nossos dias. Lembro-me do tempo que ficaram à porta dos sobreviventes do Meco, as perguntas que lhes tentavam fazer, nitidamente numa violação do espaço do outro. Fez-me lembrar muitas vezes aquela exigência de ir à igreja perguntar ao pai “como é que se sente?”, que era uma coisa que a mim e que nós nos custava muito. Acho que as estações estão muito mais... tirando estes picos.

**SS:** Achas que muitas vezes o querer dar a *cacha* põe em causa os valores do jornalista?

**RS:** Eu acho que não deve acontecer isso porque uma coisa é a *cacha*, outra coisa... E pode ser uma *cacha* com valor do jornalista, com valor humano e com valor noticioso. A forma como tentamos dar a *cacha*, abordamos... Porque em relação ao Meco, estar a fazer perguntas tolas ao rapaz só para mostrar a cara... Não tem valor nenhum. Essa nem foi citada em lado nenhum, porque ele simplesmente dizia que não respondia. Aquilo não foi pensado, não faz sentido nenhum. Uma coisa é estarmos à porta de Ricardo Salgado quando está a polícia judiciária lá dentro e aí sim, esperar tranquilamente. Aí temos notícia, até podemos ser os primeiros a saber e/ou então estar à porta de Ricardo Salgado a fazer um vivo e o Ricardo Salgado sai de casa e nós fazemos-lhe uma pergunta e ele até está bem-disposto e até responde. Não estamos a violar nada.

**SS:** É a forma?

**RS:** É a forma, as palavras que são ditas, a nossa opinião que é expressa.

**SS:** O imediato do direto, por exemplo, pode ser um constrangimento?

**RS:** O direto às vezes é inimigo do bom, mas é fundamental numa televisão.

**SS:** Mesmo nesta questão da violência...

**RS:** O direto é apanhado pela violência e não ao contrário. Em relação ao BES, estávamos nos lesados do BES, a fazer uma manifestação que se esperava absolutamente pacífica e de repente há violência policial, um senhor de idade que se sente mal, eu que estava a ver eu própria fiquei angustiada. Mas vamos acabar o direto por isso? Não, é a realidade, não fomos nós que contribuímos para ela, foi ela que nos atropelou. E, portanto, nós temos é que procurar nas palavras que vamos descrever, não acrescentar a essa violência. Nesse caso, no caso da RTP, tínhamos um jornalista com experiência e que utilizou as palavras certas, mas temos que também ter a consciência... Na semana passada, uma das nossas mais jovens jornalistas com estágio profissional, estava a fazer estava a fazer uma manifestação de trabalhadores e, de repente, aquilo resultou em bloqueio da linha de caminho-de-ferro. A indicação que foi dada à coordenadora é “atenção que ela é muito nova, se começar a patinar ou a dizer coisas que acrescentam aquilo que está lá, que acrescentam violência ou pode provocar violência, por favor tira-la do ar e passas a receber imagens”. Tem que haver essa perceção. Portou-se bem, felizmente. Mas podia ter acontecido ao contrário.

**SS:** A experiência é determinante no tratamento destes casos?

**RS:** A experiência é determinante no tratamento destes casos. Porque muitas vezes uma palavra mal dita, uma pergunta feita à pessoa errada ou no tom errado pode exaltar demais os ânimos, pode provocar mais violência, pode dar uma dimensão irreal àquela violência que estamos a ver. Porque lá está, estamos a ver um ângulo só, sempre. A não ser que tivéssemos multicâmaras, que raramente temos.

**SS:** Quais são os desafios do jornalismo?

**RS:** Os desafios do jornalismo do serviço público de televisão é manter o rigor e, sobretudo, fazer com que telespectadores mais novos venham ao serviço público de televisão. Esse é o nosso grande desafio para a década. Continuarmos a ter esta faixa muito importante dos mais de cinquenta e cinco, mas irmos buscar os *millenium* e os futuros filhos dos *millenium*, para que o serviço público seja muito mais forte ainda.

**Samuel Freire (E35)**

**SS:** Qual é que é a tua perceção sobre o tratamento de casos que envolvam violência na informação televisiva?

**SF:** A minha perceção é que não há regras, isto é, não há muitas regras. Não há uma norma, há vários princípios éticos, deontológicos, morais até, nalguns casos, mas não há muitas regras. E isso é uma coisa que decorre da dimensão das redações e não é só da RTP. Passei pela SIC antes e é impossível instituir regras, é muito difícil fazê-las cumprir. Há muitas pessoas envolvidas, o trabalho é sempre feito em cima das coisas. A perceção que eu tenho é que não há muita violência ao contrário do que se diz, acho que não há muita violência, o que há é... As notícias são notícias infelizes, não é? Tristes... de guerras, de episódios violentos e isso, a natureza disso mesmo é violenta, portanto, não acho que a televisão incrementalmente, ou não, tenha preocupações sobre isso. Temos sempre as coisas mais difíceis.

**SS:** O que é que impera por parte de quem trabalha essa informação na ausência de critérios específicos?

**SF:** O que impera é a dignidade da vida humana. Disso não tenho dúvidas, ainda que haja critérios diferentes, o que impera é isso. Há um cuidado permanente de garantir de que nem espetadores, nem as vítimas possam sair sensibilizadas ou feridas na perceção do que estamos a contar.

**SS:** E achas que era importante que existissem, não digo regras, *guidelines*?

**SF:** Não, quanto menos, melhor. Ninguém chega a esta profissão, ninguém passa por isto... Para já ninguém trabalha sozinho aqui, nunca há um trabalho isolado de ninguém, ainda que haja posições aqui dentro de uma redação que sejam mais solitárias que outras, mas ninguém trabalha sozinho, portanto, nada vai para o ar sem ter passado por várias pessoas. *Guidelines* poderia haver, mas elas existem, são restituídas há muitos anos...

**SS:** E onde é que estão?

**SF:** Estão no ar, aqui entre nós. A RTP já teve livros de estilo, do que eu me recordo, quer dizer, há uma passagem que não diz nada basicamente... A preocupação é mesmo esta é a dignidade da vida humana. Há um princípio que é permanente, que é, nós não damos a morte a pessoas, nós raramente damos a vida, há colegas que põem partos na boa, eu prefiro não os ver, acho que fazem parte da intimidade e a violência é sempre ocultada, ou seja, aquilo que resulta da violência, mortes, cadáveres das guerras, das coisas mais difíceis aqui de editar foi sempre a guerra do Iraque, a última guerra no Iraque, porque as imagens que eram enviadas das agências, portanto, os conteúdos eram produzidos por equipas locais no Iraque. No Iraque, no Afeganistão, mas sobretudo no Iraque, eles não têm peso nenhum em enviar o que quer que seja. E, portanto, mandam fotos e imagens de cadáveres e de sangue e de gente ainda a morrer, sem complexos nenhuns, filmam aquilo tudo e muitas vezes tínhamos dificuldades em encontrar imagens para contar as histórias, passando ao lado dessas.

**SS:** E a dificuldade do tratamento desses temas passa por vocês terem de contar, não se podem desvincular da realidade, sem chocar...

**SF:** Sim, chocar é uma palavra simples que significa tudo e não traduz bem o espírito da coisa, sem ser explícita, ou seja, nós quando falamos doutro tema: sexualidade, nós não temos que ver um coito para falar disto. E aqui é a mesma coisa, nós não podemos falar da morte, não podemos falar da agressão e ver a agressão. É claro que a televisão tem que ter imagem, tem que ter suporte que ilustre.

**SS:** É possível contar sem mostrar tudo evidentemente?

**SF:** Quando o assunto é noticiário e é possível ir lá filmar ou alguém ir lá filmar, uma agência ou uma equipa nossa. Há uma diferença de tratamento quando somos nós ou quando a coisa nos chega de uma agência e se essa agência também é diferente das regiões do globo onde elas estão implementadas. A abordagem, diria que a abordagem à violência é diferente, em diferentes pontos do globo. A vida não vale o mesmo ou a percepção da violência não é igual para nós e para o israelita, ou para um palestino ou para um iraquiano ou afegão. Não é, nunca é. O que há é um cuidado de preservar. Nós trabalhamos para um público, não sabemos quem é que nos vê, não é? O nosso principal jornal vai para o ar às oito, os outros vão ao longo do dia. O grosso dos jornais são emitidos em horários diurnos em que toda a gente está a ver, ou potencialmente toda a gente pode ver televisão, e há um cuidado muito grande em não colocar imagens muito violentas. Quando são notícias é fácil passar ao lado, porque se houver imagens de um cadáver e se houver imagens afastadas da situação onde aquilo aconteceu, é fácil de contornar. Quando se fala de violência e a violência não é só guerras, mortes e destruição; quando se fala de violência, sei lá, agressões familiares, violência doméstica, esta história de violência infantil e maus tratos.

**SS:** Numa grande reportagem há mais dificuldade?

**SF:** Aqui recorremos a simulações. Criam-se, encenam-se em estúdio, pelos jornalistas sempre, por um repórter de imagem, por um editor. Aqui até há um diálogo maior entre as três partes intervenientes no processo. Encenam-se situações que ilustrem aquilo que estávamos a falar, por exemplo, aqui há situações em que se escrevem o esfaqueamento do filho pelo pai, o que se recorre aqui é: uma situação encenada onde não há nenhuma criança não há a nada, o que há é uma faca, fazes um plano de desfoque.

**SS:** Recorrem também a vários símbolos para contar a história?

**SF:** Recorremos a símbolos de apreensão imediata. Portanto, a simbologia em televisão é uma coisa que se tem de ter cuidado, porque pode não ser uma mensagem percecionada.

**SS:** Por exemplo, os repórteres de imagem diziam que têm esse cuidado e num acidente que possa envolver crianças, não mostram uma poça de sangue, mostram um peluche ou um sapato, ou... É por aí?

**SF:** O peluche para o caso, diz-nos que a vítima é uma criança. Toda a gente associa de imediato, é disso que se trata. Toda essa violência é sempre ou deve ser sempre, simulada e identificada permanentemente.

**SS:** Mas há coisas que não se podem simular, o que estavas a dizer que vem de agências... Que tipo de tratamento é que vocês editores tentam fazer nas imagens quando são demasiado chocantes?

**SF:** Olha eu lembro-me que quando morreu o Kadhafi, morreu numa situação em que ele foi espancado até à morte, ali várias pessoas com tiros com não sei o quê, com ferros, paus... as imagens eram bastante explícitas, portanto, via-se bem o homem ser agredido e o momento em que ele pressa e caí morto. O que nós fazemos aqui, isto foi uma decisão que envolveu além de mim outro jornalista, que na altura fizemos apelo, envolveu a Direção de Informação, toda a gente, para decidirmos que imagem é que não púnhamos no ar. Portanto, era importante pôr ali o momento em que ele era agredido, porque aquilo foi uma situação que durou alguns minutos, portanto foi uma coisa bastante violenta. Pusemos isso, o momento em que ele caí morto não foi para o ar. Foi o som dos disparos que o fizeram tombar e tudo aquilo, portanto, a imagem foi. O que é que se faz? Fazem-se *slow motions*, fazem-se desfoques, arrastamentos, coisas que sugerem o que está a acontecer, mas que não mostram o que está a acontecer. Ou seja, aqui sim, há um bocado de abstracionismo.

**SS:** Ia-te perguntar, vocês pensam muito na suscetibilidade de quem vai ver?

**SF:** Constantemente. É isso que orienta o nosso trabalho. É essa a nossa preocupação principal, quando nos confrontamos com uma imagem de grande violência, pensamos sempre nas crianças em primeiro lugar, ainda que haja adultos que possam ficar suscetíveis com aquilo que veem, esses têm recursos para lidar com isso. As crianças não têm, e essa é sempre a nossa preocupação, portanto não há... Eu diria que tu não encontras às oito da noite, violência explícita, ou dificilmente encontras.

**SS:** Tu achas que a RTP tem um papel diferente das outras nesta questão informativa, das outras entidades privadas?

**SF:** Tem. Tem, sobretudo, porque a RTP não dá tradicionalmente e há muitos anos, nós não passamos o crime de delito comum, aquela coisa que faz manchetes, por exemplo, numa imprensa escrita, a RTP não dá isso. A TVI dá bastante, por exemplo. Ao não dares isso já estás a subtrair bastante, já estás a diferenciar... desses operadores.

**SS:** Portanto, o jornalista de serviço público tem aqui um papel diferente aliado com o editor?

**SF:** Eu acho que é uma questão editorial mais do que outra coisa. É uma decisão da direção, quer dizer, é incontornável dar um atentado em que morrem dezenas de pessoas e que tem implicações políticas sempre, porque o que está em causa num atentado contra uma mesquita ou na palestina e não sei quê, é uma questão política que lhe está subjacente. É um conflito que está ali que dura anos e que vai durar e, portanto, que tem implicações ali, que vai afetar uma camada de população humana. Um crime de delito comum, só por si, não vale nada, tem valor dentro de uma família, mas num contexto social, quer dizer, não há nenhuma preocupação.

**SS:** A anterior Direção de Informação delegou que se deixariam poder emitir imagens que servissem de propaganda e incentivo a atos terroristas, isto surgiu na sequência das decapitações do ISIS e daqueles vídeos muito chocantes. Tu revês-te nesta posição?

**SF:** Não. Acho-a moralista, em primeiro lugar; acho que não se deve dar decapitações mas devem-se dar os vídeos, sem dúvida nenhuma. Nós também damos a propaganda dos partidos políticos, ainda que eles

não incitem à violência, eles estão ali a incitar a um discurso de um líder, ainda que não seja num vídeo, porque aqui a questão é que estes vídeos são todos idênticos, por assim dizer, entre si. Mas o discurso do Osama Bin Laden, ou dos outros grupos que entretanto surgiram, ou que lideravam grupos que faziam ameaças, essas declarações continuam a ir para o ar. E eles estão a incentivar ao ódio, à violência e à morte e a tudo isto. Isto aqui é uma, para mim, é uma decisão avulsa e eu tive a oportunidade de dizer isto ao Diretor de Informação. É uma decisão que respeito, evidentemente, quer dizer, há uma hierarquia aqui dentro e eu apesar de discordar tenho de acatar.

**SS:** Porém não deixas de ter a tua opinião...

**SF:** E a minha opinião que é avulsa. É mesmo uma decisão avulsa e que não adianta nada. Não adianta nada, e até acho que faz ao contrário, tem um efeito contrário que é: estes vídeos existem, estas ameaças existem, obedecem a um padrão, são todos iguais ou semelhantes, isto é, porque aquilo não se trata só de mostrar uma decapitação, aquilo trata-se de lembrar o que é que eles pretendem. Portanto, há todo um discurso antes daquilo que nós também não estamos a dar.

**SS:** Achas que isso pode abafar um bocadinho essa realidade?

**SF:** Se isso pode abafar? Sim, acho que de certa forma é fechar os olhos a coisas que não queremos ver. Mas fechamos os olhos a isso declaradamente, e fechamos os olhos a uma data de outras coisas por diversos motivos, não sei precisar quais mas... Quer dizer, há conflitos que nós simplesmente ignoramos, não é na RTP, é em Portugal e na Europa. Sudão ninguém quer saber, Uganda ninguém quer saber. Quer dizer o que não falta aí são conflitos que são ignorados.

**SS:** Achas que se devia dar mais valor ao internacional?

**SF:** Eu acho que o internacional tem muito espaço, ao contrário do que se diz, acho que o internacional tem bastante espaço, há é dois internacionais e os nossos estão misturados: há um internacional de política e há o internacional da atualidade e, muitas vezes, a atualidade é também a política, mas não são a mesma coisa. Eu acho que há muita atualidade e muita política internacional, não há é nada mais além disto. E, por vezes, quer dizer acho que, por exemplo, o trabalho que a rede de correspondentes no estrangeiro faz é muito orientado num sentido – pelo menos aquilo vai para o ar nos jornais de grande impacto -, é muito orientado para estas opções de política internacional e de atualidades. Um atentado, ou algo muito relevante é isso ser uma coisa política.

**SS:** Deviam explorar outras coisas?

**SF:** Sim.

**SS:** Tu tendo em conta uma visão geral, não só da RTP mas de outras televisões, achas que o efeito da multiplicação, ou seja, surge um caso de suicídio e vão-se explorar vários casos logo a seguir a esse, conduz à banalização daquilo que pode ser a violência?

**SF:** De maneira nenhuma, bem pelo contrário. Acho que isso é um... Não sei se é um chavão, mas acho que é uma ideia que está bem longe de ser verdade. Acho que é importante, mesmo um crime de delíto



comum (que eu falei há pouco), é importante denunciá-lo e é importante dizer que ele existe. Quer dizer, porque o contrário disso é aquilo que vivemos até mil novecentos e setenta e quatro, que é fingir que somos uma coisa que na verdade não somos. Portanto, apesar de não gostar de ver em jornais nacionais o delito comum, porque aquilo não tem importância, aquilo não passa daquele crime. A notícia morre ali, acaba ali, portanto, morreu acabou. É diferente, por exemplo, de falar de violência doméstica, ainda que se diga que cada caso é um caso, mas a verdade é que a violência doméstica é um flagelo porque tem uma extensão brutal, uma dimensão muito grande, não só em Portugal, sei lá, em Espanha também tem uma dimensão muito importante. Acho que não se deve falar individualmente de cada caso que acontece, mas é, há ali notícia, no fundo aquilo muitas vezes é, aquele crime podia ser um ponto de partida para...

**SS:** Achas que se explora demasiado?

**SF:** Não. Não se explora demasiado. Quando há cem mulheres a morrer por ano, num país nunca é demasiado, quer dizer, cem morrem, cem mil são agredidas e vinte mil não sabemos, eventualmente, não é? Acho que não. Não é demasiado. Não se explora, não acho que haja um efeito de banalização de maneira nenhuma, eu acho que ninguém fica insensível ao facto de haver pessoas que são vitimizadas, que são maltratadas, portanto, não acho que haja banalização nenhuma. Tanto que não há, que até é das matérias que são bem-sucedidas, em qualquer órgão seja em rádio, televisão ou jornais.

**SS:** Mas não deixa de ser um tema que tem que ser tratado com muito cuidado...

**SF:** Tem que ser tratado com mais cuidado até do que um tema, sei lá, consensual como, por exemplo, uma exposição, não tem questão nenhuma... Tem que ser tratado com muito cuidado, sim. Mas é o cuidado é esse, é o do respeito pela dignidade humana, seja do espetador, seja das pessoas que estão ali. Essa é a questão essencial.

**SS:** Quanto à ERC... reguladora de órgãos de comunicação social, achas que tem um papel muito ativo, muito passivo na regulação destes casos e de outros?

**SF:** Isso depende de quem está na ERC. Esta ERC agora, dirigida pelo Carlos Magno, não faz nada. A ERC anterior, do Azeredo Lopes, foi uma boa ERC, uma ERC muito interveniente, muito ativa, com muitas orientações e com uma grande intervenção que a meu ver, a maior parte das vezes era bastante positiva.

**SS:** Achas que a própria ERC poderia fazer alguma coisa neste sentido de criar recomendações.

**SF:** Recomendações pode, mas cabe aos órgãos decidir se as segue ou não. Acho que isso faz parte das nossas liberdades e eu acho que as redações (eu conheço a da RTP porque trabalho aqui, conheço outras por amigos que tenho em outros órgãos, quer em televisões, quer em rádios quer em jornais) ainda são um espaço de muita liberdade, acho que a RTP é a redação que tem maior liberdade em Portugal, não tenho menor dúvida e, portanto, eu acho que esta liberdade mantém, vai-se manter e, dificilmente, quer dizer, qualquer tentativa de a controlar ou limitar vai ser mal sucedida. Como aliás aconteceu ainda há pouco tempo.

### **Sara Cravina (E36)**

**SS:** Sara, qual é que é a tua perceção sobre o tratamento de casos de violência na informação televisiva?

**SC:** Depende muito dos assuntos, porque eu acho que há assuntos que quanto mais realidade tu mostrares mais mentalidades vais mudar. Tens um caso que aconteceu quando foi o massacre de Timor, mostrou-se imensas coisas que não que se costumam mostrar e aquilo teve como consequência o fim dos massacres que estavam a haver lá e das mortes e daquilo tudo.

**SS:** Achas que o mostrar também é importante para consciencializar as pessoas?

**SC:** Acho que depende da situação, acho que às vezes não vale para nada e é só para ter audiências e não vale a pena mostrar, mas isto é assim uma linha “tenuezinha”. Tem de se avaliar muito bem as coisas, mas quando são, por exemplo, aquelas decapitações que houve acho que não tem lógica nenhuma mostrar.

**SS:** O que é que impera em cada profissional e em ti especificamente?

**SC:** O que acontece eu acho que é da consciência de cada um, não sei se devia de ser assim, ou não, se devia de existir regras.

**SS:** Achas que deviam de existir recomendações?

**SC:** Eu não sei se deviam de existir regras. Este é o meu pensamento mas um colega meu pode achar completamente o oposto pode achar que não se deve mostrar de maneira nenhuma violência, porque àquela hora estão crianças a ver e por uma data de razões. Agora, eu acho que as crianças já estão expostas a tanta coisa, não é por não verem certas coisas que vão ficar de uma maneira ou de outra... Agora, acho é que tens de escolher muito bem, acho que tens de avaliar se os fins justificam os meios porque às vezes justificam, percebes?

**SS:** Tu revês-te naquela decisão tomada pela anterior Direção de Informação e Conselho de Redação, foi algo polémica, numa das alíneas eles dizem aqui que não se podem emitir imagens que sejam propaganda e incentivo a atos terroristas? Isto surgiu quando começaram a haver decapitações do Estado Islâmico.

**SC:** Sim, eu não me revejo muito nessa regra, porque para ser assim tinha de ser para uma data de outras coisas violentas que se passam de outros tipos de organismos, ou organizações ou regiões.

**SS:** Estavas a falar desta questão que não te revias muito porquê?

**SC:** Não porque acho que se está a tomar partido. E acho que a informação não tem que tomar partido, até porque já havia um bocado um cuidado com ... toda a gente aqui acho, aqui na RTP nos editores, de não pôr as decapitações e essas coisas todas, se é isso que é ser propaganda. Agora, eu acho que tu não tens que tomar partido, aquilo é uma visão e, maioritariamente, eu também acho. Ainda bem, as pessoas acham que aquilo está mal feito, mas eu também acho que uma data de outras coisas são mal feitas e até se faz propaganda ou se faz publicidade a favor desse estilo de vida.

**SS:** Achas que se devia adotar uma postura, já que se adota para uns, para o geral?

**SC:** O que eu acho é que isso não é fazer propaganda, quer dizer, supostamente não devias fazer propaganda a nada aqui, não é? Mas acabas por fazer mesmo não querendo. É muito difícil tu seres completamente independente, acho que é impossível mesmo que não seja intencional, é sempre o teu cunho que lá está nem que seja estético e isso vai interferir na forma como as pessoas vão receber o conteúdo, a forma como tu o apresentas. Até pode não ter sido essa razão, ou seja, tu podes ter abrilhantado uma coisa não porque o teu pensamento é daquele lado, mas porque achaste que esteticamente ficava melhor assim, mas na verdade isso depois nas pessoas em casa vai surtir esse efeito. Portanto, é quase impossível tu seres...

**SS:** Tu já te recusaste a passar, já tiveste algum tipo de discórdia com algum jornalista?

**SC:** Já imensas vezes.

**SS:** Por ele querer uma imagem e tu não quereres aquela imagem?

**SC:** Sim, o contrário, por exemplo, acontece muitas vezes aqui. A nossa sociedade é muito moralista, coisas a ver com sexo e numa altura que até apareciam decapitações já foram, e há muitos anos não podia aparecer nem mamãs nem... Houve uma vez que se fez uma peça dos Fura dels Baus. E os Fura dels Baus usam muitas imagens com foro sexual. E era um vídeo que estava no ecrã gigante lá atrás, mas nem era nada de transcendente, já nem me lembro bem o que é que era. E disseram-nos para tapar, porque àquela hora estavam crianças e não sei quê e nessa altura aparecia bastante violência no Telejornal. Apareciam as decapitações, por exemplo, não se tapava nada. E eu na minha mentalidade acho que tem muito menos mal para uma criança ver aquilo, que nem sequer era uma cena de sexo explícito, do que ver gente à batatada. Acho que é muito melhor eles verem cenas de amor, se for isso, do que cenas de violência. Aliás, há muitas vezes isso aqui. Cada vez que aparece umas mamãs, ou não sei o quê, tem de se tapar.

**SS:** Achas que há muito cuidado? Ou demasiado?

**SC:** Eu acho que às vezes perdem-se, tem-se cuidado com coisas que não têm importância nenhuma mais do que os conteúdos e as mensagens que se passam porque nós temos mesmo... Eu estudei na António Arroio esta área e depois fui para a Escola de Cinema, e aprendi sempre que a imagem é muito mais forte que qualquer coisa que se diga. Claro, e juntando *soundbites* ou os vivos, como nós dizemos em português, ainda mais força ganha. Mas eu lembro-me de uma história que me contaram na escola e que foi uma experiência de um “gajo” ligado ao cinema que agora não me lembro o nome (tenho uma memória péssima), mas que era um plano apertado de uma cara de uma pessoa, que sem expressão nenhuma, sem nada de especial e depois com a montagem punhas um prato de comida apertado ou outra coisa e, na verdade, as pessoas recebiam a emoção dele conforme o plano que vinha a seguir e isto é muito verdade. É como quando nas manifestações pões só planos apertados e parece que está imensa gente e até pode não estar.

**SS:** A forma é muito importante para o conteúdo. E tu o tratamento que fazes é: tentas abafar muitas vezes algumas imagens, optas por planos mais afastados, como é que geres?

**SC:** Depende muito das situações, quando são crianças e dependendo dos temas, as crianças supostamente têm de sempre proteger, porque é responsabilidade dos adultos e elas ainda não têm essa capacidade para se protegerem, depois em relação aos adultos é um bocado a responsabilidade deles. Há pessoas que se gostam de expor, há outras que não tanto. Eu tento sempre proteger a vontade da pessoa.

**SS:** Pensas na suscetibilidade do público? Achas que isso é importante? As pessoas deviam transpor-se mais? Transpor-se ao papel do telespectador?

**SC:** Sim, eu estou sempre nesse papel. Aqui funciona um bocado assim porque eles vão para o terreno, o câmara também, e envolvem-se muito no que se passou. Nós aqui recebemos, já um bocado o olhar deles, não é a realidade, é a realidade vista pelo olhar deles e acabamos por ver as coisas um bocadinho por cima, e depois tentamos balancear um bocadinho a coisa. Mas é como eu te digo, é impossível a pessoa aqui ser completamente independente e isenta.

**SS:** Isto é sobretudo um trabalho de equipa também?

**SC:** Sim, e há aqui muita discussão depois também depende das pessoas. Há pessoas que são mais teimosas que outras.

**SS:** Nesta questão do Charlie Hebdo não sei se passou por ti, houve alguma discórdia sobre o vídeo amador que chegou logo do polícia a ser alvejado...

**SC:** Por acaso não, passou-me esse tema, mas já foi passado uns dias e já estava tapado, não foi logo no início, porque acho que estava de folga. Estás-me a perguntar se devia ter mostrado?

**SS:** Foi mostrado. A primeira vez é que foi sem desfoque e a segunda vez é que foi com desfoque.

**SC:** Que acontece muitas vezes aqui.

**SS:** Devia-se adotar uma postura logo de início?

**SC:** Porque às vezes o que acontece... A informação vive muito do tempo, do momento e as pessoas querem ser as primeiras a dar a notícia e às vezes até se acaba por dar notícias falsas, como tu sabes, cada vez mais, não se vai investigar e eu acho que já nem há jornalismo de investigação à seria em Portugal, por causa disso mesmo. Queres dar logo e as coisas têm de ser feitas rápido e não são feitas com a qualidade que se calhar merecem. A maioria das vezes o que acontece é isso, queres meter no ar e não tens tempo. Eu estava-te a dizer, até já aconteceu em coisas mais graves eu acho, por exemplo, em casos de pedofilia, revelou-se imagens das crianças e na prensa: “ah é para entrar a peça no Jornal da Tarde”. E nem a jornalista nem o editor se lembraram, com o *stress* de por a peça no ar, de tapar as caras, isso já aconteceu.

**SS:** O tempo é um constrangimento, uma limitação...

**SC:** Claro, porque eu acho que aqui a nível de direção seja ela qual for, não estou a falar desta nem da outra, mas pronto, valoriza-se mais o entrar e entrar primeiro do que entrar mais bem feito. Ou seja, eles querem pôr a peça, isto é discutível, por exemplo, eu acho que depende muito da coisa, também se for

uma coisa que também não tem que ter tratamento nenhum, vai em bruto, agora se há que proteger algumas coisas... mas são opiniões pessoais. A minha opinião é que em vez de entrar ali, entrava mais tarde, mas a opinião das Direções de Informação, seja esta seja as outras que houve todas para trás, é primeiro entra e depois trata-se a seguir melhor para as outras coisas.

**SS:** Achas que a RTP devia ou tem uma missão diferente de informar?

**SC:** Quer dizer no meu pensamento sim, porque nós vivemos num regime democrático (isto não é bem o que eu acho mas pronto), supostamente a gente vive num regime democrático, as televisões ditas independentes (que não são independentes são de empresas que dão aquilo que as empresas querem dar), e eu acho que num Estado que supostamente é livre a televisão Estatal tem a responsabilidade, mais que as outras todas, de ser completamente independente, de informar mais possível as pessoas e não entrar na propaganda como todas as outras andam, mas o que se passa não é isso, como é lógico.

**SS:** Achas que a ERC deveria ter um papel mais ativo? Achas que tem um papel demasiado passivo?

**SC:** Eu não sei bem os estatutos. Não estou dentro desse assunto. Não sei se eles têm poder para isso, se queres que te diga. A não ser dizer umas coisas, pagar umas multas que é o que acontece...

**SS:** Deveria intervir mais de forma atenta naquilo que se faz?

**SC:** Se calhar, ou esse organismo ou outro qualquer. E eu acho que nem seria preciso haver organismo nenhum, eu acho que a televisão Estatal tem essa responsabilidade de informar mesmo a sério, porque eu acho que o que se passa, não é só cá, tu não andas a informar ninguém, andas a distrair.

**SS:** Achas que estamos a assistir, tendo em conta uma visão geral daquilo que tu vês não só na RTP, achas que muitas vezes ocorre a banalização daquilo que é violento, digo isto no sentido de: surgiu um caso de suicídio e a seguir vão-se explorar logo outros casos dentro disso, isso não pode levar a uma projeção de uma realidade?

**SC:** Sim, tem esse efeito. Às vezes quando tu dás uma notícia de uma coisa, ou uma pessoa que se mata, as pessoas que estão em casa nessa situação, se calhar, mais facilmente fazem isso. E da mesma forma, aquelas coisas dos miúdos se baterem uns aos outros, que eu acho que sempre existiu, não se filmava. É capaz de ter esse efeito. Eu, para mim, essas coisas nem sequer se mostravam, porque eu acho que uma das razões porque eles fazem aquilo é para filmarem e para ser vistos. Portanto, eu acho que esse assunto devia ser tratado e como ainda são miúdos não se devia mesmo dar, mas isso é tudo muito discutível, mas é minha opinião.

**SS:** Estamos a falar do efeito da multiplicação. Estavas a dar o exemplo do *bulling*...

**SC:** Sim eu acho que se calhar passaram, não sei se fazem mais ou não, mas como aquilo é uma coisa que se faz mesmo para ser visto, não é? Para terem *likes*, para essas coisas.

**SS:** Achas que muitas vezes se explora a violência para a audiência?

**SC:** Eu não sei se isso é propositado, isto como existem três estações de televisão, existem mais, mas pronto as três... Acaba por ser, os outros dão e vão todos, anda tudo atrás uns dos outros, não acho que esteja aqui alguém a dizer: ok, vamos explorar isto para ter audiências, não sei se é bem isso, é mais o querer dar a notícia, não ficar atrás. Agora, eu também acho que não se anda a pensar muito nas coisas.

**SS:** Achas que falta reflexão? É o ingrediente que está mais em causa?

**SC:** Sim, até porque quer dizer, os jornalistas hoje em dia têm um trabalho, acho eu, mais dificultado.

**SS:** Ia-te perguntar isso porque dada a grande diversidade de meios e a informação cai a toda a hora pela internet e chegam vídeos e conteúdos de vários pontos.

**SC:** Eu acho que... Para já não se dá tempo para as pessoas investigarem como deve ser. Há montes de notícias que são dadas e depois vem-se a perceber que não é bem assim, era de outra maneira. E depois também, todos os jornais e as televisões são pagas por alguém não é? E obedecem...

**SS:** Aos valores do mercado...

**SC:** Claro. E é muito difícil. Mesmo que tu queiras... Principalmente a gente nova, que supostamente devia ser a que tinha mais vontade de fazer essas coisas, como querem é ter trabalho, porque isto não está bom, acabam por não ser tão verdadeiros no trabalho.

**SS:** Estávamos a falar da ERC, não acompanhas muito bem, mas achas que o papel deles não é tanto dos conteúdos?

**SC:** Eu tenho ideia que eles falam e de vez em quando emitem uns comunicados e não sei quê. Na prática não se passa nada. É a ideia que me dá.

### **Sérgio Vicente (E37)**

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a violência na informação televisiva?

**SV:** Eu acho que há dois tipos de violência, tu tens a violência nacional ligada ao crime e depois tens a violência no internacional, conflitos internacionais e acho que tens aqui dois pesos que tens que ter em conta. Tu não podes tornar a violência banal ao ponto de qualquer ato de violência ser notícia, mas também não é pelo facto de haver violência que deixa de ser notícia para não se banalizar, ou seja, tu tens de ter aqui uma perceção clara do que é que é o valor-notícia do acontecimento, seja ele uma pancadaria à porta de uma discoteca ou uma manifestação violenta em Atenas. Tens é que tentar perceber qual é o valor-notícia desse momento.

**SS:** Tendo em conta o panorama geral das televisões portuguesas, canais de sinal aberto especificamente, consideras que esse tipo de notícias está a ser cada mais banalizado, porque as pessoas gostam de ver violência, ou seja, é uma forma de captação de audiências!?

**SV:** Eu acho que não é a violência que está a ser banalizada eu acho que o que está a ser banalizada é a “cusquice” à volta da violência, porque tu tens um crime e o que tu procuras dar é aquilo que as pessoas anseiam, que é a cusquice à volta daquilo, a família, o pai, a mãe o que é que dizem e isso é que nos leva muitas vezes a dar uma história de violência. Mas não te podes esquecer que existe aqui um fenómeno novo que são as redes sociais. Não podes passar ao lado de uma história que foi partilhada milhões de vezes numa rede social e que depois às oito da noite no Telejornal não dás.

**SS:** Tu tens um caso concreto, com o qual lidaste diretamente, que foi a queda do avião da Germanwings, muitos meios de comunicação optaram, também sabendo quem tinha sido o piloto e sabendo o que o levou a fazer aquilo, tentaram entraram um bocadinho pela vida privada, mostraram a casa, a família e essas coisas... Isto também no sentido daquilo que estavas a dizer, a cusquice à volta da violência.

**SV:** Depende da forma como tu dás isso, porque estamos a falar de um acidente aéreo que causou a morte de cento e cinquenta pessoas, e que as autoridades apontam claramente que foi devido a um ato suicida do piloto. Isto é uma coisa nova, e mexe com um fator importante novo, que é uma classe profissional que normalmente tem associada uma capacidade intelectual, profissional, académica, que seria impensável isso acontecer, um piloto suicidar-se em pleno voo. E, portanto, pelo facto de haver essa novidade pode ser tratado sem ser de forma sensacionalista. É tentar perceber o que é que terá estado por trás daquela pessoa para ter chegado àquele ponto. Por aí, tento relativizar a história, eu estou-me nas tintas qual é o nome dele, se tem filhos ou não. A minha ideia é tentar perceber quem era aquela pessoa para saber o que é que a levou a fazer aquilo. É só isso. E acho que aí não é sensacionalismo.

**SS:** É uma forma de dar a notícia. Tu achas que vocês jornalistas de serviço público têm algum tipo de missão que deve diferenciar-se daquela que é a do jornalista de um canal privado? Face a este tipo de informação e não só.

**SV:** Eu acho que não. Acho que não por uma razão: a carteira profissional de jornalista não é diferente de alguém que trabalhe num serviço público e num privado e, portanto, as obrigações de um e de outro são

as mesmas. Se me perguntas se no terreno... Muitas vezes me questiono qual é a forma mais correta de cumprir uma missão de serviço público? Questiono. Porque eu acho que isso está sempre presente quando se trabalha numa empresa chamada RTP. Para o bem e para o mal, porque se numa coisa má.... Como é que te hei-de explicar isto?! Se numa coisa má tu tens que, num acontecimento mau, um crime, um acidente, qualquer coisa desse género, tens essas preocupações, também tens essas preocupações quando tens uma notícia digamos positiva. Eu recordo-me que quando estava na delegação de Évora, fui a uma aldeia, ainda era a primeira onde nunca a RTP, nunca uma televisão, tinha ido. E aquilo representou muito para aquela meia dúzia de pessoas que ali vivia, e isso é importante e acho que isso também faz parte da missão de serviço público. E não é pelo lado negativo, há aquela história: só quando há uma tragédia é que aparecem. Não a RTP não pode aparecer só quando há uma tragédia. Ponto. Tem essa missão.

**SS:** Ou seja, não atraí também o tal banalismo de que falávamos?

**SV:** Isso mesmo.

**SS:** Quando vais dar uma notícia, que de certa forma envolve algum tipo de violência, pensas primeiro na notícia ou na suscetibilidade do público que a vai receber?

**S.V:** É um misto. Tens de pensar nas duas coisas. Tens que pensar que tens que dar a notícia de uma forma mais correta mas há detalhes, há coisas que não são, que tens tu próprio que fazer uma autocensura, não é autocensura mas imagina: Tu vais fazer uma cobertura de um acidente, onde houve mortos e houve um cenário mesmo de caos, e penso que há determinados detalhes que tu presencias e que não é necessário dares a quem está em casa.

**SS:** E tens esse tipo de cuidado quando fazes mesmo a seleção das imagens para as tuas peças?

**SV:** Sim.

**SS:** Tentas não ser tão óbvio e mostrares coisas que possam chocar lá em casa? Sem te conteres de dar a notícia no fundo?

**SV:** Tu de certeza que já reparaste muitas vezes quando existe um acidente, um acidente rodoviário, que envolve crianças, tu dás sempre um boneco porque, normalmente, a criança vai sempre acompanhada com um boneco e fica lá pelo meio. O que é que mais importante para quem está em casa, é ver uma poça de sangue ou ver aquele boneco? Se calhar o boneco identifica automaticamente. Tu não precisas de chegar ao ponto de mostrar marcas de sangue. Se tu disseses que naquele acidente estavam envolvidas crianças e não sobreviveram, tu não precisas de mostrar aquela marca de sangue, mas isto tudo é relativo, porque há vezes em que isso é... Se tu queres mostrar um grau de violência de qualquer coisa, se calhar aquela marca de sangue é importante. Acho que tudo é relativo. Tudo.

**SS:** Sim, dada a subjetividade do tema...

**SV:** Tu não tens uma fórmula onde coloques tudo o que é violência é feito assim, tudo o que não é violência... Não há. Toda a história é diferente.



**SS:** Quanto aquela questão que falávamos há pouco do Conselho de Redação e da Direção de Informação no verão passado, tomaram uma decisão quanto às decapitações do ISIS... Tu revês-te nessa decisão do deixar de passar essas imagens porque se tornam no fundo um apelo terrorismo e dar voz a isso?

**SV:** Eu... não é uma questão de me rever ou não. Eu compreendo.

**SS:** De reveres no sentido em que o Conselho de Redação te representa também...

**SV:** Eu compreendo a posição. Cumpri essa decisão. Não sei até que ponto é que mostrar, tentar perceber o que é que é propaganda e o que é que não é propaganda, porque a decapitação deixou de ser mostrada no grau de violência que estava associado, ou por ser um ato de propaganda. É que se vamos falar de propaganda provavelmente aquelas imagens simbólicas também daquelas carrinhas com bandeira negra do Estado Islâmico, essas imagens também são propaganda e, portanto, se tu chegas ao ponto de tudo o que é propaganda não colocas, portanto estás a falar de um assunto que está a milhares de quilómetros daqui que a única forma que tu tens de mostrar é através das imagens que chegam de agências internacionais ou de redes sociais. Como é que tu explicas, como é que tu contas aquele facto? Eu lidei com isso durante o verão de 2014 e lidei com isso numa coisa muito interessante, que foi a Revista do Ano. Então houve ali uma coisa interessante, porque isso tinha sido um dos acontecimentos do ano, no início das decapitações e o terror.

**SS:** Aliás, foi isso que deu asas ao meu tema...

**SV:** E tivemos ali um problema - eu e a Sara Cravina quando começámos a editar a Revista do Ano - que é: Como é que tu falas disto sem mostrar? Porque temos de cumprir uma linha editorial, que é não mostrar esta imagem. Agora o que é que não mostrar esta imagem? É mostrar a imagem toda, não mostrar a imagem toda? E então a solução que nós tivemos foi em cada *frame*, nós só mostrávamos uma parte da imagem, ou seja, tu nunca vias o conjunto do agressor, da vítima, do ambiente, não. Tu só vias uma faca, tu só vias um olho da vítima.

**SS:** Contaram a história através de pequenos simbolismos...

**SV:** E, portanto, eu não sei até que ponto aquilo é perceptível e se quem está em casa percebeu qual era a nossa ideia. A nossa ideia era mostrarmos, sem mostrar. O que é certo é que está lá qualquer coisa. Mas também aquela imagem é icónica. E não entendo se por não mostrar essa imagem uma jovem, ou um adulto, não vai ingressar no Estado Islâmico, ou se é por mostrar que vai ingressar. Eu não sei.

**SS:** De qualquer forma, consideras que este tipo de informação deve ter um tratamento bastante cuidado?

**SV:** Claro tem de ter um tratamento super cuidado. Super. É assim, eu acho que nunca debes mostrar um momento de uma execução, como é óbvio. Como é óbvio. Mas por outro lado, tu também para mostrares o grau de desumanidade daqueles atos, tu também tens de mostrar qualquer coisa. Para quem está em casa perceba.

**SS:** E é o papel do jornalista que deve funcionar com esse filtro.

**SV:** Como é óbvio.

**SS:** Porém para vocês, também estavas a falar há pouco das redes sociais e da internet, é um constrangimento porque as coisas passam lá...

**SV:** Claro, daí estar-te a dizer que é óbvio que tu tens que ter reservas e limites, tens que te impor a ti próprio os limites de serviço público, de missão, mas depois combate... As armas não são comparáveis, porque estás a combater com meios que não têm qualquer filtro ou têm pouquíssimos filtros e portanto muitas vezes podes ser acusada e a RTP pode ser acusada de estar a filtrar informação que toda a gente tem acesso. E porque é que a RTP não a passa? Tens aqui é uma faca de dois gumes.

**SS:** Tu achas que neste sentido devia até partir, ou mesmo da Direção informação, o conjunto de jornalistas que formam esta redação, um conjunto de recomendações que pudessem facilitar e tornar mais transparente o tratamento da informação violenta?

**SV:** Acho que quanto mais regras existirem, mais recomendações existirem, acho que tu tens de ter livre-arbítrio e bom senso, ponto. Tens de ter liberdade de colocar aquilo que entendes ser mais correto. E assumir a responsabilidade de colocares ou não, ponto. Acho que quanto mais recomendações houver, pior.

**SS:** Limita o vosso trabalho?

**SV:** Limita, porque depois para qualquer regra há uma exceção. E depois, até que ponto é que a exceção não é a regra? E onde é que se deve colocar a regra? Não, não, não.

**SS:** Achas que cada vez mais e desde sempre o jornalismo e a confiança que tens no jornalismo também vive muito a sensibilidade de cada jornalista?

**SV:** Devia viver.

**SS:** Além de qualquer regra que possa existir?

**SV:** Devia viver mas depois também tens aqui uma coisa que é a comunicação social e os *media* não estão alheios do mundo económico. Os *media* são um negócio e a partir do momento em que são um negócio, tentam maximizar o lucro com o que têm, sem programação, muitas vezes sem informação. É complicado.

**SS:** Tu estás cá na RTP desde quando?

**SV:** Há catorze anos.

**SS:** E foste sentindo na RTP ... a RTP é uma estação de serviço público mas claro que também precisa de financiamento e também vive... não está alheia às audiências de certa forma. Achas que aí a informação tens percebido que tem sido cada vez mais influenciada com essa corrida às audiências?

**SV:** Não.

**SS:** Ou achas que a informação está neutra? Não se conduz nesse caminho?

**SV:** Não, eu acho que existem ciclos, não podes pensar que as audiências não existem nem podes pensar que o serviço público que há-de ser uma televisão para não ser vista. Tu tens de tomar o encontro daquilo que as pessoas procuram. Ponto final. Acho que essa questão é importante. Agora, nestes catorze anos, depende, porque tu normalmente tens um fator interessante, é que tu tens três grupos, tens agora uma televisão paga, CMTV, que está também a trilhar o caminho e a procurar impor-se no mercado e o que tu normalmente tens e isto é interessante é: Todas as televisões tentam equilibrar-se, ou seja, quando uma baixa a “bitola” (creio que é isto não tenho a certeza), as outras tendem a baixar também. Se elas sobem a bitolas, elas sobem todas tendencialmente, entendes? Elas tendem a equilibrar-se.

**SS:** Tendem a imitar-se?

**SV:** A imitar-se. E quando há uma que desce muito, mesmo que as outras não a acompanhem até aquele nível, tende a baixar um bocadinho e ficar ali para não perder o comboio.

**SS:** Achas que a ERC enquanto entidade reguladora tem feito um bom trabalho na regulação dos casos mais alarmantes de informação e violência?

**SV:** Não tenho uma grande opinião sobre isso.

**Teresa Nicolau (E38)**

**SS:** Qual a tua perceção sobre a violência na informação televisiva?

**TN:** Eu acho que gostamos de fazer da violência... Por vezes a informação televisiva gosta de fazer telenovela, fazer drama. Portanto, a violência consegue ser aquele lado voyeurista do próprio jornalista, muitas das vezes, ou do editor do Telejornal, do jornal das oito. E de alguma forma as pessoas esquecem-se muito que há crianças em casa.

**SS:** Achas que se tem assistido a uma banalização do tratamento destes casos?

**TN:** Acho que acontece menos. Acho que a RTP nos últimos dois anos tem feito um retrocesso em relação a isso, um retrocesso no bom sentido, ou seja, há imagens que não estão a passar na RTP, as decapitações, por exemplo, que passam noutras televisões.

**SS:** Revês-te nessa decisão da anterior do Conselho de Redação?

**TN:** Completamente. Eu fiz parte desse Conselho de Redação.

**SS:** O que vos levou a tomar essa decisão?

**TN:** Essa questão tem a ver com isso. A Hannah Arendt tinha esse lado da banalização do mal. Como se o que aconteceu na segunda Guerra Mundial fosse uma cena normal. A violência, o mal, o holocausto, a morte dos ciganos, dos homossexuais, dos deficientes... Portanto, a partir do momento em que tu achas que a violência é normal, deixas de te sentir ofendido, ou de alguma forma chocado. A violência deve ser vista, não como apenas uma coisa que passa na televisão, mas como uma coisa real.

**SS:** Requer um tratamento especial?

**TN:** Requer, efetivamente, um tratamento especial. Por isso é que, e isto não é ser moralista nem preconceituosa, a banalização dos jogos de violência nas *playstations* desta vida, faz com que os miúdos achem normal matar, esmagar um crânio, dar um tiro a... É preciso ter algum cuidado na forma como se mostra violência.

**SS:** O que é que impera quando tratas esse tipo de informação, enquanto jornalista?

**TN:** Eu acho que antes de sermos jornalistas, como humanistas. Aquilo que dizias no outro dia “os cínicos não podem” e mais, ele diz outra coisa, o Kapuscinski, que é “só se pode ser boa pessoa para se ser jornalista”. Se tu não fores humanista, universalista e tiveres os valores certos na tua cabeça tu não chegas lá; não és um bom jornalista, não chegas lá. Porque o jornalismo é isso, é um ato muito voluntário. Não é só uma profissão. Se andarmos todos aqui para fazer das nove às cinco não vale a pena. Nós temos que gostar das pessoas, das histórias das pessoas e acima de tudo temos de defender o ser humano. É apenas assim que eu consigo ver o jornalismo e o resto da arte no geral. Por exemplo, quando eu falo com um artista plástico tem que haver uma devoção perante o ser humano, no bom sentido. Ou seja, eu costumo dar o exemplo e um pintor britânico que faz coisas horríveis, mas no fundo o que ele quer mostrar é o nosso contraditório. E, no fundo, ele gosta de pessoas e isso é essencial. Tive a sorte de poder

dar aquele curso na televisão moçambicana, a primeira coisa que eu lhes mostrei foi a Carta dos Direitos Humanos: “Meus senhores esta é a primeira coisa que vocês têm que ler e depois é o resto”. Faz parte da nossa essência, se um jornalista olhar para a estória com este sentido de valor ético, a coisa é diferente. E a violência faz parte desse registo.

**SS:** Consideras que a proximidade geográfica com um caso de violência tem um tratamento diferente?

**TN:** Não sei se se banaliza mais. Não sei... Por exemplo, a estória de Timor Leste, quando foi o massacre do cemitério, aquilo foi duríssimo e foi violentíssimo, mas mobilizou todo o país, as Nações Unidas e toda a Europa.

**SS:** É importante que o jornalista dê voz a estes casos, mas que exige um tratamento muito cuidado?

**TN:** Sim. Tem que se mostrar mas não se pode mostrar de uma forma... Primeiro tem que se avisar, depois tem que ter um propósito. Vou-te dar um exemplo, há um filme que eu gosto muito que se chama Intimidade. Patrice a partir do livro faz uma cena de sexo naquele filme e não é pornografia. Ou seja, o sexo explícito ali tinha um propósito, uma razão de existir. É como nos telejornais, tu não podes estar sempre a dar violência. Tem que haver um propósito ético para dizer porque é que nós estamos a mostrar aquilo. Uma decapitação não vale a pena, porque aqui estamos a fazer exatamente o que eles querem, que é dar voz à propaganda islâmica que é: “Nós somos muito maus, por isso tenham medo, be fear!”. E aí não podemos fazê-lo, é gratuito. A partir do momento em que é gratuito não vale a pena. Por exemplo, uma estória de uma ama a bater nas crianças, filma-se da varanda, não se mostra tudo, mas se calhar é importante alertar as autoridades para aquele caso. Também achei absolutamente gratuito a capa do CM com os corpos espalhados nos Alpes, no acidente aéreo. Já se sabe, já aconteceu, pode estar ali a filha de alguém. Há que haver respeito pela privacidade humana e, acima de tudo, pela dignidade humana. É por isso que quando faço a reportagem do *jihadista* eu não digo quem ele é; não digo propositadamente porque tenho uma família atrás a proteger. E já não vale a pena. Até isso é um ato de violência.

**SS:** Achas que deviam existir algum tipo de recomendações que pudessem transparecer o tratamento destes casos?

**TN:** Acho que não. Eu sou um bocadinho contra a regulamentação. A verdadeira regulamentação chama-se burocracia. E a verdadeira burocracia é uma ditadura. Acho que deve haver uma autorregulação. Mas, acima de tudo, devia haver um Portugal uma ordem dos jornalistas e a terem a capacidade de sancionar e de premiar os seus profissionais. E sim, nas redações os editores e os subdiretores devem ser - e são -, deverão ser cada vez mais (divergindo dos órgãos de comunicação social que têm), mas deverão ser pessoas com valores éticos muito fortes – por isso é que são mais velhos, por isso é que são seniores. Eu acho que uma ordem dos jornalistas resolvia isso rapidamente, agora leis não. Leis não, porque regulamentar como tiveram esta tentativa de regulamentar a campanha autárquica... Burocracia é ditadura.

**SS:** É total liberdade para total responsabilidade?

**TN:** Exatamente. Totalmente. É por isso que o Hitler construiu o seu Estado porque tinha uma burocracia fantástica.

**SS:** O que achas sobre a ERC na regulação dos órgãos de comunicação social?

**TN:** Mais uma vez acho que está tudo um bocado confuso. Tens o sindicato dos jornalistas, tens a carteira profissional. Tens a ERC. Eu acho que devia ter um papel mais ativo. As sanções que a ERC impõe... Eu acho que em termos jornalísticos deveria ser uma ordem dos jornalistas. Porque nós não podemos ser igual ao Big Brother. Por exemplo, a ERC passa uma multa à TVI porque o X bateu em Y e a TVI mostrou tudo. Não temos nada a ver com essa matéria. Não estou a dizer que os jornalistas são diferentes, mas são. Quando dizer “ah morreu um jornalista”. É um ser humano igual aos outros? É. Mas o jornalista é o defensor da liberdade e da democracia em qualquer sítio o mundo. É uma pessoa diferente porque me garante a mim a minha informação, a minha possibilidade de escolha. E eu não considero que a ERC devia regular, ou ter algum papel nas matérias do jornalismo, tenho dúvidas, honestamente. Está tudo baralhado, está tudo misturado, é tudo do mesmo saco. Acho que devia haver uma coisa à parte.

**SS:** Achas que o jornalista tem um papel cada vez mais importante sobre a questão do *gatekeeper* perante a diversidade de meios que existe?

**TN:** Não posso pôr tudo no ar, nem devo. O jornalista deverá ser, não sei se um filtro, se um *gatekeeper*, acho que deverá ser uma consciência. É outra coisa. Ou seja, o jornalista não é apenas um filtro. É um filtro pensante. E se tiver esses valores do humanismo, do respeito pelo outro, da igualdade e da liberdade é, acima de tudo, uma consciência, não é um filtro.

**SS:** O imediatismo e a necessidade de por tudo no ar com rapidez vos impede de pensar, de refletir sobre estes casos?

**TN:** Sim.

**SS:** É um constrangimento?

**TN:** Nós mostrámos no início o tiroteio na rua do Charlie Hebdo, mas depois retirámos. Ou seja, tu vês um polícia a ser executado na rua e depois já não vês. Se calhar devia ter-se pensado antes e não se deveria ter colocado logo. Não sei se é o tempo. Pode ser o tempo, mas também pode ser uma emotividade qualquer “vamos mostrar tudo”, depois pensas duas vezes...

**SS:** Achas que o jornalista do serviço público tem um papel diferente de um jornalista de canal privado?

**TN:** Eu esperaria que não tivesse, ou seja, acho que todos os jornalistas são iguais e deverão ter o mesmo tipo de abordagem sobre seja qual for o assunto. Eu acredito que os meus colegas da TVI e da SIC têm exatamente as mesmas preocupações que eu. Eu acho que nós como serviço público temos uma responsabilidade acrescida porque somos efetivamente serviço público. Eu não posso, nem quero, nem devo, ser apontada como jornalista da RTP por ter feito uma coisa gratuita, por ter mostrado violência de uma forma gratuita. Por ter colocado o nome de uma pessoa, sem ter a prova. Isso eu acho que sim, nós como televisão de serviço público, devemos ter a consciência mais pesada, também porque somos mais

escrutinados, está toda a gente em cima de nós. Eu não estou a dizer que os da SIC e os da TVI não têm essa responsabilidade. Claro que têm. Até podem ser melhores que nós e ter essa consciência. Mas nós aqui devemos pensar até nos valores que estão inscritos na RTP de uma forma mais pesada. Há quem diga que é autocensura, não é autocensura. É ter a noção de que o meu nome está associado a uma marca de serviço público. É o mesmo que um cardiologista ter maior responsabilidade que um ortopedista. Não estou a desvalorizar, também se pode morrer, mas morre-se menos. É um mau exemplo.

### Vanda Freire (E39)

**SS:** Qual é a tua perceção sobre a violência na informação televisiva?

**VF:** Acho que enquanto profissional e ter que lidar todos os dias com imagens mais violentas é preciso ter uma enorme sensibilidade para tentar mostrar, mas não violentar o espetador. Muitas vezes o espetador é violentado, em horas em que a família geralmente está a ver televisão e os portugueses têm uma tradição de jantar a ver televisão. Na verdade, as imagens são muito violentas. De qualquer maneira, quem trabalha com as imagens todos os dias é confrontado com mortes, com fome, com crianças... Posso dizer que ainda hoje fiz mais um resgate de migrantes numa embarcação cheia de crianças. Nós, que criamos este tipo de informação, criamos quase aqui uma barreira, quase que criamos um filtro e para nós já é uma coisa muito normal ver este tipo de imagens. Depois temos a questão da proximidade. Normalmente, não só os jornalistas mas qualquer pessoa, quando as coisas acontecem na nossa porta, nós sentimos muito mais e achamos que aquilo é uma tragédia. Quando as coisas acontecem longe temos este distanciamento. Isto é lá longe, não nos interessa. Temos exemplos práticos. Da importância que as notícias têm, consoante a proximidade, e não propriamente as vítimas e a tragédia. Nós tivemos o caso do Charlie Hebdo, que estava próximo. Na verdade, morreram sete pessoas, por aí, e houve este excesso de informação, considero eu, em que houve diretos, falou-se no mundo inteiro, todos eram Charlie... Depois temos um massacre no Quênia, numa escola, em que morreram centenas de estudantes, que foram massacrados. Esta notícia também se deu, mas no meio do Telejornal, no bloco de internacional, um minuto e pouco de peça e mais ninguém falou disso. Ou seja, em termos comparativos, a importância de uma e de outra tem muito a ver com a proximidade e aquilo que nos diz mais respeito. Aqui mete-se a violência em termos da importância da notícia. A importância televisiva mede-se pela proximidade e pelo que nos diz mais respeito, mas isso é do senso comum. Obviamente, se houver uma morte na tua rua, é diferente se houver uma morte em Trás-os-Montes, que não é a tua rua. A proximidade leva-nos a dar mais importância a determinado assunto e não a outro.

**SS:** Essa proximidade faz com que muitas vezes se incorra na espetacularização da violência e da informação em si?

**VF:** Sim, isso é muito visível. Talvez não tanto na RTP, porque nós temos um código deontológico, ainda nos preocupamos com o mostrar e não mostrar. Mas obviamente que quem quer vender tem de mostrar e repetir a mesma imagem. Porque é o que vende.

**SS:** O jornalista de serviço público tem uma missão diferente do jornalista do canal privado?

**VF:** Não sei se tem uma missão diferente, depende da sensibilidade de cada um. De qualquer das maneiras, penso que os seniores têm mais noção do que podem pôr e não podem pôr e podem decidir isso por eles próprios. Enquanto, numa televisão em que o objetivo é o lucro, obviamente que a editoria diz “tens de por isto” e o jornalista tem de pôr. Porque é por aí que vende. De certa maneira acho que os jornalistas que fazem serviço público, nomeadamente na RTP, estão um bocadinho mais protegidos desse tipo de agressão, de ter de expor demasiado. Porque nós temos acesso às imagens todas.



**SS:** Recordo-me que na altura do ISIS o Conselho de Redação tomou uma decisão muito vincada. Revêste nessa decisão?

**VF:** Revejo-me. Acho que não se devem mostrar imagens demasiado violentas, que mesmo assim estão disponíveis a quem quiser na *net*. Se quiseres procurar especificamente e ver violência podes ir procurar na *net*. Não é preciso sermos nós a dar essa violência porque ela está lá disponível e eu revejo-me nisso. São imagens demasiado violentas e não há necessidade de as mostrar. Por outro lado está provado que quanto mais violência tu mostras, mais violência tu desencadeias. Aliás, há uns anos houve aqui um grande debate interno sobre os suicídios, porque pessoas que estão à beira do suicídio, ao ver determinada notícia pode ser um impulso para ela própria. A violência gera violência e se nós mostrarmos acaba por persuadir. E é uma faca de dois gumes, há pessoas que mudam de canal, porque não querem ver e acaba por ser um contra, ou acaba por ver numa perspetiva de voyeurismo e acaba por se alimentar com isso. Hoje em dia somos bombardeados todos os dias com violência.

**SS:** Deve haver um filtro e uma sensibilidade particular, nestes casos, para que a RTP não incorra em violência gratuita?

**VF:** Já tenho alguns anos de jornalismo e quando eu estudei falava-se muito em não explorar as imagens em função do sofrimento das pessoas. Na altura, falava-se em não filmar pessoas a chorar, não filmar o sofrimento das pessoas... Hoje em dia isso caiu por terra. Quando a pessoa está a chorar aproxima-se o plano da cara da pessoa. As pessoas querem ver a vida dos outros, querem “cuscar”. Costumo dizer esta frase que é, antigamente quando não havia televisão e quando as pessoas não moravam em prédios altos elas estavam à janela a “cuscar” a vida dos outros. Hoje em dia não precisas, ligas a televisão e estás a “cuscar” a vida dos outros. Cabe-nos a nós também educar o espetador, dar a notícia sim, não ocultar o que está a acontecer, mas tentar educar o espetador para o mundo não tão violento. Quando falo desta violência não falo só da internacional. Tens notícias de sociedade, de violência doméstica, das crianças abusadas. Hoje de manhã havia aí uma notícia de dois homens que apareceram mortos em Algés. Tudo isto é uma coisa terrível que nos atormenta a todos. Quem trabalha nestas notícias é que já cria uma defesa, porque senão morríamos todos. Se não criássemos uma defesa entre aquilo que estamos a ver e a nossa realidade, já estávamos todos loucos. Isto é terrível. Vês a cortar cabeças, ver a matar crianças, mas vês aqui. Não passas isto para o outro lado, não podes passar.

**SS:** Mas não é porque algo te diga que não podes passar?

**VF:** É a minha consciência.

**SS:** A existência de recomendações ou algo que poderia ser escrito pela Direção de Informação neste sentido seria uma boa opção para transparecer o vosso trabalho e dos jovens jornalistas que aqui chegam e não têm tanta experiência?

**VF:** Acho que nos faz falta um bocadinho esse guia, se lhe quiseres chamar livro de estilo. Até porque nós perdemos muito recentemente muitos jornalistas seniores, que eram as nossas referências e em quem nós confiávamos quando tínhamos alguma dúvida. Os que ficaram também estão um bocadinho como nós, estão todos os dias a aprender. Às vezes temos dúvidas, às vezes não sabemos bem como abordar

determinado assunto. Se as coisas fossem uniformizadas, se houvesse esse tal livro de estilo do que definisse o que se deve fazer e o que não se deve fazer, ajudava certamente os mais novos a perceber que às vezes não é necessário mostrar tudo, é demasiado violento. Depois acho que hoje em dia os próprios educadores e os próprios pais deixam as crianças ver televisão a horas que não serão impróprias, mas os conteúdos são impróprios e é difícil conseguir explicar a uma criança pequena tudo aquilo que elas veem.

**SS:** As crianças têm muita tendência a copiar os adultos...

**VF:** A copiar e não é fácil explicar. Portanto, acho que a nossa sociedade está a tornar-se mais violenta devido a este excesso. Diz-se assim: aumentou os casos de pedofilia, ou de violência doméstica. Hoje tudo é notícia, tudo é imediato. Se não tiveres uma câmara tens um iPhone, filmes, pões nas redes sociais, hoje em dia não podes dar um passo... É muito mais complicado. Não quer dizer que as coisas tenham aumentado, há é uma exposição muito maior. Não sei se será exatamente bom, porque as instituições continuam a fazer o seu trabalho como faziam até aqui, e não é por haver uma mediatização das coisas que as forças que têm de investigar vão agir de forma diferente. Só que nós hoje em dia temos tudo muito mais rápido e vivemos no imediato.

**SS:** A ERC enquanto entidade reguladora podia fazer um trabalho diferente?

**VF:** Não tenho uma opinião muito favorável em relação à ERC, porque eles de certa maneira não são muito pró-ativos. Vão muitas vezes atrás das queixas e o que acontece é que se as pessoas não se queixarem não são eles que tomam a iniciativa de partir para a frente do terreno. Acho que eles aí poderiam fazer um papel muito mais pró-ativo, de antecipação às coisas. As recomendações poderiam partir deles, sendo que essas recomendações seriam fáceis de implementar no serviço público mas já nem tanto no sector privado, porque o que aí comanda é o dinheiro e é muito mais complicado.

**SS:** Nunca te viste obrigada a fazer uma coisa por imposição?

**VF:** Não. Lembro-me de há muitos anos me ter recusado a fazer determinada notícia, em que não concordava com a perspetiva. Mas isso é algo que só conseguimos fazer quando adquirimos experiência e bases para poder contrapor, para justificar porque não fazemos. Ou seja, não é de todo fácil, muito menos para quem começa. Ao longo dos anos ganhas experiência em trabalhar determinados argumentos, para expores os teus pontos de vista.

**SS:** Quando escreves uma notícia pensas primeiro na suscetibilidade que essa notícia vai ter para o teu público?

**VF:** Geralmente tenho sempre o cuidado de falar para o público em geral, porque há uma tendência para nós acharmos que as pessoas sabem tudo o que estamos a dizer, o que é mentira. Há muita gente que fala para o seu umbigo e para o seu núcleo de amigos e as pessoas em casa não percebem. Portanto, tenho sempre a tendência de tentar falar para abranger todo o público. Tem de se partir sempre do princípio que estamos a dar a notícia em primeira mão e temos de a explicar. Depois temos um minuto e meio para explicar, isso é difícil. Temos de partir do princípio que as pessoas não estão a seguir aquela história. Contextualizar a história e não dar por adquirido que toda a gente sabe do que estás a falar. Isto acontece

muitas vezes. Quando a pessoa não percebe ela desliga, isto até para as audiências é fundamental. Ou percebes a história ou desligas, daí agarrar o espetador na primeira frase. As pessoas querem coisas descartáveis, ninguém quer ficar a pensar, ninguém quer coisas complicadas.

**SS:** Quando estás trabalhar informação com violência tens a preocupação em dar a notícia logo ou ficas a pensar nas pessoas em casa?

**VF:** Eu dou a notícia e depois de a dar vou fazer a triagem e explicar a sua base. Tenho o exemplo das meninas da Nigéria, fez um ano que elas foram raptadas. Toda a gente falou nas meninas. Para dares esta notícia tens de lembrar a história, como foi, como aconteceu e não chocar, porque não há essa necessidade. A história do Estado Islâmico, e de não mostrar as imagens, na minha opinião, é muito acertado. É demasiado terrível. É possível dar a notícia sem chocar. Consegues sempre mostrar a história, não há necessidade. Até porque muitas vezes tens planos próximos, planos mais ao longe e podes mostrá-los. Lembro-me de uma história do Estado Islâmico que fiz, em que levaram uns homens para uma praia e tinha um plano ao longe e depois apareciam eles todos mortos já num plano próximo, é possível contar a história sem o plano próximo. Esse é o meu contributo para um mundo melhor. Já é muito difícil nós vermos essas imagens. Ao fim de algum tempo no internacional, as imagens para mim já não me chocam. É um pouco como o médico, lidas com a morte e comesças a relativizar. Como o repórter de imagem que tem de filmar cenas brutais. É uma lente que te dá uma distância. Não vou angustiada para casa, porque já faz parte do meu trabalho e crias um automatismo. É algo que tens de trabalhar. Há diferenças entre o serviço público e o outro e é importante que o serviço público faça essa diferença e não entre no banal, para educar o espetador. Agora, o que é notícia: Dois homens mortos em Algés não é notícia em televisão. Isso é notícia para um direto?

**SS:** Os valores-notícia estão trocados?

**VF:** Não sei se estão trocados, a determinada altura do ano tudo é notícia, porque não há notícias e acabamos por fazer tudo. Mas sim, deixámos de ir ao essencial. Há muitas coisas que podíamos fazer e deixámos de ir ao essencial para nos focarmos no espetáculo, e tenho muita pena que isso aconteça. Reportagens sobre o calor, frio, vento... Não há nada mais importante a acontecer neste país que possas fazer notícia? Há com certeza. Mas esta é a via mais fácil e a via mais espetacular e do menor esforço. Temos pouco planeamento e trabalhamos muito em cima da hora, claro. Mas devia haver equipas de retaguarda para aprofundar outros temas. E não irmos atrás de agenda, de outras televisões.

**SS:** A RTP está a cair nisso?

**VF:** Acho que sim, em algumas alturas sim.

**SS:** Já questionaste muitas vezes o alinhamento do Telejornal?

**VF:** Acho que agora já estamos a ter mais histórias sociais. O Telejornal era essencialmente política, economia e bola. Agora conseguimos por peças de cultura, o que é muito importante. Porque temos uma boa editora de cultura, que é a Teresa Nicolau, que vende muito bem as suas peças e a sua equipa. E cultura boa, não a cultura fácil. Já conseguimos ter histórias sociais e isso reflete-se nas audiências.

Histórias sociais não é a história dos desgraçadinhos, são histórias que vês nos outros jornais. A agravante do Telejornal é que tem uma hora e os outros têm uma hora e meia. Portanto, é muito mais tempo pra desenvolver esses temas. As pessoas não querem saber nem de economia, nem de política. Se fores perguntar às pessoas como se chama o ministro disto ou daquilo, elas não sabem. As pessoas não querem saber. Notícias de economia, sim, mas isso resume-se a “vou ter mais dinheiro ao fim do mês ou não? Expliquem-me lá”. Nós temos de adaptar a nossa linguagem a esse tipo de pessoas que querem saber isso. Porque rankings, lixo, PIB’s, esquece, ninguém quer saber. As pessoas querem saber da vida delas. Isto quer dizer o quê? Vou ter uma melhor vida, uma pior vida? Enquanto as pessoas não descerem um bocadinho à base e pensarem nisto, nós não vamos conseguir agarrar o público que queremos agarrar. Porque o público novo não vê, os jovens veem as notícias na *net* hoje em dia. Quem vê as notícias? Os velhotes. Que canal veem? A TVI. Queiras ou não é assim. Tens de tentar dar a volta a isto. Porque é que o Portugal em Direto tem uma audiência brutal? Porque sentem uma proximidade. É considerado um produto menor, mas que tem uma audiência brutal. Enquanto não deixarmos de achar que somos a cereja no topo do bolo e estamos a falar de coisas completamente intelectuais para os espetadores... Em relação à violência é a mesma coisa. A nossa função é educar o gosto do espetador, ele gosta daquilo que lhe dão. Está na tuas mãos, nas mãos de quem faz notícia, dar uma coisa diferente e as pessoas habituem-se e vão passar a gostar. A violência, a cena de Guimarães, uma semana a repetir-se a imagem. Cada vez que se falava naquilo voltava-se a repetir a imagem, é a perversidade da informação e da imagem. Porque as coisas acontecem e voltam a acontecer. E de repente acabou a história. Não se sabe se o homem foi condenado. Há sempre algo importante que engole a outra coisa anterior. Aquilo que era importante deixou de o ser e acabas por não dar o desfecho da história. É esta informação descartável de disparar coisas cá para fora e encher a cabeça das pessoas que eu tento mudar todos os dias. Tentar que as pessoas oiçam a história e vão procurar mais. Tentar despertar o interesse para essa história. Estou a acompanhar a Grécia, não tem violência. A história da Grécia é curiosa, na verdade os gregos não têm dinheiro para pagar, vão chegar ao fim do mês e não vão ter dinheiro para pagar e isto é uma novela. É preciso dizer porque isto está a acontecer e porque a Europa também não quer que eles saiam do euro. É muito curioso seguir esta história. Não só o que eles mostram, mas os outros pormenores.

## **ANEXO H – Entrevistas ao Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social**

**Alberto Arons de Carvalho**

**SS:** Qual o procedimento de análise das queixas desde que chegam à ERC até à sua deliberação?

**AC:** Uma queixa que entra na ERC é despachada para um dos três departamentos que tem a ver com este tipo de situações, com queixas sobre conteúdos relacionados com a comunicação social. Há queixas para a unidade de fiscalização, mas a maior parte delas, neste tipo de situações, [são tratadas] pelo departamento jurídico e pelo departamento de análise de *media*. Essas duas chefias, de ambos os departamentos, designam um técnico, um do prisma jurídico, outro da análise de conteúdos. Em equipa formulam uma proposta que é validada, com ou sem correções, pelas chefias. Claro que isso também passa por ouvir o visado. Vamos supor que há uma queixa contra um operador de televisão sobre um conteúdo qualquer abusivo, isso passa por ouvir o órgão de comunicação social sobre o qual a queixa recai, que formulará o seu ponto de vista. Pesa-se o ponto de vista de quem faz a denúncia/queixa e o ponto de vista de quem se defende; depois há uma proposta que é apresentada, tendo em conta esses dois pontos de vista, ao Conselho Regulador. Que, por sua vez, analisa e debate. Por isso é que as deliberações têm uma parte de sobre o que diz o queixoso, o que diz o recorrido, o que é a descrição dos factos, o que é o ponto de vista jurídico e, depois, uma proposta de deliberação. O Conselho Regulador, na sua reunião semanal, delibera sobre esse conteúdo.

**SS:** Atualmente, a ERC só atua se existir uma queixa exterior?

**AC:** Não. Em geral é assim, mas em casos de maior gravidade, com um impacto público muito grande, nós agimos independentemente do impulso exterior. É claro que nós preferimos sempre que haja um impulso exterior. Porque, de certa forma, a ERC abrir ela própria um procedimento exterior já implica um juízo de valor, logo à partida, no sentido desfavorável em relação àquele que emite o produto no órgão de comunicação. Mas, às vezes acontece, perante o clamor popular e perante a ausência, nos primeiros dias, de uma qualquer queixa, tomamos essa iniciativa. Em noventa e tal por cento das situações são de impulso externo; são de queixas formuladas por espetadores, ouvintes ou leitores, que fazem-no por carta ou através do *site* da ERC de forma mais informal possível.

**SS:** No caso de conteúdos informativos, e em particular sobre temas que envolvam violência, existe algum procedimento específico para o tratamento destes casos?

**AC:** Não. É uma das matérias em que é muito importante o papel da análise de *media* e, portanto, o papel de pessoas que têm uma grande experiência em visionamento de imagens, de ver o impacto das imagens, que estudam e estudaram essa questão. E ponderar essa experiência com a interpretação jurídica. Passa por uma cooperação sempre útil e indispensável entre o departamento jurídico e o departamento de análise de *media*.

**SS:** No âmbito jurídico... Qual a legislação que se aplica quando se tratam de conteúdos informativos que contenham uma forte carga de violência?

**AC:** Além do artigo 27.º da Lei da Televisão, sobre os Limites à Liberdade de Programação. Depois há também o Código Civil, o Código Penal também tem relevância. Poderá haver situações em que o próprio estatuto do jornalista se houver atividade jornalística. Embora a ERC tenha apenas competência sobre os órgãos de comunicação social; não tem competência para condenar um jornalista, pode condenar a peça divulgada pelo órgão de comunicação social. E essa peça foi, seguramente, feita com base num trabalho jornalístico e nós não podemos nessa matéria substituir, por exemplo, a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista ou o Conselho Deontológico do Sindicato, que é a expressão de autorregulação. Na maior parte destas situações, o que estamos a ver é algo que foi difundido por um órgão de comunicação social, que é fruto do trabalho jornalístico. Pode ter havido aqui uma atitude deontologicamente reprovável ou com pouco rigor por parte do jornalista, mas a verdade é que o órgão de comunicação social a editou e a difundiu. Portanto, o que está em causa aqui é ao órgão de comunicação social.

**SS:** O lesado é o órgão em geral e o jornalista não sofre qualquer punição?

**AC:** Da nossa parte não. Quando nós entendemos que há qualquer matéria em que o jornalista agiu mal, nós podemos é remeter o caso à Carteira Profissional do Jornalista. No pressuposto de que lhes cabe a eles a análise do comportamento do jornalista. Mas a verdade é que qualquer peça jornalística publicada e divulgada não é apenas um trabalho individual, digamos... É um trabalho individual, mas não é um trabalho individual porque foi validado. Pode haver uma situação em direto, mas é sempre fruto de um contexto, em que um órgão de comunicação social é que está a divulgar, portanto é sempre matéria de um órgão de comunicação social.

**SS:** Recorda-se de alguma situação concreta, neste âmbito e que pela sua subjetividade tenha levantado mais questões no seu tratamento?

**AC:** Há sempre matérias muito subjetivas em que se tem que ponderar entre o interesse jornalístico e os Limites à Liberdade de Programação. A preocupação que nós temos de ter com os públicos mais sensíveis, as crianças e os adolescentes, e a ponderação das duas coisas é sempre muito complexa. Decorre de múltiplos fatores desde o tempo de duração das imagens violentas, a forma, o ênfase e a importância do aviso prévio, o tempo que medeia entre o aviso e as imagens em si, a agressividade maior ou menor das imagens, a distância maior ou menor da câmara de filmar, a hora a que é difundido, a relevância jornalística – há coisas que são puramente especulativas e que não têm interesse. Vamos supor que há um acidente de viação e se veem cadáveres no chão. Qual é o interesse jornalístico que isso tem? Nenhum. São imagens de grande dureza que não têm interesse jornalístico. Por outro lado, a imagem do cadáver do Kadhafi, por exemplo, já é uma questão diferente. Já se pode dizer que tem relevo jornalístico, porque é um acontecimento de importância planetária. Portanto, há fatores que têm de ser ponderados e, por isso, é muito difícil estabelecer uma doutrina sobre isto. E qualquer doutrina que se faça tem de ser feita com base em considerações de algum carácter generalizado, sempre suscetíveis de terem interpretações diferentes. Pode haver pessoas mais sensíveis à liberdade do jornalista, à informação, outras mais preocupadas com a defesa dos públicos face à informação ou com a defesa dos públicos mais

sensíveis... Há sempre vários fatores a ter em conta. É muito difícil estabelecer regras que, não só, sejam aprovadas por todos, como regras que se diga “a partir de agora não há quase margem para interpretação pessoal, porque está aqui”. Não é possível estar ali tudo, porque há tanta diversidade de possibilidades, tanta variedade de situações que seria impossível criar uma Lei. Por exemplo, na justiça britânica não é feita com base em leis, mas sim com base em sentenças dos tribunais. O tribunal quando decide um caso, vai ver a jurisprudência, vai ver as decisões anteriores do tribunal. Mas muitas vezes o tribunal tem que inovar, ou seja, apanha de decisões anteriores alguma coisa com interesse, mas depois ele próprio tem que fazer jurisprudência, interpretar de forma inovadora. Eu creio que por muito que se alterasse a Lei, o legislador nunca conseguiria prever tudo, prever todas as situações, estabelecer regras estanques... Ainda por cima, não estamos perante uma coisa que haja um risco definido. Isto é, há vários riscos, há vários limites: o interesse jornalístico, a aproximação da câmara, a dureza das imagens, a hora a que é transmitido, o tempo de duração... Há vários parâmetros, vários critérios. E quando eu exemplifico estes, poderiam ser muitos outros.

**SS:** Considera que os órgãos de comunicação e a televisão em particular conseguem cumprir a lei mesmo com a carga subjetiva que contém face aos casos de violência?

**AC:** Eles acham que a conseguem cumprir, agora não sei é se a estão a cumprir ou não. Não tenho memória de muitas situações em que a dureza das imagens tornasse desinteressante, supérfluo e desnecessária a divulgação das imagens. Embora não esteja a falar dos jornalistas, há uma coisa que me choca muito que é haver imagens frequentes, ultimamente (já houve há muitos anos e depois deixou de haver) de pessoas que estão, por razões de dor profunda, que estão psicologicamente completamente alterados; ou estão num estado de frustração muito grande, ou choram ou gritam. E há uma regra que está no código deontológico, que o jornalista deve atender às condições de serenidade e que devia ser valorizado. Infelizmente, eu tenho reparado nos últimos tempos, há muitas vezes, situações em que não se atende a essas condições de serenidade das pessoas envolvidas. E as pessoas são muitas vezes filmadas ou ouvidas. Por outro lado, há uma outra situação que não tem a ver propriamente com a violência mas que também me choca. É evidente que muitas vezes, em situações de clamor social ou protesto, há pessoas que intuitivamente sabem que se “saírem da caixa”, ou seja, se gritarem mais do que os outros, se fizerem coisas com histerismo brutal, aparecerão no telejornal. Se tiverem uma opinião mais sensata, comedida, tranquila, provavelmente, não terão interesse, não terão o momento de fama de aparecer no telejornal. Há uma espécie de negócio entre as televisões que gostam de cenas histriónicas e as pessoas que percebem isso e que também entram nesse jogo. Por vezes, eu acho que se ultrapassam os limites, não há interesse jornalístico, a pessoa está completamente alterada... São situações que eu creio que tem a ver com um certo deslizamento no sentido do populismo. A caça às audiências está a fazer resvalar a informação televisiva para um modelo de informação muito sensível, muito preocupado com as cenas insólitas, com as violências, com grandes protestos. Por exemplo, há dias eu via no Telejornal da RTP e o que encontrava era um acidente nesta estrada, assassinato ali naquele café, para além da criança que agrediu outra criança e que a matou”. E isto é o serviço público!

**SS:** No tratamento destes casos a regulação permite diferenciar o serviço público do privado?

**AC:** Não. Há o contrato de concessão, mas não é muito taxativo nessa matéria. O contrato de concessão formula concessões gerais, mas a RTP teve nos últimos dois anos, a meu ver, uma deriva populista que tem a ver com a caça às audiências e penso que era assumida. Agora, o que me espanta, é que mudou a Direção de Informação da RTP e eu pensei que com a nova administração, que o propósito era uma programação de maior qualidade. Eu vejo que há uma mudança na programação e a informação continua ou até está pior, a meu ver. O que me surpreende um pouco.

**SS:** O que é que podia ser feito para diferenciar, neste caso, o canal público dos canais privados?

**AC:** Eu creio que a RTP tinha obrigação, nesta matéria, da violência, de cenas mais chocantes, de quando existam imagens violentas com interesse jornalístico, terem imensa cautela na sua apresentação. Procurar fugir ao populismo fácil, que é de poder exhibir cenas duras e, por outro lado, em todas estas situações contextualizar. Ou seja, a RTP não devia limitar-se a colocar as imagens, devia procurar explicar como é que é possível haver dois jovens que se agridem, ou um que agride o outro. O que é que terá acontecido? Contextualizar isso. Mas, o que eu tenho visto na RTP, às vezes vejo essa tentativa de contextualização mas eu estou a lembrar-me do Telejornal de anteontem, por exemplo, foi uma sucessão de acidentes e de crimes.

**SS:** E a ERC, enquanto entidade reguladora, pode fazer alguma coisa para mudar isso?

**AC:** A ERC pode fazer em relação a cada caso concreto, por impulso externo, quando há queixas sobre isso. De outra maneira, quando há esta análise global. Nós temos uma análise sobre os *media* e fazemos uma análise aos conteúdos informativos. A questão é que nós temos que analisar, não apenas a informação televisiva, mas a programação e etc., e não temos muitas vezes meios nem pessoas suficientes para centrarmos a nossa atenção, por exemplo, sobre a violência no telejornal. Por ventura, seria uma coisa que justificaria, mas exigiria um estudo mais detalhado apenas sobre violência, acidentes... Ou seja, os fenómenos que se nós olharmos para o telejornal do serviço público inglês ou francês, ou de outros países europeus, são factos que não estão nos telejornais. Aliás, ainda há dois ou três dias, lembro-me de ter tido esta reação. Eu vi o Telejornal a dar imenso destaque a um crime qualquer e no dia seguinte de manhã, quando vi no Público, esse mesmo crime estava na página oito e era uma notícia com pouco destaque. A mesma notícia que tinha ocupado não sei quantos minutos no Telejornal, estava no Público lá no meio, sem destaque nenhum. Ou seja, há aqui critérios diferentes, e que isto seja o serviço público choca-me um pouco.

**SS:** Na vossa análise não existe particularidades distintivas aplicadas unicamente ao serviço público? Ou seja, é tudo olhado da mesma forma, público e privados?

**AC:** Não. Não é bem assim. Nós não deixaremos de reforçar, de sublinhar que estamos perante o operador público. Se nós considerarmos que houve uma ultrapassagem... É claro que o artigo 27.º que referiu aplica-se a todos os operadores e não apenas ao serviço público.



## Luísa Roseira

**SS:** Em que elementos é que a ERC se apoia para regular os órgãos de comunicação social, no âmbito dos casos de violência?

**LR:** No que diz respeito à sua questão, a ERC tem 3 bases: a constituição, os nossos estatutos, Lei 53/95, Lei de valor reforçada, porque foi aprovada por dois terços da Assembleia da República, que obrigou a um consenso. Essa Lei confere à ERC um sentido de regulamentos específicos no que confere à comunicação social. É interessante verificar que a ERC não foi enquadrada no âmbito da Lei-quadro de todas as entidades reguladoras, nós e o Banco de Portugal ficámos de fora, eles por uma questão da UE e nós porque somos o único regulador com estatuto constitucional. Considerou-se que essa Lei poderia de certa forma colidir com as especificidades da ERC. Nós não temos apenas uma conceção económica, mas também dos direitos de liberdade e garantias pessoais. A Lei da Televisão determina o modo de proceder de uma estação em sinal aberto, acesso condicionado com assinatura, bem como todas as obrigações que têm uma licença ou obrigação que as estações devem respeitar. Na Lei da Televisão existe um ponto específico no serviço público de televisão, bem como de concessão, que a ERC deve ver respeitado. No âmbito destes meus três anos e meio de televisão, que eu tenha verificado que houve, no que diz respeito às queixas, que não serão assim tantas quanto isso, sobre violência na informação televisiva, não me parece que tenhamos um critério distintivo no que acontece nos privados relativamente à RTP. Existem obrigações diferentes para a RTP, num sentido de um maior pluralismo, terem em conta as questões das minorias, que são mais específicas do que em relação à SIC e à TVI, que fizeram um concurso público para terem estas licenças, mas no caso da violência televisiva, o nosso quadro legal é o mesmo. Podemos ter uma deliberação ou outra reforçar que o serviço público tem especiais obrigações a cumprir, que é pago por todos nós, mas não me parece que no âmbito das nossas decisões, haja muita diferença entre o que aconteceu à RTP e aos canais privados.

**SS:** A maioria das deliberações que tomam são de algo que provém de telespectadores. Quando um caso chega aqui, como é que olha a legislação face aos casos de violência?

**LR:** É muito diferentes estar a falar-me de violência. Se for no âmbito da informação televisiva é completamente diferente de falar, por exemplo, num *reality show* ou obra de cinema. A Lei da Televisão especifica que no caso de programas informativos, desde que haja uma advertência prévia, pode haver a passagem de uma imagem que normalmente não seria aceitável naquele horário. Mas tem de haver um contexto informativo especial para mostrar essa imagem. Nós não pugnamos por uma higienização da vida. Há coisas chocantes que acontecem no Mundo. Não podemos mostrar tudo, mas existindo liberdade de expressão, os responsáveis devem informar que tal coisa aconteceu. Obviamente que deverá ser contextualizado. Vou contar um caso específico, que se prende com o Saddam Hussein, que passaram nos vários canais, não posso precisar neste momento se a RTP foi daqueles que foi mais longe e mostrou todas as imagens. Há também a questão do Kadhafi. Mas, às vezes, num operador televisivo, eles conseguem não passar a imagem num jornal da tarde, mas tem a ver com as decisões internas. Não consigo dizer-lhe que a RTP é diferente dos outros nestes casos. É muito similar. Transgridem? Não muito, mas às vezes há necessidade do regulador intervir.

**SS:** Mas não deveria ser tão similar?

**LR:** Eu acho que a RTP tem sempre obrigações especiais. Enquanto for serviço público, antes de emitir, tem uma obrigação um pouco mais que os outros. Mas de qualquer forma não lhe vou dizer que seja uma questão... A da RTP até deve passar mais pela programação. Já é o quarto Diretor de Informação em que fazemos a audição. No âmbito da informação, a RTP passa mais por não ser tabloide, que não é, nem a SIC e a TVI. Este último houve um período em que o Jornal da Noite era diferente, mas neste momento as coisas estão similares. É engraçado verificar que as obrigações dos diretores de informação no caso da RTP passarem por oferecer um noticiário igual aos outros. Do ponto de vista de violência não posso dizer que façam coisas inadmissíveis. Fizeram, há um caso da TVI que teve e mereceu uma grande multa do tribunal de regulação. Um caso de homicídio aqui há quatro ou cinco anos, o homicida da Mamarrosa. Foi algo noticiado no Correio da Manhã e a TVI encontrou o vídeo e passou-o e já estava no *online*. A ERC ordenou uma multa de setenta e cinco mil euros e o tribunal da relação deu razão à ERC. Mas isso é um caso em que a RTP não passou. Há questões mais duvidosas. Ainda esta semana tivemos um que foi ontem a conselho, que tem a ver com a CMTV, de um suposto violador em que foi entrevistada a suposta vítima, em que mascaravam a cara mas não distorciam a voz e havendo todo o contexto da sua morada e a escola em que andava. Um crime de violação podemos ligar à violência, mas no âmbito da proteção da vítima. Mas não há uma censura relativamente a isso. Mas a RTP não tem critérios que pisem muitas vezes o risco.

**SS:** Falava da questão da multa. Os operadores pagam, mas a seguir cometem o mesmo erro, se for preciso. Haverá outra forma de poder contornar a situação?

**LR:** Com a atual Lei, não. Há questões em que se coloca em causa, de cinco em cinco anos, da renovação das licenças. O que a Lei da Televisão permite é a aplicação de multas. Para certa maneira, no caso do serviço público eu nem sei como se faria, porque há um contrato de concessão e não é possível tirar a licença. Nos restantes, as multas é o que está previsto na Lei. Só mesmo em situações de tal forma graves é que poderíamos perder as licenças após essas avaliações de cinco em cinco anos.

**SS:** E tendo em conta que a violência vende, não poderíamos olhar para ela e aplicar uma normativa à RTP e deixar passar nos outros. Portanto, não seria importante a ERC adotar algum tipo de normativa?

**LR:** Vou ser franca. Se me pergunta a violência no âmbito dos programas informativos, não é algo que me preocupe muito. Se fala da violência dos *reality show*, há muito a fazer. Não me parece que na informação existam aqui violações grosseiras. Agora num outro âmbito que não é feito por jornalistas, temos muito a fazer.

**SS:** E no caso das touradas?

**LR:** Eu aí tenho uma posição, que é: É uma tradição cultural portuguesa. Eu não gosto, não vejo. É permitida, é para maiores de seis anos e, portanto, nós temos que viver... Não posso ter uma regra para a zona de Santarém e do Ribatejo e outra para o Norte, de onde eu sou, e é uma coisa que eu não gosto, não vejo e nunca fui, mas sei que está legalizada.

**SS:** Quanto à relação que a ERC estabelece com o Provedor do Telespectador....

**LR:** É uma boa relação. Nós, o contacto que temos com ele, que tem como dever, entregar um relatório que o faz apenas à ERC todos os anos sobre a sua atividade no ano anterior e depois tem aqui uma conversa connosco. E posso dizer que o que me lembro, as questões não estão ligadas tanto como a violência, mas em questões de programas internacionais, repetições, não cumprimento de horários. Eventualmente entrará a questão das touradas, também, a minha posição, sei que no conselho existirá outro tipo de opiniões, claro, faz parte da tradição e classificado para maiores de seis anos, se qualquer criança dentro dessa idade pode ir assistir, creio que para a televisão ter um tratamento especial, de bolinha vermelha é um pouco excessivo. No âmbito da informação, não é algo que me preocupe. Há situações assinaláveis, mas são casos pontuais.

## ANEXO I – Entrevistas aos Provedores do Telespectador da RTP

Jaime Fernandes

**SS:** Qual o procedimento que acontece aquando da receção de uma queixa por parte do público?

**JF:** Eu priorizo as queixas - eu não gosto do termo queixa, gosto mais do termo protestos ou reparos –, e eu priorizo aqueles que considero no meu ponto de vista, enfim... Tenho esta parte arbitrária, digamos, que é para poder valorar os protestos e os reparos, e depois respondo consoante a importância que lhes atribuo, necessariamente. Eu recebo muitos *e-mails* por dia, os que vêm diretamente ao mail do Provedor e aqueles que me são reencaminhados, a meu pedido, do “Fale Connosco”, que é um serviço que a RTP tem, que recebe as queixas. Eu pedi também para me enviarem resumos do tipo de reparos que me fazem. Na generalidade, ou respondo diretamente ao telespectador... para já averiguo as razões, ou não razões, que o telespectador possa ter para o protesto, ou reparo, ou elogio que, evidentemente, não preciso averiguar. Registo, retribuo e agradeço. Quando eu domino o assunto, sem ter que recorrer a informação de alguma das direções (de programação ou de informação), eu respondo diretamente e explico as razões... Porque é que é assim e porque é que não é, do ponto de vista do telespectador. Quando tenho dúvidas ou quando não domino o assunto, peço informação diretamente a cada um dos diretores (no caso dos programas ou no caso da informação). Tenho ainda uma terceira forma de me inteirar das coisas. Quando eu me apercebo - e, enfim... como trabalhei quase cinquenta anos na RTP, eu domino o circuito em absoluto – que são produções externas. E aí, eu vou diretamente à produtora externa e peço... Por exemplo, no caso do “Quem Quer Ser Milionário”, é uma produção externa, embora seja responsabilidade da RTP, obviamente, a produção. É entregue “cassete na mão”, como nós costumamos dizer à RTP e, portanto, a própria produtora tem que fazer certas vezes a assunção de responsabilidades, quando as coisas não correm bem. Em muitos casos, reproduzo o reparo no programa que tenho semanalmente. Um programa de quinze minutos, chamado “A Voz do Cidadão” e aí, digo: “O telespectador fez este reparo, por esta razão assim-e-assim... Ele tem ou não tem razão por este motivo ou por aquele”. E considero o assunto, em princípio, por encerrado. Qual é problema com que eu me debato frequentemente? É, embora eu receba dezenas, para não dizer centenas de *e-mails* por dia, a maior parte identificados, eu mantenho sempre a reserva da identidade quando o telespectador me pede isso, eu não dou acesso a esses mais a ninguém, eles são dirigidos ao Provedor, mas peço sempre licença para utilizar o nome deles. E peço-lhes muitas vezes que eles próprios assumam e gravem o depoimento a partir do reparo ou do protesto que fazem. Com o que é que eu sou confrontado? Noventa e cinco por cento, enfim, isto é uma estimativa minha, não querem aparecer na televisão, não querem... Dizem: “sim senhor, o senhor Provedor pode dizer que eu me chamo Maria Francisca e que protestei, agora eu não quero aparecer na televisão. Reproduza lá o protesto”. É no fundo o que eu faço na maior parte das vezes. Eu tento explicar às pessoas: “Bom mas o programa chama-se A Voz do Cidadão, portanto...”. Mas contestam, “Ah, mas a minha voz está lá por escrito...”. O que eu acho que torna o programa, às vezes, menos interessante. Eu tento convencer relativamente, mas quando a pessoa não quer, não quer. Eu explico-lhes as razões, porque acho que deveriam aparecer, mas as pessoas não querem aparecer. Por razões que eu desconheço,

alguns telespectadores sabem o meu número de telefone e ligam-me diretamente, às vezes. Eu passo manhãs a falar com telespectadores.

**SS:** E nesses caso como é que faz? Reproduz as queixas depois por escrito?

**JF:** Eu peço-lhes normalmente para mandarem por escrito, por *e-mail*. Uns fazem-no outros não. Esta é basicamente a forma que eu utilizo para o contacto com o telespectador. Eu abandonei em relação aos outros dois Provedores que me antecederam [o uso de redes sociais], eu não tenho nem Facebook, nem Twitter, nem tenho nada dessas coisas das redes sociais, porque entendo que isso não é forma de comunicar. Portanto, as pessoas quando querem escrever, escrevam-me um *e-mail*, escrevam-me uma carta ou telefonem-me. O Facebook pressupõe que nós estejamos em contacto com a pessoa, o Twitter a mesma coisa. E isto não é forma de encarar o trabalho do Provedor, do meu ponto de vista. Não sei se estou errado ou não.

**SS:** Qual a média anual de queixas que recebe relativamente à informação?

**JF:** Eu tendencialmente priorizo os reparos. Há reparos muito bem fundamentados. Há reparos em que têm razão de ser, há outros que não têm. Eu atrevo-me a dizer que setenta por cento dos reparos que recebo não têm interesse nenhum: “É porque o José Rodrigues dos Santos pisca o olho; é porque ele é orelha; é porque ele é parvo...”. Enfim... Há muitos reparos a que eu não ligo absolutamente nenhuma. Há muita coisa ofensiva também, esses então, claramente não lhes atribuo a mínima importância. Depois há outros que eu considero muito agrestes. Por exemplo, eu entre domingo e segunda-feira devo ter recebido mais de trezentos *e-mails* de portugueses, que residem fora de Portugal, a protestar contra a não transmissão do jogo Portugal-Sérvia. Particularmente agressivos, agrestes e alguns até a roçar a má-educação. Eu aqui tenho que lhes dar claramente um desconto, porque as pessoas têm razão para protestarem com esta agressividade, do meu ponto de vista. A maior parte do conteúdo da RTP Internacional é picado da programação da RTP1. Isto faz com que quando promovem os jogos da seleção no canal um, isto está a ser transmitido para a RTP Internacional. A RTP ao fazer isso e não ter o cuidado, e eu estou farto de lutar contra isto, de insistir, enfim... Ao fazerem isto, criam uma expectativa enorme junto dos núcleos dos portugueses, que acham que vão ver a sua seleção jogar à bola e, claramente, não vão. Ao não irem, chegam à hora certa, abrem o canal, não está lá nada. Está lá uma telenovela ou um programa qualquer estapafúrdio. E, claro, as pessoas ficam zangadíssimas e com toda a razão. E às vezes aí perdem um bocado a compostura. Mas eu a estes dou-lhes desconto, porque acho que no essencial eles têm razão. Eu estou farto de dizer já, verbalmente, em conferência, em relatórios “não transmitam promoções de futebol na Internacional!”. E não me venham dizer que é difícil porque não é. Eu fui três anos diretor da Internacional e sei perfeitamente como é que isso se faz. É uma questão de cuidado. Dá um bocadinho de trabalho, pois dá, mas tem que ser. A programação por razões óbvias, porque tem setenta por cento dos programas em antena, tem mais reparos e protestos do que tem a própria informação. A informação tem, sobretudo, coisas muito localizadas. Há pequenos reparos bem fundamentados. Aliás, eu agora vou fazer um programa só sobre erros de português. Quer dos próprios jornalistas, quer dos próprios rodapés. Então dos rodapés é um desastre. É um desastre os erros de português! E não há nenhuma razão para que assim seja.

**SS:** Por vezes pode ser falta de tempo para rever o que foi escrito...

**JF:** E, se quer que lhe diga, alguma burrice à mistura. A isto junta-se outra coisa altamente perigosa que é aqui uma zona de preguiça e de “deixar andar”. Por exemplo, em rodapé passa logo de manhã informação da bolsa. No outro dia um telespectador que tem alguns dos seus interesses na bolsa, pôs-se a ver a RTP. Agarrou no telefone, acho que deu umas ordens de compra. E essa informação da bolsa era do dia anterior. E meteu a RTP em tribunal porque o senhor perdeu dinheiro. Não contentes com isto, no dia seguinte iam fazer a mesma coisa. Por acaso, eu fui acordado eram seis e vinte da manhã com alguém a dizer-me “olhe lá que isto está outra vez mal...”. E eu lá consegui, entre as seis e meia e as sete da manhã, travar aquilo e parar, porque a informação era outra vez já requentada de dois ou três dias antes. Isto é perigoso. Porque o telespectador confia na RTP, mas sobretudo, porque retira toda a credibilidade da empresa. Quando acabaram com o boletim meteorológico, que era feito através de uma ligação que faziam ao Instituto do Mar e da Atmosfera. Perguntaram-me: “O Provedor acha que devíamos acabar com isto?”. Eu disse: “Eu acho que não devem acabar com a informação meteorológica, porque esta informação é serviço público puro e duro e, contrariamente àquilo que vocês possam pensar, as pessoas gostam da informação meteorológica bem-feita”. Acabaram com a informação meteorológica, fazem um rodapé, fazem uma porcaria qualquer. Às vezes repetem informação com dois dias de atraso. Um desastre! Tenho que me ocupar disso outra vez. Já fiz um relatório a este Conselho de Administração. Portanto, na informação, normalmente, as críticas e os reparos que vêm são muito bem fundamentados e são objetivamente dirigidos. Vou-lhe dar dois ou três exemplos que me obrigaram a preocupar, porque o volume era grande e eram, sobretudo, protestos de grande qualidade. Eu tive recentemente três grandes problemas com a informação. Um, que permanece, foi com o José Sócrates. Não é obviamente com a informação que eles dão de ele estar preso, nem nada disso. Tem a ver com o facto de o terem contratado para ter um programa de opinião. E, em determinada altura, o José Rodrigues dos Santos (mudaram o pivô, tiraram a Cristina e puseram o José Rodrigues) resolveu transformar aquilo num programa de entrevista e deu uma polémica desgraçada. As pessoas protestaram e com toda a razão. Eu estive uma hora ou duas a falar com o José e ele não quis compreender, porque só dizia que “ah, ele não pode dizer o que quer...”; e eu disse: “Oh Zé, tenho muita pena, mas pode. Tu é que não podes entrevistá-lo, porque aquilo não é programa de entrevistas, aquilo é um programa de opinião e se o homem foi contratado para dar opinião, ele tem que dar opinião”. E a opinião nestes casos, não tem contraditório, uma entrevista tem, uma opinião não tem; é a opinião dele. Para contrabalançar a opinião de José Sócrates a RTP contratou o Nuno Morais Sarmiento, para fazer uma espécie de contrabalanço da opinião de um membro do Partido Socialista e de um homem muito envolvido com o Partido Social Democrata. Objetivamente, o Morais Sarmiento é contratado nesta condição, ou seja, nós temos aqui alguém do PS e vamos ter outro do PSD. O programa acabou, por motivos óbvios, e os telespectadores começam a perguntar: “Senhor Provedor, então e substitui o José Sócrates ou acabam com o outro programa?”. E eu disse: “boa questão, vou já tratar disso”. Perguntei à Direção de Informação, registei na “Voz do Cidadão” o Diretor de Informação, que me disse: “Nós estamos a tratar disso”. Resumindo e concluindo, não fizeram nada e o programa do Sarmiento continua no ar e eu vou ter que tomar uma posição. Entretanto falei com a administração a dizer-lhes que isto não era correto. Este foi um dos grande problemas que tive e que se mantém. O

segundo grande problema, este para mim, talvez, de todos o pior. Ainda não tem a ver com a violência, ainda não chegámos lá, mas só para ver como às vezes, estas prioridades da Direção de Informação nos tiram os argumentos. Lembra-se em Agosto quando se dá a crise do BES. Era um domingo e estávamos todos à espera que o senhor governador do Banco de Portugal viesse à televisão dizer o que é que ia fazer ao BES. Aliás, a informação foi dada durante o dia, era às seis da tarde, depois passou para as oito, enfim... Eu estava em casa, ia passando pela RTP, via algumas informações, pensei: “Bom, se calhar é só às dez e tal da noite, tudo bem”. A SIC e a TVI com equipas no local, a RTP nada. Em determinada altura comecei a ficar preocupado, vejo aproximar-se as dez da noite, vejo a SIC e a TVI a interromperem tudo e a toda a hora, nos canais generalistas - nem estou a falar dos canais de cabo. A RTP não dizia nada. Bom, para abreviar razões, chegou às dez e meia da noite o senhor começa a falar, SIC e TVI a dar em direto, a RTP a dar um concurso que era o “The Voice”, ou não sei o quê. E eu começo a ficar nervoso à espera. Passei para a RTP Informação nada, também. A RTP Informação ligou passado um quarto de hora depois, a RTP1 zero, continuou calmamente a dar o “The Voice”.

**SS:** Isso não tem a ver com questões de programação?

**JF:** Tem. Mas os estatutos da empresa obrigam em assuntos de interesse nacional que se interrompa a emissão. E isto era claramente um assunto de interesse nacional. Não me venham cá com argumentos de que não era. Era! Nós estávamos a falar de uma instituição que mexia com interesses dos portugueses, do Estado, de tudo, como se viu. Bom... Eu pego no telefone, ainda era presidente o Alberto da Ponte, eu ligo para ele e digo-lhe: “Oh Alberto, você está a ver televisão? É que amanhã acho que vou mandar prender toda a gente (obviamente em sentido figurado), isto é inacreditável o que se passou!”. Ele ficou altamente preocupado. No dia a seguir de manhã ligo ao José Manuel Portugal e disse: “Oh Zé Manel dá-me uma explicação... Eu vou exigir a tua demissão, vou recomendar que sejas demitido. Como Provedor, é o mínimo que posso fazer. Porque o que tu fizeste ontem é inaceitável, não tem desculpa possível”. Ele disse: “Oh Jaime não é assim, eu não quis alarmar País”. Ao que lhe disse: “Oh Zé Manel só pioras, se me dás argumentos desses ainda pioras. Eu peço a tua demissão e peço que sejas exilado, vais de volta para Coimbra. Tu não querias alarmar o país? Oh Zé Manel mas quem és tu? Alarmado está o país. O país quer uma solução que, aliás, o governador do Banco de Portugal veio dar!”. Arranjámos ali uma zaragata monumental. E claro que as pessoas protestaram. Em determinada altura quiseram dar a volta e dizer que “a gente acabou por dar na RTP Informação” e eu voltei-lhes a recordar: “Eu não sei se vocês sabem, se não sabem, eu fico preocupado por não saberem... É que nós só temos quatro canais *free to air*, em que as pessoas não pagam taxa para os ter. E desses quatro canais dependem dois milhões de portugueses, ou seja, vinte por cento do país depende desses quatro canais para ter informação. E o canal um da RTP tinha a obrigação de cortar a porcária da emissão, ainda para mais era feita em direto, podiam dizer “agora paramos aqui e vamos dar isto”. E está na obrigação de serviço público interromper a emissão. E vocês não fizeram. Terceiro caso gravíssimo também, que levantou um carcel desgraçado: José Rodrigues dos Santos na Grécia.

**SS:** Essa era uma questão que queria levantar, porque vi que colocou dois reparos diferentes do relatório de dois mil e catorze, um a elogiar o trabalho, outro por sua vez, a demonstrar menos agrado.

**JF:** Eu em relação ao José Sócrates não lhe dei razão nenhuma. Em relação à Grécia tive que, claramente, ir em socorro do Zé porque ele tinha toda a razão. O que nós podemos dizer é que há aqui uma relação de equilíbrio muito complicada entre a forma e o conteúdo. Nós podemos dizer: “A Grécia está falida”. Ou podemos dizer: “A Grécia está falida, porque eles andavam todos a roubar”. É o estilo dele, parece que todos lhe devem e ninguém lhe paga. E eu disse-lhe: “Oh Zé, corrige a forma, tu não precisas de corrigir o conteúdo”. Portanto, às vezes, é mais uma questão de forma. E ele se tivesse tido uma postura mais tranquila... Eu também reconheço, porque eu também fui jornalista e também sei. E o que é que um jornalista nosso faz quando chega à Grécia?! Tem de ser investigador, comentador, jornalista, faz tudo aquilo que a televisão normal faz, mas leva uma equipa de cinco ou seis pessoas. O Zé fez de tudo um pouco. Pois claro que comentou, fez investigação, foi repórter, pois claro que comentou, estava sozinho.

**SS:** Isto pode ser uma questão de financiamento disponível para levar mais ou menos pessoas em reportagem...

**JF:** É uma longa questão. Nós temos falado de prioridades. E o grande problema na gestão da RTP são as prioridades. Eu ainda dizia isto a este novo Conselho. Eles perguntaram-me se eu achava que eles com este dinheiro conseguiam fazer alguma coisa. E eu disse-lhes: “Vocês com este dinheiro conseguem fazer tudo o que quiserem. Têm é de ter prioridades. Não é tomar medidas como vocês tomaram, que eu não estou completamente em desacordo, de gastar milhões numa compra de uma Taça da Liga dos Campeões Europeus”. Eu não estou contra o futebol, pelo contrário, eu acho que o futebol é uma coisa de interesse público. E sobretudo a Seleção Nacional. Não sou fundamentalista a este nível. Agora, eu tenho dúvidas neste investimento que foi feito, na Taça da Liga dos Campões Europeus. Isto traz audiência mas é enquanto as equipas portuguesas tiverem jogo. O que pode acontecer numa Taça dos Campeões Europeus é chegar à terceira jornada e já não haver nenhuma equipa portuguesa a jogar. Depois têm que se dar jogos da Sérvia com a Croácia e etc. e aí já tenho dúvidas que isso possa interessar.

**SS:** Os reparos das pessoas têm ou não influência no *modus operandi* da informação televisiva?

**JF:** Eu diria que a maior parte das vezes não têm. Quando são reparos bem fundamentados eu reenvio imediatamente para a Direção de Informação. Ainda recentemente eu tive vários protestos perfeitamente fundamentados (eu vou ver as imagens, não falo-de-cor). Houve um encontro nacional do Partido Comunista Português, em Loures. A RTP passou por lá como o cão passa pela vinha. Zero! As pessoas protestaram. Entretanto fazer coberturas de coisas insignificantes do PS ou do CDS e o Encontro Nacional do Partido Comunista, com um peso político monstro, que reuniu o secretário-geral e os quadros do partido, não fazem. Considero isto inaceitável. Fiz uma recomendação. Deu tanto resultado que na cobertura das eleições da Madeira, praticamente afastaram a CDU. Vou fazer um programa do Provedor... E eu estou à vontade, não estou a defender o Partido Comunista, estou a defender o telespectador que protesta com razão, porque quer ver certo tipo de informação. E isto na Madeira, acho que foi completamente inaceitável. Vai dar zaragata!

**SS:** Voltando então à violência na informação...



**JF:** Essa é talvez a parte que me reconforta mais. Não tenho praticamente reclamações sobre violência, mas tive. Foi quando começou esta questão da *Jihad*. Logo quando começaram as decapitações, a RTP deu. E eu vi aquilo e achei que ultrapassava, enfim... Tive dezenas de telespectadores chocados porque querem que as crianças vejam informação. Então tive uma longa conversa com o Diretor de Informação e acordámos que esse tipo de imagens não devia ser dado e fez-se a assunção disso. O José Manuel Portugal fez um comunicado e disse: “A gente não passa mais este tipo de imagens”. Damos a notícia, não queremos que as pessoas não saibam que foi decapitado mais um jornalista; as imagens não”.

**SS:** Essa decisão do José Manuel Portugal veio após algum tipo de reparo?

**JF:** Veio sobretudo depois de uma conversa que tivemos os dois. Ele disse-me: “Eu também fiquei maçado, devo confessar”.

**SS:** E se falarmos em violência chocante, como é esta das decapitações, e isso vai contra a missão de serviço público...

**JF:** A violência é latente. Houve uma que foi extremamente, enfim... Deram uma reportagem de uma montaria aos javalis. Vê-se um caçador e um javali a correr. O caçador a apontar, dá um tiro no javali e o desgraçado do animal morre. Tudo isto ao vivo e a cores. E o caçador levanta a espingarda e comemora, porque tinha sido a primeira vez que tinha matado um javali. A dobrar, isto era uma montaria organizada pela Casa do Pessoal da RTP. Que curiosamente é jornalista, o presidente da Casa do Pessoal. Eu chamei o Luís Castro e disse-lhe: “Oh Luís, tu organizaste uma montaria da Casa do Pessoal da RTP, certo?! E fizeste bem, mas por que carga d’água é que isto teve direito a notícia do telejornal e sobretudo que cena é esse de andarem a matar animais à hora do telejornal?”. Depois tentam sempre dar a volta, bem... dei-lhes um arraso monumental.

**SS:** E isso não pode levar para outras questões como o conflito de interesses?

**JF:** Claro que pode. Bom... E tenho uma outra questão que é recorrente e que herdei dos meus colegas antecedentes e que vou continuar a ter até acabar o mandato. Isso não vou ter forma de resolver. Eu quando fui diretor de programas entre noventa e noventa e três, eu resolvi a questão. Agora ando a lutar para resolver a questão e não consigo. É a transmissão de touradas. Há aqui um grupo militante, mas estamos a falar de centenas de *e-mails*...

**SS:** Vi no relatório de dois mil e catorze que é um dos assuntos mais debatidos pelos telespectadores...

**JF:** Já chamei a atenção desta Administração e inclusive já fiz um dos programas a dizer que eu sou contra isso. E mais... Isso não é Serviço Público. Os senhores têm um canal de cabo que se dedica a touradas, vejam lá se quiserem, não têm que ver touradas aqui. Eu quando fui diretor de programas pura e simplesmente não transmitia.

**SS:** Considera no relatório apresentado no ano passado que conciliar a obrigação de formar, informar e entreter, “com a necessidade de atender às audiências, imposta pelas lei do mercado, é ao mesmo tempo o grande desafio e o maior anátema da RTP”, porquê?

**JF:** A RTP deve lutar para ter audiência, evidentemente que sim. Agora, não deve lutar é com os mesmos meios que lutam os privados. Ou seja, a única coisa em bom rigor que a RTP não faz em relação aos privados, é *reality shows*. É a única coisa que a RTP não faz! A RTP anda sistematicamente a reboque, ou com formatos parecidos, ou tira-lhe a vírgula e põe-lhe o ponto final, ou põe dois pontos. Não é possível a RTP lutar contra as armas, e as armas serão os conteúdos, por audiências? Claro que é. Está provado recentemente. Há dois meses a RTP conseguiu provar de uma forma perfeitamente inesperada, sem qualquer estratégia por trás disto. Bastou transmitir duas séries de magnífico bom gosto, para as pessoas dizerem: “Nós queremos essas séries na um, que se vê melhor e que queremos este tipo de formatação”. Que foi o Borgen e o El Príncipe. Ou seja, basta a RTP marcar aqui uma grande diferença, mas subir o nível... E mais barato do que séries americanas. São séries europeias, feitas com excecional bom gosto, com histórias muito bem trabalhadas. Portanto... A RTP pode fazer tudo isto. O segredo é a prioridade. O que é que nós vamos fazer para marcar a diferença e conquistar a audiência? Vamos-lhe dar coisas novas e deve ter produtos populares, claro que sim. Eu sou um grande defensor do programa do Fernando Mendes. Quem não quiser perceber não percebe. Aquilo é mais do que um programa de televisão. O programa é gravado, salvo-erro, às segundas, terças e quartas. Se a Sara ficar do lado de fora, como jornalista a ver, não acredita, vêm camionetas de todo o país. Confluem ali com pessoas que, provavelmente, o único momento do ano vai ser assistir a um programa de televisão com o Fernando Mendes. Fazem piqueniques à porta da televisão. Aquilo é um programa de afetos, aquilo é mais do que um programa de televisão. E a RTP tem que ter este tipo de programas, até porque uma boa parte da sua audiência são pessoas a partir dos sessenta anos, pessoas que vivem sozinhas e devem dar-lhes telenovela, claro que sim. Agora é possível construir uma grelha muito mais harmoniosa, com produtos de grande qualidade e com produtos populares. Ganha-se audiência na mesma, ou não se perde. A RTP deve ser líder de audiência? Era bom que fosse, se nivelasse sempre por cima. Não sendo, tem que ser uma estação de referência. É possível ter boa audiência e sobretudo ser muito credível. Ser líder não me parece que seja fundamental. Manter a audiência e ter um serviço credível?! Está mais do que justificado o serviço público. Em determinada altura os próprios privados entram em território de serviço público, ou seja, é recorrente que haja algum responsável entre os privados a dizer “acabámos de fazer serviço público”. Os privados estão a entrar no território da RTP. Ainda ontem estava a falar com o presidente da RTP e disse-lhe que estava a correr um risco gravíssimo, que é um dia destes deixar de ser relevante a RTP Internacional. A SIC e a TVI estão a fazer investimento calmo, sereno, na distribuição internacional dos seus programas. E têm programação direcionada para aquele tipo de pessoas. Ainda não têm as capacidades da RTP. Há imensas zonas-habitats de portugueses emigrantes na costa leste dos Estados Unidos da América e a SIC e a TVI já lá estão com programação que as pessoas gostam muito. Uma coisa que justifica a existência do serviço público é a RTP internacional, não é o canal um, porque nós temos dois canais privados e há mais gente que quer ter canais privados cá no continente. O que justifica ainda a intervenção do dinheiro público é a gente dar satisfação, porque nós temos uma comunidade de descendentes que... Estamos a falar de quatro milhões de pessoas. A RTP Internacional há dias em que tem mais audiência do que as três televisões generalistas em Portugal. É capaz de ter um universo de três ou quatro milhões lá fora.

**SS:** Acha que ainda há muito trabalho por fazer?

**JF:** Há sempre. No outro dia falava com o Júlio Isidro e estávamos a constatar isso. Nós já somos dois dinossauros, nós eramos jovens e eu lembro-me dos disparates que se faziam na altura, hoje reproduzem-se. Ou seja, eu lembro-me de se fazerem programas de rádio que pra época eram de tal modo avançados que acabaram por “morrer em combate”. Por exemplo, o humor na rádio nós tínhamos na rádio clube português todas as manhãs e todas as tardes, feitas da forma mais estapafúrdia, com as limitações da época. Há muita coisa para fazer e o que eu acho é que é preciso recuperar algum respeito pelas pessoas que veem televisão e ouvem rádio. Quando constituí a equipa de internacional, em dois mil e dez, tinha cerca de vinte pessoas a trabalhar comigo e perguntei-lhes se estavam conscientes do que é que íamos fazer. Porque as pessoas andavam ali como se aquilo fosse “ah e tal vamos fazer umas coisas para a internacional”. Eu perguntava-lhes: “Têm noção do que é a Internacional? Têm noção do tipo de público?”. Depois reuni elementos, tive de fazer uma espécie de *coaching* para as pessoas ao fazerem um programa ou uma notícia tinham que o fazer com cuidado. Tinham que pensar que aquele programa ia ser visto por dezenas, centenas ou até por milhares de pessoas a quem nós devemos respeito. E nós não somos vendedores, nós não fazemos programas de rádio e televisão ao nosso gosto. Nós temos de pensar é em formatá-los para que cheguem ao maior número possível de pessoas; até aquelas que não gostam. Nós não somos donos do conteúdo. Portanto, há muita coisa para fazer. Em termos formais, em termos de conteúdo, por exemplo, nós devemos ser dos poucos países europeus cuja televisão nunca se debruçou sobre a história do próprio país. Não temos uma série histórica. A RTP devia ter no mínimo uma série histórica por ano.

**SS:** Acha que a identidade está um pouco perdida?

**JF:** Está. Eu acho que sim, claramente. Eu já tenho netos, mas eu vejo que havia valores que eu tentava transmitir aos meus filhos e dizia: “Mas estás à espera de D. Sebastião?”. Uma coisa recorrente dizermos. E há muita coisa que se perde e a televisão pública devia meter mão nisso.

**SS:** Quando recebe as queixas, dá seguimento dessas queixas para a ERC?

**JF:** Não dou seguimento para a ERC. O que faço é no final do ano, faço o relatório, mando para a ERC, faço uma reunião com a ERC passo lá uma tarde com eles a conversar, a ERC toma notas e enfim... A ERC é completamente autónoma. O que eu faço são recomendações à própria entidade, à administração. Se as pessoas me dizem que queriam que a queixa chegasse à ERC, o que eu faço é dar-lhes o endereço da ERC e eles terão de enviar para lá. Eles têm muitas queixas, também não me dizem.

**SS:** Estávamos a falar da questão das decapitações do ISIS. O atentado ao Charlie Hebdo foi uma situação semelhante, embora em contexto diferente, na medida em que vemos alguém a morrer em diferido...

**JF:** É um bocadinho diferente. Eu se fosse o chefe de redação, o editor, o Diretor de Informação, o que fosse, e dependesse de mim formatar o jornal, eu nunca passaria essa imagem. Teria mesmo de dizer: “Nós temos uma imagem de alguém que foi assassinado no meio da rua, perfeitamente desnecessária”. Mas eu considero essa, no contexto de tudo aquilo, menos violenta - ainda que tenha sido uma violência

perfeitamente indescritível – do que estar ali a cortar e a pessoa demora cinco minutos a morrer e enfim. Mas estou de acordo consigo. É muito discutível se a gente deve ou não deve. Aqui há sempre aquela parte emocional que ninguém controla na altura, o ir pro ar, aquilo estava a acontecer. Estava toda a gente a dar e eu também reconheço que às vezes não é fácil de fazer.

**SS:** É o tempo e o não haver mais imagens...

**JF:** A gestão da própria emoção... Eu também fui jornalista e sei. Eu tenho reportagens na rádio feitas quando foi o vinte e cinco de abril do assalto à PIDE. Nós temos fotografias, eu escondido... E eu dizia: “Então fiz a Guerra Colonial, não morri e agora morro em casa por causa de um assalto à PIDE?”. Debaixo daquela emoção, do medo de levar um tiro, dizíamos coisas inacreditáveis. Eu compreendo isso, por isso é que o contexto, como disse e bem, é um bocadinho diferente. As imagens do ISIS, no mínimo tiveram tempo para meditar “damos ou não damos?”, aqui não. Aqui era preciso tomar uma decisão rápida. É tudo discutível. Mas eu aqui percebo. E eu referi isso no programa “A Voz do Cidadão”, provavelmente podia ter-se evitado esta imagem, mas eu reconheço a dificuldade em fazê-lo. Remate final... Eu agora estou preocupado é com tantos erros de português e disparates. Já estou farto de mandar *e-mails* para a produtora. Os jornalistas não aprenderam na faculdade a construir frases. Trocam o sujeito pelo predicado. Erros de português, crassos. Eu sou completamente contra o acordo ortográfico.

**José Manuel Paquete de Oliveira**

**SS:** Como se organizava o funcionamento do Gabinete de Apoio ao Provedor durante o seu mandato enquanto Provedor?

**JMPO:** O GAP (Gabinete de Apoio ao Provedor) tinha um estatuto autónomo definido em termos gerais pela Administração da RTP. Incluía o Provedor do Telespectador da RTP e o Provedor do Ouvinte da RDP/RTP. Regia-se pela Lei que criou estes Provedores.

**SS:** Na altura, quantas pessoas se dedicavam ao Provedor do Telespectador?

**JMPO:** Havia um secretariado comum (uma funcionária da RTP) para os dois Provedores; dois técnicos de apoio, um para o Provedor da Tv, outro para a Rádio. Durante algum tempo houve uma chefe de gabinete deste GAP, confiado à jornalista Fernanda Mestrinho.

**SS:** Qual o procedimento que aplicava aquando da receção de queixas enviadas pelos telespectadores?

**JMPO:** Em princípio, todas as queixas eram visionadas pelos Provedores. No caso da RTP, como eram muitas, antes de dar resposta, a técnica procedia aos contactos internos ou externos necessários.

**SS:** Quando essas queixas se direccionavam à direção de informação eram reportadas à mesma?

**JMPO:** Obviamente, se diziam respeito à Informação, haveria de ser ouvida ou a Direção ou o jornalista visado.

**SS:** A direção de informação tinha em conta as queixas dos telespectadores, que por sua vez se refletiam num maior cuidado *a posteriori* sobre o tratamento noticioso?

**JMPO:** Interpelada pelo Provedor para tratar de ser dada uma resposta, a Direção de Informação respondia. Quanto ao acatamento das medidas a tomar, por vezes, mantinha-se tudo na mesma. Todavia, no programa “A Voz do Cidadão” em que, normalmente, eram ouvidos os diretores ou jornalistas, estes justificavam as suas opções, de quando em quando, dando razão aos telespectadores.

**SS:** Eram recorrentes as queixas sobre a exposição da violência na informação televisiva?

**JMPO:** Nem por isso. Talvez porque, como se sabe, a RTP tem disposições apertadas sobre filmes e reportagens que contenham violência. Os filmes que contenham esses conteúdos só podem ser exibidos depois das vinte e duas horas. Ultimamente, especialmente com iniciativa dos movimentos de defesa dos animais, apareceram muitas queixas contra a exibição de touradas. Estas só são exibidas depois das vinte e duas horas.

**SS:** Sentiu, em algum momento, um aumento das queixas respeitantes à exposição da violência na informação?

**JMPO:** Para além das queixas atrás referidas contra as touradas, havia algumas queixas por motivo dos telejornais darem muito destaque ou até abertura a crimes de violência doméstica e outros violentos.

**SS:** Presenciou alguma decisão do conselho de redação ou direção de informação no âmbito do tratamento da violência na informação televisiva?

**JMPO:** Como já disse, a Direção de Informação era normalmente era cuidadosa sobre este assunto. Em determinados casos, lá vinha o aviso de que “este programa ou as imagens que se seguem podem conter cenas de violência não recomendáveis a pessoas sensíveis”.

**SS:** Li nos seus relatórios a insistência na criação de um livro de estilo da RTP. Desde então, ainda não existe um formato atualizado da primeira versão datada de 2001. Em que medida é que a existência de um livro de estilo pode favorecer um melhor funcionamento da redação da RTP?

**JMPO:** Existe um pequeno Livro de Estilo com regras muito sumárias, escrito pelo José Rodrigues dos Santos, porventura, aproveitando da sua experiência conseguida na BBC. Mas mesmo sobre este pequeno livro, havia uma ignorância quase geral. Os jornalistas regem-se sempre mais pelo Código Deontológico dos Jornalistas. Depois, há algumas normas gerais que se podem depreender do Contrato de Concessão por parte do Estado à RTP. A minha insistência na feitura de um Livro de Estilo atual, tal como têm o DN, o PÚBLICO, a TVE, a BBC, e outras estações era, sobretudo, para vincular os comportamentos às exigências de um estatuto como tem a RTP «de serviço público». E entendia que deveria haver um conjunto prático de orientações que contribuíssem para a especificação de um serviço público. Os jornalistas da RTP dizem que as regras deontológicas e éticas são as do jornalismo em qualquer um dos *media*, mas eu entendo que é preciso inculcar certos atributos que são obrigação de um canal que ostenta o estatuto de «serviço público».

**SS:** Considera que o cuidado no tratamento da violência na informação carece de autorregulação adequada ou a condicionante resolutiva passa apenas pelo aumento da responsabilidade social do jornalista, que se posicione à margem da mercantilização da informação?

**JMPO:** É muito difícil estabelecer condicionantes neste ponto. Numa sociedade de hoje, como a nossa, com manifestações de comportamentos violentos de natureza individual e coletiva, estabelecer doutrinas ou princípios orientadores gerais. Existem leis próprias e como tantas vezes se diz importa que o «bom senso» impere. Numa qualquer televisão hoje gerir esta problemática é difícil. A violência que marca a sociedade invade o ecrã e o discernimento adequado tem de ser imediato. Entendo, porém, que especialmente, num dito «serviço público», deve ser evitado a fácil exposição ao exhibir de violência e de conteúdos que conquistam facilmente audiências. Sobretudo, uma televisão pública terá de dar notícia destes atos e sintomas sociais, mas sem nunca esquecer o enquadramento cultural, social e ético em relação ao seu tratamento.

**SS:** Qual a sua perceção sobre o tratamento da violência na informação televisiva?

**JMPO:** Creio que na resposta anterior refiro o suficiente. Todas as queixas neste ponto recaiam mais na grelha de programação do que na da informação.

**SS:** Considera que o abuso do uso da violência, a par como a exibição da mesma na ausência de um contexto, pode condicionar a qualidade da informação, bem como do serviço público de televisão?

**JMPO:** O principal problema é esse que a sua pergunta contém, ou seja, a ausência de contexto. E o seu contrário, ou seja, a fácil exploração de sentimentos hipodérmicos, com o exagero de certas situações e a especulação feita para exorbitar esses sentimentos de camadas de população por natureza ou predisposição mais inclinada para a emotividade que determinadas situações despertam. Julgo que um telejornal de uma estação com «estatuto de serviço público» não deveria ser concebido para “explorar” emoções. Por outro lado, deveria ter muito cuidado com a ordem das notícias e, por exemplo, não fazer como os outros a abrir com crimes ou situações de violência. O ordenamento da grelha de notícias num Telejornal define a responsabilidade e qualidade da direção editorial de um operador de televisão. Este é um dos pontos que sempre mais me bati, mas, na verdade, com fraca correspondência.